THE LIBRARY OF CONGRESS
1800

ANTONIO FERRÃO
Sócio da Academia das Sciências de Lisboa

A TEORIA DA HISTÓRIA

E OS

PROGRESSOS DA HISTORIOGRAFIA SCIENTÍFICA

A CONTRIBUÍÇÃO QUE PARA ESTES TEM DADO A PUBLICAÇÃO DAS COLECÇÕES DE INÉDITOS

*(Introdução geral
á Colecção de Documentos Inéditos da História de Portugal
mandada publicar pelo Govêrno da Republica)*

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

676

20

A TEORIA DA HISTÓRIA

E OS

PROGRESSOS DA HISTORIOGRAFIA SCIENTÍFICA

OBRAS DE ANTONIO FERRÃO

O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores (1915).

Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro (1916).

Da importância dos documentos diplomáticos em História. Estudo sucinto de alguns arquivos diplomáticos estrangeiros e nacionais (1917).

A Vida e Obra Governativa do 1.º Marquês de Pombal. Plano e sumários do 1.º e 2.º volumes da publicação mandada efectuar pelo Govêrno da República (1917).

As Causas «Ideais» da Conflagração e a função pedagógica das Academias scientíficas após a guerra (1918).

Gomes Freire na Rússia (1918).

O povo na história de Portugal. A Restauração de 1640. Como se perdeu e se reconquistou a independência (1580-1668). (1919).

Academias e Universidades. Discurso pronunciado na sala do Senado da Universidade de Coimbra (1919).

Prussianos de Ontem e Alemães de Hoje. As Impressões de um diplomata Português na Côrte de Berlim (1789-1790). (1919).

Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal (1920).

Gomes Freire e as virtudes da raça Portuguesa (1920).

Fernão de Magalhães e a sua viagem de circumnavegação (1921).

A educação intelectual e a função que nela devem desempenhar a família, o município e o Estado (1922).

O teatro e o animatógrafo na educação (1922).

NO PRELO, PRESTES A APARECER

A Intendência geral da Polícia no tempo dos Franceses (Invasão de Junot).

A cantora portuguesa Luiza de Aguiar Todi no seu tempo.

ANTONIO FERRÃO
Sócio da Academia das Sciências de Lisboa

A TEORIA DA HISTÓRIA

E OS

PROGRESSOS DA HISTORIOGRAFIA SCIENTÍFICA

A CONTRIBUÍÇÃO QUE PARA ESTES TEM DADO A PUBLICAÇÃO DAS COLECÇÕES DE INÉDITOS

(Introdução geral à Colecção de Documentos Inéditos da História de Portugal mandada publicar pelo Govêrno da Republica)

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

D16
.8
F4

6
Copy

4082F32
25 F 47

PRELIMINAR

A obra que segue foi escrita para servir de Introdução Geral à Colecção de Documentos Inéditos relativos à Historia de Portugal, *de cuja elaboração o Govêrno da República nos encarregou.*

Por êste trabalho de metodologia genética da História se vê como e quanto as publicações de documentos inéditos teem contribuído para o progresso da historiografia scientífica, e teem determinado as concepções actualmente dominantes na teoria da história.

Assim, sendo cada vez mais axiomático que sem documentos não há história, e que tornar conhecidos aqueles é trabalhar máximamente para os progressos desta, entendeu o Govêrno da República que, além da acção desenvolvida pelas instituições scientíficas do país, conviria promover e subsidiar directamente a publicação de uma Colecção de Inéditos da História de Portugal, a exemplo do que teem feito os Governos dos países estrangeiros.

Por isso, por Despacho de 30 de junho de 1918, S. Ex.cia o Ministro da Instrução, sr. dr. Alfredo de Magalhães, encarregava-nos de levar a efeito êsse trabalho que, sendo importante e momentoso, não só tem um valor intrínseco e próprio como constituirá — cremos bem — uma fonte muito útil para a investigação historica (1).

As Colecções *de Inéditos teem constituido por toda a parte, desde a Renascença, repositórios utilíssimos para a investigação. Não há dúvida. Importa, porêm, hoje modificar o ponto de vista e os processos seguidos pelos antigos colectores que se limitavam, geralmente, a elaborar as cópias e a*

---

(1) Os titulares que se teem sucedido na pasta da Instrução teem-nos determinado a publicação de outros trabalhos de história e concedido as necessárias verbas para a impressão.

Já antes, por despacho ministerial de 28 de Outubro de 1915, e decreto de 3 do mesmo mês (Diário do Govêrno *de 18 de Novembro seguinte) haviamos sido encarregados pelo então Ministro, sr. dr. Lopes Martins, de escrever um trabalho acêrca da vida e obra do govêrno do primeiro Marquês de Pombal. Ver o nosso trabalho:* Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal, *pág. 56 a 61*

fazê-las imprimir, na maioria dos casos, sem introduções, comentários ou notas.

Depois de Ranke *as responsabilidades de um editor ou colector são muito grandes. Desde a busca dos documentos, e do seu estudo atravez das operações críticas, até à sua publicação, os manuscritos demandam cuidados cada vez mais sérios à medida que os processos de estudo documental se aperfeiçoam e progridem.*

No trabalho que aqui apresentamos vêr-se há quais os métodos que seguiremos na publicação dos sucessivos tomos desta Colecção de Inéditos, *e desde já diremos que cada volume ou série constituirá um todo com uma unidade: de assunto, de objecto, de proveniência, de cronologia, ou outra.*

A. F.

INTRODUÇÃO

O trabalho que a seguir tornamos público é, sob o ponto de vista scientífico, um despretencioso e modesto ensaio de teoria e de metódica da história, precedido de um estudo sôbre a evolução da historiografia, a partir da Renascença.

Sob o aspecto administrativo — porque o tem — consiste na exposição de alguns conhecimentos e ideas que possuimos sôbre a historiografia na sua evolução e na sua fase actual, e acêrca dos métodos e processos a seguir na publicação das Colecções de documentos inéditos.

Mas, expliquemos melhor a finalidade administrativa destà obra.

Por decreto de 30 de Outubro de 1915 (D. do G. *n.º 2.049, de 18 de Novembro seguinte); por portarias de: 23 de Maio de 1914* (D. do G. *de 15 seguinte), e de 4 de Janeiro de 1919* (D. do G. *de 8 seguinte); e por múltiplos despachos ministeriais temos vindo a ser encarregados, pelo Ministério da Instrução Pública, de escrever diversas obras de carácter histórico, bem como de desempenhar*

várias comissões de serviço, e da publicação de uma Colecção de Documentos Inéditos da História de Portugal. *Na nossa obra sôbre os* Arquivos e as Bibliotecas em Portugal, *de pág. 56 a 67, tratamos largamente de tais comissões de serviço de investigações e publicações de carácter histórico pelo que neste lugar nada mais diremos sôbre tal ponto.*

Porêm, não temos esquecido que tais encargos nos haviam sido conferidos muito mais, talvez, por considerações de carácter pessoal do que em resultado de qualquer concurso, ou por virtude de outra forma pública, especial e directa, de afirmar e demonstrar a nossa preparação scientífica para tais trabalhos.

É certo que os nossos cursos superiores — tanto o do magistério secundário de história, geografia e filosofia como o nosso grau universitário, em sciências históricas, conquistado públicamente e não conseguido pelo cómodo favoritismo de qualquer decreto — justificavam, já por si, tais comissões — todas elas gratuitas. E, igualmente, certo é que a nossa aprovação em concurso público para o ensino de história da Faculdade de Letras de Lisboa, e, por último, e sobretudo, a nossa entrada para a Academia das Sciências de Lisboa — mercê dos trabalhos que temos publicado, especialmente sôbre história, nos punham — cremos — bem a salvo das dúvidas de qualquer hipercrítico ou zoilo que, por acaso, nos tenha aparecido — o que desconhecemos

— ou venha a surgir-nos, querendo ver nesta nossa bem ingrata e difícil comissão de serviço público qualquer favor pessoal ou choruda benesse, quando a verdade é que ela tem sido desempenhada sem a menor gratificação especial e com bastantes resultados morais e alguns financeiros para o país, pois é bom que se saiba que as obras que temos publicado no desempenho da nossa comissão de serviço do Ministério da Instrução são inteira e completa pertença do Estado, e todo o produto dos exemplares vendidos é receita sua.

Mas, se sob o ponto de vista moral a nossa consciência estava inteirameute segura e calma da honestidade dos nossos propósitos e da lisura dos nossos actos, já sob o aspecto scientífico a questão era diversa.

Importava dar ao país, que nos paga como seu funcionário, uma prova do nosso estudo, uma demonstração dos nossos conhecimentos em tais assuntos, e uma satisfação não só sôbre os intuitos e objectivos de tal empresa, como àcêrca do ponto de vista sob que a encaramos, do critério que nela seguimos, emfim, àcêrca do espírito *da obra a realizar (1).*

---

(1) É certo que tudo isso já se encontra patenteado, bem práticamente, no primeiro volume desta colecção: As Impressões de um Diplomata Português na Côrte de Berlim — *o qual, para não perder a oportunidade do periodo da guerra com a Alemanha, apareceu antes da presente obra que a todos devia preceder.*

As democracias, que devem ser regimes de máxima selecção, obrigam pela sua natureza e indole aqueles que as servem a patentear bem publicamente a maneira como o fazem e os intuitos que os dirigem. É essa a superior razão de ser moral e cívica da elaboração e da publicação dêste livro.

Ao país damos conta — e não é a primeira vez que o fazemos (1) — da maneira como, neste ponto,

---

(1) Efectivamente, no nosso opúsculo Os arquivos da História de Portugal no estrangeiro, *ocupamo-nos, mais ou menos directamente, da nossa viagem de estudo ao estrangeiro, em 1914; e no nosso livro* Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal, *relatamos a obra que efectuámos quando chefiámos a Repartição de Instrução Artística, do Ministério da Instrução, no que respeita aos nossos depósitos públicos de manuscritos e de livros.*

Também, no nosso opúsculo Da Importância dos Documentos Diplomáticos em História, *nos ocupámos das colecções documentais de carácter diplomático existentes nos arquivos estrangeiros — alguns dos quais visitámos, e das espécies diplomáticas, isto é, sôbre política externa, existentes nos nossos depósitos.*

No nosso opúsculo sôbre a Restauração de 1640, *publicámos, com as respectivas cotas, os índice dalguns maços do Arquivo espanhol de Simancas, especialmente da secção dos* Papéis do Estado *e da do* Patronato Real, *onde estão os mais importantes manuscritos relativos à perda da independência, em 1580. Assim, temos vindo mostrando, muito práticamente, quanto foi proficua e útil, no ponto de vista da erudição portuguesa, a nossa viagem ao estrangeiro — feita, aliás, inteiramente à nossa custa, o que contrasta com o procedimento de outros que, a expensas dos cofres públicos, lá teem ido fora sem que nada hajam produzido em benefício do país.*

Ainda é de citar o nosso trabalho àcêrca de A vida e obra governativa do primeiro Marquês de Pombal, *onde, com o mesmo intuito de dar contas ao país da forma como o servimos, publicámos*

o vimos servindo. Êle que responda se não acha bem; e que, nesse caso, indique qualquer outro, e melhor, meio de, com a maior profiquidade, levar por diante esta empresa: a publicação de documentos inéditos da história de Portugal *(1)*.

A. F.

---

o plano geral, da obra sôbre o eminente estadista, de que fomos encarregados em 1915 pelo citado decreto n.º 2.049, e expomos largamente os sumários dos dois primeiros volumes dessa obra.

(1) Sôbre esta publicação ver na nossa já citada obra: Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal, *pág. 62 a 67.*

CAPÍTULO I

A influência da filosofia cartesiana e do movimento scientifico da Renascença do século XVI sôbre os progressos da História

É sempre difícil — por ser mais ou menos arbitrário — determinar duma maneira fixa o momento exacto em que uma sciência passa da sua fase de sincretismo ao estado de positividade e de precisão scientífica. E se isso é verdadeiro quanto às sciências da natureza muito mais evidente se torna quando temos que encarar as sciências do espírito ou sciências humanas — muito mais complexas que aquelas pelo seu objecto e pelos seus métodos de estudo.

Porêm, se duma forma geral podemos reportar à antiguidade clássica o aparecimento da Matemática (1), fixar o século XVII como aquêle em

---

(1) Sôbre a evolução das sciências matemáticas veja-se a desenvolvida *História das Matemáticas*, de MONTUCLA; CHASLES, *Aperçu historique sur l'origine et dévelopement des Méthodes en Géometrie*, 1837; HOEFER, *Hist. des Mathem.*, 1874-1886; P. TANNERY, *Hist. des Mathem.*, nas *Notions de Mathem.*; BRUNSCHVIEG, *Les Étapes de les Philosophie Mathem.*, 1912; P. TANNERY, *La*

que a Astrônomia, constituida na Grécia, entra na sua fase dedutiva (1), e em que surje a Física (2); e, se se pode dizer que o século XVIII viu nascer a Química (3), como o século XIX viu aparecer a Biologia (4) e a Sociologia; não menos

---

Correspondance de Fermat; d'ADHÉMAR, *L'œuvre mathématique du XIX* p.e siècle, 1900; E. LEBON, *Les Savants du Jour.*

(1) Sôbre a evolução da Astronomia, vide: CASSINI, *De l'origine et des progrès de l'astronomie,* nas *Mèm. Ac. des Sc.,* 1666-1669, VIII; LAPLACE, *Exposition du syst. du Monde,* I, V; DELAMBRE, *Hist. de l'Astronomie;* FAYE, *Sur les origines du monde;* WOLFF, *Les hypothèses cosmogoniques;* BAILLAUD, *De la mèthode dans les Sciences,* II, 1912.

(2) Para a história da Física, pode vêr-se a obra de LIBER, em 5 vol., 1810; e a *Histoire* de HOEFER. Não devem ser esquecidos os notáveis trabalhos de DUHEM sôbre: SAINT-CLAIRE DEVILLE, VAN'T HOFF, CLERCK, MAXWELL; *L'evolution de la Mécanique; La Théorie physique, son objet et sa structure; Les Origines de la Statique,* 2 vol. 1909; *La théorie physique de Platon à Galilèe,* 1909.

(3) Acêrca da evolução da Química, pode consultar-se, àlêm da excelente obra de HERMANN KOPP, os notáveis trabalhos de BERTHELOT: *Introduction à l'ètude de la chimie des anciens,* 1889; *Les Alchimistes grecs,* 1887; *Les Origines de l'Alchimie,* 1885; *Lavoisier et la révolution chimique,* 1889; *Archéologie et histoire des Sciences,* 1908. Tambêm devem ser lidas as obras do CHEVREUL: *Hist. des connaissances chimiques,* 1866; *Hist. de la matière depuis des grecs jusqu'à Lavoisier;* As *Histoires de la Chimie,* de HOEFER, WÜRTZ, JAONAUX, etc.

(4) Sôbre os progressos da Botânica, veja-se: ADAMSON, *Histoire de la Botanique;* HOEFFER, *Histoire de la Botanique;* F. HOUSSAY, *Nature et Sciences naturelles,* 1908.

Sôbre os progressos da Zoologia, veja-se: BLAINVILLE, *Hist. des sciences de l'organisation comme base de la philosophie,* 1858, 3 vol.; CUVIER: *Hist. gen. des sc. nat. depuis leur orig. jusqu'à nos jours,* 1841-3, 5 vol.; os *Rap. sur les progrès des sc. nat. depuis 1789,* 1810; e os 5 volumes das *Etapes,* onde há muita história das sciências naturais; HOEFFER, *Hist. de la Zoologie;* POUCHET, *La*

se pode afirmar que a história scientifica aparece no período de transição que vai dos fins do século XVI aos princípios do XVII.

Efectivamente, a Sociologia, que é uma sciência sintética por excelência, não podia constituir-se emquanto a etnografia, a etnologia, a mitografia, a sciência das religiões, a pre-história, o conhecimento das línguas e civilisações orientais — pela fundação da egiptologia e da assiriologia, — e os agrupamentos das sciências filológicas e históricas não fornecessem todo um imenso mundo de conhecimentos que haviam de constituir o enorme edifício da sciência contemporânea sôbre o qual a Sociologia havia de vir assentar a cúpula das suas generalisações, induções e leis.

Não quer, porêm, dizer que a *Politica* de ARISTÓTELES, o *Discurso sôbre Tito Lívio* de MACCHIAVEL, os *Princípios de uma Sciência Nova* de VICO, e as obras de HUME, FERGUSSON, MONTESQUIEU e de HOLBACH não constituam importantes elementos preparatórios, e não marquem *étapes* de sucessivo progresso na fase pre-scientífica da Sociologia; mas o certo é que só com AUGUSTO COMTE ela adquiriu autonomia e possibilidade de existência como sciência abstrata.

Uma das sciências que mais contribuiu para o aparecimento da Sociologia foi a história com

---

Biologie Aristotélique, 1885; E. PERRIER, *La Philosophie Zoologique avant Darwin*, 1884; do mesmo, *Le Transformisme*; E. GLEY, *Essais de Philos. et d'Hist. de la Biologie*, etc.

os seus constantes progressos quere no que respeita à metódica das investigações, quere no que se refere aos seus processos de estudo: dogmático ou descritivo, especulativo ou crítico, sintético ou filosófico.

Como já dissemos, a História entra na sua fase scientífica na transição dos fins do século XVI para o XVII, pois é então que se inicia, e acentua cada vez mais, a reacção contra o Humanismo. As conseqüências especulativas dos descobrimentos dos portugueses e espanhois, bem como a influência dos progressos da astronomia, da física, da geografia e da filosofia cartesiana haviam tido sôbre todos os ramos do saber humano uma reflexão preponderante no sentido objetivo e positivo.

Alfredo Weber na sua *História da Filosofia Européa* caraterisa muito bem o movimento scientífico nêsse período, quando escreve: «Desde o meiado do século XV que a Europa ocidental ia de surpresa em surpresa. Guiada pelos sábios gregos que se tinham fixado na Itália, ela entra em cheio na terra prometida que os árabes lhe haviam feito entrever em parte: a antiguidade, a sua literatura, as suas artes, a sua filosofia. O horizonte histórico dos nossos pais, limitado primeiramente ao período católico, estende-se desde então, e remonta, indefinidamente, àlêm das origens do cristianismo. Esta Igreja católica, fóra da qual não se via até há pouco senão trevas e barbaria, não figurava senão como a filha e a her-

deira de uma civilisação mais antiga que ela, mais rica, mais variada, mais conforme com o génio das raças ocidentais.

«A Europa romana e germânica sentiu em si uma afinidade natural e íntima com êstes Gregos e êstes Romanos, colocados fóra da Igreja e superiores a tantos respeitos aos cristãos do século xv em todas os campos da actividade humana. O preconceito católico, em virtude do qual não há fóra da Igreja nem salvação, nem civilisação real, nem religião, nem moralidade desvanece-se pouco a pouco. Então, deixa-se de ser exclusivamente católico para se tornar *homem*, humanista, filantropo no mais amplo sentido dêste termo. Agora, não são já, apenas, alguns fugidios reflexos que surgem àcêrca do passado, é a história completa da Europa árica que se desenrola ante os olhares atónitos dos nossos antepassados com os seus milhares de problêmas políticos, literários, filológicos, arqueológicos, geográficos. D'ora àvante as sciências históricas imperfeitamente cultivadas pela antiguidade e quási desconhecidas na Idade Média, constituirão um importante ramo de estudos, esperando o momento de se tornarem o seu fulcro».

Isso é profundamente exacto, pois a história vem tendendo cada vez mais a tornar-se, àlêm de um importante grupo de estudos, um método de investigação e de conhecimento em todas as sciências, e uma fase infalível por que todas devem passar na sua evolução da fórma descritiva

ou dogmática para a crítica — produto da essencial aplicação do método histórico-comparativo.

A seguir, êsse antigo professor da Universidade de Strasburgo continúa: «Logo que o Homem descobre a Humanidade torna-se-lhe possível constatar a fórma exacta da casa que habita, e de que até então só havia conhecido uma das fachadas. O universo católico limitava-se ao mundo conhecido pelos Romanos, isto é, à bacia do Mediterrâneo e ao sudueste da Ásia, acrescidos da Europa septentrional. Mas eis que Colombo descobre o novo mundo; eis que Vasco da Gama dobra o cabo da Bôa Esperança e encontra o caminho marítimo das Índias; eis, sôbre tudo, Magalhães que consegue dar a volta ao mundo. Assim, vem confirmar-se, com factos evidentes, uma hipótese já familiar aos antigos: a nossa terra é um globo isolado por todos os lados e girando livremente no espaço».

Mas, se a terra era agora considerada um globo — o que marcava já uma assinalada vitória sôbre os preconceitos bíblicos — ainda, porêm, era tida como um centro imóvel em torno do qual gravitavam os corpos celestes. Mas, surge logo no meiado do século XVI o *De orbium celestium revolutionibus libri VI*, 1543, em que o seu eminente autor, Copernicum, coloca a terra na série dos planetas que giram em tôrno do sol (1). Em 1609 surge em Praga a *Astronomia nova sive Fisica*

(1) Vide H. Höffding, *Philosophie Moderne*, pág. 108-115.

cœlestis, de Képler, que, com a *Harmonia mundi* do mesmo autor, veem a um tempo comprovar a verdade do sistema de Copernico com a determinação das órbitas dos planetas e a fixação da lei do movimento dêstes, e contribuir para a total ruina das concepções cosmogónicas mosaicas, que o notável Galileo vem acelerar com as descobertas do duplo movimento da Terra e dos satélites de Júpiter, e com a determinação da lei das suas revoluções.

O dr. Teófilo Braga referindo-se também a êste admirável movimento de renovação scientífica, escreve: «As curiosidades do espírito levavam por toda a parte ao exame da natureza; a combustão do enxofre observada por Beecher suscitava a Stahl a teoria fisiológica do *phlogistico*. A descoberta do microscópio no século xvii faculta ao homem uma observação no mundo dos infinitamente pequenos, embora só muito tarde pudesse ser aplicado à histologia, à teoria celular, à micróbiologia e à síntese mineralógica. A concepção mecânica do universo tendia a completar-se também na observação dos fenómenos orgânicos; é assim que entre as maiores descobertas do século xvii resplandece a de Harvey, observando a circulação do sangue, descobrindo os canais de absorção e reservatórios do chylo; apesar dos tradicionalistas galénicos, a doutrina de Harvey triunfou sobretudo quando cinco anos depois da sua morte Malpighi, pelo auxílio do *microscópio*, descobriu os vasos capilares e veri-

ficou a passagem directa do sangue das artérias para as veias» (1).

¿Que faz a Igreja em face de tão extraordinário movimento de renovação scientífica? Ante tão grandes progressos nos domínios do saber humano, e que constituiam tão incuráveis chagas abertas no corpo das doutrinas religiosas, ela procura defender-se atacando com o furor dos impotentes. KEPLER é perseguido; GALILEU vê-se forçado a retratar-se; GIORDANO BRUNO é queimado em Roma, por sentença da Inquisição; e a CAMPANELA são infligidas as maiores torturas nos cárceres da Inquisição de Nápoles. Durante trinta e cinco horas sofre êste filósofo os maiores suplícios e, segundo afirma um seu contemporâneo «toutes les veines et artères qui sont autour du siège ayant été rompues, le sang qui coulait des blessures ne put être arrêté».

«Mas, — continua o prof. WEBER (2) — apesar de tais resistências, as teorias novas divulgam-se, as descobertas e as invenções multiplicam-se. Ontem surgia a imprensa, hoje a bússola e o telescópio. Emquanto se espera que NEWTON venha completar a nova cosmologia com a teoria da atracção universal e transformar em axioma o que até ali não é mais que uma hipótese, as sciências, sacudindo o jugo do scolasticismo,

(1) Dr. TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, t. II, pág. 443.

(2) As passagens transcritas da *Hist. da Filosofia Européa* de WEBER, veem a pág. 272-275.

avançam: a princípio com um passo tímido, e depois duma maneira cada vez mais firme e segura. LEONARDO VINCI e seu compatriota FRACASTOR continuam, — em física, em óptica, em mecânica ARQUIMÉDES e os sábios de Alexandria. O francês VIETE alarga o âmbito estreito da álgebra, que êle aplica à geometria, e o inglês NEPER inventa os logaritmos. No campo das sciências biológicas, o belga VÉSALE, com o seu *De corporis humani fabrica* (1553), cria a anatomia humana, e o inglês HARVEY na sua célebre obra publicada em 1628 (1), demonstra a circulação de sangue, admitida já 80 anos antes pelo espanhol MIGUEL SERVET (2), e pelos italianos REALDO COLOMBO (3) e ANDRÉ CESALPINO (4)» (5).

Como era natural êstes progressos no campo scientífico iam ter o seu infalível reflexo no domínio filosófico. Não se tratava apenas dum *quantum* de descobertas mais ou menos extenso e importante por si; porque o que mais impor-

---

(1) A obra de HARVEY foi publicada, 1628, em Francfort, sob o título: *De motu cordis et sanguinis.*

(2) Efetivamente, já em 1546 no *Christianismi restitutio* SERVET afirmava a existência da pequena circulação ou pulmonar.

(3) Na obra de COLOMBO *De re anatomica*, aparecida em 1558.

(4) Nas *Questiones medicae*, aparecidas em 1598.

(5) Acêrca da evolução das sciências médicas, veja-se: BROUSSAIS, *Examen des doctrines médicales*, 1829, 4 vol.; KÜNHOLTZ, *Cours d'hist. de la Méd. et de Bibl. Mèd.*, 1837; DAREMBERG, *Hist. des Sc. Méd.*, 1870, 2 vol.; A. EYMIN, *Médecins et Philosophes*, 1903; BOINET, *Les Doctrines méd. seur évolution*, 1906. Ainda as obras clássicas seguintes: LANTH, *Hist. de l'Anatomie*, 1815; MALGAIGNE, *Hist. de la Chirurgie;* GILBERT, *Hist. de la Pharmacie*, 1892.

tava à evolução do pensamento em geral era a marca de objectividade e a importância crescente dos métodos de observação e de experiência: numa palavra o carácter de positividade que se tornava cada vez mais preponderante sôbre os preconceitos religiosos.

Apesar do concurso brilhante que os filósofos e sábios italianos e espanhois haviam dado para o progresso scientífico — como acabámos de vêr — estava reservada aos pensadores ingleses e franceses a suprema honra de inaugurarem a filosofia moderna.

É certo que antes de Francisco Bacon, de Hobbes e de Renato Descartes temos que colocar Giordano Bruno e Campanela que iniciam a renovação filosófica — conseqùência natural da Reforma religiosa e do progresso scientífico.

Alf. Weber ao iniciar o primeiro período da Filosofia moderna, — a que chama a *Idade da metafisica independente,* — com o estudo da obra de Giordano Bruno, escreve: «A renovação da sciência do cosmos no dia seguinte da revolução religiosa, teve por natural conseqùência a reforma filosófica, preparada muito antes pelos sábios livres pensadores, e que surge cêrca de 1600, com os sistemas audaciosamente inovadores de Bruno, de Bacon, de Descartes. É o compatriota de Parménides e de Zénon, Giordano Bruno, que abre a série» (1).

---

(1) Weber, *ob. cit.*, pág. 277.

Também o prof. Höffding, da Universidade de Copenhague, caracterizando a filosofia de Giordano Bruno, começa logo por escrever: «Encontramos em Bruno as ideas de Nicolau de Cusa, de Telesio e de Copernico... As ideas scientíficas dos tempos modernos àcêrca do mundo foram por êle estabelecidas em algumas das suas grandes linhas» (1). Mais adeante, continua: «Giordano é um dos primeiros pensadores que tem a clara consciência de que as grandes ideas são devidas a uma série de continuadas experiências. Êle crê ter exposto grandes ideas, mas sabe também o que deve aos seus antecessores, especialmente aos astrónomos, sôbre cujas observações êle se apoia» (2).

É exacto. Contudo, é com G. Bruno — como diz Weber — que se inicia o período da filosofia moderna; mas o pensador do *De immenso et innumerabilibus;* e do *De monade, numero et figura,* com o seu monismo e materialismo, é principalmente um especulativo idealista e metafísico (3). Existe nele, talvez, o germen dos sistemas de Leibeniz, de Hegel e de Diderot; é êle talvez o traço de ligação do ontologismo moderno com as teorias dos jónios, dos eleatas e dos neoplatónicos; mas falta-lhe a capaci-

---

(1) H Höffding, *ob. cit.*, pág. 115.

(2) Idem, *ob. cit.*, pág. 129.

(3) Ver àcêrca de G. Bruno a obra de Berta, *Giordano Bruno da Nola,* ed. 1889.

dade crítica que vamos encontrar em CAMPANELA (1).

Mas, por sua vez, o pensador da *Philosophia rationalis,* e, especialmente, da *Universalis philosophiae*... cai no excesso oposto; e à metafísica dogmática de BRUNO vem juntar-se a metafísica scéptica de CAMPANELA: ambos nada objectivos nem construtivos.

Por isso dizemos que estava reservada a FRANCISCO BACON e a DESCARTES a grande reforma do pensamento humano no período moderno.

O ilustre historiador WEBER, ao iniciar o estudo da filosofia de BACON de VÈRULAM, caracterisa muito bem o movimento filosófico moderno, quando diz: «Em Inglaterra a reforma filosófica recebeu do génio da raça saxónia um caracter muito diferente do que ela havia sido na Itália.

«Sóbrio e positivo, o espírito inglês não tem confiança nem na tradição escolástica nem nas sínteses prematuras da metafísica independente. Á especulação italiana que depressa chega ao auge, mas que não podendo manter-se cai desencorajada no scépticismo, êle prefere a lenta e gradual ascensão pelo caminho da experiência. O que o impressionava no desenvolvimento que as sciências acabavam de tomar, era que a Escola e os seus métodos em nada ali figuravam;

---

(1) Acêrca de TOMMASO CAMPANELA, da sua vida, das suas concepções e dos martírios que sofreu, ver o magnífico estudo de H. HOFFDING, *ob. cit.*, pág. 157 e seg.

era que estas conquistas da inteligência se tinham conseguido fóra dela e apesar da sua oposição. Elas não eram devidas nem a Aristoteles, nem a qualquer outra autoridade tradicional, mas à natureza directamente consultada, ao contacto imediato da razão normal com a realidade» (1).

Isso era profundamente exacto (2). Era necessário pôr de parte a especulação *à priori* e o uso abusivo do silogismo, utilizando, como únicos meios de se chegar à verdade e de se fazer sciência, a observação, a experiência e a indução.

Francisco Bacon, voltando à tradição da filosofia inglesa do século xiii — especialmente individualizada em Roger Bacon — escreve nêsse ponto de vista o seu *De Dignitate et augmentis scientiarum,* e, principalmente, o célebre *Novum organum scientiarum* (3).

Esse admirável corpo de doutrinas, pela sua parte negativa e crítica, constitue o mais formidável golpe que a filosofia moderna deu de início no scolasticismo, no aristotelismo, e nos sistêmas de Pitágoras e de Platão, em resumo: na tradição greco-scolástico. Pela sua parte construtiva — a do segundo livro do *Novum organum* — êle é bem um dos iniciadores da filosofia mo-

(1) A. Weber, *ob. cit.*, pág. 286.

(2) Höffding refere-se a êsse periodo da seguinte fórma: «La science nouvelle fondeé sous le coup des expèriences et des inventions de la vie pratique, devait amener un agrandissement de la logique tradictionnelle», *ob. cit.*, pág. 191.

(3) São as duas principais partes da *Instauratio magna*, pois das outras quartas só se conhecem fragmentos.

derna pela entronização dos métodos essenciais para se chegar ao conhecimento scientífico e à verdade: a observação, a experiência e a indução (1). Por isso WEBER o considera como: «o fundador da *filosofia* experimental, o pai do positivismo moderno considerado como filosofia, nêste sentido, que é êle o primeiro que de uma forma clara e eloqùente vem mostrar a solidariedade da verdadeira filosofia com a sciência, e a inanidade duma metafísica separada» (2).

Quando BACON tinha 35 anos (3) nascia, na Haia, DESCARTES, que, nove anos depois da morte do seu precursor, havia de publicar a obra ver-

---

(1) Se para destruir a lógica escolástica ninguêm apareceu com mais energia e tenacidade que FRANCISCO BACON, é necessário não esquecer os dois mais notáveis precursores do autor da *Instauratio magna:* o francês PIERRE DE LA RAMEÈ, e o português FRANCISCO SANCHES, o primeiro com a sua *Dialectique,* o segundo com o *Quod nihil scitur.*

Mas, a dúvida não é para o filósofo português, um fim, é um meio, pois, como diz HÖFFDING a respeito «da sua obra scéptica», esta «não constitue senão uma introdução a uma série de trabalhos dum género especial e empírico». Para êle «a observação e a experiência unidas ao juíso constituem os melhores meios de se chegar ao conhecimento».

E quando se trata de procurar a origem, a fonte, de todo o conhecimento, êle diz que se o conhecimento interno é mais seguro que qualquer outro, a experiência interna é, pelo contrário, inferior em clareza e precisão à externa. Dêste modo FRANCISCO SANCHES que excede BACON e PETRUS RAMUS é o mais directo precursor de CAMPANELA e DESCARTES.

Vide HÖFFDING, *ob. cit.,* pág. 195-196.

(2) WEBER, *ob. cit.,* pág. 290.

(3) Acêrca de F. BACON, veja-se: HÖFFDING, *ob. cit.,* pág, 196 e 216.

dadeiramente básica do penssamento moderno: o *Discurso do Método*. Ao contrário do que alguns teem afirmado, longe de haver oposição entre os desígnios e objectivos da *Instauratio Magna* e do *Discours de la Methode*, há uma íntima relação que torna esta o digno complemento daquela. Se a *Instauratio* é uma obra de combate contra a tradição filosófica greco-escolástica, o *Discours* é uma obra de construção admirável; se a desapiedada crítica da primeira contra a tradição escolástica fecha definitivamente uma época de especulação estéril, a *matemática universal* de Descartes, com os seus princípios da evidência, da análise, da síntese, e da classificação, abre tão largos caminhos ao pensamento humano, que ainda hoje — e já lá vão mais de 280 anos — nada mais fazemos que trilhá-los, pouco tendo andado nessa infinita e bela estrada do progresso mental.

Bastava, pois, o aparecimento dêstes dois pensadores para que o século XVII marcasse o início do pensamento moderno.

Höffding referindo-se a esta época diz: «Á era das ideas novas e das descobertas sucede a época das tentativas para pôr em ordem e para sistematizar, para reduzir a multidão das ideas e dos factos a ideas fundamentais, simples e sólidas. Estas tentativas foram feitas com a firme confiança que a verdadeira base estava achada. A análise foi subtituida pela construção». Isto teve uma grande importância para o pensamento,

pois êste poude então «*mettre en plein jour*» o conteúdo das concepções estabelecidas pela Renascença e pela nova sciência da natureza» (1).

Na série das tentativas de sistematização de que fala o pensador dinamarquês, a primeira grande questão que surge é o problema da existência, vindo depois o do conhecimento, e o da classificação de valores ou o problema moral, e se êstes dois últimos tomam fóros de questões exclusivas no século XVIII, o primeiro predomina no século XVII em DESCARTES, HOBBES, SPINOZA, marcando LEIBNIZ a transição para a época seguinte.

*

Mas, se o século XVII marca o início do pensamento moderno, é com DESCARTES que a nova filosofia vai aparecer, e é no *Discurso do Método* que êle irá basear-se.

Tem, por isso, inteira razão o grande pensador COURNOT, quando, ao notar a grande importância dêsse século, diz que êle «é destinado a ocupar na história do espírito humano e em todos os povos civilizados,—sejam quais forem as transformações por que passem as opiniões, as crenças, as instituições, as línguas, e o sentimento do belo,—um logar único, sem par no passado, nem análogo no futuro. São os progressos e as renovações das sciências no século XVII que lhe

(1) HÖFFDING, *ob. cit.*, pág. 217.

imprimem êste caracter singular e excepcional de grandeza, que nem a religião, nem a política, nem a filosofia, nem as letras, nem as artes lhe comunicaram em grau tão eminente» (1).

O sr. dr. Teófilo Braga, falando tambêm dêsse século de renovação, diz admiravelmente: «O desenvolvimento enorme das sciências indutivas determinou a elaboração das grandes sínteses filosóficas, que modificaram as concepções modernas, e que vieram actuar na educação pública; os nomes de Galileu e de Harvey no campo da renovação scientífica teem por continuadores no campo filosófico Bacon e Descartes (2). Êstes eminentes pensadores, completando-se mutuamente, são representantes dos dois aspectos *literário* e *scientífico* da Renascença; Bacon influe na constituição da nova filosofia pela beleza e colorido da sua linguagem, com que vulgarisa importantissimas sugestões, como a da creação da *História Literária* e do estabelecimento de *Academias;* Descartes unifica o processo mental reunindo a elaboração scientífica com a filosofica, que estavam separadas desde a Escola da Alexandria» (3).

---

(1) *Considérations sur la marche des Idées et des Événements dans les temps modernes*, t. I, pág. 259.

(2) Acêrca de Descartes e do Cartesianismo, vêr, àlêm dos trabalhos de Millet e Ziand, Höffding, *ob. cit.*, pág. 219-268.

(3) Dr. Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, t. II, pág. 438.

*

Como acabámos de vêr o renovamento scientífico que se inicia nos meados do século XV e vai até ao XVII tem como natural conseqùência e salutar desfecho o aparecimento da filosofia moderna. O eminente LANGE, na sua monumental *História do Materialismo,* caracterisa numa admirável síntese todo êste extraordinário movimento mental que em pouco mais dum século traz ao espírito humano êsse maravilhoso progresso para o compensar do longo período de estagnamento — mas também de incubação — de cêrca de 10 séculos de obscurantismo.

Diz LANGE: «Se se estudar no seu conjunto, o movimento de regeneração, de que não se pode, quási, fixar o início nem o fim, desde o meado do século XV até à primeira metade do século XVII, poder-se-á reconhecer nêstes dois séculos quatro períodos, cujos limites são um pouco confusos, mas que diferem uns dos outros pelos seus caracteres principais.

«Durante o primeiro, a filologia preocupou a Europa erudita. Foi a época de LOURENÇO VALA, de ANGELO POLICIANO, e, do grande ERASMO, que marca a transição para a teologia. O predomínio da teologia, proveniente das agitações da Reforma, asfixiou, durante algum tempo, especialmente na Alemanha, todo e qualquer outro interesse scientífico. As sciências físicas que, desde a época da Renascença, tinham progredido nos

laboratórios silenciosos dos sábios, apareceram no primeiro plano na época brilhante de KEPLER e de GALILEU.

«Em quarto e último lugar apareceu a filosofia, se bem que o período culminante da actividade criadora de um BACON e de um DESCARTES siga muito de perto as grandes descobertas de KEPLER» (1).

*

Mas essa profunda renovação *mental* não se circunscreveu apenas às sciências da natureza e às construções sintéticas da filosofia de BACON de VERULAM e de DESCARTES. Elas expandiram-se mais, e estenderam-se até aos domínios da literatura, da filológia e, principalmente, da história. Tem, por isso, inteira razão ED. FUETER quando diz que os historiadores da primeira metade do século XVII «inspiraram-se na filosofia moderna e nas sciências naturais tais como DESCARTES e GALILEO as haviam inaugurado». «O estudo da natureza—continúa, magnificamente, êle—havia substituido as opiniões tradicionais e as observações de outrem pela experiência pessoal: muitos historiadores sérios sentiram-se por sua vez dispostos a examinar mais de perto e por uma fórma mais sistemática que outrora, a credibilidade nos factos descritos pela tradição. Poseram-se, então, a remontar mais conscienciosamente às

(1) LANGE, *Histoire du Materialisme*, t. I, pág. 200.

mais antigas fontes e, por assim dizer, à própria natureza, e a pôr de lado os trabalhos e as opiniões posteriores das autoridades da escola. Começou-se, então, a fazer distinções cada vez mais nítidas entre os testemunhos históricos, e a estabelecer graus na confiança que se lhes concedia.

Principiou-se ao mesmo tempo a declarar guerra à doutrina estética da antiguidade; e renunciou-se, daí em deante, a aplicar às obras históricas o critério que só se justificava na apreciação das obras primas literárias» (1).

Efectivamente, «desde PETRARCA e BOCÁCIO — como diz FUETER — o mais brilhante representativo romano da historiografia retórica, que foi TITO LÍVIO, havia-se tornado o mestre da historiografia humanista» (2).

O Humanismo havia aparecido como reacção às crónicas da Idade Média — que tinham as suas raizes e modêlos na *História Eclesiástica* de EUSÉBIO — obras sem arte, nem estilo, sem sentimento, numa palavra: sem vida. Os historiadores humanistas caíram no vício oposto: abusaram do estilo — uns com uma pronunciada

---

(1) Ed. FUETER, *Histoire de l'Historiographie moderne*, trad. por E. JEANMAIRE, 1914, pág. 381-382.

(2) IDEM, *Ibidem*, pág. 11.

Porêm, com o andar dos tempos o âmbito das fontes de inspiração e estudo alarga-se. É assim que na *História de Pistoia*, aprecem já como autoridades incontroversas «*scriptores graves*»: QUINTO CURCIO, JUSTINO, TITO LÍVIO, SALÚSTIO, PLÍNIO e SUETÓNIO.

tendência poética, outros mais discursivos e declamadores, mas todos êles sacrificando a observação à imaginação, a especulação à emoção, e a verdade à arte (1). É essa a dinastia dos Poggio, dos Accolti, dos puristas arrevesados como Pietro Bembo, do estilista Facius, do poeta Pontano, etc.

É certo que a princípio a historiografia humanista, inspirando-se nos historiadores da antiguidade clássica, tinha um caracter livre e autónomo em face da igreja cristã e dos seus preconceitos e dogmas, mas êsse carácter secular — que era a sua melhor qualidade — perdeu-se a partir de Leonardo Bruni.

---

(1) Há, comtudo, excepções, tanto mais honrosas quanto mais raras elas são. É o caso dum Giovanni Simonetta que, no seu estudo sôbre Francisco Sforza, apresenta, a par dum estilo agradável e simples, a observação exacta, um juíso político sensato e uma informação segura.

É também o caso desse interessantíssimo Machiavel que tanto na *Vita di Castruccio*, como na excelente *Istoria fiorentine* e no *Livro do Principe*, àlêm dum estilo cheio de vigor e brilho e tão adaptado aos acontecimentos que descreve, apresenta já uma nítida compreensão da história, se bem que para êle a política é tudo: *historia ancilla scientiae politicae*. Igualmente, Guichardin, tanto na sua *Hist. da Italia*, como na *Hist. Florentina*, mostra, a par do respeito pela verdade, que o levou a escolher cuidadosamente as suas fontes de informação e a analizar o que estas lhe diziam, um bom senso crítico e uma excelente compreensão dos acontecimentos que estuda, analisa, descreve e comenta com brilho, concisão e extrema claresa.

Acêrca de Machiavel veja-se: Harald Höffding, *Hist. de la Philosophie Moderne*, trad. Bordier, 1.º vol., págs. 21-29.

CAPÍTULO II

O início da história scientífica moderna

a) A obra dos Beneditinos de Saint-Maur

Quando chegamos ao fim do século XVI começa já a fazer sentir-se a reacção contra o humanismo — que não faz mais que acentuar-se durante a primeira metade do século XVII. O critério da observação para se chegar à verdade, e o da evidência como sinal único dessa verdade certa e sabida, vão fazer tombar num crescente descrédito as autoridades consagradas pela tradição.

O *dubito ut intelligam*, que já tinha surgido nos BACON, vai pouco a pouco tornando-se dominante como ponto de partida de toda a investigação histórica.

A *dúvida metódica, sistemática, radical,* é erigida em processo de crítica negativa ao qual não lograram resistir as mais consagradas autoridades do já esgotado humanismo, quer se tratasse de PLATÃO ou de ARISTÓTELES, dos Padres e Doutores da Igreja, dos historiadores greco-latinos, ou dos grandes chefes e mais assinalados modê-

los da historiografia humanista como Bruni, Sabellicus, Pietro Bembo, Machiavel, Guichardin e Blondus.

É mesmo contra Blondus e a sua escola que mais se encarniça a nova tendência historiográfica, se bem que o ilustre erudito da *Itália illustrata* e da *Roma triumphans*, seja dos humanistas um dos mais construtivos como excelente carreador de elementos históricos e arqueológicos para a reconstituição da civilização romana, especialmente no período da decadência.

Estava destinado à França o inapreciável mérito de pôr-se à frente das novas tendências da historiografia scientífica do século xvii. Os grandes peoneiros dessa magnífica empreza da renovação scientífica surgem na Champagne com Mabillon, ou nascem em Paris com Tillemont e o abade Fleury, e reverdecem quer em Saint--Germain-des-Prés, quer em Port-Royal (1).

É possível que ao produto da actividade desses iniciadores da nova corrente scientífica não seja legítimo chamar, ainda, História. De resto, o próprio Mabillon designa a sua principal obra com o título de *Annales ordinis S. Benedicti*, como o oratoriano Lecointe crismou a sua de *Annales ecclesiastici Francorum;* e o próprio Tillemont, — dos três o mais impessoal, — ao escrever as suas *Memórias de História eclesiástica*, e a sua *História dos imperadores e dos outros principes...*,

(1) Sainte-Beuve, *Port-Royal.*

nada mais tem em vista que expôr, mais ou menos sistemáticamente e *harmónicamente,* as fontes do seu assunto, com um cuidado, um escrúpulo, e um desejo de exactidão, que, sendo enormes, chegam, por vezes, a ser excessivos.

É certo que a essa obra não se pode chamar ainda *História,* pois melhor lhe compete o nome de *Erudição;* mas o que êles fizeram em favor das sciências auxiliares como a Diplomática, a Paleografia, a Lexicografia, a Cronologia e a Epigrafia, tornam essa pleiade de espíritos construtivos bem digna da nossa admiração, pelo caminho extenso, largo e luminoso que abriram à investigação histórica.

Assim, bastava o *Glossarium* de Du Cange; o *De re diplomatica* de Mabillon, e os processos de crítica cronológica e de autenticidade das fontes seguidas por êste analista; bem como a crítica de proveniência e de restituição e os cuidados de verificação, classificação e disposição das fontes seguidos por Tillemont para tornarem os eruditos de Saint-Maur dignos da nossa admiração, como bem o teem sido dos juísos favoraveis da crítica contemporânea de Sainte-Beuve (1), E. de Broglie (2), L. Lanson (3), e H. Stein (4).

---

(1) Sainte-Beuve, *Port-Royal.*

(2) E. de Broglie, *Mabillon et la societé de l'abbaye de Saint--Germain-des-Prés à la fin du XVIIe siècle,* 1888.

(3) Gustave Lanson, *L'érudition monastique aux XVII et XVIIIe siècles,* nos *Hommes et livres,* 1895.

(4) H. Stein, *Mèlanges et Documents publiés à l'occasion du deuxième centenaire de la mort de Mabillon,* 1908.

Mas, os eminentes eruditos de Saint-Maur não limitaram a sua grande actividade às sciências auxiliares da História e aos trabalhos referentes ao passado da Ordem de S. Bento.

Êles não chegaram às sciências auxiliares pelo acaso das circunstâncias como pretendem fazer crêr aquêles que explicam o aparecimento do *De re diplomatica libri sex,* de MABILLON, sómente pelo conflito entre os beneditinos de Saint--Maur e os jesuitas, especialmente o jesuita PAPENBROECK. Se fôsse essa pugna scientífica a exclusiva causa do *Tratado de Diplomatica* de 1681, e do suplemento de 1704, teríamos que justificar do mesmo modo a publicação da *Palaeographia graeca* de BERNARD de MONTFAUCON (1), a do *Nouveau Traité de Diplomatique,* de TASSIN e TOUSTAIN (1750-1765), que tambêm trata da paleografia latina; e da *Art de vérifier les dates* (1750-1787), em 5 volumes, etc.

Os beneditinos de Saint-Maur chegaram, pois, à elaboração das sciências auxiliares muito conscientemente, muito expontâneamente, pela razão fácil de compreender, que elas constituiam os essenciais *instrumentos de trabalho histórico,* sem

---

(1) É com esta obra que MONTFAUCON funda a paleografia grega. É êste notável erudito o primeiro, tambêm, que apresenta o primeiro estudo crítico completo sôbre a arqueologia clássica com a sua obra *L'antiquité expliquée et representée en figures,* Paris, 1719, que teve um suplemento que apareceu em 1724.

Acêrca de MONTFAUCON veja-se: E. de BROGLIE, *Bernard de Montfaucon et les Bernardins,* 1891.

os quais não era viável a construção de uma obra séria e de confiança.

O terem notado essa necessidade, e o haverem trabalhado na criação, organização e disposição dêsses meios e processos da metódica histórica: eis as duas causas justificativas da sua glória.

Mas — como já dissemos — não foram só as sciências auxiliares que demoveram a atenção dos mauristas; nem só a história da sua ordem — com os *Acta Sanctorum Ordines Sancti Benedicti* e os *Annales Ordinis Sancti Benedicti ad annum* M.CLVII —, foi objecto do seu estudo. Tambêm êles teem publicada uma Colecção dos Padres gregos e latinos; alguns volumes sôbre a História da igreja, em geral; e a História eclesiástica da França, em especial — como a *Gallia Christiana;* cêrca de 12 volumes duma *Histoire littéraire de la France,* sendo os nove primeiros de autoria de Dom Rivet; bastantes estudos de história local, sendo dignos de especial menção os 5 volumes da *Histoire de la ville de Paris,* de D. Félibien; outros cinco da *Histoire générale de Languedoc,* de Vaissete e Devie; quatro duma *Histoire générale et particulière de Bourgogne* por Plancher; dois duma *Histoire de Bretagne* de Taillandier e Morice, etc.; e mais duma dezena de volumes duma *Colecção de historiadores das Galias e da França* (Rerum gallicarum et francicarum scriptores).

Mas, é a publicação de diversas colecções de documentos inéditos que tornam os beneditinos

de S. Mauro merecedores aqui de especiais referências.

Referindo aos importantes trabalhos históricos dos mauristas, diz o prof. LANGLOIS: «As suas emprêsas tão variadas obrigaram os beneditinos a imensos trabalhos de extractos e de inventários, não só nas ricas bibliotecas da sua Ordem mas também nos outros depósitos da França e do estrangeiro. No decurso dêsses trabalhos de investigação, encontraram naturalmente peças que, sem serem de natureza a figurar nas suas colecções, ofereciam comtudo interesse para a história. Ora estava naturalmente indicado que se juntassem em feixes os ramos desta espécie num tempo em que não existia, como hoje, Revistas para os receber. Desde o fim do século XVI, os eruditos começaram com efeito, a publicar, sob diversos títulos, colecções de *Miscelânea*, isto é, de documentos não tendo outro caracter comum que serem, na opinião do editor, interessantes e inéditos. Os beneditinos, infatigáveis copistas teem deixado colecções de *Miscelânea*, ou Spicilégios, de primeira ordem» (1).

Efectivamente, já LUC d'ACHERY havia escrito um *Spicilegium sive Collectio veterum aliquot scriptorum qui in Galliae bibliothecis delituerant* (2);

---

(1) LANGLOIS, *Manuel de Bibliographie Historique*, 1901-1904, pág. 301.

(2) Do *Specilegio* ou *Colecção* de d'ACHERY ha a edição de F. de la BARRE, em três volumes in-fol. publicado em 1723. Aí, as peças

MABILLON colige os seus *Vetera Analecta* (1); MARTÉNE e DURAND constituem o seu *Thesaurus no-*

figuram distribuidas segundo uma determinada ordem sistemática: teologia, história eclesiástica e profana.

No «Elogio de Louis-François-Joseph de la Barre», publicado no t. II da *Histoire suivie de l'Academie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres*, em 1748, depois de se falar numa colecção de Medalhas dos imperadores romanos publicada por Dom ANSELME BANDURI, e em que LA BARRE muito trabalhou, lê-se: «Quand M. DE LA BARRE fût libre de ce prèmier engagement, les Libraires de qui il commençoi à être connu, lui proposèrent de donner une nouvelle édition du Spicilège de DOM LUC D'ACHÉRY, qui étoit devenu fort rare, et il s'en chargea dans la vûe de le rendre en même temps plus ample, plus commode et plus utile.

«Ce Spicilège, ou Recueil de Pièces consistoit en treize volume in-4, imprimez en différentes années, depuis 1655 jusqu'en 1677: et DOM LUC D'ACHÉRY n'avoit pu y observer aucun ordre de dates ni de matières, parce qu'il s'étoit fait une loi de publier ces Pièces anedoctes dès qu'il en avoit rassemblé un certain nombre; de sorte que souvent le commencement, la suite ou les fragments d'un méme ouvrage, se trouvoient dispersez et morceléz en divers Tomes, ce qui en rendoit l'usage très-difficile».

A seguir, o panegirista expõe qual o plano seguido por LA BARRE na elaboração do Specilégio, e diz: «M. de la BARRE rangea d'abord toutes les Pièces de l'ancien Spicilège dans leur ordre naturel: il les partagea ensuite en trois corps qui forment chacun un volume in fólio. Il mit dans le premier, les Traités Dogmatiques, Moraux et Polémiques; dans le second, les morceaux qui appartenoient á l'Histoire Ecclésiastique; et dans le troisiéme, ceux qui regardoient l'Histoire Profane. Il inféra dans les uns et dans les autres, les Pièces découvertes depuis la premiére édition du Spicilège: il conféra les anciennes sur plusieurs Manuscrits, dont il eut soin de marquer les diverses leçons qui l'aidérent à corriger une infinité de fautes, et á remplir beaucoup de lacunes. Enfin, il en éclaircit les endroits obscurs par de savantes Notes, dont quelques—unes sont assez étendues pour mériter le nom de Dissertations». In *ob. cit.*, pág. 429-430.

O infatigável LA BARRE, foi ainda o editor do *Dictionnaire Historique de Moréry*, em 6 vol., na ed. de 1725; o autor dum *Journal de Verdun;* de várias comunicações à Academia de Inscrições, etc.

(1) A colecção de MABILLON, tambêm foi publicada, em 1723, por F. de la BARRE, e preenche 1 vol., in-fol., estando as peças distribuidas cronológicamente.

vus anedoctorum (1), e o *Veterum scriptorum et monumentorum historicorum, dogmaticorum, moralium. Amplissima Collectio* (2); sem se dever omitir o *Museum italicum* de MABILLON, o *Diarium italicum* de MANTFAUCON (3), e a *Voyage littéraire de deux religieux bénédictins de la congrégaion de Saint-Maur* (4), que era o produto das missões de estudo no estrangeiro.

Não podemos omitir o nome de DU CANGE autor de muitos trabalhos de compilação sôbre geografia histórica (5), arqueologia (6), história antiga e medieval (7) geneologia (8), etc., nem o de BALUZE, do qual apareceram em Paris, de 1678 a 1715, sete volumes de *Miscelânea,* àlêm doutras colecções.

---

(1) Esta obra apareceu em Paris, em 1717, e consta de cinco vol., in-fólio. Alêm desta colecção, MARTÉNE e DURAND projectavam nada menos que reeditar, após a publicação do seu *Thesaurus,* as principais colecções dadas a lume, desde a colecção dos textos canónicos por CANISIUS, até às aparecidas no seu tempo.

(2) Essa obra foi publicada em Paris entre 1724 e 1735, e consta de 9 volumes, in-fólio.

(3) Aparecido em 1702, em Paris.

(4) Os dois religiosos, autores da *Voyage,* são ainda os operosos MARTÉNE e DURAND. A obra apareceu em Paris em 1717.

(5) Como se sabe, DU CANGE tinha já pronta ou quási, uma *Description de la Gaule et de la France.*

(6) Nos glossários de DU CANGE, encontra-se muita arqueologia, tanto clássica como medieval.

(7) A história antiga e medieval encontra-se no *Glossarium mediae et infimae graecitatis* (1688), e nos pesados nove volumes do seu *Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis* (1678).

(8) A obra genealógica de DU CANGE encontra-se no seu *Nobiliario.*

b) Os progressos da crítica histórica com os Bolandistas através da historiografia racionalista

Se os Beneditinos de Saint-Maur e alguns laicos como Du Cange, Baluze, Henri e Adrien Valois, Brussel e Thomassière, em França; Leibniz, Henrique de Bünau e Mascov, na Alemanha; Muratori na Itália, e poucos mais deixaram uma importante obra de erudição tendente a marcar a nova orientação da historiografia moderna no sentido do estudo cronológico, epigráfico, paleográfico e diplomático das fontes, não há dúvida que muito havia ainda que fazer no que respeitava à interpretação dos documentos e à crítica de sinceridade e de exactidão dos testemunhos.

Foi nêsse sentido, principalmente, que incidiu o trabalho dos Bolandistas ao elaborarem os seus *Acta Sanctorum*. Assim, tendo êles que sustentar muitas vezes discussões com os Protestantes, com os Humanistas e com os Beneditinos, os Bolandistas ou Jesuitas viam-se forçados a defender-se com sagacidade e cuidado extremos no terreno da crítica das fontes históricas. Daí proveio o rigorismo com que êles faziam o estudo dessas fontes a fim de não darem o flanco aos adversários habeis no que respeita à fixação mais ou menos rigorosa de datas, nomes e factos. A análise dos testemunhos era rigorosa como rigorosa era a classificação que delas se fazia, e metódica era a sua disposição segundo a sua antiguidade e grau de crédito que mereciam.

Porêm, os Bolandistas ou Jesuitas não estavam naturalmente talhados para levarem muito longe a sua crítica, pois do contrário chegariam a um ponto em que os próprios princípios da sua Ordem, e, mesmo, as bases do catolicismo, sofreriam grave abalo. É daí por deante que começam com muito maior despreocupação pelos preconceitos religiosos a crítica dos eruditos laicos como Bayle, Beaufort e Dubos.

Efectivamente, é com Pedro Bayle que começa a verdadeira idade do criticismo histórico que havia de ir encontrar os seus seguidores em Voltaire e nos racionalistas.

Bayle torna-se digno de figurar na súmula da historiografia crítica do período da transição para a época dos racionalistas. É êle o auctor do *Dictionnaire historique et critique,* obra no género da de Mareri, e da *Critique générale de l'histoire du Calvinisme du Pire Maimbourg,* onde o livre pensador toma, por vezes, o lugar do crítico, e o combatente anti-religioso o de historiador. Bayle pode não ser na evolução da história uma figura central, mas é um interessante precursor do racionalismo, e especialmente de Voltaire.

Tambêm, Beaufort se nos depara no início do criticismo histórico como autor de uma *Dissertation sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine,* edições de 1738 e 1750. O seu negativismo crítico leva-o exasperadamente, a regeitar em globo as afirmações dos historiadores latinos desde Políbio a Tito Lívio àcêrca

dos primeiros tempos da história de Roma, sem que o estado de atrazo das sciências do espírito lhe permitisse vêr que numa lenda, num conto ou num mito há, por vezes, um fundo de verdade que importa descobrir e interpretar. Assim, muito sagaz e hábil em destruir não o foi igualmente em criar e edificar uma obra, ou em reconstituir o período histórico a que se dedicou.

Entretanto, aparecia o abade João Baptista Dubos com a sua *Histoire critique de l'établissement de la monarchie française dans les Gaules*, ed. 1735. Dos três autores foi êste o que melhor soube aliar a um grande fundo de erudição uma bôa penetração de espírito crítico, grandeza de vistas e independência de juízo para estudar e compreender uma época tão recuada e obscura como a dos tempos merovíngios — que êle descreve, e onde nota a influência da dominação romana.

A sua concepção da sucessão dos factos e da evolução histórica gradual e rítmica, e a maneira como êle compreende, estuda e critica, o problema das origens constitucionais da França fazem de Dubos um precursor dos históriadores do século XIX, especialmente de Fustel de Coulanges.

Mas, o historismo humanista decaia irremediávelmente. Dubos, historiador de transição é o último produto dessa escola, se bem que seja já um racionalista. Com êle morrem de vez os ditames dessa escola retórica, artística e estética: muito mais brilhante que sólida, mais convin-

cente e catequética que verdadeira e scientífica, a qual durante três séculos teve preponderante lugar na literatura europeia, desde PETRARCA a BOCACIO, e especialmente a partir de COLUCCIO SALUTATI e do seu discípulo LEONARDO BRUNI.

Com o alvorecer do racionalismo a função crítica toma uma grande importância, e tão crescente ela se vai tornando pouco a pouco que, com KANT e os neo-kantistas, chega a tornar-se absorvente dominador: é êsse o período do criticismo, da hiper-crítica.

É com o racionalismo — o *Aufklärung dos alemães* — que a crítica penetra na história. A tendência crítica, que é a caracterisca essencial e eponima do racionalismo, resultou da evolução porque passou a filosofia a partir JOHN LOCKE.

HARALD, HÖFFDING, ao começar, na sua *História da Filosofia,* o estudo sôbre *A Filosofia inglesa da experiência*, escreve:

«Os grandes sistemas haviam nascido da certeza que existia um material suficiente e uma clareza de pensamento bastante para edificar construções capazes de substituir a concepção medieval do mundo derrubada pela investigação da Renascença e pelo aparecimento da sciência nova. De resto, essa confiança não deixava de ser justificada. As descobertas, os métodos novos e os novos princípios tinham lançado uma definitiva luz acêrca da direcção que o pensamento humano devia daí por diante seguir para poder tratar de alguns problemas mais importantes; e o

século XVII teve sobretudo êste mérito de haver formado, com energia e com lógica, as hipóteses as mais avançadas sôbre as relações da natureza espiritual com a natureza material; mas bastava o facto de haver muitas hipóteses possíveis a considerar para tal excitar a atenção do pensador e do crítico. Havia ainda que acrescentar que os que construiram estes grandes sistemas com tanta confiança e engenho tinham descutido muito a natureza e o modo da acção do pensamento, mas não tinham visto senão uma introdução aos seus sistemas própriamente ditos. Com uma pressa muito dogmática êles procuravam passar por cima da importante questão do exame do pensamento para só encontrarem a solução dos enigmas da existência». E continua:

«O que faz a importância da escola inglesa, tornada clássica na história do pensamento, é ter constituido um problema independente do exame do desenvolvimento do conhecimento humano, das formas e das hipóteses de que êle dispõe. JOHN LOCKE e seus sucessores asseguram a independência do problema do conhecimento em face do problema da existência — o qual nos grandes sistemas havia deixado inteiramente na sombra aquele». Depois, HÖFFDING nota: «que a filosofia crítica começa com JOHN LOCKE».

A seguir, o eminente pensador dinamarquês faz notar, significativamente, que «por detrás dêsta oposição puramente filosófica, entre a filosofia dogmática e a filosofia crítica, há uma opo-

sição histórica mais extensa». E, acrescenta: «Os sistemas filosóficos não são o único objecto da crítica: o exame crítico volta-se contra todas as autoridades, contra todos os poderes existentes». E, notando que a concepção dogmática da substância em filosofia tinha o seu paralelo na noção da autoridade absoluta em política, êle escreve: «Agora, chega o século da emancipação ao mesmo tempo que o da crítica».

Efectivamente, Locke e os seus discípulos, fazem o «grande balanço das ideias», abstraindo dos preconceitos de tradições e de autoridades, e submetem a um rigoroso e profundo exame todos os princípios — incluindo os da razão suficiente de Leibnitz e Wolff, efectuando também a revisão do problema da classificação e evaluação dessas acções. Mas, deixemos o problema moral que Locke aborda nas suas obras, e vejamos como êle trata do problema do pensamento.

O primeiro filósofo crítico — como lhe chama Höffding — nega as ideias intactas, e considera a experiência como a fonte de todo o conhecimento, e a sensação e a reflexão como meios de o conseguir.

Assim, ao passo que a sensação, pelos instrumentos dos sentidos, nos dá a conhecer os objectos externos, é pela reflexão que conseguimos conhecer as modificações internas, as operações da alma. E acrescenta, que nada escapa a estes dois meios do conhecimento até mesmo as mais altas especulações da inteligência e os mais ele-

vados arroubos da imaginação. Depois de dividir as ideias em *simples* e *complexas* — as primeiras fornecidas por um ou mais sentidas, as segundas elaboradas pelo espírito — ocupa-se das operações ou faculdades da inteligência. Aí distingue por ordem as seguintes que entram na formação das ideias: *a*) — a *percepção* que é o primeiro gráu para o conhecimento; *b*) — a *retenção* que tem em vista conservar as ideas introduzidas no espírito, e trazer ante êste aquelas que depois de ali haverem estado impressas de lá tinham desaparecido *(Memória)*; *c*) — *o discernimento*, que é a faculdade que consiste em distinguir nítidamente as diferentes ideas; *d*) — *a comparação*, que tem por fim estabelecer relações entre os objectos, os fenómenos, as ideas; *e*) — *a composição*, que é o poder que tem a inteligência de reúnir muitas ideas simples, recebidas pela sensação e reflexão, para formar ideas complexas; *f*) — *a abstracção*, pela qual o espírito humano separa as ideas segundo determinados caracteres ou circunstâncias (1).

Assim, a filosofia de Locke, que é um estudo crítico do pensamento humano na sua dinâmica e nas suas manifestações, não admite as ideas inactas, nem os conhecimentos, máximas e princípios inactos.

Dêste modo, é impossível conhecer qualquer

---

(1) Alf. Weber, *Histoire de le Philosophie Europienne*, pág. 368 a 370; Harald Höffding, *ob. cit.*, 1.º vol., pág. 403 a 408.

cousa fora, e acima, do que nos fornece a experiência externa ou interna, devendo, por isso, a filosofia renunciar à solução dos problemas transcendentes das primitivas causas e mais remotas origens, bem como aos da substância, da essência, e da constituição íntima dos seres, e não podendo recorrer a outros métodos além da observação, da indução e da experiência. Não nega Locke a existência da alma, mas afirma a impossibilidade de conhecer se a sua existência é material ou não, e que ela tenha a liberdade da indiferença. Também êle admite a existência de Deus quer, em si, pela experiência, quer pelo princípio da causalidade dela resultante; mas nada diz quanto à sua natureza e atributos.

A influência da filosofia crítica e do empirismo de Locke foi enorme tanto nas sciências da natureza como nas do espírito, especialmente sôbre a filosofia política, a história, o direito, etc. Em compensação a filosofia panteista e determinista de Spinosa só mais tarde resurgiu com Fichte, Hegel e Schelling.

Deixando Shaftesbury e Hutcheson que se preocuparam mais com o problema moral que com o do conhecimento, e José Butler que se dedica especialmente ao da ética religiosa, passando à margem das ideas do crítico e racionalista John Toland, do mecanicista Newton e do idealista Berkeley chega-se ao sensualismo, criticismo e relativismo de David Hume.

Hume, discípulo e continuador de Locke, en-

tende, como êste, que os conhecimentos teem por origem as *impressões* e as *ideas*, se bem que tudo o que julgamos o produto do espírito — os pensamentos mais elevados como as ideias mais abstractas — se possa reduzir a simples impressões ou sensações.

Também para êle a ideia de Deus, com os seus caracteres de poder, inteligência e bondade infinitos, deriva da ampliação ilimitada dêsses caracteres em nós próprios (1). Mas a parte original da teoria do conhecimento de HUME é o estabelecimento do *problema da causalidade*. Se é certo que para o eminente pensador escossês todas as ideas resultam da sensação, também, segundo êle, há conhecimentos que consistem apenas «na interpretação das relações recíprocas das nossas ideas» e são os dados pelas sciências formais — como a lógica e as matemáticas; e há «conhecimentos que nos levam além das sensações dadas e que nos convencem da existência de alguma cousa que não é dada».

Ora esta última espécie de conhecimentos implica a existência de um *princípio de causalidade* (2). Para êle a causalidade é o resultado da percepção de uma simples sucessão entre dois fenómenos, e o conhecimento humano limita-se à percepção dessa sucessão. Mas o *problema de*

---

(1) Vêr: DAVID HUME, *Treatise on Human Nature*, capitulos I e II; HARALD HÖFFDING, *Histoire de la Philosophe Moderne*, tômo I, pág. 450-457.

(2) H. HÖFFDING, *ob. cit.*, pág. 451-452.

causalidade é muito importante para a sua teoria do conhecimento, pois é êle — como diz Höffding — o «problema da solução do qual depende toda a apreciação da importância da sciência positiva».

O autor dos *Essays* depois de mostrar que todas as ideas resultam da sensação, nota que elas se costumam seriar, apresentando entre si uma certa ligação que deixa supor que entre elas existem certos princípios segundo os quais se seguem, agrupam e ligam as nossas ideas, como sejam os de *semelhança, contigùidade de tempo ou lugar*, e o de *causalidade*. ¿Mas são êsses princípios, e especialmente o de causalidade — que é o mais importante — noções *à priori*, inatas, anteriores a toda a impressão — como, mais tarde, há de entender Kant? ¿Ou são êles sensações enfraquecidas, cópias de impressões correspondentes?

Para Hume entre a causa e o efeito nunca há nenhuma ligação que possa ser notada *à priori*, pois a causa e o efeito são cousas inteiramente diferentes que nunca se encontram juntas. O mais profundo exame nunca nos faz notar um efeito na sua pretendida causa, e mesmo nos casos em que a experiência nos mostra um efeito que sucede a tal causa, a nossa inteligência pode conceber um grande número de efeitos igualmente naturais. E afirma, que não existe um só caso em que, sem o auxílio da experiência, se possa determinar os acontecimentos quer quanto

à qualidade das causas, quer quanto à qualidade dos efeitos.

Assim, a idea de causa não constitue uma excepção à regra segundo a qual todas as nossas ideas resultam da sensação (1). ¿Mas falta-nos completamente toda a ideia de conexão causal ou de poder de relacionação por não podermos formar nenhuma ideia de cousas que nunca afectaram nem os nossos sentidos externos nem o nosso sentimento interior? Não falta, pois, segundo Hume, a idea de causa não provêm de uma impressão isolada, da percepção de um objecto individual, mas resulta do nosso hábito de vêr como muitas impressões e muitos objectos se seguem numa certa ordem.

Dêste modo, tal ligação à qual a experiência nos acostumou, esta transição habitual que faz passar a imaginação do objecto que precede para aquele que o costuma seguir, é — como interpreta Weber — o único sentimento, a única impressão segundo a qual nós formamos a ideia de poder, de causalismo, de ligação necessária.

O determinismo de Hume em psicologia passa para a história, fazendo dêle com Hobbes e Spinosa um dos fundadores da sciência histórica positiva, isto é — diz Weber — «baseada no princípio da necessidade das acções humanas».

Ed. Fueter ao tratar de Hume diz que não é

(1) Weber, *Histoire de la Philosophie Européenne*, 1897, pág. 410-411.

fácil determinar a posição do filósofo ao lado de VOLTAIRE; e depois de dizer que a cronologia das obras dos dois escritores leva a quási poder afirmar-se que o *Siècle de Louis XIV,* de VOLTAIRE, foi para HUME um incitamento, logo nos declara que é difícil estabelecer em que gráu foi êste influenciado por aquele, se bem que considere verosimil que HUME deva a VOLTAIRE a iniciativa da sua obra (1).

Ora a verdade, é que as ideas directrizes que HUME nos apresenta na sua *História de Inglaterra,* em seis volumes, aparecida entre 1754 e 1763, são o desenvolvimento das que já patenteara nos *Essays* de 1749, nos *Ensaios morais e políticos* de 1742, e no *Tratado da natureza humana* publicado em 1739.

É certo que HUME aparece-nos inferior a VOLTAIRE na forma de tratar os assuntos, na investigação e crítica das fontes, no estudo do encadeamento de factos, na profundeza dos juízos e comentários, na compreensão da influência do meio e dos factores económicos, e no descritivo da cultura artística e do estado mental das sociedades de que se ocupa. Mas, em compensação, estuda bem os caracteres das personagens de que se ocupa, tornando-se saliente como historiador psicólogo, e — como diz HÖFFDING — «tem êle o mérito de haver sido o primeiro que procurou fazer

(1) ED. FUETER, *Histoire de l'Historiographie,* 1914, pág. 452 a 456.

da história alguma cousa mais que uma simples descrição de guerras, pois ocupou-se do estado social, dos costumes, da literatura e das artes» (1).

O seu critério generalizador levava-o a afirmar que é um facto reconhecido universalmente que em todos os séculos e em todas as nações as acções humanas apresentam um grande carácter de uniformidade; que a natureza humana tem-se mantido nos seus princípios e na sua marcha ordinária; enfim, que os mesmos motivos produzem sempre a mesma conduta, que os mesmos acontecimentos proveem sempre das mesmas causas, e que «a principal utilidade da história consiste em descobrir os princípios constantes e universais da natureza do homem».

1.º — Voltaire e os seus seguidores na historiografia racionalista

Se David Hume é, como historiador, ainda uma figura da transição do período humanista para o racionalista, Voltaire individualiza completamente a historiografia do racionalismo.

Como aqui só nos interessam os caracteres da historiografia racionalista que se referem aos métodos e processos de investigação e crítica das fontes nada diremos das concepções filosóficas, religiosas e outras e dos modos de ser políticos e sociais dessa fase do historismo moderno.

---

(1) Höffding, *ob. cit.*, pág. 449.

Como diz FUETER a historiografia do racionalismo foi fundada por VOLTAIRE. Porêm, agora, nas obras históricas do autor do *Siècle de Louis XIV*, não nos interessa a sua filosofia da história, o seu ponto de vista administrativo, ou a importância dada por êle à cultura das belas-artes e das sciências nos Estados, nem a sua esperança na panaceia política do absolutismo esclarecido, nos grandes momentos de crise nacional, nem a apologia do predomínio da burguesia, do terceiro estado laborioso e progressivo, e das classes esclarecidas no govêrno dos povos, nem a sua neutralidade em questões de natureza internacional, nem a sua imparcialidade em assuntos políticos.

Já é mais de atender aqui a forma como êle no *Siècle* nota o encadeamento dos factos e faz o estudo, muito completo, de uma sociedade nas suas diversas actividades: política, financeira, religiosa, artística, etc., e o conhecimento que mostra da organização e funcionamento dos vários serviços do Estado. Mas o que aqui nos importa salientar, principalmente, são os caracteres do método histórico de VOLTAIRE tanto no que se refere ao estudo das fontes como à sua crítica.

VOLTAIRE é em história um *objectivo*, é mesmo o iniciador da crítica objectiva. Êle procura estar sempre em relação estreita com os documentos que se ocupam dos factos que descreve, na impossibilidade de estar em contacto com os pró

prios factos. Mas êle não se limitava a colher informações, a reunir testemunhos, pois punha um extremo cuidado em estudar, analisar e criticar as fontes a que recorria antes de as utilizar como origem do conhecimento histórico. Tanto o seu *Siècle de Louis XIV* como o *Essai sur les mœurs* conteem várias passagens em que êle, pelo seu trabalho crítico, depois de analizar afirmações feitas pelos historiadores que o antecederam, as emenda e rectifica.

É extraordinária a documentação com que se apetrechou VOLTAIRE para escrever o *Siècle de Louis XIV*. Informações verbais, leitura de correspondências e de memórias, de relatórios, folhetos e panfletos: tudo procurou conhecer, refletir, analizar e criticar.

Sabe-se bem que lhe forneceram informações os D'ARGENSON, RICHELIEU, CHATEAUNEUF, VENDOME, LA FARE, CAUMARTINI, o abade SERVIEN, a duquesa de Maine, VILLEROI, VILLARS, o marquês de Fenelon, os parentes de FOUQUET, de M.me de Maintenon, BOLINGBROKE, a duquesa de Marlborough, lord PETERBOROUGH, etc. Percorreu as memórias, ainda inéditas, de TORCY e de VILLARS, as de DANGEAU e de SAINT-SIMON, e as de Luís XIV — que lhe foram patenteadas pelo marechal de Noailles — tudo isto além de 200 volumes de memórias impressas, e de manuscritos dos Arquivos do Estado que êle teve à sua disposição como historiógrafo oficial. E deve notar-se que tudo isso era passado a uma fieira mais ou menos apertada, para o tempo, da

crítica de interpretação, de sinceridade e de exatidão (1).

Mas deve tomar-se em conta que se a crítica de VOLTAIRE em história marca enorme avanço sôbre a do humanista BERNARDO GIUSTINIANI, do seculo XV, ela apresenta-se ainda muito atrasada no *Essai sur les mœurs* em relação à de MOMMSEN — por exemplo — ao tratar da antiguidade clássica.

Contudo, é incontestável que a influência de VOLTAIRE foi enorme na historiografia moderna.

Se DAVID HUME — como já dissemos — foi, talvez, menos influenciado do que afirma ED. FUETER pelas concepções historiográficas de VOLTAIRE, já o mesmo não se dá com os historiadores ingleses WILLIAM ROBERTSON e GIBBON — aquele muito mais do que êste, mas ambos seguidores de VOLTAIRE, cada um à sua maneira.

Efectivamente, ROBERTSON foi um muito fiel adepto do famoso patriarca de Ferney como êle próprio o declara na Introdução à *História de Carlos V*. Esta obra — que é a melhor dêsse historiador escossês — apresenta, contudo, diferenças salientes das obras históricas de VOLTAIRE.

A famosa Introdução da *História de Carlos V* é um estudo feito com muito método, poder de coordenação e vista de conjunto da Idade Média desde o período feudal, anarquico e dissolvente,

---

(1) Vêr GUSTAVE LANSON, *Histoire de la Littérature Française*, 8.ª ed., pág. 694-699.

até à constituição das monarquias modernas. O seu ponto de vista geral e cosmopolita — que o afasta do particularismo insular de HUME — é uma característica da influência de VOLTAIRE, como o é a forma de estudar as manifestações de vida das sociedades, e de encarar a acção civilizadora do clero na Idade Média e nas colónias europeias da América.

EDWARD GIBBON, muito menos que ROBERTSON, também sente a iufluência de VOLTAIRE se bem que fique muito aquêm dêste na profundeza da crítica, na capacidade de apreensão e vista do conjunto da sociedade romana do período da decadência do império. São estes os dois historiadores ingleses que mais documentam o reflexo do racionalismo francês.

A influência de VOLTAIRE não deixou de chegar à Alemanha, fazendo-se sentir nas obras de SCHLÖZER, menos na *História da Alemanha* de SCHMIDT, mais nos trabalhos de história política e eclesiástica de SPITTLER, e muito exteriormente nas obras históricas do memorialista FREDERICO o Grande (1).

---

(1) Frederico II não é própriamente um historiador, e muito menos um historiador racionalista. Alêm de lhe faltar uma vista de conjunto, uma cultura geral e um saber extenso e equilibrado, não poude abstrair o coeficiente pessoal, resultando daí que as suas apreciações e os seus juízos são dogmáticos, peremptórios, incompletos, unilaterais. No ponto de vista do estudo das fontes deixa imenso a desejar, pois — como diz FUETER — «não escrupulisava em alterar os textos das cartas e dos discursos que inseria ou em retocar a seu favor a conta das suas perdas». Tambêm, a sua concepção da história, a forma de a escrever, e a maneira

2.º — Montesquieu e os seus adeptos no racionalismo histórico

Montesquieu e os seus seguidores como Delohne, Ferguson, Pristley e Heerem não nos interessam aqui especialmente, pois não se ocuparam das fontes históricas e da crítica documental — assuntos estes de que principalmente aqui tratamos.

Efectivamente, as *Considerations sur la grandeur et la décadence des Romains* e o *Esprit des Lois,* de Montesquieu, são muito mais obras de filosofia política que de história. As suas faculdades especulativas e a ausência de aptidão crítica manifestam-se comummente nas suas generalizações audaciosas, nas suas sínteses de fantasia: umas vezes sem a menor base documental, outras assentes em testemunhos falsos que êle admitia sem reflexão nem a mais pequena tentativa de fiscalização, e só porque os escritores clássicos ou outros lhos patenteavam.

---

de julgar os acontecimentos se ressentem dos seus sentimentos pessoais e da sua situação política.

Frederico II, general eminente e monarca absolutista, não podia encarar a história no ponto de vista popular ou burguês — como o faziam os racionalistas. Mas, se êle só exteriormente é um discípulo de Voltaire, e como tal se pode filiar na corrente do racionalismo historiográfico, não há dúvida que como memorialista e escritor militar é notável.

Os seus livros de *Memórias*, a sua *História de meu tempo*, e a *História da guerra dos sete anos,* são ainda hoje bons modelos de obras de história política e militar.

Os seguidores de MONTESQUIEU ocupam-se, como êste, da filosofia e da filosofia da história, e HEEREN é principalmente conhecido pelas suas obras de história política e económica, especialmente de história do comércio dos povos antigos.

Assim, JOÃO LUÍS DELOLME escreve a sua *Constitution de l'Angleterre;* FERGUSON é o autor do *Essay on the History of Civil Society,* e da *History of the Progress and Termination of the Roman Republic;* J. PRIESTLEY publica, em 1768, o *Essay of the first Principles of Government.* HEEREN é mais objectivo, mostrando-se, por vezes muito empírico na interpretação dos fenómenos ideais ou manifestações do espírito, como sucede na sua *Geschichte der Klassischen Literatur im Mittelalter,* e que vai até ao fim do século XV (1).

3.º — Outros historiadores do período racionalista

Quanto a WINCKELMANN — o criador da história da arte — que FUETER inclui na historiografia

(1) Porêm, no que respeita à história política e económica de HEEREN deixou três obras muito importantes: as *Ideas sôbre a política, as relações e o comércio dos povos da antiguidade* (dos egipcios aos gregos) e os dois *Manuais* — um de história antiga, e outro de história política e colonial da Europa moderna.

Nesses três trabalhos o seguidor de MONTESQUIEU e o discípulo de ADAM SMITH excede muitas vezes os seus modelos, rectificando o exclusivismo moral e político do *Esprit des lois,* com as concepções e teorias económicas do autor famoso das *Investigações acêrca da natureza e causas da riquesa das nações.*

racionalista, e que nós preferíriamos considerar como um precursor da escola romântica, o caso é já diferente, pois na sua *História da arte na antiguidade* êle mostra quanto presa e segue a análise das fontes, e quanto senso crítico aplica ao estudo destas (1).

Também Justus Möser, que Ed. Fueter, só para atender à cronologia, coloca entre os escritores do período racionalista, é, quanto a nós, um verdadeiro precursor dos historiadores realistas contemporâneos pela forma scientífica como trata os seus assuntos, pelo critério liberal, burguês e anti-etatista que mostra, pelo pouco respeito em face das fórmulas e preconceitos, pela inovação no estudo da história social, pelo nexo que estabelece entre os factores económicos e políticos no estudo das sociedades, pela subordinação da história da cultura à história social, pelo ponto de vista administrativo e constitucional seguido no estudo da história dos povos, etc. Enfim, um dos caracteres mais salientes do método de estudo de Möser é a forma objectiva e o método crítico que êle aplicava nas suas investigações.

Referindo-se a tal escreve Fueter:

«Já os Beneditinos e os publicistas imperiais tinham largamente usado de documentos para esclarecer e confirmar a história. Mas ninguêm havia, como Möser, escrito a história pelos docu-

(1) Vêr Fueter, *ob. cit.*, pág. 486 e 487.

mentos. Foi êle o primeiro historiador para quem tais documentos constituiram outra cousa mais que provas em apoio de uma investigação genealógica e arqueológica, pois eram para êle um pedaço da história viva. Êle soube, apenas com o auxílio dêles, reconstruir personalidades e lutas sociais, exactamente, por que não admitia o seu testemunho tão docilmente como os Beneditinos costumavam fazer. Ao passo que estes se limitavam a perguntar se tal era ou não autêntico, Möser submetia os documentos à crítica interna, sem cair nas leviandades dos Racionalistas» (1).

É precisamente a êste cuidado e a esta aptidão crítica que Möser deve o sucesso e a resistência da sua obra.

*

Outros historiadores nos apresenta o racionalismo alemão e suíço, figurando entre os primeiros o famoso Schiller, muito mais poeta e dramaturgo que historiador do levantamento dos Países-Baixos e da guerra dos trinta anos; o sentimental Johannes Müller; o famoso Herder bem conhecido pelas suas *Ideas sôbre a filosofia da história e da humanidade;* o teólogo Eichhorn; e o professor de história Schlosser — figura de transição, mais romântico que racionalista.

Da Suíça francesa é de salientar Sismondi —

(1) *Histoire de la Historiographie Moderne*, 1914, pág. 493,

famigerado autor da *História das repúblicas italianas na Idade Média* — obra sumamente impregnada do espírito, e até do estilo, do *Contrato social* de J. J. Rousseau. Porêm, nenhum dêsses historiadores se distingue pelo estudo cuidadoso e profundo das fontes históricas e pela aplicação da crítica às investigações, sendo de apontar, apenas, Müller — bibliotecário em Cassel e historiógrafo oficial — que procurou imitar, na recolha das fontes, os beneditinos de S. Maur — o que fez, porêm, confusamente, com pequena crítica e bastante parcialidade nacionalista (1).

(1) A sua *História da Suiça* é muito mais uma obra apologética que scientífica.

CAPÍTULO III

Alguns trabalhos de erudição e crítica históricas feitos no século XVIII

Continuando o nosso estudo sôbre a evolução da erudição e da crítica históricas devemos dizer que o século XVIII não limita a sua actividade historiográfica aos escritores de síntese que acabamos de enumerar ao tratar da escola racionalista.

Os trabalhos de erudição, e especialmente os de crítica histórica, que na opinião de RANKE, SYBEL e NISSEN só começam a ser feitos sériamente a partir da Renascença, sobem de importância e de perfeição durante o século XVIII (1).

---

(1) É certo que alguns bibliólogos eminentes sustentam que na antiguidade se praticava — e bem — a crítica das fontes. LANGLOIS no seu excelente *Manuel de Bibliographie Historique* afirma que: «a crítica das fontes e de proveniência foram praticadas de uma forma muito brilhante, desde a época dos Ptlomeus, nas escolas fundadas em volta das célebres bibliotecas de Alexandria e de Pergamo». E depois de falar da grande actividade dos gramáticos e filólogos, dos editores e comentadores de textos da Alexandria, apresenta-os como «os precursores e pro-

Não há dúvida que — como diz LANGLOIS — «a crítica filosófica foi tão estranha aos homens da Renascença como aos da antiguidade e da Idade Média», mas tal já não se dá no século XVII, e, especialmente, depois do aparecimento do *Discurso do Método* de DESCARTES.

É certo, também, que o uso e abuso da aptidão sintética na formação das ideas gerais, devido à especulação cartesiana, sacrificou, por vezes, os estudos de detalhe, as investigações minuciosas, a erudição conscienciosa, substituindo tudo isso por conceitos gerais e afirmações vagas e audaciosas — o que fazia escrever ao eminente HUETE na sua *Hetiana* aparecida em 1722:

«Il se forme une cabale d'apedentes, de gens ignares et non lettrés, qui, sentant leur incapacité et ne pourrant se resoudre à une étude assidue, ont cherché un chemin plus court pour se mettre au-dessus de ceux dont la comparaison les rendait méprisables; ils ont entrepris de ridiculiser l'érudition».

Mas, a penetração do espírito objectivo das

---

totipos dos eruditos ocidentais do século XVI», e escreve: «Não resta dúvida alguma que os grandes «filólogos» da Antiguidade foram tão hábeis como os melhores humanistas». Também salienta a actividade dos eruditos da Idade Média. Mas tudo isso é relativo aos trabalhos de filologia, porque referindo-se aos da história confessa: «É verdade que os historiógrafos própriamente ditos da Antiguidade e da Idade Média não tomaram, nos seus trabalhos, as precauções reflectidas que são actualmente de rigor! Êles operaram instintivamente e por conseqüência, muito mal; mas nem todos». Vide *ob. cit.*, pág. 243-245.

sciências de observação, que haviam progredido muito, no domínio da erudição vieram dar no século XVIII um novo impulso ao estudo das fontes históricas e à aplicação dos métodos da crítica filosófica e da lógica aos conhecimentos históricos.

Os trabalhos de erudição que já eram numerosos no século XVII aumentaram de importância no século XVIII.

Vejamos, muito sumáriamente, alguns, segundo os países onde apareceram:

1.º *Alemanha.* — Na Alemanha, depois da guerra dos Trinta anos, e devido ao impulso de LEIBNIZ, começaram a aparecer as colecções de documentos a partir dos fins do século XVII e início do século XVIII.

Efectivamente, em 1693 o eminente filósofo publicava o *Codex juris gentium diplomaticus;* em 1700 aparecia a colecção da *Mantissa documentorum* (1); e como historiógrafo da casa de Brunswick-Luneburgo fez grandes investigações nos arquivos e bibliotecas onde colheu os materiais para os seus *Scriptores rerum brunsvicensium,* de que publicou três volumes, entre 1707 e 1711 — obra essa que é uma colecção cheia de informações sôbre a Idade Média alemã, a história do Saxe, o govêrno dos guelfos, etc.

---

[1] Vêr acêrca da obra de LEIBNIZ: L. DAVILLÉ, *Leibniz historien, essai sur l'activité et la méthode historiques de Leibniz* (1909); FUETER, *ob. cit.*, pág. 392.

Nesse mesmo ano de 1700 aparecia de Leibniz as *Accessiones historicae, quibus potissimum continentur scriptores rerum germanicarum, et aliorum hactenus inediti.*

Aí figuram publicados cinco trabalhos históricos da Idade Média, sendo o primeiro de um cronologista saxão — talvez do mosteiro de S. João de Magdeburgo — que elaborou uma história desde o nascimento de Cristo até 1188; o segundo trabalho é uma crónica de João Vito, até 1348; o terceiro tem o título de *Gesta Treviorum,* por ser atribuída ao monge Goschier, de Treves; o quarto é uma crónica atribuída a Helmodus, contra os dinamarqueses; o último é a *Crónica de Alberico,* monge das três Fontes, que vai desde a criação do mundo até 1241, muito cheia de genealogias e notícias diversas de famílias e casas pouco conhecidas, pelo que foi depois muito utilisada.

Mas não ficou por aí a actividade de Leibniz, pois ainda elaborou uma colecção — a dos *Anais do Império do ocidente*, de 768 a 1005, que ficou inédita e incompleta mas que é no dizer de Ch.-V. Langlois «a sua obra prima histórica», sendo mais tarde publicada por G. H. Pertz (1).

Mais tarde os seus discípulos — entre quais

(1) Efectivamente, entre 1843 e 1846 aparecia em Hanover a *G. W. Leibnitii Annales imperii Occidentis Brunsvicenses,* em três volumes, com uma introdução, na ed. de Pertz. Vêr *Project d'une édition internationale des œuvres de Leibniz,* artigo do *Journal des Savantes,* de 1903; Ch.-V. Langlois, *Manuel de Bibliographie Historique,* pág. 319.

figuravam ECKHART — publicavam as *Origines guelficae;* e a influência da publicação de *Codex juris,* de 1693, fazia-se sentir no *Corps universel diplomatique du droit des gens... depuis Charlemagne jusqu'à present* — obra essa de JEAN DUMONT, em oito volumes, que apareceu em Amsterdam de 1726 a 1731, e em outras colecções.

Também, ainda devido ao exemplo de LEIBNIZ aparecia em 1723 o *Corpus historicorum medii aevi,* de J. G. ECKHART, e de 1721 a 1745 publicava-se a colecção dos *Scriptores rerum austriacarum veteres ac genuini;* de 1728 a 1830 aparecia a colecção dos *Scriptores rerum germanicarum, praecipue saxonicarum,* por J. B. MENCKE; em 1763 surgiam os *Scriptores rerum boicarum,* por A. F. VON OEFELE; em 1772 os *Scriptores rerum danicarum medii aevi,* de J. LANGEBEK, etc. Emfim, B. PEZ coligia o *Thesaurus anecdotorum,* que apareceu, em sete volumes, de 1721 a 1729; as *Relliquiae manuscriptorum omnis aevi diplomatum ac monumentorum,* de J. P. LUDEWIG, em doze volumes, que aparecia entre 1733 a 1741, etc., etc. (1).

Também em Francfort e Leipzig aparecia em 1699 uma «*Brevis Introductio ad Historiam sacrans utriusque Testamentis; ac precipue christianam*», por FREDERICO SPANHEIM, numa «edicio fere nona, omnium purgatissima» (2).

---

(1) Vêr CH.-V. LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 320.

(2) Acêrca dessa obra vêr *Journal des Savants,* París, 1700, pág. 236 a 245, 253 a 259, e 261 a 269.

Entre as principais obras de carácter político e administrativo, e que inserem documentos ou neles se baseam, encontram-se os cinqùoenta volumes de J. J. Moser — *Teutsches Staatsrecht,* de 1737 a 1754; e a obra do mesmo investigador: *Staatshistorie Teutschlands unter Karl VII;* os onze volumes de Gerstlaeker — *Handbuch der teutschen Reichsgesetze in systematischer Ordnung,* 1786 a 1793; os seis volumes de Harpprecht — *Staatsarchiv des Reichskammergerichts,* de 1757 a 1785; os dois volumes das *Institutions politiques* de Biefeld, etc.; o *Exame crítico da história secreta da côrte de Berlim,* de Trenck; as obras de Schlözer e, mais especialmente, as primeiras de Gatterer; a *História da Alemanha,* de Schmidt; as *Memórias,* a *História do meu tempo* e a *História da Guerra dos Sete anos,* de Frederico II — todas escritas e publicadas no decurso do século XVIII; as obras de Johannes Muller — já por nós citadas, etc., etc. E não se devem esquecer as dezenas de volumes da *História da Academia Real das Sciências e Belas-Letras de Berlim.*

Apesar de todas estas e de muitas outras grandes colecções viu-se logo que a publicação sistemática dos documentos tinha que ser uma obra colectiva, levada a efeito por uma Academia, por uma sociedade scientífica (1). Por isso Leibniz

(1) A erudição monástica não teve na Alemanha a mesma importância e influência desfrutadas em França — país católico. Mas na Áustria são de citar as obras saídas dos mosteiros de Melk e de Göttweih.

trabalhou no sentido de serem criadas grandes Academias scientíficas, chegando o seu amigo von Boineburg a elaborar, em 1670, o plano de um *Collegium universale eruditorum in Imperio Romano,* destinado principalmente à elaboração de obras de história.

Mais tarde, outros tentaram a fundação de um *Historisches Reichskollegium* que não subsistiu, até que, em 1700, Leibniz conseguiu do rei Frederico I da Prússia a criação da *Sociedade das Sciências* que mais tarde, no tempo de Frederico II, em 1744, foi reorganizada e desenvolvida, tornando-se a Academia das Sciências e Belas-Letras da Prússia, que ainda nesse século produziu importantes colecções de inéditos sôbre a história da Prússia, a história da Alemanha na Idade Média, etc.

Mas a Alemanha não viu só aparecer nesse século xviii a Academia prussiana, pois também a Academia das Sciências da Baviera foi fundada em 1759, começando logo a publicar uma colecção de fontes para a história dêsse país sob o título de *Monumenta boica.*

Por sua vez Goetingue viu surgir a sua Academia das Sciências, que, fundada em 1752 e organizada em 1770, projectou logo a elaboração de colecções de fontes da Idade Média alemã. Entretanto, ia-se desenvolvendo e aperfeiçoando o ensino universitário alemão, abrangendo os estudos históricos, começando assim a colaborar no progresso da historiografia scientífica.

Além do uso dos documentos, especialmente

dos manuscritos, na elaboração das obras de história outros e variados eram os usos em que eles eram aproveitados.

Assim, em 1727 e 1728 João Frederico Schannat publica dois importantes estudos sôbre a abadia de Fuld: um com o título de *A Diocese e a hierarquia de Fuld,* e outro sôbre a *Defesa de alguns Diplomas dos Arquivos da Abadia de Fuld.*

Numerosos são os documentos citados e transcritos — todos tendentes a comprovar a tese do autor, segundo a qual a abadia de Fuld não era uma diocese, não dependendo senão directamente da santa sé.

Já anteriormente, em 1726, o mesmo autor havia publicado um desenvolvido *Tratado histórico e jurídico sôbre os feudos e vassalos pertencentes à abadia de Fuld,* igualmente baseado nos diplomas, escrituras de doação, etc., acêrca da referida abadia (1).

Pelo que se acaba de vêr deve concluir-se que foi muito importante a obra realizada, no século XVIII, pela Alemanha quanto às sciências de erudição. É certo que muito do trabalho efectuado teve que ser revisto e refeito posteriormente, mas em história mais do que em outras sciências não há obras definitivas, e as elaboradas no século XVIII constituiram *étapes* essenciais ao progresso histórico.

---

(1) Vêr *Journal des Savants*, París, Janeiro de 1730, pág. 12 a 17.

*

2.º *Inglaterra.* Foi regularmente importante a obra da erudição realizada no século XVIII pela Inglaterra.

Além das colecções que sôbre história da igreja ali foram publicadas, figuram em primeiro lugar a das *Origines sive antiquitates ecclesiasticae* de J. BINGHAM, em 10 volumes, aparecida entre 1722 e 1729; os *Consilia Magnae Britaniae et Hiberniae,* de WILKENS, aparecidos em Londres, em 1737, sendo muito importante a publicação dos documentos políticos e outros. É certo que essa publicação nem sempre se fez correctamente como sucedeu aos *Rerum anglicarum scriptores* de W. FULMAN, de 1684; aos *Historiae britanicae scriptores quindecim,* de TH. GALE; às colecções de HEARNE, HALL e SPARK, etc., — obras essas que tiveram mais tarde de ser corrigidas.

Quanto à história política e diplomática são de citar, além dos «Records», de W. PRYNNE, aparecidos entre 1666 e 1668, a célebre colecção de documentos diplomáticos dos arquivos da Chancery e do Exchequer que começou a aparecer em 1704 com o título: *Foedera, conventiones, Litterae et cujuscumque generis Acta publica inter reges Angliae et alias quosvis imperatores, reges, pontifices, principes, vel communitates,* a partir de 1101.

Esta obra elaborada por Tomas Rymer até ao tômo xv, que atinge Julho de 1586, foi continuada até ao tômo xx, compreendendo os papéis sôbre ligas, tratados, alianças, capitulações, etc., até 1654, e que apareceu em 1735 (1).

Na segunda metade do século xviii era ordenada pelo Parlamento inglês a publicação dos velhos «Rôlos do Parlamento», com o título: *Rotuli parlamentorum, ut et petitiones et placita in Parliamento*, da qual apareceram seis volumes.

Também a genealogia, a heráldica, a história local, a arqueologia e a história administrativa mereceram no século xviii atenções especiais.

Quanto á arqueologia são de citar as obras editadas pela *Sociedade dos Antiquários de Londres,* que desde 1747 faz publicar a famosa colecção dos *Vetusta Monumenta,* e a partir de 1770 fez aparecer a famosa revista *Archaeologia.*

Acêrca da história económica e financeira da Inglaterra é de citar *The history and antiquities of*

---

(1) A esta edição seguiram-se mais três. A segunda também em vinte volumes, apareceu em Londres, de 1727 a 1735; a terceira, em dez volumes, na Haia, de 1739 a 1745; a quarta — que é a *Record edition* — é feita em quatro tômos de sete volumes, e foi publicada em Londres entre 1816 e 1869.

Das edições completas a mais correcta é a terceira, conhecida pela *Dutch edition.*

Para facilitar as investigações, Thomas Duefus publicou entre 1869 e 1885 um quadro geral da Colecção estabelecendo a concordância entre as quatro edições, é o *Sillabus, in english of Rymer's Foedera,* em três grandes volumes.

the Exchequer, a qual foi publicada em duas edições, em 1711 e 1769.

*

3.º *Itália.* Na Itália os trabalhos de erudição brilharam bastante no século XVIII, pois o ambiente, as tradições políticas e literárias, as riquezas documentais dos arquivos, a intensa vida política e a grande importância religiosa — tudo se congregava para tornar rica a historiografia no país dos Apeninos. Se mesmo na Idade Média foi sempre mais ou menos activa a vida do espírito na Itália, e na Renascença chega a ser grande, enorme o brilho que ali desfrutam as artes e as letras, é só no século XVIII que lá aparece um MURATORI, significativamente designado pelo «padre della storia crítica italiana» (1).

(1) É sabido que se a Reforma bastante contribuiu para estancar o progresso das letras e das artes, ela foi, pelas questões que suscitou, um importante estímulo para o grande desenvolvimento dos estudos históricos, especialmente dos de história eclesiástica.

Pertence a essa ordem de trabalhos históricos, apologéticos e críticos, por parte do catolicismo, a célebre colecção dos *Annales Ecclesiastici*, de CESAR BARONIUS, cujo primeiro volume apareceu em 1588, em resposta à famosa *História da Igreja*, em treze volumes, do protestante MATHIAS FLACIUS ILLYRICUS.

A obra de BARONIUS que só atinge 1198 foi continuada: por BZOVIUS e RAYNALDI até 1565, em mais seis volumes, que apareceram entre 1646 e 1677; por LADERCHI, até 1571, em três volumes, de 1728 a 1737; e pelo P. THEINER até 1590 em outros três volumes, em 1856.

Deve dizer-se que a obra de BARONIUS gosou de boa fama e teve grande importância através dos séculos XVII e XVIII, apesar das

A obra de iniciativa e o esfôrço de propulsão realizados nos estudos históricos por êsse arquivista e bibliotecário dos duques de Modena fazem lembrar muito a acção desenvolvida por Leibniz na Alemanha, conforme já espusemos.

O erudito Luís António Muratori antes de iniciar as grandes obras de conjunto havia publicado, na íntegra ou em extracto, muitos manuscritos das bibliotecas e arquivos italianos, especialmente da Biblioteca Ambrosiana. Pertence a essa fáse da vida de Muratori, e a êsse género de obras, as «*Anecdota quae ex Ambrosianae Bibliothecae Codicibus nunc primum eruit*».

Muratori que era «in eadem Bibliotheca Ambrosiani Collegii Doctor», publica no primeiro tômo, aparecido em 1697, quatro poemas de S. Paulino, bispo de Nole, sôbre o dia do nascimento de S. Felix, encontrados na Biblioteca Ambrosiana que Muratbri acompanha de muitas notas e vinte e duas dissertações com esclareci-

---

grandes obras de crítica com que responderam os protestantes, sendo das principais a do helenista Isaac Casaubon, *Exercitationes in Baronium.* Em 1746 aparecia na imprensa de Leonardo Venturini, do Lucas, o xix da nova edição dos *Annales*, com observações do padre João Domingos Mansi, o qual dirigiu também a continuação feita por Odorico Reinaldo.

Como diz Langlois, a tradição de Baronius foi continuada em Roma através do século xvii por uma pleiade de eruditos como Lucas Holstenius, Leon Allatius, Ughelli, etc., sendo de citar especialmente a colecção em nove volumes da *Itália Sacra*, de Ughelli, publicada em Roma entre 1644 e 1662. É depois que aparece Muratori.

mentos e comentários sôbre várias passagens dos poemas (1).

O segundo tômo das *Anecdota* contêm, entre outros, os seguintes manuscritos: uma profissão de fé de Bachiarius, pois êste tendo nascido numa região suspeita de heresia fôra caluniado de herético — o que procura contestar, declarando a sua fé sôbre os pontos de doutrina do catolicismo; uma *História de Milão* de João Cermenate; um manuscrito com uma condenação da heresia dos Maniquêos; um afamado discurso de Eneas Sílvio Picolimini quando foi enviado, na qualidade de núncio, por Nicolau V, à Boémia, Moravia e Áustria para restabelecer a religião; um catálogo de relíquias do tempo de S. Gregório, escrito em papel do Egito; e duas crónicas dos reis de Itália, sendo tais peças acompanhadas de importantes notas e comentários de Muratori (2).

Muratori não era sómente um erudito, um investigador, era tambêm um pensador, um filosofo. Em 1745 aparecia em Venesa a sua obra *Della forza, della fantazia umana,* onde êle trata da diferença entre a inteligência e a imaginação, da sede e funções da imaginação criadora — «fantazia», da imaginação como manifestação divina, da memória, dos sonhos, do sonambu-

(1) Acêrca dêsse tômo e das notas e comentários de Muratori vêr: *Le Journal des Savants*, Paris, de 8 de Junho de 1699, pág. 261 a 264.

(2) Sôbre êsse tômo vêr: *Ibidem*, pág. 265 a 267.

lismo, loucura, das relações da alma com o corpo, da filosofia moral e cristã, etc., etc.

Como Leibniz, também Muratori aconselhou a formação de uniões, repúblicas ou ligas entre os eruditos para a elaboração das grandes obras que só podem ser levadas a efeito por uma acção colectiva. E também êle, como o eminente autor da *Monadologia,* dá o exemplo escrevendo obras de erudição, e elaborando importantes colecções como a dos *Rerum italicarum scriptores* (1), em vinte e sete tomos, de 1723 a 1738 (2); os quatro

---

(1) Esta obra, como o seu título significa, é uma colecção de vários escritores de história da Itália, indo do ano 500 a 1500.

Uma grande parte dos trabalhos editados por Muratori eram inéditos mas outros já haviam sido publicados. Assim, no tômo xx aparece, a abrir, uma *História de Siena*, a partir de 1422, por João Bando de Bartholomaeis, depois continuada, sucessivamente, por Francisco Thomasio e Pedro Ruffio. Seguem-se: o *Diário* das operações de Jacques Picinini na guerra dos venezianos com Francisco Sforza, duque de Milão — *Diário* êsse escrito por Porcelli, poeta e secretário de Afonso I, das Duas Sicílias; a *História de Florença* por Pogge que fôra publicada em italiano, e, depois em 1715, em latim, por Recanati, acompanhada de uma biografia de Pogge e de eruditas notas; a *História de Mântua*, até 1464, por Bartolomeu Sacco de Cremona — obra dedicada ao cardeal de Gonzaga, e já publicada em 1765 por Pedro Lambecius; os *Anais de Placência,* de António e Alberto Ripalta; a *Vida de Filipe Maria Visconti,* já publicada em Milão, em 1625, por Pedro Candido Decembri; seguida de uma biografia resumida de Francisco Sforza, 4.º duque de Milão, do mesmo autor. Termina o volume por um discurso do mesmo Pedro Candido Decembri com a biografia de Nicolau Picinino.

(2) Segundo confessa o próprio Muratori esta e outras das suas obras foram-lhe inspiradas pelos trabalhos históricos de Leibniz e pelos *Tesouros* de Graevius — o *Thesaurus antiquitatum et*

volumes das *Antiquitates italicae medi aevi,* aparecidos em Milão, de 1738 a 1742, e que são uma colecção de dissertações de história política, literária, e de história da civilização italiana na Idade Média (1). Ainda publicou uma colecção de *Annali d'Italia,* à maneira dos *Anais do Império* de Leibniz (2).

Depois de Muratori é de notar João Domingos Mansi, arcebispo de Lucques, que reeditou os *Annales* de Baronius, a *História eclesiástica,* de Alexandre Noël, a *Vetus et nova Ecclesiae disciplina,* de Thomassin, as *Miscellanea,* de Baluze, etc.

Em 1698 começou a aparecer em Roma uma *Collectanea monumentorum veterum ecclesiae Graecae ac Latinae,* que *haetenus in Bibliotheca Vaticana delituerunt.*

O colector Lourenço Alexandre Zacagni, bibliotecário do Vaticano, seguindo o exemplo de Luccas d'Acheri, da Congregação de S. Mauro — que havia amontoado já então, em treze tômos, uma grande quantidade de manuscritos, e o de Mabillon — que já publicara quatro tômos de *Ana-*

---

historiarum Italiae, e o *Thesaurus antiquitatum et historiarum Sardiniae, Corsiae,* etc.

Acêrca das influências de Leibniz sôbre Muratori vêr: Cipolla, *Leibniz e Muratori,* Modena, 1893; Ch. V. Langlois, *Manuel de Bibliographie Historique,* pág. 327 a 329.

(1) Vêr Ch. V. Langlois, *ob. cit.,* pág. 329.

(2) Segundo informa Langlois, *loc. cit.,* estes *Anais* foram redigidos muito apressadamente, estando cheios de inexactidões, pelo que não teem hoje valor algum.

lectas, do padre LABBE, de COTELLIER e BALUZE, publicou também uma grande porção de inéditos do Vaticano na citada *Collectanea.* Começa pelo relato de uma conferência entre o bispo Arquelao e o chefe dos Maniquêos Manês.

Esse e outros dos manuscritos publicados são acompanhados de muitas notas de ZACAGNI (1).

Em 1766 era publicado em Paris o tômo III do importante *Abrégé Chronologique de l'Histoire Générale d'Italie, depuis la chute de l'Empire Romain en Occident... jusqu'au Traité d'Aix-la--Chapelle en 1748,* par M. de S. MARC (2).

Também, o operoso MANSI se entregou à publicação de uma colecção dos Concílios, publicando primeiramente um suplemento à edição impressa de NICOLAU COLETI, em seis volumes, a partir de 1748, e começando em 1759 a publicação de uma Colecção nova — a *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima Collectio*, que é, segundo diz LANGLOIS, uma reprodução dos Concílios de COLETI. Essa enorme colecção conhecida pela *Amplissima,* de MANSI e dos seus continuadores, em trinta e um volumes (3), preenche a segunda me-

---

(1) Vêr artigos bibliográficos in *Journal des Savants*, Paris, 1699, pág. 213 a 221.

(2) Acêrca dêsse tômo que trata da *História da Itália* durante o domínio de quarto imperadores da casa da Franconia e do imperador Lotário II, de 1027 a 1137, vêr *Journal des Savants,* Paris, 1767, pág. 21 a 28.

(3) Essa obra ficou muito incorrecta. Vêr o trabalho do P. QUENTIN, *J. D. Mansi et les Collections conciliaires,* Paris, 1900; CH. V. LANGLOIS, *ob. cit.,* pág. 330.

tade do século XVIII, indo de 1759 a 1798, tendo ficado incompleta.

O P. André Galland publicou uma importante colecção patristica — a *Bibliotteca greco-latina veterum patrum antiquorumque scriptorum ecclesiasticorum,* em catorze volumes, de 1765 a 1781; C. Coquelines editou a muito importante *Bullarum privilegiorum ac diplomatum Romanorum Pontificum amplissima collectio,* em vinte e oito volumes, publicada em Roma, de 1733 a 1756, e que a partir do tômo VI tomou o título de *Bullarium romanum,* sendo depois continuada por Barberi e outros.

A primeira metade do século XVIII ainda viu aparecer na Itália várias obras mais ou menos importantes de história literária local, como as de Tafuri, sôbre a literatura napolitana; as de Argelati, sôbre a de Milão; os trabalhos de Baudini sôbre a literatura florentina do «Quattrocento», etc.

Na segunda metade dêsse século acentuam-se os trabalhos de erudição, tendo aparecido, entre 1769 e 1771, os dois volumes de Mauro Sarti e de Fattorini sôbre a história da Universidade de Bolonha, com o título *De claris archigymnasii Bononiensis professoribus a saeculo XII ad saeculum XIV historia.*

O historiador florentino Lami reuniu uma importante colecção de inéditos — sôbre a história religiosa, a história bizantina e a da Toscana — que apareceu em Florença, entre 1736 e 1769, e compreende dezoito volumes. Os bibliotecários

Assemani publicaram um catálogo de manuscritos do Vaticano e muitos documentos dêsse e de outros arquivos romanos; e Bandini tornou conhecidos os catálogos de manuscritos da Biblioteca Laurentiana, e muitos manuscritos dêsse depósito — uns na íntegra, outros em extractos, resumos e descrições (1). Na Itália não era só a história própriamente dita que era cultivada, mas igualmente o eram as sciências suas auxiliares como a arqueologia, a epigrafia, etc.

Roma, Verona e outras cidades italianas tinham já na primeira metade do século XVIII importantes museus de arte e arqueologia. Acêrca da colecção do museo de Verona aparecia, em 1745, nessa cidade, a obra «*Due Dissertazioni de Giuseppe Bartoli, Nella prima si da notizia del publico Museo d'Inscrizioni eretto nuovamente in Verona; e com l'uso delle Osservazioni, delle Sperienze in rispetto della fisica si paragona l'uso dell'Antichita figurata e scritta relativamente alla Storia. Nella seconda si dimostra la belleza d'una greca inedita Inscrizione collocata in questo Museo.* Essa monografia de 222 páginas é acompanhada de cinco gravuras.

---

(1) São muito dignos de registo os catálogos de Baudini descrevendo os manuscritos gregos e latinos da biblioteca Laurentiana de Florença; o *Catalogus codicum manuscriptorum graecorum, latinorum et italorum Bibliothecae Laurentiana*, Florença, 1764 a 1768, em oito volumes; e a *Bibliotheca Leopoldina-Laurentiana, sive Catalogus manuscriptorum qui jussu Petri Leopoldi in Laurentianam translati sunt*, em três volumes, editado em Florença de 1791 a 1793.

Porêm, uma grande parte das obras aparecidas na península era consagrada à história eclesiástica, e às biografias dos mais notáveis padres e doutores da igreja como o *Thesaurus Pontificiarum sacrarumque Antiquitatum*..., de Fr. Angelo Rocca Cassierte, em dois volumes, aparecido em 1745; o *Thesaurus antiquitatum sacrarum,* publicado em Venesa, por êsse mesmo tempo, e — como se diz nos sob-títulos: «contendo as obras escolhidas dos homens ilustres que trabalharam para esclarecer o que se refere aos costumes, leis, ritos sagrados e civis dos antigos homens»; as obras de S. Tomás d'Aquino, editadas por José Betinelli, de Venesa, em vinte volumes, sendo a edição dirigida pelo erudito Bernardo Maria de Rubeis.

*

4.º *Espanha.* Depois de um largo colapso a bibliografia histórica espanhola apresenta-nos, a partir dos fins do século xvii, um despertar prometedor seguido de uma grande actividade através do século xviii, como estão a atestá-lo, logo no início dêsse período, a muito importante obra histórica do marquês de Mondéjar (1); as obras de João Vergara; as dos cronistas aragoneses Ustarroz e Dormer, etc., etc.; e os monumen-

(1) Acêrca das obras do marquês de Mondéjar vêr: o estudo de Mayans y Siscar que precede a colecção das suas *Obras,* na edição de Valência de 1744; Rafael Altamira, *Historia de Espana y de la civilization espanola,* 1906, tômo iii, pág. 558.

tais trabalhos bibliográficos de Nicolau Antonio (1).

Na primeira metade do século xviii ocorrem no país visinho três factos que muito contribuiram para o desenvolvimento da literatura histórica ali: a fundação da *Biblioteca Nacional de Madrid*, em 1711, com o título de *Real Livraria*, que sob a direcção de P. Robinet foi aberta ao público em Março de 1712; a criação, em 1714, da *Real Academia Espanhola*, devido às diligências do ilustre marquês de Villena, a qual em 1726 publicava o primeiro tômo do seu grande *Dicionário*, e treze anos depois o sexto e último; e o aparecimento da *Real Academia de História*, em 1738, sôb a direcção de Augustin de Montiano y Luyando (2).

Alêm dessas, e antes delas, outras causas contribuiram para o desenvolvimento da historiografia espanhola no século xviii.

A tendência crítica que vinha já do século xvii e que foi muito reforçada pela influência dos progressos das sciências matemáticas e da natureza, bem como a nova orientação da filosofia incidiram sôbre os estudos históricos, levando os eruditos ao estudo cada vez mais minucioso das

---

(1) É Nicolav António sem contestação o mais notável bibliógrafo hespanhol dos fins do século xvii como o pode julgar quem consultar a sua *Bibliotheca hispana nova*, de 1672, e a *Bibliotheca hispana vetus*, de 1696.

(2) Vêr Lafuente, *Historia de Espana*, tômo xiii, pág. 357 a 365.

fontes directas, à sua destrinça e crítica, à publicação de inéditos, e ao aperfeiçoamento das sciências auxiliares.

Também, as questões e discussões políticas e religiosas constituiram estímulos para os estudos históricos, e, por tanto, um factor de progresso de tal especialidade scientífica.

Efectivamente, é grande a actividade dos eruditos espanhois durante o reinado de Filipe V.

É certo que até ao fim do século XVIII não deixam de aparecer historiadores fantasistas e falsários como o famoso FLORES — que não hesitava em forjar diplomas, obras de Santos Padres e crónicas; um FRANCISCO XAVIER MANUEL DE LA HUERTA, que em 1738 publicou uma fantasiosa e absurda *História primitiva;* GUTIÈRREZ CORONEL, autor de uma desdenhada *Historia del origen y soberania del condado y reino de Castilla* (1785); e D. FAUSTINO BORBON — que publicou umas desqualificadas *Cartas para ilustrar la historia de la Espana arabe,* 1796.

Mas, em contraposição a êsses falsificadores de documentos e forjadores de factos, ergue-se uma pleiade ilustre de investigadores, de eruditos, de críticos e de historiadores de síntese. São de citar, em rápido *curriculum,* o cuidadoso e probo colector GREGÓRIO MAYANS; o eminente MASDEU — com a sua *Historia critica de Espana;* o padre VILLAÑUNO — que editou uma Suma dos Concílios espanhois; VALLADARES — que publicou muitos manuscritos inéditos no seu *Semanário erudito;*

o padre Escalona — que publicou dezenas de inéditos na *Historia del Real monasterio de Sahagun.* Além destas obras com a reprodução de documentos, e que foram publicadas, há que ter em conta muitas outras colecções de inéditos que foram organizadas mas que ficaram manuscritas, como as do padre Burriel, Velasquez, Muñoz, Jovellanos, Floranez, Vargas Ponce, etc. — colecções essas existentes nos arquivos e bibliotecas do país vizinho.

Além das publicações de inéditos levadas a efeito no século xviii em Espanha, há ainda a considerar a reimpressão de obras já desconhecidas ou raras como as dos padres de Toledo; as de Izidoro e Prudêncio, editadas pelo padre Arenal com eruditos prefácios; as de Vivès e «el Brocense» por Mayans; as de Ginés de Sepulveda — publicadas pela Academia de História sob a direcção do eminente Cerdá y Rico; a *Cronica de D. Juan II,* que apareceu, em 1779, reimpressa por Montfort; a colecção de Crónicas dos reis de Espanha reeditada sob a direcção dos eruditos Cardá, Frei José Miguel, Florez, Llaguno; as obras de Ambrósio Morales, publicadas pelos esforços dos padres Florez e Cifuentes, e de Cano, etc.

Quanto às obras históricas de síntese foi também muito importante a produtividade espanhola no século xviii.

Assim, Ferreras escreve uma *História geral da Espanha,* que foi logo traduzida em francês; o

frade trinitário Minana continuava a história geral do padre Mariana, desde Fernando «o católico», até à morte de Filipe II e princípios do reinado de Filipe III, e publicava ainda uma *História da entrada do exército austríaco e seus auxiliares em Valência;* Munoz escreve o primeiro tômo da *Historia del Nuevo Mundo;* Campomanes publicou a *Antiguidade marítima de Cartago,* e as *Dissertações Históricas* acêrca dos Templários; o frade franciscano descalço Fr. Nicolau de Jesus Belando publicou, com o título de *História civil de España,* um relato dos acontecimentos internos e externos do reinado de Felipe V até 1732, etc.

Também, o marquês de S. Felipe escreveu, com o título *Comentários da Guerra de Espanha,* as memórias militares, políticas, eclesiásticas e civis dos primeiros vinte e cinco anos do reinado de Filipe V; e o famoso marquês de Mondéjar escreveu as suas célebres obras: *Discursos Históricos, Advertências à História de Mariana, Notícia e Juízo dos principais escritores da história de Espanha, Memórias históricas de Afonso Nobre e de Afonso o Sábio*, etc. Mas, é principalmente no que respeita à história eclesiástica que é importante, neste século, a bibliografia espanhola.

Já ao findar o século xvii nos aparecia o cardeal d'Aguirre com a sua Colecção nacional de Concílios — a *Colectio maxima Conciliorum Hispaniae;* e no decorrer do seguinte figura a do professor de teologia de Alcalá, Fr. Henrique Florez — a famosa *La España Sagrada, ó teatro geo-*

grafico-historico de la Iglesia de Espana, e continuada a partir do tômo xxx, de 1775, pelo padre Manuel Risco, etc.

Nas outras especialidades históricas são de citar as *Antiguedades de Espana,* de D. Francisco de Berganza, em dois volumes, aparecidas entre 1719 e 1721; e a *Coleccion de las crónicas y memorias de los reys de Castilla,* em sete volumes (1).

As sciências auxiliares tiveram como cultores dignos de nota: o padre Terreros, que escreveu uma *Paleografia Espanola;* o paleógrafo Velasquez, que se dedicou ao estudo da escrita ibérica; os arqueólogos Lumiares e Pérez de Sarrió — que publicaram vários trabalhos; Martinez Salafranca, que publicou as *Memorias eruditas para la critica de Artes y Ciencias.*

E quanto à metódica e crítica históricas devem recordar-se os prólogos, introduções e comentários que aparecem no *Aparato á la historia eclesiastica de Aragon,* do padre Traggia; nas *Memorias para la historia de la poesia,* do padre Sarmiento; na *Espana Sagrada,* do padre Florez; na muito importante obra do padre jesuita Andrés — *Da origem, progressos e estado actual de toda a literatura.* E não devem deixar de ser invocadas a *Crisis de critices arte,* do padre Miguel de S. José

(1) Sôbre outras obras publicadas no século xviii, no reinado de Carlos III, de 1738 a 1788 vêr o tômo iv da *Historia General de Espana. Reinado de Carlos III,* por D. Manuel Danvilla y Collado. Vêr tambêm Menendez y Pelayo, *La Ciencia Espanola,* tômo iii; Rafael Altamira, *ob. cit.*

(1745); as *Dolencias de la critica*, do padre Codorniu (1760); o *Norte crítico*, do padre Segura (1733); as *Reflexiones sobre el modo de escribir la Historia de Espana*, de Forner; a *Historia critica de Espana y de la cultura espanola*, etc., etc.

Na bibliografia são de citar as *Bibliotecas* — *vetus* e *nova* — de Nicolau Antonio; a *Biblioteca espanola*, de Rodriguez de Castro; a dos *escritores aragoneses*, de Latassa; as *valencianas*, de Rodriguez y Jimeno; a *Biblioteca dos escritores do reinado de Carlos III*, por Sempere; a *Bibliografia crítica sacra e profana*, do padre Miguel de San José; as bibliografias dos jesuitas de Prat, de Saba, etc., etc. (1).

A história de Espanha foi objecto de vários estudos directos por parte de estrangeiros, ou de resumos e colecções de obras de autores espanhois como a *Relation historique, et galante de l'invasion de l'Espagne par les Maures, tirée des plus célebres Auteurs de l'Histoire de Espagne*, aparecida na Haya em 1699. Trata-se de uma obra de pura ficção, cheia de lendas e invenções (2).

Em 1734 apareciam os três volumes da *Histoire des Revolutions d'Espagne, depuis la destruction de l'Empire des Goths jusqu'à l'entiere et parfaite rèunion des Royaumes de Castilla et d'A-*

---

(1) Vêr a magnífica obra de D. Rafael Altamira, *História de Espana y de la Civilizacion espanola*, 1911, tômo IV, pág. 370 a 379.

(2) Vêr *Journal des Savants*, 1700, pág. 319 a 332, e 335 a 341.

ragon en une seule marchée. Esta obra devida ao padre José d'Orleãs, da Companhia de Jesus, foi publicada em Paris.

Essa obra teve como seguimento outras do padre Arthuys (1).

*

5.º *França.* Se deixamos a França para o fim da nossa rápida súmula sôbre a historiógrafia do século XVIII, é porque somos obrigados, pela importância do assunto, a determo-nos aqui.

Como diz Langlois, a França foi nesse período o principal centro dos estudos históricos do mundo, o maior foco de irradiação de exemplos, métodos e processos de investigação e de elaboração históricas, e que em Portugal foram acolhidos e observados — como adiante se verá.

Já no século XVII foi muito importante a actividade historiográfica francesa logo a seguir à morte de Scaliger, e com os descendentes de Pierre Pithou como os Du Chesne (2), os Du Puy,

---

(1) Vêr sôbre esta obra *Journal des Savants*, Paris, 1735, pág. 101 a 107, etc.

(2) A André du Chesne deve-se uma colecção de fontes de história da Normandia — os *Historiae Normannorum scriptores antiqui;* e começou a publicação de uma outra colecção sôbre história da França desde as origens até Henrique II; os *Historiae Francorum scriptores...*, de que sairam durante a sua vida os primeiros dois volumes, e mais três publicados pelo filho François Duchesne.

os Godefroy, os padres Petau e Sirmond, Nicolau Fabri de Peiresc, etc. (1).

E não é só a erudição histórica própriamente dita que apresenta cultores, também a história eclesiástica, e a exegese e a crítica bíblicas figuram em grande destaque na bibliografia scientífica do século XVIII em França, devido, entre outras causas, às controvérsias dos católicos e protestantes no tempo de Luís XIV.

Assim, Richard Simon dedicou-se, com uma grande erudição filológica, à crítica dos textos bíblicos, tendo publicado primeiramente a importante *Histoire critique du Vieux Testament,* em 1678 — que tem em vista fazer, além de uma história dos Israelitas baseada nos textos bíblicos, uma classificação crítica e um pequeno estudo analítico das versões dos *Setenta*, de S. Jerónimo, etc. Depois, publicou uma história crítica do Novo Testamento dividida em três partes: *Histoire critique du texte du Nouveau Testament;* a *Histoire critique des versions du Nouveau Testament;* e a *Histoire critique des commentaires du Nouveau Testament* (2).

---

(1) Peiresc é um dos homens a quem a erudição francesa do século XVII mais deve. A sua famosa *Correspondance*, que tem sido publicada na *Colection des Documents inédits,* forma uma das mais importantes fontes para o conhecimento da erudição francesa dêsse tempo.

(2) Acêrca da forma como os importantes trabalhos de Richard Simon foram recebidos quer pela crítica protestante — especialmente pelos chamados *Teólogos da Holanda*: os Vossius, Spanheim, Jurieu, Colomiés, etc. — e sôbre as enormes persegui-

Apesar das lutas e perseguições de que foi objecto por parte dos protestantes, e, principalmente, dos católicos, ainda publicou outros estudos sôbre o Novo Testamento que ficaram notáveis.

São também de citar, no século XVII, a obra de AUBERTIN — a *Eucharistie de l'ancienne Église;* e a *Perpétuité de la foi touchant l'Eucharistie,* de ARMAND e NICOLE, além de outras obras dos teólogos de Port-Royal, e que ficaram afamadas como os *Préjugés légitimes,* o *Traité de l'Unité de l'Église*, etc. (1).

A história eclesiástica ocupa várias obras, sendo uma das mais importantes as *Memoires pour servir a l'histoire eclesiastique des six premiers siècles.*

Quando se chega ao início do século XVIII es-

ções de que foi vítima por parte dos próprios católicos seus partidários, em que agiu muito antipáticamente BOSSUET, até à expulsão de SIMON da Congregação do Oratório, vêr: CH. V. LANGLOIS, *Manuel de Bibliographie Historique,* pág. 282 a 287.

É de justiça dizer que o Oratoriano RICHARD SIMON teve como precursor o padre DENIS PETAU, jesuita, que escreveu a *Theologia dogmata*, em cinco volumes, e que apareceu entre 1644 e 1650.

Mas o padre PETAU é inferior em erudição a SIMON, se bem que até certo ponto suprisse tal falta com uma extraordinária intuição histórica.

(1) Nesta súmula, apesar de rápida, não devem ser esquecidos a *Bibliotheca veterum patrum* do padre FRONTON DU DUC, de 1624; as obras de JACQUES SIRMOND, especialmente os *Concilia Antiqua Galliae,* até ao século X, em três volumes; os importantes trabalhos do padre FILIPE LABBE como a colecção *Byzantinae historiae scriptores varii* — cuja introdução, muito apreciada, é obra sua, e os *Sacrosanta concilia* — colecção publicada mais tarde pelo padre COSSART, em dezoito volumes, em 1671 e 1672, e ainda agora apreciada pelos eruditos.

tavam publicados seis tômos desta obra. O tômo VI compreendendo a história dos donatistas até o episcopado de Santo Agostinho, a dos arianos até o reinado de Teodósio o Grande, a do Concílio de Nicêa, etc.; o tômo VII que abrange o período de 328 a 375 é obra de NAIN DE TÉLLEMONT (1).

São tambêm de citar: a *Histoire de tous les cardinaux françois de naissance, ou qui ont été promus au Cardinalate...*, por FRANÇOIS DU CHESNE fils D'ANDRÉ... historiographe de France — obra essa aparecida em 1699 (2); a *Histoire des Conciles Generaux assemblés reunis en Orient et Occident, depuis le temps des Apôtres jusqu'au Concile de Trent*, em dois tômos, aparecida em 1699 (3); a *Histoire des Chanoines ou recherches historiques critiques sur l'ordre canonique*, 1699 (4); *L'Histoire ou les antiquités de l'etat monastique et religieux, où l'on traite de l'Institut et des maximes de ceux qui ont fait anciennement profession de la vie religieuse dans le christianisme* (5); a *Histoire de l'Eglise depuis J. C. jusqu'à présent*, por BOSNAGE, 1699 (6); a *Histoire eclesiastique, pour servir de continuation à celle de M. l'Abbe Fleury.*

---

(1) Vêr *Journal des Savants*, París, 1699, pág. 289 a 296; 1700, pág. 270.

(2) *Idem*, 1699, pág. 322 a 324.

(3) Vêr notícias bibliográficas in *Journal des Savants*, París, 1699, pág. 354 a 359, e 361 a 367.

(4) *Idem*, 473 a 479.

(5) *Idem*, pág. 481 a 486.

(6) *Idem*, 434 e 435.

Esta obra monumental, com muito mais de trinta volumes, é um dos maiores repositórios de informações que o século XVIII legou à posteridade acêrca da evolução da igreja e do culto cristão (1).

Há ainda a considerar neste ramo scientífico as seguintes obras: *Histoire de l'Eglise Gallicane* — obra importante que teve bastantes colaboradores como os padres PEDRO CLAUDIO FONTENAY, PEDRO BRUMOY, GUILHERME BERTHIER, etc. (2); a *Histoire de la reception du Concile de Trente dans les differents Etats catholiques;* e a *Dissertation Historique et critique touchant l'état de l'immunité eclesiastique, sous les empereures romains* (3).

Quando se chega ao século XVIII a erudição bíblica e eclesiástica decai extraordináriamente, o que faz dizer a LANGLOIS: «O século XVIII o mais irreligioso dos quatro últimos séculos, foi também o mais estéril em investigações originais sôbre história do cristianismo» (4).

---

(1) A respeito dos tômos XXXIII a XXXV, que compreendem os anos de 1562 a 1569 vêr *Journal des Savants* de 1735, Janeiro, Fevereiro, etc. O tômo XXXV é muito importante por tratar do Concílio de Trento e dos reflexos dêste nos diversos países católicos, dando uma notícia mais ou menos desenvolvida da vida dos cardeais e dos escritores religiosos e profanos falecidos nos anos abrangidos pelo volume.

(2) Vêr *Journal des Savants*, 1746, pág. 376, 602, etc.

(3) *Idem*, 1767, pág. 3.

(4) Apesar de tal decadência não se deve esquecer que no início dêsse século aparece a *Collectio regia maxima conciliorum*, em 1715, com doze volumes, se continua a importante — se bem que desigual — colecção das *Acta Sanctorum*, e se publicam as obras da congregação de S. Mauro, entre as quais: o *De antiquis ecclesiae ritibus*, em três volumes, de Dom MARTIN; as *Epistolae*

Em compensação, no século XVIII a história política, literária, geral e local, as sciências auxiliares e subsidiárias da história, as colecções documentais — tudo isso apresenta em França um grande progresso.

Foi enorme o avanço no ramo das sciências auxiliares da história. MABILLON funda a diplomática publicando em 1704 a *De re diplomatica* — de que já falamos (1); D. BERNARD DE MONTFAUCON publica em 1708 a sua *Palaeografia graeca;* os eruditos TASSIN e TOUSTAIN publicam, de 1750 a 1765, o *Nouveau Traité de Diplomatique,* em seis volumes; e publica-se a famigerada *Art de vérifier les dates*, da qual apareceram, no decurso

---

Romanorum Pontificum — de que saiu o volume elaborado por Dom PIERRE CUSTANT; a continuação dos *Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedicti;* a colecção dos *Annales Ordinis Sancti Benedicti ad annum MCLVII*, em seis volumes, a refundição da *Gallia Christiana,* etc.

Acêrca das obras e escritores da Companhia de Jesus vêr: A. BACKER, *Bibliotèque des écrivains de la Compagnie de Jesus;* SOMMERVOGEL, *Bibliotèque de la Compagnie de Jésus.*

(1) Em 1704 apareceu, efectivamente, o in-fol. de MABILLON, *Librorum de re diplomatica supplementum.* No ano anterior, em 1703, aparecia uma refutação ao *De re diplomatica* de MABILLON, assinada pelo padre GERMON, *De veteribus regum Francorum diplomatibus at arte secernendi antiqua diplomata a falsis ad r. p. J. Mabillonium disceptatio.*

Apesar do Beneditino MABILLON nada responder à refutação do padre CERMON, os jesuitas pela boca dêste voltaram à carga aparecendo em 1706 a segunda tese — *De veteribus regum Francorum diplomatibus disceptatio.*

Acêrca de MABILLON, das questões entre os jesuitas e os beneditinos, e da nova «bella diplomatica» vêr GIRY, *Manuel de Diplomatique,* 1894, pág. 62 e seg.

do século XVIII, três edições em cinco volumes (1).

---

(1) A *Art de vérifier les dates*, não é só a maior obra de cronologia produzida no seu tempo, mas como diz um dos seus críticos é: «o mais belo monumento de erudição do século XVIII».

Já os beneditinos de S. Mauro se haviam celebrizado por outros importantes trabalhos históricos, quando D. MAURICE D'ANTINE propôs o plano de uma obra fundamental de cronologia para a qual tinha já muitos elementos coligidos ao ocupar-se da nova edição do *Glossário* de DU CANGE.

Preparado o original começou a impressão da obra, havendo D'ANTINE morrido depois de impressa a tábua cronológica, o calendário perpétuo, o catálogo dos santos, e a enumeração dos concílios. Foi a obra continuada pelo maurista D. CLEMENT, tendo aparecido, em 1750, a primeira edição em um volume.

Em 1770 o mesmo D. CLEMENT fazia aparecer a segunda edição, também em um volume, sob o plano da primeira, mas com vários melhoramentos.

Apesar do excelente acolhimento que desfrutou a obra, não parou o entusiasmo e o zêlo de D. CLEMENT para aperfeiçoar a *Art*.

Antes, trabalhou com crescente dedicação durante treze anos. e em 1783 a Congregação de S. Maur publicava o primeiro volume da terceira edição, extraordináriamente ampliada; em 1784 aparecia o segundo e em 1787 surgia o terceiro e último tômo, sendo em 1792 publicados os índices.

D. CLEMENT, eleito membro da Academia das Inscrições, ainda tentou fazer mais uma nova edição para a qual continuou a recolher material, mas a Revolução Francesa veio temporáriamente impedir tal designio pela extinção da ordem de S. Maur. Foi o genealogista VITON DE SAINT ALAIN que, com os apontamentos legados por D. CLEMONT — então já falecido — quem publicou a quarta edição em dezoito volumes in-8.º, ou cinco volumes in-4.º, em 1818 e 1819. Deve notar-se que esta edição é menos perfeita que as duas anteriores.

Acêrca da contribuição de D. MAUR-FRANÇOIS D'ANTINE na primeira edição desta obra consultar o *Prefácio* da segunda edição, de 1770, pág. VIII a XI, e o antelóquio do tômo I da terceira edição.

Acêrca das críticas de que a obra foi objecto, e da defesa da

Já nos temos referido neste trabalho às obras de D. Bernardo Montfaucon e a outra vamos agora aludir: *Les Monumens de la Monarchie Françoise,* que começou a aparecer em Paris, em 1729, e onde êle utiliza largamente, como fontes, monumentos de toda a natureza dos quais obteve conhecimento.

O profundo erudito destina toda a primeira parte da obra a descrever a forma da aclamação dos primeiros reis de França, e os simbolos e várias figurações que êles usavam — como o nimbo ou círculo luminoso, as corôas, a flor de liz, o trono, o sceptro, a mão de justiça e os trajos reais.

Êsses estudos eram acompanhados de «les figures — como diz no título da obra — de chaque regne que l'injure des tems a épargné».

Efectivamente, nessa obra sucedem-se estampas com reproduções de monumentos, igrejas, estátuas, figuras de capiteis e de tímpanos, de túmulos, baixos relevos, de iluminados, tapeçarias, vitrais, pedras gravadas, selos, moedas, medalhas, manuscritos, etc. (1).

Art, vêr: o *Prefácio* do tômo I da terceira edição de 1773, pág. XVII e seguintes; e o *Avertissement* a abrir o tômo II da terceira edição de 1714. Sôbre a forma como foi elaborada a obra e as fontes estudadas vêr os citados *Preface* e *Avertissement*.

(1) Também a crítica interna e externa dos textos teve no século XVIII, especialmente na segunda metade, alguns cultores, originando diversas obras, tais como os *Elemens de critique, ou recherches des différentes causes de l'altération des textus latins*

Também, em 1729 aparecia o segundo volume das *Ordonnances des rois de France,* desde as ordenações de Filipe Valois até 1355. Essa obra iniciada por LAURIERE e continuada por DENIS-FRANÇOIS SECOUSSE, era toda baseada em documentos inéditos.

São também de referir as seguintes obras que não obstante o seu caracter geral, se fundamentaram em investigações originais: o *Dictionnaire géographique, historique et politique des Gaules et de la France,* pelo abade EXPILLY; o *Tableau de l'Histoire de France, depuis le commencement de la Monarchie jusqu'à là fin du régne de Louis XIV* (1); *Histoire de France, depuis l'établissement de la Monarchie, jusqu'au régne de Louis XIV,* com dezoito tômos até 1767, começada por VILLARET e acabada por GARNIER, obra cheia de erudição

---

avec les moyens d'en rendre la lecture plus facile, pelo abade MOREL.

Essa obra apreciada em 1766 contêm bastantes exemplos e regras para a depuração dos textos latinos alterados pelos copistas e explica as causas dessas alterações pela: semelhança das letras; o abuso das abreviaturas; a ignorância dos copistas; a pouca atenção e zêlo dêstes, suprimindo, alterando e transpondo letras e palavras por lapso ou para pouparem esfôrço; a confusão de palavras homofonas feita pelos copistas que escreveram sob ditado; a falta de pontuação ou a má distribuição desta; e a incorporação no texto das notas marginais.

(1) Como se diz nos sub-títulos esta obra expõe «le caractere et les actions principales de chaque roi; les événemens les plus intéressans de son régne; les hommes célèbres, soit dans la paix, soit dans la guerre; les progrès des sciences et des arts, et les changemens arrivés dans les moeurs, dans les différens âges de la Monarchie». Esta obra em dois volumes apareceu em 1766.

e engenho dos seus autores, muito brilhante e muito seguida no seu tempo (1); o *Recueil des historiens des Gaules et de la France,* etc., etc.

*

Ainda quanto às sciências auxiliares e à história administrativa é de notar a *Histoire des Chanceliers et Gardes des Sceaux de France, distinguez par les Regnes de nos Monarques depuis Clovis premier Roy Chretien, jusques à Louis le Grand XIV... Enrichie de leurs Armes, Blasons, et Genealogies.*

Essa obra elaborada por Francisco Duchene, filho do afamado erudito André du Chene, foi no seu tempo bem recebida, e prestou úteis serviços aos investigadores e genealogistas (2).

Em 1765 aparecia a obra de Gautier de Sibert em quatro volumes — *Variations de la monarchie française dans son gouvernement politique, civil et militaire.*

Essa obra — como diz um dos seus sub-títulos — é uma «história do Govêrno de França desde Clovis até à morte de Luís XIV, dividida em nove épocas», sendo pois uma verdadeira história política e administrativa francesa (3).

Em 1766 aparecia em França uma obra em dois volumes tendente a mostrar as relações entre

(1) Vêr: *Journal des Savants,* Paris, 1767, pág. 211 a 222.
(2) *Idem,* Paris, 25 de Maio de 1699.
(3) *Idem,* 1767, pág. 46.

o direito consuetudinário usado, nos séculos IX e X, em França e Inglaterra. Essa obra da autoria de DAVID HOUART, intitulava-se *Anciennes loix des français conservées dans les coutumes anglaises recueillies par Littleton,* tinha em vista provar a semelhança das disposições de tal direito em uso na Normandia e em toda a França durante as duas primeiras raças dos reis dêste país.

É digno de nota o *Abrégé du commentaire général de toutes les coutumes et des autres lois municipales en usage dans les differentes provinces du Royaume,* em dois volumes, por JACQUET; *Traité Historique des droits du Souverain en France, et principalement des droits utiles et domaniaux à commencer à l'établissement de la Monarchie,* em dois volumes.

Tambêm, entre 1733 e 1766 se fizeram reimpressões, com muitos aditamentos, do *Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis,* de DU CANGE (1).

---

(1) É muito notável a obra empreencida por DU CANGE na geografia, na história, na cronologia, diplomática, paleografia, numismática e heráldica. Os seus dez volumes da geografia histórica da França — obra cheia de informações e de bibliografia; o plano e início da colecção dos historiadores da França, com o seu prefácio latino e importante carta genealógica dos reis de França; as numerosíssimas dissertações acêrca das Gálias antes e no tempo dos romanos e da França durante os reis das três raças, sôbre os usos e costumes, e a respeito das cruzadas, da história de Jerusalem, de Chipre, da Síria e da América; genealogias das famílias normandas; muitas memórias sôbre a nobreza de Inglaterra, e as

Quanto aos trabalhos sôbre a história política e literária da França deve dizer-se desde já que é rica a bibliografia francesa. A obra de André du Chesne — de que já falamos — foi continuada no século xviii, depois de várias tentativas, por D. Martin Bouquet, bibliotecário de Saint-Germain-des-Près, tendo êste feito publicar, de 1737 a 1752 uma colecção dos historiadores das Gálias e da França — os *Rerum gallicarum et francicarum scriptores*, tendo a obra sido continuada por outros beneditinos como Dom Brial que redigiu os tomos xii a xviii, ficando depois a continuação dessa colecção a cargo da Academia das Inscrições.

De história da literatura francesa o século xviii viu aparecer os doze volumes da importante *Histoire literaire de la France,* de 1733 a 1763, que chegam aos meiados do século xii — obra essa mais tarde continuada pela Academia das Inscrições (1).

---

famílias germânicas; o seu famoso nobiliário; as edições de Ville-Hardouin e da *História de S. Luís,* de Joinville; o monumental *Glossário latino* — já citado; o *Glossário grego;* a *História de Constantinopla;* o *Ensaio histórico sôbre a cabeça de S. João Baptista:* tudo faz de Carlos du Fresne senhor Du Cange o mais eminente erudito do século xvii.

Acêrca das obras vêr a *Memoire Historique pour servir à l'eloge de Charles Dufresne sieur Du Cange, et à l'intelligence du plan général de ses études sur l'Histoire de France,* 1766, 40 pág.; e sôbre as várias edições do *Glossarium* de Du Cange, vêr: A. Giry, *ob. cit.,* pág. 60.

(1) O título dessa história é, já por si. um verdadeiro sumário da obra. Como ali se diz, nela «on traité de l'origine et du pro-

A literatura dramática francesa foi objecto de uma desenvolvida obra intitulada: *Histoire du Theatre François, depuis son origine jusqu'à present, avec la Vie des plus célébres Poétes dramatiques* (1). O tômo VI, aparecido em 1746, trata de um dos períodos aureos do teatro francês, de 1639 a 1645, com as tragédias de CORNEILLE, as do pródigo LA SERRE, a comédia *Clarisse* de ROTROU, o *Jodelet* de SCARRON, etc., etc. (2).

---

grès, de la décadence et du rétablissement des sciences parmi les Gaulois et parmi les François; du goût et du génie des uns et des autres pour les Lettres en chaque siècle; de leurs anciennes Ecoles; de l'établissement des Universités en France; des principaux Colléges; des Académies des Sciences et Belles-Lettres; des meilleurs Bibliothéques anciennes et modernes; des plus célébres Imprimeries, et de tout ce qui a un rapport particulier à la Litterature: avec les Eloges historiques des Gaulois et des François qui s'y sont fait quelque rèputation; le Catalogue et la Chronologie de leurs Ecrits; des Remarques historiques et critiques sur les principaux Ouvrages; le dénombrement des différentes Editions; le tout justifié par les citations des Auteurs originaux». E accrescenta, quanto à autoria: «Par des Religieux Bénédictins de la Congrégation de saint Maur».

Dessa obra há tômos de valor desigual: uns melhores que outros. Entre os mais sólidos é de distinguir o tômo VII aparecido em 1746, com 102 + 688 pág.

A desenvolvida Introdução com que abre ocupa-se de dois pontos muito importantes da história da língua e da gramática francesas: um sôbre o latim bárbaro e popular como língua dos gauleses, desde a conquista romana de Cesar; o outro acêrca da diferenciação da língua francesa antes do meiado do século XII.

Vêr *Journal des Savants*, colecção, e, especialmente, 1746, pág. 329.

(1) Esta obra teve como antecedente a obra mais elementar e simples, aparecida em 1733, *La Bibliothéque des Theatres*. Acêrca do primeiro volume da *História*, vêr o *Journal des Savants*, Paris, 1735, pág. 68.

(2) Como se sabe, o ano de 1639 é aquele em que aparecem

Também, a história das sciências foi em França, desde longa data, objecto de investigações e de obras importantes. Entre estas deve colocar-se em primeiro lugar a famosa *Histoire de l'Academie Royal des Sciences,* dividida em duas partes: uma destinada à *História*, e outra às *Memórias* (1).

Em 1700 aparecia a *Histoire de l'Academie Française,* por PELLISON, descrevendo a vida da Academia desde a criação de RICHELIEU e os obstáculos que ela encontrou nos primeiros dois anos de existência, a crítica e sátiras de que foram alvo os primeiros vogais como as do abade S. GERMAIN DE MORGUES a que respondeu CHATELET, a questão do *Cid* de CORNEILLE no seio da Academia, os primeiros trabalhos para a elaboração do *Dicionário* desde os estudos de VAUGELAS e CHAPELAIN, etc., etc.

Também, a história local da França teve importantes cultores entre os beneditinos, sendo de especializar a *Histoire de la ville de Paris,* de Dom FÉLIBIEN, em cinco volumes; a *Histoire générale de Languedoc,* por Dom VAISSETE e Dom DEVIC, em

---

o *Horácio* e a *Cinna* de CORNEILLE, o de 1640 é o da tragédia *Polyeucte;* o de 1642 é da comédia *Le Menteur.* Em 1644 aparece a *Rodogune*, e em 1645 a *Théodore* — que foi um insucesso, não devido à ideia do autor — como êste supunha — de haver posto em scena criaturas e scenas pouco morais, mas por causa da friesa e inexpressão dos caracteres — como diz o crítico do *Journal des Savants,* 1746, pág. 414.

(1) Vêr colecção do *Journal des Savants,* com as notícias bibliográficas anuais.

cinco volumes, que apareceu entre 1730 e 1745 (1); a *Histoire générale et particulière de Bourgogne*, em quatro volumes, de Dom PLANCHER; a *Histoire de Bretagne*, por Dom TAILLANDIER e Dom MORICE, em dois volumes, aparecida entre 1750 e 1756, alêm de muitas outras: umas que ficaram por terminar, outras que não passaram de inéditas, como as que tratavam da PICARDIA, TOURAINE, POITOU, etc., algumas das quais se encontram ainda manuscritas na Biblioteca Nacional de Paris.

São ainda de citar os dois volumes das *Memoires concernant l'histoire ecclésiastique et civile d'Auxerre*, 1743, do abade LEBEUF; a *Histoire de la Ville de Paris*, em quinze volumes, 1754 e 1755 pelo mesmo autor; a *História de Nimes*, por MENARD, etc.; os dois volumes aparecidos em 1766,

---

(1) Essa obra, redigida pelos beneditinos de S. Mauro, é — como diz o seu título completo — acompanhada de «note, et pièces justificatives; composée sur les auteurs et les titres originaux, et enrichie de divers monumens». Foi, para o seu tempo, uma obra muito importante, mesmo modelar.

No tômo IV há a notar um bom estudo sôbre a Inquisição no Languedoc, a partir do livro 27; com notícias dos interrogatórios mandados fazer pelo bispo de Alby, Bernardo de Castanet, de 1285 a 1300, aos heréticos e crentes na Valdência, expondo D. Vaissette em que consistia esta seita, descrevendo as ceremónias da hereticação, as penas impostas aos crentes, etc. Fala dos conflitos com a Inquisição, devido às violências desta, por parte das populações de Carcassonne, Toulouse e Alby, e das perseguições aos judeus, etc.

Acêrca desta obra vêr: *Journal des Savants*, de Fevereiro, Março, Abril e Maio de 1738, e de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Maio e Setembro de 1746.

das *Nouvelles recherches sur la France ou Recueil de Mémoires Historiques sur quelques provinces, villes, et bourgs du royaume* (1); a *Memoire et consultations pour servir à l'Histoire dc l'Abbaye de Château Châlon*, por Le Riche, inspector geral dos próprios nacionais de Franco-Condado, aparecida em 1767; o conhecido *Tableau de France, contenant la description historique de ses provinces, gouvernemens et généralités..., les villes, les bourgs et châteaux qu'elles renferment*, etc.; o *Abrégé chronologique de l'histoire de Lion, contenant les événements historiques de cette Ville, depuis sa fondation par les romains jusqu'à nos jours..* , por Poulin de Lumina; a *Histoire du Conte de Ponthieu, de Montueril, et de la ville d'Abville sa capitale*, em dois volumes, aparecida em 1767.

E não foi só a arqueologia e a história política locais que se tornaram objecto de importantes obras; tambêm, especialmente, desde o século xvii, a história regional tem representantes na bibliografia francesa, como se pode vêr na *Historiae Normannorum scriptores antiqui*, editada por André du Chesne — de que ja falamos.

Alêm de toda essa enorme obra são ainda de especializar as colecções de inéditos publicados quási na íntegra dos seus núcleos — quer seleccionados e em resumos, ou em trechos escolhidos, tais como as *Miscellanea* ou *Specilegios*.

---

(1) Esta obra apareceu como suplemento ao *L'Etat de la France* de Boulainvilliers, e à *Description du royaume* de Piganiol.

Devem citar-se: a *Miscellanea,* de Baluze, em sete volumes; o *Spécilegium sive Collectio veterum aliquot scriptorum qui in Galliae bibliothecis delituerant,* de Dom Luc d'Acheri — de que já falamos; o *Thesaurus novus anecdotorum,* por Dom Martène e Dom Durand, em cinco volumes; a colecção em nove volumes, dos mesmos autores: *Veterum scriptorum et monumentorum historicorum dogmaticorum, moralium,* publicada de 1724 a 1733.

Pertencem a êste grupo de publicações a colecção das *Ordonnances des rois de France de la troisiéme race recueillies par ordre chronologique,* cujo primeiro tômo foi publicado em 1723 por Larche de Laurière, e o séptimo apareceu em 1743, indo de 1383 ao fim de 1394, e elaborado por Secousse (1); e os três volumes das *Notices et Extraits des manuscrits de la Bibliotèque du Roi et d'autres bibliotèques,* publicados entre 1787 e 1790, pela Academia das Inscrições.

---

(1) Êste tômo contêm as *Ordonnances* desde Hugo Capeto a Filipe de Valois. Porêm, a obra — viu-se depois — não satisfazia aos objectivos em vista. Por isso, se pensou em publicar na íntegra uma colecção de diplomas, titulos, actos, etc., relativos à história de França, o que só começou a ter realização em 1843 com o aparecimento do primeiro volume dos *Diplomata, chartae, epistolae, leges, aliaque instrumenta ad res gallo-francicas spectancia...*, publicados por J. M. Pardessus, tendo aparecido o segundo volume em 1859, e estando a obra entregue à Academia das Inscrições.

Acêrca da primeira forma da colecção das *Ordonnances* vêr a notícia bibliográfica no *Journal des Savants,* Paris, 1746, pág. 545 e seg.

Publicaram-se também diários das explorações históricas como o *Museum* e o *Diarum Italicum* de MABILLON e MONTFAUCON; a *Voyage littéraire de deux religieux bénédictins de la Congrégation de Saint-Maur* — obra de MARTEN e DURAND.

Há ainda a notar a *Histoire des Empereurs et des autres princes qui ont régné durant les six premiers siécles de l'Église;* os *Capitularia regum Francorum* (1); a *Histoire de la maison d'Auvergne,* em dois volumes, aparecida em 1708 (2), etc.

---

(1) Os *Capitularia* foram impressos pela primeira vez em 1677, sendo mais tarde, em 1780, feita uma reedição por PIERRE DE CHINIAC.

(2) A antiguidade clássica não foi desdenhada pela erudição francesa do século XVIII. Ai está a atestá-lo a *Histoire romaine depuis la fondation de Rome, jusqu'à la Bataille d'Actium, c'est-à-dire, jusqu'à la fin de la République.*

Trata-se de uma obra muito extensa, e se bem que redundante é muito cheia de informações preciosas para o tempo em que apareceu. Acêrca do volume XII, escrito por CREVIER, vêr: *Journal des Savants,* 1746, pág. 105 a 119.

A *Histoire abrégée des impereurs romains et grecs, des imperatrices, de cesars... depuis Pompée jusqu'à la prise de Constantinople par les turcs,* por BEAUVAIS, em três volumes — obra de história e numismática.

Outro tanto sucedeu com a antiguidade oriental que teve como cultor de mais nomeada oficial ROLLIN que foi reitor da Universidade de Paris. É dêste autor uma *Histoire ancienne des egyptiens, des carthaginois, des assyriens, des babyloniens, des médes et des perses, des macédoniens, des grecs.* Esta obra tão redundante quanto ingénua e pouco crítica teve bastante nomeada e leitura no século XVIII. Vêr: *Journal des Savants,* 1735, pág. 84 a 89.

Tambêm, em 1745 apareceu, publicada em Ypres, a *Histoire des anciens empires de l'Asie jusqu'à la mort de Cyrus.* Esta obra da autoria de PLUYMOEN era precedida de uma história do

*

Das cinco Academias que formam o Instituto de França, a que desde a sua primitiva mais tem contribuido para o progresso das sciências de erudição tem sido, incontestávelmente, a «Académie des Inscriptions et Belles-Lettres» (1).

Organizada pelo Regulamento de 16 de julho de 1701, só a partir de 1715 se torna progressiva e florescente. Dessa data em diante até à Revolução, ela rivaliza, e vantajosamente, com os beneditinos de Saint-Germain-des-Prés; e após a sua reorganização, em 1816, até hoje essa Academia tem prestado os mais relevantes serviços no campo das sciências históricas.

---

mundo desde a sua criação até à dispersão dos povos. Como diz o crítico do *Journal des Savants*, quando ao seu autor faltam fontes históricas êle supre-as por meio de conjecturas e lendas mais ou menos verosimeis.

Vêr *Journal des Savants*, 1746, pág. 484.

Em 1767 aparecia na livraria Filliard, de Paris, o último volume do *Recueil d'Antiquites egyptiennes, étrusques, grecques, romaines et gauloises.* Esta obra, em sete volumes, devida à pena do conde de Caylus era constituida pelas reproduções em gravuras de monumentos da antiguidade oriental, clássica e gaulesa, com estudos e comentários históricos e arqueológicos.

É também de invocar a *Histoire moderne des chinois, des indiens, des persans, des turcs, des russiens,* aparecida em 1797, em dois volumes, em seguimento da *Histoire ancienne* de Rollin (vêr *Journal des Savants*, 1767, pág. 168).

(1) Acêrca da evolução da Academia das Inscrições e Belas-Letras vêr: A. Maury, *L'ancienne Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1864; Ch. V. Langlois, *Manuel de Bibliographie Historique*, pág. 310 a 318, e pág. 371 a 377.

Alêm das obras já enumeradas e de muitas outras cuja citação não tem cabimento especial e detalhado neste nosso trabalho, a Academia das Inscrições tem publicado a *Histoire de l'Academie*, as *Mémoires de Littérature;* e os *Comptes rendus* das suas sessões ordinárias e das públicas.

Nessas publicações periódicas encontram-se numerosas *memórias, comunicações, relatórios, teses*, etc., sôbre história e as sciências suas auxiliares.

Assim, no segundo volume das citadas *Memoires,* publicado em 1719, de mistura com um *Parallele d'Homère et de Platon,* do abade Massieu, e de várias dissertações sôbre as personagens das obras de Homero, o carácter de Píndaro, a *Ciropédia* de Xenofonte, a evolução da sátira, a literatura grega, e passagens de Cícero, de Horácio, de Dionísio, de Halicarnasso, e a cronología da Odisseia, figuram umas *Remarques historiques et critiques sur l'Anthologie manuscrite qui est à la Bibliothèque du Roi,* por Boivin le Cadet. Trata-se de uma antologia grega cuja evolução, desde o erudito Saumaise — que a copiou do original da Biblioteca de Heidelberg — até entrar na *Bibliothèque du Roi,* Cadet conta, descrevendo tambêm a própria antologia — que era um in-fólio com sessenta fascículos, contendo epigramas e inscrições de túmulos.

Se bem que no tômo v não se trate de qualquer ponto de teoria e crítica históricas o certo é que muitas *dissertações e discursos* se ocupam de factos e costumes históricos, como os estudos sô-

bre os juramentos antigos, pelo abade Massieu; as tribus romanas, por Boindin; a sinfonia na Grécia, por Burette; as máscaras e os vestuários do teatro dos antigos; a cronometria e os relógios na Grécia e em Roma, pelo abade Sallier; o luxo das senhoras romanas; a dedicação patriótica dos romanos; e as dissertações sôbre o *Miles Veteranus*, na antiguidade, pelo abade Couture; o pauperismo, e a história crítica do celibato, por Morin, et., etc.

O tômo VI ocupa-se tambêm de diversos assuntos a começar na dissertação do abade Fraguier sôbre a «*Ironia de Sócrates, o seu pretendido «demon» familiar, e os seus costumes.*

Segue-se um estudo sôbre *os Monumentos que teem suprido a falta da escrita e servido de memórias aos primeiros historiadores,* pelo abade Anselme — em que o autor se ocupa da tradição oral, dos hinos e cânticos como meios de retenção dos factos e da influência da música e da poesia nos primeiros tempos da humanidade; fala dos mais antigos monumentos, como os labirintos e templos, e da escrita ideográfica.

Alêm dos estudos sôbre o paganismo, o comediógrafo Q. Roscius, a arte poética e os versos entre os antigos hebreus; algumas odes de Píndaro, pelo abade Massieu; alguns escritos de Teócrito; a *Ciropédia* de Xenofonte no ponto de vista da geografia, por Freret, etc., — figuram nesse volume três comunicações do abade Vertot sôbre os reis franceses da primeira raça.

No tômo VIII, publicado em 1731, o abade ANSELME insiste sôbre os monumentos estudados pelos historiadores, ocupando-se das estátuas e colunas com os seus baixos relevos descritivos, das oferendas aos deuses, e do comércio entre os povos como meios de conhecimento histórico.

Nas dissertações que se seguem DE POUILLY ocupa-se da incerteza histórica dos primeiros quatro séculos de Roma (1), e o abade SALLIER estuda os primeiros monumentos históricos dos romanos em duas dissertações seguidas (2). Seguem-se os *Nouveaux Essais de critique sur la fidelité de l'histoire,* por DE POUILLY — que é outro magnífico estudo da teoria e da crítica historicas (3); e surge logo um *Terceiro discurso sôbre*

---

(1) Trata-se de um estudo sôbre as fontes da história de Roma na obra de DIONÍSIO HALICARNASSO e em outras, procurando «aporter le flambeau d'une severe critique — como escreve DE POUILLY — dans toutes les Annales des Peuples, pour y démêller ce qu'elles renferment de douteux ou de faux». E acrescenta:

«Quelque difficile que soit cette entreprise, j'oserai néanmoins la tenter».

Efectivamente, o autor passa pela sua fieira crítica as lendas e tradições de que se fizerão eco os historiadores de Roma (pág. 21 a 45 do tômo VIII).

(2) Ao contrário de DE POUILLY, o abade SALLIER não é dotado de espírito crítico. Por isso aos seus *Discours* falta consistência. Parecendo escrever para contraditar DE POUILLY o autor é dotado de uma grande credulidade, e se bem que fale das lendas e fábulas incríveis e absurdas «que acompanham as descripções dos principaes acontecimentos», tudo isso não é bastante para inutilizar o testemunho dos historiadores. As suas *Memorias* vão da pág. 46 à pág. 110.

(3) Vai da pág. 110 à pág. 180. Êste estudo é feito com uma penetração de espírito e uma lucidez tão grandes que apesar de

«*A certeza da história dos primeiros quatro séculos de Roma*», da autoria do abade SALLIER — em que êste autor, tão redundante nas suas considerações como magro de crítica, volta à carga contra o ponto de vista de DE POUILLY (1).

A êste segue-se outro estudo do abade SALLIER intitulado «*Reflexions critiques sur le caracter de quelques historiens grecs, comparé avec les historiens romains*», em que o autor declara suspeitar da veracidade do testemunho dos historiadores gregos quando êle é favorável ao seu país e desfavorável aos romanos, referindo-se especialmente a PLUTARCO e menos a DION CASSIUS.

A última dissertação do tômo VIII, acêrca da teoria da história, é a de FRERET «*Sôbre o estudo das antigas histórias, e sôbre o grau de certeza das suas provas.* O autor, depois de falar dos progressos da história com SCALIGER, PÉTAN, USSERIUS, VOSSIUS, MARSHM, PEZRON, etc., refere-se às enormes lacunas que a História nos apresenta;

---

decorridos 189 anos, contêm afirmações que ainda hoje teem actualidade. As formas do raciocínio e do método históricos, as regras a seguir na aplicação da crítica, os caracteres de um verdadeiro historiador — tudo isso, seguido de muitos exemplos de história antiga e medieval, se encontra no trabalho DE POUILLY.

(1) Como o próprio abade SALLIER põe, a pág. 182, a questão, tratava-se de saber «se a tradição tem servido de fundamento único aos escritores que se teem ocupado da história dos quatro primeiros séculos de Roma; ou antes se eles, além do socorro da tradição, tiveram tambêm os monumentos cujo conhecimento e estudo lhes fornecessem os materiais e as peças justificativas das suas descrições». Ao passo que DE POUILLY é da primeira opinião, SALLIER segue êste último partido.

ocupa-se dos métodos e processos do trabalho histórico; critica como alguns escritores têem feito história, especializando MARSHM; fala dos caracteres da filosofia do seu tempo, especialmente do criticismo cartesiano, entrando depois no estudo dos fundamentos do conhecimento histórico que êle reduz a duas classes: a dos *Testemunhos contemporâneos* (actos, títulos, peças escritas coevas dos acontecimentos de que tratam, obras dos historiadores que contam o que viram ou que baseiam os seus relatos nas Memórias dos contemporâneos dos factos), e a das *Tradições,* isto é, as «opiniões populares».

Lamenta depois o abuso do espírito crítico, citando BAYLE como um exemplo de tal tendência, e passa a analisar várias passagens fabulosas e falsas das obras de vários historiadores antigos, concluindo que, apesar disso, não devemos subir do caso particular para o geral de considerar fabuloso e inventado tudo o que êles escreveram só porque não conhecemos as fontes que consultaram.

A seguir, traça uma evolução da historiografia entre os escritores da antiguidade, mostrando-se partidário do ponto de vista do abade SALLIER ao tratar da história de Roma; e termina o seu estudo por mostrar que não é possível a aplicação do espírito geométrico e da crítica filosófica aos estudos históricos por demasiadamente radicais e absorventes quanto ao gráu de certeza que exigem, e que a história lhes não pode fornecer.

No tômo XII, de 1736, figura uma série de Memórias históricas, sendo uma sôbre «os primeiros anos do reinado de Carlos VIII», outra sôbre «Guy Dauphin», uma «justificação da conduta de Filipe de Valois no processo de Robert d'Artois», e a «explicação de um monumento de Guilherme o conquistador — Memórias essas todas da autoria de LANCELOT; e há que enumerar tambêm três dissertações de la Curne: uma relativa à vida e às obras de RIGORD e de GUILHERME o Bretão, outra sôbre o historiador GLABER do tempo de HUGO o Capêto, e, finalmente, uma terceira «sôbre a vida e as obras de GUILHERME DE NANGIS e dos seus continuadores» (1).

No tômo XV, aparecido em 1741, figura, a páginas 264, uma Memória de FONCEMAGNE com o título de *Examen critique d'une opinion de M. le Comte de Boulainvilliers sur l'ancien Gouvernement de la France,* em que o autor contradita a opinião de BAULAINVILLIERS expressa na *Histoire de l'ancien gouvernement de la France*, t. I, segundo a qual os antigos franceses elegiam não só os seus reis como os generais que os haviam de levar à guerra, os quais eram escolhidos entre a família real ou fora, segundo «o valor, a capacidade e a reputação da honra pessoal», exemplificando isso em CLOVIS, que, apesar de sucessor de CHILDERICO,

(1) Estas Memórias sôbre alguns historiadores franceses dos séculos XI, XII, XIII e XIV, de pág. 242 a 320, são muito interessantes, e mostram muita erudição do seu autor apesar da nebulosidade do assunto nesse tempo.

precisou dos sufrágios dos soldados para ser eleito general.

Seguem-se várias *Memórias* sôbre a historiografia francesa, sendo quatro do investigador La Curne de Sainte Palaye e duas de Lancelot.

A primeira *Memória* de La Curne trata da *Chronique de Morigny et sur les Auteurs qui l'ont composée,* começando por uma biografia literária e religiosa de Teulfus, monge beneditino da abadia de Morigny perto de Estampes que viveu nos fins do século xi e princípios do século xii, tendo falecido em 1138, e seguindo-se uma análise da crónica com diversos comentários e informações interessantes (1).

A segunda *Memória* de La Curne é *Sur la vie du Moine Helgaud, sur l'Epitome de la Vie du Roi Robert, et sur trois Fragmens qui sont imprimés à la suite de cette Epitome, dans la Collection des Historiens de France* (2).

A terceira *Memória* trata de «Deux ouvrages historiques concernant Louis VII, intitulés l'un *Gesta Ludovici VII, Regis, filii Ludovici Grossi;* et l'autre, *Histoire Gloriosi Regis Ludovici, filii Lu-*

---

(1) Da pág. 290 a 308.

(2) O autor traça uma rápida biografia dêsse historiador do princípio do século xii, monge da abadia de Fleury ou de S. Bento sôbre-o-Loire, e depois estuda o Epitome da história do rei Roberto, que La Curne acha semelhante a um sermão ou a uma oração fúnebre «dans le goût du siècle». Esse *Epitome* foi mais tarde impresso na Colecção de Pithou, em 1596, e na de Du Chesne, em 1641.

dovici Grossi, ab anno 1137, usque ad annum 1165. Et sur les Auteurs de ces ouvrages» (1).

A quarta e última *Memória* dêste tômo, devida a La Curne, trata da Vida de Froissart, na qual êle traça uma interessante biografia do famoso cronista da segunda metade do século xiv (2).

As primeiras duas *Memórias* de Mr. Lancelot tratam de Robert d'Artois, traçando uma biografia bastante desenvolvida dêsse príncipe que nasceu em 1287 (3).

A última *Memória* de Lancelot trata da «Vida de François Philelphe», descrevendo com bastante detalhe, a vida dêsse professor muito erudito e diplomata famoso da primeira metade do século xv, muito conhecido na Itália e considerado em Veneza e Flandres onde ensinou com grande fama, sendo amigo de Leonardo Aretino e de Cosme de Medicis, embrulhando-se depois com êste por causa da política, e vendo-se forçado a deixar Florença quando o partido popular de Cosme ficou vitorioso sôbre o dos aristocratas a que pertencia Filelfo, pelo que êste teve de ir ensinar para Siena, depois para Bolonha e Milão, etc.

---

(1) Esta *Memória*, que vai da pág. 325 a 337, começa por uma pequena análise das *Gestas e da Historia de Luiz VII*, passa a estudar a autoria dessas obras que alguns, como La Curne, atribuem a Suger, se bem que êle nota que outra pessoa também nelas trabalhou como conclui do exame do estilo, etc.; e termina por informar que a *História* foi impressa várias vezes, analizando a edição de Du Breul, de 1602, com faltas e interpolações, e a de Du Chesne de 1641 — que considera a melhor

(2) In tômo citado, pág. 486 a 530.

(3) In pág. 338 a 485.

O tômo XXIII, publicado em 1769, contêm uma série de comunicações sôbre literatura, arqueologia, numismática e linguística, terminando por uma *Memoire concernant les principaux monumens de l'Histoire de France, avec la notice et l'Histoire des chroniques de Sainte Denis,* pelo operoso erudito La Curne.

Aqui o autor alude às obras poéticas medievais elaboradas pelos trovadores, jograis e menestreis como as primeiras fontes da história de França, e faz o elogio do cronista Gregório de Tours; refere-se a Eginardo — chanceler de Carlos Magno e autor de uma *Vita Caroli Magni*, e a um astrónomo e cronista anónimo que escreveu, no tempo de Luís o *Debonnaire*, uma *Vita et actus Ludovici Pii.* Fala da biblioteca que esses dois monarcas legaram a Carlos o Calvo e onde figuravam bastantes obras de História, entre as quais os *Anaes de Prudêncio ou de Sainte Bertin,* e que esse soberano aumentou com uma vida de Carlos Magno por Saint-Gal e uma obra de Nithard sôbre a história de França depois de Luís o *Débonnaire* — que La Curne louva muito, especialmente pelo seu relato detalhado e verídico da batalha de Fontenay. Ocupa-se dos cronistas que se seguiram como Suger — que escreveu uma história de Luís o Gordo; Rigord — que foi o primeiro «Historiógrafo do Rei», do tempo de Filipe Augusto; Guilherme o Bretão — que continua a obra de Rigord; Guilherme de Nangis e Joinville que se seguem; o anónimo monge de

Saint Denis que escreveu a história de Carlos V e de Carlos VI; e João Chartier. Fala depois nos cargos de historiografos ou cronistas reais, das catedrais e dos mosteiros, dizendo que das crónicas deles provenientes as mais detalhadas, mais extensas e mais célebres são as de S. Dinis também chamadas pela sua importância as grandes Crónicas de França; e passa a estudar essas, falando da história da expedição de Carlos Magno a Espanha — atribuida a Turpin, da reputação que tiveram nos séculos XIII e XIV as crónicas de Saint Denis, dêsses materiais que forneceram aos historiógrafos riais, aos parlamentos, ministros e embaixadores franceses, os arquivos dessa igreja e as crónicas que se buscavam nos seus documentos, e terminando por um estudo sôbre as obras saidas de Saint Denis (1).

Também o tômo XXVIII, aparecido em 1769, contêm diversas comunicações sôbre assuntos históricos, tratando o erudito Foncemagne do reinado de Carlos VIII e de algumas obras que dele se ocuparam, emquanto Secousse ocupa-se da numismática e da biografia de «*Messire Paul de Foix, conseiller d'Etat et archevêque de Toulouse;* Bonamy escreve sôbre a inundação do Sena em Dezembro de 1740; Schepelin estuda a origem

(1) A comunicação de La Curne que neste tômo vai da página 538 a 603 é escrita com muita erudição, muito cheia de excelentes notas, sendo êsse trabalho, apesar de breve, ainda hoje digno de estudo para o conhecimento da historiografia francesa desde o tempo de Carlos Magno até o século XV.

da imprensa, e o nosso conhecido La Curne de Sainte Palaye apresenta uma *Memoire concernant la lecture des anciens Romans de Chevalerie* (1).

Ao passo que o tômo xxix se ocupa da religião grega, da filosofia antiga, da numismática e arqueologia, da cronologia chinesa e da astronomia; e o xxx trata da história do Egipto, da cronologia oriental, da «Defesa de Herodoto sôbre as acusações de Plutarco», da literatura grega e da história bíblica, o tômo xxxiv, publicado em 1770 apresenta algumas comunicações sôbre historiografia francesa. Logo a abrir figura uma comunicação de Levesque de la Ravalière sôbre *La Vie du Sire de Joinville, auteur d'une histoire de S. Louis* (2), seguida de uma *Memoire sur les Fabliaux*, pelo conde de Caylus, depois uma *Notice sommaire de deux volumes de poesies françoises et latines, conservés dans la bibliothèque des Carmes — Déchaux de Paris,* pelo abade Lebeufe, duas *Memoires* do conde de Caylus sôbre Guilherme de Machaut, poeta e músico do século xiv, isto é, uma biobliografia do famoso relojoeiro do século xiv. Contêm igalmente uma

(1) Pequeno mas interessante estudo que vai de pág. 447 a 468.

(2) A obra dêste foi algo discutida, e tendo o padre Hardouin negado-lhe autenticidade, foi esta sustentada por Bastie, sendo ela traduzida em latim pelo padre Stiling, continuador dos bolandistas nas *Acta Sancti Ludovici*. La Ravalière traça uma desenvolvida biografia de Joinville que nasceu entre 1220 — como entendia Du Cange, e 1228 ou 1229 — como queria Bastie (pág. 1 a 75).

dissertação sôbre JACQUES DANDIS, por FALCONET (1); duas memórias de BONAMY acêrca de JACQUES COEUR (2); duas comunicações de FONCEMAGNE — uma sôbre a origem da Casa de França, e outra sôbre a heráldica, terminando o volume por duas memórias de LA CURNE *Sur l'ancienne Chevalerie considerée comme un établissement politique et militaire.*

---

(1) Trata-se do famoso JACABUS DONDUS, de Pádoa, filósofo, médico e matemático. O trabalho de FALCONET fala : das obras de JACQUES sôbre terapêutica — que constam de uma compilação de remédios tirados de médicos gregos, latinos e árabes, — e matéria médica; e do afamado relógio feito em 1345 e que marcava, além das horas, a marcha anual do sol através dos signos do Zodíaco, e a dos planetas, as fases da lua, os meses e até as festas do ano.

Depois estuda a história da relojoaria desde a antiguidade oriental. Pág. 217 a 249.

(2) Trata-se de um estudo baseado nos documentos do processo de JACQUES COEUR, defendendo e elogiando êste ministro de Carlos VII que foi acusado de concussão, de abuso de autoridade e de ter feito envenenar a bela Agnés Sorel amante do rei, provando-se depois que ela morrera de parto. Pág. 339 a 409.

CAPÍTULO IV

A erudição e a crítica históricas no século XIX, e até à actualidade

1.º — Considerações gerais

Se, como já vimos, as concepções filosóficas e o progresso das sciências da natureza influiram bastante na evolução da historiografia até ao século XVIII, ao começar o seguinte o factor político — mais que nos tempos de MACHIAVEL, GUICHARDIN e PITTI, do medicista NERLI, e do anti-medicista NORDI, e durante o absolutismo esclarecido — exerce uma influência importante, até à perturbação, na concepção da história, na técnica da sua elaboração e na fixação dos seus fins.

Como diz FUETER: «A Revolução Francesa e as suas conseqùências imediatas provocaram nas concepções sôbre o valor e a tarefa da história uma transformação completa» (1).

Se é certo que a reacção nacionalista da historiografia romântica contra o cosmopolitismo

---

(1) FUETER, *ob. cit.*, pág. 517.

humanista encontrou, nos acontecimentos exteriores da política de coligação contra a França revolucionária, e na acção da França directorial, consular, imperial — e ferozmente imperialista — contra as várias nações da Europa, as suas mais importantes causas e convincentes justificações, não há dúvida que os conceitos da história romântica quanto à Idade Média e às diferenciações nacionais proveem especialmente dos progressos da filologia e da erudição medievista (1).

A Revolução, tendo sido pervertida na sua marcha pelo golpe de Estado do 18 brumário, e empalmada por Napoleão, fez perder à França as

---

(1) Já vimos — posto que rápidamente — nos capítulos anteriores o suficiente para se avaliar como foi grande o zêlo que se pôs ao serviço da erudição histórica e filológica. O abandôno crescente do latim, dá-se a favor da cultura progressiva das línguas nacionais. Exceptua-se durante muito tempo — ¡ curiosa ironia ! — um país máximamente fragmentado e desnacionalizado, uma simples expressão geográfica e designação política : a Alemanha.

Aí, o latim foi cedendo o lugar, durante muito tempo ao francês em prejuízo da língua alemã, apesar das diligências nacionalistas da Academia Frutífera de Weimar, fundada em 1617, e dos esforços das duas Escolas da Silésia, em favor da língua pátria, desde o poeta Opitz até Gunther.

Porêm, o culto da língua nacional e a admiração da Idade Média já nos apareciam na chamada Escola Saxónica. João Jacques Bodmer publica, no meado do século xviii, a segunda parte dos *Nibelungen* e a famosa colecção dos *Minnesinger*, e são importantes as contribuições de Gottsched e as vistas de Gaertner.

Comtudo, é com Klopstock, Lessing e com Winckelmann que a Alemanha consegue alcançar a sua autonomia literária e historiográfica. Klopstock divulga muito os cantos do Edda nos quais vê um sistema de tradições nacionais semelhantes às que aparecem nos poetas épicos e trágicos da Grécia.

esperanças e simpatias que despertara no espírito dos maiores pensadores, sábios, literatos e artistas do tempo como KANT, KLOPSTOK, GOETHE, GENTZ, BEETHOWEN, etc.

A acção brutal de Napoleão na sua megalomania de dominar o mundo (1), radiando com os seus exércitos toda a Europa, agitando-a nas suas aspirações, vasculhando-a nos seus bens, ferindo os povos nos seus sentimentos e nos seus interêsses materiais, fazendo e desfazendo caprichosamente Estados segundo as suas conveniências de momento, os seus ódios e as suas simpatias de ocasião — tudo isso acordou na Europa inteira um sentimento de reprovação e ódio por tudo o que era francês, o que era napoleónico.

Quando se chega ao século XIX a obra da Revolução estava aniquilada — ou quási — e a República encontrava-se à beira de um abismo para onde acabou de a impelir Bonaparte com o golpe de Estado de 9 de Novembro de 1799.

Estabelecido o Consulado decenal, que pouco depois se transforma em vitalício, a favor de Napoleão, logo a França entrou de novo em guerra com a Áustria, da qual havia de sair, depois de Montebello e Marengo, pela porta do armistício de Steyer e das pazes de Luneville — de Fevereiro de 1801, e de Amiens — de Março de 1802.

Em 1803 é a luta, na Hanover e na Holanda,

(1) Já em 23 de Outubro de 1802 numa nota de TALLEYRAND, ao representante da França em Londres, Otto, se falava em «conquérir l'Europe».

com a Inglaterra. Os franceses invadem a Holanda por verem nela uma amiga da Inglaterra, e esta apossa-se de algumas colónias holandesas por considerar a Holanda aliada da França.

Em 1804 é a guerra civil e o pronúncio de mais uma conflagração.

De resto, se a guerra é uma indústria essencial aos adventícios megalómanos, «l'armée de l'Empire — como diz Henri Vast — cesse d'être nationale pour devenir césarienne».

E continua: «Sous l'empire, elle [l'armée] appartient à un homme; elle sert passionèment tous ses desseins; elle concourt, sans l'acquiescement de la nétion, au bouleversement prolongé de l'Europe. Napoleon ne vit que par la guerre et pour la guerre. L'armée est son instrument, sa chose (1).

Na verdade, de 1800 a 1815 passam pelas fileiras 3.153:000 franceses, sendo de computar outros tantos das legiões estrangeiras ao serviço de Napoleão.

Já na terceira coligação, depois da batalha de Austerlitz, a Prússia ficara — talvez sem dar por isso — à mercê de Napoleão.

Essa vitória tivera um alcance moral extraordinário. Ela não pusera fora de combate apenas os 15:000 austro-russos, ela matara — de desgôsto — um dos mais sérios inimigos de poder

(1) In Lavisse e Rambaud, *Histoire Générale...*, tômo ix, pág. 72.

napoleónico: William Pitt. E Frederico-Guilherme III, príncipe fraco, irresoluto e dúplice, que estava prestes a entrar na coligação austro-russa, surpreendido e apavorado pelo golpe de Austerlitz vê-se forçado a mandar o seu ministro Haugwitz felicitar Napoleão e aceitar todas as condições que êste lhe impusera.

Por isso, o imperador comentava com acre ironia as felicitações do rei prussiano, exclamando: «Voici un compliment dont la fortune a changé l'adresse».

É certo que os prussianos, envergonhados de si próprios pela traição feita à Áustria e à Rússia e incitados pelos seis milhões de libras dos ingleses, caem no estúpido êrro de enviarem um *ultimatum* a Napoleão para êste renunciar à confederação do Rheno — que pouco antes criara — e abandonar completamente a Alemanha.

A ocasião que se oferecia ao imperador dos franceses era única, e êle não era homem para a deixar escapar. A resposta de Napoleão quanto à coligação não se fez esperar, e os prussianos receberam em cheio nas enormes derrotas que sofreram em Iena e Auerstaedt a réplica às suas bravatas.

Depois dos desastres, que custaram aos prussianos 22:000 homens entre mortos e feridos, o caminho de Berlim estava aberto, e Napoleão não se demorou de entrar ali como um sátrapa oriental ou herói romano fazendo desfilar pelas ruas da capital prussiana desarmados e prisioneiros

os cavaleiros da guarda de Frederico-Guilherme no meio das tropas francesas triunfais e festivas.

Emfim, como dizia Enrique Heine: «Napoléon souffla sur la Prusse, et la Prusse cessa d'exister».

Tambêm H. Vast, referindo-se à entrada de Napoleão em Berlim, escreve: «A Berlin, nul esprit public, nul patriotisme; un affaissement moral complet qui explique l'effondrement de 1806. Aprés Iena, la presque totalité de la population berlinoise et la presse tout entière marque une indifférence complète» (1).

Mas, Napoleão abusou, abusou intensivamente, abusou prolongadamente da sua vitória. Não houve violência que não cometesse, extorsão que não ordenasse, vergonha e vilipêndio que não infligisse.

Assim, começando por ser acolhido por uns com mêdo, por outros com simpatia, tempos depois em todos só despertava terror e ódio.

Dêste modo, não admira que por toda a parte, e cada vez mais, o povo alemão ardesse em desejos de expulsar o dominador brutal e vexante.

Já em 5 de Dezembro de 1811 Jerónimo Bonaparte escrevia ao imperador: «A fermentação é extrema; se a guerra rebentar toda a região do Rheno ao Oder tornar-se há o foco de uma insurreição geral. A causa dessa fermentação não re-

---

(1) Lavisse e Rambaud, *Histoire Général*, tômo ix, pág. 107 a 110.

side sómente no ódio à França e no descontentamento provocado pelo jugo estrangeiro; ela resulta, antes, da desgraça dos tempos que vão correndo, da ruina completa de todas as classes, da opressão excessiva produzida pelos impostos, das contribuições de guerra, das passagens dos soldados, dos vexames de toda a espécie que se repetem sem cessar. São de receiar as explosões de desespêro por parte de povos que nada teem a perder, pois que tudo lhes foi tirado».

Efectivamente, a explosão deu-se assim que foi encontrado o ensejo e chegado o momento oportuno, e êste apareceu logo a seguir à desastrosa campanha da Rússia, de 1812, em que o famoso Grande exército ficou pouco menos que destruido.

Mas, se a chamada *Guerra da libertação alemã*, só surge depois de 1812 não quere dizer que já há anos atrás se não viesse fazendo a sua preparação não só material como — e principalmente — espiritual ou moral.

Sem se dever esquecer a obra reformadora de Stein, Scharnhorst e Hardenberg, não se deve pôr em dúvida que foram os factores de ordem moral que criaram o estado do espírito colectivo essencial a essa guerra insistente e temerosa até à ferocidade contra Napoleão, que só terminou com o completo aniquilamento do colosso no planalto de Waterloo.

É à Universidade de Berlim, fundada em 1810 por Guilherme de Humboldt — onde ensinaram os juristas Eichhorn e Savigny e os historiadores

Niehbuhr e Boeck; é às peças patrióticas do dramaturgo Kleist e aos escritos de propaganda de Goerres; é aos cantos populares reunidos por Brentano e Achim d'Arnim; é à obra dos historiadores; e é, mais imediatamente, aos famigerados *Discursos à nação alemã*, de Fichte que a Prússia deve as suas vitórias contra o imperador, e sua libertação.

Logo a seguir à paz de Tilsit o rei Frederico Guilherme havia proclamado que: «O Estado devia suprir com as fôrças intelectuais as fôrças materiais que havia perdido». E assim foi.

A mais importante criação dêsse movimento patriótico foi, sem dúvida, a obra dos seus historiadores como Karl Eichorn, Savigny, os Schlegel, Niebuhr, etc.

Por isso vingado o movimento libertador será a história — como adiante vamos vêr — uma das sciências mais especialmente favorecidas, por toda a forma, pelo Estado prussiano.

*

Diz Guilherme Richl que no concêrto das sciências cada uma dá, por sua vez, o tom, acrescentando que na Renascença foi a filologia clássica, na época da Reforma coube a vez à teologia, depois de Locke e Spinosa prepondera a filosofia, e nos nossos dias tem a história a preeminência.

Efectivamente, o século xix é bem o século da

história. Como escreve LANGLOIS: «A obra histórica do século XIX é, e ficará, capital quaisquer que sejam os ulteriores destinos da erudição».

E acrescenta: «Ela é imensa, e ninguêm pode ter a pretensão de a descrever ou de a conhecer toda» (1).

Ora se um bibliógrafo eminente como LANGLOIS vê a impossibilidade de conhecer e descrever toda a obra histórica realizada no século XIX, não seremos nós que teremos a pretensão de realizar o que êle modestamente declara não poder fazer.

O melhor conhecimento dos grandes centros da antiga civilização oriental desde a Índia ao Egipto; a mais completa investigação dos grandes focos da cultura clássica; o mais sistemático estudo das fontes de toda a ordem para o conhecimento da Idade Média, da Renascença e da Idade Moderna; o enorme progresso que experimentaram os arquivos, as bibliotecas e os museus de todos os países civilizados; a progressiva especialização dos estudos e dos trabalhos históricos nas Universidades e outras grandes Escolas, e nas Academias; a sempre crescente protecção dos governos a todas as emprezas de investigação scientífica, especialmente de investigação histórica; o *élan* patriótico que as invasões dos exércitos napoleónicos produziram nos países que tiveram — como o nosso — a desdita de as expe-

(1) LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 339.

rimentarem, incitando ao estudo dos homens e factos mais gloriosos do passado de cada povo; o movimento literário do romantismo que, se derivou de algumas das causas já expostas foi também, por sua vez, causa de um acréscimo de curiosidade histórica: tudo isso explica bem o enorme progresso dos estudos históricos através do século XIX, e até hoje (1).

No século XIX os estudos de erudição progridem em extensão e em profundesa. A história própriamente dita, política, económica, religiosa, militar, filosófica, scientífica, literária e artística, e a história geral da civilização; as sciências auxiliares e subsidiárias da história; enfim, os métodos e processos de elaboração e de crítica históricas: tudo isso experimenta um progresso, um desenvolvimento, uma extensão e um afinamento enormes, extraordinários.

Como o que aqui nos interessa especialmente é o que se refere às Colecções de Inéditos e à metódica dos estudos históricos serão êsses os assuntos que iremos tratar a seguir.

2.º — Países de língua alemã

Nos países de língua alemã tem sido enorme o labor realizado quanto ao estudo e à publicação das Colecções de Inéditos.

Entre os mais importantes *corpos* publicados não só na Alemanha como fora devem incluir-se

(1) CH.-V LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 340 a 344.

os *Monumenta Germaniae historica.* Se bem que a primeira idea da publicação venha de 1818, do manifesto do prof. DUMGE, de Karlsruhe, logo acolhida com entusiasmo por STEIN, só em 1824 é que o erudito PERTZ, discípulo de HEEREN, fixou o plano da obra.

Por êle ficavam os *Monumenta Germaniae historica* divididos em cinco secções: a dos *Scriptores,* das *Leges*, *Diplomata regum et imperatorum romanorum,* a das *Epistolae*, e a das *Antiquitates.*

Finalmente, em 1826 apareceu o primeiro volume pertencendo à colecção dos *Scriptores,* constando dos Anais carolingios. Depois interrompeu-se, recomeçando só mais tarde.

Quando se chega a 1870 haviam sido publicados vinte e um volumes dos *Scriptores,* quatro das *Leges,* e um das *Diplomata* pela *Gesellschaft fur altere deutsche Geschichtskunde* (1).

Depois da guerra de 1870 o govêrno alemão passou a proteger muito a empreza, começando a aparecer em 1876 o primeiro tômo da segunda série da colecção com o título: *Neues Archiv des*

---

(1) A consulta dos *Monumenta Germanicae* é essencial para o estudo da fundação do reino da Germania — nos séculos IX, X e princípio do XI, o govêrno de Conrado duque da Francónia; a dominação da casa de Saxe, de 919 a 1024; os reinados de Enrique I, dos Otões — I, II e III, — de Enrique II; etc.

Nessa Colecção veem publicados, entre muitos outros trabalhos, os *Annales Fuldenses;* a *Chronica de Régino*; a *Res Gestae saxonicae,* de WIDUKIND; os escritos de LIUTEPRANDO; a *Carmen de gestis Oddonis,* de HROSWITHA; a *Vita Mathildis reginae,* as *Vitae* do bispo Bernardo de Hildesheim, do bispo Burchard, de WORMS, etc.

Gesellschaft fur altere deutsche Geschichtichtskunde, e ficando G. Waitz a dirigir a reorganizada publicação até à sua morte, em 1888, seguindo-se-lhe E. Dummler até 1903.

Depois, cada secção passou a ter a sua autonomia, ficando com um director e demais pessoal privativo, dividindo-se, tambêm, cada uma delas em sub-secções.

Assim, a dos *Scriptores* ficou dividida em *Autores antiquissimi* — cuja publicação terminou em 1799, *Scriptores rerum langobardicarum et italicarum, Scriptores rerum merovingicarum, Scriptores qui vernacula lingua usi sunt, Libelli de lite imperatorum et pontificum saeculis XI et XII conscripti;* as das *Leges* são: *Leges nationum germanicorum, Capitularia regum Francorum, Concilia, Constitutionis et acta publica imperatorum et regum, Formulae merovingici et Karolini aevi,* etc., etc. (1).

Tambêm, J. F. Böhmer publicou de 1831 a 1839 os *Regesta chronologico-diplomatica Karolorum, regum atque imperatorum romanorum (de 752 a 1347);* de 1844 a 1849 apareceram os seus *Regesta Imperii,* tendo-se depois publicado uma

(1) Acêrca da origem e evolução dos *Monumenta Germaniae historica,* vêr: B. Malfatti, *Dei Monumenta Germaniae historica a proposito del loro nuovo ordinamento,* Firenzo, 1877; Ch.-V. Langlois, *ob. cit.*, pág. 407 a 415.

A sociedade que publica os *Monumenta* tem editado tambêm os *Scriptores rerum germanicarum in usum scholarum ex «Monumentis Germaniae historicis» recusi,* e os *Die Geschichtsschreiber der deutschen Vorzeit in deutscher Bearbeitung* — com traduções de textos medievais, e cuja colecção foi bastante criticada por Wattenback, e depois por êste dirigida.

segunda edição a partir de 1881; e de 1843 a 1868 surgiram quatro volumes das *Fontes rerum germanicarum.*

Ph. Jaffé publicou, em 1851, os *Regesta pontificum romanorum a condita Ecclesia ad annum 1198* — depois continuados; e de 1864 a 1873 seis volumes da sua *Bibliotheca rerum germanicarum.*

A administração dos arquivos prussianos editou durante bastantes anos algumas dezenas de volumes das *Publicationem aus den k. preussischen Staatsarchiven,* contendo principalmente documentos e obras sôbre a história interna e externa da Prússia no período moderno, como Memórias, correspondências diplomáticas e particulares, etc.

Muitas outras publicações teem aparecido na Prússia como as colecções dos *Anuarios de obras de arte do reino da Prussia*, os numerosos trabalhos de várias ordens publicados pelas «Comissões históricas» regionais e locais; os *Verzeichniss* dos manuscritos do Estado prussiano: as colecções dos Arquivos da Guerra; as numerosas e importantes obras publicadas pela *K. preussische Historisches Institut,* e entre elas a colecção do *Nuntiaturberichte aus Deutschland,* a do *Repertorium germanicum, Regesten aus den päpstlichen Archiven...*, etc.; os estudos publicados pelo *Instituto arqueologic do Capitolio,* criado em Roma em 1829, etc.

Vamos vêr a seguir alguns trabalhos especiais pela natureza dos assuntos versados, sem termos — já se vê — nem de leve a pretensão de fazer

um catálogo ou índice didascálico, ideográfico ou sistemático da opulentíssima historiografia alemã. Iremos, sómente, citar, pela índole dos assuntos algumas colecções, ou grandes obras, onde venham publicados na íntegra ou em extratos documentos inéditos.

Assim, acêrca da história das Gálias no período merovíngio e carolíngio são de notar os *Annalen des fränkischen Reichs,* de 1872 e 1877; sôbre os burgundos há *Das Burgundisch-romanische koenigreich,* de Binding; a respeito da história do império romano do oriente, e da sua decadência é de citar a enorme colecção, dirigida por Niebuhr, em quarenta e nove volumes, do *Corpus scriptorum historiae byzantinae,* de 1828 a 1878 (1).

Também, não é de omitir a *Historia Longobardorum*, de Paulo Dicre — sacerdote do fim do século viii — que figura nos *Monumenta Germaniae,* de Mommsen, e os *Jahrbücher* dos reis francos de Simson e de Dümmler — que é, no dizer dos medievistas, um excelente trabalho de compilação e crítica sôbre o século ix.

Mas, para não prolongar em demasia êste trabalho, deixemos de parte todo o período relativo à luta entre o sacerdócio e o império e à questão das investiduras, desde 1040 a 1122, aos reinados de Frederico Barbarroxa, Enrique VI, Frederico II, da Sicília — período êsse que é hoje repre-

(1) Já então estavam publicadas as várias edições dos *Scriptores historiae byzantiniae* — a de Louvre, em trinta e oito volumes, de 1645 a 1711, e a de Veneza, de 1733, em 23 volumes.

sentado na bibliografia histórica pela publicação de numerosíssimos documentos, a maioria dos quais figura na monumental colecção de PERTZ — como os *Annales Altabenses* e *Hersfeldenses*, os de BERTHOLD, de REICHENAU, o *De bello saxonico*, de BRUN, e várias crónicas, etc.; as colecções de legislação incluidas no tômo segundo das *Leges* dos *Monumenta Germaniae;* a *História* de Giesebrecht — com muitas transcrições documentais; as *Acta imperii inedita saeculi XIII* — publicadas por WINKELMANN, os *Regesta imperii* — de BOEHMER, etc.

Tambêm, o período que vai desde a queda dos Hohenstaufen até à subida ao trono de Maximiliano I — da segunda metade do século XIII até ao fim do século XVI — tem como fontes de estudo uma rica documentação já hoje publicada não só nos *Monumenta Germaniae*, como nas *Fontes rerum Germanicarum* — dirigidas por BOEHMER, nas *Fontes rerum austriacarum* — publicadas pela Academia de Viena, na colecção das *Chroniken der deustschen Staedt*, etc., etc.

O agitado período da Reforma está admirávelmente representado na historiografia alemã do século XIX quer pela publicação das documentações, pelos seus extractos, excerptos, citações e índices, quer pela grande quantidade de livros e revistas que dela teem tratado, pertencendo à primeira categoria a *Bibliotheca biographica lutherana*, de VOGEL; a *Enciclopedia de Teologia protestante*, de HERZOG; a colecção das obras de

LUTHERO na edição de ERLANGEN, em sessenta e sete volumes, de 1826 a 1879; a *Analecta Lutherana,* de KOLDE; as colecções de documentos sôbre êsse período reunidos por FOERSTEMANN, BALAU, BRIEGER, etc., etc. (1).

Mas, não é só acêrca da Reforma que teem sido numerosíssimas as obras e, até, as colecções inteiras, aparecidas com a publicação de manuscritos. Também a Guerra dos trinta anos que adveio daquele importante acontecimento histórico pela intolerância dos católicos reorganizados em Trento e enquadrados e disciplinados pelos jesuitas, e pelo calor proselitico dos calvinistas e demais protestantes exaltados pelos actos de fanatismo católico de Fernando II, tem sido objecto de muito numerosas e importantes publicações de documentos sôbre essa luta que, desde a defenestração de Praga e da aclamação de Fernando até à paz de Westfalia, absorveu completamente — com pequenos intervalos — toda a vida da Europa (2).

Depois de Munster e de Osnabrück o chamado Santo Império ficava materialmente arruinado e

(1) Vêr sôbre a Reforma na Alemanha, em França e em Inglaterra as bibliografias publicadas, respectivamente, por ERNEST DENIZ, FERDINAND BUISSON e CH.-V. LANGLOIS, no tômo IV da *Histoire Générale* de LAVISSE e RAMBAUD, pág. 451 a 454, 535 e 536, 595 e 596.

(2) Não seremos nós que iremos dar, sequer de relance, tal bibliografia que se encontra na *Quellenkunde der deutschen Geschichte,* de WAITZ; na *Histoire de la Guerre de Trente ans,* de CHERVÉRIAT; na *Histoire Générale,* de LAVISSE e RAMBAUD, tômo V, pág. 583 a 586 e seg.

desorganizado sob o ponto de vista administrativo, se bem que a Alemanha protestante moralmente ficasse satisfeita com o estabelecimento de *statu quo* religioso de Passau e Augsburgo.

A fraquesa do poder central era cada vez maior, resultando daí uma pulverização do poder sempre mais completa e manifesta. O imperador não passava de uma palavra de protocolo; êle era — como dizia Frederico II: «o chefe eleito de uma nobre república de príncipes».

Mas, nesse período — que vai de 1648 a 1715 — assiste-se a um acontecimento cujas conseqùências mediatas chegaram até nós, e não se sabe quando e como terminarão: vê-se o grande eleitor do Brandeburgo transformar-se em rei *na* Prússia para se tornar, na verdade, rei *da* Prússia. Apesar de todas as promessas e de todos os compromissos a Prússia começava com Frederico I a tornar-se o núcleo de formação de uma grande potência que teve a sua sanção imperial em 1870, e que — *diz-se* — acabou em Versailles em 1919.

Como é de calcular êste período tem sido enormemente estudado, dispondo de uma bibliografia histórica muito extensa. Entre as colecções documentais limitar-nos hemos a citar os *Urkunden und Aktenstücke zur Geschichte des kurfürsten Friedrich-Wilkelm von Brandenburg* (1).

---

(1) De 1737 a 1754 apareceram os cinqùenta volumes dos *Teutsches Staatsrech*, de Moser.

Durante o século XVIII o chamado Santo Império não fez mais que continuar de facto a decadência a que o votara o tratado de Westfalia.

Sob o ponto de vista político o projecto ideológico dos teorisantes da Idade Média transformara a Alemanha num pavoroso cáos de mais de 300 Estados com as mais diversas designações desde os reis e arquiduques, dos condes palatinos e margraves até os landgraves.

Os poderes e atribuições dos chefes de tão adensada poeira de Estados mudavam em cada um, indo desde o absolutismo até às máximas liberdades republicanas e municipais, sucedendo mesmo tais variantes de govêrno no interior de algumas dessas poliformes células políticas onde os privilégios e as imunidades das senhorias, das abadias, ordens e capítulos monásticos e eclesiásticos atingiam o inconcebivel em matéria política e administrativa.

Mas, no fundo dêsse cáos, no centro dessa nebulosa, um corpo se ia organizando, tomando vulto, constituindo pouco a pouco a sua ossatura, adquirindo consistência até à regidez, definindo as suas formas e deixando entrever os seus desígnios e projectos.

Êsse corpo era a Prússia.

Hesitante ainda com Frederico I, atravessa a sua primeira fase de vascularização administrativa com Frederico-Guilherme, e de tenteante torna-se firme com Frederico II.

Como é de calcular, são numerosas e impor-

tantes as colectanes documentais constituidas pela grande erudição alemã acêrca dêste período.

Alêm das colecções do século XVIII como as de J. J. MOSER — de que já falamos — a de HAEBERLIN, a de HARPPRECHT, de VON ROTH, etc., é de enumerar a *Correspondência Política* de Frederico II, com mais de trinta volumes; as *Miscellaneen* acêrca da história de Frederico-o-Grande, editada pelos Arquivos Reais da Prússia; *Acta Borusica* ou *Memorias* sôbre a organização política da Prússia no século XVIII; as *Memórias* da margrava de BAIREUTH; *Cartas de Frederico-Guilherme I a Leopoldo de Dessau,* por KRAUSKE, 1905; a *Correspondencia intima de José II com Coblentzl e Kaunitz,* por BRUNNER, 1871, etc., etc.

Durante a Revolução e até ao golpe de Estado do treze vendimário que havia de tornar possível a Napoleão o tornar-se imperador dos franceses, são numerosíssimos os documentos de toda a ordem — diplomas, correspondência política e diplomática, relatórios oficiais, memórias e correspondências particulares, etc. — que teem sido publicados durante o século XIX, e até 1914.

Entre tantíssimos outros trabalhos indicaremos apenas os *Annalen Europeische,* por E. POSSELT; a colecção dos *Teutsch Staatskanzley,* em trinta e nove partes, por J. A. REUSS; as *Mémoires tirés des papiers d'un homme d'État sur les causes secrétes qui ont déterminé la politique des cabinets dans la guerre de la Revolution depuis 1792 jusqu'en 1815,* em treze volumes, por BEAUCHAMP e SCHU-

BART; as *Memórias* da condessa de Lichtenau, de CUSTINE, de MASSENBACH; os escritos de F. de GENTZ, de VIVENOT; as *Histórias* de VAN ALPEN, etc., etc.

O govêrno napoleónico marca para a Alemanha uma época de enorme perturbação e de transformações senão profundas — como afirma ERNEST DENIS — pelo menos incisivas e rápidas. Desde a organização da confederação do Rheno, a seguir à vitória de Austerlitz, até à ruina do Grande Exército e à guerra da independência, toda a vida política alemã decorre numa constante agitação. Não admira que sejam múltiplos os vestígios documentais dessa época — bastantes dos quais teem sido publicados (1).

Também, o lapso que vai da conferência de Viena à revolução alemã de 1848 é para a existência da confederação Germânica uma época de agitação de ideas literárias, políticas e sociais.

A Prússia que, como os demais Estados alemães, havia ficado arruinada, e administrativa e económicamente desorganizada, melhora os seus serviços e refaz as suas finanças, completando

---

(1) Na impossibilidade de traçarmos uma biografia, mesmo sucinta, dêste período — o que acresceria muito êste trabalho, limitamo-nos a indicar algumas obras que tem boas indicações bibliográficas, como: M.me de STAEL, *l'Allemagne;* a já citada bibliografia de DAHLMANN-WAITZ, na *Quellenkunde der deutschen Geschichte;* a colecção da *Revue Historique*, especialmente os artigos de N. PHILIPPSON; as monografias de ERNEST DENIS in *Histoire Général* de LAVISSE e RAMBAUD, tômo IX, pág. 500 a 506 e 583 a 622, etc.

essa importante obra da regeneração económica com a criação do Zollverein.

Com a criação da Universidade de Berlim e a organização do Ministério da Instrução o ensino melhora e progride extraordináriamente. É a época do teólogo SCHLEIERMACHER, dos juristas GANS e SAVIGNY, do filósofo HEGEL, do criador da geografia moderna KARL RITTER, de A. BOEKH, LACHMANN e WILKEN.

É também a época em que BOPP cria a filologia comparada, e GUILHERME DE HUMBOLDT funda a lingùistica; em que EICHHORN aparece com o seu *Journal da sciência histórica do direito* e inicia a *Colecção de inscrições latinas,* em que RANKE surge com os seus trabalhos já notáveis quando se chega à sua *História dos povos romanos e germânicos,* à *História dos papas* (1834 a 1836) e à *Alemanha na época da Reforma* (1839 a 1847).

É, emfim, a época do grande renovamento dos estudos históricos na Alemanha com o aparecimento da monumental colecção, algumas vezes já aqui citada, dos *Monumenta Germaniae historica,* com a criação, nas Universidades, dos seminários ou institutos históricos, e com a aparição dessa geração de historiadores eminentes que vem de RANKE, ONCKEN, WAITZ, DROYSEN e SYBEL até TREITSCHKE.

Não admira, pois, que estes períodos que se seguem hajam merecido aos historiadores, aos eruditos, colectores e investigadores alemães a mais constante atenção, enriquecendo a historio-

grafia com a publicação de numerosíssimos documentos (1).

*

Além da Prússia os outros Estados da Alemanha teem os seus órgãos de erudição, os seus arquivos e bibliotecas, as suas revistas, boletins, anuários, etc.

Ainda na Alemanha própriamente dita há que considerar os trabalhos da Academia de Sciências de Berlim como o *Corpus inscriptionum latinarum* — a obra prima da Academia dirigida por Mommsen, e que é a grande colecção tipo das publicações do género (2); o estudo das obras de Platão e de Aristóteles (3); a elaboração: do *Corpus scriptorum historiae byzantinae* — a chamada Byzantina de Bonn, da famosa edição das obras de Frederico II elaborada pela «Commission für die politische Correspondenz Friederichs des Grossen», do *Corpus inscriptionum graecorum,* do

(1) São tão numerosas as colecções ou obras isoladas com a reprodução de manuscritos de toda a ordem — diplomas, relatórios, papéis parlamentares, memórias, diários, etc. — que nos limitamos a remeter o leitor para a já citada obra de Dahlmann-Waitz, para o *Manuel de Bibliographie Historique,* de Ch.-V. Langlois, e para as bibliografias que seguem os capítulos de Ernest Denis sôbre a *História da Alemanha,* nos tomos x, xi e xii da *Histoire Général,* de Lavisse e Rambaud.

(2) Acêrca da marcha dos trabalhos na organização dêste *Corpus* vêr: Ch.-V. Langlois, *ob. cit.*, pág. 423 a 427.

(3) e edição académica de Aristóteles por J. Bekker, terminou em 1836, e o índice em 1870. A seguir publicaram-se os *Comentaria in Aristotelem graeca, Supplementam aristotelicum.*

Corpus inscriptionum atticarum, dos *Corpos* de inscrições gregas do Peloponeso, da Cicília, da Itália e da Europa ocidental.

São ainda de notar os trabalhos para a colecção das obras dos escritores eclesiásticos gregos até Eusébio; a Prosopografia do império romano; a publicação das obras de Cornelius Fronto, e a do Código Teodosiano; os trabalhos do *Vocabularium jurisprudentiae Romanae*, dos *Acta Borussica,* etc.

Também é de citar pelos seus trabalhos de erudição a Academia Real das Sciências da Baviera, cuja Comissão histórica tem publicado importantes obras como uma Colecção das chancelarias dos reis alemães; outra das crónicas alemãs dos séculos xiv a xvi; a vida das Hansas, de 1256 a 1530; uma colecção de cantos populares alemães, dos séculos xiii a xvi; e, especialmente, a famosa colecção dos *Anais da história alemã,* a partir de 714; e as duas séries do *Dicionário Biográfico,* e a colecção das monografias sôbre a *História da Sciência na Alemanha.*

Há ainda a lembrar a Sociedade das Sciências de Leipzig — que tem trabalhado no *Corpus glossariorum latinorum;* e no das inscrições etruscas; e a Sociedade Scientífica de Göttingue, fundada no meado do século xviii, e que se tem ocupado de uma edição crítica dos diplomas pontifícios até ao govêrno de Inocêncio III.

Também, a Áustria tem publicado diversas grandes colecções de obras históricas e arqueo-

lógicas — principalmente as editadas pela *Comissão de estudo dos diplomas e correspondências relativas à história da Austria*, pela *Comissão central para o exame e conservação dos monumentos históricos e artísticos* — criada em 1853, reorganizada em 1899, e que tem publicado desde 1903 as suas *Comunicações* — as *Mittheilungen* — e os seus *Anuários;* pelo *Instituto austríaco de estudos históricos* — estabelecido em Roma, desde 1880, debaixo da direcção da Academia das Sciências de Viena, e que tem publicado bastos volumes de *Comunicações* sôbre a história da Áustria, os documentos das nunciaturas alemãs depois de 1559, etc.

A Academia das Sciências de Viena tendo sido criada em 1847 dedicou-se logo ao trabalho com sumo ardor. Entre outras obras importantes publicadas por essa instituição há que salientar as *Fontes rerum austriacarum*, dividida em duas colecções: *Scriptores,* e *Diplomataria et Acta* — das quais teem aparecido várias dezenas de volumes (1); os *Monumenta Conciliorum generalium*

(1) Apesar de se ter resolvido, ao planear as *Fontes*, que estas só contivessem documentos até Maximiliano I, o certo é que o *corpo* da *Diplomataria et Acta* tem publicado várias colecções de papéis oficiais posteriores àquele reinado, isto é a 1519 — em que começou a governar Carlos V — papéis êsses que constam de relatos dos embaixadores venezianos na Alemanha nos séculos XVI, XVII, etc, dos documentos diplomáticos sôbre o Congresso de Soissons, de 1729 a 1752, e das fontes da história da Áustria durante a Revolução francesa.

Como publicação periódica das *Fontes* teem existido os *Arquivos da História Austríaca.*

saeculi decimi quinti, etc.; os *Monumenta habsburgica* — mais tarde abandonada; o *Corpus scriptorum ecclesiasticorum latinorum* — que tem publicado algumas dezenas de volumes de textos e de inquéritos sôbre manuscritos patristicos dos depósitos italianos, espanhois e ingleses (1); e várias publicações de natureza bibliográfica, lexicográfica, filológica, arqueológica, epigráfica, numismática, etc. (2).

Também a Suíça alemã não tem ficado indiferente à publicacão de colecções de documentos inéditos se bem que a obra realizada fique muito àquem dos desígnios e dos trabalhos em projecto (3).

3.º — Inglaterra

Se bem que a laboriosidade da Inglaterra, quanto à publicação de inéditos, esteja muito longe

(1) Trata-se da colecção da *Bibliotheca patrum latinarum Italica, Hispanensis, Britannica*, etc.

(2) Há ainda a recordar as obras colectivas produzidas pela federação das Academias e Sociedades Scientíficas da Prússia, Austria, Baviera, Saxe e Hanover. A êsse *Cartel* ou associação scientífica deve-se o *Thesaurus Linguae latinae*, uma *Enciclopédia das Sciências Matemáticas*, e um *Dicionário da língua egipcia*.

Muitos outros exemplos poderiamos dar de trabalhos feitos em comum pela federação destas e de muitas outras instituições scientíficas.

(3) Além das instituições scientíficas apontadas e das obras acima aludidas muitas outras colectividades alemãs teem publicado numerosíssimas colecções de inéditos. Vêr a série bem recheiada, se bem que ainda incompleta, indicada por Ch.-V. Langlois, *ob. cit.*, pág. 443 a 469.

de se poder comparar com a da Alemanha, e fique muito àquêm das fôrças dos seus recursos financeiros e das riquesas dos seus arquivos, contudo, deve dizer-se, que no decorrer do século XIX bastante ali se trabalhou nesse sentido.

Todo o trabalho de publicações foi precedido em Inglaterra por uma completa reorganização dos seus depósitos de manuscritos. A obra realizada tem sido importante, o que levou JULES FLAMMERMONT a escrever: «C'est l'Angleterre qui, jusqu'ici, a fait dans cette voie les plus grands progrès». E acrescenta: «En même temps que s'opérait la réunion de tous les anciens dêpôts d'archives londoniens dans le *Public Record Office,* le directeur de ce grand établissement scientifique donnait une vive impulsion à la mise en train de cette belle collection des *Calendars*... (1).

Efectivamente, entre as principais publicações de inéditos *in extenso* ou em extracto, realizadas em Inglaterra, figuram as *Publications of the Record Commissioners* (2), que depois se interromperam, ficando em sua vez os *Calendars of Stat Papers*... que teem por fim descrever os docu-

---

(1) Vêr JULES FLAMMERMONT, *Les correspondances des Agents Diplomatiques étrangers en France avant la Révolution*, in *Nouvelles Archives des Missions scientifiques et Litteraires*, tômo VIII, 1896, pág. II.

(2) Nesta colecção teem aparecido entre outras publicações de vulto a reedição dos *Foedera* de RYMER, os *Statutes of the Realm;* as colecções dos papéis mais antigos das chancelarias dos Plantagenetas, e dos inventários dos arquivos da corôa, e o *State Paper during the reigne of Henry VIII.*

mentos por ordem cronológica e não da colocação nos depósitos (1).

Essa colecção dos *Calendars* dividiu-se em três séries conforme as secções do *Satate Paper Office* e a natureza dos serviços das antigas secretarias de Estado: as *Domestic Series* — relativas aos serviços internos do país, e das quais teem aparecido algumas dezenas de volumes com papéis dos séculos XVI, XVII e XVIII; as *Foreign Series* — de que se teem editado muitos volumes sôbre as relações externas da Inglaterra no século XIV; e as *Colonial Series* — que igualmente tem publicado muitos papéis relativos às colónias britânicas (2).

---

(1) As descrições documentais feitas nos *Calendars* constam não só da análise dos manuscritos como dos extractos, e, até, por vezes, de longas transcrições — segundo a importância dos documentos estudados. O primeiro tômo dos *Calendars* apareceu em 1856.

(2) Há ainda a considerar as séries do *Calendar Paper relating to Scotland*, a do *Calendar State Papers relating to Ireland*, etc., etc. — que sobem já a dezenas de volumes publicados, bem como o *Calendar of the Patent Rolls* — desde Enrique II, com dezanove volumes; o *Calendar of the Close Rolls* — a partir de Eduardo I, com 11 volumes; o *Calendar of the Carew Papers, preserved in the Lambeth Library* — que atinge seis volumes; a famosa série do *Calendar of letters, despatches and State Papers relating to negotiations beteween England and Spain, preserved in the Archives at Simancas* (dos séculos XV e XVI, em seis volumes), devido às investigações de BERGENROTH e de PASCUAL DE GAYANGOS.

Acêrca desta publicação vêr JULES FLAMMERMONT, *ob. cit.*, pág. III.

São ainda de notar na mesma grande colecção a série, com mais de dez volumes, do *Calendar of State Papers and manuscripts relating to english affairs, preserved in the Archives of Venise*

Mas, assim como se resolveu limitar a extractos ou a inventários mais ou menos analíticos dos manuscritos o que anteriormente se costumava fazer de publicar os documentos *in integro* nas colecções dos *Record Commissioners*, também, mais tarde resolveu-se simplificar mais a elaboração dos *Calendars* dos outros *fundos* ingleses, continuando-se com o processo antigo nos inventários dos manuscritos do *State Paper Office*.

Há ainda a citar a importante colecção dos *Annual Reports of the Deputy keeper of the Public Records* — que atinge bastantes dezenas de volumes, tendo publicado muitas centenas de documentos políticos, diplomáticos, administrativos, etc.

Alêm de todos os trabalhos até agora enumerados tanto no texto como nas notas dêste nosso estudo, são ainda de salientar as investigações feitas nos arquivos e bibliotecas de Roma, especialmente nos do Vaticano, pelo R. Josefh Stevenson (1), e continuadas por. W.-H. Bliss — de que resultou a publicação de extractos dos despachos dos núncios em Espanha, França, Flandres, Alemanha dos séculos xvi e xvii, e relativos

---

dos séculos xiii a xviii — cujo primeiro volume, de Rawdon Brown, apareceu em 1864; o *Calendar of entriés in the papel registers, illustrating the history of Great Britain and Ireland*; e o *Calendar of documents in France, illustrative of the history of Great Britain and Ireland*; etc.

(1) Stevenson tem no *Calendar Foreign Series* estudos sôbre o reinado de Isabel.

a assuntos ingleses (1), além da edição de uma excelente colecção de cartas dos papas relativas à história da Inglaterra e da Irlanda na Idade Média, pelo laborioso Bliss.

Êste mesmo investigador fez também, por conta do govêrno inglês, estudos nos arquivos e bibliotecas de Stockolmo — onde copiou muitos documentos relativos à Inglaterra.

Da mesma forma, os depósitos de manuscritos da Dinamarca foram estudados no ponto de vista inglês por William Dunn Macray, o qual completou as investigações de Bliss quanto aos papéis dos depósitos suecos (2).

Ainda com relação a estudos feitos no estrangeiro, por conta do govêrno inglês, sôbre história da Inglaterra, são de citar os de Armand Baschet relativos ao período desde a aclamação de Enrique VIII até à morte da rainha Ana, especialmente dos despachos dos embaixadores franceses em Londres (3).

Além da Inglaterra própriamente dita também a Escócia e a Irlanda teem as suas publicações

---

(1) Êsses trabalhos encontram-se relatados nos *Annual Reports of the Deputy Keeper*, volumes 34.º, 35.º, 36.º, 39.º, 40.º, 41.º e 42.º Nos volumes 45.º e 48.º figuram os instrutivos *Relatórios* de Bliss.

(2) In *Annual Reports*, volumes 45.º a 48.º

(3) *Idem*, volume 37.º, pág. 180 a 194; e volume 39.º, de 1878, pág. 573 a 826 — em que foi publicado o *Repertoire Général de toutes les dépêches et autres documents appartenant aux correspondances des ambassadeurs de France successivement accrédités en Angleterre depuis le régne d'Henry VIII jusqu'au régne de George I, 1509-1714.*

especiais de erudição como os *Scottish Record Publications,* destinadas aos documentos inéditos da Escócia, e os efémeros *Irish Record Publications* para os da Irlanda.

Há ainda a notar que depois de algumas tentativas abortadas dum *Monumenta historica britanica* o govêrno inglês resolveu fazer publicar uma colecção de crónicas e memórias da Grã-Bretanha e Irlanda durante a Idade média com o título, em idioma pátrio, de *The Chronicles and Memorials of Great Britain and Irland during the middle ages,* e o latinizado de *Rerum britanicarum medii aevi scriptores* (1).

Alêm destas publicações de carácter oficial há ainda a notar as editadas por outras instituições e revistas, algumas das quais bastante produziram, tais como a *Caxton Society* e a *English historical Society* — ambas já extintas e que publicaram muitos documentos, crónicas, etc.; as *The Camden Society, the Britsh Record Society, Harleian Society* — que teem publicado documentos históricos do maior valor, e esta última tornou

(1) Nesta colecção teem sido publicadas as crónicas *anglo-saxónica* de MATEUS de Paris, RALPH de Dicét, ROOER de Honeden; documentos jurídicos, colecções de cartas, obras literárias, cartulários, documentos administrativos — como *The Red Book of the Exchequer.;* municipais — como os *Munimenta Gildhallae Londoniensis;* e os académicos — tais os *Documents illustrative of academical life and studies at Oxford.*

Alguns dos volumes desta colecção das *Chronicls and Memorials* teem introduções e prefácios da autoria de W. STUBBS, o qual mais tarde os reuniu em volumes.

conhecidos muitos obituários e registos monásticos; a *Selden Society* — que se tem especializado na história do direito inglês; a *Navy Records Society* — que tem publicado documentos dos arquivos da marinha, etc., etc. (1).

Traçando, de uma forma muito sucinta, uma bibliografia ideográfica, ou por assuntos, da história da Inglaterra, devemos relembrar que, se a erudição inglesa não tem acompanhado passo a passo a da Alemanha e da França, nem por isso deixa de ser importante.

Assim, para o período medieval, do século v ao xi, encontram-se publicadas, além das crónicas de Twsyden e Selden, de Fulman e de Galle — conhecidas desde a segunda metade do século xviii, as crónicas publicadas pelos *Monumenta historica Britanica* — que tem tido uma vida difícil, a importante colecção das *Chronicles and Memorials of Great Britain and Ireland* — que tem publicado desde 1858 mais de trezentos volumés (2).

---

(1) Acêrca dos arquivos da Inglaterra e das publicações inéditas levadas a efeito nesse país vêr: Jules Flammermont, *ob. cit.*, 1896, pág. 1 a v; Ch. Bémont, *Les Archives publiques de l'Angleterre et l'Inventaire des Papiers d'État*, in *Revue historique*, tômo xlviii, de 1898; colecção dos relatórios anuais do *Deputy Keeper* do *Public Record Office* insertos nos *Parlamentary Papers*, com apêndices e anexos contendo inventários sumários e analíticos dos *fundos* estudados; Ch.-V. Langlois, *Manuel de Bibliographie Historique*, pág. 488 a 504.

(2) Nas *Cronicles* figuram, entre tantíssimas outras: as *Historia novorum*, de Eadmer; a *Historia Anglorum*, do arquidiácono Henry; as crónicas de Bento de Peterborough, de Raul de Diceto, a de Gervais de Cantorbéry, etc., etc.

É de notar que a *Royal Historical Society*, a *Camden Society*, a *Anglia Christiana Society*, e outras instituições scientíficas teem pubicado muitas crónicas quer na íntegra quer em excerptos (1).

Quanto aos diplomas — as *chartae* — teem sido igualmente publicados no *Codex diplomaticus aevi saxonici*, de Kemble; no *Cartularium saxonicum*, de Gray Birch — que começou a aparecer em 1883, além da famosa colecção de Th. Rymer de que já falamos no capítulo anterior.

Acêrca da compilação das leis dêsse período são de citar a colecção Tharpe — *Ancient laws and institutes of England* — para o período anglo-saxónico; os quatro volumes dos *Tratados sôbre os costumes*, de Houard — para o período anglo-normando; e os dez volumes dos *Statutes of the realm*.

Quanto à história inglesa até ao século xiv, são de citar os documentos publicados por W. Stubbs nas suas *Select charters*, e os reproduzidos nos *Annales monastici*, etc., e nas numerosas publicações empreendidas pela antiga comissão dos *Arquivos públicos ingleses*, desde 1800 a 1836 (2).

Teem, tambêm, sido publicadas pouco a pouco

---

(1) Assim, a Sociedade dos Antiquários de Londres tem publicado documentos muito importantes, e feito notáveis reproduções na sua memorável colecção *Vetusta Monumenta*.

(2) Acêrca da publicação dos documentos e índices feita por essa comissão, vêr: Seargil-Bird, *A guide to the principal of documents preseceved in the Public Record Office* (1891).

numerosas cronicas acêrca de Eduardo I, Eduardo II, da agitada vida política inglesa no tempo de Eduardo III, Ricardo II, Enrique IV, Enrique V, durante a menoridade de Enrique VI — com os expedientes do duque de Bedford, as intrigas de Gloucester, as dificuldades de Enrique de Beaufort; e acêrca da *Guerra das duas rosas,* como as crónicas de WILLIAM DE RISHANGER — publicadas por TH. RILEY; as do falso MATEUS DE WESTMINSTER — as *Flores Historiarum;* a *Historia Anglicana* — de BARTOLOMEU DE COTTON; as *Cronicles of the reigns of Edward I, and Edward II* — publicadas nas *Rolls series;* os *Annales* de NICOLAU TREVET — editadas por TH. HOG na *R. Historical Society*, 1895.

Tambêm, a colecção das *Rolls series* tem publicado muitas crónicas sôbre o século XIV, como a *Continuatio chronicarum*, de ADÃO DE MURIMUTH, 1303 a 1346; a *De Gestis mirabilibus regis Edwardi III,* 1322 a 1356, de ROBERT D'AVESBUY; a de GEOFROI LE BAKER DE SWYNEBROKE — *Chronicon Angliae,* 1303 a 1356, editada em 1880; e o *Polychronicon,* de RANULF DE HIGDEN, até 1360, e continuada até 1377, na colecção das *Rolls series*, em nove volumes.

Igualmente, sôbre os acontecimentos dos tempos de Ricardo II, Enrique IV, Enrique V e a guerra que se seguiu são de citar o *Chronicon Adae de Usk*, de 1377 a 1404, publicado por E. M. THOMPSON, 1876; a *Crónica da traição e morte de Ricardo II,* publicada na *Engl. hist. Soc.,*

1846, por B. Williams; as *Gesta Hnrici V,* do mesmo; as *Memorials of Enry VI,* do secretário dêsse rei, Bekynton, publicadas, em 1872, por J. Williams; a *An english chronicle,* por S. David, in *Camden Society,* 1856; *A Chronicle,* de J. Warkworth; as *Pasten Letters,* editadas, em 1872, por J. Gaisdner — acêrca da história da civilização, especialmente dos costumes, etc., etc.

Com relação ao reinado de Enrique VII, são de notar a *Vita regis Enrici VII,* de Bernardo André, publicada por J. Gairdner nas *Rolls series,* em 1858; os *Materiais para a história do reino de Enrique VII,* reunidos entre os manuscritos dos arquivos e publicados por Will. Campbell nas *Rolls series,* 1873, etc.

Sôbre Enrique VIII, Eduardo VI e o seu reinado da «tirania protestante», e Maria Tudor e a odiosa reacção católica são de enunciar as colecções do *Calendar of letters and papers, foreing and domestic, of the reign of Henry VIII,* de 1509 a 1538, publicado por Brewer e Gairdner, em treze volumes, de 1862 a 1893; o *Calendar of State papers, foreign series, of the reign of Edward VI,* de 1547 a 1553, publicado por W. B. Turnbull; e o *Calendar,* etc., do reinado de Maria Tudor, 1553 a 1558, pelo mesmo autor, em 1861.

Se bem que a história da Inglaterra durante a época tremenda de Isabel Tudor e de Maria Stuart parece não ter ainda na bibliografia inglesa, quanto às publicações documentais, o lugar im-

portante que lhe assinalam os acontecimentos sucedidos, entretanto não está inteiramente em branco, e o mesmo sucede ao período que vai da morte de Isabel à execução de Carlos I.

O mesmo quási pode dizer-se do período republicano e da época que vai da dissolução do velho parlamento até à restauração dos Stuarts, com a aclamação de Carlos II.

Porêm, desde o govêrno de Clarendon e de Danbry até à morte da rainha Ana, em 1714, é muito numerosa a documentação publicada, e que se encontra na colecção dos *Statutes of the realm*, tomos V, VI, VII e VIII; os *Calendars of state papers*, 1649 a 1667, em dezanove volumes, publicados por EVERETT GREEN; as colecções de documentos parlamentares, de COBBETT; o *Calendar of the proceding of the committee for the advance of money*, por EVERETT FREEN, em três volumes, 1888 — acêrca da República e de Cromwell; o *Diary*, de BURTON, em quatro volumes, 1828 — sôbre o mesmo período (1), etc.

De Carlos II à rainha Ana aparecem, muito citados, o *Diary* de PEPY, edição de 1893; a *Correspondência*, em dois volumes, de ELLIS, 1829; a *Private and original, correspondênce of Charles Talbot, Duke of Schrewsbury*, publicada, em 1821, por COXE; as *Memoirs of John Duke of Marlbo-*

(1) Sôbre a época da República e de Cromwell são muito citados os *Papers* de THURLOE, em sete volumes, 1742, com enorme quantidade de documentos sôbre o conselho de Estado no tempo dos Cromwells.

rough with his original correspondance; 1820, em seis volumes, editadas pelo mesmo Coxe e completadas com *The letters and Dispatches of J. D. of Marlborough*, edição de Murray, 1845, etc., etc.

O século XVIII inglês constitue uma época muito importante na história geral. Com Jorge I, príncipe antipático e estranho, a corôa começa a perder o seu velho prestígio.

Não mais monarquia de direito divino, não mais rei omnisciente e indiscutível, pois o hanoveriano monarca, alemão em tudo, para nada saber desconhecia uma palavra de inglês. O prestígio e a fôrça moral e efectiva que a realeza ia pouco a pouco alienando — com o parentesis do reinado de Jorge III — vão sendo ganhos pela câmara electiva e pelo chefe do govêrno ou primeiro ministro, especialmente quando êste se chamava R. Walpole, William Pitt ou Robert Peel.

Se é durante o govêrno do primeiro que a Inglaterra, atravessando um longo período pacífico de vinte e um anos, pode organizar-se económicamente, é durante a ditadura do segundo que a Inglaterra se espande, grangeando uma forte posição internacional e adquirindo numerosas colónias enquanto os Estados do continente se esgotavam nas contínuas guerras das Sucessões de Espanha, da Polónia e da Áustria, guerra dos sete anos, etc.

Mas, acima dos seus progressos materiais há que especificar que neste período aparece, com

o panfleto *North Briton* de WILKES e as *Cartas* de JUNIUS, a imprensa política que pouco a pouco vai adquirindo importância até se tornar a fôrça invencível que é hoje.

Tal período é representado na literatura histórica inglesa por numerosas publicações de documentos, especialmente as *Correspondências* e as *Memórias*, sendo de citar o *Calendar of Home Office Papers,* 1760 a 1772, editado por REDINGTON em 1878 e continuado por ROBERTS em 1881; a importante colecção da *Parliamentary History of England,* começada por COBBETT, e continuada por CAVENDISH sob o título de *Debats of the house of Commons* (1768 a 1771), edição de Wrigth, em dois volumes, de 1841; o *Diary* (1714 a 1720), de MARY COWPER, em oito volumes, 1864; as *Memoirs of the reign of George,* de LORD HERVEY, em dois volumes, 1848: as *Historical and posthumous memoirs,* de WRAXALL, em cinco volumes; as *Memórias do reinado de Jorge III* (1760 a 1772), de H. WALPOLE, em quatro volumes, em 1894 (1); as *Memórias* de CHESTERFIELD, de 1893; as de ROCKINGHAM, em quatro volumes, em 1852, e as de HENRY GRATTAN, em cinco volumes, editadas por seu filho em 1839; os *Papers* de GRENVILLE, 1852, em quatro volumes, etc., etc.

O período da Revolução francesa tão cheio, na política britânica, de incidentes desde as ma-

(1) Do mesmo H. WALPOLE são de citar o *Journal of the reign* (1771 a 1783), em dois volumes, edição de DORAN, 1859; e as *Letters*, em nove volumes, edição de CUNNINGHAM, de 1880.

nifestações das «Sociedades de correspondência», de Londres, em favor da Revolução, e das pugnas parlamentares entre Fox, Burk, Tierney e o chefe do govêrno Villiam Pitt até aos reflexos da morte de Luís XVI sôbre a política inglesa; às medidas de repressão contra os sediciosos e perturbadores da ordem, especialmente os irlandeses revoltados; a entrada da Inglaterra nas coligações do continente contra a Revolução francesa; às perturbações populares de Londres; à revolta das esquadras de Portsmouth, e do Tamisa, etc., tal período — iamos dizendo — tem a sua bibliografia documental bastante rica.

Nela figuram: a *Correspondence* de W. Pitt, 1890; os *Diaries and correspondence of Rose,* 1860; os *Discursos* de Pitt, em três volumes, 1817; os de Fox, em seis volumes, 1815; as *Memorials and correspondance of Fox,* edição de John Russell, em três volumes, 1853; as *Memoirs of the whig party during my times,* de R. Holland, em dois volumes, 1854; as *Memoirs of the courtand cabinets of George the third,* edição do duque de Buckinghhm, em quatro volumes, 1863, etc.

As mesmas publicações documentais podem citar-se para a história inglesa durante a época napoleónica.

A partir do congresso de Viena até à queda simpática do generoso Robert Peel, em 1846 — depois de conseguir vêr votada a lei autorizando a entrada livre dos cereais em Inglaterra — a história dêste país é agitada não só por lutas polí-

ticas como por uma profunda crise económica e por uma grave questão social — da qual o «massacre de Manchester» foi uma das mais ostensivas manifestações, sem excluir os escândalos domésticos entre a família real, dada a vida irregular que o libertino Jorge IV e sua esposa, a rainha Carolina, levavam cada um para seu lado.

É de recordar que essa é a época de CASTLEREAGH, e LIVERPOOL, do lord JOHN RUSSEL, de CANNING, do livre-cambista HUSKISSON — que tornou possível o aparecimento das Trade-Unions, de Robert Peel, do duque da Vellington, dos condes Grey e de Shaftesbury, de O'Connel e Cobden, etc., etc.

É também essa a época das reformas económicas e sociais dos *tories*, da reforma eleitoral e da reforma social dos *wighs*, e das reformas municipais, postais e escolares.

Assim, acêrca dêsse período as obras, publicando documentos, consistem nas colecções de legislação e de papéis parlamentares e em Memórias, correspondências e discursos dos políticos de mais nomeados nêsse tempo. Outro tanto sucede nos períodos posteriores até à actualidade.

4.º — Itália

Terminadas as lutas napoleónicas e acalmado o nervosismo que desencadeou, especialmente nos países do sul, a acção retrógrada e as violências intervencionistas da Santa Aliança, le-

vando mais uma vez à invasão da Itália pelos austríacos — o que provocou aí a natural reacção de carácter liberal e patriótico, começam a aparecer aqui e ali, na Itália, sintomas de renascimento scientífico.

Entre êles figura a criação, em Turim, em Abril de 1833, pelo rei Carlos Alberto da *Regia Deputazione sopra gli studii di Storia patria* destinada «a trabalhar na publicação de uma colecção de obras inéditas ou raras que interessem a história nacional, e num «*Codex diplomaticus* dos nossos Estados».

Efectivamente, essa comissão, que funcionava na Secretaria de Estado do Interior, publicou algumas obras muito importantes como os *Monumenta historiae patriae* — com, pelo menos, vinte volumes; a *Biblioteca storica italiana* (1); e a colecção das *Miscellanea di storia italiane*, criada em 1860.

Foi neste mesmo ano que foram criadas outras três comissões de história pátria — como a de Turim, em Bolonha, Modena e Parma.

A *Regia Deputazione per le provincie di Roma-*

---

(1) Na série da *Biblioteca storica italiana* foi publicada a importante *Bibliografia storica degli Stati delle Monarchia di Savoia*, por Manno e Promis, em seis excelentes volumes, dos quais o primeiro trata da história geral e os outros da história local.

Essa obra que se publicou em Turim, entre 1891 e 1898, é do melhor no género que há na Península itálica, pois contêm uma bibliografia completa dos velhos Estados da casa reinante da Saboia.

gna extendendo a sua jurisdição a Bolonha, Ferrara, Forli e Ravena tem agrupado as suas publicações em cinco séries: *Statuti, Carte, Cronache, Atti e Memorie, Documenti* e *Studi;* a *Deputazione* de Modena — compreendendo Modena, Reggio-Emília, Massa-Carrara — tem publicado os *Monumenti di storia patria delle provincie Modenesi* com três *corpos: Cronache, Statuti, Atti* e *Memorie;* a de Parma tem publicado os *Monumenti*, divididos em *Chronache, Statuti, Codice diplomatico,* além de uma *Bibliografia storica delle provincie Parmensi.*

Dois anos depois, por decreto de 27 de Novembro de 1862, era criada a *Regia Deputazione sopra gli studi di Storia patria per le provincie toscane et per l'Umberia;* sendo anexadas, também, então a Comissão histórica da *Regia Accademia de Luchese* e a Sociedade florentina que publicou o famoso *Archivio storico italiano.*

Reorganizada em 1864 essa *Deputazione* continuou a publicar o *Archivio* que aparecera pela primeira vez em 1842 «dont le rôle politique — informa Langlois — avait été comparable à celui de la Societé dos *Monumenta Germaniae historica,* en Allemagne, et dont le rôle scientifique est resté de premier ordre» (1).

Ainda essa operosa *Deputazione* toscana tem publicado a partir de 1867 uma colecção de *Do-*

---

(1) Langlois, *ob. cit.*, pág. 515 e 516.

cumenti di storia italiana, especialmente relativa ao passado da Toscana, Ombria e Marcas.

Além de todas estas *Deputazioni* ou Comissões de trabalhos históricos — umas, como as de Turim e Florença, bastante subsidiadas pelo govêrno depois da unificação italiana, outras a expensas dos organismos e subscritores locais — muitas outras instituições teem existido na Itália dedicadas aos estudos e publicações da história de Itália.

Podemos enumerar entre outras a *Regia Deputazione di storia patria* de Veneza (1); a *Società ligure di storia patria*, com a sede em Génova (2); a *Societá siciliana di storia patria* (3); a *Societá napoletana di storia patria* (4); a *Societa storica*

---

(1) Esta comissão veneziana, criada em 1873, começou três anos depois a publicar os *Monumenti di storia veneta*.

Esta muito importante colecção consta de cinco séries: os *Documentos e regestos*, *Estatutos e leis*, *Crónicas*, *Miscellânea*, e *Actas da Sociedade*.

Também, a *Deputazione* publicou a grande e importante colecção dos *Diarii* de Marino Sanudo, que apresentam grande importância para o conhecimento da história de Itália e da história da Europa em geral. Ainda essa comissão tem publicado a sua *Revista* que era o *Archivio veneto*, depois de 1891 intitulado *Nuovo Archivio veneto*.

(2) Esta *Societá*, fundada em 1857, tem publicado os *Atti della Societá ligure*.

(3) A *Societá siliciana*, fundada em Palermo em 1873, publica o *Archivio storico siciliano* e os *Documenti per servire alla storia di Sicilia*, em quatro séries: *Diplomatica*, *Fonti del dirito siculo*, *Epigrafia*, e *Cronache*.

(4) A *Societá napoletana*, criada em 1875, tem publicado o *Archivio storico per le provincie napoletane*, e os *Monumenti storici*.

lombarda (2); a *Regia Societá romana di storia patria* (2); etc., etc.

Mas, faltava um organismo que coordenasse o trabalho dispersivo das comissões e sociedades locais de história, emfim, que centralizasse as funções de plano e de trabalho iniciais, e irradiasse acção, conseguindo de todos os organismos locais um trabalho conjugado e sinérgico.

Foi isso que se começou a obter com a fundação, em Roma, do *Instituto storico italiano*, em 1883.

Caracterizando êsse organismo escreve Langlois: «O *Instituto storico italiano,* instalado no Palazzo dei Lincei alla Longara, em Roma, corresponde ao mesmo tempo ao «Comité dos trabalhos históricos» que funciona junto do Ministério da Instrução pública francês e ao Comité directivo da Sociedade dos *Monumenta Germaniae storica*» (3).

Apesar de jóvem é já muito importante a fôlha de serviços do *Instituto*. Tem êle publicado, a partir de 1887, as *Fonti per la storia d'Italia,* com quatro séries: *Scrittori, Epistolari e regesti, Statuti,* e *Leggi*, sendo essa colecção geral inaugurada pela publicação das *Gesta Frederici I in Italia.*

---

(1) A *Societá* lombarda, fundada em 1876, tem publicado o *Archivio storico lombardo.*

(2) Foi fundada em 1877, e tem publicado o *Archivio della Regia Societá romana,* a sua *Biblioteca*, e os *Monumenti paleografici di Roma,* onde teem aparecido importantes colecções de diplomas imperiais e reais e das chancelarias italianas.

(3) Ch.-V. Langlois, *ob. cit.*, pág. 517.

Se bem que a colecção das *Fonti* tinha em vista substituir e continuar os *Scriptores rerum italicarum* de MURATORI, da primeira metade do século XVIII, viu-se a dificuldade, senão impossibidade, de levar a efeito, sem enorme despesa e grande demora, tão monumental e difícil aspiração pelo que se desistiu dela, tornando-se tais *Fonti* uma colecção de documentos inéditos, especialmente relativos à história de Itália na Idade Média. Alem das *Fonti*, tem publicado o *Instituto* o seu *Bulletino*.

Muitas outras instituições, revistas e boletins teem aparecido consagrados aos estudos históricos e bibliográficos, documentando uma vida scientífica extensa e progressiva (1).

Se a Itália, por motivos de ordem política entre os quais é de especializar a sua tardia unificação, não tem ainda uma literatura histórica muito opulenta quanto à publicação dos seus inéditos, e se tomarmos em consideração a riquesa documental dos seus arquivos, não há dúvida que no decorrer do século XIX, e até agora, não ficaram completamente inactivos — como temos visto — os prelos quanto à divulgação dos documentos.

---

(1) Para um mais desenvolvido conhecimento do progresso das sciências históricas em Itália, quanto à organização dos seus arquivos e bibliotecas, à publicação das colecções de inéditos, e ao ensino superior da história, ler: *Rivista filosófica*, 1900, pág. 319; *Rivista storica italiana*, 1890, pág. 649; colecção do *Bullotino do instituto storico*; *Journal des Savants*, 1903, pág. 491, etc. — acêrca das publicações da *Academia dei Lincei*; CH.-V. LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 513 a 524.

A colecção dos *Monumenta historiae, de Turim* — a que já aludimos tem publicado vários diplomas, crónicas, anais, etc., tais como o *Liber jurium republicae Januensis,* editado por Ricotti; as *Crónicas*, de Asti, etc., etc.

Outras crónicas teem aparecido no, já acima aludido, *Archivio storico italiano,* como os *Annali veneti*, de Malipiero; o *Chronicon* de Matarazza; a *Crónica* de Martin de Canal, etc.

Apesar disso, e do concurso fornecido pelos institutos históricos estrangeiros — como os da Alemanha, Áustria, França, etc., que teem funcionado em Roma e publicado numerosos manuscritos dos arquivos italianos — são ainda muito numerosas as crónicas que estão por publicar acêrca da agitada história italiana dos séculos xiii, xiv até ao fim do século xvi — à abdicação de Carlos V, à batalha de S. Quintino e ao tratado de Cateau Cambresis. Contudo, é de notar que acêrca dêsse período já estão impressos: o *Chronicon* de Salimbene Parmensis, as *Cronicas* de Leonardo Bruni, o *De Gestis italicorum post mortem Heinrici VII;* as *Vidas dos homens ilustres do século XV,* de Vespisiano de Bisticci; o *Diário* de Burchard, edição de Thuasne (1); as *Relazione degli ambasciatori veneti,* por Alberi, 1839 a 1862; o *Cartagio diplomatico del 1493 al 1496,* por Cesare Fou-

(1) Trata-se da edição de París, 1883 a 1885, publicando, em apêndice, vários documentos diplomáticos inéditos dos arquivos de Florença muito importantes para a história do pontificado de Alexandre VI.

CARD; a *Storia documenta de Venezia*, de ROMANIS, em várias edições, desde 1853; os *Dispacci*, de ANT. GIUSTINIAN, edição VILLARI, 1876; etc.

O período da dominação espanhola, do meiado do século XVI ao meiado do século XVII, constituindo uma época de decadência moral e política, de intolerância religiosa e de desorganização económica, é marcado na bibliografia histórica por uma grande actividade. Porêm, as colecções documentais mais importantes são, sem dúvida, a das *Relazioni degli ambasciatori veneti al senato*, obra editada no século XIX; e, depois, os *Annali d'Italia*, de MURATORI, nova edição em quarenta volumes, de Florença, 1827 a 1832; as *Relazioni diplomatiche della monarchia di Savoia dalla prima alla seconda restaurazione* (1559 a 1814), edição de MANNO e FERRERO, de Turim, 1890, continuada sob o patrocínio do comité piemontês de história nacional.

O século XVIII, que é em toda a Europa civilizada uma época de reformas, não deixou de todo indiferentes os Estados italianos, se bem que alguns, como as Repúblicas de Veneza e Génova e os domínios pontifícios teimassem em ficar divorciados de tal corrente.

Porêm, ao contrário dêsses há notar a obra realizada no reino da Sardenha, especialmente no tempo de Vítor-Amadeu II, e menos com Carlos-Manuel III e Vítor-Amadeu III. Mas, é principalmente no grã-ducado da Toscana — no tempo de Leopoldo, e no reino de Nápoles — du-

rante o govêrno de Carlos de Bourbon, ou do seu ministro Bernardo Tanucci que a actividade reformista se fez sentir.

Dêste período teem aparecido, que nós saibamos, entre outras obras: as *Relazioni diplomatiche della monarchia di Savoia della prima alla seconda restaurazione* (1759 a 1814), Turim, 1890, etc.; *Lettere di Vittorio Amadeo II a Marozzo della Rocca*, Turim, 1887; *Cartas e outros papeis de Clemente XIV; Memorie storiche degli ultimi cinquant'anni della republica veneta,* Veneza, 1854, por Mentinelli; d'Ayala, *Memorie storico-militari dal 1734 al 1815; Correspondência de Tanucci com o abade Galiani*, in *Arch. storico napol.,* tomos xxviii, xxxi, e in *Arch. stor. ital.,* tomos iii e vi, etc., e tomos xx e xxv, etc.

A agitada época da Revolução, com os seus reflexos na Itália, com as campanhas de Bonaparte, as lutas, as transformações por que passou êsse país nos pontos de vista político e administrativo tudo isso tem hoje uma bibliografia senão muito numerosa pelo menos muito interessante.

São de enumerar os *Annali d'Itali del 1750 al 1861*, por Ant. Coppi; as *Memórias sôbre as guerras dos Alpes e os acontecimentos de Piemonte...*, de Thaon de Revel, Turim, 1871; *Memorie, documenti et lettere inedite*, de Melzi d'Eril, em dois volumes, 1868; Fabio Mutinelli, *Memorie storiche degli ultimi cinquenti anni della republica di Venezia*, Veneza, 1851; a *Historia documentata di Venezia*, de Romanin, em onze volumes, Veneza,

1852 a 1864; o *Diario romano degli anni 1798 al 1799*, por G. A. Sala, em quatro volumes, editado de 1888 a 1892; os *Carteggios* da rainha Maria Carolina com o cardeal Rufo, em 1799, e o do Cardeal Rufo com o ministro Acton, 1799.

Durante o período napoleónico a Itália — especialmente a do norte — tornou-se a princípio o calcadouro dos exércitos franceses e austríacos em luta; depois passa a ser um taboleiro de combinações políticas de Napoleão com a criação da República cisalpina ou italiana, a anexação do Piemonte à França, a reorganização da República ligúrica, e as reformas no Veneto, Toscana, Roma e Nápoles.

A seguir, vê-se a criação do reino de Itália sob o septro napoleónico com a vice-realeza de Eugénio de Beauharnais, e a sucessiva incorporação da Venetia, Ligúria, ducado de Parma, reino da Etrúria e Roma naquele reino, emquanto o govêrno de Nápoles passa, sucessivamente, das mãos de Fernando IV para as de José Bonaparte e para as de Murat.

Entende-se que um tal período era bem de natureza a deixar importantes vestígios não só de carácter oficial como particular. Efectivamente, foram importantes êsses subsídios documentais como se pode vêr precorrendo a obra monumental de Alberto Lumbroso, *Bibliographia ragionata dell'época napoleonica*

Vencido Napoleão aumenta em Itália a agitação política.

É, primeiro, a revolta de Milão que, feita ao mesmo tempo por três facções ou agrupamentos políticos de ideais e planos diversos, e até antagónicos, descamba na confusão e na desordem, condicionando assim a dominação austríaca. Se em Milão o príncipe Eugénio fôra vencido, em Nápoles Murat era ainda mais infeliz, pois não só via as suas tropas derrotadas e o seu trôno desfeito, como por fim, êle próprio caido numa cilada era fusilado.

O período que se segue — o das *Restaurações* — é ainda mais movimentado, e ainda mais desfavorável aos desígnios da política italiana liberal e una.

O absolutismo político interno de mãos dadas com o inimigo histórico da Itália — a Áustria, vai pouco a pouco apossando-se, primeiramente do govêrno da Lombardia e Venecia, e depois, com Vítor Manuel I, da Sardenha, outro tanto acontecendo nos Estados pontifícios e nas Duas Sicílias.

Como era de prevêr, essa formidável reacção fez aparecer nos diversos Estados as associações secretas dos *carbonários* onde se geraram as revoluções liberais que rebentaram em Nápoles, no Piemonte, na Lombardia, na Roumanha, etc.

Mas, quer pela duplicidade de uns — como Fernando IV, de Nápoles, quer pela versatilidade e tibieza de outros — tais o príncipe de Carignan, Carlos Alberto, o certo é que os governos liberais foram efémeros, não passando alguns de tentativas goradas.

Porêm, a estabilidade política estava longe de ser um facto, pois logo surgiram novos conflitos, novas rebeliões.

Segue-se, depois, o movimento, primeiro, pacífico, mas, em seguida, revolucionário do «*Risorgimento*», tendo em vista conseguir a liberdade e unidade italianas.

Como é de calcular numerosos são os documentos ficados desta época, muitos dos quais teem já sido publicados: uns no seu conjunto, outros em extratos, trechos escolhidos, etc.

São de salientar os oito volumes de Bianchi, *Storia documentata della diplomazia europea in Italia*, 1865 a 1872; C. Cantu, *Cronistoria dell'Indipendenza italiana*, três volumes, 1872 a 1877; a *Biblioteca storica del Risorgimento;* Bianchi, *Santorre di Santarrosa; Memorie e lettere inedite*, Turim, 1877; Fiorini, *Gli scritti di Carlo Alberto;* Confalonieri, *Memorie*, dois volumes, 1890; Galvani, *Memorie storiche intorno la vita dell'arciduco Francesco IV*, 1853; Pepe, *Memorie intorno alla sua vita*, dois volumes, 1847; *Cronache, memorie e documenti inediti relativi alla rivolta di Catania de 1837*, Catania, 1907, etc.

5.º — Espanha

A Espanha, não obstante o atrazo em que durante muitos anos permaneceu no que respeita à reorganização dos seus arquivos e bibliotecas, ao estado do seu ensino superior de história e à pu-

blicação das suas colecções de Inéditos, de tal modo tem trabalhado ultimamente, com tal intensidade tem procurado resarcir-se do tempo perdido que ela constitue hoje um muito valioso agente do progresso dos estudos históricos e um magnífico exemplo de esfôrço consciente e metódico a seguir e a imitar.

Para se conhecer a importante obra efectuada no país vizinho quanto aos serviços das bibliotecas e arquivos basta percorrer a magnífica *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Aí se encontram, alêm de numerosas notícias e informações de toda a ordem sôbre os serviços de arquivos, bibliotecas e museus espanhois e o seu pessoal, uma magnífica colecção de catálogos, inventários e índices dos mais importantes depósitos de manuscritos e livros, publicados em separatas da *Revista* a partir de 1889 em que começou ali a aparecer o inventário dos arquivos da Inquisição de Toledo.

Emfim, grandes teem sido os trabalhos de transformação realizados nos arquivos e bibliotecas do país vizinho, tanto a respeito da arrumação e conservação dos recheios dos grandes depósitos, como os do Histórico-Nacional de Madrid, de Simancas, Alcalá de Henarés, da corôa de Aragão — em Barcelona, das Índias — em Sevilha, etc., como no que se refere aos serviços de inventário e catalogação das suas peças.

Tambêm, a Espanha não tem ficado indiferente à publicação das grandes obras de história, es-

pecialmente das colecções de inéditos — como adiante veremos.

Assim, de 1829 a 1830 eram publicados pelo Ministério da Fazenda quatro volumes de manuscritos de Simancas com o título: *Coleccion de cédulas, cartas patentes, provisiones, reales ordenes, y outros documentos concernientes á las provincias vascongadas;* e de 1830 a 1833 apareciam mais dois volumes, em continuação dos anteriores, com uma *Colleccion de privilegios, franquezas, exenciones y fueros, concedidos a vários pueblos y corporationes de la corona de Castilla.*

Também, entre 1825 e 1837 aparecia a obra monumental de Fernandez Navarrete, em cinco volumes, com muitos documentos transcritos e citados, *Colleccion de viages y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siclo XV;* de 1847 a 1876 eram publicados, em Barcelona, quarenta volumes da *Coleccion de documentos inéditos del Archivo general de la Corona de Aragon;* e entre 1890 e 1902 Olivart publicava a *Coleccion de los tratados, convenios y documenlos internacionales celebrados por nuestros gobiernos con los Estados extranjeros desde el reinado de Doña Isabel II.*

Também, de 1877 a 1902 a Câmara dos Deputados espanhola publicava vinte e dois volumes das *Actas de las Cortes de Castila,* estando actualmente essa obra a cargo da Real Academia de História; a partir de 1842, teem já saido muito mais de cinqùenta volumes da *Coleccion de do-*

cumentos inéditos para la historia de España; e de 1892 a 1896 apareceram seis volumes da *Nueva Coleccion de documentos inéditos para la historia de España y sus Indias.*

Emfim, de 1846 a 1870 surgiram os setenta volumes da famosa *Biblioteca de autores españoles desde la formación del lenguaje hasta nuestros dias;* entre 1864 e 1884 eram publicados os quarenta e dois volumes da *Coleccion de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista e colonizacion de las posessiones españolas en America y en Oceania*, por J. F. Pacheco, Francisco de Cardenas e Torres de Mendoza — obra esta que passou a estar a cargo da Real Academia de História, tendo, desde 1885 a 1900, aparecido treze tomos da segunda série, com o novo título de *Coleccion de documentos inéditos relativos al descobrimiento, conquista y organizatión de las antiguas posésiones españolas de Ultramar;* de 1871 a 1896 apareciam, em Madrid, os vinte e quatro volumes da *Coleccion de libros españoles raros ó curiosos;* de 1872 a 1898 publicaram-se quinze volumes de *Libros de Antaño;* de 1880 a 1903 apareciam os cento e vinte e três volumes da afamada *Colección de escritores castellanos* — obra essa que tem continuado; de 1891 a 1902 eram publicados vinte volumes da *Colección de libros raros y curiosos que tratan de America* — obra igualmente em via de publicação; e de 1897 a 1901 apareciam seis volumes da *Colección de estudios árabes* — obra esta em continuação.

Além destas grandes publicações teem aparecido em Espanha várias outras: umas a cargo das Deputações provinciais, outras das sociedades scientíficas locais, das comissões de monumentos e dos grandes organismos académicos — devendo nesta última categoria, colocar-se em primeiro lugar a benemérita e laboriosa Academia de História, seguida logo, para os assuntos de arte e arqueologia, pela Real Academia Española, e pela Academia de Belas Artes de S. Fernando, e também — para a história moderna — pela Academia das Sciências Morais e Políticas de Madrid.

Como já dissemos, é à Academia de História de Madrid que a Espanha mais deve o recente ressurgimento dos estudos históricos.

Tem essa instituição publicado não só as suas *Memórias* (1) e o seu magnífico *Boletin* — que LANGLOIS classifica de «la meilleur, si non la seule, Revue d'histoire nationale que existe dans la péninsule» (2) — mas ainda numerosas obras históricas de muito valor e algumas colecções documentais.

Assim, além das *Actas de las Cortes de Castilla* — a que já aludimos — tem a Academia publicado a *Biblioteca Arábico-hispana*, dirigida por D. FRANCISCO CODERA Y RIBERA Y TARREGÓ — que atingiu onze tomos; o catálogo da *Colección de fueros y cartas pueblas de España;* os dois tomos

(1) As *Memórias* da Real Academia de História compreendem já mais de doze tomos.

(2) CH.-LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 478.

da *Colección de Obras Arábigas de Historia y Geografia;* os vinte e quatro tomos das *Cortes de los antiguos Reinos de Aragón y de Valencia y Principado de Cataluña;* a continuação da *España Sagrada* — que já atinge cinqùenta e dois tomos; o célebre *Memorial Historico Espagnol,* com quarenta e quatro tomos; as *Memorias de Henrique IV de Castela;* e os vinte e dois tomos da *Viaje literario á las iglesias de España*, por D. Jaime Villanueva, etc. (1).

Por esta simples amostra se pode avaliar como tem sido importante a obra realizada no reino vizinho quanto à publicação de inéditos dos seus arquivos, sendo ainda de notar que o govêrno espanhol tem feito últimamente estudar, no ponto de vista da história do país, os arquivos estrangeiros, especialmente os do Vaticano (2).

Como trazemos em via de publicação uma obra especial acêrca de *As Sciências Históricas em Espanha* — que deve aparecer brevemente — remetemos para aí o leitor que deseje profundar êste ponto do nosso trabalho.

---

(1) Alêm destas obras muitas outras publicadas pela Academia, incluindo o *Boletin,* teem inserido bastantes dezenas de documentos dos arquivos espanhois.

(2) São de citar: o *Relatório das investigações feitas no Vaticano,* por Ricardo de Hinojosa em 1892 e 1893, e publicado com o título: *Los Despachos de la diplomacia pontificia en España. Memoria de una Misión oficial en el Archivo secreto de la Santa Sede,* LVIII + 425 págs.; Luciano Serrano, *Causas de la guerra entre el Papa Paulo IV y Felipe II;* Enrique Pacheco de Leyva, *Relaciones vaticanas de la Hacienda española del siglo XVI,* etc.

*

Entretanto, iremos desde já salientar algumas obras de maior destaque contendo documentos.

Vimos já, no capítulo anterior, como foi importante, no século XVIII, a publicação de documentos acêrca da história de Espanha — empreza essa que tem continuado através do século XIX.

Assim, tem hoje o vizinho reino já publicados os *Annales Compostellanos,* os *Annales Complotenses,* os *Annales Toledanos,* os *Anales de la Corona de Aragon,* de ZURITA, etc., isto sem falar na *História da Espanha* de FERRERAS, na *Espanha Sagrada,* de FLOREZ, etc.

Se das obras de carácter geral passarmos a considerar aquelas que mais especialmente publicam sistemáticamente documentos encontramos bastantes aparecidas no decorrer do século XIX.

Assim, para a história de Aragão temos a *Crónica de Pedro el Ceremonioso*, traduzida em castelhano e publicada com anotações pelo eminente erudito catalão ANTONIO BOFARULL, em 1850; os *Fueros de Cataluña,* publicados em 1876, por CAROLEU, PELLE e FORGAS; e a já monumental *Coleccion de documentos ineditos del Archivo general de la corona de Aragon* — obra essa publicada, de 1847 a 1851, por PROSPERO DE BOFARULL e MASCARO (1).

---

(1) Os *Fueros de Aragon* já haviam sido publicados em 1517,

Quanto à Navarra, a bibliografia é mais pequena, sem deixar de ser valiosa, sendo de citar, entre as obras aparecidas no século XIX, a *Cronica de los Reys de Navarra,* aparecida em 1843; uma *Historia da Navarra,* publicada em 1832; um *Diccionario de Antiguedades de Navarra,* aparecido em 1843 — obras de YANGUAS e MIRANDA.

Quanto às Castelas, é de citar a importante publicação sôbre as *Cartas de los antiguos reinos de Leon y Castilla,* feita pela Real Academia de la Historia; e são igualmente de enumerar as *Cronicas de los reyes de Castilla*, de D. CAYTANO ROSEL, aparecidas nas *Bibliotecas de los autores españoles,* etc. (1).

O século XVIII está representado na historiografia espanhola não só por obras de carácter geral como os tomos XII a XV da *Historia general de España*, de LAFUENTE na edição de 1889, e a *Historia general de España,* publicada sob a direcção de CANOVAS DEL CASTILLO, sendo de especializar o trabalho de DANVILA Y COLLADO sôbre o reinado de Carlos III, como por outras obras especiais.

São de enumerar nesta categoria as *Memórias* de RIPERDA, marquês de S. Felipe, CAMPO-RASO,

---

e reimpressos em dois volumes, de 1678 a 1684; As *Constitutions y altros drets de Cathalunya* apareceram em 1784, em três volumes.

(1) Vêr mais bibliografia em LAFUENTE, *Historia,* etc., edição de Barcelona, 1889, tomos III a XII; RAFAEL ALTAMIRA, *Historia de España y de la civilization española*, quatro tomos, etc.

FLORIDABLANCA, JOVELLANOS; as obras de FERNAN NUÑEZ, *Compendio historico de la Vida de Carlos III; Correspondencia entre Carlos III e o marquês de Tanucci* (1); MACANAZ, *España y Francia en el siglo XVIII,* Madrid, 1876; A. DANVILLA, *Fernando VI y doña Barbara de Braganza,* 1905; FERRER DEL RIO, *Historia del reinado de Carlos III,* quatro tomos, 1856; RODRIGUEZ VILLA, *El marquez de la Ensenada,* 1876; FERNANDEZ DURO, *Armada española,* 1895 a 1903, tomos VI e VII, etc. (2).

O período da Revolução Francesa bem como a época da dominação napoleónica — que bastantes reflexos tiveram sôbre a Espanha — estão

(1) São ainda do século XVIII algumas destas e muitas outras obras.

(2) Deve dizer-se que muita documentação de grande valor histórico resta ainda por publicar. Entre os inéditos são de especializar: as *Memorias* de MACANAZ; muitos papéis do Arquivo de Aragão sôbre o reinado de Felipe V, desde a sua vizita a Barcelona, em princípios de Outubro de 1701, e do seu juramento nas côrtes, no dia 12 dêsse mês, pelos fóros e usos da cidade e do principado; papéis da Biblioteca de Salazar; a *Historia da guerra civil,* do conde de Robres; uma *Historia politica y secreta de la Corte de Madrid desde el ingresso del señor don Felipe V en ella hasta la paz* — citada por LAFUENTE, in tômo XIII da sua *Historia;* muitos manuscritos da Biblioteca Nacional de Madrid, Real Academia de História, da colecção BOFARULL, de Barcelona, etc., todos de grande importância histórica.

É de citar o Arquivo de Simancas — onde há muita correspondência diplomática, política e administrativa, sendo de especializar a relativa à expulsão dos jesuitas de Espanha e à extinção aí da Companhia, vários processos da Inquisição como o do ilustre Olavide acusado e sentenciado por ser leitor e seguidor das obras e ideas de VOLTAIRE e ROUSSEAU — dos quais era amigo e correspondente; a *Correspondencia entre Aranda e Florindablanca,* etc., etc.

representados na historiografia moderna espanhola pela publicação de algumas obras com documentos dessas épocas.

São de citar, entre outras, as seguintes: *Coleccion de documentos inéditos pertenecientes á la historia de nuestra revolucion,* Madrid, 1813 (1); *Historia de la guerra de España contra Napoleon, escrita y publicada de ordem de S. M.* (1808 a 1814); AZANZA Y O'FARRIL, *Memorias sobre los hechos que justifican su conducta politica,* 1815 (2); MARQUEZ DE AYERBE, *Memoria sobre la estancia de D. Fernando* ... (3).

O período seguinte, a partir da Restauração de Fernando VII até ao meiado do século XIX, marca, em Espanha como entre nós, uma época de enorme agitação.

Logo a seguir à chegada de Fernando VII ao seu reino dá-se o golpe de Estado de 4 de Maio de 1814, pelo qual o rei declarou abolida a Constituição de 1812 e nulos os decretos das Côrtes,

---

(1) Esta obra saiu anónima, sendo muitas outras — especialmente folhetos contra Napoleão — igualmente anónimos como: *El engaño de Napoleon descubierto y castigado,* 1808; *Napoleon ó el verdadero Quijote de la Europa,* etc, etc.

(2) Muitas outras *Memórias* teem sido publicadas, como as de MANUEL GODOY, quatro volumes; as de ESPOZ Y MINA, em cinco volumes; etc.

São também dêsse período numerosos opúsculos, livros, odes e panfletos patrióticos, etc., comos as obras de CAPMANY: *Carta de un bueno patriota,* 1811, *Centinela contra franceses,* 1808; JOVELLANOS, *Á mis compatriotas,* 1811, dois volumes.

(3) Também dêste período há por publicar muitos papéis de grande valor.

considerando tudo isso como cousas não realizadas. É toda uma época de perseguições que se inicia contra os liberais.

As prisões, deportações, banimentos e exílios multiplicavam-se todos os dias depois do golpe de Estado. Tais factos provocaram as naturais reacções que se manifestaram por sucessivas conspirações e sublevações todas elas infelizes até à Revolução vitoriosa de Cadiz, de 1820.

Mas, o estado político da Europa ocidental era então pouco favorável ao liberalismo devido à Santa Aliança.

Havendo as potências coligadas dado à França a pedido instante de Montmorency e Chateaubriand, no congresso de Verona, a incumbência de intervir *manu militari*, pouco depois 100.000 franceses sob o comando do duque de Angoulême inutilizavam toda a obra liberal. A reacção absolutista foi enorme, e as represálias dos reaccionários foram formidáveis, brutais, monstruosas estando essa cruenta obra, sistemáticamente realizada, a cargo de algumas instituições, especialmente de uma que tinha o característico título de *Anjo exterminador*.

Assim, de reacção em reacção, de luta em luta, se foram passando vinte, trinta, quarenta anos até ao período de relativa acalmação que marca o reinado de Afonso XII e a política de *atracção* — eufemismo para designar suborno — do eminente Canovas del Castilho.

Escusado será dizer como tão agitada época

é úbere em documentos de toda a natureza, desde as colecções de legislação e outros ostensivos papéis do Estado, até às Memórias e papéis particulares, secretos e íntimos.

Figuram, entre os primeiros, os *Diários das sessões das côrtes celebradas em Sevilha e Cadiz*, a colecção de *Decretos del rei D. Fernando VII desde el principio de su reynado hasta fines de 1824*, nove volumes; MICHEL J. QUIN, *Memórias históricas sôbre Fernando VII*, 1840, três volumes; marquês de Miraflores, *Apuntes históricos para escribir la historia de España del 20 al 23;* MIÑANE, *Histoire de la Révolution d'Espagne de 1820 à 1823*, Paris, 1824, dois volumes; as obras de MIRAELORES e JAVIER DE BURGOS sôbre o reinado de Isabel II, respectivamente: as *Memórias* e os *Anales;* a importante obra de PIRALA, *Historia de la guerra civil y de los partidos liberal y carlista*, 1868 a 1870, em seis volumes; as *Memórias* de D. LUÍS FERNANDES DE CORDOBA, 1837; etc., etc. (1).

---

(1) A bibliografia que acabamos de enumerar é insignificante em relação ao grande número de obras com documentos, que se teem publicado no vizinho reino sôbre os acontecimentos do século que decorre desde o regresso de Fernando VII ao seu país até à actualidade. Para melhor detalhe vêr: a citada *Historia General de España*, de LAFUENTE, edição de 1889, do tômo XVII a XXV; os vários volumes da importante *Coleccion de Documentos inéditos da historia de Espanha;* RAFAEL ALTAMIRA J. CREVEA, *Historia de España y de la civilization española*, tômo IV.

Porêm, de todas as obras sôbre bibliografia histórica espanhola a melhor é o recentíssimo e magnífico trabalho de R. SANCHES ALONSO, *Ensayo de bibliografia sistematica de las monagrafias impressas que ilustram la historia politica nacional de España*

*

Entre as publicações documentais espanholas deve colocar-se em primeiro lugar a já monumental *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España.* Essa obra que conta já hoje muitas dezenas de volumes merece neste nosso trabalho uma referência especial, dados os objectivos que ela apresenta mais ou menos idênticos aos da empreza que projectamos realizar: a publicação de documentos inéditos.

Por isso vamos dar a seguir uma notícia mais desenvolvida dessa obra — posto que ainda assim ela resulte muito breve em relação à importância de tal empreza.

O primeiro volume da *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* apareceu em 1842, sendo a obra dirigida pelos eruditos Martin Fernandes Navarrete, Miguel Salvá e Pedro Sainz de Baranda, da Academia de História.

A obra é precedida de uma *Advertência* ou «*Prospecto*» onde os colectores acima citados expõem os intuitos que os animam, os objectivos que teem em vista, e fazem uma breve história das diligências realizadas no país vizinho para a recolha,

---

excluidas sus relationes com America, 1919, XXI + 448 págs. Essa obra verdadeiramente importante menciona nada menos de 6.783 espécies, e é acompanhada de três índices: um de autores, outro de assuntos, e um terceiro de obras citadas.

coleccionação e publicação de manuscritos de maior valor histórico.

Assim, o *Prospecto* com que abre a *Coleccion* alude à necessidade de fornecer aos escritores o material de documentos necessários para as construções históricas, começando por dizer: «Tiempo hace que los literatos mas eminentes de la nacion echan menos una coleccion de documentos, como los materiales indispensables para escribir nuestra historia; y este deseo es tanto mas recomendable quanto casi todos nuestros escritores adolecen de la falta de no haber tenido presentes los datos necesarios para componer sus libros; ó de haber ignorado donde se hallaban para compulsarlos, ó de haber carecido de medios para procurar-se los originales ó copias fehacientes».

A seguir, enumera as diligências efectuadas nos tempos de Carlos V, e Felipe II, Felipe V — com a fundação da Academia de Histórta tendentes à «*incesante adquisición de materiales historicos, especialmente originales, y obras inéditas*», havendo, também, Fernando VI encarregado os eruditos Burriel e Santiago Palomares de «examinar los archivos del reino, copiar e formar una coleccion de manuscritos».

No tempo de Carlos III e Carlos IV, não esmoreceram êsses trabalhos como estão a atestá-lo as colecções de Burriel, Abella, Traggia, Velasquez, Muñoz, Navarrete, Sans, Vargas Ponce e Villanueva.

Passados os tempos de agitação e de instabili-

dade política das invasões francesas e das lutas civis, serenado mais o ambiente social aparece, como dissemos, em 1842, o primeiro tômo da *Coleccion*.

Depois reconhecem, com grande verdade, os editores que uma semelhante empreza tão vasta «só pode ser executada pelo Govêrno supremo do Estado, cuja principal glória deve consistir em conservar pela imprensa o mais honroso património de uma nação, que são os feitos e os escritos dos grandes homens que a ilustraram».

A seguir, escrevem: «En cuanto al plano y distribution de materias hubieramos deseado presentar los documentos por ordem cronologica; pero nos ha parecido inasequible atendida la dificultad de haberlos á la mano todos juntos...». E acrescenta: «Atenderémos si com todo o cuidado á expresar el carácter de letra de los manuscritos cuando los disfrutemos en su original ó en copias antiguas, los archivos ó bibliotecas donde se hallen, las personas, que los posean, y en fin todas las circunstancias que los hagan dignos de fe y acrediten su autenticidad».

Escrito o *Prospecto*, com a data de 1 de Outubro de 1842, segue-se uma colecção de *Documentos relativos a Hernan Cortês* (1), contendo cinco cartas escritas ao imperador Carlos V desde 15

(1) As cartas originais, e com a assinatura autógrafa de Fernando Cortês, encontram-se, segundo informa o primeiro volume, no Arquivo Geral das Índias, maços do *Patronato Real*.

de Maio de 1522 até 10 de Outubro de 1530 sôbre a conquista da Nova Espanha (Mexico), descubrimento do mar do sul, e as várias expedições mandadas executar em busca de especiarias, e uma ao bispo de Osma.

A seguir, veem os documentos sôbre o desafio entre o imperador Carlos V e Francisco I, de França (1); um pequeno relato da prisão do famoso António Perez, e da Princesa de Eboli (2); vários documentos sôbre Fernando Cortês (3); uma informação que Lorenzo Carvajal deu ao imperador Carlos V sôbre as pessoas que compunham o Concelho real espanhol (4); uma *Instrucion* dada por Carlos V, em 1527, a Lopes Hurtado de Mendonza, embaixador junto do rei de Portugal, para solicitar a aliança dêste contra a França e Inglaterra em razão do repúdio de D. Catarina, filha dos reis espanhois, por seu marido Enrique VIII (5); diversas cartas de Carlos V, da imperatriz, e do infante D. Fernando ao arcebispo de Toledo acêrca de vários assuntos, e em especial dos socorros em dinheiro para os

(1) Consta dos parceres do Conselho de Castela, de outras entidades e de várias pessoas sôbre o assunto.

(2) Tirado das *Memórias* de Fr. João de S. Jerónimo, monge do Escorial, no tempo de Felipe II, encontrando-se o respectivo documento na biblioteca do Mosteiro.

(3) Os dois primeiros são cartas de Carlos V a Cortez, pertencentes ao Arquivo de Simancas.

(4) Esta interessante informação é copiada de um códice, in fólio com letra do século XVI, da Biblioteca do Escorial.

(5) É uma reprodução do tômo 78.º da colecção Muñoz da Academia de História.

gastos da guerra contra o grão-turco Solimão, e os mouros de África; diversos documentos sôbre a conquista de Tunis e da Goleta por Carlos V, em 1535, e outros sôbre a expedição de Argel em 1541.

Seguem-se: uma Relação acêrca da guarda dos filhos de Francisco I de França, na fortaleza de Pedroza, de 1526 a 1531; diversos documentos relativos a Sebastião del Cano (1); um *capitulus* das Comunidades de Castela, sem indicação da data nem do lugar de origem; a pequena sentença contra João de Padilha, João Bravo e Francisco Maldonado; reprodução das sentenças contra Alonso de Sarabia, D. Pedro Pimentel, o licenceado Bernardino, e Francisco Mereado; o traslado de uma petição de Toledo solicitando várias prerogativas e outras vantagens; uma escritura de acomodamento entre D. António de Zuniga, prior de S. João, capitão general do reino de Toledo; memória sôbre a confiscação dos bens de pessoas sentenciadas; mais documentos acêrca de Sebastião del Cano; memória sôbre o paradeiro da nau *Vitória* em que o mesmo del Cano terminou a primeira viagem de circumnavegação;

(1) Trata-se de uma pequena carta de Carlos V a João Sebastião del Cano, datada de Valladolid, em 13 de Setembro de 1522, para que êste lhe fôsse relatar a sua viagem, seguida ali; outra do mesmo para o mesmo fazendo-lhe a mercê de 500 ducados de ouro, datada do mesmo lugar em 23 de Janeiro de 1523, de uma ordem real autorizando o del Cano a ter a sua guarda do corpo, de uma outra ordem para serem pagos ao navegador 500 ducados de ouro, e do testamento do del Cano.

um documento sôbre o dote de D. Catarina, filha dos reis católicos e tia de Carlos V quando casou para a Inglaterra (1).

Vem, a seguir, um Despacho real de Felipe II, a D. Martin Enriquez, vice-rei do México, determinando-lhe que remeta quantas notícias possa adquirir das pessoas que hajam escrito sôbre a conquista e povoamento daqueles territórios, a fim de ser elaborada a história das Índias (2); uma série de seis cartas a Felipe II e uma a D. João de Ovando, presidente do Conselho das Índias escritas da cidade do México, entre 1572 e 1576, pelo médico Francisco Hernandez, acêrca da história natural das Índias, de que o rei o encarregara de elaborar (3); cartas do geógrafo Francisco Dominguez a Felipe II, datada do Mexico em 30 de Dezembro de 1581, falando dos trabalhos que realizou, dos excessos de serviço a que o governador o submetia, e da fraca paga que lhe dava; seguem-se dois documentos do Arquivo das Índias, de Sevilha, sôbre as primeiras expedições de Fernando Cortês que puseram termo à conquista da Nova Espanha; e uma *Relacion* da descuberta e conquista da Nova Espanha «hecha por la Justicia y Regimiento de la nueva ciudad de Vera-Cruz», a 10 de Julho de 1519 (4).

---

(1) É do Arquivo de Simancas.

(2) O original está no Arquivo das Índias, em Sevilha.

(3) São também papéis do Arquivo das Índias.

(4) É uma reprodução do Códice cxx da Biblioteca de Viena, de que existe cópia na Academia de História. A reprodução é

Vem, a seguir, uma carta do «adelantado» Diogo Velazquez queixando-se de Fernando Cortês e denunciando o caso de um navio dêste haver aportado à ilha Fernandina, feito um carregamento secreto e seguido viagem para Espanha; um *Parecer* do licenceado Ayllon, na ilha Fernandina, ao «adelantado» Diogo Velazquez sôbre a esquadra que êste tinha preparada para ir contra Fernando Cortês; duas cartas ao rei do mesmo licenciado, em 1520, sôbre o mesmo assunto; *Declaration* feita na Corunha, a 29 de Abril de 1520, pelos capitães Francisco de Montejo e Alonso Hernandez Portocarrero, em nome da vila de Veracruz sôbre a Armada «que hizo Diogo Velazquez» para a descoberta da Nova Espanha, nomeação de Cortez para capitão general dela, etc.; *Instrução* da Real Audiência de S. Domingo ao bacharel Pedro Moreno fiscal dela sôbre os limites de competência e jurisdição de vários capitães da armada, entre os quais Cortez.

Terminam êste primeiro volume as seguintes peças: uma *Relacion* de «los oidores sobre lo de la poblacion del golfo de las Higueras, y de los capitanes que lo pueblan, y del armada que Cortez envia sobre Olid, y de lo que ellos han pro-

---

precedida de um estudo breve, mas erudito, de NAVARRETE sôbre esta e outras *Relaciones*, sua proveniência, traduções latinas, italianas e francesas. Esta extensa *Relacion*, de pág. 417 a 472 — que é quinta das seriadas por NAVARRETE — tem um preâmbulo que parece não ser da autoria do Cortês, mas sim posterior, trabalho feito por «algum curioso para mejor declarar el contenido de lo que en ella se refiere» — diz a *nota* respectiva.

veido sobre ello»; outra *Relacion*, com uma lista dos descobridores e conquistadores da Nova Espanha que foram com Fernando Cortez, Panfilo de Narvaez e outros (1); um capítulo, com a epígrafe *Communidades de Castilla,* de uma obra manuscrita intitulada *Antigüedades y sucessos memorables succedidos en esta muy noble y antigua villa de Simancas,* por D. Manuel Bachiller, beneficiado de Preste» (2); e uma descrição da viagem de Felipe II a Inglaterra quando foi casar com a rainha D. Maria, escrita por Juan de Veraona (3).

*

Os outros volumes estão mais ou menos feitos como êste: reproduzem documentos sôbre assuntos muito variados, e de datas muito diversas.

Essa composição que dá a cada volume agradáveis aspectos de vivacidade e policromia históricas — digamos assim — parece-nos mais própria de uma Revista ou de um Boletim de história que de uma obra da natureza da *Coleccion.* Obras desta índole devem — julgamos nós — ter por objectivo publicar, com sistematização, colecções do-

(1) É um relato anónimo, feito entre 1520 e 1530.

(2) Trata de dissenções havidas em Espanha em virtude das cláusulas do testamento da Rainha Isabel feito em Burgos e depois da morte do rei Fernando-o-Católico, indo até à luta entre o herdeiro de D. Carlos e o infante D. Fernando, o que sucedeu em Valladolid e Simancas, descrevendo depois a chegada do rei D. Carlos e seu govêrno, e as lutas que se seguiram (1530).

(3) Trata-se de um manuscrito da Biblioteca do Escorial.

cumentais importantes, com unidade e seqüência, — o que, muitas vezes, não se dá com esta.

Também, os estudos de erudição, as *notas,* etc., que devem acompanhar os documentos publicados, são, por vezes, algo modestos em relação à importância dos assuntos e das espécies, e ao consagrado mérito dos ilustres colectores e editores da obra.

Apesar dêsses pequenos inconvenientes, muito susceptíveis de melhoria, a *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia da Espana* é uma obra preciosa, tendo prestado à historiografia espanhola os mais assinalados serviços.

6.º — França

Vimos já, de uma forma rápida, no capítulo anterior como foi importante a obra realizada em França durante o século XVIII no domínio das sciências de erudição.

Vamos vêr agora, de uma maneira ainda mais sucinta, o extraordinário labor efectuado nesse país, durante o século XIX e até 1914, no que respeita às publicações dos manuscritos de valor histórico. Justo é acentuar que tão grande progresso foi principalmente devido ao concurso do Estado quer directamente pela publicação das Colecções de Inéditos da História de França e de outras obras similares dirigidas e subvencionadas pelo Ministério da Instrução, quer pelos trabalhos publicados pelas Academias, Universidades, e

Altas Escolas especiais, pelos Arquivos e Bibliotecas, e ainda pelas subsidiadas pelo govêrno francês.

Tem, por isso, razão LANGLOIS quando escreve: «Au XIX siècle, l'Etat français a été très libéral pour les études historiques. Il leur a rendu des services de plusieurs manières, mais surtout: 1.º en administrant les dépôts publics de documents (archives, bibliothèques et musées); 2.º en provoquant et en subventionnant des entreprises scientifiques dont ni l'initiative des particuliers et des sociétés, ni mêmes les autorités locales, ne sauraient venir à bout» (1).

Em França, como nos outros países civilizados que tomam a sério e prezam estes assuntos, as publicações de documentos de interêsse histórico foram precedidas da reorganização dos depósitos de manuscritos, e da elaboração — e em alguns, até, da publicação — dos essenciais instrumentos de investigação, ou de heurística: os inventários, catálogos, e índices sumários e analíticos dos arquivos e bibliotecas.

Se bem que já no século XVIII Dom MONTFAUCON e o abade LEBEUF notassem a falta de um catálogo de manuscritos das bibliotecas públicas de França ainda nada se havia feito de completo e sério quando a 22 de Novembro de 1833 GUIZOT expediu aos prefeitos uma circular para que os

(1) CH.-V. LANGLOIS, *Manuel de Bibliographie Historique*, pág. 348.

bibliotecários do país lhe enviassem «um catálogo dos manuscritos de toda a espécie que estavam confiados à sua guarda».

Passados oito anos VILLEMAIN renovava a proposta, mostrando «a necessidade de ser fixado sôbre um *plano uniforme* o catálogo geral dos manuscritos conservados nas bibliotecas públicas dos departamentos» (1).

Isso se fez; mas a elaboração do catálogo foi de tal forma morosa que só em 1849 começou a aparecer, havendo-se publicado até 1885 apenas sete volumes sob o título: *Catalogue général des manuscrits des Bibliothèques publiques des départements* (2).

Em 1886, começava a publicação do famoso *Catalogue général des manuscrits des Bibliothèques publiques de France,* devido principalmente a DELISLE e constituido por algumas dezenas de volumes, vindo substituir o anterior que suspendeu a publicação (3).

---

(1) Até então só existia um reportório geral, útil por ser único, mas muito omisso o de HAENEL, *Catalogi librorum manuscriptorum qui in bibliotecis Galliae, Helvetiae, Belgiae, Britanniae Magnae, Hispaniae, Lusitaniae, asservantur*, Lipsiae, 1829, mais tarde, em 1853, reimpresso com bastantes aditamentos nos tomos XL e XLI da *Nouvelle Encyclopédie theologique* do abade MIGNE.

(2) Êsse catálogo, conhecido pelo *Catalogue Villemain*, era muito imperfeito, como demonstrou o eminente DELISLE, desde 1873.

(3) Nessa colecção do *Catalogue* de 1886 figuram publicados os catálogos de mais de trezentas biblotecas da província; os catálogos dos manuscritos das bibliotecas do Arsenal, Mazarino e Santa Genoveva, de Paris, e o *Catalogue des manuscrits conservés*

Também, o govêrno francês não ficou indiferente à publicação dos catálogos dos manuscritos dos Arquivos, pois em 6 de Maio de 1841 foi criado no Ministério do Interior uma «Comission des archives départementales et communales», que em 1847 publicou um *Catalogue général des Cartulaires des Archives départementales,* logo seguido, um ano depois, por um *Tableau général numérique par fonds des Archives départementales antérieurs à 1790.*

Mas tudo isso não passava de uma série de tentativas e ensaios. Só em 1861 é que se iniciou a importante colecção dos *Inventaires-sommaires des Archives départamentales, communales et hospitalières* que já deve contar cêrca de cinco centenas de volumes (1). Se bem que alguns dêsses *Inventaires-sommaires* muito deixem a desejar, não há dúvida que entre os elaborados depois de 1870 há alguns muito perfeitos e que teem sido poderosos auxiliares dos historiadores.

Se os arquivos provinciais e regionais teem dado origem, em França, a êsses e a muitos outros trabalhos de inventário não é de admirar que os Arquivos Nacionais, de París, tenham já hoje muito perfeitos e completos os inventários e ín-

---

dans les dépôts d'archives départementales, communales et hospitalières.

Acêrca dêstes e outros catálogos modernos percorrer a colecção do *Annuaire des Bibliothèques et des Archives.*

(1) Acêrca de tais *Inventaires* consultar: os *Rapports* dirigidos ao Ministro da Instrução Pública pela Direcção Geral dos Arquivos; e a colecção dos *Annuaires des Bibliothèques et des Archives.*

dices das suas colecções, havendo-se, sôbre os seus *fundos* e núcleos, publicado trabalhos importantes, tais como os de A. Teulet, J. de Labord e Berger, *Actes du Parlement de Paris;* de J. Tardif, *Monuments historiques;* de Huillard-Bréholles e Lecoy de la Marche, *Les titres de l'ancienne maison ducale de Bourbon*, em dois volumes; a erudita obra, em três volumes, de Douët d'Arcq, *Collection des sceaux*, etc., etc.

Também, os arquivos dos Ministérios dos Estrangeiros, Guerra e Colónias — cujos *fundos* ainda não foram incorporados nos Arquivos Nacionais, teem as suas colecções em ordem, havendo publicado, alguns, não só inventários dos seus núcleos como importantes colecções de documentos (1).

Expostos, por uma forma muito breve e, por isso, incompleta, os trabalhos realizados, oficialmente, em França acêrca da catalogação dos manuscritos, vamos tratar agora da segunda étape

---

(1) Dos três ministérios acima enumerados o que maior e mais importante obra tem realizado, nesse sentido, é o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Êsses depósitos a cargo da «Commission des Archives diplomatiques ...», tem dado origem à publicação de três séries de obras: um *Inventaire sommaire*; um *Inventaire analytique*, e o *Recueil des instructions données aux embassadeurs et ministres de France depuis le traité de Westphalie jusqu'à la Révolution française.*

Além destas e de algumas outras obras de carácter oficial, muitas outras teem aparecido publicando na íntegra, em parte ou em extratos os manuscritos dêsse rico depósito (vêr: Langlois, *ob. cit.*, pág. 352 e 353; o nosso opúsculo, *Da Importância dos Documentos Diplomáticos em História.*

na serieção dos serviços de erudição: a publicação de documentos.

Se quanto aos serviços de inventário e catalogação dos manuscritos vimos a importante obra realizada pelo govêrno francês, iremos mostrar que no que se refere à publicação das peças inéditas a acção do Estado tem sido igualmente zelosa, profícua e meritória.

Vimos já a acção desenvolvida por Guizot, em 1833, quanto à catalogação dos manuscritos. Pois devemos acrescentar que êsse eminente historiador e político, então ministro de Luís Felipe, foi de uma persistência, de uma actividade e de uma dedicação admiráveis ém favor da publicação dos documentos históricos.

Nesse mesmo ano de 1833 relatava êle ao rei: «Só ao govêrno pertence — quanto a mim — poder realizar o grande trabalho de uma publicação geral de todos os materiais importantes e ainda inéditos sôbre a história da nossa pátria. Só o govêrno possue os recursos de toda a ordem que uma tão vasta empreza exige. Não falo já nos meios de subvencionar as despesas que ela deve ocasionar; mas como guarda e depositário dêste legado precioso dos séculos passados, o Govêrno pode enriquecer uma tal publicação com uma multidão de informações que simples particulares em vão tentariam obter».

Em harmonia com o seu ponto de vista o ilustre Guizot criava, a 18 de Julho de 1834, um «Comité chargé de concourir à la direction et à

la surveillance des recherches et publications... sur les documents inédits relatifs à l'histoire de France».

A 10 de Janeiro de 1835 aparecia uma nova Comissão que tinha por objectivos investigar e publicar «les monuments inédits de la littérature, de la philosophie, des sciences et des arts considérés dans leurs rapports avec l'histoire général de la France» (1).

Porêm, nem todos compreenderam os desígnios de Guizot (2).

Em 1837, Salvandy reorganizava as Comissões, dividindo-as em cinco secções correspondentes às cinco classes do Instituto, e que foram: «Langue et litterature françaises, Histoire positive ou des chroniques, Cartes et inscriptions, Sciences, Arts et monuments, Sciences morales et politiques».

Outras modificações experimentaram êsses serviços por parte dos ministros Cousin, Fortoul Rouland, J. Ferry, etc., sendo êste último que deu a essa instituição o nome que últimamente tem tido: *Comité des travaux historiques et scientifiques.*

---

(1) Vêr X. Charmes, *Le Comité des travaux historiques et scientifiques*, II, pág 4, 7 e 28; Langlois, *ob. cit.*, pág. 356 e 357.

(2) Prosper Mérimée, que fez parte do *comité* nomeado em 10 de Janeiro de 1835, nunca tomou a sério as suas funções nessa comissão, levando as sessões a troçar dos desígnios de Guizot.

Vêr passagens de cartas dêste publicadas na *Revue de Paris*, de 15 de Maio de 1898, e algumas transcritas por Langlois, *ob. cit.*, pág. 357.

Depois de 1885 êsse *Comité* tem constado das cinco secções seguintes: «Histoire et philosophie, Archéologie, Sciences economiques et sociales, Siences, Géographie historique».

Vimos já que o ponto de vista de Guizot, sôbre a missão das primeiras *Comissões* consistia na publicação dos documentos inéditos da história de França. Como escreve Langlois: «A travers toutes les vicissitudes qu'il a subies depuis soissant-dix ans, il ne s'est pas écarté de ce programme. Sa «Collection de Documents inédits», à laquelle ont été consacrés la majeur partie des crédits considérables dont il a disposé, en fait foi» (1).

Efectivamente, a monumental *Collection de Documents inédits sur l'histoire de France* publicada pela Comissão dos trabalhos históricos do Ministério da Instrução Pública francês gosa hoje de fama universal com as suas três centenas de volumes publicados.

É essa, na verdade, a obra sistemática mais grandiosa até hoje levada a efeito.

Segundo a natureza dos documentos publicados tal *Colection* é dividida em seis séries:

I. — *Chroniques, mémoires, journaux, récits et compositions historiques;*
II. — *Cartulaires recueils de Chartes;*
III. — *Correspondances et documents politiques et administratifs;*

(1) Langlois, *ob. cit.*, pág. 358.

IV. — *Documents de la période révolutionnaire;*
V. — *Documents politiques, philologiques, juridiques, etc.;*
VI. — *Publications archéologiques.*

Sem exagêro deve dizer-se que se esta obra no seu conjunto é verdadeiramente grandiosa, monumental, estudada nas suas diversas séries e, dentro destas, nos vários volumes publicados têem sido notadas algumas desigualdades, lacunas e importantes falhas, emfim, diversas imperfeições.

Disso dão mostra as críticas dos eminentes eruditos L. Deslisle nas suas *Notices sur les ouvrages publiés dans la Collection de Documents inédits;* A. Franklin em *Les sources de l'histoire de France;* Fr. Brouillier em *L'Institut et les Academies de province,* etc.

Mas, essas e outras críticas não fizeram, de modo algum, parar o esfôrço e estancar a obra, antes tornaram aquele mais cauteloso e hábil, e esta mais afinada e perfeita.

Nem todas as séries teem sido igualmente enriquecidas. A quinta parece ter parado, a sexta está decadente, e a primeira não é o que dela se podia esperar. Mas a segunda, terceira e quarta séries essas têem quási exclusivamente — ¡ e admirávelmente ! — absorvido os esforços e dotações do *Comité,* e dado origem a uma obra verdadeiramente monumental. Para se avaliar a enorme importância que tem revestido para a

sciência histórica a obra levada a efeito pelo Ministério da Instrução Pública francês com as publicações da famosa *Colection de Documents inédits sur l'Histoire de France,* vamos enumerar, por séries, algumas das obras aparecidas — e que são as seguintes:

I. — Crónicas, memórias, diários, narrativas e composições históricas

1. — *Chronique des ducs de Normandie par Benoit, trouvère anglo-normand du XIIe siècle,* publicada por Francisque Michel, 1836 a 1844, três volumes.
2. — *Les Familles d'outre-mer de Du Cange,* publicadas por E. G. Rey, 1869, 1 volume.
3. — *Histoire de la croisade contre les hérétiques Albigeois, écrite en vers provençaux,* publicada por C. Fauriel, 1837, 1 volume.
4. — *Histoire de la guerre de Navarre en 1276 e 1277* [crónica rimada], *par Guillaume Avelier de Toulouse,* publicada por Francisque Michel, 1856, 1 volume.
5. — *Chronique de Bertrand Du Guesclin, par Cuvelier, trouvère du XIVe siécle,* publicada por E. Charrière, 1839, 2 volumes.
6. — *Chronique du religieux de Saint-Denys, contenant le règne de Charles VI, de 1380 à 1422,* traduzida e publicada por L. Bellaguet, 1839 a 1852, 6 volumes.
7. — *Chroniques d'Amadi et de Strambaldi* [615

a 1458], publicadas por R. de Mas-Latrie, 1891 a 1893, 2 volumes.

8. — *Mémoires de Claude Haton* (1553 a 1582), publicadas por F. Bourquelot, 1858, 2 volumes.

9. — *Journal d'Olivier Lefèvre d'Ormesson et extraits de mémoires d'André Lefèvre d'Ormesson* [1643 a 1672], publicados por A. Chéruel, 1860 e 1861, 2 volumes.

10. — *Mémoires de Nicolas-Joseph Foucault* [1641 a 1718], publicadas por F. Baudry, 1862, 1 vol.

11. — *Histoire de la guerre sainte, poème de la troisième croisade (1190)*, publicada por G. Paris, 1897, 1 volume.

II. — Cartulários e colecções de diplomas

12. — *Cartulaire de l'abbaye de Sainte-Père de Chartres*, publicado por B. Guérard, 1840, 2 volumes.

13. — *Cartulaire de l'abbaye de Saint-Bertin*, publicado por B. Guérard, 1840, 1 volume.

14. — *Appendice au Cartulaire de l'abbaye de Saint-Bertin*, publicado por F. Morand, 1867, 1 vol.

15. — *Cartulaire de l'église Notre-Dame de Paris*, publicado por B. Guérard, Géraud, Marion e Deloye, 1850, 4 volumes.

16. — *Cartulaire de l'abbaye de Saint-Victor de Marseille*, publicado por B. Guérard, Marion e Delisle, 1857, 2 volumes.

17. — *Cartulaire de l'abbaye de Redon en Bretagne*, publicado por A. de Courson, 1863, 1 volume.

18. — *Recueil de chartes de l'abbaye de Cluny*, formado por Aug. Bernard, e publicado por Alex Bruel, 6 tomos, 1876 a 1894, 5 volumes.

19. — *Cartulaires de l'église cathédrale de Grenoble, dits Cartulaires de Saint-Hugues*, publicados por J. Marion, 1869, 1 volume.

20. — *Cartulaire de Savigny, suivi du petit cartulaire de l'abbaye d'Ainay*, publicados por Aug. Bernard, 1853, 2 volumes.

21. — *Cartulaire de l'abbaye de Beaulieu (en Limousin)*, publicado por M. Deloche, 1859, 1 volume.

22. — *Archives de l'Hôtel-Dieu de Paris (1157 a 1300)*, publicados por L. Brièle e E. Coyecque, 1894, 1 volume.

23. — *Privilèges accordés à la couronne de France par le Saint-Siège* [1224 a 1622, publicados por Ad. e J. Tardif], 1855, 1 volume.

24. — *Recueil des monuments inédits de l'histoire du Tiers-État (1er série, region du Nord)*, publicado por Augustin Thierry, 1850 a 1870, 4 volumes.

25. — *Archives administratives de la ville de Reims* (IV a XIV séculos), publicados por P. Varin, 1839 a 1848, 3 volumes.

26. — *Archives législatives de la ville de Reims* (séculos XIII a XVI), publicados por P. VARIN, 1840 a 1852, 4 volumes.

27. — *Archives administratives et législatives de la ville de Reims. Table générale des matières,* par L. AMIEL, 1853, 1 volume.

III. — Correspondências e documentos políticos e administrativos

28. — *Lettres de rois, reines et autres personnages des cours de France et d'Angleterre, depuis Louis VII jusqu'à Henri IV, tirées des archives de Londres par Bréquigny,* e publicados por J. J. CHAMPOLLION-FIGEAG, 1839 a 1847, 2 volumes.

29. — *Rôles gascons,* publicados por FRANCISQUE MICHEL e CH. BÉMONT, tômo I e suplemento (1242 a 1255), e tômo II, 1885, 2 volumes.

30. — *Les «Olim», ou registres des arrêts rendus par la Cour du roi sous les règnes de Saint Louis-Philippe le Long* (1254-1318), publicados pelo conde BEUGNOT, 1839 a 1848, 4 volumes.

31. — *Règlements sur les arts et métiers de Paris, rédigés au XIIIe siècle sous le nom de Livre des métiers d'Étienne Boileau,* publicados por G.-B. DEPPING, 1837, 1 volume.

32. — *Correspondance administrative d'Alfonse de Poitiers,* publicada por AUG. MOLINIER, tômo I (1268 a 1270), 1894, 1 volume.

33. — *Paris sous Philippe le Bel, notamment d'aprés le rôle de la taille de Paris en 1291,* publicado por H. Géraud, 1837, 1 volume.

34. — *Procès des Templiers,* publicado por J. Michelet, 1841, 2 volumes.

35. — *Mandements et actes divers de Charles V (1364 a 1380),* analisados e publicados por L. Delisle, 1874, 1 volume.

36. — *Itinéraires de Philippe le Hardi et de Jean sans Peur, ducs de Bourgogne (1363 a 1419),* publicados por Ernest Petit, 1888, 1 vol.

37. — *Journal des États généraux de France tenus à Tours, en 1484, sous le règne de Charles VIII, par Jehan Masselin,* traduzido e publicado por A. Bernier, 1835, 1 volume.

38. — *Procès-verbaux des séances du Conseil de régence du roi Charles VIII (août 1484 —janv. 1485),* publicados por A. Bernier, 1836, 1 volume.

39. — *Procédures politiques du règne de Louis XII,* publicados por R. de Maulde, 1885, 1 volume.

40. — *Négociations diplomatiques de la France avec la Toscane (1311 a 1610),* documentos coligidos por Giuseppe Canestrini e, publicados por Abel Desjardins, 1859 a 1886, 6 volumes.

41. — *Négociations diplomatiques entre la France*

et l'Autriche durant les trente premières années du XVI siècle, publicadas por A. Le Glay, 1845, 2 volumes.

42. — *Négociations de la France dans le Levant* (1515 a 1589), publicadas por E. Charrière, 1848 a 1860, 4 volumes.

43. — *Captivité du roi François Ier*, por A. Champollion-Figeac, 1847, 1 volume.

44. — *Papiers d'État du cardinal de Granvelle* (1516 a 1565), publicados por Ch. Weiss, 1841 a 1852, 9 volumes.

45. — *Lettres de Catherine de Médicis,* publicadas por Hector de la Ferrière e Baguenault de Puchesse, tomos I a IX, 1880 a 1905, 9 volumes.

46. — *Négociations, lettres et pièces diverses relatives au règne de François II,* publicadas por Louis Paris, 1841, 1 volume.

47. — *Relations des ambassadeurs vénitiens sur les affaires de France au XVI siècle,* coleccionadas e traduzidas por N. Tommaseo, 1838, 2 volumes.

48. — *Procès-verbaux des États généraux de 1593,* publicados por Aug. Bernard, 1842, 1 volume.

49. — *Recueil des lettres missives de Henri IV* [1562 a 1610], publicado por Berger de Xivrey e Guadet, 1843 a 1876, 9 volumes.

50. — *Lettres, instructions diplomatiques et papiers d'État du cardinal Richelieu* [1608 a 1642],

publicadas por AVENEL, 1853 a 1877, 8 volumes.

51. — *Maximes d'État et fragments politiques du cardinal de Richelieu,* publicados por GABRIEL HANOTAUX, 1880, 1 volume.

52. — *Négociations, lettres et pièces relatives à la Conférence de Loudun* [1615 e 1616], publicadas por BOUCHITTÉ e LEVASSEUR, 1862, 1 volume.

53. — *Correspondance de Henri d'Escoubleau de Sourdis, archevêque de Bordeaux, chef des conseils du roi en l'armée navale,* publicada por EUGÈNE SUE, 1839, 3 volumes.

54. — *Lettres du cardinal Mazarin, pendant son ministère* [1642 a 1661], publicadas por A. CHÉRUEL e G. D'AVENEL, 1872 a 1897, 9 volumes.

55. — *Correspondance administrative sous le règne de Louis XIV,* coligida por G.-B. DEPPING, 1850 a 1855, 4 volumes.

56. — *Mémoires des intendants sur l'état des Généralités, dressés pour l'instruction du duc de Bourgogne.* Tômo 1, *Memoire de la Généralité de Paris,* publicada por A. BOISLISLE, 1881, 1 volume.

57. — *Négociations relatives à la Succession d'Espagne sous Louis XIV* [1662 a 1679], publicadas por F. MIGNET, 1835 a 1842, 4 volumes.

58. — *Mémoires militaires relatifs à la Succession d'Espagne sous Louis XIV* [1701 a 1713],

publicadas pelos tenentes generais De Vault e Pelet, 1835 a 1862, 11 volumes e 1 atlas.

59. — *Correspondance des contrôleurs généraux des Finances avec les Intendants des Provinces*, publicada por A. Boislisle, 1874 1898, 3 volumes.

60. — *Remontrances du Parlement de Paris au XVIII siècle*, publicadas por J. Flammermont. Tomos I a III, 1888 a 1897, 3 volumes.

61. — *Documents relatifs aux comités de Champagne e de Brie (XII a XIV siècle)*, publicados por A. Longnon.

IV. — Documentos do período revolucionário

62. — *Recueil de documents relatifs à la convocation des États généraux de 1789*, publicado por A. Brette. Tomos I a III, 1894 a 1897, 3 volumes.

63. — *Correspondance secrète du comte de Mercy-Argenteau avec l'empereur Joseph II et le prince de Kaunitz* (1780 a 1790), publicada por A d'Arneth e J. Flammermont, 1889 a 1891, 2 volumes.

64. — *Procés-verbaux du comité d'instruction publique de l'Assemblée législative*, publicados por J. Guillaume, 1889, um volume.

65. — *Procés-verbaux du Comité d'instruction publique de la Convention nationale*, publicados

por J. Guillaume, tomos I a IV, 1891 a 1901, 4 volumes.

66. — *Recueil des actes du Comité de salut public,* publicado por F. A. Aulard, tomos I a XXII, 1889 a 1912, 22 volumes e um índice dos primeiros cinco.

67. — *Correspondance gèneral de Carnot,* publicada por Et. Charavay, tomos I a IV, 1892 a 1907, 4 volumes.

V. — Documentos filológicos, literários, filosóficos, jurídicos, etc.

68. — *L'éclaircissement de la langue française,* por Jean Palsgrave (1530), publicado por F. Génin, 1852, 1 volume.

69. — *Les quatres livres des Rois traduits en français du XII siècle,* publicados por Leroux de Lincy, 1841, 1 volume.

70. — *Le livre des Psaumes, ancienne traduction française,* publicado por Francisque Michel, 1876, 1 volume.

71. — *Ouvrages inédits d'Abélard,* publicadas por Victor Cousin, 1836, 1 volume.

72. — *Le livre dou Tresor, par Brunetto Latini,* publicado por P. Chabaille, 1863, 1 volume.

73. — *Li livres de Jostice et plet,* publicados por P. Chabaille, 1850, 1 volume.

74. — *Le Mistère du siège d'Orlèans,* publicado por F. Guessard e E. de Certain, 1862, 1 volume.

75. — *Lettres de Peiresc* (1602 a 1637), publicadas por Ph. Tamizey de Larroque, tomos I a VI, 1888 a 1896, 6 volumes.

76. — *Lettres de Jean Chapelain* (1632 a 1672), publicadas por Ph. Tamizey de Larroque, 1880 a 1883, 2 volumes.

77. — *Documents historiques inédits tirés des collections manuscrites de la Bibliothèque royale*, etc., publicados por Chmpollion-Figeac, 1841 a 1848, 4 volumes, e índice (1874), 1 volume.

78. — *Melanges historiques, choix de documents*, publicados por diversas pessoas, 1873 a 1886, 5 volumes.

VI. — Publicações arqueológicas

79. — *Récueil de diplômes militaires*, publicado por L. Renier, 1876, 1 volume.

80. — *Étude sur les sarcophages chrétiens antiques de la ville d'Arles*, por Edm. Le Blant, 1878, 1 volume.

81. — *Les sarcophages chrétiens de la Gaule*, por Edm. Le Blant, 1886, 1 volume, in-fol.

82. — *Nouveau recueil des inscriptions chrétiennes de la Gaule antérieures ao VIIIe siècle*, por Edm. Le Blant, 1892, 1 volume.

83. — *Architecture monastique*, por Albert Lenoir, 1852 a 1856, 2 volumes.

84. — *Étude sur les monuments de l'architecture militaire des Croisés en Syrie et dans l'île de Chipre*, por Guillaume Rey, 1871, 1 vol.

85. — *Monographie de l'église de Notre-Dame de Noyon,* por L. Vitet, e D. Ramée, 1845, 1 volume, e 1 atlas in-fol.

86. — *Monographie de la cathédrale de Chartres* [por Lassus e Amaury Duval]. Explicação das estampas por J. Durand, 1867 a 1886, atlas in-fol.

87. — *Notice sur les peintures de l'église de Saint-Savin,* por P. Mérimée, 1845, 1 volume.

88. — *Statistique monumentale (spécimen). Rapport sur les monuments historiques des arrondissements de Nancy et de Toul,* por E. Grille de Beuzelin, 1837, 1 volume, e atlas in-fol.

89. — *Statistique monumentale de Paris,* por Albert Lenoir, 1867, 1 volume, e atlas.

90. — *Iconographie chrétienne. Histoire de Dieu,* por Didron, 1843, 1 volume.

91. — *Recueil de documents rélatifs à l'histoire des monnaies frappées par les rois de France, depuis Philippe II jusqu'à François Ier,* par F. de Saulcy, tômo 1 [1179 a 1380], 1879, 1 volume.

92. — *Inventaire des sceaux de la collection Clairambault à la Bibliothèque nationale,* por G. Demay, 1885 a 1886, 2 volumes.

93. — *Inventaire du mobilier de Charles V, roi de France* [1380], publicado por J. Labarte, 1879, 1 volume.

94. — *Comptes de dépenses de la construction du château de Gaillon* [1501 a 1509], publi-

cadas por A. Deville, 1850, 1 volume e atlas.

95. — *Comptes des bâtiments du Roi sous le règne de Louis XIV,* publicadas por J. Guiffrey, tomos I a V, 1881 a 1901, 5 volumes.

96. — *Inscriptions de la France du Ve au XVIIIe siècle. Ancien diocèse de Paris,* por F. de Guilhermy e R. de Lasteyrie, 1873 a 1883, 5 volumes.

*

Alêm das obras que acabamos de enumerar, e que não constituem mais que uma parte do que tem sido publicado pelo Ministério da Instrução Pública de França, devem ser tambêm recordadas as colecções de *Relatórios e instruções,* bem como os *Relatos* das várias comissões ao Ministro da Instrução e dêste ao Chefe de Estado, e as diversas *Instruções* aos colectores, editores e anotadores dos Inéditos (1).

(1) Vêr os dois volumes de *Melanges Historiques*, da *Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France,* publicados por Champollion-Figeac, tendo o primeiro aparecido em 1841 e o segundo em 1843.

No primeiro volume figura um *Prefácio do Editor*, onde Ch.-Figeac faz uma resumida história da *Collection* desde o Relatório de Guizot, ao rei, de 31 de Dezembro de 1833, até 1840 e 1841, indicando os trabalhos feitos no tempo daquele Ministro e quais as alterações que lhe trouxe Vítor Cousin. Seguem-se depois os relatórios, notícias e inventários das missões de investigação enviadas aos vários departamentos franceses — constituindo a primeira parte, ao passo que a segunda consta de textos de documentos.

Também, a comissão dos trabalhos históricos publica uma importante colecção de *Dictionnaires topographiques des departements.* Já conta bem mais de vinte volumes, constando cada monografia de uma introdução geográfico-histórica, de uma lista dos documentos empregados, de uma nomenclatura muito detalhada dos nomes geográficos modernos, e de uma lista alfabética dos nomes antigos.

Igualmente, teem sido publicados, a partir de 1861, vários volumes de *Repertoires archéologiques des départements*, tendo o do Aube, aparecido naquele ano, sido redigido por H. D'ARBOIS DE JUBAINVILLE; sendo o do Oise, publicado em 1862 por WOILLEZ; o do Morbihan, em 1863 por ROSENZWEIG; o de Tarn, por Crozes, em 1865; o do Yonne, por QUANTIN, em 1868; o do Sêna, inferior, pelo abade COCHET, em 1872; o de Nièvre, por G. DE SOULTRAIT, em 1875; o dos Alpes Superiores, por ROMAN, em 1888, etc.

Conforme o que diz A. FANKLIN na sua obra *Les sources de l'histoire de France*, e reproduz LANGLOIS no seu aqui tantas vezes citado *Manuel de Bibliographie Historique*, várias outras obras teem sido publicadas pelo Comité dos trabalhos históricos como as *Lettres, instructions et mémoines de Colbert, 1861-1865,* em dez volumes, pelo padre CLÉMENT; colecções de obras dos mais notáveis sábios franceses como CAUCHY, DESCARTES, FERMAT, FOURIER, FRESNEL, LAGRANGE, LAPLACE, LAVOISIER; os *Anciens alchimistes grecs,* por BERTE-

LOT e CH.-E. RUELLE, 1888, em três volumes (1); o *Dictionnaire de l'ancienne langue française et tous ses dialectes du IXe au XVe siècle,* de Fr. GODEFROY; o *Dictionnaire archéologique de la Gaule;* os *Éléments de paléographie*, de N. DE WAILLY; a *Histoire economique de la propriété, des salaires, des denrées et de tous les prix en général depuis l'an 1200 jusqu'en l'an 1800,* de G. D'AVENEL; a colecção dos *Monuments de l'art byzantin,* etc. (2).

Tem possuido êsse Comité uma publicação periódica onde tem ido expondo a obra realizada não só no que respeita aos trabalhos efectuados nos estudos prévios e na elaboração das obras publicadas, como pelo que se refere aos chamados congressos ou reuniões das *Societés savantes* dos departamentos franceses.

Entre tais publicações periódicas são de citar o *Bulletin archéologique du Comité des arts et monuments;* os *Procés verbaux des séances du Comité des monuments écrits;* o *Bulletin du Comité historique des arts et monuments;* o *Bulletin du Comité des monuments écrits;* o *Bulletin du Comité de la langue, de l'histoire et des arts;* o *Bulletin des Sociétés savantes, Missions scientifiques et lit-*

---

(1) Esta obra como *Les lapidaires de l'antiquité et du moyen âge* de F. MÉLY, teem sido publicadas pela secção de sciências.

(2) Vêr uma lista muito completa das obras publicadas pelos Comités, até 1873, in *Table Générale des Bulletins du Comité des Travaux Historiques et de la Revue des Sociétes Savants,* por OCTAVE TEISSIER, 1873, pág. VIII a XII.

téraires; e a *Revue des Sociétés Savantes,* a partir de 1856(1).

Esta última — a *Revue des Sociétés savantes* — consta: na 1.ª série, de 1856 a 1858, de cinco volumes; na 2.ª, de 1859 a 1862, oito volumes; na 3.ª, 1863 e 1864, quatro volumes; na 4.ª série, de 1865 a 1869, dez volumes; etc. Estes volumes conteem as actas das secções de história, de filologia e de arqueologia; as Memórias e Relatórios apresentados e lidos nas secções — alguns dos quais constituem bons capítulos de história e de arqueologia da França; muitas notícias de Memórias, Revistas e Boletins de história, arqueologia e filologia; excelentes artigos de criação histórica e arqueológica sob a epígrafe de *Études historiques;* a publicação de numerosos e importantes documentos, com boas análises e críticas de proveniência, etc.; relatos das descobertas de papéis e de peças arqueológicas, de investigações, etc.; *Notícias das obras publicadas na província ou sôbre a província;* reproduções de monumentos arqueológicos e históricos, de inscrições, sepulturas pre-históricas; *Rapports* descritivos, analíticos e críticos das Comunicações feitas ao Comité pelos membros correspondentes do Ministério de Instrução, sendo tais *Rapports* assinados pelos nomes mais gloriosos da erudição francesa como

(1) Acêrca da criação e evolução dos *Comités* de trabalhos históricos do Ministério de Instrução Pública de França, vêr: Octave Teissier, *Table Générale,* etc., pág. I a VIII.

Quicherat, Leopoldo Delisle, Desnoyers, Lasteyrie, Ed. Barthélemy, Tardif, Boislisle, Belloguet, Renan, Alex. Bertand, etc., etc.; a lista de membros efectivos e correspondentes das secções dos Comités, etc.

*

Vamos tratar agora, muito sucintamente, da famosa *Collection de Documents inédits sur l'Histoire de France publiés par les soins du Ministre de l'Instruction Publique,* e exemplificar a importância dêsse notável *corpo* de publicações, escolhendo algumas — mas muito poucas — das colecções documentais que o constituem, como: o *Recueil des Chartes de l'Abbaye de Cluny;* o *Recueil des Actes du Comité de Salut Public avec la Correspondance officielle des représentants en Mission et le Registre du Conseil exécutif provisoire*, etc.

Esperamos poder dar, com as notícias que fornecemos acêrca da forma como estão elaboradas essas obras, e com o mais que dizemos da monumental *Collection de Documents Inedits,* uma idea mais ou menos nítida, clara e exacta.

*

Efectivamente, fazendo parte dessa *Collection,* e incluida na primeira série da *História Política*, começava, em 1876, a aparecer o *Recueil des Chartes de l'Abbaye de Cluny,* formado por Au-

GUST BERNARD, e completado, revisto e publicado por ALEXANDRE BRUEL (1).

Havendo falecido BERNARD foi encarregado ALEXANDRE BRUEL que, depois de ter estudado os manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, fez vir para essa cidade os cartulários originais de Cluny.

BRUEL conta num excelente Prefácio, de quarenta e seis páginas, a obra que realizou, isto é, expõe por uma forma concreta e detalhada as fontes donde sairão os textos do primeiro volume. O autor devide o seu estudo em três partes: a primeira destinada ao estudo dos depósitos de originais, a segunda relativa aos depósitos de cópias e a terceira ao dos Cartulários.

Na primeira ocupa-se dos *fundos* da Biblioteca Nacional de Paris, Biblioteca e Arquivos Municipais de Cluny, e do Museu Britânico. Na segunda trata das cópias, isto é, dos textos reproduzidos, indicando onde o foram, e fazendo uma pequena súmula. Na terceira parte ocupa-se dos *Cartulários*, dos quais os mais antigos e importantes são três: o A) da Biblioteca da cidade de Cluny — o qual estuda e descreve com muita minúcia e erudição; o B) e C) — que é o n.º 1 da Biblioteca da cidade de Cluny; o Cartulário D., e o E.

---

(1) AUGUST BERNARD já havia publicado em 1853, na mesma *Collection de Documents inédits* o *Cartulaire de l'abaye de Savigny*, seguido do *Petit cartulaire de l'abbaye d'Ainay*, em dois volumes. O erudito BERNARD, publicou, em 1861, tambêm, uma monografia com o plano da publicação.

Seguem-se, depois, os impressos — o mais importante dos quais é a colecção da *Biblioteca Cluniacensis,* aparecida em 1614.

Descrito isso, com um excelente acompanhamento de *notas* muito eruditas, passa-se à transcrição das *Chartes de l'Abbaye de Cluny.* A publicação de cada documento é acompanhada de *notas* com análises e críticas de carácter paleográfico, diplomático, filológico, histórico, etc., estudos de restituição dos textos, de interpretação, etc.

Ao passo que o primeiro tômo contêm as peças desde o ano de 802 a 954, o segundo consta das que vão de 954 a 987, reproduzindo o primeiro 882 espécies, e indo o segundo da peça 883 a 1727.

O terceiro tômo consta de peças que vão do ano de 987 ao de 1027, e dos números 1.728 a 2.796; e o quarto, aparecido em 1888, abre com uma *Epistola Johannis papae XIX ad universos ecclesiae fideles por monachis Cluniacensibus,* de 28 de Março de 1027 — já publicada, com algumas variantes, no *Boletim Cluniacense*, pág. 2, col. 2, e fecha com o *incipit* de uma *Charta que Galterius Chasnellus dat monachis Cluniacensibus sancti Dionys in Negunto Castro Ecclesiam Sancti Petri Cetonensis, com appenditiis et relum Albis* — que é o documento n.º 3.655, de 1090, pouco mais ou menos.

O quinto tômo desta mesma obra apareceu em 1894, e compreende documentos que vão

desde 14 de Junho de 1091 a 1210 pouco mais ou menos. Abre com a peça n.º 3.656 que é mais uma *Charta que Pipo Leucorum episcopus, notum facit Widomen militen ecclesias de Donna Maria et Lucca Prata monasterio Cluniacensi dedisse*, e fecha com o documento n.º 4.457 — umas *Litterae Fulconis prioris Sancti Martini de Campis ad abbatem cluniacensem, quibus notum facit se et fratres ejus renunciavisse appellationi quam feceant.*

Por sua vez, o tômo VI, e último, aparecido em 1903, abre com a peça n.º 4.458 que é uma *Charta Hulrici, abbatis monasterii novi pietanensis, de conventione facta inter ipsum et abbatem cluniacensem, super quibusdam expensis,* ao que parece de 18 de Outubro de 1211, e existente na Biblioteca Nacional de Paris; e termina com a publicação do documento n.º 5.506, de cêrca de 1300, que tem por título: *Suplicatio procuratoris abbatis balmensis coram difinitoribus capituli cluniacensis, qua petit ut, secundum quandam litteram abbatum balmensis et cluniacensis, balmensis abbas sedem habeat super alios abbates ordinis post moysiacensem*, seguindo-se, a fechar o mesmo tômo, alguns aditamentos a documentos anteriormente publicados; um Apêndice constante de um *Inventário dos Arquivos da Abadia de Cluny no século XV;* e um capítulo de *erratas* dos seis tomos do *Recueil* (1).

---

(1) A abrir o tômo VI encontra-se um *Prefácio* do colector e anotador ALEXANDRE BRUEL onde êste dá conta de haverem sido

*

Se o *Recueil des Chartes* da abadia de Cluny representa ao mesmo tempo a primeira e a segunda séries da *Colecção dos Inéditos da História de França*, a quarta série está magnificamente representada, entre outras obras, pelo *Recueil des Actes du Comité de Salut Public avec la correspondance officielle des représentants en Mission et le registre du Conseil exécutif provisoire*, publicado por F.-A. Aulard.

O primeiro volume desta importante obra, aparecido em 1889, começa por uma *Introdução* do ilustre especialista da história da Revolução, Prof. Aulard, onde êste expõe de uma forma muito sucinta o fim, método e plano da sua obra, descrevendo depois as fontes. Assim, escreve êle:

«Notre but est de publier, en les rapprochant pour les combiner selon l'ordre chronologique, trois series de textes:

«1.º Les déliberations et arrêtés du Comité de

---

adquiridos pelo Estado, em 1881, os diplomas e outros manuscritos que se encontram hoje na Biblioteca Nacional de Paris. O intermediário dessa aquisição foi o eminente erudito Leopoldo Delisle, então administrador geral da Nacional, o qual logo em 1884 publicava um magnífico *Inventaire des manuscrits de la Bibliothèque nationale, fonds Cluni*, xxv + 413 pág.

Depois, Bruel faz uma rápida, mas interessante, descrição do *Cartulário D*, com os seus 158 fólios, de que já havia falado a pág xxxi do tômo i, e incorporado tambêm na Biblioteca Nacional de Paris, *Nouvelles acquisitions latines*, n.º 766, e que tem por título *Cartulare antiquum monasterii Cluniacensis*.

salut public depuis son établissement sous sa première forme et son premier nom, c'est-à-dire, depuis la création du Comité de defense général (1er Janvier 1793), jusqu'à la fin de la Convention nationale;

«2.º La correspondance des représentants en mission avec le Comité de défense générale, le Comité de salut public et la Convention, ainsi que les lettres adressées par le Comité de salut public a ces représentants;

«3.º Le registre des délibérations du Conseil exécutif provisoire depuis la création de ce Conseil (10 août 1792) jusqu'à sa suppression et son remplacement par douze commissions, le 12 germinal an II (1er avril 1794)».

Depois de justificar que «tais textos constituem o próprio fundo da história governamental da França durante a existência da Convenção nacional», explica que: «justapostos êles comentam-se uns aos outros, e por meio dêste comentário mútuo e imediato dão nítidos esclarecimentos que faltariam se fôssem publicados isoladamente, ou mesmo uns após outros». A seguir, explica a razão porque utilizou «rigorosamente a ordem cronológica» (1).

---

(1) A seguir, AULARD fornece diversas e valiosas informações bibliográficas, dizendo que se muitas peças que agora publica são inéditas outras já foram impressas: umas em folhetos soltos; outras coligidas em volumes, como as que se encontram nos dois volumes dos *Arrêtés des Comités de la Convention nationale obligatoires pour les autorités constituées*, publicado no ano III; outras,

Aulard dá, depois, informações sôbre o seu processo de trabalho, a sua imparcialidade — ou melhor: impassibilidade — acêrca da aposição das notas no texto ou no baixo das páginas; sôbre a ortografia, que êle actualiza, devido às faltas com que eram escritos, até mesmo os nomes próprios, seguindo na grafia dêstes a forma que usavam os próprios nomeados.

Dá, a seguir, um esbôço histórico, cronológico e administrativo do período, dos acontecimentos e dos órgãos do Estado de que trata.

Passando ao texto publica os documentos do *Conseil exécutif provisoire,* a começar nos *Decretos relativos ao seu estabelecimento,* e passando às actas das suas sessões, e alternando-as, segundo a ordem cronológica, com os relatórios dos *Représentants en mission*, e, depois, com as actas do *Comité de défense générale* — tudo isso profusamente semeado de notas. Emfim, as peças dêsse

---

finalmente, aparecidas no *Moniteur*, que ainda então não era jornal oficial, e que tinha por título exacto: *Gazette nationale ou le Moniteur universel,* reeditado, em 1854, em trinta e dois volumes com a designação de *Réimpression de l'ancien Moniteur, seule histoire authentique et inaltérée de la Révolution française depuis la réunion des États généraux jusqu'au Consulat, avec notes explicatives.*

Aulard, depois de indicar as peças que já haviam sido antes publicadas, descreve, largamente, as fontes inéditas do seu trabalho; quais são, os documentos com as datas limites, os lugares onde se encontram, com as respectivas cotas, etc., etc., e com bastantes informações sôbre as peças — a sua natureza, autenticidade, proveniência, restituíção, registo, etc., etc. Isso vai da pág. II a XII e de XI a XXXVII.

volume constam dos decretos estabelecendo o *Conselho executivo provisório*, aprovados na sessão da Assemblea legislativa de 10 de Agôsto de 1792; e a última consiste no Relatório dos comissários no Baixo Reno, Mosela e Meurthe, datado de Strasburgo em 21 de Janeiro de 1793.

O segundo volume, publicado em 1889, segue o mesmo ponto de vista, e abre com a acta das sessões do *Comité de défense général,* de 22 de Janeiro de 1793, substituindo a reprodução na íntegra de alguns documentos — mas poucos — pelo seu extracto, resumo, ou *análise* — como se lhe chama na obra.

Êsse volume fecha com um relatório dos Comissários na Mancha e no Orne para a Convenção escrito — ao que parece — em Março de 1793.

Ao abrir o terceiro volume AULARD *adverte-nos* que ao passo que nos anteriores os *Relatórios dos representantes em missão* à Convenção nacional e ao Comité de defesa geral foram reproduzidos, com muito pequenas excepções, na íntegra, a partir dêste volume só alguns dêsses relatos, que ao seu editor «semblent pleinement intéressantes», serão totalmente publicados, ao passo que de todos os outros será apenas feita a *análise* — isso devido à abundância de tais relatórios.

Contudo, deve dizer-se que essas *análises* ou extractos são mais ou menos detalhados segundo a importância dos assuntos tratados (1).

---

(1) O Prof. AULARD não publicou no seu *Recueil* as cartas de

Depois, informa que como o verdadeiro assunto do *Recueil* é o *Comité* de salvação pública, êle renuncia a publicar, a não ser como comentário ou a título de informação, «aucune des lettres des représentants aux autres comités et aux ministres» (1).

A primeira peça do texto é uma acta do *Comité de défense général*, de segunda feira, 1 de Abril de 1793.

A partir das pág. 82 e 112 começa a aparecer o Comité de Salvação Pública cuja criação começara já na sessão de Convenção Nacional de 5 de Abril, e continua na do dia seguinte em que é decretada a criação daquele comité (2). Êste terceiro volume, aparecido em 1890, termina pelo extracto do Relatório dos *Representantes* nas costas do Mediterrâneo ao Comité de Salvação Pública, datado de Perpignan, em 5 de Maio de 1793.

O quarto tômo, publicado em 1891, inicia-se com uma pequena acta da sessão do Comité de Salvação Pública, de 6 de Maio de 1793, e termina com os extratos dos relatórios dos *representantes do povo* no exército dos Pireneus orientais

---

Carnot porque Etienne Charavay estava então publicando-as na mesma *Colecção de Inéditos da História de França*, sob o título de *Correspondance général de Carnot*. Desta obra falamos adiante.

(1) Contudo, esclarece que abre excepção reproduzindo ou extratando os Relatórios enviados ainda à Convenção, porque, na verdade, é ao *Comité* de salvação pública que êles se dirigem, pôsto que indirectamente. In *ob. cit.*, pág. III.

(2) O relatório das sessões de 5 e 6 e o decreto apareceram, então, publicados no *Moniteur*.

e no exército de Itália, respectivamente, à Convenção e ao Comité de Salvação Pública — ambos de 18 de Junho seguinte.

O quinto tômo aparece em 1892, começando pela publicação da acta da sessão do Comité de Salvação Pública, de 19 de Junho, e terminando pelo extracto de um relatório dos *Representantes* junto do exército dos Pireneus ao Comité de Salvação Pública, datado de Perpignan, em 15 de Agôsto de 1793 (1).

O sexto tômo, impresso em 1893, inicia-se com a publicação de um Decreto da Convenção Nacional, aprovado na sessão de 15 de Agôsto de 1793, determinando que «les citoyens Legendre (de Paris) et Louchet (de l'Aveyron) se rendront sur-le-champ dans le département de la Seine-Inférieur, en qualité de représentants du peuple, pour rechercher les causes de la disette des subsistances, examiner les comptes et l'administration des diverses autorités constituées, relativement à cet objet, et prendre toutes les mesures qu'ils jugeront convenables pour le bien du peuple de ces départements et l'avantage de la Republique» (2).

---

(1) Em 1893 aparecia uma *Table alphabetique* dos cinco primeiros volumes. Na *Advertência* o Prof. Aulard explica que devendo a colecção do *Recueil* abranger cêrca de quinze volumes, julgou conveniente não deixar para o fim da publicação do último tômo a impressão do índice, antes lhe pareceu útil publicar, desde logo, o índice alfabético ou quadro dos primeiros cinco tomos — e que é bastante analítico.

(2) A abrir o tômo VI vem uma *Advertência* onde Aulard dá

O volume termina pelo extracto do Relatório do *Representante do povo* Fabre, junto do exército dos Pireneus orientais, ao Comité de Salvação Pública, datado de Perpignan, em 21 de Setembro de 1793, onde êle dá notícia de mais uma vitória dos franceses sôbre os espanhóis (1).

O tômo VII, que veiu à luz em 1894, começa com a publicação de uma acta do Comité de Salvação Pública, de 22 de Setembro de 1793, e termina por um desenvolvido e interessantíssimo Relatório dos *Representantes do povo* Fabre, Bonnet, Gaston e Cassanzés, junto do exército dos Pireneus orientais, datado de Banyuls, a 24 de Outubro de 1793 com várias e curiosas informações sôbre o exército onde êles estavam, acêrca dos generais Dagobert e Aoust, e sôbre a acção a exercer contra a Espanha (2).

O tômo VIII, aparecido em 1895, começa por uma acta da sessão do Comité de Salvação Pública, de 25 de Outubro de 1793 contendo sete decretos, sendo o primeiro acêrca da formação «d'une compagnie de musiciens pour l'armée de

---

várias informações, muito úteis, sôbre a natureza das peças que reproduz em extracto, mas não emite opiniões, remetendo, por isso os leitores para a sua obra: *Études et Leçons sur la Révolutian française*, 1893.

(1) Segundo o que AULARD encontrou num outro manuscrito dos Arquivos do Ministério da Guerra, francês, núcleo de *Armée des Pyrenées*, trata-se da conquista das povoações de Prades e Villefranche.

(2) Este tômo VII abre com um *Avertissement*, onde AULARD dá várias informações sôbre o Calendário Republicano, seu início, nomenclatura, etc.

l'Ouest. A última peça é o extracto de dois relatos dos *Representantes do povo:* um em *Le Lot,* e outro no exército dos Pireneus orientais.

O tômo IX, aparecido igualmente em 1895, abre por uma acta do Comité de Salvação Pública, da sessão de 7 frimário do ano II — aos 27 de Novembro de 1793 — contendo dez decretos com várias providências económicas, financeiras, políticas e administrativas, e termina com o extracto de um Relatório do representante do povo, Paganel, em Le Lot, ao Comité de Salvação Pública, datado de Rieux (Alto Garona) no 11 nivose do ano II, ou seja 31 de Dezembro de 1793.

O tômo X, publicado em 1897, inicia-se com a reprodução de dezaseis decretos aprovados na sessão do Comité de Salvação Pública, de 1 de Janeiro de 1794, e finaliza a pág. 790 com o extrato de um Relatório do Representante do povo na Corcega, Lacombe Saint-Michel, à Convenção Nacional, de 8 de Fevereiro de 1794.

O XI, aparecido tambêm em 1897, começa pela inserção de vinte e sete decretos aprovados na sessão do Comité de Salvação Pública, de 21 pluviose do ano II, isto é, de 9 de Fevereiro de 1794, e termina com o resumo, acompanhado de algumas transcrições, do Relatório do Representante do povo no Ain, e Monte-Branco ào Comité de Salvação Pública, datado de Chambery, 25 ventose do ano II (15 de Março de 1794) (1).

---

(1) Neste curioso Relatório o cidadão Albite responde com

O tômo XII, publicado em 1899, abre com a reprodução de seis decretos aprovados no Comité de Salvação Pública, sessão de 26 ventose do ano II (16 de Março de 1894), e fecha, a pág. 795, com o extracto de duas cartas do Representante Ricord, no Var e nos Alpes Marítimos, ao Comité de Salvação Pública, datado de Nice em 3 floreal do ano II (22 de Avril de 1794).

O tômo XIII, aparecido em 1900, começa com a publicação, na íntegra, de trinta e cinco decretos do Comité de Salvação Pública, aprovados na sessão de 23 de Abril de 1794, e acaba, na página 812, com um desenvolvido Relatório de Sobrany e Millaud, representantes do povo no exército dos Pireneus orientais, datado de Collioure, no 9 prairial do ano II — ou 28 de Maio de 1794, dando parte ao Comité de Salvação Pública das vitórias obtidas pelos franceses sôbre os espanhóis com as conquistas dos redutos e postos de Collioure, Saint-Elme, Port-Vendres, etc.

O tômo XIV, apareceu em 1901 e abre com a publicação, na íntegra, de quatorze decretos do Comité de Salvação Pública, aprovados na sessão do 10 prairial, ou 29 de Maio de 1794. Termina com a transcrição, *in-extenso,* do Relatório

---

desenvolvimento e veemência às acusações que lhe eram feitas de perseguir, na sua circunscrição, os elementos católicos mais representativos, os frades, etc.

Albitte não concorda com a neutralidade do Estado em face das religiões, mas com a laicização da sociedade, e invoca a sua luta contra as superstições populares; a sua obra em favor do casamento dos padres, etc., etc.

de Saliceti, representante do povo no exército de Itália, ao Comité de Salvação Pública, datado de Port-de-la Montagne, a 19 messidor do ano II, ou seja 7 de Julho de 1794 (1).

O volume XV, que saíu em 1903, começa com uma acta da sessão do Comité de Salvação Pública, de 8 de Julho de 1794, contendo a reprodução de vinte e três decretos e a enumeração de mais cinco, e acaba na pág. 805, com um Relatório, na íntegra, de Jeanbon Sain-André, representante do povo em Toulon, a Breard, membro do Comité de Salvação Pública, datado dessa cidade, no 22 thermidor ano II, ou 9 de Agôsto de 1794 (2).

O tômo XVI contêm, e reproduz, extratos de papéis desde 9 de Agôsto de 1794, a 21 de Setembro seguinte (3).

O volume XVII, aparecido em 1906, inicia-se por uma acta do Comité de Salvação Pública, da «Seance du 5e jour des sans-cullotides an II —

---

(1) Port-de-la-Montagne era o nome revolucionário da cidade de Toulon como Roclibre fôra a crisma anti-monárquica de Rocroi.

O ofício de Saliceti, cujo original se encontra no Ministério da Marinha de Paris, BB, 62, dá várias informações sôbre as posições da primeira e da segunda divisões no litoral, próximo de Toulon, armamento e municiamento dessas tropas, e armamento dos navios. Este 14.º volume tem 796 pág.

(2) Dá informações sôbre as obras encetadas no pôrto de Toulon para o melhorar, as providências para armar navios e fazer guerra marítima no Mediterrâneo, etc.

(3) Na colecção desta obra existente na Biblioteca Nacional de Lisboa não encontramos êste tômo XVI.

21 setembre 1794», constando de cinco decretos, na íntegra, e de mais quatro em simples registo.

O volume termina a pág. 831 por um ofício do representante do povo, Foucher (do Cher), no Dours, e Monte-Branco ao Comité de Salvação Pública.

O tômo XVIII, publicado em 1908, começa por uma útil *Advertência* onde AULARD expõe as alterações que infligiu ao seu trabalho, mercê do estudo dia a dia dos documentos, como os lápsos e a brevidade que apresentavam os registos de correspondência do Comité de Salvação Pública, os novos núcleos descobertos, sendo uns dos arquivos públicos, outros de depósitos particulares, etc.

Depois de se referir aos extractos por êle feitos dos documentos como as cartas dos representantes do povo, diz que, indicando sempre a fonte original, é sempre possível recorrer a esta para conhecer o documento *in-extenso*.

Depois, declara que os seus resumos «n'ont été inspirées par un esprit de parti on de these», e acrescenta: «adversaires et amis de la Révolution trouveront dans ce recueil des éléments impartielement colligés».

Termina por justificar a razão porque se apressou a ir publicando, antes de completo, o seu estudo, e à medida que ia avançando com êste, em vista da importância e novidade do assunto, pois estava-se «à une époque — diz êle — où ces étu-

des ètaient à organiser sur une base scientifique» (1).

A primeira peça consta da publicação, na íntegra, de onze decretos e do registo de mais de quarenta e um — todos do Comité de Salvação Pública, e parece que aprovados na sessão de 7 de novembro de 1794 (2). O volume termina com a publicação do Relatório do representante J. Feraud, no exercito do Reno, ao Comité de Salvação Pública, em 2 de Dezembro de 1794, dando vários informes sôbre a marcha das operações do exército na sua ofensiva contra Mannheim e Moguncia.

O tômo XIX, aparecido em 1909, abre com uma acta do Comité de Salvação Pública do 1.º nivose do ano III, 21 de Dezembro de 1794, contendo vários decretos na íntegra e em extracto, e termina por um curioso relatório dos representantes do povo em Toulon e nos exércitos dos Alpes e de Itália ao mesmo Comité, em 31 de Janeiro de 1795, informando êste das intrigas que um capitão chamado Jacquey, de 104.ª meia brigada, fomentava contra êles, pelo que foi prêso.

O tômo XX, aparecido em 1910, começa por uma acta do Comité de Salvação Pública, de 1

(1) O prefácio de AULARD termina por uma lista cronológica de decretos insertos no *Suplemento* ao *Recueil* — e que vão de 10 de Agôsto de 1793 até ao fim de 1794, e da correspondência dos representantes desde Outubro de 1792 até 14 de Dezembro de 1794.

(2) AULARD diz em *nota* que o registo não aponta, com esta data, nenhum decreto.

de Fevereiro de 1795, com vários decretos, e termina, a pág. 806, com um Relatório do representante Goupilleau, no exército dos Pireneus orientais, informando o Comité de Salvação Pública, em 11 de Março de 1795, sôbre o estado do exército e fortalecimento dêste, e quanto aos boatos que corriam e às diligências feitas para a paz franco-espanhola.

O volume XXI, publicado em 1911, abre por uma acta do Comité de Salvação Pública, de 12 de Março de 1795, contendo vários decretos — uns na íntegra outros em registo, e fecha com um ofício dos representantes do povo nas Bocas-do-Rodano, no Var, e na esquadra do Mediterrâneo, à Convenção nacional, em 11 de Abril de 1770, sôbre assuntos políticos, boatos de revolta e de golpes de Estado, etc.

O tômo XXII dessa obra, ainda em publicação, apareceu em 1912. Começa por uma acta do Comité de Salvação Pública, de 23 germinal do ano III, ou 12 de Abril de 1795, com vários decretos na íntegra e outros em extracto, e termina por um ofício dos representantes junto dos exércitos dos Alpes e de Itália ao Comité de Salvação Pública, em 9 de Maio de 1795, dando várias informações sôbre as operações dos aludidos exércitos (1).

---

(1) Foi êste o último volume da série dos *Recueils* que encontramos nesta colecção existente na nossa Biblioteca Nacional, tendo êste o n.º 6.419 azul da secção de História. A biblioteca da Academia de Sciências já tem o XXV.

*

Como é de calcular, muito mais teríamos a dizer sôbre esta *Collection* verdadeiramente monumental, e que constitue um dos maiores títulos de honra não só da historiografia francesa como, até mesmo, da sciência mundial contemporânea.

A reprodução das espécies manuscritas é feita ali, quási sempre (1), de uma forma sábia e meticulosa, com todos os estudos prévios necessários a uma restituição conscienciosa, rigorosa e fiel.

Os aparelhos de erudição e crítica seguidos figuram admirávelmente expostos nas *Introduções* e *Advertências* que precedem cada grande estudo.

Assim, as cartas do famoso Jean Chapelain, membro da Academia Francesa, 1594 a 1674, editadas em dois volumes na segunda série da *Collection* tem, além de um excelente *Advertissement*, magníficas notas de história e bibliografia do editor Ph. Tamizey de Larroque (2), e terminam,

---

(1) Já nos referimos a algumas críticas e observações feitas, especialmente aos volumes primeiramente aparecidos. Mas, mesmo esses constituem magníficos exemplos de trabalhos de erudição.

(2) Na *Advertência* Larroque faz a história das flutuações por que passaram os papéis de Chapelain, especialmente as minutas e registos da sua Correspondência, as *Cartas* que recebeu, etc., desde a morte daquele, em 1674, nota as obras que se basearam sôbre os papéis do erudito amigo de M.me de Rambouillet e da ilustre Sévigné, como a *Histoire de l'Academie Française* de Pellisson, as *Mélanges de Littérateure* de Denis-François Camusat, etc.,

depois da lista das *Corrections et additions*, por uma *Table chronologique des lettres de Chapelain contenues dans le manuscrit Sainte-Beuve*, de 1632 a 1673, por outra *Table alphabètique des mots qui sont l'objet d'une note dans les lettres de Chapelain*, e por uma última *Table alphabètique des noms de lieux et de personnes mentionnés dans les lettres de Chapelain et dans les notes de l'éditeur*.

Também, a Correspondência de Nicolau Cláudio de Fabri, senhor de Peiresc aos irmãos Dupuy, que enche seis volumes, foi publicada por Ph. Tamizey Larroque, sendo precedida de uma advertência e acompanhada de magníficas notas (1).

---

até ao ilustre Sainte-Beuve — no seu *Port-Royal* e nas *Causeries du lundi*, e ao bibliógrafo Rathery. Depois, fez um estudo da colecção das cartas que Sainte-Beuve legou à Biblioteca Nacional de Paris, e discreteia sôbre a sua autenticidade.

Quanto às ideias, à forma, ao fundo, e ao valor histórico das cartas de Chapelain, já E.-J.-B. Rathery disso havia tratado num estudo do *Bulletin du bibliophile*, de 1863, com o título de *Documents relatifs à Jean Chapelain...*, e volta a tratar no seu *Rapport sur la publication de la correspondance de Chapelain*, que o erudito Tamizey de Larroque transcreveu em parte. Êste, informando que a extensa correspondência de Chapelain preencheria cinco grossos volumes impressos, diz que para encurtar tal publicação dividiu as cartas em três categorias: as cartas a reproduzir *in-extenso*, as a publicar em extracto, e aquelas que conveio deixar de imprimir.

Os dois volumes publicados na *Colection* contêm, sómente, as cartas do manuscrito de Sainte-Beuve.

(1) As cartas de Peiresc a Pedro Jacques Dupuy vão desde 1617 até 1637, sendo a primeira carta aos irmãos Dupuy de 9 de Dezembro de 1617 e a última de 9 de Junho de 1637, atingindo um total de 485, que estão na Biblioteca Nacional de Paris, ocupando os volumes 716, 717 e 718 da *Colecção Dupuy*.

Na *Advertência*, o editor Larroque diz não obstante as buscas

Da mesma forma, ETIENNE CHARAVAY ao publicar a *Correspondance Générale de Carnot*, em quatro volumes, antecede-a de uma curta, mas excelente, *Advertência*, e acompanha-a de magníficas notas históricas e biográficas (1).

Quanto ao *Recueil des monuments inédits de l'Histoire des Tiers-Etat*, consta de quatro volumes para a região do norte, e é obra do eminente AUGUSTIN THIERRY. Contêm ela, alêm de um *Avant-Propos*, onde é historiada a publicação do *Recueil* desde as diligências feitas por ordem de GUIZOT, uma magnífica *Introduction* onde A. THIERRY faz a história do terceiro Estado, em França, desde a queda da dominação romana e das invasões do quarto e quinto séculos, com um excelente estudo da vida social e política da população mista galo-romana e barbaro-germânica — dominadora, esta, nessa época, e sôbre o terceiro estado durante o feudalismo e a monarquia absoluta até ao século XVII, ficando a continuação da *Introduction* com o estudo sôbre o terceiro Estado

---

feitas não encontrou o grosso da correspondência dos irmãos DUPUY, achando apenas algumas dessas cartas. PEIRESC trata, na sua Correspondência, da história antiga e da sua contemporânea, arqueologia, bibliografia, história natural, trabalhos geográficos e trabalhos filológicos, mostrando sempre a extrema curiosidade do seu espírito e a sua enorme erudição.

(1) Na *Advertência*, CHARAVAY faz a história da publicação das Cartas de Carnot — já proposta por ALBERT-DURUY, e transcreve o parecer favorável a tal impressão de ALBET SOREL. Porêm, a doença e a morte de DURUY demoraram essa publicação que só veiu a executar-se mais tarde, tendo o primeiro volume, com as cartas de Agôsto de 1792 a Março de 1793, aparecido em 1892.

no século XVIII e as suas relações com a realeza e a nobreza para o segundo volume (1).

Alêm da *Introdução* ao primeiro volume, que enche 272 páginas, figura uma pequena *Advertência* expondo a economia e distribuição dos assuntos no tômo. Segue-se a primeira monografia que compreende a história municipal d'Amiens, desde o descolamento do império romano e através dos séculos XII, XIII e XIV (2). Veem depois diversos documentos em suplemento, sendo o primeiro uma carta de Felipe-Augusto a Humbert de Bourg «justicier d'Angleterre», em favor dos comerciantes d'Amiens (3).

Antes de fechar o volume THIERRY insere uma excelente *Notice des sources manuscrites de l'histoire d'Amiens* — que é um estudo dos depósitos onde estavam as peças utilizadas pelo ilustre colector, tratando dos arquivos d'Amiens, da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional e dos Ar-

---

(1) Efectivamente, o segundo volume, depois de um desenvolvido *Prefácio* de 75 páginas sôbre a história municipal da antiga França, passa a inserir os documentos sôbre a história municipal de Amiens durante os séculos XV e XVI. O terceiro tômo contêm os documentos de Amiens, dos séculos XVII e XVIII, sendo quarto destinado às *peças* sôbre a história de Abbeville e as povoações da baixa Picardia.

(2) A publicação, na íntegra dos documentos — que são 305, fora os do *Suplemento*, que são 15 — é precedida de belos estudos de carácter histórico, administrativo, económico e paleográfico acêrca de cada peça, sempre com a indicação de cada arquivo onde THIERRY os encontrou, e com as respectivas cotas

(3) Êsse documento não está datado, mas entende THIERRY que êle deve ter sido escrito entre 1214 e 1223.

quivos Nacionais de Paris, e dos depósitos de Londres — como os da Torre, de Guilt Hall e do Museu Britânico (1).

Não nos consente a já, desmedida, extensão dêste trabalho continuar a estudar tômo a tômo, analizar volume a volume, esta enorme e admirável *Colecção dos Inéditos da História de França* (2).

Porêm, pelo que deixamos exposto já os nossos leitores poderão formar uma ideia concreta da importância da famosa *Colecção*, das normas gerais seguidas na elaboração dos volumes, na economia de cada um, etc., etc. (3).

*

Como mais adiante diremos — com a competente justificação — das numerosas colecções e

(1) Êste primeiro volume, termina por três índices: uma *Table chronologique des chartes, ordonnances, coutumes, statuts, règlements et autres actes contenus ou mentionnés dans ce volume*; *Table des dépôts d'Archives;* uma *Table analytique des matiéres...;* e por um *Índice geral*,

(2) Os nossos leitores que desejarem completar os seus conhecimentos, percorrendo os múltiplos e grossos volumes dêste monumental corpo de publicações documentais, encontra-o num conjunto bastante completo na Biblioteca Nacional, e na da Academia.

(3) Há ainda a notar a *Collection de Documents inédits sur l'histoire economique de la Révolution française*, publicada igualmente pelo Ministério de Instrução Pública de França. Nesta colecção publicou o erudito professor da Sorbonne Camille Bloch os *Cahiers de doléances des bailliage d'Orléans pour les États généraux de 1789*, e Seb Charléty um grosso volume de xviii-722 páginas sôbre os *Documents relatifs à la vente des biens nationaux* no Departamento do Ródano. Vêr *Revue de Synthèse Historique*, tômo xiii, pág. 367 a 372.

publicações documentais de que temos conhecimento foi esta a que mais nos influenciou, sendo pois ela a que, de uma forma geral, procuramos seguir — mas não imitar — pelos motivos de ordem scientífica e moral que vão expostos adeante, no capítulo VII.

*

Se bem que a *Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France,* a cargo do Ministério da Instrução, de Paris, seja a mais importante das emprêsas do seu género de toda a França, e das primeiras do mundo, manda a verdade que se diga que ela não é única, mesmo nesse país.

Assim, há ali que considerar — mas com a devida distância daquela *Collection* — como grandes *corpos* de ou sôbre publicações documentais, entre muitas outras, os prometedores *Archives de l'histoire religieuse de la France* (1); a colecção

(1) Esta colecção dos *Archives* foi da iniciativa de IMBART DE LA TOUR, e tem tido a dirigi-la os eruditos CHATELAIN, BOULAY DE LA MEURTHE, P. FOURNIER, BAUDRILLART e NOEL VALOIS.

Entre as obras de que se tem ocupado os *Archives* são de citar o *Registre des procès-verbaux*, da Faculdade de Teologia de Paris, de 1502 a 1533, que foi recentemente estudado por DELISLE, tendo como editores os consagrados CHATELAIN e DENIFLE; uma *Consultation des èvêques de France sur la conduite à tenir à l'égard des Reformés* (1698) — obra baseada nos papéis dos arquivos do Ministério da Guerra de Paris; correspondência diplomática; cartas do cardeal du Bellay — muito importantes para a história da política religiosa de Francisco I, e para o estudo do humanismo.

Os *Archives* teem-se proposto publicar os manuscritos das nunciaturas que estão nos arquivos do Vaticano, havendo sido encarregado de dirigir êsse trabalho o erudito M. MADELAIN, antigo membro da Escola francesa em Roma.

HAUSER das *Sources de l'Histoire de France au XIVe siècle;* o *Repertoire général des sources manuscrites de l'Histoire de Paris pendant la Revolution française* (1); o *Recueil des instructions donnés aux ambassadeurs et ministres de France depuis les Traités de Westphalie jusqu'à la Revolution Française* (2); o *Recueil historique des archevêchés, évêchés, abbayes et prieurés de France*, dirigido por DOM BEAUNIER; a colecção de *Mélanges du moyen âge* — publicada pela Faculdade de Letras de Paris — em que teem colaborado A. LUCHAIRE, DUPONT FERRIER, POUPARDIN, HALPHEN, HUCKEL, BEYSSIER, CORDEY, JACQUEMIN, FARAL, AUBERT, CARRU, etc.; o *Recueil de la Société des textes* — velha publicação onde aparecem várias crónicas, entre as quais a *Historia Francorum* de GREGÓRIO DE TOURS; a *Collection des mémoires relatifs à l'histoire de France* — onde GUIZOT publicou também cróni-

(1) Os tomos IV e V dêste *Répertoire*, publicados por TUETEY abrangem o período da Assembleia legislativa até aos dias de Setembro e aos massacres dos prisioneiros de Orleans, sendo especialmente importante o IV tômo que trata da jornada de 10 de Agôsto.

A *Société de l'Histoire de Paris* tem também publicado outras obras como a *Chronica Parisiense*, do século XIV, editada por HELLOT.

(2) O *Recueil des instructions* a cargo da Comissão dos arquivos diplomáticos do Ministério dos Estrangeiros francês, tem — como se sabe — publicado já vinte volumes. O relativo às instruções aos representantes da França em Portugal foi coligido pelo visconde de Caix de Saint-Aymour; em Roma, conta três volumes editados muito eruditamente por GABRIEL HANOTAUX; a Espanha compreende, também, três volumes tratados pelos espanófilos MOREL FATIO e LEONARDON, etc., etc.

cas, etc. (1); a antiga *Collection de l'Histoire des Croisades, publiée par l'Académie des Inscriptions* — que tem continuado na colecção das *Gestas Francorum;* o *Chartularium Universitatis Parisiensis,* editado por DENIFLE e E. CHATELAIN; a colecção dos *Estatutos e privilégios das Universidades francesas* — reunida por MARCEL FOURNIER; as publicações da *Société scolastique médiéval;* os estudos feitos pela *Société d'Histoire Moderne* (2); o aparecimento recente de *Les Archives de la France monastique* — destinados a continuar a obra dos Beneditinos de S. Mauro, interrompida no tempo da Revolução (3); a *Société de l'Histoire Contemporaine* — que tem publicado o *Diário de M.me de Cazenove d'Arlens,* no tempo do Consulado, em

(1) São muito numerosas as obras que a *Société de l'Histoire de France* tem publicado com documentos dos séculos XIII, XIV, etc., além das reimpressões que tem feito. Entre as crónicas editadas por essa *Société* são de salientar as de FROISSART, de JEAN VENETTE — que continuou a crónica de GUILHERME DE NANGÉS, a *Crónica dos quatro primeiros Valois,* a *Crónica Normanda,* as *Crónicas dos condes de Anjou,* etc., etc.

(2) A *Société d'Histoire moderne* foi fundada, há dez anos, pelos historiadores A. MATHIEZ e P. MURET, com E. BOURGEOIS na presidência, e contou logo com a adesão de MONOD, LANSON, HAUSER, ANDLER, AULARD, H. BERR, CHUQUET, DEBIDOURS, E. DENIS, E. LAVISSE, LEONARDON, C. BLOCH, etc.

Acêrca dos seus objectivos e desígnios, e dos seus trabalhos vêr *Revue de Synthése Historique,* tômo III, pág. 106; tômo X, pág. 373; tômo XI, pág. 261, etc., etc.

(3) Também estes *Archives* teem em vista publicar a história das ordens religiosas, ocupando-se principalmente das várias congregações dos Beneditinos negros. Tem publicado uma revista trimestral — *Revue Mabillon* — com vários estudos, crónicas, bibliografia, etc.

1803; as *Memoires de Langeron, général d'infanterie dans l'armée russe,* etc.

*

Temo-nos referido várias vezes às publicações documentais a cargo das grandes instituições e corporações scientíficas francesas como os Ministérios de Instrução e dos Estrangeiros, a Academia das Inscrições, a Universidade de Paris, as Sociedades de História de França e de Paris, etc.; mas devemos notar que a França tem visto —mais, proporcionadamente, que qualquer outro país, sem excluir a Alemanha — brotar por todos os seus departamentos muitos e variadas corporações scientíficas, especialmente destinadas aos estudos de geografia, história, arqueologia, nomismática e heráldica locais, umas pela acção e protecção do Estado, mas muitas outras devido à iniciativa e ao esfôrço particulares.

Alguns dêsses focos de saber teem levado uma vida hesitante, desigual, e por vezes, difícil; outros teem atravessado uma existência já longa e sempre operosa e produtiva, mas todos na medida das suas fôrças, dos seus recursos, das suas possibilidades, teem prestado à sciência e à França grandes benefícios, não só pelo rendimento scientífico que teem apresentado, como ainda pelo salutar exemplo que a sua existência constitue.

Entre tantas outras corporações scientíficas

provinciais são de notar em França as seguintes: Sociedade das Siências, Belas-Letras e Artes, de Toulon, com o seu Boletim; a Sociedade Académica de Nantes e do departamento de Loire, inferior, com os seus Anais; a Sociedade dos antiquários do Oeste, com os seus boletins trimestrais; a Sociedade arqueológica, histórica e scientífica, de Soissons, com o seu boletim; a Academia du Gard, com os seus *proces-verbaux* muito importantes pelos trabalhos sôbre arqueologia; a *Société archéologique de Touraine,* em cujas Memórias teem sido publicados muitos documentos, entre outros, o cartulário de Cormery; a *Société d'Archeologie et d'Histoire de la Moselle* — com as suas Memórias e o seu Boletim (1).

O esforçado M. Pierre Caron, director da *Revue d'Histoire moderne*, numa comunicação feita há alguns anos à *Société d'Histoire moderne*, onde estuda as *Sociedades sábias* distribuidas pelos departamentos franceses, diz que as da *região do Norte* (Pas-de-Calais, Somme e Norte) são vinte, algumas das quais muito florescentes, como a *Sociedade de Bolonha* e a dos *Antiquários da Picardia* — que teem publicado importantes trabalhos.

Na região de Paris há assinalar as de Versailles e de Pontoise. O Oise dispõe de quatro, e a Normandia tem dois importantes centros de trabalho: Caen e Rouen (2). A Bretanha conta

(1) Vêr *Revue des Sociétés savantes,* 1863, pág. 119 a 128.

(2) Caen possue: os Antiquários da Normandia, e uma Aca-

dezassete Sociedades, publicando, nove Revistas locais, e tendo estudado muito as lutas da Vendéa.

No *centro* há a destacar Poitier — que tem gosado uma intensa vida scientífica, Tours e Orleans. Na Borgonha são de lembrar as quatro Sociedades de Dijon — com uma revista de história local; e no Auvergne, das oito Sociedades deve distinguir-se a de Lozère — que tem publicado trabalhos importantes.

No *Sud-oeste* e no *Sul* há bastantes Sociedades, sendo as mais florescentes as de Saintes e Bordeus; e na região Cevenense devem citar-se as de Dordonha, Tarn, e Lot. Toulouse está bastante progressiva, e o mesmo, quási, se pode dizer de Montpellier.

Mas, é no *Este* que as Sociedades trabalham mais, pois das vinte e nove que ali existem, doze teem publicado bons trabalhos. Só Nancy conta cinco Sociedades, uma cadeira de história local, a aqui citada Revista *Annales de l'Est,* sendo a cidade universitária que melhores serviços presta nas investigações e publicações de história local.

Finalmente, no *Sud-Este*, há a pôr em foco a actividade da Saboia que só à sua parte conta seis Sociedades sábias.

Como se vê, são muito numerosas tais corpo-

---

demia, ocupando-se ambas muito de arqueologia; em Rouen a Sociedade histórica da Normandia tem publicado bastantes trabalhos de história local.

rações, devendo-lhes a França a publicação de numerosas colecções documentais, monografias e biografias históricas, estudos de arqueologia local, etc., etc. (1).

Periódicamente, realizam essas Sociedades os seus congressos que sempre se tornam proveitosos para a sciência, e constituem importantes paradas scientíficas, e, por isso, excelentes e convenientes manifestações da vitalidade mental francesa.

Agora mesmo ao darmos a última redacção a êste trabalho — Abril e Maio de 1921 — está-se realizando em Paris um dêsses congressos — o 54.º — das *Sociétés savantes* de Paris e dos departamentos.

Aí, na secção de filologia e história M. Brunel tem falado dos mais antigos diplomas franceses; o cónego Meunier ocupou-se da significação de um certo número de palavras do *patois* do Morvan; M. Boudois apresentou documentos inéditos provenientes do arquivo de Richelieu acêrca da questão de Val-de-Grace (1637) — em que andou envolvida a rainha Ana de Áustria; M. René Fage ocupou-se de um episódio da Fronda no Perigord, e M. Meininger das companhias mulhousianas ao serviço da França nos séculos XVI e XVII.

---

(1) Vêr *Revue d'Histoire Moderne*, 1901 e 1902; *Revue de Synthèse Historique*, tômo I, pág. 336 a 338, tômo IV, pág. 109 a 111, etc., etc.

Na secção de arqueologia, M. Espérandieu fez comunicações sôbre os mosaicos recentemente descobertos em Nimes; M. Marcel Aubert sôbre a igreja de Saint-Loup (Loire-et-Cher); M. Lucien Braye, sôbre o mausoleu do coração de René de Chalon, príncipe de Orange, na igreja de Santo Estêvão, em Bar-le-Duc; de M. A. Levé, sôbre o castelo de Guilherme-o-Conquistador, em Bonneville-sôbre-Tougues (Calvados); do abade Piat sôbre as escavações feitas na igreja da Trindade, em Vendôme; e de M. Léon Contil, acêrca das escavações efectuadas na igreja de Notre-Dame, em Rugles (Eure), etc.

Na secção de história moderna e contemporânea, M. Destainville ocupou-se de um jornal *Les Nouvelles de Paris*, que se publicou no Aube de 1787 a 1814; M. Léon Bideau, fez uma comunicação sôbre os registos das deliberações da comuna de Rive-de-Gier (Loire), de 1787 a 1794; M. Labrone ocupou-se dos últimos dias do marechal Ney, segundo a descrição de um seu guarda; M. L. Honoré da emigração no Var (1789 a 1825); M. Heunet de Gonlel de uma seita normanda no tempo do Consulado, chamada os *rondelistas*, etc.

Na secção de história da geografia, M. Anthiaume ocupou-se da evolução da sciência náutica; M. P. Boissonade, da marinha mercante da Rochella no tempo de Colbert; de M. Ch. de La Roncière, sôbre a expedição do barão de Pointies em Cartagena (1697); de M. Henri Dehérain,

sôbre a ocupação das ilhas Jónicas pelos franceses do primeiro Império; de M. Henri Ferrand sôbre o vale de Chamonix na cartografia antiga; de M. Hirschauer, sôbre os planos de Versailes; de M. Lalance sôbre a etimologia de certos nomes de lugares no país messino, etc. (1).

Nas secções de sciências económicas, e nas sub-secções de mineralogia e geologia, de botânica, e de zoologia, etc., teem sido versados pontos importantes interessando todos muito a França, pois é necessário notar que tais Sociedades e tais congressos são especial, e mesmo únicamente, destinados a versar assuntos nacionais, isto é, sôbre a geografia, a história, etc., da França (2).

É assim, por um esfôrço de todos os dias, de todos os momentos, que os povos, as nações, progridem na paz e se preparam para vencer na guerra.

---

(1) Acêrca do 54.º Congresso das *Sociétés savantes*, vêr o jornal francês *Le Temps* de 31 de Março e de 2 de Abril de 1921.

(2) Quem quiser conhecer como tem sido activa a vida destas corporações scientíficas provinciais percorra os volumes publicados com o título: *Bibliographie des travaux historiques et archéologiques publiés par les Sociétés savantes de France.* Só o tômo IV, obra de Robert de Lasteyrie e Alexandre Vidier, consta de XXIV + 726 páginas.

Compreende essa obra o quadro completo da vida scientífica francesa desde o Instituto às mais pequenas sociedades dos departamentos durante o século XIX, para o que é completada tal *Bibliographie* com um *Suplément* abrangendo os trabalhos publicados de 1885 a 1900, e formando o tômo V. Vêr: *Revue de Synthèse Historique*, tômo XII, pág. 216 a 218, etc.

*

E como se tudo o que deixamos exposto não fôsse mais que suficiente para comprovar a enorme actividade da França no campo das sciências históricas, há ainda a notar as numerosas publicações periódicas que ali teem, recentemente, publicado, analizado ou criticado documentos.

Entre elas são de destacar, um pouco ao acaso, as seguintes: a *Bibliothèque de l'École des Chartes,* tratando, principalmente, das Idades Média e Moderna, e onde teem aparecido numerosos cartulários, correspondências, estudos de pergaminhos, de sigilografia, paleografia, arquivologia, inventários e índices de manuscritos, etc.; a *Revue des études anciennes,* para a antiguidade oriental, antiguidade clássica, idade média, contendo bons estudos de arqueologia de de W. Déonna, e trabalhos sôbre o período galo-romano de Camille Jullian, artigos de Perdrizet, G. Dottin, A. Le Sarrau, Holbauy; a *Revue des études historiques*, onde figuram excelentes artigos de Ch. de La Roncière, J. Mathorez, A. Chuquet, R. Lavollée, Amadeu Britsch, Ch. Prieur, J. Cart, F. Aubert, L. Misermont, M. Boutry, A. Cochin, etc.; a *Revue Mabillon* — com estudos a respeito da ordem de Cluny; os *Annales révolutionaires,* com estudos de Albert Mathiez, G. Hardy, Fr. Vermale — sôbre Danton, Robspierre, e a crítica do ponto de vista de Aulard, Lessueur, R. Lévy,

A. Feugere, Eug. Corgne, H. Buffenoir, Aug. Quesnot, Letaconnoux; o *Bulletin d'histoire économique de la Révolution;* a revista *La Révolution Française,* com excelentes artigos de Camille Bloch, Aulard, P. Gáffarel, Rouff, A. Lods, R. Auchel, Rousselot, Onou, Lelieure, A. Tuetey, Ph. Sagnae, F. Bouvier, G. Caudrillier, etc., e vários documentos, extractos, registos, índices, monografias, etc.; a *Revue de Synthèse historique* — que tem publicado excelentes artigos do seu director H. Berr, Xénopol, Paul Lacombe, K. Lamprecht, e outros, sôbre a teoria e metódica históricas, artigos de geografia histórica francesa, monografias de natureza económica e social, estudos bibliográficos, etc.; a *Anjou historique,* publicando muitos estudos políticos, religiosos sôbre Angers, sôbre o comércio e a indústria de Anjou em 1779, sôbre os reflexos da Revolução nessa província, etc.; a *Revue de l'Anjou;* a *Revue de l'Agenais;* os *Annales de Bretagne,* com sérios estudos de Maurice Bernard, G. Dothin, R. Durand, sôbre arqueologia, história, literatura e folk-lore locais; a *Revue de Gascogne;* os *Annales de la Société des lettres, sciences et arts des Alpes-Maritimes;* a *Revue de Saintonge et d'Aunis;* as *Mémoires de la Société d'émulation de Cambrai;* a *Revue de l'Histoire de Versailles et de Seine-et-Oise;* os conhecidos *Annales du Midi,* com artigos de A. Jeanroy sôbre os Troveiros (trovadores) em Espanha dos séculos xi ao xiv, e sôbre os trovadores de Itália;

Ant. Thomas sôbre e com as cartas de Carlos VI e Carlos VII à Universidade de Toulouse, etc. (1); o *Bulletin trimestriel de la Société archéologique de Touraine*, com artigos de Ch. de Beaumont, sôbre arqueologia e numismática; de De Clérambault sôbre arqueologia religiosa e história eclesiástica; E. Lainé; Louis de Grandmaison, etc.; as *Mémoirs de l'Académie de Vaucluse;* as *Mémoires de la Société éduenne;* e o importante *Recueil de la Commission des arts et monuments historiques de la Charente-Inférieure.*

Tambêm, devem ser citadas como muito importantes publicações periódicas de natureza histórica: a *Revue des études napoléoniènnes,* com estudos de Jean Monval, A. Froidenaux, G. Bourgin, Ed. Chapuisat, Ed. Driault, C. Woensky, H. Rollin, C.[EL] A. Grouard, J. Kuhn, Jorga, etc.; a *Revue historique de la Révolution française*, contendo artigos de P. Heckmann, Rean Régné, J.-P. Piegué, Ch. Vellay, G. Vautier, P.-M. Favret, O. Karmin — sôbre as finanças russas em 1812, G. Vauthier — que publicou um inventário das pratas de Maria Antonieta feito em 24 de Junho

(1) Os *Annales de Midi* são dependentes das Universidades de Bordeaux, Toulouse e Montpellier. As Universidades francesas publicam ainda outras Revistas. A *Revue Germanique* tem aparecido sob os auspícios das Universidades de Lille, Lyon e Nancy; os *Annales de l'Est* foram publicados pela Faculdade de Letras de Nancy, havendo-se transformado depois nos *Annales de l'Est et du Nord* sob a égide das Faculdades de Letras de Nancy e Lille.

A Universidade da Grenoble publica tambêm os seus *Annales,* cuja colecção já vai — que nós saibamos — no xxxi tômo, etc.

de 1791, etc.; a *Revue archéologique; La correspondance historique et archéologique* — com magníficos estudos de Jos. Cuvelier, H. Omont, A. Molinier, etc.; *Mélanges d'Archéologie et d'histoire;* o famoso *Polybiblion; Le Bibliographe moderne;* a *Revue des Bibliothèques; Revue archeologique;* o *Journal des Savants*, com artigos de H. Cordier, Lantier, P. Boissonnade, H. Dehérain, J.-A. Brutails — sôbre a Idade Média francesa, Henry Lemonnier sôbre os castelos de Saint-Germain-en-Laye, Ch.V. Langlois, Fabia — sôbre mosaicos romanos de Lyon; a *Revue celtique,* com artigos de d'Arbois de Jubaiville, Seymour de Rieci, etc.; *La Révolution de 1848;* a *Revue critique d'histoire et de littérature,* onde se pode vêr o grande movimento de publicidade de documentos inéditos; o *Bulletin de littérature ecclesiastique;* a importante revista *Le Correspondant* — cheia de artigos de história uns magníficos, outros menos bons, mas todos interessantes; *Anales des Sciences Politiques* — com artigos de J. P. Hahn, A. Viallate, Courant, J. Imbart de la Tour, P. Pegard; a *Reue Bleue; La Grande Revue,* a *Revue de l'histoire des religions*, que compreende muitos e valiosos estudos de arqueologia, história, folk-lorica, etnologia, etc., como os de G. Huet acêrca da autenticidade e valor da tradição popular, o de Deonna — sôbre arqueologia religiosa, de Van Gennep — sôbre hagiografia; o *Bulletin critique;* a *Revue de Geographie,* com estudos históricos de Pierre Dornin, René

Henry; a *Revue d'histoire diplomatique; Le Moyen Age;* o *Bulletin de Correspondance hellenique;* a *Revue des Études grecques; L'Ami des Monuments et des Arts; Feuilles d'histoire du XVII au XIX.e siècle;* o boletim histórico e filológico do *Comité des travaux historiques et scientifiques;* etc.

Igualmente, são de destacar a *Revue du seizième siècle* — isto é, a antiga *Revue des Études rabelaisiennes* — onde figuram magníficos estudos de Abel Lefranc, sôbre Rabelais, Jean Plattard, H. Hausser, Lucien Romier, Armand Garnier — com um admirável estudo em três artigos sôbre a conduta da rainha de Navarra — a rainha Margot — na côrte de França em 1583, P. Villey — sôbre Montaigne, Paul Bondois — sôbre as chancelarias presidiais no século xvi, L. Romier — que publicou um magnífico artigo sôbre a Saint-Barthélemy (aí estuda êle os acontecimentos de Roma e a premeditação do massacre, fala da atitude de Gregório XIII e da sua intimidade com o cardeal da Lorena desde a chegada dêste a Roma em Junho de 1572, e do crédito que êle deu sem hesitação às primeiras notícias do massacre e da sua pressa em ordenar missas e jùbilos — o que deixa supor que êle conhecia o projecto dos Guise).

Contêm ainda essa revista do século xvi, além de muitos outros, excelentes artigos de H. Hauser, Art. Tilley, Jean Baffier, Marcel Godet, Croll, L. Sainéan — com um belo estudo sôbre a história natural na obra de Rabelais, etc., etc.; a *Revue des questions historiques*, com estu-

dos de história económica de Boislisle, de A. de Ganniers — sôbre Napoleão, de Delelaye — sôbre hagiografia, L. Mirot — sôbre a Idade Média francesa, de Saint-Yves e Chavanon — sôbre a história colonial na segunda metade do século xvii, A. de Maricourt — sôbre a princesa Maria Teresa, filha de Luís XVI, e a sua estada em Viena de 1796 a 1799, etc., etc.; a *Revue historique de Bordeaux*, com artigos dos eruditos Paul Courteault — sôbre a entrada de Francisco I em Bordeus, em 1526, Alfred Leroux, J. Woevre, G. Martin, Michel Lhéritier — sôbre a Revolução em Bordeos de 1789 a 1791, Labadie, acêrca dos almanaques burdeleses do século xvi ao xix, o ilustre Prof. G. Cirot — bem conhecido entre nós — com importantes estudos sôbre os judeos de Bordeos, de 1550 à Revolução; *La Revue savoisienne;* o *Bulletin Hispanique;* a *Revue d'histoire de Lyon;* a *Revue de Gascogne;* a *Revue africaine;* o *Bulletin italien; Revue des Pyrenées, de Toulouse;* a *Revue d'histoire, rédigée à l'État-Major de l'armée;* a *Revue Historique,* que alêm de magníficos artigos originais, críticas e boletins de G. Monod e muitos extractos de obras, tem publicado bastantes documentos, como ainda recentemente as *Acta Tumultum Gallicorum;* as *Memórias* de Oelsner, relatos inéditos sôbre a Revolução, etc.; o *Bulletin de la Société de l'histoire du protestantisme français,* com bons artigos de N. Weiss, J. Roman; a famosa *Revue de Paris* — que tem publicado muitos e variados documentos de toda a

natureza; os *Études* — Revista fundada pelos padres da Companhia de Jesus, e que tem publicado importantes artigos de ADHÉMAR D'ALÈS, de SUAU, HENRI FOUQUEAY, LUCIANO ROURE — sôbre os monges do Egito do quarto século, PAUL BERNARD sôbre Vitória Letellier que fundou a congregação das Agostinhas do Sagrado Coração de Maria, 1778 a 1794. E, finalmente, abordaremos a velha e importante *Revue des Deux-Mondes*, que tem publicado magníficos estudos documentais de FUSTEL DE COULANGES — sôbre a Idade Média; SAINT-RENÉ TAILLANDIER, MIGNET, CH. GIRAUD; L. DE CARNET — sôbre a história da Bretanha, Henrique IV, Luís XIV, a monarquia de Luís XV, a burguesia e a Revolução; J. DE SAINT-AMOND — sôbre M.mes Tallien, Lamballe, Charlote Corday, etc.; CHARLES AUBERTIN — sôbre a burguesia de Paris no século XVIII; numerosos artigos de LOMÉNIE — sôbre BEAUMARCHAIS, a sua vida, seus escritos e o seu tempo; A. GEFFROY — com estudos sôbre o marechal de Beauvau, Maria Antonieta; SAINTE-BEUVE acêrca de M.me Roland, La Fayette, a condessa Merlin; VILLEMAIN — sôbre o primeiro Império; G. BOISSIER — sôbre Froissart, o presidente de Brosses; ERNEST DAUDET — sôbre história contemporânea; os duques ALBERTO e VÍTOR DE BROGLIE — sôbre história diplomática do século XVIII; ALBERT SOREL — acêrca de Dumouriez, história da Prússia, o cavaleiro da Gentz, etc.; F. BRUNETIÈRE; A. MEZIÈRES; MAXIME DU CAMP — sôbre a Comuna; ALBERT DURUY, sô-

bre o general Malet, o brigadeiro Mustar, da Revolução; CH. DE MAZADE — sôbre a Restauração, Luís XV, M.me de Pompadour, Berryer, a obra de Thiers; A. BARDOUX; CH. DE BEMUSAT; ALF. RAMBAUD — sôbre história da Rússia; E. LAVISSE — sôbre história da Alemanha; J. CLAVÉ — sôbre a correspondência de Kléber; VÍTOR DU BLED — sôbre as Memórias e a correspondência do príncipe de Ligne; GABRIEL HANOTAUX — acêrca de Richelieu; EMILE OLLIVIER e RENÉ PIBON — sôbre história contemporânea; ALBERT VANDAL; G. VALBERT — sôbre Alberoni, o congresso de Munster, Frederico II, a Revolução, etc.; ARNEDE BARINE; CH. BENOIST; C.DE D'HAUSSONVILLE; H. HOUSSAYE, LOUIS MADELIN, ec., etc. (1).

*

O estado progressivo, verdadeiramente scientífico, que teem apresentado últimamente em França as sciências históricas — e a que elas devem em grande parte a sua admirável vitória na grande guerra, começou — pode dizer-se — perto de 1870.

Se bem que não se possa, nem se deva, fixar a data precisa de tal renascimento no dia seguinte

(1) Apezar de haver ficado extensa a lista das Revistas e demais publicações periódicas francesas de história, não temos a menor dúvida em afirmar que a enumeração fica muito incompleta, se bem que nos pareça já suficiente para dar uma ideia do movimento intenso e constante da historiografia francesa.

da guerra desastrosa de 1870 e 1871, não há dúvida que as tristes conseqüências dessa luta para a França constituiram um importante factor para o progresso dos estudos históricos nesse país.

Contudo, é essencial notar que já antes dessa guerra a França via bem o estado de atraso em que se encontravam as suas sciências de erudição em relação à sua competidora — a Alemanha.

Foi essa consciência de inferioridade scientífica e moral que levou Vítor Duruy a propôr a criação da Escola de Altos Estudos, como foi essa mesma consciência que levou os eruditos franceses à fundação, em 1866, da *Revue critique* — que tão notáveis serviços tem prestado aos estudos histórico-filológicos franceses, à criação da importante *Romania*, da *Revue Historique*, etc., etc. (1).

Vencida a França em 1870 a 1871, brotou unânime no espírito dos sábios franceses que a vitória completa e decisiva da Alemanha era, acima de tudo, o triunfo da sciência alemã, dos seus métodos objectivos, dos seus profundos estudos de detalhe. Por isso, quando, em 1876, apareceu a *Revue Historique*, logo da Introdução

---

(1) Acêrca da criação da Escola de Altos Estudos de Paris, consultar: *L'Administration de l'Instruction publique*, de 1853 a 1870; a colecção das *Circulaires et instructions officielles relatives à l'instruction publique*, do ministério Duruy; Paul Frederico, *L'Enseignement supérieur de l'Histoire*, 1899, pág. 73 a 94.

escreve MONOD, falando da nova orientação da historiografia francesa:

«On a compris le danger des généralisations prématurées, des vastes systèmes *à priori* qui ont la prétention de tout embrasser de le tout expliquer». E acrescenta: «On a senti que l'histoire doit être l'objet d'une investigation lent et méthodique où l'on avance graduellement du particulier au général, du détail à l'ensemble; où l'on éclaircisse successivement tous les points obscurs afin d'avoir des tableaux complets et de pouvoir établir sur des groupes de faits bien constatés des idées générales susceptibles de preuve et de vérification».

Que a França inteira — desde os seus governos, das suas Academias, das suas Universidades e das suas Bibliotecas até aos eruditos e cultores particulares da sciência — tem compreendido a causa funda e íntima dessa derrota e teem procurado remediá-la — e a teem remediado — vê-se bem pelo que deixamos exposto — só no ramo das sciências históricas (1).

---

(1) Pois apesar de todos os progressos que temos vindo a registar em Franca, quanto às sciências históricas, ainda ali aparecem críticos exigentes. Pertence a êsse número o erudito investigador de história local MAURICE LUMOULIN que numa monografia publicada em 1899, com o título: *Du groupement des Sociétés savantes en vue de travaux communs*, se queixava que o Estado francês tem empreendido uma multidão de cousas sem acabar nenhuma, que a *Colecção dos Documentos Inéditos* fica por acabar por falta de créditos, outro tanto sucedendo aos *Reportórios ar-*

Apesar da relativa extensão dada aqui às publicações documentais e a outras obras históricas aparecidas em França, êste estudo fica muito incompleto em relação ao grande movimento scientífico que últimamente se tem notado nesse país.

7.º — A historiografia contemporânea em outros países

Mas não são apenas as grandes nações da Europa, acima especializadas, que teem feito avançar as sciências históricas, se bem que algumas

---

queológicos, ao *Dicionário arqueológico da língua céltica*, ao *Inventário das riquesas artísticas*, etc.

Também o Instituto, pela mesma falta de verbas, só de longe em longe publica algum volume de *História Literária da França*, ou dos *Recueils des Ordonnances des Rois de France*.

E se as verbas não são suficientes para as instituições oficiais de Paris ainda menos chegam para as provinciais, para as de Forez e de Roannais, onde o autor trabalha. Outras críticas dirige M. Dumoulin — aliás com a grande autoridade que lhe dão os seus conhecimentos e os trabalhos que tem publicado.

Também, uma ou outra vez teem surgido campanhas muito mais políticas — reacionárias — que scientíficas contra os historiadores e a métodos historiográficos da Sorbonne. Porêm, tais diatríbes só teem resultado uma mais concludente prova da honestidade e competência dos historiadores alvejados e da solidez dos métodos de investigação e crítica seguidas no alto ensino francês.

Todas as campanhas dos polemistas como Charles Peguy, Pierre Lasserre, Charles Maurras, e actualmente René Benjamin — no *Echo de Paris*, acêrca de *La Farce de la Sorbonne* — teem-se desfeito por si ante a indiferença das élites e da grande massa culta da nação que sabe bem o que deve aos Seignobos, Lavisse, Rambaud, Aulard, Croiset, etc.

delas — como a Inglaterra (1), a Itália (2), e a Es-

---

(1) Um dos aspectos do atraso da historiografia em Inglaterra reside no carácter arcaico do ensino superior da história. As suas Universidades, muito mais próprias para formar *gentlemen* que para preparar sábios, não teem visto sair dos seus quadros quer docentes quer discentes as grandes gerações de historiadores. Outro tanto não se dá com os helenistas e filólogos que a Inglaterra tem produzido bons, como os MULLER, BENTLEY, PORSON, etc.

Para obviar ao atrazo em tais estudos foi há tempos criada ali uma *School of advanced historical Studies*, tendo em vista, não só uma instrução técnica aos arquivistas, como iniciar os estudiosos das sciências históricas nos métodos de investigação e de crítica, e preparar professores com uma forte cultura scientífica em história.

Assim, segundo o plano e programa expostos pelo erudito A.-V. WARD, presidente da *Royal Historical Society*, essa escola, é mais ou menos similar à *École des Chartes* e à *École des Hautes Études*, de Paris, e o seu ensino consta de paleografia, diplomática, bibliografia geral, epigrafia, numismática, arqueologia, etc.

(2) O distinto historiógrafo e teórico da história BENEDETTO CROCE ao começar um estudo sôbre a historiografia contemporânea na Itália, escreve, com verdade: «A partir de 1860 a Itália tem-se dedicado com muito fervor à erudição história; de todos os lados, se tem visto surgir Sociedades e Congressos de história local; eminentes professores das Universidades teem-se esforçado em levar os seus discípulos ao estudo minucioso dos arquivos e à prática da crítica dos textos».

E, se quanto à teoria da história professores e alunos a teem olhado, ali, senão com indiferença pelo menos com desconfiança, mesmo nesse campo, depois de AUGUSTO VERA, e, especialmente a partir do anti-hegeliano ANTÓNIO LABRIOLA e de VILLARI, com B. GROCE, os trabalhos dos professores R. MARIANO, G. TRIVERO, P. R. TROJANO, G. SALVENINI, GIOVANNI GENTILE, e outros, a Itália possue hoje uma das ricas literaturas sôbre a teoria, filosofia e metódica da História. Vêr: Prof. G. M. COLUMBA, da Universidade de Palermo, *Histoire et mèthode historique;* B. CROCE, *Études rèlatives à la théorie de l'histoire en Italie*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo v, pá·. 257 a 269.

panha (1) — só recentemente tenham, com muita intensidade, progredido em tais estudos (2).

Também os pequenos Estados, longe de ficarem indiferentes a tais progressos, se teem esforçado por os acompanhar, sendo imensamente dignos de nota a solicitude e zêlo — quási a ância — com que os governos, as corporações scientíficas, as instituições administrativas, os particulares dêsses pequenos países, todos, numa compita e numa emulação de sagrado amor da sciência e das suas pátrias, teem contribuido — uns com subvenções, outros com o esfôrço pessoal e colectivo — para tais progressos.

---

(1) Acêrca do progresso das sciências históricas em Espanha já falamos, e numa obra que trazemos no prelo sôbre tal assunto desenvolveremos o que deixamos dito. Vêr: H. Léonardon, *Espagne, Époque Moderne*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo v, pág. 297 a 333.

(2) A falta de espaço não nos consente que tratemos da historiografia nos Estados Unidos da América do Norte e no Brasil.

Entretanto, sempre diremos que na América do Norte os estudos históricos estão florescentíssimos, bastando para tal se concluir, ter em vista que só a *American Historical Association* tem uma média de 1.900 sócios, realizando anualmente os seus congressos, e publicando a famosa *American Historical Review*.

Por essa Sociedade e pelos seus Congressos tem passado o que os Estados Unidos contam de mais notável nas sciências históricas como Henry-Charles Lea — o conhecido autor da *História da Inquisição na Idade Média*, o dr. James Sullivan, Franklin Jamesson, W. Mac Donald — professor da Universidade de Brown, J. M. Callahan, James Woodburn, Earle W. Dow, John M. Vincent, James Breck Perkins, Henry E. Bourn, etc.

Muito numerosos são os documentos que tanto essa Sociedade como outras de história, e as Universidades teem publicado sôbre a guerra da *Secessão*, o período da dominação inglesa, as relações diplomáticas com os vários Estados da Europa, etc., etc.

É êsse espectáculo tocante e encantador que nós vamos patentear, muito sucintamente, para justa glorificação dos que assim teem agido, e para estímulo e exemplo dos que pouco ou nada teem feito.

a) Roménia

A Roménia tem visto progredir, na segunda metade do século XIX, os estudos históricos no seu país, graças à impulsão que já antes lhes havia dado MIGUEL COGALNICANN — que, em 1837, publicou uma *Historia da Dacia*. Êsse movimento de nacionalização da história romena — que até ali era, principalmente, estudada e escrita pelos alemães da Transilvânia — foi tomado, mais tarde, pelos historiadores IORGA, GREGÓRIO TOCILESCO — que fez importantes trabalhos de arqueologia, e A.-D. XÉNOPOL — que tem publicado importantes trabalhos sôbre os romenos no tempo de Trajano, duante a Idade Média, e muitos outros sôbre a teoria e a metódica da História (1).

No que respeita às publicações periódicas, se é certo que a Roménia até há tempos não as tinha que especialmente se consagrassem à história, não há dúvida que as Revistas Literárias se teem ocupado muito delas como os *Convorbiri*

---

(1) Vêr, sôbre estes, a colecção da *Revue de Synthèse Historique*, tômo I, pág. 28 e 254; tômo II, pág. 264; tômo III, pág. 105 e 164; tômo IV, pág. 276; tômo VIII, pág. 265; tômo IX, pág. 7; tômo XI, pág. 129; tômo XII, pág. 1. Êsse eminente historiador XÉNOPOL morreu últimamente.

literare — publicados primeiro em Jassy e depois em Bucareste, os *Archiva* — aparecidos em Jassy depois de 1890, a *Acta si literatura romena,* publicada a partir de 1895, a *Nova Revista Romene,* de Bucareste, etc.

Ainda outras publicações periódicas se ocupam de história, como: os trabalhos da *Academia Romena,* e o *Boletim do Instituto para o estudo do sud-este europeu.* Nos últimos volumes da *Academia Romena* são de assinalar os trabalhos de N. Iorga sôbre história moderna da Roménia, sôbre história diplomática dêsse país, as relações entre os principados romenos e a igreja de Constantinopla na segunda metade do século xvii, etc.

Tambêm, o *Buletim do Instituto para o estudo da Europa sul-oriental* publica não só vários artigos de política contemporânea como de história moderna, sendo de citar os trabalhos de N. Iorga; os importantes estudos de T. G. Masaryk, J. C. Filitti.

b) Suíça

A Suíça é um dos países onde os trabalhos de história teem estado mais em favor. Antoine Guilland, ao abrir o seu estudo sôbre *Os estudos históricos na Suíça,* começa por escrever:

«Creio bem que, guardada toda a proporção, nenhum país existe onde estejam tão em favor como na Suíssa os estudos históricos» (1).

(1) Antoine Guilland, *Les études historiques en Suisse,* in *Revue de Synthèse Historique,* Fevereiro a Abril de 1913, pág. 82.

Efectivamente, ali são numerosas as sociedades de história, não havendo cantão que não tenha a sua, e até, por vezes, mais que uma; os eruditos são muitos ali, e muito numerosas são as obras aparecidas.

Pode fazer-se remontar ao segundo terço do século XVIII êsse importante movimento, pondo a iniciá-lo BODMER e BREITINGER, logo acompanhados e seguidos por J. H. FUSSLI, J. R. ISELIN, PIERRE OCHS, BERNARD DE TSCHARVER, A. L. DE WAWENWYL, G. E. HALLER, J. A. GAUTIER, TH. BRIDEL, ABRAHÃO RUCHAT, J. A. BALTHAZAR, LURLAUBEN, e os sábios beneditinos dos conventos de Saint-Gall-Muri e Rheinau (1).

No fim do mesmo século surge JEAN MULLER, o iniciador da *Histoire des Confédérés* — que tanta influência exerceu na sua época sôbre o renovamento dos estudos históricos na Suíça, sendo depois continuada, sucessivamente, por GLUTZ-BLOTZHEIM, HOTTINGER, LOUIS VULLIEMIN e CH. MONNARD, tendo estes dois últimos trazido a obra até 1815 (2).

Em 1811 aparece logo, em Berne, uma *Sociedade para o estudo da História da Suíça,* que passou logo a publicar, em alemão, um boletim

---

(1) Sôbre BODMER pode consultar-se a obra de G. DE REYNOLD, *Histoire littéraire de la Suisse au XVIII siècle*, segundo volume, 1912.

(2) Essa obra, que na edição alemã conta quinze volumes, consta na versão francesa de dezoito, aparecendo com o título de *Histoire de la confédération suisse.*

de história. Mas, como aquela *Gesellschaft* se dedicasse principalmente aos estudos sôbre Berne, foi fundada em Baden, na Argovia, em 1840, a *Sociedade Geral Suiça de História*, tendente a «agrupar os eruditos e os historiadores de todos os cantões e, por meio de reuniões, trabalhos, boletins e publicações, a favorecer as investigações de história nacional».

Essa *Geschichtsforschende Gesellschaft des Schweiz* é hoje a colectividade suíça mais florescente no seu género, havendo-se tornado o mais intenso foco de actividade historiográfica dêsse laborioso país. São muito numerosas as publicações que ela tem feito aparecer.

Assim, de 1843 a 1875 publicou vinte volumes dos *Arquivos de História da Suíça;* de 1877 a 1913 trinta e cinco volumes de um importante *Jahrbuch,* catorze volumes de um *Boletim de história da Suíça*, e vinte e cinco volumes de *Quellen* — as *Fontes de História da Suíça.*

A partir de 1912 tem essa importante colectividade continuado a publicação das suas obras — muitas das quais com inéditos — agrupadas em três corpos: I. *Crónicas;* II. *Actas;* III. *Correspondências e Memórias*, tendo ainda editado uma excelente colecção de instruções ou guias para investigadores — *Wegweiser für die Literatur zur Schweizerischen Geschichte* (1).

(1) Dêsses *corpos* teem continuado a aparecer diversos volumes de inéditos, como os documentos sôbre o burgomestre Woldmann, a correspondência de Pierre Ochs, etc.

Essa Sociedade, presidida pelo eminente historiador suíço GEORGES DE WYSS de 1854 a 1895 — ano da sua morte — tem reunido os nomes mais ilustres da historiografia helvética, como KOPP e von SEGESSER, VULLIEMIN, VISCHER, FOREL, von STURLER, FIALA — depois bispo de Bâle, KIND, TH. e C. DE MOHR, CHARLES LE FORT, PIERRE VAUCHER, HUNGERBUHLER (1).

A êsses há que acrescentar os mais recentes eruditos e historiadores TH. DE LIEBNAU — de Lucerna; MAYER DE KNONAU, SCHWEIZER e OESCHSLI — de Zurich; WARTMANN e DIERAURER — de Saint-Gall; ROTT e GODET — de Neuchâtel; TABLER — de Berne; ALBERT BUCHI — de Friburg; EDOUARD FAURE, CH. BORGEAUD e V. VAN BERCHEM — de Genève.

Alêm da florescente *Sociedade geral Suíça de história*, várias outras são as instituições de história espalhadas pelos cantões suíços, algumas das quais mais ou menos importantes como a Sociedade histórica de Zurich, e a, mais florescente, *Antiquarische Gesellschaft* dessa mesma cidade — que tem já publicados mais de trinta volumes de Memórias, que constituem uma das mais importantes obras históricas da Suíça, sendo ainda de citar os três volumes do *Stadtbücher*, os nove volumes das *Fontes da Historia de Zurich*, etc.

---

(1) Acêrca da alta personalidade de GEORGES DE WYSS, grande erudito e notável professor, vêr o elogio que dêle faz PIERRE VAUCHER, in *Revue de Synthèse Historique*, Fevereiro a Abril, 1913, pág. 85.

Bâle, é, depois de Zurich, o mais digno centro de actividade histórica, devido, especialments, à sua *Historische und antiquarische Gesellschaft* — que, desde 1839, tem publicado as *Mémoires sur l'Histoire de Bâle,* desde 1843 os *Boletins*, a partir de 1890 tem feito aparecer o *Urkundenbuch* ou *Tombos da cidade de Bale,* e, desde 1900, uma revista histórica — a *Basler Zeitschrift für Geschichte und Altertumskunde* (1).

Berne possue tambêm uma *Sociedade de estudos históricos*, a partir de 1846, tendo publicado — que nós saibamos — vinte e um volumes de *Arquivos,* nove volumes de *Fontes rerum bernensium,* alêm de crónicas, biografias, correspondências, etc.

Saint-Gall conta igualmente uma *Sociedade de história* — que tem publicado, alêm de outras obras, mais de trinta e um volumes de Memórias, e onde figuram valiosas colecções de inéditos, como os *Documentos sôbre a abadia de Saint-Gall*, os *Arquivos comunais de Saint-Gall,* etc., etc.

Lausanne é a sede da valiosa *Société d'histoire de la Suisse romande,* fundada em 1837, e que tem publicado cêrca de cincoenta volumes de Memórias. Aí teem aparecido estudos impor-

(1) A cidade de Bâle tem visto aparecer importantes colecções documentais como os *Documentos relativos à História da imprensa de Bâle;* os *Estudos e fontes de concilios;* a *Colecção dos documentos sôbre a batalha de Saint Jacques;* os *Documentos sôbre a administração da cidade na Idade Média;* e uma já importante colecção de crónicas.

tantes e muitas colecções de inéditos, como os oito volumes dos *Documents relatifs à l'histoire du Valais,* pelo abade GREMAUD; o *Registre soit Répertoire chronologique de documents relatifs à l'histoire de la Suisse romande,* e os *Statuts de l'ancien evêché de Lausanne et chartes municipales du pays de Vaud,* por F. FOREL; os *Cartulaires du Chapitre de Lausanne et de diverses maisons religieuses du Pays de Vaud,* por F. DE GINGINS e HISELY (1).

Genève possue a sociedade histórica cantonal mais florescente de toda a Suíça: a *Société d'histoire et d'archéologie de Genève.* Fundada em 1838, tem ela visto trabalhar nas suas publicações os grandes historiadores GUILHERME FAURE, GALIFFE, CHARLES LE FORT, AMADEU ROGET, PIERRE VAUCHER, CHARLES MOREL, EDOUARDO FAURE, TEÓFILO DUFOUR, EM. RIVOIRE, BORGEAUD, etc.

Tem essa Sociedade publicado cêrca de cincoenta volumes de *Memórias e documentos*, figurando entre as espécies impressas: o *Régeste genevois,* por P. LULLIN e CH. LEFORT, em seis volumes; as *Chartes inédites, relatives à l'histoire de la ville et du diocese de Genève antèrieurement à l'année 1312,* dois volumes; um *Recueil de lois municipales des principales villes du diocèse de Genève;* os *Documents inédits relatifs à l'histoire de Genève, de 1312 à 1378;* etc.

---

(1) Esta Sociedade, tem como publicação, periódica a *Revue historique vaudoise,* fundada em 1893, e que também tem servido de órgão à *Société vaudosie d'histoire.*

Friburgo conta duas sociedades de história: uma francesa, e outra alemã — cada uma das quais com as suas publicações.

Neuchatel tem uma *Sociedade de história e de arqueologia.* Aí apareceram últimamente publicados, os volumes com os *Procés-verbaux des audiences générales,* e os *Documents inédits sur Guillaume Forel et la reformation dans le comté de Neuchatel.*

Bastava o que já temos dito sôbre as sociedades de história existentes na Suíça, e as suas respectivas publicações, para se avaliar quanto é activa a vida scientífica nesse país, e numerosos os trabalhos que ali teem aparecido impressos quer em grandes colecções de carácter documental quer em Boletins, Arquivos, Revistas, etc. (1).

Mas não é tudo. Alêm das publicações a cargo das instituições cantonais, dos municípios, dos particulares, etc., tambêm o govêrno federal tem feito aparecer importantes colecções como: *Actes et recès des anciennes décisions de la Confédération de 1291 à 1420,* editados por Knopp; o *Recueil officiel des anciens recès fédéraux jusqu'en 1798,* coligido por Mayer de Knonau, depois con-

(1) São bastantes as Revistas de história publicadas pelas Sociedades cantonais de história e de arqueologia, como a *Revue historique vaudoise,* de Lausanne; o *Bulletin de la Société d'histoire et d'archéologie de Genève;* os *Archives de la Société d'histoire du canton de Fribourg;* os *Anzeiger für schweizerische Geschichte* — que é o órgão da Sociedade suiça de história de Berne; o *Beitrage zur vaterländischem Geschichte* — que tem sido o órgão da Sociedade de História de Bâle, etc.

tinuado por J. Kaiser, J. Stricklerr Fechter, Pupikofer, Kothing, Fetscherin, etc. (1).

Alêm disso, ainda o govêrno helvético tem promovido investigações nos principais arquivos da Europa acêrca das relações da Suíça com o estrangeiro, havendo o cônsul da Suíça em Venesa, Vitor Cérésole, realizado investigações para a publicação, em 1890, de *La République de Venise et la Suisse.* Para o mesmo fim Edouard Rott tem trabalhado, a partir de 1880, nos arquivos de Paris e de Chantilly, havendo publicado, de 1900 a 1913, uma bem documentada obra — a *Histoire de la Représentation diplomatique de la France auprès des cantons suisses, de leurs alliés et confédérés,* em seis volumes.

Tambêm, o erudito J. Wirz tem feito demoradas e persistentes investigações nos arquivos italianos, como os de Turim, Milão, Vaticano, Parma, Modena e Florença.

Igualmente, o ministro da Suiça em Londres, Daniel Bourcart, tem feito nos arquivos desta capital importantíssimas investigações no ponto de vista da história suíça, tendo sido estudados, copiados, extractados ou sumariados os documentos conservados no Museu Britânico e no Public Record Office (2).

---

(1) Trata-se de um reportório muito importante e extenso, pois, se é fragmentário para o que se refere aos actos do século xiv, é já muito desenvolvido para o século xv, e quási diário para o século xvi.

(2) Outras missões scientíficas teem sido inauguradas ou estão

É de notar que o Conselho federal concede aos investigadores subvenções anuais variáveis. Assim, as de Paris atingem em média um total de 15.000 francos por ano, as destinadas aos investigadores nos outros países são mais pequenas, mas ainda assim muito suficientes.

Todas as cópias provenientes das investigações em França, Itália, Inglaterra, etc., são reúnidas em Berne, e aí inventariadas e classificadas.

Muito, mas muito, mais poderiamos — e até, talvez, devessemos — dizer sôbre as sciências históricas na Suíça se não receiassemos alongar desmedidamente êste trabalho.

Mas o que aí fica parece-nos suficiente para mostrar ao povo e ao Govêrno português como num tão pequeno Estado — os particulares, os municípios, e, especialmente, o Govêrno — encaram, tratam, cuidam a sério e com carinho, estes assuntos de alta cultura histórica (1).

---

em vésperas de o serem como as destinadas aos arquivos alemães, espanhóis, etc.

Como se sabe, o falecido professor da Universidade de Friburgo, Henri Reinhardt, fez investigações em Simancas, tendo publicado um pequeno estudo sôbre o resultado dos seus trabalhos nesse arquivo.

(1) Não podendo ser mais extenso diremos que, acêrca dos estudos históricos na Suíça, podem ser consultados os seguintes trabalhos: *La Suisse au XIX siècle* — obra publicada por um grupo de escritores suíços sob a direcção de Seippel; G. de Wyss, *Histoire des recherches historiques et de l'historiographie en Suisse*; P. Clerge, *Suisse*, in *Revue de Sinthèse Historique*, tômo III, pág. 226 a 238; Antoine Guilland, *Les Études Historiques en Suisse*, *Ibidem*, tômo XVI, pág 82 a 98 e 293 a 312; *Archiv für schweizerische Geschichte*, etc.

c) Holanda

A Holanda é um dos países que mais teem trabalhado nas publicações de carácter histórico e filológico, e não só últimamente como já nos séculos XVII e XVIII.

Desde o erudito JOHANNES MEURSIUS — falecido em 1639, — através do século XVII e seguintes as obras de filologia e história sucedem-se inúmeras, se bem que — como escreve LANGLOIS — os sábios holandeses sejam muito mais infatigáveis colectores de fontes e eruditos editores de *Variorum*, que perspicaces e subtis críticos (1).

Assim, vêem-se suceder as edições *Variorum* e os *Tesouros de Antiguidades*, sendo a colecção destas publicações inaugurada por GRAEVIUS com o seu *Thesaurus antiquitatum romanorum* — cujos doze volumes apareceram em Utrecht entre 1694 e 1699.

No século seguinte os trabalhos filológicos dos helenistas e latinistas não diminuem, antes renascem com o aparecimento das obras de T. HEMSTER-LUIS, L. K. VALCKENAER, e D. RUHNKEN, indo até aos estudos de WYTTENBAC — que entrou já — com a sua *Biblioteca crítica* e o seu *Index*

---

(1) Pertencem a essa categoria os colectores-editores MEURSIUS, GRAEVIUS, J. GRONAVIUS-filho, os BURMANN e a sua escola.

Ao lado dêsses figuram, porêm, homens de grande valor não só como eruditos, mas ainda pelas suas aptidões críticas, tais são NICOLAU, HEINSIUS, GRONOVIUS-pai, ISAC VOSSIUS, etc. Vêr: CH. V. LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 277, etc.

graecitatis — pelo século XIX (1). Mas, não é só na filologia clássica que os eruditos holandeses se teem salientado, também na arqueologia, na epigrafia e na numismática bastante teem deixado de si; e outro tanto — se não mais — tem sucedido quanto à sua actividade historiográfica.

Durante todo o século XVIII foram numerosíssimas as obras aparecidas em diversas cidades holandesas, especialmente em Amsterdam.

Não foram só as obras de filosofia geral, moral, religiosa e política; de polémica e de crítica, como as de VOLTAIRE — os *Principes de la Philosophie morale, ou Essai... sur le mérite et la vertu de...*, e tantas outras que, proìbidas ou fortemente censuradas em França, utilizavam a tolerância e o asilo da Holanda para aparecerem.

Também, foi enorme a quantidade de obras históricas aparecidas em Amsterdam. A famosa *Biblioteca Germânica,* iniciada em 1720, e que atingiu cinqùenta volumes foi continuada sob o nome de *Journal litéraire d'Allemagne, de Suisse et du Nord, par les Auteurs de la Bibliothèque Germanique,* e, mais tarde, com o título de *Nouvelle Bibliothèque, ou Histoire Littéraire de l'Allemagne, de la Suisse et des pays du Nord,* pelos mesmos autores; os dois volumes das *Mémoires sécréts tirés des Archives des souverains de l'Europe, depuis le regne de Henri IV,* aparecidos em 1767; os quatro volumes do abade LADVOCATE, *Nou-*

(1) Vêr LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 277 e 278.

veau Dictionnaire historique... ou histoire abrégée de tous les hommes qui se sont fait un nom par des talents, des vertus, des forfaits, des erreurs, etc., etc., depuis le commencement des monde jusqu'à nos jours; a meia dúzia de volumes das *Mélanges de Littérature, d'Histoire et de Philosophie*, de D'ALEMBERT, etc., etc.

Publicada em Amsterdam igualmente aparecia, na primeira metade do século XVIII, uma importante colecção de biografias de franceses ilustres com o título *Les vies des Hommes Illustres de la France, depuis le commencement de la Monarchie, jusqu'à présent.*

Em 1746 era publicado o tômo terceiro tratando dos marechais franceses mais distintos como LUÍS DE BOURBON, príncipe de Condé — desde Frederico I a Carlos IX; ANDRÉ DE MONTALAMBERT —de Carlos VII a Henrique II; PAUL DE LA BARTHE — de Francisco I a Carlos IX; PIERRE D'AUSSUN — de PEDRO STROZZI. De 1724 a 1740 apareciam na Haya e em Amsterdam, as *Mémoires pour servir à l'histoire du XVIII siècle*, em catorze volumes, de LAMBERDY.

Haya viu aparecer, entre tantíssimas obras, o *Recueil historique d'actes, negotiations, mémoires et traitez, depuis la paix d'Utrecht jusqu'au Second Congrès de Cambray,* em vinte e cinco volumes, de 1728 a 1755; a *História da Inglaterra*, de RAPIN THOYRAS, em catorze volumes; a obra de numismática aparecida em 1742 — a *Nummophylacium reginae Christinae* — «contendo — como

diz o título — as Medalhas de Bronze latinas, gregas ou cunhadas nas colónias em honra dos imperadores romanos, gravadas em 63 estampas com muita arte e exactidão, por Pedro San Bártolo, e publicadas pela primeira vez com o comentário de Sigebert Havercamp» (1).

*

No século XIX a actividade dos eruditos e dos historiadores holandeses não afrouxa. A sua produtividade ainda melhora devido à protecção cada vez maior concedida pelo Estado aos trabalhos de erudição, sendo de notar que os esforços dos investigadores teem sido precedidos e acompanhados pelos trabalhos de organização e catalogação dos arquivos públicos.

Quanto aos estudos históricos, a cargo de corporações scientíficas, são de notar, pela importância das suas Memórias de história e de filologia, a Academia Real das Sciências de Amsterdam — a partir de 1855, e a *Sociedade de Estudos Históricos* de Utrecht — que, fundada em 1845, tem sido o verdadeiro foco de estudos históricos na Holanda, tendo publicado uma importante colecção de fontes — crónicas e outros documentos, especialmente do período medieval.

Além destas e de outras corporações similares com a sede em Amsterdam, Leide e Utrecht, da

(1) Vêr *Journal des Savants*, Paris, 1746, pág. 389.

reünião dos congressos de historiadores e arquivistas, da existência de algumas publicações periódicas e outras de origem corporativa ou particular, de há anos a esta parte tem funcionado uma comissão eminentemente oficial destinada à publicação de documentos inéditos da história neerlandesa, tendo sido impressos vários volumes, mesmo sôbre a história do século XIX; e, ainda, a secção histórica do Estado-Maior do exército tem publicado várias monografias e outras obras históricas.

Mas, como escreve, e transcreve, CH.-LANGLOIS, alêm dos relatórios publicados anualmente pela inspecção dos Arquivos públicos e acêrca dos trabalhos nestes efectuados, o govêrno holandês «mostra ainda o seu interêsse pelo estudo da história nacional fazendo estudar os arquivos estrangeiros no ponto de vista dessa história».

Efectivamente, algumas missões de estudo teem sido enviadas aos arquivos de Alemanha, Áustria, França, Rússia, Inglatérra, Itália, Espanha, Bélgica, etc.

Os eruditos comissionados costumam redigir breves Relatórios do resultado das suas investigações, contendo listas e inventários sumários dos documentos relativos à Holanda (1).

Há, porêm, excepções como sucede com os relatórios feitos por G. BUSKEN acêrca das colecções documentais dos Arquivos do Ministério dos

(1) CH. LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 468 a 470.

Negócios Estrangeiros francês e da Biblioteca Nacional de Paris — que são muito analíticos.

Mas, muito mais tem feito o govêrno neerlandês em favor dos estudos históricos. Aí está, para o comprovar, a Comissão real de história fundada em 1902 pelo govêrno dos Países-Baixos, e que largamente auxiliada moral e materialmente tem produzido já uma obra notável.

Assim, tem essa comissão feito estudar com o maior detalhe os arquivos da Itália e dos Estados escandinavos no ponto de vista da história da Holanda, havendo publicado os relatórios circunstanciados das missões scientíficas que executaram êsses estudos.

Também ela publicou uma importante colecção de documentos relativos à história dos Países Baixos no fim do século XVIII e princípios do século XIX, editada por H. T. COLENBRANDER; e uma colecção das Actas dos sínodos holandeses do século XVII, editada por T. C. KNUTEL.

Porêm, entre as mais interessantes das publicações de inéditos efectuadas por diligências da Comissão figuram umas *Relazione Veneziane*, de 1600 a 1795, publicadas em 1909, na Haya, por P. J. BLOK, com XXIX-418 páginas.

Trata-se da publicação dos relatórios trocados entre os embaixadores venezianos e as Províncias Unidas, do comêço do século XVII ao fim do século XVIII.

O erudito sr. BLOK em três viagens à Itália estudou cuidadosamente os arquivos venezianos,

publicando, alêm dos documentos que interessavam à história da Holanda, diversas descrições das viagens de muitos embaixadores, uma vista rápida da correspondência diplomática dos diferentes residentes e enviados, fornecendo alguns conhecimentos sôbre a composição de cada embaixada, o seu fim e os seus resultados.

É extraordinário o manancial de informações que nesses relatórios se encontram.

A vida política, administrativa, económica das Províncias Unidas; as suas fôrças terrestres e marítimas; o seu comércio, a sua marinha mercante, os costumes dos habitantes, bem como a personalidade e a vida dos princípes de Orange e de outros ilustres personagens, tudo aí aparece descrito e comentado.

Eis, muito abreviadamente exposta, uma simples amostra do muito que na Holanda se tem feito em matéria de historiografia (1).

d) Bélgica

Se bem que o reino da Bélgica, tal como hoje o vemos, é um Estado muito recente, datando de

(1) Mas não é só no que respeita às publicações documentáis que a Holanda se tem esforçado por acompanhar o movimento cada vez mais acentuado da elaboração das colecções de inéditos. Também ela não tem desdenhado as questões da teoria da história.

Entre os especialistas que ali teem tratado êsses assuntos destacam-se o dr. J. Huizinga que, no seu curso da Universidade de Groningue, se tem ocupado do *Elemento estético das representações históricas*, e o dr. Th. Bussemaker que na sua cadeira da Universidade de Leyde tratou da *Apreciação dos factos na investigação e na exposição da história.*

1830, não há dúvida que tem procurado resarcir-se do tempo perdido por meio de uma poderosa actividade tanto no campo scientífico como no industrial, social, etc.

No domínio das sciências de erudição tem sido notável a obra realizada (1).

Compreendendo o govêrno belga que não é possível ter florescente a historiografia de um país quando os seus arquivos e bibliotecas não teem inventariadas ou catalogadas as suas colecções, um dos pontos que mais atenção lhe teem merecido é precisamente êste.

---

(1) Se bem que no século XVI e XVII vários nomes ilustres nos apareçam na filologia e na história como se pode vêr consultando a obra de F. Néve, *La Renaissance des lettres et l'essor de l'érudition ancienne en Belgique*, Louvain, 1890, não há dúvida que é no século XVIII que a Bélgica começa vendo aparecer obras históricas importantes.

Se é certo que algumas delas, como a *Chronologie Historique et Universelle que contient tous les événemens mémorables qui sont arrivés depuis le commencement du monde jusqu'à present*, devida a Guyot, ainda se ocupam do deus-homem, da criação do ser humano, do paraíso, da verdade dos livros de Moisés, da língua falada pelo primeiro homem, da dispersão dos filhos de Noé, etc., etc., também conteem em si importantes repositórios de informações históricas e cronológicas da primeira metade do século XVIII.

Esta obra tem a curiosa particularidade de haver aparecido em várias cidades, sendo o primeiro volume publicado em Bruxelas, em 1738; do 2.º ao 5.º em Maestrick, em 1740; o 6.º em Bruxelas, e do 7.º ao 20.º em Liège. Vêr *Journal des Savants*, Paris, 1746, pág. 203 a 210.

Acêrca da historiografia belga consultar, além das *Introduções* das crónicas, cartulários, etc. — citadas, aqui, no texto — vêr H. Pirenne, *Bibliographie de l'histoire de Belgique*, etc ; Lahaye, Francotte, e De Potter, *Bibliographie de l'histoire de la Belgique*, etc.

Assim, desde 1899 tem vindo a publicar-se os *Inventaires des Archives de la Bélgique publiés par ordre du gouvernement*, e em 1901 aparecia o tômo 1 do *Catalogue des manuscrits de la Bibliothèque royale de Bélgique.*

Quanto à publicação de documentos inéditos deve dizer-se que em 1834 foi criada a *Comission royale d'histoire de Bélgique,* constituída por membros escolhidos da Academia das Sciências e Belas Letras da Bélgica, a fim de investigar e publicar crónicas e outros documentos belgas inéditos.

Tal Comissão tem publicado a importante *Collection de chroniques belges inédites.*

Neste corpo de publicações figura, logo em 1836, a *Chronique en vers de Jean Van Heelu, ou relation de la bataille de Woeringen,* publicada pelo Académico J. F. Willems, que começa por um *Prefácio* e uma excelente *Introdução* com sessenta e cinco páginas, onde o editor, depois de explicar em que condições fez a sua obra, traça uma biografia de Jean Van Heelu; estuda detidamente o poema, ou crónica rimada flamenga, escrito em 1291 ou 1292 — quando Margarida de Inglaterra, já noiva de João I, era esperada no Brabante, e para ilustração da princesa sôbre as façanhas heróicas de seu sogro; analisa os manuscritos da Crónica, as traduções ou imitações desta; passa em revista algumas crónicas medievais que descrevem a batalha de Woeringen; trata das causas e conseqüências desta, da forma

de fazer a guerra no tempo de João I, da administração, do comércio e dos costumes nessa época, e da personalidade do herói do poema — João I, sempre com suma erudição e numerosas notas e citações.

Também, nesta colecção figura a *Chronique rimée de Philippe Mouskes*, publicada pelo barão de Reiffenherg, tendo o primeiro volume aparecido em 1836.

A abrir êsse tômo diz o seu erudito editor:

«Poucos países possuem mais documentos históricos impressos que a Bélgica, e uma simples bibliografia com a indicação dêles seria já uma extensa obra». Mas, logo acrescenta: «Porêm, apesar do seu número e da sua extensão não bastam para escrever a história, quer geral, quer particular de uma forma completa e profunda».

Depois, diz que para tal estudo «é sôbretudo necessário assentar nas fontes primitivas, consultar os autores originais, sem desprezar estes documentos que apresentam o carácter imediato dos factos e com êles se identificam, ficando estranhos aos artifícios literários...».

É assim que o autor justifica a publicação de escritos não elaborados para serem impressos como descritivos históricos, tais são a crónica de Gilbert, preboste de Mons, do princípio do século XIII; a história de Jacques de Guyse; a crónica de Edmundo de Dister; a colecção diplomática de Pierre Van der Heyden, da primeira metade do século XV, etc.

Depois de falar dos principais autores de obras sôbre história belga, ocupa-se das emprezas religiosas, laicas, civis, corporativas e pessoais tendo em vista a publicação de documentos inéditos através dos séculos XVIII e XIX até ao restabelecimento da Academia da Bélgica. Logo, segue tratando das diligências que essa instituição realizou para a coleccionação e publicação de inéditos, especialmente de crónicas belgas inédiditas (1).

Depois, ocupa-se da língua francesa desde os seus tempos mais remotos até o fim do século XVIII, estuda a crónica métrica de Filipe Mouskes, passando, de seguida a publicar esta (2).

Nessa colecção começou aparecendo, em 1837, um *Recueil des chroniques de Flandre,* publicado sôb a direcção de J. J. DE SMET, em 4 volumes (3).

Em 1844 o *Commission* dava a lume os *Documents relatifs aux troubles du pays de Liege, sous les princes-évêques Louis de Bourbon et Jean de Horne (1455 a 1505),* publicados por P. F. X. DE RAM.

---

(1) O barão de Reiffenherg cita aqui a publicação, em 1822, feita por TARTE, da *Histoire des troubles des Pays-Bas* de VANDER VYNCKT, a da *Union De Bruxelles,* feita em 1825, por DÉPONGE, etc., até à publicação da crónica de FROISSART em o *Panthéon litteraire,* por BUCHON, e á *Table des chartes et diplomes* — empreza muito importante.

(2) A *Introdução* ocupa 379 pág.

(3) O quarto, e o último, volume, com o título *Corpus Chronicarum Flandriae* apareceu em 1865, e abre por um *Recueil des antiquités de Flandres,* por PH. WIELANT, terminando por uma crónica rimada, em flamengo, já impressa em Tubingue.

Em 1861 apareciam os dois volumes de *Les quatorze livres sur l'Histoire de la ville de Louvain*, do doutor e professor de teologia JEAN MOLANUS, do meiado do século XVI (1).

Em 1864 começava a aparecer uma colecção de crónicas de Liège, consistindo nos seis volumes de *Ly Myreur des Histors, chronique de Jean des Preis dit d'Outremeuse*, publicada pelo Académico AD. BORGNET (2).

Em 1854 aparecia o tômo I (2.ª parte) da *Chronique des ducs de Brabant*, por EDMOND DE DYNTER, publicada por P. F. X. DE RAM, com a tradução francesa dos seis livros por JEHAN WANGUELIN (3).

---

(1) Essa obra foi publicada por P. F. X. DE RAM, abrindo por uma extensa *Introdução* onde se estuda a vida de MOLANUS, os seus escritos, e, mormente, a sua *Historia inedita de Louvain.*

(2) O primeiro volume abre logo com a crónica, e termina com a publicação, em apêndice, de *La Geste de Liège*, seguindo-se-lhe um glossário da Geste, e um Índice das matérias. O tômo segundo apareceu em 1869; o terceiro em 1873; o quarto — publicado por STANISLAS BORMANS — apareceu em 1877; o quinto apareceu — pôsto que pareça estranho — em 1867, tal a data da fôlha do rôsto; e o tômo sexto, publicado, também por St.ª BORMANS, surgiu em 1880.

Além do *Myreur des histors*, também a Comissão de história da Bélgica fez sair, em 1887, o volume: a *Chronique et Geste de Jean des Preis dit d'Outremeuse*, editada por STANISLAS BORMANS, constante de uma magnífica *Introdução* sôbre a personalidade de JEAN D'OUTREMEUSE, e com uma larga e documentada análise do poema — a famosa *Geste de Liège*.

A seguir à *Introdução* que preenche 206 páginas, vem uma lista de *Documents* cujo texto figura na Crónica de JEAN D'OUTREMEUSE, seguindo-se o Índice analítico das matérias.

(3) O tômo segundo apareceu em 1864, e o terceiro em 1857.

Em 1870 aparecia o primeiro volume das *Chroniques relatives à l'Histoire de la Bélgique sous la domination des ducs de Bourgogne,* publicadas pelo barão KERVYN DE LETTENHOVE (1).

Já nove anos antes havia aparecido a *Chronique de Jean de Stavelot,* publicada por AD. BORGNET, e que começa por uma *Introdução* onde o editor traça uma rápida biografia do cronista, que nasceu em Stavelot a 5 de Junho de 1388, e estuda a *Chronique,* que, ao que parece, deixou de ser escrita por João em 1447, passando a ser redigida — segundo a opinião de GACHET — por ADRIANUS DE VETERI BUSCO, seu confrade na abadia de S. Lourenço (2).

Já bastantes anos antes, em 1844, sob a direcção do Académico P. F. X. DE RAM, eram publicados os *Documents relatifs aux troubles du pays de Liege sous les princes-évêques Louis de Bourbon et Jean de Horne* (1455 a 1505), que constam de uma crónica dos anos de 1455 a 1514 de João

---

(1) O primeiro volume contêm as crónicas dos religiosos das Dunas: JEAN BRANDON, GILLES DE ROYE, e ADRIEN BUT; o segundo tômo, publicado em 1873, contêm os textos franceses do *Livre des Trahisons de France*, *La Geste des Ducs de Bourgogne*, e *Le Pastoralet.*

O primeiro tomo é precedido de uma curta, mas excelente, introdução, com a bibliografia dos três cronistas.

(2) A *Crónica de Stavelot,* apesar de haver aparecido em 1861 — três anos antes da de OUTREMEUSE — é a continuação da dêste.

A edição termina por um glossário, seguido de três índices: um de matérias, outro de documentos, e outro analítico e alfabético de matérias.

de Loos, abade de S. Lourenço; da *Compendiosa História de Cladibus Leodiensium*, por HENRIQUE DE MERICA ou VAN DER HEYDEN; da *Historia de Claudibus Leodiensium* de THEODORICUS PAULI; e das *Analecta Leodiensia, sive Collectio documentorum quorumdam*, sendo êsse volume precedido e acompanhado de excelentes introduções, comentários e notas.

Em 1879 o eminente CHARLES PIOT publica o volume das *Chroniques de Brabant et de Flandre*, em flamengo, compreendendo cinco crónicas de várias datas — do princípio do século XI aos fins do século XVI.

Na categoria das crónicas podemos incluir o *Codex Dunensis sive Diplomatum et Chartarum Medii Aevi*, editado pelo erudito KERVYN DE LETTENHOVE, e aparecido em 1875 (1).

Na série das *Croniques belges inédites* podemos meter a *Histoire des troubles des Pays-Bas*, obra de RENON ou RENOM DE FRANCE, publicada em três volumes, precedidos cada um do seu excelente prefácio por CHARLES PIOT, e aparecidos: o pri-

---

(1) Na curta, mas excelente, *Introdução* de vinte e nove páginas o editor descreve a evolução do mosteiro cisterciense das Dunas, desde a sua fundação, em 1107, os seus trabalhos literários, os seus códices de cópias, etc., pertencendo a esta categoria o velho *Codex* — que é como se diz na Capa: *Liber continens copias processum et varias litteras missivas concernentes fere omnes abbates et Thosan et de Dunis*, escrito em 1254 por LOURENÇO DE SUMECORT. O referido *Codex Dunensis* contem principalmente documentos do século XIII, sendo os mais recentes anteriores a 1253, num total de 939 peças.

meiro tômo em 1886, o segundo em 1889 e o terceiro em 1891, sendo esta obra escrita por RENON DE FRANCE entre 1606 e 1613.

No *Prefácio* do primeiro volume CH. PIOT estuda os oito manuscritos diversos da obra, a sua natureza, proveniência, estado actual, etc.; traça a biografia de RENON que desempenhou altas funções administrativas no tempo da dominação espanhola nos Países-Baixos, vindo a falecer a 29 de Agôsto de 1628; e ocupa-se, com desenvolvimento da obra dêste — cujo título exacto era: *Histoire des causes de la désunion, révoltes et altérations des Pays-Bas,* e ao mesmo tempo do período de que trata esta parte da *Histoire* — que é o da dominação espanhola de Felipe II, até 1575 (1).

O segundo tômo, que compreende os livros terceiro e quarto da obra de RENON, trata dos acontecimentos de 1576 a 1580, ocupando-se o respectivo *Prefácio* de resumir e comentar o critério e o descritivo do cronista; e o terceiro, com muitos documentos publicados em *Apêndice*, vai até 1590, sendo os três tomos acompanhados de magníficas notas.

Também, aqui podemos considerar os *Monuments pour servir à l'Histoire des Provinces de Namur, de Hainaut e do Luxemburg,* de que se publicaram — que nós saibamos — oito volumes,

(1) A *Comission de Histoire de Belgique* já, em 1846, havia publicado a *Relation des troubles de Gand sous Charles-Quint, suivie de 330 documents inédits sur cet événement*, editada por GACHARD.

sendo editados pelo barão de Reiffenberg e prefaciados por vários especialistas (1).

Por último falaremos das *Chroniques Liègeoises*, editadas pelo cónego Sylv. Balau, das quais saiu o primeiro volume em 1913, contendo textos latinos anteriores a Henry de Gueldre, fragmentos da crónica de Jean de Warnant, a crónica latina Jean de Stavelot, a crónica do reinado de João da Baviera, e extractos de outras sôbre os fins dêsse período, a *Historia compendiosa de Cladibus Leodiensium,* por Henric de Merica (2), com vários aditamentos, e a desenvolvida crónica do reinado de Jean de Horne (3).

*

Alêm da *Colecção das crónicas belgas inéditas* tem a Comissão Real de História publicado de-

(1) Publica nos oito tomos: diplomas acêrca de Namur e do Hainaut, o cartulário de Casobron, os cartulários do Hainaut — por Leon Davillers; os tomos quarto, quinto e sexto publicam: *Le Chevalier du Cygne et Godefroid de Bouillon* — por Ad. Borgent; e os tômos séptimo e oitavo constam do poema *Gilles de Chin* e de várias crónicas monásticas de Namur e Hainaut.

(2) Esta *Crónica* já foi editada por Ram, de que já falamos nos *Documents rélatifs aux troubles de Liège*, sendo publicada por Mr. Balau, tomando em atenção as variantes fornecidas por outros manuscritos, alêm dos utilizados por De Ram, e os aditamentos que aqueles fazem ao texto.

(3) Obra devida a um coevo dos acontecimentos que descreve, e não assina, mas que parece ser um clérigo secular. O editor não encontrou o texto original, reconstituindo-o segundo quatro manuscritos dêle derivados, depois de feita a competente filiação. Vêr *ob. cit.*, pág. 339 a 344.

zenas de volumes agrupados por colecções ou séries de: Cartulários; cartas e papéis de Estado; índice cronológico das cartas e diplomas impressos acêrca da história da Bélgica; inventários metódicos de cartulários dos arquivos do Estado e outros, e dos depósitos estrangeiros; inventários dos obituários belgas, etc.

Na série dos Cartulários teem sido publicados os de Saint-Trond, Orval, Saint-Lambert de Liège (1), as *Chartes du Chapitre de Saint-Wau-*

(1) O *Cartulaire de l'Eglise Saint Lambert de Liège*, publicado primeiro por S. Bormans e E. Schoolmesters, e depois por Ed. Poncelet, consta de cinco tomos. O primeiro apareceu em 1893, e é precedido de uma boa *Introdução*, com cinqùenta e duas páginas, onde é historiada a vida da abadia desde o século IX, nas suas relações com o exterior. O primeiro documento é um diploma de doação de 26 de Abril de 826, sendo o último um documento de 23 de Dezembro de 1250 pelo qual o abade e o convento de Otterburg concedem ao capítulo de Saint Lambert direitos de confraternidade, em troca da cessão dos rendimentos de Bockenheim e de outras localidades. O segundo tômo aparecido em 1895 contêm documentos desde 15 de Março de 1251 ao fim de 1300; e o terceiro, publicado em 1898, compreende outros de 20 de Maio de 1301 a 23 de Outubro de 1342.

Os três tomos, que publicam, *in-extenso*, 1.279 documentos, contêm, cada um, um índice das peças por ordem cronológica, e um índice alfabético dos nomes de lugares e pessoas. O tômo quarto, vai de 4 de Janeiro de 1343 a 6 de Abril de 1389 e atinge *in-integro* o documento MDCCCXIII. O tômo quinto, aparecido em 1913 e editado por Edouard Poncelet, conservador dos Arquivos do Estado em Mons, não segue o mesmo critério dos seus antecessores, pois restando-lhe um maço de 3.500 documentos para incluir neste quinto e último tômo viu-se forçado a substituir a publicação dos documentos na íntegra pela dos extractos sumários, e reservando para os anexos a publicação *in-extenso* dos que tivessem um interêsse mais geral.

Também neste volume dasapareceu o indice dos documentos, substituindo-o o alfabético de lugares e pessoas.

dru de Mons — que preenchem quatro volumes (1).

O *Cartulaire de l'Abbaye d'Ourval depuis l'origine de ce monastère jusqu'à l'année 1365*, foi editado pelo padre HIPPOLYTE GOFUINET, sendo precedido de uma *Introdução* de trinta e oito pá-

(1) As *Chartes du Chapitre de Sainte-Waudru de Mons*, foram coleccionadas e publicadas por LEOPOLD DEVILLERS, tendo aparecido o primeiro volume em 1899, o segundo em 1903, o terceiro em 1908 e o quarto em 1913.

O primeiro volume abre por uma excelente Introdução onde o erudito DEVILLERS estuda, sucessivamente, a natureza dos diplomas que publica, os *fundos* que formam e os depósitos onde se encontram — especialmente os arquivos do Estado em Mons, a biblioteca pública da mesma cidade, os arquivos gerais de Bruxelas; ocupa-se do estudo, arrumação e cuidados dos arquivos de Sainte-Waudru; explica porquê e como se perderam as peças primitivas; faz a história do mosteiro, indicando os seus direitos e prerrogativas, administração, obras que fazia, benefícios realizados, a importância social do seu capítulo; e termina por falar dos selos de alguns diplomas.

Os documentos mais antigos são publicados em extractos, sendo o primeiro a figurar, *in-extenso*, um de 831 sôbre a distribuição do legado de Ansegise, abade de Fontenelle. O último do volume é o CCCCLXXIII — que é um breve de confirmação de Inocêncio IV, de 15 de Fevereiro de 1246.

Termina o volume por dois índices: um cronológico e analítico, e outro alfabético de nomes de pessoas, lugares e matérias.

O segundo tômo vai até ao documento DCCCCXXI — que é uma declaração de compra de «un bonnier d'alleu situé à Saints», passado em Mons a 6 de Novembro de 1400; o tômo terceiro vai até ao documento MDCCCXXCII — que é um compromisso de pagamento passado em Mons a 31 de Outubro de 1530.

O quarto e último tômo terminado por ERNEST MATTHIEU, devido à morte de DEVILLERS, abrange até uma carta do bispo de Tournai, Francois-Joseph Hirn, constatando a autenticidade duma relíquia de santa Vaudru e permitindo a exposição dela aos fieis, e é datada de Mons, de 20 de Agôsto de 1804.

ginas onde o editor descreve a abadia d'Orval, a sua fundação e doações que teve; enumera e biografa rápidamente cada um dos cinqùenta e dois abades cistercienses d'Orval; trata da biblioteca e dos arquivos do mosteiro, especializando os cartulários do abade HENRION e do abade MOMNERTS, etc. (1).

Por sua vez, o *Cartulaire de l'Abbaye de Saint-Trond*, preenche dois tomos, sendo editado pelo erudito arquivista CHARLES PIOT. O primeiro volume, aparecido em 1870, começa logo pela publicação dos documentos, sendo a primeira peça, de 7 de Abril de 1741, um diploma pelo qual o conde Robert de Hesbaye doa à abadia a igreja de Donek bem como essa e outras aldeias (2).

---

(1) O primeiro documento do Cartulário da abadia d'Orval publicado no volume é de 1029, onde o arcebispo de Tréves, Poppon, lamenta os prejuízos causados, etc. O último foi o 626 de 12 de Março de 1366 pelo qual JEAN DE MARGNY, cavaleiro, confirma a doação feita à abadia d'Orval por seu pai, etc. Seguem-se: um pequeno glossário, um índice alfabético dos nomes de pessoas e de lugares, e outro de materiais. O volume apareceu em 1879.

(2) Êste tômo — que é magnificamente anotado — termina pelo documento 432, de 15 de Outubro de 1366, pelo qual Otão de Cuyck vende à abadia os seus bens feudais de Duras; e é seguido de um índice geral. O segundo tômo, publicado em 1874, abre por uma magnífica *Introdução* de noventa e nove páginas, onde o editor estuda: a colecção documental que publica; a constituição da abadia de Sainte-Trond e as suas relações históricas com as instituições locais; a organização comunal da cidade de Sainte-Trond, a sua vida histórica, jurisdição civil e penal, confrarias, corporações de ofícios; o antigo condado de Loos e os seus titu-

Em 1903 aparecia o tômo primeiro das *Chartes de l'Abbaye de Saint-Hubert en Ardenae,* publicado por GODEFROY DE KURTH, precedido de uma excelente *Introdução* de setenta e sete páginas, onde o editor estuda as fontes que utilizou, determina a cronologia dos abades de Saint-Hubert, e expõe os métodos seguidos na factura da colecção (1).

Emfim, para não estender mais êste trabalho limitar-nos hemos simplesmente a enumerar na série dos Cartulários publicados: o *Cartulaire des contes de Hainaut*, por L. DEVILLERS, em seis volumes, de 1881 a 1896; as *Chartes de l'abbaye de Saint-Martin de Tournai,* por A. D'HERBOMEZ, em dois volumes, de 1898 a 1902; o *Cartulaire de l'abbaye du Val-Benoit,* por J. CUVELIER, 1906; o *Recueil des Chartes de l'abbaye de Stavelot-Malmedy,* por J. HALKIN e C.-G. ROLAND, tômo I, em

---

lares; os condes de Duras e a sua influência sôbre a abadia; e a vida religiosa e administrativa desta.

Começa depois a publicação documental por um diploma de 1366 — ao que parece, — e termina por outro datado de Liège, em 7 de Maio de 1596.

(1) O primeiro documento publicado é uma carta de doação de Pepino de Herstal e de sua mulher Plectruda a Santa Bèrégisa do Castelo de Ambres com as suas dependências para aí fundar um mosteiro; o último — o CCCXVI — é a reprodução da cópia de uma sentença arbitral num litígio entre o preboste de Bouillon, Jean de Landry, e a abadia. O primeiro é de 13 de Novembro de 687, e o último de 30 de Maio de 1350.

Os documentos são publicados *in-extenso,* seguindo-se-lhe um apêndice, e, depois, um índice cronológico das peças, e outro alfabético de lugares e pessoas. Até 1920 não conhecemos nenhum outro tômo publicado.

1909; e, por último, o *Cartulaire genealogique des Artevelde*, por NAPOLEON DE PAUW, 1920 (1).

*

Vimos já o enorme trabalho realizado com as publicações das *Crónicas* e dos *Cartulários*, vamos agora notar como tem sido importante o labor efectuado quanto à publicação dos volumes da série da *Table chronologique des chartes et diplomes imprimés consernant l'histoire de la Belgique*.

Êsse corpo de publicações começou por um volume de XLVIII-770 páginas, publicado, em 1866, por ALFONSO WAUTERS.

Pelo *Prefácio* vê-se que a iniciativa dessa co-

(1) Trata-se de um monumental volume in-quarto, com XVIII-924 páginas, com a documentação da genealogia do famoso burguês de Gand, do século XIV JACQUES VAN ARTEVELDE, célebre paladino das liberdades publicas comunais e constitucionais da heroica e já operosa Bélgica medieval, e cuja vida de tribuno, homem público e revolucionário encheu enormemente o período que vai de 1336 a 1349. A obra de Mr. PAUW é o produto de fundas investigações nos arquivos de Bruxelas, Gand, Bruges, Ypres, Couttrai, Termonde, Lille, Paris e Londres. São três mil documentos, alguns *fac-similés*, seguidos de fotografias de selos que o paciente e operosíssimo investigador apresenta nesta obra.

O autor já anteriormente, em 1873 e 1878, havia publicado, sôbre o seu herói, uma obra, com bastantes documentos: a *Conspiration sous Jacques van Artevelde* (1392). Outros investigadores e historiadores — como VOISIN, VUYLSTEKE, KERVYN DE LETENHOVE, VANDERKINDERE — também já, anteriormente, haviam escrito sôbre JACQUES D'ARTEVELDE e o seu tempo.

É — como já dissemos — êste o volume da Colecção de Cartulários que conhecemos como mais recentemente aparecido.

lecção cabe ao eminente erudito GACHARD, então arquivista geral, que a 7 de Maio de 1837 apresentava um projecto para a redacção e publicação da *Table chronologique*.

A proposta de GACHARD contêm, alêm da exposição das razões scientíficas de tal obra, uma pequena, mas interessante, história de outros empreendimentos similares levados a efeito no estrangeiro.

A 8 de Dezembro o rei Leopoldo assinava o decreto determinando a obra, e a 16 de Novembro de 1838 era aprovada a portaria regulamentando o trabalho. Ficou determinado que o Índice dos diplomas deveria conter: «Toutes chartes, diplômes, lettres patentes, lettres-missives, ordonannces, instructions, commissions, règlements et autres actes imprimés qui concernent, soit l'histoire de la Bélgique en général...».

Iniciaram-se os trabalhos, mas tempo depois interrompiam-se pela falta dos... trabalhadores.

A seguir, foi a missão confiada a GACHET, mas êste pouco depois falecia. Se bem que os funcionários paleógrafos VAN ROSSUM e VAN BRUYSSEL tivessem trabalhado na obra, foi o arquivista WAUTERS que, a partir de Abril de 1858, tomou conta da empreza.

Na *Introdução* o editor WAUTERS traça um desenvolvido e esclarecedor descritivo da evolução dos trabalhos históricos em geral, e especialmente na Bélgica, das obras ali feitas nos séculos XVI, XVII e XVIII, principalmente pelo diplomatista ALBERT-

MIRE — MIRAEUS, — o colector FOPPENS, o maurista D'AANTINE, etc.; ocupa-se da utilidade dos diplomas e do emprêgo que dêles teem feito os escritores medievais e modernos, passando, depois, a expôr as diferentes categorias de actos públicos e particulares utilizados na formação do índice cronológico, e a indicar as maneiras de datar que foram adoptadas.

O índice abre com a menção de um diploma do ano de 275, pelo qual o senado romano informa a cúria de Trèves que êle recuperou o direito de designar o imperador, documento êsse publicado na *Historiae Augustae scriptores, sex*, de SEREVERIUS; no *Prodromus Historiae Treviensis*, de HONTHEIM; no *Belgium Romanum*, de BOUCHER, e no tômo primeiro do *Recueil des historiens de France*.

Os últimos documentos registados são de 1100, seguindo-se dois índices: um dos nomes de pessoas e outro de nomes de lugares, terminando o volume por uma *Notice Bibliographique*, das obras citadas que publicaram os documentos registados.

O tômo X, aparecido em 1904, ainda elaborado por A. WAUTERS, é já uma obra póstuma dêsse erudito. Começa pelo registo de um documento de 1 de Janeiro de 1340, publicado na *Foedera* de RYMER, pelo qual Eduardo, rei de Inglaterra, ordena o pagamento de 125 libras e 1.500 florins a Othão de Cuyck como indemnização da perda dos senhorios que êle possuia em França,

termina por um documento de 1350, pouco mais ou menos, contendo uma lista de nobres chamados à assemblea de Cortenberg.

O tômo XI, cuja primeira parte apareceu em 1907, e a segunda em 1912, é já elaborado por S. BORMANS, da Academia, e J. HALKIN, professor da Universidade de Liège. Essas duas partes constituem o suplemento à obra de WAUTERS, com documentos, indo do ano 98 a 1300 (1).

*

Nas três séries de Inventários dos cartulários conservados: *a*) nos arquivos do Estado belgas; *b*) nos depósitos não etatistas da Bélgica; *c*) e nos depósitos estrangeiros, diremos sómente que a primeira série deu origem a um volume, aparecido em 1895; a segunda a outro, publicado em 1897; e a terceira ao volume dado a lume em 1899 (2).

(1) O de 98 consiste num diploma de Trajano concedendo a *civitas* e o *conubium* aos soldados de três alas e seis coortes que acabavam de obter a *honesta missio.* O documento encontra-se no Museu Arqueológico de Liège.

(2) Pertencem também a estas categorias de obras os seguintes inventários publicados pela *Commission:* o *Inventaire analytique des chartes de la collégiale de Saint-Pierre à Liëge,* por E. PONCELET, aparecido em 1906; o *Inventaire des archives farnésiennes au point de vue de l'histoire des Pays-Bas,* por A. CAUCHIE e L. VAN DER ESSEN, 1911; e o *Inventaire analytique des chartes de la collégiale de Sainte-Croix à Liège,* por E. PONCELET, tômo I, publicado em 1911, estando no prelo o segundo tômo, bem como o *Inventaire analytique des chartes de Saint-Jean-Évangéliste à Liège,* por L. LAHAYE.

*

Muitas outras obras importantes teem sido publicadas pela *Commission Royale d'Histoire de Bélgique*, entre as quais citaremos, sem ter a pretensão de as enumerar a todas: o *Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre,* por G. Espinas e H. Pirenne, dois tomos, 1906 a 1909; *Comptes de la ville d'Ypres de 1267 à 1329,* por G. Des Marez e E. De Sagher, em dois tomos, 1909 a 1913; as *Oeuvres de Jacques de Hemricourt. Le miroir des nobles de Hesbaye,* por C. de Borman e A. Bayot, um tômo, 1910; *Les dénombrements de foyers en Brabant (XIVe à XVIe siècle),* por J. Cuvelier, 1912; a *Retraite et mort de Charles-Quint au monastère de Yuste,* por Gachard, dois volumes, 1854 e 1855; as *Relations des ambassadeurs vénitiens sur Charles-Quint et Philippe II,* por Gachard, 1855; *Synopsis actorum Antuerpiensis,* por Ram, 1856; *Correspondance de Charles Quint et d'Adriens VI,* por Gachard, 1859; *Actes des États généraux des Pays-Bas,* 1576 a 1585; *Notice chronologique,* por Gachard, dois volumes, 1861 a 1866; *Don Carlos et Philippe II,* por Gachard, dois volumes, 1863; *Le Livre des feudat. du duc Jean III,* por L. Galesloot, 1865; *Le Livre des fiefs du Comté di Looz sous Jean d'Arckel,* por C. de Borman, 1875; *Documents inédits relatifs à l'histoire du XVIe siècle,* pelo b.ão Kervyn de Letenhove, primeira parte, 1883; *Mé-*

moire du legat Onufrius sur les affaires de Liège, 1468, por S. Barman; *Nécrologe de l'église Saint-Jean à Gaud*, por N. de Pauw, 1889; *Polytiptique de Guillaume, abbé de St.-Trond*, por H. Pirennb, 1896; *Le Livre des fiefs de l'église de Liège sous Adolphe de la Marck*, por E. Poncelet, 1898; *Actes et documents anciens intéressant la Bélgique*, por Ch. Durivier, 1898, nova série, 1903; *Commentario del coronel Francisco Verdugo de la guerra de Frisa*, por H. Lonchay, 1899; *Le soulèvement de la Flandre maritime*, por H. Pirenne, 1900; *La chronique liégeoise de 1402*, por E. Bacha, 1900; *Le registre de Fr. Lixaldius*, por F. Rachfabl, 1902; *La chronique de Gislebert de Mons*, por L. Vanderkindere, 1904; *Recueil des instructions générales aux nonces de Flandre*, por A. Gauchie e R. Maere, 1904; *La chronique de Saint-Hubert dite « Cantatorium »*, por K. Hanquet, 1906; *La librarie de Phillipe le Bon*, por G. Doutrepont, 1906; os *Documents sur la principauté de Liège spécialement au début du XVIe siècle*, por A. Cauchie e A. Van Hove, I, 1908; as *Mémoires et documents sur la Révolution belge*, por C. Buffin, dois volumes, 1912.

Alêm de toda essa espantosa produção deve notar-se que no prelo encontravam-se últimamente dezassete volumes entre os quais figuram o tômo XI da *Table chronologique des chartes et diplomes imprimés;* o tômo III do *Recueil de documents relatifs à l'histoire drapière;* o tômo II dos *Diplomas das abadias de Stavelot-Malmedy;* o

tômo III das *Comptes de la Ville d'Ypres;* o tômo III das *Actes de l'Université de Louvain* (1); o tômo VI

(1) Alêm das obras até agora enumeradas e que são, como se tem visto, multidão, constituindo uma das mais ricas bibliotecas históricas que a um país é dado possuir, temos ainda a salientar o grupo das publicações universitárias, isto é, acêrca da história das Universidades belgas.

A esta categoria pertencem os dois volumes já aparecidos, e o terceiro no prelo, das *Actes ou Procés verbaux des séances tenues par le Conseil de l'Université de Louvain.*

O primeiro tômo desta obra, publicado por A. REUSEN, em 1903, compreende os documentos de 1432 a 1443; e o segundo, aparecido em 1919, é já elaborado pelo professor da mesma Universidade A. VAN HOVE, e contem documentos desde 26 de Maio de 1445 a 17 de Agôsto de 1455. A partir da pág. 451 figura uma séria de úteis *Apêndices* com as indicações dos reitores, vice-reitores, assessores, membros do Conselho da Universidade, decanos de Faculdades, «receveurs», promotores, dictadores — que eram os inofensivos escribas mal pagos e servidos, — notários, bedeis, livreiros e mensageiros — ou correios; todos que tinham funcionado durante o período de 1445 a 1455. Segue-se-lhe um índice alfabético.

Outras obras teem sido publicadas oficialmente sôbre as Universidades belgas. Assim, em 1869 aparecia o excelente volume de ALFONSE LE ROY, *L'Université de Liège*, para comemorar o primeiro cincoentenário da sua fundação — que foi a 25 de Setembro de 1817. Começa a obra por uma *Introdução* de 77 páginas historiando a vida da Universidade, e seguindo-se-lhe listas por ordem alfabética dos administradores, professores — cada um com a sua bio-bibliografia, os quadros de cada Faculdade; notas das instalações, do material didático, dos diplomas, etc.

Tambêm, em 1884 aparecia uma monografia do professor L. VANDERKINDERE, acêrca de *L'Université de Bruxelles*, para comemorar igualmente, o primeiro cincoentenário dêsse instituto. O seu autor, e professor da Faculdade de Filosofia e Letras dessa Universidade, depois de estudar a proto-história — desde 1778 — e as origens e a evolução da Universidade Livre, publica a lista dos fundadores dessa Universidade, dos seus administradores, inspectores, reitores, membros do conselho de administração, secretários e tesoureiros, bibliotecários, professores, assistentes, preparadores, agregados, etc.

Como fugidia elucidação deve dizer-se que essa Universi-

do *Cartulaire de l'église de St. Lambert;* o tômo II das *Chroniques liégeoises*, etc.

Alêm dêstes volumes de continuações teem-se iniciado as seguintes publicações novas: *Les dénombrements du duché de Luxemburg au XVe et au XVIe siècle,* por J. GROB e J. VAUNERUS; a *Correspondance de la Cour d'Espagne sur les affaires des Pays-Bas au XVIIe siècle,* por H. LONCHEY e J. CUNELIER (1); o *Table onomastique de la correspondance de Granvelle,* por J. WILS (2); o *Rapport*

---

dade Livre foi criada para combater a influência da Universidade católica de Louvain. Ela teve uma origem essencialmente maçónica, pois foi na Loja dos *Amis Philantropes*, de Bruxelas, que em Junho de 1834 — no dia da festa do soltício do estio — Théodore Verhaegen expôs o seu projecto da criação da Universidade Livre. Tão rápidos foram os progressos que a ideia adquiriu que a 3 de Agôsto já as as subscrições haviam rendido 25:830 francos, e, pouco depois, atingiam 45:000. Outros concursos valiosíssimos surgiram, e a 20 de Novembro era inaugurada solemnemente a *Université Libre de Bélgique,* que, em 1842, passou a designar-se por *Université Libre de Bruxelles.*

(1) Como já vimos são numerosas as obras até agora publicadas acêrca da dominação espanhola nos Países-Baixos, e esta não será, certamente, das menos interessantes.

(2) A correspodência de Antoine Perrenot, cardial de Granvelle, preenche doze volumes, indo de 1565 a 1585, e constitue uma das boas colecções publicadas pela Comissão Real de História.

Continua ela a série dos *Papeis do Cardial de Granvelle*, editada pela colecção dos *Documents inédits sur l'Histoire de France.*

O primeiro volume da Correspondência de Granvelle, aparecido em 1877 e publicado por EDMOND POULAET, contêm cartas do ilustre ministro de Filipe II, de 20 de Novembro de 1565 a 29 de Setembro de 1566.

Os seis primeiros volumes são editados, prefaciados e anotados excelentemente por EDMOND POULLET, e os restantes seis por CHARLES PIOT.

O tômo XII e último contêm a correspondência de Granvelle,

sur les Archives de Vienne, por J. LAENEN (1); a *Chronique* de J. HOCSEN, por G. KURTH e URSMER BERLIÈRE, etc.

---

de 1 de Janeiro de 1585 a 19 de Setembro de 1586, com 85 documentos, seguido de um *Apêndice* em 148 peças — sendo a última de 17 de Dezembro de 1586, terminando por um *Suplemento* com a correspondência de diversas datas.

É a esta importante correspondência que se refere o Índice onomástico de J. WILLS, que está no prelo.

É também de citar, entre os bons estudos da história diplomática belga, a obra de ERNEST DÉSCAILLES, *Un Diplomate belge à Paris*, de 1830 a 1834, e publicado, em 1609, no tômo terceiro da segunda série das *Mémoires* da Academia Real da Bélgica, Classe de letras e sciências morais e políticas.

(1) Devemos ainda notar as missões de estudo realizadas por diversos investigadores belgas em vários arquivos e bibliotecas do estrangeiro, por determinação da Comissão Real de História.

Dessas missões teem resultado alguns trabalhos muito importantes não só de história como de heuristica e de bibliografia.

Dêstes há que salientar os dois magníficos volumes do erudito GACHARD com o título: *La Bibliotheque Nationale à Paris. Notices et extraits des manuscrits qui concernent l'histoire de Belgique,* e aparecidos de 1875 a 1877, onde o notável Académico belga expõe o resultado das suas investigações na Biblioteca Nacional de Paris em 1838 e 1856, no ponto de vista de história do seu país. Começa por uma valiosa descripção de dois dos fundos de manuscritos dêsse estabelecimento: o núcleo Colbert e a colecção d'Esmans, passa a referir-se às espécies que estudou e inventariou, classificando-as por grupos de crónicas, histórias, relatórios e memórias; cartulários e diplomas; cartas missivas e instruções políticas e diplomáticas. O inventário das peças é quási sempre muito analítico e acompanhado de excelentes notas.

Já anteriormente GACHARD havia elaborado um trabalho semelhante com relação às Bibliotecas de Madrid e do Escurial, produto também da sua missão scientífica em Espanha em 1843, e que constitue, como os acima referidos, um monumental volume de XXXVIII + 678 páginas.

A esta mesma ordem de trabalhos pertence a obra de J. LAENEN, acima citada.

Agora mesmo nos acaba de chegar às mãos o tômo primeiro da *Correspondance des Ministres de France accrédités à Bruxelles, de 1780 à 1790,* publicada pelo reitor da Universidade de Liége EUGÈNE HUBERT. A obra, profusa e magnificamente anotada, começa por uma excelente introdução de setenta e quatro páginas sôbre a história política e diplomática de França durante os primeiros dez anos da Revolução; indica os arquivos onde estavam as peças de que trata, e cita os manuscritos e impressos consultados.

A correspondência umas vezes é extractada, e outras publicada na íntegra segundo a importância que as peças apresentam.

*

Além de todas as obras enumeradas, dispostas por colecções ou séries de: crónicas, cartulários, papéis do Estado, inventários, etc., etc., outros trabalhos importantes tem publicado a «Commission Royale d'Histoire», sendo de salientar a *Collection des voyages de souverains des Pays-Bas,* publicada inicialmente por GACHARD, e continuada por PIOT.

Essa importante obra compreende quatro volumes, dos quais o primeiro, aparecido em 1876, contêm: os itinerários dos duques de Bourgonha, Filipe-o-Bravo, João-sem-Medo, Filipe-o-Bom, do arquiduque Maximiliano — esposo de Maria de Borgonha, e de Filipe-o-Belo — seu

filho; o relato da primeira viagem de Filipe-o-Belo em Espanha, em 1501, redigido por Antoine de Lalaing, senhor de Montigny, e o da segunda no mesmo país, em 1507, de autor desconhecido.

O segundo volume, publicado em 1874, consta do itinerário de Carlos V, de 1506 a 1531; Jornal das Viagens de Carlos V, de 1514 a 1551, por João de Vandenesse, seguido de muitos documentos. O tomo III, aparecido em 1881, encerra a primeira viagem de Carlos V em Espanha, de 1517 a 1518, por Laurent Vital; a Viagem e expedição de Carlos V a Tunis, em 1535, por Guillaume de Montoiche; a expedição do mesmo imperador a Alger, em 1541, por um anónimo; e a viagem da rainha Ana em Espanha, em 1570, por Alyxes de Cotereau.

Finalmente, o quarto tômo, publicado em 1883 contêm o Jornal de viagens de Filipe II, de 1554 a 1569, por João de Vandenesse; a Viagem do arquiduque Alberto em Espanha em 1598, por Gilles du Faing; o Itinerário d'Antoine, duc de Brabant, de 1407 a 1415; o Itinerário de João IV, duque de Brabante, de 1415 a 1427; o Itinerário de Philippe de St. Pol, duque de Brabante, de 1427 a 1430 (1).

---

(1) Cada volume tem a sua *Introdução* própria com muitas *notas* pelo decorrer da obra, sendo uma grande parte delas constituidas por citações dos próprios trabalhos da *Commission*.

*

Eis pois, e abreviadamente exposto, o admirável labor levado a efeito pela «Commission Royal d'Histoire de Bélgique» — que, como dissemos, é independente da Academia Real da Bélgica. Mas, isto não significa que esta instituição não haja tambêm trabalhado, e muito, em favor das sciências históricas.

A antiga Academia Real das Sciências e Belas Letras de Bruxelas, hoje tornada Academia Real da Bélgica, é a herdeira seqùente da *Société littéraire de Bruxelles,* estabelecida, em 1769, pelas diligências do conde de Cobenzl, ministro plenipotenciário nos Países-Baixos, e transformada em Academia imperial e real das sciências e belas letras pela imperatriz Maria-Tereza, em 1772.

Havendo interrompido os seus trabalhos em 1794, por ocasião da segunda invasão das tropas francesas, voltou à actividade em 1816. O que foi a actividade dessa instituição, na sua primeira fase, pode vêr-se, rápidamente, percorrendo o primeiro volume das *Mémoires sur les questions proposées par l'Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Bruxelles* (1).

A partir de 1816 os trabalhos da Academia intensificaram-se. O primeiro volume das *Mémoi-*

(1) Êsse tomo, publicado em 1818, traz num *Avertissement* a lista das *Memórias* premiadas e publicadas desde 1769 a 1794.

res contêm as premiadas sôbre o tema *Quelles sont les places dans les dix-sept Provinces des Pays Bas et le pays de Liège, qui depuis le septième jusqu'au douzième siècle exclusivement, ont pu passer pour des villes*, e outra sôbre as aplicações do vapor de água como meio de aquecimento (1).

De então até agora atingiu muitas dezenas o conjunto dos volumes das *Memoires Coronnés*, das *Memoires* gerais e dos *Buletins* — e seus anexos — das três classes que constituem a Academia: a de Sciências, a de Letras e Sciências Morais e Políticas, e a de Belas-Artes (2).

Porêm, toda essa obra, que mesmo para qualquer grande potência seria importante, e constituiria um grande título de orgulho, mas que para um pequeno país, como a Bélgica, resulta monumental e a torna digna da gratidão e solidaridade de todo o mundo culto, não poude conjurar a invasão alemã troculenta, brutal, destruidora que se deu em 1914.

Assistiu-se então a êsse fenómeno estranho, pa-

---

(1) A cêrca da história da Academia Real da Bélgica vêr: Ad. Quetelet, *Centième Anniversaire de la fondation (1772-1872) — Primiere siècle de l'Academie*, 1872, e os dois tomos da obra elaborada e editada pela mesma instituição, e aparecida em 1872; *Academie Royale de Belgique. Centième anniversaire de fondation (1772-1872).*

(2) Alem das numerosas *Memórias*, dos *Monuments de la litterature flamande*, e das obras dos grandes escritores belgas editadas pele Academia, dos vinte e um tomos da *Biographe nationale*, e dos volumes de bibliografias académicas, catálogos da biblioteca da Academia, etc, há ainda a notar o grande labor da Secção de siciências, de que aqui nos não ocupamos.

radoxal, de um grande Estado que se considerava o mais perfeito tipo da civilização humana lançar-se sôbre um pequeno e fraco país que tão dedicada e levantadamente tem servido a causa dêsse mesmo progresso. E mais estranho ainda é o caso — atingindo as raias do monstruoso — quando vemos essa mesma Alemanha sacrificar, com uma sanha, um ódio e um ciume canibalescos as próprias instituições scientíficas do país nobremente vencido, mas não convencido nem dominado.

Uma das instituições mais vitimadas pela invasão e ocupação alemãs foi, precisamente, a Academia Real da Bélgica.

Sente-se uma comoção indizível — que roça pela indignação e pela vergonha do estado moral de uma civilização que torna possíveis tais monstruosidades — quando se lê o *Annexe aux bulletins de la Classe des Beaux-Arts. Communications présentées à la Classe en 1915-1917*, desse Academia, trabalho êsse aparecido em 1919. Aí figura o *Rapport succint sur l'état du Palais des Academies après le départ des Allemands*, por Louis Le Nain.

O que se diz nesse relatório e o que se vê nas fotografias que o acompanham é espantoso, abominável. A sala dos manuscritos de Stassart e a biblioteca que fôra legada por êste mesmo barão, o gabinete da Secretaria, a sala das sessões, a famosa sala de mármore — transformada em camaratas, o fundo da sala grande — servindo de

cozinha, a sala da comissão real de História — destinada a anexo da cosinha e a despensa: tudo ficou arruinado, sujo, repugnante. Os manuscritos e livros, o medalheiro, os objectos de arte: uns haviam sido roubados, outros destruidos; as vidraças eetavam partidas, todas as gavetas e portas arrombadas, os móveis escavacados; mutilados os bustos do príncipe de Ligne, de Gachard, Wagener, e dos filhos de Leopoldo I, etc., etc.

¡Eis como êsses *iper-civilizados* alemães reconheceram e trataram essa gloriosa Academia e essa operosíssima Comissão Real de História — de que tanto temos falado!

*

Apesar de termos visto como é colossal a obra realizada pela Academia Real Belga e pela Comissão de história é de prever que não se circunscreve aí o labor scientífico dêsse encantador país no que respeita aos estudos de erudição. Outras instituições ali existem que tambêm, e na medida das suas possibilidades, teem contribuido para o progresso de tais estudos.

Imprimem elas as suas publicações periódicas, entre as quais citaremos as seguintes: *Annales de l'Academie d'archéologie de Bélgique*, que teem publicado artigos de L. Stroobant — sôbre os magistrados do grande Conselho de Malines; *Les Archives belges;* o já citado *Bulletin de la classe des lettres de l'Académie royale de Belgique* —

com estudos de G. Kurth sôbre Renis de Huy, verdadeiro autor das fontes baptismais de S. Bartolomeu de Liége, de F. Cumut — sôbre o astrólogo Julião de Laudicea, de 497, etc., etc.; o *Bulletin des commissions royales d'art et d'archeologie de Belgique*, contendo artigos de F. Lahest, de H. Schuermans sôbre as ruinas da abadia de Villers; a *Bibliothèque norbertine de l'abbaye de Parc*, com estudos, de cronologia e biografias pelos professores da abadia — 1426 a 1694; *Bulletin de l'Institut archéologique liégeois*, contendo estudos de E. Poncelet sôbre os marechais do exército do bispo de Liège, etc.; o *Bulletin de la Société d'histoire et d'archéologie de Gand*, que tem publicado estudos de A. Van Worwek sôbre o cativeiro de Jacqueline da Baviera em Gand, sôbre a evasão da princesa em 1425, etc.; de P. Varhaegen — sôbre a origem da indústria das rendas; H. Pirenne; de X. Van den Houte; de H. Coppieters-Stochone — sôbre os primeiros chanceleres da Flandres no século xi, etc.; o *Bulletin de la Société royale belge de géographie*, que — no n.º 2 de 1903, traz um artigo de J. Mees sôbre *A carta de Toscanelli a Christovão Colombo e o caminho das Indias*. O autor sustenta contra Gonzales de la Rosa, Vignaud, etc., a autenticidade da carta em questão; o *Bulletin du Cercle archéologique, littéraire et artistique de Malines*, tômo xii; *Le Musée belge*, com estudos de P. Graindor sôbre as *Inscrições de Ceos*, de A. Steppers — sôbre história de Roma, de J. P. Waltzing — acêrca

das inscrições latinas de Namur, de V. Tourneux — sôbre a Bélgica céltica; os *Annales de la Société historique et archéologique de Tournai;* o *Bulletin de la Société d'art et d'histoire de diocèse de Liège*, tômo XIV, 1903; a *Revue de l'Université de Bruxelles;* a *Revue d'histoire ecclesiastique de l'Université de Louvain*, etc., etc.

*

Eis, pois, e muito sumáriamente, a enorme e admirável colaboração que a pequena mas operosa Bélgica tem trazido ao avanço das sciências históricas (1).

Quando um país com êsses serviços imorredouros à civilização é afrontado iniqua e brutalmente, como êsse o foi, pela Alemanha, em 1914, nenhum coração bem formado, nenhum espírito bastante esclarecido, nenhuma consciência impregnada de sentimento de justiça pode ficar indiferente, pode deixar de vibrar de comoção e de indignação ante atentados de tal ordem.

Um país que, como a Bélgica, cumpre tão distintamente a sua função de colaboração em benefício do progresso humano merece não só uma platónica admiração mas a mais efectiva solida-

(1) Os leitores que desejem consultar as obras publicadas pelas Academias estrangeiras, e citadas neste trabalho, encontram-as, com pequenas excepções, na magnífica biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa. Também a nossa Biblioteca Nacional tem muitas das que aqui invocamos.

riedade por parte de todo o mundo culto nos momentos de perigo.

¡Que outros pequenos países — e o nosso em primeiro lugar — sigam o nobre exemplo da Bélgica para que nas circunstâncias graves que um dia vejam surgir êles possam desfrutar o mesmo ambiente de simpatias e utilizar idêntica solidariedade de esforços (1)!

---

(1) Outros países da Europa, como a Rússia, a Hungria a Polónia, e a Filandia, teem apresentado no decurso do século XIX importantes progressos na historiografia, quási sempre devido à impulsão dos governos ou corporações scientíficas como as Academias, Universidades, Escolas especiais, etc.

Assim, o progresso dos estudos históricos na Hungria é devido à Academia das Sciências dêsse país, que, fundada em 1825, a partir de 1855 organizou uma *Comissão historica* que tem publicado a colecção dos *Monumenta Hungriae historica*, que se dividem em quatro secções: *Scriptores, Acta extera, Monumenta Comitialia*, e a *Diplomataria*.

A Academia publica ainda uma colecção de *Arquivos Históricos* — onde figuram documentos mais curtos e menos importantes que os dos *Monumenta*, e umas *Memórias relativas às sciências históricas*.

Ao lado da Academia húngara, foi fundada, em 1867, a *Sociedade de História*, que publica uma Revista — os *Séculos*, — e uma colecção de *Biografias*, e ambas essas instituições teem publicado colecções documentais, monografias, etc.

Acêrca da historiografia húngara vêr um magnífico estudo do eminente especialista J. Kont na *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 167 a 200.

CAPÍTULO V

As Colecções de Inéditos em Portugal (1)

1.º — O estudo dos manuscritos antes da fundação da Academia de História

O modesto, mas culto, FRANCISCO DIAS GOMES falando da nossa historiografia diz, com verdade:

«A nação portuguesa tem no seu idioma os mais preciosos monumentos de História». E continua:

«Histórias da Índia compostas por JOÃO DE BARROS, DIOGO DO COUTO, FERNÃO LOPES DE CASTANHEDE, AFONSO DE ALBUQUERQUE, onde está reconcentrado todo o bom gôsto do verdadeiro aticismo, formam um corpo de história que visto

---

(1) Êste capítulo é justificado imperiosamente pela natureza do nosso trabalho. Não quisemos deixar de o inserir, mas a extensão que êste estudo já atingiu, nesta altura, torna impossível dar-lhe o desenvolvimento que êle merece. Por isso, deve ficar entendido que seremos aqui — e muito conscientemente — mais que lacónicos: incompletos.

Num desenvolvido trabalho, não só descritivo como crítico, acêrca da historiografia portuguesa, que trazemos em preparação, terá êle o desenvolvimento que merece.

por todos os lados, é o mais autorizado, o mais vasto, o mais novo e interessante que nunca viu o mundo até àqueles tempos, nem nos modernos há esperança de outro semelhante».

E mais adiante:

«Em uma palavra, a Nação Portuguesa pode-se afirmar que ensinou como se devia escrever a História em língua vulgar, como já disse um célebre autor estrangeiro».

Áparte um ou outro exagêro é exacto que a historiografia portuguesa é notável, sendo de lamentar que ela não tenha sido ainda objecto de um desenvolvido estudo crítico ou, mesmo, de uma bibliografia metódica (1). E não seremos nós que, quási já no remate do simples programa da nossa Colecção de Inéditos — que é esta obra — pretenderemos efectuar tão vasta, complexa e delicada empreza, pois só nos interessa agora, aqui, a simples menção de algumas obras históricas portuguesas que hajam publicado documentos inéditos, na íntegra ou em extracto (2).

---

(1) Com mais demora voltaremos oportunamente ao assunto.

(2) A dificuldade de conhecer, manusear, estudar hoje o nosso património biblíaco do século XVI é acrescida pelo caso de muitas dessas obras de autores portugueses terem sido impressas no estrangeiro.

Efectivamente muitos foram os portugueses que nesse século fizeram publicar as suas obras, sendo muitas impressas em Portugal, e outras no estrangeiro.

Assim, as do famoso médico AMATO LUSITANO, JOÃO RODRIGUES, foram publicadas em várias cidades estrangeiras, como o *Index Dioscoridis*... que saiu em Antuérpia, em 1536; o *In Dioscoridis Anabarzei de Medica materia*..., aparecido em Veneza em

A partir do século XVI temos nós vindo a publicar documentos numa dispersão aterradora para quem um dia quizer elaborar, conscienciosamente, uma bibliografia ou um catálogo dos nossos manuscritos históricos impressos.

Na primeira metade do século XVII tal publicação intensifica-se, figurando entre as principais obras mais ou menos fundamentadas a *Monarchia Luzitana,* cuja primeira parte, devida à pena de Fr. BERNARDO DE BRITO, apareceu, pela primeira vez, em 1597 (1), a segunda parte em 1609, e a terceira e quarta partes, redigidas por Fr. ANTÓNIO BRANDÃO, apareceram em 1632 (2).

Em 1603 apareciam os *Elogios dos Reis de Portugal* — que foram reimpressos e acrescidos em 1726, 1786 e 1825, atingindo nesta última edição doze volumes; e em 1616 DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE publicava o *Exame de antiguidades;*

1553; o *Curationum medicinalium*, cujas sete *centuriae* foram primeiro publicadas separadamente, a primeira em Florença, em 1551, e a segunda em Veneza no ano seguinte, etc.

Outro tanto aconteceu com a *Alegatio juris pro interdicto Ecclesiastico* de AMBRÓSIO CARDOSO DE ABREU, que, antes de aparecer em Lisboa, em 1627, havia-se publicado em Roma em 1623; com as *Cartas da Etiopia* do padre GASPAR PAIS, publicadas em Roma e Paris; o trabalho de Fr. ANSELMO DA CONCEIÇÃO sôbre os *Privilégios da Congregação de Tibães*, aparecido em latim, em Roma, em 1596.

(1) É de recordar que os quatro primeiros livros desta primeira parte foram impressos no mosteiro de Alcobaça por ordem de Frei Francisco de Santa Clara. Foi reimpressa em 1690 e 1806. Como se sabe, esta obra é de simples imaginação.

(2) A segunda parte foi reimpressa em 1690, e, incompletamente, em 1808-1809.

mas, já em 1600 havia aparecido a *Primeira parte das Crónicas dos Reis de Portugal* de DUARTE NUNES DE LEÃO, e dez anos antes a *Genealogia... de los Reys de Portugal,* do mesmo autor.

Porêm, a *Crónica de D. João I,* de DUARTE NUNES, só aparece em 1643, e a quinta parte da *Monarquia* — a de Fr. FRANCISCO BRANDÃO — só é publicada sete anos depois, havendo a sexta parte aparecido só em 1672 (1).

Dois anos antes aparecia, em Paris, a obra do diplomata DUARTE RIBEIRO DE MACEDO — *Nascimento e genealogia do Conde D. Henrique, Pae de D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal.*

Em 1651 na oficina de Crasbeeck, de Lisboa, apareceu a *Vida de D. João de Castro,* do ilustre JACINTO FREIRE DE ANDRADE, publicada em 1664, em inglês, por PETER, WICHEK e muitas vezes reimpressa em português (2).

Já um século antes, em 1556, fôra publicado

---

(1) Como se sabe é grandemente desigual o mérito da muito citada colecção da *Monarquia Luzitana,* devido às divergentes qualidades de BERNARDO DE BRITO, ANTÓNIO BRANDÃO e FRANCISCO BRANDÃO — como historiadores.

Não há dúvidas que BRITO, apesar da defesa que dêle faz Frei BERNARDINO DA SILVA na *Defensão da Monarquia Luzitana,* se não era um falsário, como DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE lhe chamou, era um espírito sem preparação crítica, e muito inferior ao nível, já um tanto elevado, da historiografia do seu tempo. Vêr: JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Observações Diplomáticas,* pág. 82 a 84; *Dissertações Cronológicas e Críticas,* especialmente tômo IV; BAREOSA CANAIS, *Estudos biográficos,* pág. 208; J. FIGANIÈRE, *Bibliografia Histórica Portuguesa,* pág. 1 a 7.

(2) Vêr BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Luzitana,* tômo II, pág. 463 a 466; INOCÊNCIO, *Dicionário,* tômo III, pág. 233, etc.

em Coimbra «per Joam Alverez ymprimidor da Universidade» — como descreve BARBOSA — o tão apreciado *Livro primeiro do Cêrco de Diu,* de LOPO DE SOUSA COUTINHO, e, em 1621 e 1622, o erudito LOURENÇO BRANDÃO publicava diversas obras históricas e políticas (1). Também apareciam: os estudos sôbre a praça de Mazagão, escritos, no meiado do século XVII, por ÁLVARO DE BRITO RÊGO (2); os trabalhos do afamado investigador ANTÓNIO DE ALMEIDA CASTELO BRANCO (3); as cartas políticas e diplomáticas do guerreiro e diplomata ilustre de D. João III e D. Sebastião, Lourenço Pires de Távora, dos meiados do século XVI (4); as obras de genealogia do afamado jurista dos fins do século XVI e princípios do século XVII, MANUEL BARBOSA (5), as obras históricas

(1) Acêrca de LOURENÇO BRANDÃO, que DIOGO BARBOSA dá como nascido em Lisboa e que quási só escreveu em espanhol, vêr a *Biblioteca Luzitana*, tômo III, pág. 26. INOCÊNCIO e os seus continuadores no *Dicionário* não aludem sequer a LOURENÇO BRANDÃO, provávelmente por não o considerarem português, se bem que no *Dicionário Portugal* êle venha citado.

(2) Também acêrca de ÁLVARO DE BRITO RÊGO é omisso o *Dicionário Bibliográfico.* Vêr BARBOSA MACHADO, *Biblioteca...*, t. IV, pág. 10 e 11; *Dicionário Portugal,* tômo II, pág. 515.

(3) Igual silêncio se fez no *Dicionário Bibliográfico* acêrca dêste investigador da primeira metade do século XVII, a quem BARBOSA MACHADO no tômo IV da sua *Biblioteca* atribui cinco trabalhos, todos ficados — ao que parece — manuscritos.

(4) Vêr *Bibliografia Luzitana* no *Dicionário Bibliográfico.*

(5) No *Dicionário Bibliográfico* não se alude a BARBOSA. As obras *Famílias do Reino de Portugal; Notas do Nobiliário do Conde D. Pedro;* e *Livro da Armaria dêste Reino,* ficaram manuscritas segundo informa BARBOSA in *ob. cit.,* tômo III, pág. 191 e 192.

do polígrafo António de Gouveia, todas estas obras muito regularmente escritas quer quanto à base documental que possuiam quer pela lógica e clareza que lhes teem atribuido o padre Francisco da Cruz, Diogo Barbosa, Inocêncio, etc.

A todas essas obras, a bastantes outras que não citamos para não alongar êste trabalho, e a muitas mais que, naturalmente, nos falta conhecer, e que todas sairam impressas, há a acrescer muitas outras de carácter histórico, que ficaram manuscritas.

Alêm de algumas já citadas podemos enumerar — muito a fugir — os doze volumes de genealogia de Fr. António de Madureira; a *História do Reino de Angola* — de André Velho da Fonseca; a *Crónica da Congregação de Santa Cruz de Coimbra* — de D. Agostinho do Rosário; a *História da Índia* (desde D. Garcia de Noronha até Francisco Barreto) — de Fabiam da Mota; o *Roteiro da navegação, e carreira da Índia* — do piloto Gaspar de Morais de Macedo; a colossal floresta genealógica em quarenta e cinco volumes, e a monografia da vila da Certã — ambos trabalhos de Jacinto Leitão Manso de Lima; a *História da ilha de Ceilão,* do capitão João Ribeiro que ficou inédita em português, mas foi publicada em francês em 1701; o perdido nobiliário de José Cabedo de Vasconcelos, da segunda metade do século xviii; os dois tomos das *Arvores de todas as famílias nobres portuguesas e castelhanas,* redigidos por Lopo da Cunha, no meado

do século XVII. Também ficaram por imprimir as *Linhagens de Portugal,* de D. António de Lima — do qual diz Barbosa Machado: «Este Nobiliario foy sempre reputado por celebre neste genero, e como tal o louvão com grandes encomios Manuel Severim de Faria..., Manuel de Faria e Sousa, etc.» (1); as *Famílias do Reino de Portugal*, de D. António Mascarenhas (2); a *Chronica da origem e progressos da Congregação da India dos Eremitas de Santo Agostinho desde o ano de 1572 até o de 1637 em que compreende os sucessos do mesmo Estado*, de Fr. Félix de Jesus, missionário, agostinho, da Índia, do princípio do século XVII; as obras de Fr. Ambrósio dos Anjos, de Fr. Faustino do Rêgo, etc., etc.

E deve notar-se que as obras acima citadas são as de interêsse histórico, pois todas as outras deixamos de enumerar como o *Florilégio Espiritual* — de Fr. Faustino da Madre de Deus, impresso em Coimbra em 1656; os *Sermões Panegyricos e Moraes* de Fr. Jacinto Pacheco — que não se chegaram a imprimir; as modestas obras religiosas de Jácome Carvalho do Canto — aparecidas entre 1610 e 1675; as do carmelita Fr. João de Cristo — sôbre a história da sua ordem,

(1) Vêr *Biblioteca Luzitana,* tômo I, pág. 307 e 308. Nem na *Bibliografia* de J. Figaniere, nem no *Dicionário Bibliográfico* vem citado êste linhagista dos meados do século XVI.

(2) Não se deve confundir êste genealogista da primeira metade do século XVII com o seu homónimo da mesma época autor de uma *Relação dos procedimentos que teve...* Inocêncio cita esta obra, mas não fala na do genealogista citado.

da primeira metade do século XVII; os sermões de Fr. JORGE PINHEIRO, de 1620 a 1630; as orações do jurista JOSÉ DE ANDRADE DE MORAIS, pronunciadas no Brasil na primeira metade do século XVIII; os sermões de Fr. JOSÉ DE SANTO ANTÓNIO, dos fins do século XVII; as obras teológicas de Fr. JOSÉ DE CARVALHO, da segunda metade do século XVII; os numerosos trabalhos de JOSÉ CORREIA DE BRITO, da mesma época; os sermões de DELGARTA, do princípio do século XVIII, e os de Fr. JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO; os sermões prègados e publicados na segunda metade do século XVII; as obras de exegética e de parenética de D. LEONARDO DE S. JOSÉ, dos meados do século XVII; as do mesmo carácter de Fr. LOPO SOARES, da primeira metade do século XVII; as *Cartas* do padre AIRES BRANDÃO sôbre as missões dos jesuitas na Índia, publicadas na segunda metade do século XVI; as de um outro jesuita — AIRES SANCHES — sôbre as missões do Japão, pela mesma época; os sermões de Fr. ANTÓNIO DOS INOCENTES, do princípio do século XVII, etc., ect.

2.º — Os Trabalhos da Academia Real de História

Apesar do que vimos pelas citações que fizemos e pelos sucintos comentários que acima deixamos, não há dúvida que o primeiro grande esfôrço, e sistemáticamente conduzido, no sentido das publicações de documentos inéditos

foi dado pela prestimosa Academia Real de História (1).

Como diz Emílio Hubner nas suas *Notícias Arqueológicas de Portugal* essa Academia «apresentou, pela primeira vez, investigações próprias mente históricas em substituição à literatura, por assim dizer monástica em que se haviam baseado até então todas as indagações históricas e arqueológicas».

Tem razão Hubner que, para exemplificar a sua afirmativa, cita os sudoríferos dez tomos do *Santuário Mariano, história das imagens milagrosas de Nossa Senhora,* de Frei Agostinho de Santa Maria, de 1707 a 1723.

Podíamos duplicar, e, até, centuplicar os exemplos de outras obras do género, que, de resto, apesar da fundação e vida da Academia continuaram, ainda, aparecendo em grande número.

O que, porêm, mostra a grande importância da Academia de História é que ela publica obras de subido valor que vitoriosamente batem outras, estranhas, que o não teem, como o extravagante in-fólio, de 534 páginas, de Brás Luís de Abreu *Sol nascido no ocidente e posto ao nascer do sol. Santo António Português. Luminar maior no ceu*

(1) Acêrca da vida e obra da Academia Real de Histôria, vêr: *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia...*, 1721 a 1736, quinze volumes; Manuel Teles da Silva, marquês de Alegrete, na *História da Academia Real Portuguesa,* Lisboa, 1727; J. Silvestre Ribeiro, *Primeiros traços de uma resenha de literatura portuguesa,* pág. 132 e seg.; do mesmo autor, *História dos Estabelecimentos Scientificos...*, tômo I, pág. 169 a 172, etc.

da Igreja entre os astros menores na esfera de Francisco, aparecido em 1725; as jeremiadas de Frei MIGUEL DAS ALMAS SANTAS — *Clamores feitos ao Ceu*, publicados em 1739; as 900 páginas da *Escola de penitência, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna,* de Frei MARTINHO DO AMOR DE DEUS, aparecida em 1740; as 500 páginas dos *Elogios dos Abades Gerais da Congregação Beneditina,* de Frei TOMÁS DE AQUINO, dadas a lume em 1767, etc., etc.

Aparecem, então, como trabalhos dos académicos, as *Notícias cronológicas da Universidade*, de LEITÃO FERREIRA, em 1729; as *Memórias,* de JOSÉ SOARES DA SILVA, aparecidas entre 1730 e 1732; o *Catálogo das rainhas,* de D. JOSÉ BARBOSA MACHADO, em 1729; a *História genealógica da Casa Real* e as respectivas *Provas,* de ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, aparecidas entre 1735 e 1748; a *Biblioteca Lusitana,* de DIOGO BARBOSA MACHADO, de 1741 a 1759, etc. (1).

Se algumas das obras saidas da Academia Real de História e outras publicadas pelos seus sócios e coevos também cançam a paciência do leitor pelas redundâncias da exposição e entumescências do estilo, e apresentam lacunas importantes e sérios êrros, não há dúvidas que

(1) É justo não esquecer a *História de Malta,* de Frei LUCAS DE SANTA CATARINA, as *Obras* de RAFAEL BLUTEAU, que — como escreve o dr. TEÓFILO BRAGA — fora da Academia, mas auxiliado pelos três irmãos BARBOSA publicou o grandioso *Vocabulário da língua portuguesa...».* Vêr *Os Árcades*, pág. 18.

muitas outras constituem imperecíveis monumentos de erudição, entre as quais se devem colocar as que acima citamos de Soares da Silva, as de Barbosa Machado, e António Caetano de Sousa (1).

A Academia Real de História desempenhou uma dupla e importante função no seu tempo: tornou possível a elaboração de monumentais obras de história baseadas, quási sempre, nas fontes em primeira mão, que, por vezes, veem transcritas na íntegra; e inaugurou entre nós os processos de investigação séria dos documentos, conforme já então se usava em França, Espanha, etc., e de interpretação crítica e racional dos acontecimentos, pondo de parte muitos dos conceitos religiosos e metafísicos que até então vinham, entre nós, adulterando a história. Daí a atenção que deve merecer a Academia, e o lugar que nós aqui lhe consignamos, traçando, rápidamente, a sua história.

Foi ela instituida por decreto de 8 de Dezembro de 1720, assinalando-se-lhe como missão mais importante que a «Academia escreva a His-

(1) É certo que João Pedro Ribeiro, ocupando-se das *Provas* da *História Genealógica*, de Caetano de Sousa, diz que encontrou nelas «tantos erros e tão grosseiros que apenas se pode supôr que êle chegasse a ler alguns monumentos que ali produziu, tendo-se servido de pessoas inteiramente ineptas para lhe tirar cópias». In *Observações Diplomáticas*.

Apesar disso, a *História Genealógica* e as próprias *Provas* constituem magnificos repositórios de dezenas de documentos cujos originais e cópias o terremoto de 1755 destruiu.

tória Eclesiástica dêstes Reinos, e depois tudo o que pertencer a toda a História dêles, e de suas conquistas».

Depois, resolve sôbre as facilidades a dar aos Académicos nos arquivos, de forma a serem-lhe facultados todos os papéis que solicitarem «comunicando-lhe os catálogos dos mesmos Arquivos, e Cartórios as pessoas, a cujo cargo estão».

Mas, não é só o diploma inicial que se ocupa de manuscritos a estudar e a utilizar nas obras, porque o mesmo cuidado êles merecem na «Proposiçam da Academia», escrita e lida por Manuel Caetano de Sousa na sessão preparatória de 8 de Dezembro. Aí diz o relator que para redigir a *Lusitania Sacra* era, principalmente, necessário «ajuntar manuscritos, e convocar Escritores», para o que se deviam abrir os Arquivos ao estudo dos Académicos.

Igualmente, nas *Reflexões sôbre o estudo Académico*, esboçando-se o plano do trabalho da *Lusitania Sacra*, e depois de se fixar o processo a seguir nas citações dos impressos e manuscritos, resolve-se que: «Como os títulos dos Arquivos são as provas mais seguras se devem imprimir no fim de cada volume das memórias todos os [manuscritos] que corroborão o que o Autor refere», e aduz logo: «para que assim se perpetuem e se conheção os que o tempo e o lugar deixarião sempre ocultos».

E sôbre o material necessário para a elaboração da projectada história sagrada de Portugal,

lá se diz: «também se pede o Index das Livrarias grandes, principalmente dos livros manuscritos».

Quanto à história secular do nosso país entendiam as *Reflexões* que na sua organização se devia seguir «quási o mesmo método».

Nas «Notícias de Conferências» da Academia, de 5 de Janeiro de 1721, por mais de uma vez se fala nos trabalhos de arquivos; e nas diligências preliminares da História eclesiástica muitas vezes se volta a falar nesses trabalhos de heurística — como diríamos hoje — nos arquivos das Câmaras Eclesiásticas, das Sés, cabidos, colegiadas, mosteiros, igrejas, das câmaras das cidades e vilas, ordenando o govêrno que se levantassem inventários dêsses depósitos e se remetessem à Academia (1).

Uma ou outra vez a Academia se exaltava como se vê num discurso de recepção do conde de Assumar quando a certa altura êle diz:

«Parece que a Providência Divina reservou para o presente século o vermos renascida em Portugal uma nova Atenas, composta de muitos mais Sábios, do que se contavão na antiga Grécia». Mas, não há dúvida que, na generalidade, ela trabalhava com método e bom critério.

Aqui está, por exemplo, o padre António dos Reis, oratoriano, que na sessão de 1 de Abril de 1721 pede que se solicitem do nosso embaixador

---

(1) Vêr a *Colecção dos Documentos, estatutos e mais memórias da Academia Real da História Portuguesa*, 1721, tômo I.

em Roma várias informações dos archivos do Vaticano sôbre as nomeações dos bispos de Lamego; e o frade cisterciense, Bernardo Castelo Branco, na mesma sessão, referiu-se às investigações de manuscritos sôbre os bispos da Guarda.

Na sessão de 16 do mesmo mês o padre Bartolomeu de Vasconcelos, jesuita, dizia esperar pelos manuscritos dos Arquivos do país para os seus trabalhos, e outro tanto fez Diogo Barbosa Machado ao tratar de D. Sebastião, numa exposição muito erudita (1).

Igualmente, o visconde de Asseca ao tratar de D. Sancho e ao afirmar que êste casara com D. Mécia de Haro «disse que tambêm se valera de alguns manuscritos, que de Livrarias particulares se lhe comunicarão ...» (2).

Na sessão de 30 de Abril Frei Fernando de Abreu apresenta o catálogo dos bispos de Miranda, e na de 13 de Maio, presidida pelo marquês de Fronteira, João Carneiro de Abreu falou das suas investigações na Tôrre do Tombo e nos cartórios da Câmara e dos conventos de Lisboa, referindo-se à falta de ordem em que estavam os papéis nesse Arquivo (3). Nessa sessão o conde

---

(1) Como se vê do relato da sessão Barbosa Machado trabalhava então na famosa *Biblioteca Lusitana*.

(2) In *Colecção de Documentos* ... (Esta colecção é, geralmente, inumerada, pelo que não citamos as páginas).

(3) Na sessão de 2 de Janeiro de 1722 o Académico João Couceiro de Abreu e Castro foi mais longe, e falando sôbre a necessidade de uma reforma radical da Tôrre do Tombo, notou que

de Monsanto apresentou o catálogo dos bispos de Portalegre.

Nas sessões seguintes Inácio de Carvalho e Sousa apresentou o catálogo dos bispos de Elvas; D. Jerónimo Contador de Argote continuou a tratar das memórias de Braga; Frei Pedro Monteiro ocupou-se das memórias da Inquisição, e o João Colth das memórias do bispado de Viseu; D. António Caetano de Sousa referiu-se bastante às memórias das igrejas ultramarinas; e Martinho de Mendonça de Pina comunicou os manuscritos que encontrou no cartório da Câmara da Covilhã, e nos de Penamacor, Sabugal, Almeida, Castelo Rodrigo, mosteiro de Aguiar, no de Salzedas — cujos documentos Frei Baltazar dos Reis recopilara, e onde se lhe deparou o catálogo dos abades de Frei Benedito.

Também, Mendonça de Pina descreveu o que viu no mosteiro de S. João de Tarouca, e no cartório do cabido de Lamego o qual principiara a ser estudado por José Carneiro Tavares; D. António Caetano de Sousa apresentou um catálogo dos bispos do Funchal; o conde de Monsanto descreveu as suas infrutuosas investigações nos arquivos de Portalegre — já então «desbaratados,

---

era impossível, entre nós, fazer história séria e documentada emquanto perdurasse tal estado de cousas.

Vão passados 200 — ¡ duzentos ! — anos, e as palavras de Abreu e Castro parecem de hoje. ¡ Estranho país êste que, na imobilidade de tão importantes serviços, deixa passar o melhor de dois séculos !

ou inteiramente destruidos; de sorte que no cartório da Cidade achara um só pergaminho... Que o cartório da Câmara Episcopal correra ainda peor fortuna, porque dêle se não salvara papel algum...», ao passo que o cartório do cabido estava ileso, dando a seguir outras notícias de manuscritos encontrados nas mãos de particulares, bem como de inscrições, etc.

Nas últimas sessões de 1721 Martinho de Mendonça de Pina e Proença falou das obras que tinha em preparação, especialmente da história da diocese de Lamego, indicando o método que seguia; o dr. Bartolomeu Lourenço de Gusmão, referindo-se aos trabalhos efectuados para cumprimento das missões que lhe haviam sido confiadas, fala de «alguns documentos do Arquivo da Câmara do Pôrto», que se lhe haviam comunicado com as «Eras viciadas»; representou a necessidade que havia de que ou viessem os mesmos originais das províncias, ou os conferisse nelas pessoa tão erudita, e diligente, que sôbre a sua fé pudesse descançar quem escrevia as memórias».

Emfim, Caetano José da Silva Souto-Maior apresenta o catálogo dos bispos de Leiria; Diogo Barbosa Machado comunica o catálogo dos arcebispos da Baía e bispos seus sufragâneos; e Frei Pedro Monteiro expõe o catálogo dos Deputados do Conselho Geral da Inquisição, no qual figura com o número 89, e último, Nuno da Silva Teles.

Entretanto, continuavam chegando à Acade-

mia «muitos documentos manuscritos, que tinham vindo dos cartórios e arquivos dêste Reino», do convento de Tomar, «e dos da província de Santo António», cópias da Tôrre do Tombo, dos arquivos de Coimbra, papéis remetidos dos arquivos do hospital das Caldas e das Câmaras de Tôrres Novas, Penamacor, Santarêm, Olivença, Tomar, Alenquer, e Coimbra; da colegiada de Santarêm, do mosteiro da Madre de Deus de Monchique; dos conventos de Colares, Tôrres Novas, Alverca, Setúbal, Camarate, da Madre de Deus — de Lisboa, de Nossa Senhora do Pópulo — de Braga; excelentes notícias do convento de Grijó; informações de Faro, etc., etc.

Os restantes catorze volumes da colecção da Academia continuam a apresentar importantes trabalhos não só sôbre a história geral portuguesa, da metrópole, mas também acêrca da história ultramarina, como se pode concluir à vista das memórias das igrejas do Ultramar, de D. António Caetano de Sousa; da História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita; do catálogo dos bispos da igreja de S. Salvador da cidade de Angra, por D. António Caetano de Sousa, etc.

Há, porêm, uma cousa que é de notar, porque muito dignifica a historiografia portuguesa: o estudo das fontes em primeira mão, a investigação dos manuscritos. É êsse um característico muito interessante dos trabalhos da Academia de História.

Em todas as sessões, em cada comunicação,

em cada discurso académico nota-se quási sempre o cuidado sumo, o disvelo constante na investigação dos documentos e no estudo cuidadoso dêstes.

Êsse cuidado pela investigação documental era completado pela possível meticulosidade no estudo das peças.

Na sessão de 27 de Fevereiro de 1723 — diz a acta:

«Advertiu o Director aos Académicos que se no exame que fizerem em qualquer Arquivo, ou Livraria, acharem algum manuscrito, que lhes pareça estar errado, ainda que justamente entendam que tem algum, ou alguns erros farão tudo presente aos Censores da Academia para se considerar esta matéria, por lhes não ser lícito emendar papel algum dos que se averiguarem» (1).

Também os cuidados de exegese e crítica históricas eram quási sempre bastante grandes, como se pode ver pelo estudo que incidiu sôbre o famoso concílio de Braga de 411, defendido por Frei Bernardo de Brito (2). E podem especializar-se como excelentes *Memórias:* a *Noticia Geral das Santas Inquisiçoens deste reino, e suas conquistas,* pelo padre Frei Pedro Monteiro, no tômo de 1723, da pág. 379 a 514; o *Catálogo cronológico-crítico dos bispos de Coimbra,* pelo beneficiado Francisco

(1) *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa,* 1723, pág. 57.

(2) *Ob. cit.*, pág. 105 a 214, capítulo IX.

Leitão Ferreira (1); *Origem dos revedores dos livros e qualificadores do Santo Ofício com um catálogo dos que tem havido nas Inquisições dêste Reino*, pelo padre Frei Pedro Monteiro (2), etc.

O cuidado com que êsses trabalhos eram elaborados tornava a Academia bastante acreditada no estrangeiro. Por isso, podia dizer o seu presidente ou «Director» — o marquês de Fronteira — na sessão solene de 22 de Dezembro de 1724, com natural orgulho de erudito e de português:

«Já sabemos, que foram bem recebidas de todos os doutos da Europa, os nossos Estatutos, e bem podemos considerar os grandes alvoroços, com que esperam ver, ou admirar o produto de tão bem ordenados princípios».

E continua: «Mostremos, que a demora de quatro anos antecedentes foy precisa para se descobrirem, examinarem, e conferirem os documentos, que nos faltavão ...».

Como se vê, a nossa Academia Real de História continuava, e muito bem, a ligar a maior importância aos documentos, considerando-os, muito inteligentemente, como os únicos fundamento do conhecimento histórico.

Durante o ano de 1725 as sessões continuam a ser preenchidas por comunicações de grande valor, salientando-se logo, na de 25 de Janeiro, a

(1) *Ob. cit.*, 1724, memória n.º XVIII, com 184 pág.
(2) *Ob. cit.*, memória n.º XX, com 42 pág.

de D. António Caetano de Sousa, expondo o plano que seguia e o trabalho já realizado na elaboração da sua famosa *História genealógica*, e explicando:

«Esta obra é um mappa de pequeno ponto, mas nele se verá toda a Historia dos nossos Reinos...» (1).

Nas sessões seguintes Nuno da Silva Teles fala das Memórias Eclesiásticas do Bispado do Pôrto; D. Manuel Caetano de Sousa refere os trabalhos feitos para a História Eclesiástica de Lisboa, Algarve e Pôrto; Francisco Leitão Ferreira ocupa-se das Memórias da Santa Igreja de Coimbra; o Conde da Ericeira trata das Memórias Eclesiásticas de Évora; D. Jerónimo Contador de Argote fala das Memórias Eclesiásticas Bracarenses, etc.;

Além de vários discursos laudatários, panegíricos e outros de cortesia, nesse ano são apresentadas à Academia uma *Memória* sôbre os secretários do conselho geral do Santo Ofício, desde 1569 a 1723, pelo Frei Pedro Monteiro; o *Catálogo dos cónegos magistrais, e doutorais que a Universidade de Coimbra apresenta nas Sés dêste Reino*, pelo dr. Manuel Pereira da Silva Leal; o *Catálogo cronológico dos colegiais, e porcionistas do Colégio de S. Pedro*, de 1574 a 1725, pelo mesmo autor; o importantíssimo *Catálogo Histó-*

(1) In *Colecção dos Documentos...*, 1725, composição II e IV.

rico dos sumos pontífices, cardeais, arcebispos, e bispos portugueses, que tiveram dioceses, ou títulos de Igrejas fora de Portugal, e suas conquistas, por D. Manuel Caetano de Sousa (1).

O ano de 1726 correu bem, continuando os académicos a apresentarem os seus trabalhos.

Entre estes figura um estudo de D. Manuel Caetano de Sousa sôbre história eclesiástica portuguesa e uma exposição acêrca da *História Genealógica;* José do Couto Pestana trata da rainha Santa Isabel; Frei José da Purificação ocupa-se da Ordem de Aviz; José Soares da Silva de D. João I, fazendo outras comunicações o padre António dos Reis, o padre Bartolomeu de Vasconcelos, Caetano José da Silva Souto Maior, Diogo Barbosa Machado, e Frei Fernando de Abreu.

Porêm, dêsses estudos um dos mais importantes é o *Catálogo dos abades e priores do Mosteiro de Santa Maria de Guimarães e dos priores de Nossa Senhora da Oliveira,* por D. Manuel Caetano de Sousa (2).

Durante o ano de 1727 João Couceiro de Abreu e Castro tratou das *Memórias* da Igreja de Lisboa; Francisco Leitão Ferreira estudou, com muita documentação, a história do bispado de Coimbra; o ilustre Diogo Barbosa Machado ocu-

---

(1) Esta *Memória* compreende 346 páginas, com algumas biografias muito importantes.

(2) Vêr *Colecção,* etc., 1726, *Memória XXX.*

pou-se de D. Sebastião e da rainha D. Catarina, etc.

Mas, o que caracteriza o volume dos trabalhos da Academia neste ano é o magnífico estudo de D. José Barbosa — *Memória do colégio real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus colegiais e porcionistas.*

O tômo de 1728 contêm bastantes orações panegíricas de membros da família real, e vários discursos laudatórios que aqui nada nos interessam. Contudo, insere tambêm dois excelentes estudos de Frei Lucas de Santa Catarina acêrca do primeiro convento que teve a Ordem de Malta em Portugal, e das relações dessa Ordem com o nosso país; Manuel de Azevedo Soares volta a tratar, com muita erudição, da história eclesiástica da Península desde a Idade Média; e D. Jerónimo Contador de Argote insere o livro quarto do seu notável trabalho — *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani.*

Não foram só os assuntos de história descritiva que ocuparam a atenção dos membros da Academia Real de História, pois tambêm a heurística e a bibliografia estão representadas nos volumes dos trabalhos dessa corporação.

Entre os estudos dessas especialidades deve pôr-se em primeiro lugar, pela sua importância, o trabalho do conde da Ericeira sôbre os manuscritos e impressos da, então, muito importante biblioteca do conde de Vimieiro.

O trabalho do conde da Ericeira consta de

uma série de comunicações a partir do tômo de 1725.

Aí, êsse erudito titular, entre outras espécies, descreve um volume de *miscelânea* contendo várias notícias de factos passados no tempo de D. Manuel e D. João III; um códice de manuscritos constando de: *Notícias de Portugal, geografia, história, casa real, genealogias,* do chantre Manuel Severim de Faria; um volume de genealogias do mesmo chantre; outro de miscelânea onde figuram, entre outras espécies, uma carta de Filipe II ao prior do Crato mostrando-lhe os seus direitos à corôa de Portugal e a resposta de D. António, informações sôbre os reitores da Universidade, cartas de Afonso V — quando esteve em França — para seu filho D. João, uma *Memória* sôbre as damas e criados que a infanta D. Beatriz levou para Sabóia, etc.

Depois, tratou o conde da Ericeira de um livro escrito com estilo sôbre fôlhas de palma — talvez um dos que escaparam ao auto de fé de Frei Aleixo de Meneses sôbre as obras profanas, o códice manuscrito da *Historia da Inclita Cavalleria de Aviz, de la de Santiago, de la de los Maestros del Templo em Portugal, e de la de Santa Cruz de Coimbra*, por Frei Jerónimo Ronsau; vários outros papéis que pertenceram a Severim de Faria sôbre acontecimentos do tempo de D. João II, D. Manuel, etc., até Filipe II (1).

(1) Vêr o interessante sumário dêsses papéis na *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia*, 1726, *Memória X.*

No volume de 1728 o mesmo erudito ocupa-se de outras espécies importantes da biblioteca de Vimieiro e que, pelo referido por Ericeira, vê-se que era muito rica em papéis sôbre a história da Índia nos séculos XVI e XVII.

Depois, ano a ano o primeiro entusiasmo vai afrouxando. Entretanto, no volume de 1729, figura um estudo sério de Frei LUCAS DE SANTA CATARINA sôbre o mosteiro feminino de S. João da Penitência, de Estremoz; e a primeira parte das importantíssimas *Notícias cronológicas da Universidade* por FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, com 639 páginas, compreendendo o período de 1288 a 1537.

No tômo de 1730, além das notícias das sessões, figura como trabalho de vulto o *Portugal renascido, tratado histórico, crítico, cronológico* pelo dr. Frei MANUEL DA ROCHA, com 436 páginas.

Finalmente, a partir de 1736 a Academia de História entrava em franca decadência havendo tido logo a sua infalível morte, se bem que deixasse, como dissemos, quinze bons volumes dos seus trabalhos, além de obras muito importantes de vários dos seus sócios.

*

Como diz LORENZ (1), e o repete PASQUALE VILLARI, a grande transformação da história data do

(1) LORENZ, *Die Geschichstwissenschaf in ihren Hauptrichtungen und Aufgaben kritisch erörtet*, Berlim, 1886.

século XVIII. É nessa época que muito se desenvolve a investigação, que o espírito crítico e filosófico começa a dominar como uma aplicação da dúvida metódica cartesiana. E, então, com uma grande independência de juízo, estudam-se os arquivos, fazem-se pesquisas arqueológicas, avaliam-se as medalhas, as moedas e os selos, as inscrições e as legendas, e aplica-se uma grande actividade ao estudo de todos os povos e de todas as épocas.

O campo da investigação aumenta ao infinito, os preconceitos tendem cada vez mais a ser eliminados, a fábula cede o lugar à verdade, e a história maravilhosa é substituída pela história racionalista. Como escreve VILLARI:

«O século XVIII teve, ainda mais que qualquer outro, uma idea nítida da unidade moral do género humano, e foi o primeiro a reconhecer a lei do progresso» (1).

Como já vimos, essa magnífica laboriosidade, êsse admirável progresso dos estudos históricos e de erudição que se estendeu por toda a Europa do ocidente no século XVIII não nos deixou indiferentes.

Já falamos da Academia de História que, se não teve uma longa existência, teve, pelo menos, uma intensa vida, e deixou belos vestígios da sua actividade; vamos ver agora que Portugal, numa

---

(1) Pasquale Villari, *L'histoire est'elle une science.* In *Revue de Synthèse Historique,* 1901, 2.º semestre, pág. 130.

bela antevisão, foi dos primeiros países, senão o primeiro, que teve em Roma e junto do Vaticano uma missão de investigações de cuja actividade ficou, como importante padrão, a colecção famosa da *Symmicta Lusitana*.

Apesar da forma muito desfavorável como ALEXANDRE HERCULANO, numa carta a JOÃO PEDRO DA COSTA BASTO, se refere a esta colecção, não há dúvida que ela constitue um importante repositório de informações de bastante valor histórico, e, por tanto, sempre de proveitoso manuseamento.

Essa obra — com o título genérico: *Rerum lusitanicarum* — que existe na Biblioteca da Ajuda, é formada actualmente por 222 volumes, e tinha na sua primitiva 238. Tendo ido ao Brasil quando D. João VI ali esteve, por causa das invasões francesas, talvez por êsse tempo, na ida e volta, extraviaram-se os volumes indicados pela diferença dos dois números, com excepção do volume 160 que ainda existe. Êste encontra-se fora da colecção por determinação de HERCULANO que assim o resolveu por ser formado de obras impressas, contendo Recursos à Santa Sé no tempo do papa Urbano VIII, aí por 1633.

O volume I, com o título de *Acta Romanorum Pontificum*, é um códice de 516 fôlhas, indo desde 1378 a 1596, isto é, do papa Urbano VII a Clemente VIII.

O volume II consta de *Negoziat. di Monsig.er Rev.mo Prospero Santa Croce Vescovo di Chisamo,*

di tutto quello, che trattó in Spagna, et in Portucallo in tempo di Papa Pio IV, l'Anno 1560 (1).

O volume III contêm uma *Relazione del Viaggio fata dall Ill.mo e R.mo Fr. Michele Bonello Cardinalle Alexandrino... Legato alli seren.mo Re di Francia, Spagna, Portugallo. Colle Annotazione delle Citta, Terre e Luoghi, discritto de Mes.r Gio. Battista Venturino de Fabriano, 1571* (2).

O volume IV descreve o *Interdetto de Lisbonna cioe Transunto del Processo dell Interdetto Generale posto a Lisbonna da Mons.or Vescovo Ottavio Accoramboni collectore de Papa Paulo V, alli 27 di Giugno de 1617 il quale duró 10 mesé* (3).

---

(1) O breve de Pio IV, *Ne quem honorem,* ao rei, é datado de Roma em 5 de Julho de 1590. Vem citado pelo VISCONDE DE SANTARÊM no *Quadro Elementar*, tômo XIII, pág. 171. O volume II contêm 535 fôlhas.

(2) Êste códice tem 423 fôlhas.

(3) O assunto de que trata êste volume e as cópias que contêm são muito interessantes. Os motivos últimos da interdição consistiram na prisão e maus tratos sofridos por Miguel Leitão, clérigo beneficiado da Igreja de São Miguel de Alfama e pagem da nunciatura — isto é, do dr. Marcos Teixeira, fiscal ou colector da Santa Sé em Lisboa — e no processo judicial movido pelo Estado ao auditor da nunciatura, mandando «prender seus criados, e tomar suas mulas».

A certa altura do litígio o citado colector da nunciatura é mandado comparecer no Desembargo do Paço. Mas êle entrincheirando-se nas suas prerrogativas não compareceu pelo que foi determinado: «lhe sejão tomadas suas cavalgaduras, não indo nellas, e tomadas suas rendas e postas em sequestro, e notificados seus criados o não sirvam, aliás serão prezos, e os ferradores lhes não ferrem suas cavalgaduras, nem os padeiros lhe deem pão nem o sirvam».

Tomada esta decisão pelo Desembargador em 20 de Junho de

Por último diremos que o penúltimo volume — o CCXXI — é um códice, numerado, de 402 fôlhas, com as *Acta Concilii Tridentini*, pelo cardeal PALCOTTI, no tempo de Pio IV; e o último da colecção, isto é, o CCXXII — que era o volume CCXXVII da primitiva — tem por título: *Brevia Deputationum Vicariorum Apostolicorum in conquistis Regum Lusitanorum*... 1751. Tem no fim um resumo dos Breves contidos no volume, desde 3 de Setembro de 1659 a 19 de Janeiro de 1746 (1).

Por estes breves exemplos se vê que a colecção não é aquela «fraca obra» de que fala o ilustre HERCULANO, se bem que êste não deixe de classificar de «importantes e curiosos» alguns dos documentos transcritos.

Tambêm, depois de ter sentenciado que os recheios de parte da colecção são «tudo cousas que medíocremente nos interessam», e de notar «os inumeráveis erros e descuidos dos copistas», declara ainda, aludindo à colecção, que «sem que se possa dizer que é uma cousa desprezível, está muito longe de merecer a reputação que entre os

---

1617 logo a nunciatura reclama. São excomungados, pela Bula da Ceia, o dr. Carlos Brandão Pereira, Juiz de Feitos do caso; o conhecido Tomé Pinheiro da Veiga e Martins Leitão — Desembargadores da casa da Suplicação; e António de Oliveira Pinto — que servio de meirinho das cadeias da côrte; e ficaram com interdição as igrejas, mosteiros e ermidas da capital e arrabaldes.

Há ali a notar, da pág. 311 a 316, uma carta do famoso padre Francisco Suarez sôbre os direitos e prerrogativas do colector.

(1) Êste códice tem 212 fôlhas.

eruditos se lhe tem feito mais por fama do que de visu» (1).

*

Se bem que a actividade historiográfica não se eclipsasse de todo entre nós depois do desaparecimento da Academia Real de História, o certo é que pela falta de uma instituição protectora, como aquela era, e dos estímulos de toda a ordem os estudos históricos caíram em séria decadência, e, com uma ou outra excepção, nesse estado se conservaram até ao aparecimento da Academia das Sciências de Lisboa.

Durante o govêrno pombalino as sciências históricas não tiveram grande explendor porque a actividade crítica do ilustre ministro contra a Companhia de Jesus fez esgotar nas grandes obras de polémica, como a *Dedução Cronológica e Analítica*, o *Compêndio Histórico*, e outras, o engenho que poderia ser aplicado às obras de construção scientífica.

Porêm, não se julgue que foram de todo estéreis os vinte e sete anos do reinado de D. José (2).

De resto, o próprio rei, se não era dotado de

(1) Esta curiosa carta de Alexandre Herculano dirigida em 1873 ou 1874, de Val-de-Lobos, ao esforçado académico e paleógrafo João Pedro da Costa Basto, foi publicada no *Arquivo Histórico Português*, vol. I, 1903, pág. 369 e 370, e por nós reproduzida, de pág. 28 a 30, no nosso trabalho *Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro*.

(2) No trabalho que trazemos entre mãos acêrca do primeiro marquês de Pombal êste ponto fica bastante desenvolvido.

uma grande curiosidade scientífica não desdenhava, contudo, aparentar interêsse pelos livros, como se conclue notando que foi êsse rei quem comprou a livraria do famoso bibliófilo Nicolau Francisco Xavier da Silva, que fôra da Academia Real de História, após a morte dêsse erudito, em 1754, para suprir a falta da biblioteca real desaparecida com o terremoto de 1755.

E tanto assim é, tanto êsse período não é inteiramente estéril para a historiografia que os melhores engenhos que vamos encontrar mais tarde na Academia Real das Sciências surgiram e desenvolveram-se durante o govêrno pombalino como Frei Manuel do Cenáculo, António Ribeiro dos Santos, António Caetano do Amaral, etc. (1).

Mas, não foi só a história própriamente dita que então teve alguns cultores, outro tanto sucedeu com as sciências suas auxiliares como a diplomática, a arqueologia, etc.

Para se avaliar da protecção do govêrno de Pombal a tais estudos publicamos a seguir, na íntegra, uma interessante consulta da Mesa Censória sôbre o ensino da Diplomática, já nos fins do govêrno de D. José, em 1775:

«Senhor: Como as Nações illuminadas da Europa tem feito vantajozos progressos no estudo Diplomatico pela consideração da summa utili-

(1) O magnífico arquivo da Real Mesa Censória patenteia-nos em grande parte, a actividade mental portuguesa nesse tempo, e comprova-nos o alto mérito de alguns dos censores.

dade, que lhes provem do conhecimento, e distinctas notícias dos caracteres antigos, de que se compõem infinitos Manuscritos uteis ao publico, por serem de Fazendas, Privilegios, Jurisdicções, Fóros, Leis, Doações, Noticias Historicas de serviços feitos á Patria, e de muitas outras couzas necessarias ao decóro das Nações. Tem esta Meza considerado ser assumpto digno de providencia o Estabelicimento de huma Cadeira Diplomatica, servida por hum Mestre habil, com sufficiente numero de discipulos, que aprendam esta disciplina, para interpetrarem os copiozos Monumentos, de que abunda este Reino, sepultados nos cartorios das Cathedraes, e Communidades Collegiadas, e Regulares: Practicando-se esta Cadeira pelas Instrucções, e de baixo da Inspecção desta Meza, observando os desempenhos do Mestre, e os progressos dos Discipulos:

«E constando ser Joze Pereira da Sylva o sujeito mais proporcionado para estes fins pelos exames, e Provas, que tem dado da sua habilidade. Conduzida esta Meza pelas felicissimas experiencias, que Vossa Magestade tem feito practicar em tudo quanto he relativo ao bem, e credito Nacional, anima-se a propor aVossa Magestade a necessidade e a providencia que se faz preciza em huma Materia de tão boas consequencias; e a hum sujeito, que pode concorrer para a verificação destas; propondo mais o ordenado de quatrocentos mil reis cada anno; tendo o mesmo Mestre, alem das Licções quotidianas de manhan

e tarde, a outra obrigação de Ler no Cartorio, e Bibliotheca da Meza que se lhe determinar. — Meza, vinte e quatro de Julho de mil e setecentos, e setenta e cinco. — *Bispo P.* — *Arcebispo de Lacedemonia* — *Pedro Viegas de Novaes* — *Pr. Joaquim de S. Anna e Silva* — *Fr. Francisco de Sá* — *Fr. Francisco Xavier de Santa Anna* — *Fr. Luiz de Santa Clara Povoa* — *Fr. José da Rocha Fr. Joze Mayne* — *Antonio S.ta M.ta Lobo da Cunha* — *Antonio Verissimo de Sarre*» (1).

3.º — As publicações de inéditos da Academia das Sciências de Lisboa

Uma das primeiras diligências que fez o Duque de Lafões logo que regressou do seu exílio a Portugal, em princípio de 1779, foi relativa à fundação da Academia das Sciências, havendo encontrado no abade Correia da Serra um entusiasta e operoso auxiliar.

A Academia, depois de alguns trabalhos preparatórios, via os seus estatutos aprovados oficialmente por Aviso de 24 de Dezembro dêsse mesmo ano de 1779. A 20 de Junho de 1780 realizava a sua sessão de apresentação e cumprimentos à rainha D. Maria I, e a 5 de Julho fazia-se a sessão solene pública (2).

---

(1) Consulta da Mesa Censória, de 24 de Dezembro de 1775. In *Códice 481 do Arquivo do Ministério do Reino* no Arquivo da Torre do Tombo.

(2) Acêrca das origens da Academia das Sciências de Lisboa

Tudo propiciava o aparecimento da Academia. Reconhecia-se de longa data a necessidade da criação entre nós de semelhante instituição com uma esfera de especulação mais larga e um plano de trabalhos muito mais vasto que a antiga, e já extinta, Academia Real de História.

Durante o século XVIII as chamadas sciências da natureza tinham feito os mais extraordinários progressos desde a astronomia até à botânica e à zoologia, quer em si quer nas suas aplicações, sem excluir as matemáticas.

Também, as sciências de espírito não haviam estado paradas, tornando-se assim mister a criação de uma corporação que a todas envolvesse, enquadrasse e seriasse no seu programa, e trabalhasse constantemente para o seu maior desenvolvimento.

Deve lembrar-se que já alguns anos antes em tal se havia pensado, e até legislado.

---

e dos primeiros anos da sua existência vêr: José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos*, tômo II, pág. 37 a 61, e pág. 267 a 369; dr. Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, tômo III, pág. 645 e seguintes; Vítor Ribeiro, *O ressurgimento da raça portuguesa e a Academia de Sciências.*

O ilustre Secretário Geral da Academia, sr. Coronel Cristóvam Aires, tem vindo a publicar no «Boletim da 2.ª Classe» dessa instituição, a partir do 3.º fascículo do tômo XII, interessantíssimos documentos de «Os primeiros sócios da Academia», como o arcebispo de Tessalónica, Frei Inácio de S. Caetano, Soares Barbosa, Domingos Vandelli, Monteiro da Rocha, Bento José de Sousa Farinha, etc.

Também nós no nosso discurso de recepção na Academia estudamos as suas origens e a sua evolução até à Revolução de 1820.

Efectivamente, já no livro III da parte IV dos *Estatutos* pombalinos da Universidade de Coimbra, de 1772, se falava na criação de uma *Congregação geral das Sciências para o adiantamento, progresso e perfeição das Siências Naturais,* formada pela reùnião dos corpos docentes das faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia: «considerando — como diz, mais tarde, Francisco de Lemos — que todas estas Sciências se aperfeiçoão cada vez mais, e se enriquecem com descobrimentos novos, que logo devem incorporar-se nos Cursos das Lições públicas» (1).

No dizer do mesmo tal congregação tinha: «por instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas Sciências de modo que felizmente se tem praticado, e pratica nas Academias mais célebres da Europa, melhorando os conhecimentos adquiridos, e adquirindo outros de novo, os quais se fizessem logo passar aos cursos respectivos das ditas Faculdades».

Mais adiante o ilustre reitor pombalista da Universidade salienta a alta conveniência de tais instituições, e cita os bons resultados havidos para a civilização com a criação da Sociedade Real de Londres, da Academia Real das Sciências de Paris, e, mais recentemente, com a Academia de Petersburgo.

---

(1) D. Francisco de Lemos, *Relação geral do Estado da Universidade de Coimbra,* publicada pelo dr. Teófilo Braga, in *Memórias da Academia*, 2.ª classe, tômo vii, pág. 61.

E logo acrescenta com entusiasmo:

«Por isso não há Príncipe que não mostre um grande zêlo, e disvello em honrar a Matemática, e as mais Sciências Naturais, animando com a sua attenção os génios sublimes; procurando attrahir outros para os seus Estados; ennobrecendo com as suas mãos os instrumentos Matemáticos, e Filosóficos; e empregando somas immensas em tantas Emprezas literárias, que farão do nosso Século uma época memorável à posteridade» (1).

O que não se pôde efectuar durante o govêrno do marquês de Pombal, e logo após à morte de D. José e à queda daquêle ministro, teve realidade mais tarde — como acabamos já de ver.

Porêm, a jovem Academia das Sciências de Lisboa não se dedicou só às sciências matemáticas, físico-químicas e naturais; mas igualmente trabalhou, e muito afincada e proveitosamente, em favor das sciências do espírito, sendo a história uma das mais cultivadas desde o início dos seus trabalhos.

Também, o problema das publicações documentais foi muito cedo ali estudado e posto em execução com a impressão de muitos documentos inéditos.

Vamos vêr o que a tal respeito dizem as actas, então resumidíssimas nos seus registos (2).

---

(1) D. Francisco de Lemos, *ob. cit.*, pág. 63.

(2) As transcrições que fazemos são copiadas do *Livro do Assento dos Sócios que assistem a cada Assemblea*, de 30 de Junho de 1788 a 10 de Janeiro de 1798. In Arquivo da Academia das Sciências de Lisboa.

Já na sessão de 12 de Novembro de 1788 o Académico João Guilherme Muller «Leo... hũa memoria sobre origẽs orientaes de palavras Portuguezas. O S.r Manuel Luiz Alves o plano da correspondencia para a Medicina nacional. O S.r João de Loureiro varias observaçoẽs Astronomicas feitas em Pekim pelo P. André Rodrigues. Ventilão-se as questoẽs sobre a Ortografia. Derão conta os S.res do Oratorio de varios Mss. da sua Bibliotheca» (1).

Na sessão de 19 de Novembro seguinte: «O Secretario leo algũs documentos ineditos dos Cartorios de Aviz e Palmella».

Na «Lembrança» da «Assemblea» ou sessão — como diríamos hoje — de 26 de Novembro, depois de outras informações, diz-se: «Leo o Secretario algũs apontamentos acerca de Mss. Portuguezes de Italia e España», — referindo-se à comunicação do abade Correia da Serra.

Na sessão de 3 de Dezembro, depois de se tratar «da demarcação da meridiana de Lisboa», informa a «Lembrança»: «derãose as providencias necessarias para a composição de hum Codex Diplomatico da Legislação portugueza, e aprezentou o Secretario varias etimologias hebraicas de

(1) A essa sessão assistiram: Garção Stockler, Alves de Carvalho, João Muller, João de Loureiro, Costa de Macedo, Bartolomeu Inácio Jorge, João Faustino, José de Azevedo, Joaquim de Foyos, António Caetano do Amaral, Jacob Crisóstomo Proetorius, Custódio Gomes de Vilas Boas, Francisco António Ciera e José Correia da Serra.

palavras Portuguezas para se ajustarem ao trabalho do Sn.r Muller» (1).

Depois, o *Livro do Assento* não contêm nenhuma «Lembrança» sôbre assuntos históricos até à sessão de 3 de Fevereiro de 1790. Acêrca do que se passou nessa «Assemblea» diz o mencionado *Livro:* «Leose a Mem. Numismatica de Fr. Joaquim de S. Agostinho, e hũa Chronica inedita da Conquista do Algarve. O S.r Jozé de Azevedo hum extracto das cartas de Fr. Bartholomeu dos Martires q̃ existem no Cartorio de Braga» (2).

Na sessão de 10 de Fevereiro de 1790 «Leo o S.r Joaquim de Foyos, censura das Mem. q̃ tinhão vindo a concurso. O S.r Jozé de Azevedo o extracto das cartas de D. Fr. Aleixo de Menezes q̃ existem em Braga... (3).

O que se passou na sessão de 17 do mesmo mês não nos interessa, pois apenas se refere a censuras e pareceres sôbre obras.

---

(1) A esta sessão assistiram: Stockler, Caetano do Amaral, José António Raposo, José Pedro Hasse de Belem, Vilas Boas, Teodoro de Almeida, Bartolomeu da Costa e Correia da Serra.

(2) Esta sessão esteve muito concorrida, tendo a ela comparecido o Duque de Lafões, Vilas Boas, Guilherme Luís António de Valleré, Joaquim de Foyos, João de Loureiro, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, Domingos Vandelli, Alexandre António das Neves, José António Raposo, Bartolomeu Inácio Jorge, José de Azevedo, Costa de Macedo, Fr. Joaquim Forjaz Alves de Carvalho, Ciera, e Garção Stockler.

(3) A esta sessão compareceram Fragoso de Sequeira, Raposo, José Bonifácio de Andrade e Silva, Vilas Boas, Joaquim de Foyos, Alexandre António das Neves, Hasse de Belem, Costa de Macedo, Inácio Jorge, José de Azevedo, Moura Portugal, Vandelli, Stockler, Correia da Serra.

A 24 seguinte «Leo o R.mo S.r Fr. Joaquim Forjaz um catalogo e Juizo dos Manuscritos de D. Fr. Aleixo de Meneses que actualm.te existem na Livraria de N.a S.ra da Graça...» (1).

A sessão de 3 de Março foi muito importante pela natureza e o número das questões versadas. Falando dela, diz o *Livro do Assento:* «Apresentou o Secretario hũa carta e hum livro sobre as febres por Jose Manoel Chaves, e a 4.a parte de Mem. sobre os vinhos de Constantino Botelho, o Projecto de Hist. de Goa, as Descripçoẽs de animaes, e os does Livros sobre a Religião dos Bramanes de Francisco Luiz de Menezes.

«Lerãose as Portarias de S. Mag.de sobre a vizita dos Cartorios, e o Avizo ao Reitor da Univ.de sobre a dispensa dos Oppozitores empregados pela Academia.

«Aprezentou o Secretario hũa Mem. q̃ concorria ao premio sobre o ponto das Behetrias.

«Aprezentou o S.r Vandelli as amostras dos chapéos e a maquina para abrir a boca dos asfixiados. Leo o S.r Cabral hũa memoria sobre o paúl de Otta.

«O S.r Azevedo duas Cartas de Braga sobre o Liber Fidei.

«Deu conta o S.r Joaquim de Foyos da Memoria sobre a hist. da nossa Typografia.

---

(1) Na sessão de 24 de Fevereiro estiveram João Faustino, Fr. Joaquim Forjaz, Raposo, Ciera, Villas Boas, Fragoso de Sequeira, Loureiro, Inácio Jorge, Azevedo, Belem, Costa de Macedo, Foyos e Stockler.

«Aprezentou o Secret. a Viagem de Botany Bay por Artur Fillips mandada de prezente pelo S.r Antonio de Araujo de Azevedo.

«E o S.r Amaral hũa medalha de prata de Trajano achada em Alcacer» (1).

Nas sessões ordinárias de 10, 17 e 24 de Março, e na do Conselho de 12 do mesmo mês são tratados vários assuntos literários e apresentados diversos trabalhos como uns subsídios para a história dos gentios de Goa, várias Memórias sôbre coutos e behetrias, direito de correição, a publicação das Memórias de Literatura, um elogio de Afonso de Albuquerque, etc.

Na sessão seguinte, de 14 de Abril, «Leo o Secretario hũa Memoria sobre as *Façanhas* no nosso antigo direito, de José Anastácio Ribeiro de Figueiredo. Mais outra de introducção á Hist. Nautral e civil de Bragança do Sn.r Ledesma. O Sn.r Gorge a censura da tradução do 2.º livro das Georgicas. O Sn.r Loureiro a Censura das memorias sobre as vinhas» (2).

Nas sessões ordinárias de 21 e 28, quanto à

---

(1) Á sessão ordinária de 3 de Março estiveram presentes: Stockler, Sequeira, Estêvão Cabral, Tomás António de Vila Nova Portugal, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, João de Loureiro, José Bonifácio de Andrade e Silva, Vilas Boas, Ciera, Muller, Foyos, António Caetano do Amaral, Vandelli, Alexandre António das Neves, Azevedo, Bartolomeu da Costa, Correia da Serra.

(2) A esta sessão compareceram, entre outros, os seguintes vogais: os Académicos José Inágio da Costa, João Faustino, Guilherme Valleré, Fr. Joaquim Forjaz, João Manuel de Abreu, Manuel Ferreira da Camara.

classe de letras trata-se de uma tradução das *Geórgicas*, e de uma Memória sôbre Honras.

Finalmente, na sessão de 5 de Maio «Leo o Secretario a resposta do conde de Florida Blanca á carta de officio da nossa corte sobre a visita do Escorial e Simancas. O Discurso Preliminar das Cronicas (1) ... Hũa memoria de Pero Nolasco dos Reis sobre o modo de povoar as provincias. O S.r Azevedo a censura do Elogio de Albuquerque, e de cinco peças de Poezia. Monsenhor Hasse a censura das Tentativas da hist. tipografica de Portugal».

Essa sessão foi muito concorrida, tendo comparecido o Duque de Lafões, João de Loureiro, Costa de Macedo, Raposo Nunes Léger, Caetano do Amaral, João Faustino, Manuel Ferreira da Camara, Domingos Vandelli, José Bonifácio de Andrade, Bartolomeu Inácio Jorge, José de Azevedo, Neves Portugal, Joaquim de Foyos, Hasse, Ciera, João Manuel de Abreu, Custódio Vilas Boas, Stockler e Correia da Serra.

Depois, as sessões são cada vez mais concorridas, faltando raras vezes o ilustre Duque de Lafões, e nunca, até ao fim do ano, o eminente Correia da Serra.

Nessas reùniões, entre outros estudos e diversas comunicações de sciências matemáticas, físico-

(1) Trata-se do *Discurso Preliminar* de José Correia da Serra que serve de Introdução à *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, e D. João II* — de que adiante tratamos.

-químicas, biológicas e suas aplicações, são apresentados vários trabalhos literários e jurídicos, como o de ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO sôbre a *Introdução do Direito de Justiniano em Portugal;* a Memória de ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS sôbre a *Fidalguia Portuguesa* (1); a *Sinopse metódica da legislação portuguesa*, a partir de 1602, apresentada por ALEXANDRE ANTÓNIO DAS NEVES (2); e JOSÉ ANTÓNIO DE FIGUEIREDO apresentou «algũas notas á sua Sinopsi chronologica da Legislação antiga» (3).

*

Como temos vindo a mostrar, a Academia desde o seu início interessou-se muito pelas sciências de erudição, vamos ver agora por uma forma mais concreta a atenção que lhe mereceram os trabalhos de história.

Efectivamente, por aviso de 26 de Fevereiro de 1790 eram encarregados os doutores JOSÉ FERREIRA GORDO e JOÃO PEDRO RIBEIRO de, por parte da Academia, efectuarem a «indagação dos Car-

---

(1) Nas sessões de 2, 9 e 16 de Junho. Na sessão de 16 «Leo o Sr. Vandelli hũa Mem. sobre as cheas do Mondego».

(2) Os trabalhos de ALEXANDRE DAS NEVES e de JOSÉ ANASTÁCIO foram apresentados na sessão ordinária de 14 de Julho de 1790. Segundo diz a «Lembrança» também nessa ocasião «o Sr. Muller aprezentou algũas notas ás Mem. do Sr. Ribeiro sobre os Judeos Portuguezes».

(3) Por me parecerem interessantes e julgar inéditas as passagens das actas acima transcritas aí as deixo como documentação da laboriosidade da Academia desde o seu início.

torios das Camaras, Mosteiros, e outras corporações publicas...».

Em 1790 aparecia o primeiro tômo da *Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*. Abre êsse volume um *Discurso Preliminar* de José Correia da Serra, onde se justifica o aparecimento da colecção por uma forma de tal modo inteligente e verdadeira que, decorridos mais de 130 anos, ainda é a mesma a que recorremos para justificar o aparecimento da nossa *Colecção de Documentos Inéditos*.

Diz o ilustre abade que os factos históricos — «as pessoas, as acções, e as idéas» — só são conhecidos pelos documentos que deixaram da sua existência.

E escreve: «Os vestigios que de si deixarão nos monumentos, e a narração dos contemporaneos, he tudo o que delles fica».

E acrescenta, com sumà verdade:

«E se porventura faltarem, não ha viveza de engenho, nem agudeza de raciocinio, que possão suprir a sua falta».

E, logo aduz: «São por conseguinte estes vestigios, estas narrações a baze unica da certeza da nossa Historia, e os unicos materiaes que a constituem para a gente sizuda, que nella busca instrucção, e não desenfado».

A seguir, fala dos livros de imaginação que tratam do nosso passado «faltos de valor próprio», e que se impõem «tão sómente pela pureza da linguagem, formosura do estilo, ordem e

clareza do discurso...», mas sem valor scientífico, mostrando «a pouca curiozidade que entre nós houve de remontar ás fontes primitivas».

Foi para suprir essas deficiências que a Academia resolveu publicar a sua *Colecção de Inéditos*.

A seguir explica:

«Para conseguir êste fim resolveo indagar, e publicar os antigos livros, memorias e monumentos da Monarquia, que o tempo houver poupado».

E, comenta, com verdade: «Vasta e laboriosa empresa, unico meio porem de supprir descuidos passados, e levar a Historia Portugueza ao ponto de perfeição, que ella merece, e de que nós necessitamos».

Depois, esclarece e previne:

«Quando sahirem do pó estas testemunhas, e hum grande numero de factos incognitos vir a luz dia, quando o trabalho, a paciencia, o espírito de crítica, e de discurso tiverem combinado estes materiaes, e deduzido a exacta noticia dos pontos que nos importa conhecer (porque nem tudo o que aconteceo he digno de ser Historia, ainda que tudo pode servir para ilustralla) então he que poderemos sem jactancia persuadirnos de saber o que Portugal tem sido, e só então huma penna guiada pela rezão, e pelo bom gosto, poderá expôr á nossa vista, a complicada serie das acções passadas, e explicarnos com certeza, as cauzas que as motivarão, e os effeitos que dellas

se seguirão, de modo que a nós sejão de proveito, e á posteridade de ensino».

Após êste *Discurso* do ilustre Abade Correia aparece logo o primeiro inédito que é constituído pelo *Livro da Guerra de Ceuta,* por Mateus Pisano, 1460, indo da pág. 7 a 57. Seguem-se ainda nesse volume: a *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, escrita por Rui de Pina; e a *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V,* do mesmo autor.

O segundo tômo aparece em 1792, e contêm a *Crónica do Conde D. Pedro,* por Gomes Eanes de Azurara.

O terceiro tômo aparecia no ano seguinte, em 1793, e é preenchida pela *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, de Rui de Pina; pelo *Livro Vermelho,* do Senhor Rei D. Afonso V; e pelos *Fragmentos de Legislação, escritos chamados antigos das posses da Casa da Suplicação.*

Por sua vez, o quarto tômo, publicado só em 1816, depois de um *Discurso Preliminar,* e *Introdução às Crónicas de Fernão Lopes,* inclue a *Crónica de el-rei D. Pedro I* por Fernão Lopes; a *Crónica de el-rei D. Fernando* pelo mesmo cronista; e os *Foros antigos dos concelhos de Santarêm, S. Martinho de Mouros, Torres Novas.*

Enfim, o tômo quinto, só aparecido em 1824, contêm a *Crónica dos Senhores Reis de Portugal,* por Cristóvão Rodrigues Acenheiro; e os *Foros de Gravão, Guarda, Beja e Lamego.*

Assim terminou o último volume desta muito interessante colecção de inéditos.

Entretanto, já havia aparecido outra magnífica colecção, editada igualmente pela nossa Academia: a das *Memórias de Literatura Portuguesa.*

Efectivamente, em 1792, aparecia o primeiro tômo dessas *Memórias*, inserindo, após um estudo prévio sôbre a significação lata de literatura, os seguintes trabalhos: *Memórias sôbre a poesia bucólica dos poetas portugueses*, por Joaquim de Foios; as *Memórias sôbre a forma de Govêrno, e costumes dos povos que habitarão o terreno lusitano desde os primeiros tempos conhecidos até ao estabelecimento da Monarquia Portuguesa*, por António Caetano do Amaral; uma *Memória sôbre a origem dos nossos juízes de fora*, por José Anastácio de Figueiredo; um pequeno estudo histórico e filológico do mesmo erudito sôbre a palavra *façanhas;* uma *Memória sôbre uma crónica inédita da conquista do Algarve*, por Frei Joaquim de Santo Agostinho; um magnífico estudo sôbre as *Beetrias e as suas diferenças dos Coutos e Honras*, por José Anastácio de Figueiredo; outro excelente estudo do mesmo académico sôbre a época em que foi introduzido em Portugal o direito Justinianeu; um estudo de Frei Joaquim Forjaz sôbre umas décadas inéditas de Diogo do Couto, encontradas no convento da Graça; e uma *Memória* de numismática escrita por Frei Joaquim de Santo Agostinho.

No tômo segundo, aparecido no mesmo ano, continuam-se alguns estudos encetados no vo-

lume anterior e iniciam-se outros como as *Memórias sôbre as fontes do Código Filipino,* por João Pedro Ribeiro; o magnífico estudo de António Ribeiro dos Santos sôbre os Judeus portugueses, e mais um importante estudo de António Caetano do Amaral sôbre a história da legislação e dos costumes no nosso país.

Ainda nesse mesmo ano de 1792 surgia o tômo terceiro, que abre com um estudo interessantíssimo de Ferreira Gordo sôbre os manuscritos da Biblioteca Real de Madrid e da do Escurial, e que se ocupam do nosso país, seguido de um trabalho filológico de António Pereira de Figueiredo sôbre as *Décadas* de João de Barros, etc.

Em 1793 apareciam os tomos quarto e quinto, em 1796 foi publicado o tômo sexto, dez anos depois aparecia o sétimo, e só muito mais tarde era dado a público o oitavo e último.

Entretanto, já haviam aparecido, entre 1806 e 1809, os seis volumes da *Colecção dos principais autores de história portuguesa* com a publicação da *Monarquia Lusitana* — a que atrás nos referimos.

Vários outros *corpos* de publicações teem elaborado a Academia das Sciências de Lisboa, constando uma dessas obras da inserção, *in integro,* de documentos inéditos, como os *Portugaliae monumenta historica;* e outras da publicação em extracto, resumo, ou, simplesmente como fontes, de manuscritos de importância.

Como já dissemos, um dos melhores exemplos

da primeira categoria destas colecções é constituída pelos *Portugaliae monumenta* que, dividida nas cinco séries dos *Scriptores*, *Leges consuetudines, Diplomata et Chartae,* e as *Inquisitiones,* tem seguido paralelamente a publicação.

Outro bom exemplo de publicações completas de documentos é fornecido pela *Colecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos portugueses em África, Ásia e América*, tendo aí aparecido as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, a *Década da India* de António Bocarro, o *Livro das Monções*, e as *Cartas de Afonso de Albuquerque,* etc. E ainda outro excelente modêlo do género é dado pelo *Corpo Diplomático Português*, do qual se publicaram catorze tomos.

Como exemplo de obras totalmente baseadas em documentos, mas só inserindo dêles simples extractos ou pequenas passagens, pode dar-se o *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal,* obra essa excelente que se interrompeu em 1860 com a publicação do tômo XVIII.

Além de todas estas obras muitas outras de sólida erudição tem a Academia dado a lume, sendo esta instituíção a que, por uma forma mais elevada, metódica e intensiva, tem publicado mais importantes documentos da história portuguesa.

*

Além da gloriosa Academia das Sciências de Lisboa, mas muito depois e abaixo dela, outras instituíções teem acorrido a dar a sua valiosa contribuíção para o maior conhecimento das fontes documentais, sendo de salientar — em rápido *curriculum* — a Sociedade de Geografia de Lisboa; o Instituto de Coimbra; a Biblioteca Pública do Pôrto — com a sua *Colecção de manuscritos inéditos;* a Biblioteca da Universidade de Coimbra — com o seu *Arquivo Bibliográfico,* tornado, actualmente, *Boletim Bibliográfico;* o Arquivo da Tôrre do Tombo (1); a Biblioteca Nacional de Lisboa — com o seu antigo *Boletim,* e, actualmente, com os seus *Anais;* o excelente Arquivo Histórico; a Academia de Sciências de Portugal — instituíção recente, mas que na colecção dos seus *Trabalhos* contêm estudos muito valiosos; a Câmara Municipal de Lisboa — que beneméritamente teem publicado os magníficos dezassete volumes dos *Elementos para a História do Município.*

Além dessas instituíções que, por uma forma mais ou menos sistemática, teem vindo a publicar documentos inéditos são também de citar

---

(1) Acêrca dos estabelecimentos que acabamos de apontar, ver a nossa obra: *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal,* de pág. 121 a 212.

as colecções de trabalhos, arquivos, anais, mensários, boletins, revistas, jornais e outras publicações definitivas ou periódicas que teem divulgado manuscritos de valor histórico.

Entre essas numerosas e variadas publicações, inserindo documentos, são de citar, um tanto ao acaso, os *Anais das Sciências, das Artes e das Letras* — que formam uma colecção de dezasseis volumes impressos em Paris, desde Julho de 1818; a *Mnemozine Literária*, o *Correio Brasiliense* — impresso em Londres no princípio do século XIX; o *Correio Português* — publicado tambêm, por essa época, em Londres; o *Panorama;* os *Anais das sciências e letras;* o *Arquivo Pitoresco;* a *Revista da Sociedade de Instrução do Pôrto;* a *Revista Lusitana;* a *Revista, mensário de sciências e letras do Pôrto;* o *Anuário da Universidade de Coimbra;* o *Conimbricense* — magnífico repositório de documentos importantíssimos para o conhecimento da história moderna e contemporânea de Portugal; a *Revista Universal Lisbonense;* a *Revista de Portugal;* o *Ocidente;* a *Revista Peninsular;* a *Revista Musical;* a *Arte Musical* — onde Sousa Viterbo publicou diversos inéditos valiosos; a *Revista de Engenharia* onde foi publicado, pelo Académico sr. Esteves Pereira, o *Tratado ou defensam da agulha de marear,* de Pedro Nunes; a *Revista Militar;* a antiga *Revista literária, scientífica e artística do Século;* os *Serões* — excelente magasine onde foram publicados muitos e bons artigos históricos com documen-

tação; a *Ilustração Portuguesa*; a *Revista de História,* órgão da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos; etc., etc.

São de tal forma numerosas e diversas as publicações que teem dado a público manuscritos, que é hoje uma temeridade dizer-se quando se publica algum documento que êste é inédito.

Foi para obviar a êsse enorme inconveniente que nós propusemos ao govêrno, pelo Ministério da Instrução, a elaboração de um catálogo de manuscritos já publicados, com a natural indicação dos lugares onde figuram impressos (1).

Êsse trabalho verdadeiramente meritório ainda está por fazer, e com a sua falta sofrem muito os investigadores: primeiro por não saberem se as fontes manuscritas do seu estudo já foram por outros, anteriormente, conhecidas, estudadas e publicadas, em segundo lugar porque a publicação de um tal catálogo ou índice, se fôsse ordenado por matérias, por assuntos e por ordem cronológica, seria um excelente guia bibliográfico, uma espécie de *Wegweiser,* podendo servir de tipo o publicado por Oesterley sôbre as colecções de fontes medievais.

Há por aí tanto funcionário a aborrecer-se sem ter nada que fazer, e há, pelo contrário, tanta cousa que fazer, só faltando quem apareça a

(1) Acêrca dêste assunto ver o capítulo VI do nosso trabalho *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal*, pág. 244 a 251 onde largamente expomos as nossas ideas sôbre êste ponto, e descrevemos as providências que propusemos superiormente.

proclamar *de alto a baixo* esta simples e comesinha verdade: os funcionários existem e ganham para desempenharem funções, e se as não desempenham não teem direito a ganhar, pois um decreto de nomeação equivale a um contrato bilateral em que o funcionário oferece o seu trabalho e o Estado, em nome do país, compromete-se a pagar-lho.

CAPÍTULO VI

A fase actual da metodologia histórica (1)

1.º — A história no quadro geral das sciências

a) A história nas classificações scientíficas

Vimos já, com o possível desenvolvimento compatível com uma obra desta natureza, como tem sido enorme e constante, especialmente a partir do século XVIII, o desejo por toda a parte manifestado e comprovado de fazer progredir a história por meio da publicação dos manuscritos dos vários arquivos e bibliotecas tanto nacionais como estrangeiros, pois os governos e as instituíções scientíficas dos diversos países não se contentando em tornar públicas as espécies dos

---

(1) No capítulo que vai ler-se não deve o leitor procurar as ideas do autor sôbre os assuntos aqui estudados, porque só raras vezes as encontrará expostas. Tivemos aqui em vista, sómente expôr, tão completamente quanto o limitado espaço nos permite, o estado actual dos conhecimentos, as concepções, as ideas e as opiniões mais características sôbre os assuntos versados. Num trabalho especial sôbre esta matéria apresentaremos convenientemente sistematizados os nossos pontos de vista, as nossas opiniões.

seus depósitos, teem irradiado missões de estudo pelas outras nações em busca de documentos que esclareçam melhor o seu passado nacional, publicando não só os índices — ¡ e por vezes bem analíticos êles são! — das peças mais interessantes, como, *in-extenso,* ou em extractos, as próprias peças, com as convenientes introduções e notas.

Vimos, também, que êsse trabalho tem sido gigantesco e sistemáticamente conduzido na França e na Alemanha; que êle tem sido menos intensivo, mas também importante, na Inglaterra; que é mais recente, mas igualmente digno de nota, na Bélgica, Itália e Suíça; e que êle tendo em Espanha uma longa tradição, passou por alguns desfalecimentos dos quais procura agora resarcir-se por meio de uma actividade intensiva, mas metódica.

Igualmente vimos que o nosso país não ficou estranho a êsse movimento, especialmente a partir do reinado de D. João V, tendo não só sido publicadas muitas espécies manuscritas dos nossos depósitos, como ainda feito um despôjo e uma selecção das espécies dos Arquivos do Vaticano, relativas ao nosso país, que foram registadas na vasta colecção da *Simicta Lusitana* — havendo assim Portugal precedido, em mais de um século, o estabelecimento das missões, institutos e seminários de história criados em Roma, pela Alemanha, França e Áustria.

A crescente intensidade que teem apresentado

os trabalhos de publicação dos documentos inéditos é condicionada pela orientação cada vez mais objectiva que teem experimentado as sciências históricas.

Vejamos agora qual o lugar da história no quadro geral das sciências.

É a sciência um conjunto de conhecimentos verdadeiros e certos, compreendendo duas fases — descritiva e especulativa, — na primeira das quais ela procura descrever os fenómenos e os objectos, e tendendo na segunda a explicá-los pelas suas causas e pelas suas relações. Há, por isso, quem defina a sciência nas suas mais altas manifestações como «um sistema de relações».

A sciência não é um todo completo, terminado, feito. É — como lhe chama Spencer — «um corpo organizado de verdades, sempre em aumento e constantemente depurado dos seus erros» (1). É, assim, um organismo em eterna formação, em constante renovamento, em permanente incorporação de conhecimentos depois de conscientemente fiscalizados, verificados, isto é, depois de tidos como certos.

O que caracteriza a sciência em geral é a existência de leis naturais; e a lei natural consiste na redução, por meio da análise indutiva, do particular ao geral, do complexo ao simples, do contingente ao necessário.

---

(1) H. Spencer, *Les premiers principes*, trad. de Guymiot, 1902, pág. 15.

A lei é, pois — como a define ABEL REY — «uma relação geral, simples e necessária estabelecida entre dois grupos de fenómenos», dos quais um representa a causa e outro o efeito. Por sua vez, a *causa* é o «antecedente invariável, necessário e incondicional de um fenómeno» (1).

Assim, a causa não é uma fôrça — como ainda últimamente sustentava XENOPOL, mas um simples facto bem determinável, sem o qual o efeito não se daria nas condições em que se produziu.

Fixadas as leis naturais, estas agrupam-se, hierarquizam-se, e subordinam-se às leis gerais que constituem os princípios e são as bases das sciências.

Se — como dizia BACON — «a verdadeira sciência é a sciência das causas», consiste ela num sistema de causas ligando-se a outras mais gerais e importantes.

Assim, ABEL REY define a sciência, em geral, como «a investigação metódica das leis naturais pela determinação e sistematização das causas».

O que caracteriza a sciência moderna, positiva, objectiva, e racional, é que ela assenta constantemente na experiência e tem sempre a possibilidade de medir, sendo pois uma generalização, uma indução, de factos comprovados experimentalmente e completada por uma síntese teórica e dedutiva para subir das leis gerais às fórmulas (2).

---

(1) ABEL REY, *Les Sciences Philosophiques*, pág. 556 a 561.

(2) GUILLAUME DE GREEF, *Les lois sociologiques*, 1902, pág. 1 a 35.

Havendo, ou podendo haver, tantas sciências quantos os objectos do saber humano, e sendo cada vez maior a divisão do trabalho scientífico e a especialização, sem o que seria impossível todo o progresso da sciência e das suas aplicações, necessário tem sido, como uma exigência lógica — e até pedagógica — fazer o agrupamento, a coordenação, a serieção, a classificação das sciências.

Ampére na Introdução à sua *Philosophie des Sciences* justificava a necessidade de uma classificação das sciências para a divisão em classes de uma academia scientífica, para a distribuição dos livros de uma biblioteca, para a fixação do plano racional de uma bibliografia geral, para a classificação das matérias de ensino nas Universidades, e para determinação dos limites mais precisos que separam certas sciências.

Porêm, alêm de todos êsses objectivos de natureza mais ou menos formal, alguns dos quais não são completamente satisfeitos por nenhuma das classificações até agora conhecidas — como o da fixação dos limites entre as sciências, — outras razões há que tornam justificável uma classificação de sciências como uma necessidade do espírito que exige a serieção das nossas ideas e a ordenação dos nossos conhecimentos de forma a estabelecer a conveniente coordenação e parentesco numas e noutros.

Contudo, importa não esquecer que todas as classificações teem um carácter mais ou menos

subjectivo — o que as torna arbitrárias, inconsistentes e transitórias.

O próprio SPENCER, na sua obra sôbre a *Classificação das sciências,* é o primeiro a justificar a impossibilidade de um trabalho de tal natureza se tornar definitivo porque nem a ordem de sucessão nem qualquer outra que se possa seguir em tal classificação representa a dependência lógica ou a sucessão histórica das sciências — o que, de resto, não impediu que o mesmo SPENCER apresentasse uma classificação da sua autoria, que também não satisfaz.

COURNOT que, tanto no *Traité de l'enchainement des idées* como no *Essai sur les fondements de nos connaissances* e nas *Considérations sur la marche des idées*, se ocupa da metodologia histórica vê na história um aspecto do conhecimento, mas não um conhecimento particular, e distingue o elemento histórico do elemento scientífico, vendo no elemento histórico do conhecimento a existência e intervenção do acaso — que êle admite como uma realidade e o carácter do desenvolvimento das cousas, e chegando a concluir que só há história onde intervêm o acaso.

Para COURNOT a história por excelência é a história dos acontecimentos humanos, mas só dos que se passam nas sociedades civilizadas, isto é, das que, pelo menos em princípio, são governadas por leis orgânicas, vendo nas instituições o jôgo de uma fôrça interna análoga à que se manifesta

no mundo vegetal. No quadro das sciências Cournot coloca a história entre a etnologia — que fixa as leis da humanidade nascente, e a economia social — que estuda as leis da humanidade liberta da acção do tempo, significando, nas *Considérations* a tautologia da história estudar a *fase histórica* da humanidade.

No período primitivo da humanidade, na fase a que êle chama *antropológica*, o homem não se distingue da espécie, a *fase histórica* caracteriza-se pela existência e função das individualidades; no período terminal, na *fase económica*, o indivíduo desaparece na *massa*, pois a difusão das ideas é de tal forma grande e a lógica por tal forma domina o instinto que a necessidade dos grandes homens eclipsa-se.

Segundo Cournot a história não se limita ao registo dos acontecimentos, pois deve ter em vista, pela arte, ligá-los, seriá-los, tendo assim não um carácter scientífico, mas um carácter filosófico.

Quanto à divulgação dos conhecimentos históricos entende êle que a história tem relações com a arte para o estudo e exposição dos factos, e com a filosofia — como já vimos, mas é distinta da sciência, se bem que por vezes seja tambêm scientífica — como a numismática.

O sábio matemático admitia assim uma *filosofia da história* — a que mais tarde chamou *etiologia histórica,* cuja formação esssencial consistia em distinguir, por meio da história comparada,

um período ou um acontecimento dos outros, e os factos gerais dos seus subordinados descendo até aos de maior detalhe (1).

A classificação das sciências de Adrien Naville basea-se na concepção de três espécies de objectos scientíficos: os factos reais; as leis; as regras ideais concebidas *à priori* pelo espírito. Daí resultam três classes de sciências: 1.º — as diversas espécies de histórias que descrevem e contam os acontecimentos reais na natureza inorgânica, orgânica e pensante; 2.º — as sciências teoremáticas — que enunciam as condições necessárias do possível; 3.º — as sciências reguladoras — que enunciam as regras segundo as quais deve conduzir-se à actividade humana.

Á primeira classe pertencem: a estatística, a uranografia, a geodesia, a cristalografia, etc.; a astronomia, a geologia, a meteorologia, etc.; a botânica, a zoologia e antropologia físicas; a zoologia e antropologia psíquicas; a história das línguas, das artes, das literaturas, das sciências, das ideas e instituições religiosas, civis, dos costumes, etc.; a geografia política; a filosofia da história.

As sciências da segunda classe apresentam dois caracteres: 1.º são necessárias; 2.º são hipotéticas; isto é, que posta a causa o efeito segue *necessáriamente*, mas que a *necessidade* do efeito está sempre subordinada à posição da causa. A

(1) Acêrca dêste ponto, ver: J. Segond, *Les idées de Cournot sur l'histoire* in *Revue de Synthèse Historique*, tômo x, pág. 1 a 9.

esta classe pertencem: a aritmologia, a geometria, a mecânica, a física, a química, a biologia, a psicologia, a psicofísica, a sociologia.

Quanto à terceira classe — a das sciências *regulativas* — é justificada pela natureza da nossa actividade — que é receptiva ou produtiva, conhecimento ou invenção. Por isso, há regras ideais da invenção que constituem a moral e as teorias dos factos; e regras ideais do conhecimento — que formam a lógica.

*

O historiador romeno Xénopol também apresentou, últimamente, uma classificação das sciências, a qual é ainda mais arbitrária e menos consistente que várias outras. Depois de dizer que «a grande dificuldade na classificação das sciências, consiste em achar o princípio em que ela deve assentar», e de apodar de arbitrárias as classificações de Bacon, d'Alembert, Augusto Comte, Ampère, e H. Spencer, êle indica o *princípio* que o guiou na sua classificação.

Segundo êle, os factos do universo, seja qual fôr a sua natureza — físicos ou psíquicos, simples ou complexos, — manifestam-se no decurso do tempo de duas maneiras distintas: como *factos de repetição* e como *factos de sucessão*.

E depois de dar vários exemplos de factos de repetição — os movimentos de rotação e de translação de terra e os fenómenos dêles derivados,

os fenómenos térmicos, os fenómenos químicos observados na respiração, o aparecimento e desaparecimento de vegetação, os factos psicológicos e lógicos do pensamento; e os de produção, repartição das riquezas, etc. — escreve:

«Os factos sôbre os quais repousa a existência do universo são os de repetição que se reproduzem continuamente, sem mudanças importantes, e que constituem a trama sôbre a qual se bordam os factos de sucessão».

A seguir — com uma volubilidade que desconcerta — escreve:

«Há factos de repetição que não mudam nunca, pelo menos no estado actual do universo, ou cujas alterações são tão lentas e tão pouco notadas que perdem toda a importância», dando como exemplos o deslocamento do eixo polar, a elevação das costas da Noruega (1).

A seguir, diz que há outros factos que repetindo-se mudam a cada instante de forma, não sendo já hoje o que eram hontem. Êsses factos de repetição tornam-se, por isso, factos de sucessão.

E comenta: «A repetição é o fundamento de tudo que existe; a sucessão não é mais do que a floração disso»; e dá depois vários exemplos de fenómenos de sucessão, como a sucessão das ro-

(1) Xénopol vem expondo estas ideas desde 1899 na sua obra sôbre os *Princípios fundamentais da história,* desenvolvidas depois, em 1908, na *Théorie de l'histoire,* e mais detalhadas nos seus artigos da *Revue de Synthèse Historique,* por exemplo: sôbre a *Causalité en Histoire,* em 1904, e acêrca de *La Causalité dans la série historique* — no número de Dezembro de 1913.

chas e a das espécies vegetais e animais, as transformações da linguagem, os factos históricos, etc.

Falta-nos o espaço para mostrarmos quanto tem de arbitrário tal teoria, pois todos os fenómenos, seja qual fôr a sua natureza, não fazem mais que repetir-se e todas essas repetições são diferenciadas, isto é, todos os factos são, ao mesmo tempo, de repetição e de sucessão tanto na sua estrutura como na sua evolução (1).

Indicando as diferenças entre as duas naturezas de factos, diz que os fenómenos de repetição são gerais, podem reduzir-se a leis, e podem prever-se e predizer-se, ao passo que os factos de

---

(1) Parece-nos ser uma deficiência de visão por parte de Xénopol e de outros o considerarem como sciências de factos de repetição sómente as sciências da natureza. Já Aristóteles na sua *Política*, veio com a sua teoria dos *ricorsi*, além de Montesquieu, e Chateaubriand, e mais modernamente, e scientíficamente, Adam Smith na sua *Riqueza das nações*, Bopp e Dietz nas suas obras de filologia comparada, Giddings nos seus trabalhos de direito, Baldwin nos seus estudos de psicologia, Lang nos seus estudos de mitografia, e sociólogos como Herbert Spencer, Novicow e René Worms: todos são unânimes em reconhecer a repetição dos fenómenos no domínio das sciências do espírito ou sciências sociais, isto é, na economia política e social, nas sciências filológicas, na pedagogia, na mitografia, etc.

Gabriel Tarde, baseando-se na *repetição dos fenómenos* em sociologia, proclama as suas *leis de imitação*, e na sua obra *Les lois sociales* define da seguinte maneira o progresso de uma sciência dizendo que êste «consiste em substituir semelhanças e repetições *exteriores* — isto é, comparações de objectos fora dessa sciência — por semelhanças e repetições *interiores*, isto é, comparação dentro da mesma sciência, nos seus múltiplos exemplos e sob outros aspectos. In pág. 50 da *ob. cit.*

sucessão são sempre individuais, só se podem agrupar em séries, e não se podem prever (1).

É sôbre estes princípios que assenta a classificação de sciências de Xénopol. No seu quadro as *sciências dos factos de sucessão,* ou sciências de séries, dividem-se em *sciências históricas reais* e em *sciências históricas ideais.*

As primeiras estudam: o desenvolvimento do Universo, da Terra (geologia), dos organismos; e o desenvolvimento do *Homem* (sociologia dinâmica, história própriamente dita), compreendendo as histórias: política e social, das religiões, da arte, da linguagem, dos costumes, da moral, do direito, da literatura e da filosofia.

As *sciências históricas ideais* compreendem: a História dos conhecimentos sôbre os fenómenos

---

(1) Xénopol no seu artigo *La Causalité dans la série historique,* in *Revue de Synthèse Historique*, Dezembro de 1913, desenvolve êste ponto, mas sem trazer novos elementos.

Depois de insistir que as sciências da natureza são *sciências de leis* e a história é uma *sciência de série,* tendo as primeiras, como princípio gerador da lei, a *generalização,* e apresentando a história, como origem da série, a *causalidade*, passa a dar vários exemplos tomados na história romana e na de outros países balcânicos para demonstrar «que a *série* é sempre o produto de um encadeamento causal entre os factos que a constituem», e «que toda a série de história que quere ser verdadeiramente scientífica deve poder ligar todos os factos de que ela se compõe com o fio da causalidade sucessiva, fazendo derivar cada facto subseqùente do seu antecedente». Vêr artigo cit., pág. 259 e 271.

Já num outro artigo da mesma *Revue,* de 1914, êle se havia ocupado da *Causalité en histoire*, e onde estudava as origens da causa: umas vezes devida a uma fôrça natural, outras provindo de um facto ou causa anterior.

imutáveis (História das sciências de leis) — fenómenos êsses que são objectos das histórias: das matemáticas, da astronomia, da física, da química, da zoologia, botânica e mineralogia, e da biologia; e a história dos conhecimentos sôbre fenómenos mutáveis (história das sciências de séries) — e que são estudadas nas histórias das doutrinas geológicas, das doutrinas transformistas e das doutrinas históricas.

Á vista, e como comentário do seu quadro de classificação, Xénopol, notando «a extensão da sciência dos factos de sucessão» escreve «que a história, no sentido largo da palavra, não é uma sciência especial, como até agora se tem considerado, sciência que deveria ser colocada ao lado da biologia, da psicologia ou da sociologia, mas que *ela constitue um dos dois modos universais de concepção do mundo, o modo de sucessão em face do modo de repetição* (1).

Depois de assim considerar a história, muito mais como um método que como uma sciência independente e especial, esclarece que a sua concepção da história mostra a importância desta «disciplina» «cujo princípio aplicado à natureza material tem renovado o estudo desta divisão pela idea tão fecunda da evolução».

---

(1) Êste estudo de A. D. Xénopol foi publicado com o título *La classification des sciences et l'Histoire*, na *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 264 a 276.

Termina por chamar à história «irmã gêmea» da sciência dos factos de repetição. Mas, na realidade, tal juízo equivale a não lhe chamar sciência, mas uma simples forma do conhecimento, pois não há uma sciência dos factos de repetição mas sim sciências astronómicas, físicas, químicas e biológicas.

É pouco mais ou menos assim que Heinrich Rickert a considera como «um modo de concepção do mundo», pois — como Xénopol — também êle diz: «que a história não é uma sciência especial que só pelo seu objecto se distinguiria das outras sciências» (1).

Outros historiógrafos e teóricos da história, pensando muito diferentemente de Xénopol, vão muito longe quanto à classificação da história como sciência e à sua incorporação no quadro dos conhecimentos scientíficos, integrando-a no grupo das *sciências experimentais,* mas distinguindo nestes dois sub-grupos: o das *sciências naturais* — que se ocupam dos fenómenos cosmológicos e biológicos; e o das *sciências morais* — que tratam do espírito humano nas suas várias manifestações, e dando cada estudo especial origem a uma sciência particular.

Assim, pertencem a êste aglomerado a *psicologia* — que é o estudo do próprio espírito humano

(1) H. Rickert, *Les quatre modes de «l'Universel» dans l'Histoire* in *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 121 a 140. Ver a crítica de Paul Lacombe a êste artigo na mesma *Revue*, tômo III, pág. 1 a 9.

nas suas variantes e modificações; a *linguística* — que estuda os sinais verbais e escritos que exteriorizam os fenómenos psíquicos; a *história* — que tem em vista estudar e descrever as manifestações individuais e colectivas da actividade humana na sua evolução ou serieção através do tempo; a *sociologia*, a *moral*, etc.

Não há dúvida que a classificação da história na classe das *sciências experimentais* — como fazem Charles e Vítor Mortet no artigo *Histoire, da Grande Encyclopédie* — é um tanto ambiciosa, como se presta a equívocos o dizer-se que «o estudo e a exposição dos factos passados é, antes de tudo, uma obra scientífica, na qual o historiador deve seguir, tanto quanto tais factos o permitam, as *regras e os métodos das sciências experimentais*».

É certo que logo adiante se diz que para haver sciência experimental é necessário que os conhecimentos que a constituem tenham por objecto factos reais ou seres concretos susceptíveis de serem constatados e analizados.

Ora o que caracteriza essencialmente a experiência e a distingue da observação é que naquela o estudo dos fenómenos não só se pode iniciar, repetir ou interromper como se pode alterar e modificar o dispositivo e a marcha da experiência — o que em história é impossível fazer-se.

Mostrámos já que a classificação scientífica de Xénopol estava longe de satisfazer, e já dissemos que a classificação de Herbert Spencer que apa-

receu para rectificar a de AUGUSTO COMTE, se bem que em pouco mais que na nomenclatura se distinga da do pensador francês, também não satisfazia logo na chave da abóboda de todo o sistema, isto é, na distribuição das sciências pelos três grupos: sciências abstractas, sciências abstracto-concretas, e sciências concretas, segundo teem por fim estabelecer relações gerais, ou os elementos das cousas, ou as suas propriedades reais e particulares.

ABEL REY propôs recentemente uma outra classificação, baseando o seu trabalho na combinação dos princípios de COMTE com os de SPENCER (1).

Segundo êle, as sciências dividem-se em *puras abstractas* — «que só estudam as relações gerais determinantes dos fenómenos», e as sciências *aplicadas concretas* — «que procuram explicar as formas particulares dos fenómenos e os seres

(1) Várias outras classificações de sciências teem surgido. Entre elas figura a do sociologista STUART-GLENNIE, que divide as sciências em três grandes categorias: a sciência do movimento ou sciências cinéticas, a sciência da transformação ou sciências evolucionais, e a sciência da socialização ou sciências éticas.

Cada uma dessas categorias apresenta três subdivisões, segundo se passa a considerá-las no ponto de vista formal ou abstracto, causal ou concreto, prático ou técnico. A sociologia, confundindo-se com a antropologia, engloba duas ordens de estudos diferentes: o estudo do que é e das causas do que existe, e o estudo do que pode e deve ser, pertencendo o primeiro dêsses estudos às sciências evolucionais, e o segundo às sciências éticas. O traço de união entre as duas ordens de sciências é constituido pela lei geral do desenvolvimento intelectual, sendo êsse o objecto da história.

Ver a primeira comunicação dos *Sociological Studies*, in vol. II dos *Sociological Papers, published for the Sociological Society*.

distintos que a sciência nos apresenta». E é de notar que em cada um dêstes dois grupos ou grandes classes as sciências são dispostas e seriadas segundo o princípio comteano da complexidade crescente do objecto (1).

O quadro geral das sciências segundo essa classificação é o seguinte:

I. *Sciências teóricas, abstractas ou puras.* — Neste grupo figuram as sciências que se ocupam das relações que dizem respeito: 1.º ao número — como a *aritmética* e a *álgebra;* 2.º à extensão

(1) Esta, como tantas outras classificações de sciências, figura num tratado de filosofia, dada a maneira como a filosofia é concebida.

Efectivamente, a filosofia tem sido considerada, comumente, como a sciência das sciências, sem objecto próprio, especial, característico, se bem que alguns pensadores lhe atribuam uma demarcada individualidade. Assim, o dr. Garfein-Garski na sua obra *Ein neuer Versuch über das Wesen dee Philosophie,* ao procurar estudar e fixar a natureza e a essência da filosofia, como indica o título, entende que ela se distingue das outras sciências não só pelo método como pelo seu objecto.

Assim, para ela a filosofia não é a tão proclamada sciência das sciências; ela não se limita — como querem os neo-kantistas — à teoria do conhecimento. E se a ética, como a psicologia, é uma sciência especial, também a filosofia o é: é a sciência da unidade, da totalidade subjectiva.

Porêm o autor dizendo que «a filosofia é um grupo de sciências que: 1.º estudam o conhecimento, o sentimento, a vontade como funções do homem-sujeito, como actos de personalidade; e 2.º procuram criar uma síntese do todo da realidade», não se afasta, no fundo, muito dos que a concebem como a sciência universal, o conjunto da sciência, isto é, «o saber completamente unificado» — de Spencer.

Ver: *Revue de Métaphysique et de Morale,* Suplemento ao número de Março de 1910, pág. 20 e 21.

— como a *geometria;* 3.º ao movimento — como a *mecânica;* 4.º às diferentes formas da energia — como a *física;* 5.º à constituição dos corpos — como a *química;* 6.º à vida — como a *biologia;* 7.º à consciência — como a *psicologia;* 8.º às sociedades — como a *sociologia.*

II. *Sciências aplicadas ou derivadas.* — A êste grupo pertencem: a *cosmografia, astronomia, geografia, geologia, paleontologia, mineralogia, botânica, zoologia, antropologia, etnologia, história dos grupos sociais,* etc. (1).

Convindo recordar mais uma vez que uma classificação de sciências tem sempre um valor muito relativo e inteiramente provisório, servindo só até que outra surja e que satisfaça melhor às necessidades do espírito filosófico e apresente mais lógica, dogmática, pedagógica e históricamente a serieção e a coordenação dos vários ramos do saber humano, é hoje norma geralmente seguida, sem intuitos de classificação a distribuição das sciências por três grupos (2).

O primeiro é constituido pelas *sciências mate-*

---

(1) Abel Rey, *Les Sciences Philosophiques,* 2.ª edição, pág. 575 e 576.

(2) Também Paul Janet, no seu *Tratado de Filosofia,* divide as *sciências morais* em quatro classes: 1.ª — a das *sciências filosóficas,* que se ocupam do «espírito humano considerado em si próprio»; e do «espírito absoluto» ou «causa primária»; 2.ª — a das *sciências sociais,* que se ocupam do homem em sociedade, como as jurídicas, políticas e económicas; 3.ª — a das *sciências filológicas,* tendo por objecto a linguagem; 4.ª — a das *sciências históricas,* tratando da evolução da espécie humana através dos tempos.

máticas — cujo objecto é uma criação do espírito, permitindo assim agir sómente por meio do raciocínio dedutivo e chegar a raciocínios máximamente certos, exactos, mas sem nenhuma objectividade (1).

O segundo é formado pelas *sciências da natureza,* as quais só podem ser trabalhadas por meio do método experimental e indutivo, produzindo resultados objectivos, os quais nunca são mais que aproximados e prováveis.

O terceiro grupo é, finalmente, constituído pelas chamadas *sciências do espírito*, isto é, pelas sciências morais e políticas, as quais ou são descritivas e históricas, ou teem por objecto a descoberta ideal de um conjunto de regras, de preceitos ou normas de conduta para a actividade humana: actividade estética, lógica, moral, jurídica, política, económica, etc. (2).

Do que temos dito conclue-se que a história —

---

(1) O conhecido sábio alemão W. Ostwald no segundo fascículo, de 25 de Março de 1909, dos seus *Annalen der Naturphilosophie,* tratando de *O sistema das sciências,* apresenta um ensaio de classificação. Segundo êle as sciências dividem-se em três grupos: *fundamentais, físicas* e *biológicas.*

As primeiras teem por conceito geral a *ordem,* e são: 1.º — a lógica e a teoria da multiplicidade; 2.º — a matemática; 3.º — a geometria. As *sciências físicas,* tendo por conceito geral a *energia,* compreendem; 4.º — a mecânica; 5.º — a física; 6.º — a química. As *sciências biológicas,* com o conceito geral da *vida,* são: 7.º — a fisiologia; 8.º — a psicologia; 9.º — a culturologia.

Três ou quatro anos antes Emile Waxweiler, no seu *Esquisse d'une sociologie*, considerava também a sociologia — que Ostwald inclue na culturologia — como uma sciência biológica.

(2) Abel Rey, *ob. cit.,* pág. 576 a 578.

designação genérica para significar o grupo das *sciências históricas* — é uma *sciência do espírito*, uma *sciência concreta* e *aplicada;* e, sob o ponto de vista metodológico, é uma *sciência inductiva* (1).

WINDELBAND — de quem adiante falaremos bastante ao tratar da concepção de valor em história — seguido, na Alemanha, por SIMMEL, e por ADRIEN NAVILLE, na Suíça, diverge de XÉNOPOL e RICKERT na classificação dos conhecimentos humanos em *sciências de factos de repetição* ou sciências da natureza, e *sciências de factos de sucessão* ou sciências históricas.

WINDELBAND agrupa as sciências experimentais em duas grandes divisões, correspondentes às de XÉNOPOL: a das *sciências de leis* e a das *sciências de acontecimentos*.

Não é difícil conjecturar — e o próprio WINDELBAND o dá a entender — que à sua classificação não foi extranha a influência de LEIBNIZ com a sua teoria das verdades eternas ou verdades necessárias, e das verdades de facto ou verdades ocasionais e contingentes: as primeiras sendo objecto das sciências de leis, as segundas tornando-se a matéria das sciências dos acontecimentos.

É a essa distinção leibniziana que se deve ir procurar a filiação do pensamento de WINDELBAND quando êste escreve:

«A unicidade, a individualidade não sujeita à

(1) Adiante, ao tratarmos do *método histórico* será desenvolvido êste ponto. E já que falámos novamente em A. NAVILLE devemos dizer que êle em 1901 publicou uma nova classificação de sciências.

repetição constituem, pois, contrariamente à necessidade geral, os caracteres distintivos dos factos históricos» (1).

Apesar do que diz o seu autor chamando a esta «divisão puramente lógica», nós vemos nela, muito mais que na de Xénopol, uma classificação com uma base e um alcance metodológicos, isto é, tal classificação de sciências prende-se com «a relação necessária que em cada uma destas existe entre o seu método de trabalho e o seu conteúdo objectivo» — como diz o próprio Windelband.

Quanto a nós, tal classificação não diz respeito só à natureza íntima das sciências por ela abrangidas, ela é, especialmente para a história, uma *classificação de posição* em relação ao progresso das outras sciências, e principalmente das auxiliares. Quer dizer: todos os conjuntos de conhecimentos scientíficos antes de atingirem a fase de *sciências de leis,* são sciências de *factos,* de *acontecimentos;* a história tem permanecido na segunda fase, mas apresenta já todas as tendências, e dá bastantes garantias, para passar à categoria de *sciência de leis* — como alguns já a consideram só lhe trocando o nome pelo de *sociologia.*

---

(1) Ver. Windelband, *La sciênce et l'histoire devant la logique contemporaine* in *Revue de Synthèse Historique*, tômo IX, pág. 125 a 140.

b) A história nas suas relações com a psicologia e a sociologia

As relações entre a história e a psicologia são grandes, posto que não se apresentem tão íntimas como acha Xénopol no seu trabalho sôbre *La Psychologie et l'Histoire.*

Se é certo que as duas sciências teem por objecto de estudo o espírito humano, é múltiplamente diferente a forma como cada uma procede, o método que usa, e o objectivo e fim que teem em vista.

A psicologia estuda o espírito humano em si, em abstracto, em geral, na sua constituição, formação e evolução; a história, — e, sobretudo, a história do pensamento, da filosofia, da sciência, da literatura, da arte, da religião, e emfim, a história da cultura — estuda o espírito humano nas suas manifestações individuais, particulares, especiais, características num indivíduo ou num grupo social, nacional, religioso, político, scientífico, literário ou artístico (1).

---

(1) H. Rickert na sua sua obra em alemão — *Os limites de formação das noções nas sciências naturais* — nega que a psicologia tenha alguma importância para a história, escrevendo:

«Não podemos encontrar nenhum ponto de vista sob o qual a psicologia adquirisse uma importância decisiva para o método histórico». E já páginas antes havia escrito que se o conhecimento individual dos movimentos psíquicos é de grande alcance para a história, os princípios gerais nenhum valor teem para ela. E igualmente afirmou que o historiador só deve ser psicólogo no sentido de que êle deve possuir o conhecimento de determinadas acções psíquicas, mas não deve nunca transformar tais conhecimentos em teorias gerais.

Assim, a história fornece à psicologia a vasta e complexa matéria para as suas abstracções, comparações, generalizações, induções, leis, teorias e concepções; ela é para a psicologia um enorme arsenal de material de estudo, um imenso museu de caracteres e de modalidades psicológicas.

Por sua vez, a psicologia — como diz Xénopol — fornece à história não só as leis psicológicas segundo as quais o homem sente, pensa e põe em actividade as suas vontades, como os elementos psicológicos individuais fornecidos pelas compleições mentais particulares de cada indivíduo pessoal ou colectivo.

Apesar destas mútuas contribuições mostrarem como é grande a relação entre as duas sciências, a natureza do que cada uma fornece à outra, mostra bem como elas são distintas e diferentes, pois, seguindo Xénopol, ao passo que a psicologia é uma sciência de factos de repetição, de leis, a história é uma sciência de factos mutáveis, de factos de sucessão; é uma sciência que não pode formular leis nem fazer previsões, mas só encadear factos e seriá-los.

Mas, para Xénopol, como para outros teóricos da história, não são sciências sómente aquelas que podem formular leis, pois há dois modos de conceber o mundo: o modo de repetição — dando origem às sciências de leis, e o modo de sucessão — que origina as sciências de séries (1).

---

(1) In *Revue de Synthèse Historique*, tômo III, pág. 104 a 106.

Paulo Lacombe pensa e escreve quási da mesma forma sôbre as relações entre a psicologia e a história. Tambêm para êste elas prestam recíprocos serviços, mútuos auxílios (1).

Assim como a anatomia e a fisiologia estudam e descrevem o homem físico geral, independente de raças, línguas, religiões e nacionalidades, a psicologia tem por objecto estudar o homem psíquico, espiritual, como sede e motor, envólucro e agente de sensações e de sentimentos, de ideas e de volições, tendo em vista investigar e expôr todas essas ordens de manifestações do espírito humano.

Tambêm êsse homem-espírito, de que a psicologia se ocupa, é um ser-fórmula, um homem-geral, ubicuo e permanente, independente de raças, de religiões, de línguas e de nacionalidades.

É êsse o homem que a psicologia entrega à história, e que esta encorpa ou diminue, agiganta ou efimina, decora e veste, e o torna o actor de todas as scenas elevadas ou repelentes, o agente de todos os actos sublimes ou hediondos, e o motor de todos os renascimentos e progressos como a causa de todos os regressos e desfalecimentos.

---

(1) A obra de P. Lacombe — *De l'Histoire considérée comme science* — onde êle aborda êste assunto, apareceu em 1894, sendo, por tanto, anterior à de Xénopol, se bem aquela onde êste tratou primeiro do assunto, com bastante desenvolvimento, sejam *Les Principes fondamentaux de l'Histoire,* aparecida em 1899.

Vejamos, ainda, o que a psicologia presta à história.

Para que uma correspondência e uma semelhança históricas, e como tal reconhecidas, fiquem explicadas scientíficamente, e até mesmo se tornem leis da história é necessário o concurso da psicologia, «numa palavra — sintetiza LACOMBE — a psicologia encerra, antes de tudo, a explicação da história».

Depois, «a psicologia fornece à história um critério, uma pedra de toque». E logo continua:

«Les constantes de l'homme, relevées par la psychologie, permettent de vérifier la possibilité ou la probabilité des assertions que les annalistes nous apportent» (1).

---

(1) Isto é exacto muitas vezes. Assim, nos *Archives de Psychologie,* de Genève, número de Janeiro de 1907, vem um interessante artigo de PIERRE BUNET, professor da Academia de Neuchâtel, sôbre *La vocation de Socrate*, e com o significativo subtítulo *Specimen d'une aplication de la science psychologique à celle de l'histoire.* Trata-se da autenticidade do oráculo da Pithia proclamando Sócrates o mais sábio dos homens, e que tem sido acolhida com reservas, especialmente por ZELLER e GOMPERZ, entendendo que, longe de ter sido tal oráculo que determinou a vocação e a fama de Sócrates, foram estas, que chegadas ao santuário de Delfos condicionaram o oráculo.

BUNET explica o oráculo por causas psicológicas como um simples caso de leitura de pensamento, bastando que CHÉRÉPHON, amigo de SÓCRATES, houvesse entrado no áditon muito convicto do grande valor do seu amigo e mesmo com a boca fechada tivesse «soprado» involuntáriamente o nome do filósofo — caso êste muito estudado e explicado pelos psicologistas — como HANSEN e LEHMANN. Tal «sôpro» seria fácilmente percebido pelo ouvido

Por sua vez a história tem contribuído muito para os progressos da psicologia. Ela, que é um colossal repositório de factos, fornece não só abundantes e ricos materiais para a determinação dos «grandes traços gerais da humanidade», como os mais variados elementos «para verificar e precisar as verdades psicológicas» (1), tornando-se, assim, a história uma importante sciência auxiliar da psicologia, tanto da individual como da psicologia colectiva.

Escusado será dizer que o erudito e o historiador estão em circunstâncias muito diferentes quanto à utilização dos estudos psicológicos.

Ao passo que o erudito, que se limita ao estudo externo dos documentos, da sua proveniência, depuração e restituição, pouco ou nada pede à psicologia já o mesmo não se dá com o historiador para quem os documentos são vestígios dos sentimentos, das ideas e das volições de homens, e tem, principalmente, em vista lidar com espíritos objectivamente fixados e não esgrimir com fantasmas sem existência real, e, nem, sequer, virtual.

Para o historiador a psicologia é uma sciência

---

hiperstesiado dos sacerdotes — naturalmente criaturas estéricas em fase hipnótica ou sonambólica.

Por esta forma o oráculo antecederia a fama do filósofo, e teria sôbre a vocação dêste a influência que Platão lhe atribue.

Ver sôbre a influência da psicologia a obra de Lébert — *Le démon de Socrate et l'amulette de Pascal.*

(1) Lacombe, *ob. cit*, pág. 28.

fundamental, necessária, essencial (1). Já TAINE disse que explicar uma revolução é fazer uma página de psicologia, e não só o disse como o fez na sua importante, mas muito discutível, obra: *As Origens da França Contemporânea.*

Tambêm GEORGE SIMMEL, na obra — *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* — aparecida em 1905, apresenta o seu ponto de vista psicológico da história. Para êle a noção de pessoa é fundamental em história, e as próprias rialidades impessoais não são mais que a projecção, em tais cousas, do pensamento que concebe a sua continuidade histórica. A sua concepção sociológica é, igualmente, individual, pois, para êle, os factos sociais não são outra cousa senão uma representação média e vaga das acções inter-individuais — as únicas que são reais, — pois as outras não são mais que abstracções sem realidade.

Comtudo, importa não esquecer a verdade do que escrevia CLÁUDIO BERNARD: «o conhecimento do homem isolado não nos traria o conhecimento de todas as instituições que resultam da sua associação e que não podem manifestar-se senão pela vida social» (2).

É êsse facto de observação, exposto por CLÁUDIO BERNARD, que HEGEL erige em princípio quando afirma que uma mudança quantitativa dada num

---

(1) *De la méthode dans les sciences.* Estudo de TH. RIBOT, sôbre a *Psicologia*, pág. 291.

(2) CL. BERNARD, *Introduction à la Médicine expérimentale*, pág. 157 e 158.

certo grau implica uma transformação qualitativa — fórmula essa que KARL MARX e ENGELS aplicam nas suas concepções sociais (1).

Porêm, como G. SIMMEL pensam muitos outros teóricos da história.

Assim, EDUARD MEYER, no seu opúsculo sôbre a *Teoria e a metódica históricas*, aparecido em 1902, tambêm entende que a história nada tem que ver com leis, elas não são necessárias, pois na evolução da civilização só aparecem possibilidades e probiblidades mas não leis. Em história, como fundo e fim de estudo, só há que ter em vista o individual; e a primeira obrigação do historiador é estabelecer os factos.

De resto, é intuitiva a influência da psicologia na história. Se já VICO procurava na astronomia a explicação dos fenómenos humanos — os actuais fenómenos históricos e sociológicos, e HUXLEY encontrava fortes relações entre as combinações químicas dos corpos e a constituição dos agregados humanos, os naturalistas, historiadores e sociólogos procuram aplicar às sciências históricas e sociais os métodos e processos das sciências naturais, nada deve surpreender que outros homens de sciência utilizem na história os ensinamentos fornecidos pela psicologia — sciência muito afim da história (2).

Tambêm o dr. EMILE REICH, professor da Uni-

---

(1) C. BOUGLÉ, *Marxisme et sociologie*, in *Revue de Métaphysique et de morale*, 1908, pág, 723 a 750.

(2) P. LACOMBE, *ob. cit.*, pág. 29 a 34.

versidade de Londres, tanto no seu livro *Success among the Nations* como, mais tarde, num estudo sôbre *Historiadores psicólogos e historiadores livrescos*, exigia que a história fôsse tratada no ponto de vista psicológico.

Êste historiógrafo entende, como LACOMBE, que a história de uma nação «apresenta incontestávelmente dois elementos: um elemento constante ou quási, a que chamamos instituições, e um outro elemento variável, a que chamamos acontecimentos».

Ora o estudo dessas instituições tem que ser feito sob o critério psicológico, isto é, torna-se necessário estudar os «motivos últimos que impelem homens e mulheres a submeterem-se a uma instituição, a produzirem um acontecimento, e, de uma forma geral, a comportarem-se históricamente».

E após vários exemplos tendentes a demonstrar quanto a interpretação psicológica esclarece a história, escreve:

«É examinando grandes grupos de factos à luz da história psicológica que se consegue compreender não só os resultados concretos e definitivos, como esta massa imensa e flutuante de factos esboçados, concebidos, parcialmente realizados, estas tendências latentes, mas poderosas, que impelem e animam homens e mulheres débeis — que a história propositadamente põe de parte quando os não trata com desprêso».

Mas, caindo no extremo oposto diz: «A psico-

logia é, com efeito, para a história o que a dinâmica é para a astronomia». E acrescenta esta enormidade: «Se se não fizer regressar os acontecimentos e as instituíções à psicologia comum, isto é, aos motivos específicos que num dado momento e num dado lugar teem guiado, necessáriamente, as acções humanas, a história deve resignar-se a ser um caos de constatações não digeridas» (1).

Assim, emquanto H. Rickert nega toda a intromissão da psicologia na história Em. Reich cai no excesso oposto limitando a história a uma psicologia no tempo. Poucas vezes, como neste caso, foi melhor aplicada a frase latina do *medio tutissimus ibi.*

*

Mas continuemos. A questão das relações entre a psicologia e a história tem sido, pois, debatida entre dois grupos de extremistas, de pessoas com ideas, pontos de vista e educação completamente opostos. De um lado teem estado aqueles que, como Windelband e Rickert, entendem que, sendo a história a sciência dos factos de sucessão — como define Xénopol, isto é, a sciência dos factos concretos que não se repetem ao passo que a psicologia é uma sciência de factos repetitórios conduzindo a leis, nenhumas relações podem existir entre uma e outra (2).

(1) In *Revue de Synthèse Historique,* tômo ix, pág. 253 a 268.

(2) Raymond Meunier estudando *Les consequences et les appli-*

Outros, como Guido Villa, talvez F. Rauh, etc., cuidam «que a evolução histórica explicar-se há num futuro mais ou menos próximo por observações ou experiências de psicologia social. Assim, a história da humanidade seria explicada pela psicologia do indivíduo social, como os fenómenos meteorológicos ou geológicos se compreendem pelas leis físicas verificáveis, e os fenómenos de embriogenia, de comprovação experimental, explicam a evolução da espécie (1).

Ora as cousas não parece passarem-se como entendem Windellband e Rickert — por outro lado, P. Lacombb, Em. Reich ou G. Villa — por outro, nem como opina Kurt Breysig, isto é, nem existe uma completa separação entre a história e a psicologia, nem esta domina aquela — como entende Villa, sugestionado pela lei da imitação de Baldwin e Tarde, nem a sociologia engloba a história, e os métodos daquela sciência dominam as investigações históricas — como quer Breysig no primeiro volume da sua obra — *Kulturgeschichte der Neuzeit*, — não encontrando nenhuma diferença nem nenhum limite entre as duas sciências: a sociologia e a história (2).

---

cations de la psychologie não fala da história, como sciência de aplicação psicológica, ao tratar da sociologia. Ver *Revue Philosophique*, Janeiro de 1912, pág. 44 a 67.

(1) Guido Villa, *Psychology and History* na Revista *The Monist*, Janeiro de 1902; F. Rauh, *Revue de Synthèse Historique*, 1.º semestre de 1902.

(2) Efectivamente, Kurt Breysig no primeiro volume da sua *História da Civilização Contemporânea*, ao tratar dos *Problemas*

Tambêm Edouard Spranger parece querer reduzir toda a explicação histórica a considerações de psicologia individual. Pois é, precisamente, o contrário disso, isto é, a «desumanização» da história que pretendem os sociólogos objectivos franceses como Durkheim, Lévy-Bruhl, Simiand, etc. Quere dizer: estes identificando a natureza moral com a física, estudam as *séries sociais* pondo de parte toda a noção de alma individual e social.

Xénopol em dois artigos da *Rivista italiana di sociologia* (1), tratando da *Sociologia e storia*, diferença uma da outra dizendo que ao passo que a sociologia estuda, elabora e descreve as leis de repetição dos factos sociais, a história organiza e expõe o desenvolvimento da sua série.

Assim, fiel ao seu ponto de vista já exposto nos *Princípios fundamentais de história,* e que mais tarde havia de ser desenvolvido na sua *Teoria de História,* Xénopol, nos artigos referidos, entende que havendo factos sociais que se repetem de uma forma idêntica, comparando-os, abstraindo das suas diferenças e salientando as semelhanças consegue-se obter leis comparáveis às estabelecidas pelas sciências da natureza.

---

e regras de metódica da história universal, considera enorme a utilidade que a história pode tirar de adaptar ao estudo do passado as regras do método sociológico. Adiante trataremos dêste ponto.

(1) Fascículo 4.º, Julho-Agôsto de 1904; fasc. 3.º-4.º, pág. 308 a 350, do ano seguinte.

Por outro lado, a série dos factos em história não se repete porque êsses fenómenos são sempre diferentes pelas circunstâncias, incessantemente variáveis, em que se produzem, não podendo, por isso, dar origem a leis, mas sim a uma série evolutiva que o historiador pode reconstituir — mas só isso (1).

Assim, a sociologia própriamente dita seria uma sociologia dinâmica, cujo objecto consistiria em não explicar, nem transformar o particular em geral, mas em seriar e relacionar os factos sempre diversos na sua ordem de sucessão.

O que sustenta Xénopol está muito longe de condizer com a realidade.

Se há fenómenos variáveis nas suas causas, e, quando mesmo tenham uma mesma causa, mutáveis nas circunstâncias em que se produzem e nas condições em que evolucionam, são êles os fenómenos sociais.

Não se compreende, pois, que Xénopol com um simplismo muito comteano, e muito longínquo da verdade, sustente que os fenómenos sociais são redutíveis a leis e os fenómenos históricos não.

¿Não serão todos êles fenómenos humanos?

---

(1) Paul Lacombe, tanto na sua obra *De l'Histoire considérée comme science*, como em artigos posteriores, sustenta, pelo contrário, que a sciência histórica forma-se únicamente com semelhanças, constâncias, actos repetidos por massas de homens e não com actos absolutamente únicos, individuais, acidentais». Ver: Paul Lacombe, *Milieu et Race*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 36, 51, etc.

¿E não serão todos êles, ao mesmo tempo, fenómenos sociais por se passarem num agregado ou entre agregados humanos, e fenómenos históricos pelas simples circunstâncias de se haverem já realizado?

¿Como se concebe que haja factos sociais que se repetem idênticamente e não haja fenómenos históricos com os quais se dê o mesmo?

¿Não tem cada sociedade a sua vida própria, a sua estrutura e a sua evolução características, e, se admitimos que há sociedades de estrutura semelhante, porque não admitir tambêm sociedades de evolução similar?

¿Assim, porque conceber só leis para a sociologia estática e não para a sociologia dinâmica: a história?

Tudo isto são perguntas que se podem e se teem feito, ante as concepções de Xénopol e às quais êsse autor nunca respondeu satisfatóriamente (1).

*

Ao contrário de Xénopol, o conhecido historiador alemão Karl Lamprecht, põe, especialmente nas suas recentes obras, como princípio de estudo e aplicação a interpretação psico-sociológica da história (2). Estabelecendo como cousa demons-

(1) Ver *L'Année Sociologique*, tômo XI, pág. 139 e 140.

(2) Foi efectivamente em 1901, ao publicar o primeiro volume da sua *História da Alemanha,* na 3.ª edição, que êle adoptou as teorias psicológicas no estudo e interpretação da história, sendo

trada «a influência que as fôrças psíquicas da sociedade exercem sôbre os espíritos individuais» — na frase de BERNHEIM, LAMPRECHT deriva de HEGEL e especialmente de AUGUSTO COMTE — como entende aquele eminente bibliógrafo e historiógrafo, contra o que o mesmo LAMPRECHT protesta afirmando a originalidade das suas concepções em história, se bem que reconheça dever bastante aos historiadores do século XVIII, mas não só a CONDORCET, SAINT-SIMON e COMTE, como a HERDER, a KANT, e a HEGEL (1).

Mas, não há dúvida que A. COMTE foi um dos seus grandes guias espirituais. Como se sabe, o proclamado fundador do positivismo ao apontar os fenómenos que condicionam a vida social enumera — como diz BERNHEIM — as «influências naturais, as manifestações humanas e os elementos fornecidos pela vida social anterior», e proclama

---

no prefácio dessa obra que êle expõe essas teorias e descreve a forma como as utilizou.

Aí explica êle que quando pela primeira vez apareceu o volume a concepção psicológica da história estava pouco menos que embrionária ao passo que ao publicar-se a terceira edição «o movimento que arrastava a sciência histórica para o estudo das civilizações em geral é um facto consumado e, por conseqùência, os problemas levantados por uma concepção psicológica da história impõem-se fatalmente à nossa atenção . ».

Efectivamente, ao lado do título geral, e exterior, do volume, tratando dos tempos primitivos e da idade média aparece como sub-título correspondente: *Períodos da vida simbólica, típica e convencional*, para caracterizar essa fase primária da evolução psíquica do povo alemão.

(1) Ver K. LAMPRECHT, *La Science moderne de l'histoire*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo X, pág. 257 a 260.

como factor primordial da civilização, a *maneira de pensar* das gerações cada vez mais tendente a subordinar a sensibilidade à razão e o egoismo ao altruismo.

Ainda Comte, entendendo que cada época tem a sua forma de pensar, e os juízos de valor — como diríamos hoje — de cada uma abrangem tudo — ideas, factos, homens — dando-lhe um aspecto e uma característica semelhantes e comuns, salta por cima da psicologia — ao tempo ainda muito atrazada — para chegar, pelo método comparativo, à sua concepção dos três grandes estados ou fases da civilização: a teológica, a metafísica e a positiva.

Assim, — e segundo êle — a humanidade tem vindo a caminhar, insensívelmente e inconscientemente, mas com pertinácia e constância, de *etape* em *etape*, numa marcha de crescente racionalização do pensamento, e numa maior metodização das acções humanas, isto é, num sentido cada vez mais positivo, mais scientífico, libertando a sciência e a vida humana de toda a intromissão metafísica, procurando descobrir as leis dos fenómenos pela aplicação dos métodos positivos, e tendo em vista aplicá-las à nossa conduta para obter um mais seguro e melhor resultado.

A sciência exacta que se ocupa da vida social é a sociologia, que procura concluir dos fenómenos que se passam nas sociedades humanas leis gerais que, ficando fora e superiores às biológicas,

são encontradas pela aplicação do método comparativo.

Lamprecht, aproximando-se de Comte, recorre ao processo comparativo, mas, não desdenha, como fez aquele filósofo, a análise psicológica, servindo-se desta como auxiliar no estudo da vida dos homens como dos povos, e fazendo derivar a psico-sociologia da psicologia individual.

Também, na caracterização da civilização humana na sua marcha, êle admite fases ou estadios — como Augusto Comte — mas com algumas fundas diferenças do ponto de vista dêste, e muito mais aproximado de Hegel.

O historiador alemão, tomando como critério a intensidade, cada vez mais forte e omnímoda, da vida psíquica, indo de uma fase de passividade psicológica a outra de liberdade cada vez mais consciente, faz passar a civilização, no que respeita ao lado psicológico, sucessivamente, pelas fases do simbolismo, do tipismo, do convencionalismo, do individualismo e do subjectivismo (1), e no que se refere ao aspecto econó-

(1) É assim que Lamprecht no citado prefácio do primeiro volume da terceira edição da *História da Alemanha* enuncia a seguinte lei que caracteriza a fase antiga do povo alemão:

«Os períodos da vida simbólica, convencional, individual e subjectiva descobertos primeiro na evolução do povo alemão são de um valor [de um alcance ou aplicação] absolutamente geral e, encontram-se na evolução de todos os povos do globo, sem excepção». Êsses períodos — acrescenta — já decorridos na época de César e de Tácito foram precedidos de uma fase a que chama *idade da fantasia*, da imaginação.

mico, do estado da economia primitiva ao da economia natural — colectiva e individualista, — e ao da economia monetária nos mesmos dois graus (1).

O que melhor caracteriza a orientação de LAMPRECHT na metodologia histórica, é a forma como êle aplica nos seus últimos trabalhos, por exemplo na citada *História da Alemanha*, o método sócio-psicológico, pois — como para COMTE — para o historiador alemão a história é uma parte da Sociologia, sendo ainda em COMTE — quer directamente, quer pela divulgação de SAINTE-BEUVE e de TAINE — que LAMPRECHT se inspira quando procura estabelecer as relações entre o indivíduo e a massa e prender um e outro ao meio.

Mais do que nota ERNEST BERNHEIM, deve dizer-se que se LAMPRECHT não é original também o não foi COMTE, que, quanto à concepção sociológica da história, se inspirou em CONDORCET.

---

(1) Um dos pontos mais alterados na referida edição foi o relativo à história económica, beneficiando largamente dos progressos da economia política, da história do direito, etc., mas *exteriorizando* os seus resultados e leis, pois, como êle escreve: «não é o desenvolvimento das instituições económicas, mas antes a evolução do sentido económico que é o objecto próprio, central, da história económica».

É assim que êle estabelece uma espécie de paralelismo psíquico-económico, mais ou menos similar ao psico-físico, para caracterizar a civilização intelectual e a civilização material «ambas visivelmente conexas — como êle escreve — porque a própria cronologia dos seus períodos era idêntica dos dois lados».

Assim, nota êle «a necessidade de uma transformação da história económica coincidindo com a necessidade de uma reconstrução psicológica da sciência dos graus primitivos de civilização».

Efectivamente, a chamada por BERNHEIM «*socialização* da concepção relativa à história» brota expontânea, com a soberania popular, na revolução francesa, mas é CONDORCET quem no seu notável *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, aparecido em 1795, torna consciente êsse facto, salientando-o, e explicando-o.

Essa concepção sociológica que, com LAMPRECHET e outros, caracteriza a historiografia contemporânea foi formulada pela primeira vez — ao que parece — naquela obra pelo seguinte modo:

«A história não se tem ocupado até agora senão de alguns homens: os que constituem verdadeiramente o género humano, a massa das famílias, os que quási não vivem mais que do seu trabalho, êsses teem sido esquecidos, e mesmo entre os que entregando-se aos negócios públicos, trabalham não para si próprios, mas para a sociedade, só os chefes atraíram a atenção dos historiadores» (1).

BERNHEIM, comentando as palavras de CONDORCET e salientando que essa separação cada vez menor entre o indivíduo e a massa que se nota

(1) Acêrca de CONDORCET, das suas ideas e da sua acção na Revolução, ver: MARC FRAYSSINET, *La Republique des Girondins;* ALENGRY, *Condorcet guide de la Révolution française;* AULARD, *Histoire politique de la Révolution française.*

Para CONDORCET o conhecimento das massas, das sociedades, era uma sciência baseada em factos, fundada na experiência.

na política, na sciência e na arte reflectiu-se enormemente na sciência histórica, escreve:

«As influências tão grandes quão variadas que, reforçando-se ou combatendo-se mútuamente, teem conseguido, no decurso do século XIX, transformar a nossa sciência numa sciência genética, e pôr-lhe novos problemas não podem ser expostas nem numeradas aqui; diremos sómente que todos estes problemas se resumem no que havia sido traçado por CONDORCET e que consiste em considerar o lado social da história — o que COMTE pela primeira vez realizou por uma forma sistemática fazendo da história ... uma parte da sociologia» (1).

Na verdade, a historiografia francesa do século XIX, é impulsionada, com limitadas excepções, pela concepção sociológica, e em Inglaterra é o eminente BUGKLE o que mais se salienta como intérprete de tal ponto de vista.

Na Alemanha, a escola de RANKE continua individualista e pragmática, e foi contra ela que se ergueu LAMPRECHT.

A evolução histórica é, pois, nesse ponto de vista, o produto da «uniformidade regular dos processos psíquicos e das condições naturais».

Por essa forma, as actividades individuais, não sendo autónomas, não passam de simples funções de manifestações gregárias, colectivas.

---

(1) ERNEST BERNHEIM, *La Science Historique Moderne*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo X, pág. 132 e 133.

¿Mas, será caso de perguntar de que natureza é a dependência dos indivíduos em relação aos agregados sócio-psicológicos, e qual o grau dessa dependência?

A isso LAMPRECHT responde, indirectamente, dizendo que os próprios génios que precedem o seu tempo não estão inteiramente fora dêle, antes são dêle dependentes, estão encerrados na sua época (1).

---

(1) Como se sabe teem sido muito divergentes os critérios seguidos no estudo e apreciação do génio e da genialidade. O ponto de vista antropológico de um LOMBROSO, de um RICHET, de um RONCARONI, difere enormemente do critério psico-sociológico de um MEYER ou de um BALDWIN, e do ponto de vista sociológico de um SPENCER, de um TAINE ou de um NORDAU, etc.

E assim, tais critérios oscilam entre os pontos limites do conceito mecanista — segundo o qual o génio e as suas manifestações estão inteiramente ligados às condições materiais e morais do meio, e a concepção da quási absoluta liberdade e independência do génio, apresentando êste como um milagre da criação. Mas, *in medio stat virtus*.

O produto do génio consta de um conjunto de manifestações psíquicas que a sciência actual estuda com relativa exactidão, e, portanto, fora do conceito de milagre, de acaso, de acidente. O génio implica, necessáriamente, um certo *quantum* de espontaneidade, que consiste, não na sua independência em face das condições físicas e sociais, mas na maneira essencial, particular, original, como êle adapta a si e utiliza tais condições orgânicas e sociais.

Ora, tal originalidade do génio é o produto de uma síntese particular e excepcional dessas condições na sua reflexão ou influência sôbre os homens de génio.

Assim, o génio com os seus caracteres de individualidade, originalidade, espontaneidade e liberdade escapa, em grande parte, à influência da hereditariedade, da estabilidade e do determinismo.

A influência do génio sôbre a multidão explica-se por esta se ver nele reflectida, nos seus desejos, aspirações ou necessidades,

Com relação ao comum dos homens essa prisão, essa ligação e essa dependência são enormes, tornando-se todo o ser humano o produto das condições da sua época, ou, pelo menos, a sua actividade é por estas limitada. Comtudo, tal dependência longe de ser uniforme para todos os homens e em todos os meios, varia de indivíduo para indivíduo, de um meio para outro, e de época para época.

Assim, quanto mais inferior é o indivíduo em relação ao meio maior será a influência dêste sôbre êle, e, tambêm, nas sociedades inferiores essa influência é muito maior.

Porêm, na determinação dessa dependência é impossível fixar leis, fórmulas, princípios, porque só se podem registar factos.

As fases da evolução dos indivíduos ou dos povos não são por toda a parte exactamente as mesmas, pois há diferenças individuais e sociais qualitativas no desenvolvimento histórico, não havendo paralelismo entre a evolução da psico-

---

porque êle sabe dar uma expressão precisa, concreta e nítida ao que no espírito da multidão existe com uma forma vaga e indefinida.

Ver: R. Nazzary, *Le moderne teorie del genio*, 1904, etc.

P. Rossi, na sua obra *Os sugestionadores e a multidão*, estuda muito mais os *meneurs imediatos* como os oradores políticos e religiosos, e os autores que os *sugestionadores mediatos* que são os verdadeiros homens de génio.

Ver *Revue de Synthèse Historique*, tômo viii, pág. 144 a 146.

Acêrca de *A concepção sociológica do génio*, ver a obra de Draghicesco, *Du rôle de l'individu dans le déterminisme social*, 1904, pág. 272 a 337.

logia geral de um agregado social ou de um povo e a história objectiva dêsse mesmo agregado e dêsse mesmo povo (1).

Quanto às relações entre os factores materiais e os psíquicos na evolução íntima das nacionalidades LAMPRECHT segue, mas bastante de longe, MARX, pois ao passo que êste afirma a dependência causal e completa dos valores morais em relação aos factores económicos, variando, oscilando com estes, LAMPRECHT limita-se a afirmar uma simples *relação* entre os valores morais de uma sociedade ou de um povo e as suas transformações políticas ou históricas e sociais (2).

Mas aqui, como em outros pontos, LAMPRECHT hesita, oscila, contradiz-se, pois, logo a seguir à declaração que não segue a doutrina pura de

---

(1) Se é certo que as fases da evolução dos povos não se teem feito paralelamente, não há dúvida que como diz LAMPRECHT, no seu citado prefácio: «o movimento da história universal desenrola-se como alguma cousa de único acima do desenvolvimento típico das comunidades sempre específicamente dotadas».

E, logo acrescenta: «E o que de uma forma geral imprime ao movimento da história universal o seu carácter singular, é que as comunidades humanas particulares na recíproca e simultânea penetração das suas civilizações como nos renascimentos de civilizazões passadas fecundam-se de tal maneira que sempre algumas, pelo menos, das civilizações posteriores, ainda que passando pelos mesmos estadios da evolução distinguem-se, comtudo, das civilizações anteriores ao mesmo tempo pela maior riqueza e pela mais acentuada complexidade dos seus fenómenos».

Mas, logo adita que nesses «enriquecimentos sucessivos da alma humana» só muito próvisóriamente se pode reconhecer «uma marcha clara da civilização», e «uma certa finalidade».

(2) Êste ponto já foi mais ou menos tratado numa das *notas* anteriores.

Marx e dos marxistas, êle afirma — como um fiel discípulo do autor do *Capital* — que o progresso económico, e, portanto, o progresso social são os motivos fundamentais do desenvolvimento normal das nações, não tendo os outros factos mais que uma importância secundária, e, só por excepção à regra geral, excedem, em influência, aqueles motivos.

Acentuando mais as ideas de Lamprecht acêrca da concepção sociológica ou sócio-psíquica da história, a propósito das relações entre a massa e o heroi — grande homem — como as circunstâncias externas e as acções individuais eminentes, — diremos que o autor da *História da Alemanha* tal importância dá a êsse ponto que faz dêle — como Bernheim — o principal problema metodológico da história moderna e contemporânea.

Mas, entende que não sendo possível fechar ou concretizar a sua resolução em leis ou fórmulas definidas e fixas, é possível indicar, sem receio de êrro, e de uma forma geral, que a solução de tal problema se vai fazendo no sentido de uma decrescente importância dos factores individuais e no de um aumento constante de poder das acções sócio-psíquicas.

Repetindo que as relações entre as massas e os grandes homens devem ir sendo determinadas de uma forma empírica para cada fase da civilização, êle escreve:

«As fases primitivas apresentam-nos, com

efeito, a associação da necessidade empírica, no sentido da dependência externa dos indivíduos, com a liberdade arbitrária. Nas fases superiores, encontramo-nos em presença de uma liberdade empírica maior em relação ao meio exterior — por um lado, e de uma independência interior, consciente, e maior, em relação às tradições do passado — de outro. Por isso, penso que a cada época se deve aplicar sua fórmula particular, mas que tal fórmula, não podendo resumir-se em duas palavras, resulta da maneira como o historiador, descrevendo-a, trata de uma dada época» (1).

Mas acha êle que será possível passar das relações temporárias e variáveis em cada fase da civilização para as relações superiores e constantes entre a massa e o indivíduo. E propõe, como único — e exaustivo — meio o seguinte: principiar por separar todas as relações particulares, temporárias, para o que é essencial fazer um estudo profundo da história da civilização de todos os povos superiores desde os seus inícios; a seguir, comparar entre si todas as relações temporárias, a fim de descobrir o que nelas há de diferente e de comum, considerando os caracteres comuns resultantes de tal selecção como fazendo parte do grupo das relações constantes.

É para êsse estudo — complexo e difícil — que

(1) K. Lamprecht, in *loc. cit.*

deve tender na sua evolução lógica a história da civilização contemporânea (1).

Não falta — especialmente entre os sociologistas — quem afirme que cada época, cada século, cada geração necessita refazer a história para seu próprio uso, adaptando-a aos seus sentimentos, às suas ideas e às suas aspirações (2). E como no período actual as questões sociais são preponderantes, e estão por toda a parte na ordem do dia, natural é que o ponto de vista social vá influenciar aqueles que estudam o passado humano.

Assim, enquanto os historiadores cuidam de aplicar o método histórico à sociologia (3), outros

---

(1) O aparecimento da *Deutsche Geschichte*, de LAMPRECHT, originou uma enorme discussão, e deu azo a uma importante bibliografia com muito mais de 100 peças, onde os apologistas da *concepção individualista* da história e os da *concepção colectivista* — partidários de LAMPRECHT — figuraram em acesa polémica.

Êsse acontecimento ficou conhecido pela designação de *Luta acêrca da história considerada scientificamente*, e a que VON BULOW chamou, com espírito, recordando a famosa questão literária da segunda metade do século XVIII, intraduzívelmente: *Der Lamprechtsche Sturm-and-Drang*.

Passados trinta anos após o aparecimento do primeiro volume da obra de LAMPRECHT, em 1891, o critério *colectivista* ou *sociológico* dêsse historiador tem vindo a impôr-se cada vez mais, e o período da discussão e implantação das suas ideas marca uma das mais importantes épocas do movimento bibliográfico alemão, a partir da segunda metade do século XIX.

(2) Êste ponto de vista que implica uma concepção de valores em história será estudado adiante ao tratarmos especialmente de tal concepção.

(3) É o que faz CH. SEIGNOBOS na sua obra *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales*, de que adiante nos ocuparemos. Ver artigo de HENRI BERR, *Les rapports de l'histoire et des sciences sociales*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo IV, pág. 293 a 302.

pensam, ao contrário, utilizar o método sociológico em história. É isso que faz — como já dismos — KURT BREYSIG na sua *História da civilização contemporânea.*

No primeiro volume, destinado a generalidades sôbre os *Problemas e regras para a elaboração de história universal,* BREYSIG esforça-se por mostrar a utilidade da aplicação do método sociológico à história, pois só êle pode dar a esta uma noção de conjunto dos acontecimentos e obter uma síntese das diversas formas da actividade humana: artística, scientífica, política, etc.

Com êsse método adquire-se uma noção mais geral e completa da evolução dos povos, podendo daí tirar-se conseqüências mais exactas.

O outro argumento de BREYSIG e dos sociologistas consiste em afirmar que são ilusórios os limites entre a história e a sociologia, pois é fictícia toda a separação entre os factos humanos do passado e os factos humanos do presente.

Ser presente ou ser passado não implica uma diferença de natureza interna, mas sim de carácter exterior, isto é, uma diferença de posição em relação a um dado observador.

Segundo êste critério não há factos históricos por sua natureza, mas simplesmente por acidente, por posição no tempo.

Levando longe tal critério BREYSIG conclue que a história não é uma sciência com objecto próprio, com individualidade, pelo menos uma sciência como as outras, e o seu método deve dife-

rençar-se radicalmente dos métodos das outras sciências (1). Faltando à história um objecto próprio, especial, característico, pode ela entrar na sociologia, como tambêm entende SIMMEL.

É com êsse critério que BREYSIG trata, no se-

---

(1) O sociologista italiano CESARE RIVERA na sua obra *Il determinisme sociologico. Saggio critico d'uno programma di sociologia scientifica*, aparecido em 1903, entende que a sociologia, não obstante a complexidade do seu objecto de estudo, pode constituir uma sciência, compreendendo todos os factos psíquicos desde a língua até à religião, dos factos de natureza económica aos de carácter moral, da arte à política. Ela implica o estudo das leis e das relações psíquicas entre os seres humanos que formam uma sociedade.

Assim, a sociologia sendo uma sciência basea-se em fenómenos gerais, isto é, em leis, repetindo-se ao infinito.

Mas, ao contrário do que seria de esperar o autor não admite a previsão em sociologia, porque êle compreende tal previsão como uma antevisão de factos e não como a natural conseqüência de fenómenos regidos por leis — por aquelas leis, de resto, que êle próprio considera as bases da sociologia.

Quanto às relações da sociologia com a história elas são nulas, e quanto mais a sociologia fôr uma sciência maior será a sua distância da história.

Assim, esta, ocupando-se de factos particulares e mutáveis, de acontecimentos variáveis, não pode constituir-se em uma sciência porque tais factos, tais acontecimentos, não proveem de causas gerais, nem se podem submeter a leis. Por isso os factos históricos não podem ser determinados e ainda menos previstos.

O historiador romeno A.-D. XÉNOPOL ao criticar esta obra considera «como absolutamente erróneos no ponto de vista lógico» os princípios e concepções de M. RIVERA sôbre a sciência. E explica: «a sciência prosegue ... a investigação da verdade em duas direcções: o estabelecimento dos fenómenos e a investigação das causas. As sciências de repetição são muito mais aptas para descobrir o primeiro género de verdades, a história o segundo». E conclue: «A história é, pois, tambêm uma sciência».

Ver *Revue de Synthése Historique*, tômo XII, pág. 191 a 196.

gundo volume, *Da Antiguidade e da Idade Média* para comprovar a sua teoria favorita da maior libertação colectiva, do maior *individualismo das massas* — o *Massenindividualismus.*

Pensando de uma forma muito diversa está Arvid Grotenfelt, professor da Universidade de Helsingfors — de quem várias vezes tratamos neste capítulo. Êsse teórico da história numa obra sua acêrca da *Classificação de valores em história* (1) começa logo por dizer que a história não é um simples armazêm de materiais, e mostra-se inclinado para os adeptos da *escola nova* de história, que entendem que esta é uma sciência de leis.

Insistindo, volta a dizer que a história não tem só por objecto recolher factos isolados, ela tem tambêm por missão ligá-los, seriá-los, estudar a evolução na sua origem e unidade, emfim, é uma *sciência genética.* Mas, ela não se limita a ligar factos isolados, tambêm estabelece relações entre os factores individuais e as fôrças colectivas.

Assim, a sciência da evolução, da dinâmica das sociedades, e a sciência da sistematização e da estática sociais, teem naturais relações recíprocas, isto é, entre a história e a sociologia se há completa separação não existe uma completa e fundamental distinção.

Porêm, como diz Grotenfelt «a história e a

---

(1) *Die Wertschätzung in der Geschichte. Eine kritische Untersuchung,* Leipzig, 1903, VII-228 pág.

sociologia não poderiam fundir-se numa só disciplina. A diferença reside na *tendência* da investigação, no fim último que o trabalhador judicioso deve sempre ter ante os olhos como farol condutor».

E Grotenfelt, continuando a caracterizar a distinção entre a história e a sociologia, entende, em oposição aos historiadores sociologistas, que quando a história encontra generalizações e leis, ela deve relegá-las para a sociologia, pois é esta a sciência do geral, e, por isso, só a ela dizem respeito.

Assim, êle, falando da obra de Buckle, não nega que a história possa descobrir «relações permanentes, generalizadas», mas quando se vai alêm de tal descoberta, de tal constatação, entra-se nos domínios da sociologia, porque é esta a sciência das generalizações.

Como se vê, Grotenfelt, dando à sociologia, como objecto, a função de investigar o geral, confunde-a com a antiga filosofia da história.

Nas mesmas águas de Grotenfelt navega o dr. J. Goldfriedrich que, na sua *História das ideas na Alemanha*, também considera a história como uma sociologia particularizada, vendo, contudo, entre elas relações recíprocas.

Assim, nesse corpo scientífico, uma é um esqueleto a outra fornece a carne e o sangue. Numa predomina o característico, o típico, o permanente, na outra domina o variável, o singular.

São duas manifestações do mesmo objectivo,

dois meios para alcançar o mesmo fim: o conhecimento da vida histórica, da vida social, humana.

Da mesma forma que GROTENFELT, GOLDFRIEDRICH — como muito acertadamente nota M. HENRI BERR — tem uma noção incompleta da história, parecendo não conceber a existência da síntese histórica, isto é, «da investigação do geral em história» — o que o leva a confundir esta com a sociologia.

Para êle a evolução histórica é, essencialmente, um problema de psicologia, e estudá-la é procurar conhecer como a humanidade tem vindo a passar da inconsciência à reflexão através dos *momentos* vários da diferenciação e da integração sociais, da divisão do trabalho, e da associação, da libertação do pensamento, etc.

Com muita mais razão se expressa HENRI BERR, quando, ao falar das relações entre as duas sciências, diz «que a sociologia para se constituir deve ser, antes de tudo, um estudo positivo do que é social em história». E acrescenta «... que ela deve partir dos dados concretos da história».

Mas, como ela só se ocupa do que é social em história vê-se logo que não esgota a história, porque nesta sciência há muita cousa que não sendo social não pode ser incorporada naquela, emfim, que a sociologia não deve ter a pretensão de englobar e de absorver a história confundindo-se com esta.

Na história há que considerar, alêm do ponto

de vista e dos métodos de erudição e de crítica, com que faz os seus estudos e que, por completo, a distinguem da sociologia, todo o capítulo especial relativo ao estudo das grandes individualidades — o que faz entrar a história em especiais relações com a psicologia.

Assim, a história ocupa-se dos factos ou comparando-os, independentemente dos lugares e do tempo onde e em que se teem passado, para neles descobrir as semelhanças e determinar os caracteres gerais que os distinguem e singularizam, ou só abstraindo do lugar para «descobrir o geral na sucessão dos acontecimentos particulares», ou, ainda, agrupando os factos em relação a um critério de unidade — como os grandes homens, povos, épocas e instituições, — e colocando-os em série.

Quanto à primeira modalidade do trabalho histórico não há dúvida que ela permite senão a fusão pelo menos a confusão da história com a sociologia; porêm, os dois outros objectivos da história diferençam esta por completo daquela.

Mas, necessário é não cair em outro exagêro, concluindo que em história tudo se reduz à psicologia: psicologia colectiva — no estudo dos povos; psicologia social — para o estudo comparativo das sociedades; e psicologia individual — destinada ao estudo dos grandes homens de acção e do pensamento (1).

---

(1) Além disso há que considerar as aplicações especiais à

É nesse extremo que cai Henri Berr quando escreve:

«L'étude des séries historiques, doit aboutir à la psychologie des grands hommes d'action et de pensée, des individualités ethniques, des moments critiques de l'histoire».

E a seguir: «De l'ensemble de ces études, de l'élaboration de cette psychologie historique, dépend non seulement l'intelligence du passé, mais la direction de l'avenir» (2).

Como se tem visto são muitas e fortes as oscila-

---

história dos trabalhos de psicologia individual, como, entre outros, o que se refere à psicologia do testemunho. Se bem que já no fim século xviii se notassem as alterações, as deformações, inconscientes da memória, foi especialmente no século xix, com Nieburh e Ranke, que se começou a estudar o *depoimento histórico.*

Hoje, tal estudo é do domínio da psicologia experimental.

Ver vários artigos de Binet e Henri sôbre a *Sugestibilidade, a memória das palavras e frases,* etc.; de Claparède sôbre a *Psicologia do juízo*, Larguier be Bancels sôbre a *Psicologia judiciária:* todos na colecção do *Année psychologique;* a *Sugestibilité*, de Binet; o *Lehrbuch...*, de Bernheim; *La psicologie du témoignage en Histoire*, de André Fribourg, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo xii, pág. 262 a 277; *Nouvelles experiences sur le témoignage,* por André Fribourg, in *Revue* citada, tômo xiv, pág. 158 a 167.

Consultar, também, o artigo de Bernheim nos *Beiträge Zur Psychologie des Aussage* de L. W. Stern, Leipzig, 1907, tômo ii, pág. 110 a 117; acêrca de *As relações da metodologia histórica com o testamento,* onde o eminente metodologista nota o proveito que a crítica das fontes históricas, com os seus numerosíssimos estudos rigorosamente feitos e fiscalizados, pode dar e receber dos trabalhos de psicologia sôbre o testemunho, a fidelidade das recordações, as «influências sugestivas» que incidem sôbre a testemunha, etc.

(2) In *Revue de Synthèse Historique,* 1900, pág. 4 a 6.

ções de critério na caracterização da história, na fixação dos seus limites e na compreensão das suas relações com as sciências psicológicas, com a sociologia e com a política.

Não admira que sejam tão divergentes as opiniões entre os historiadores, os sociólogos e psicologistas se mesmo dentro de cada sciência as opiniões estão longe de se combinarem e ajustarem. Na sociologia, por exemplo, há uma grande diversidade de pontos de vista, de critérios e de correntes.

Assim, a sociologia de Durkheim não é igual à de De Greef; e qualquer destas é diferente da de René Worms, de E. Roberty, etc.

Vejamos êste, por exemplo. No seu *Nouveau programme de sociologie*, aparecido em 1904, Roberty afasta-se tanto dos que querem reduzir os fenómenos sociológicos a fenómenos biológicos como dos que querem identificar a sciência social com a psicologia, considerando a sociologia com uma sciência autónoma com o seu lugar fixado na hierarquia scientífica.

A inter-acção psico-física, determinando a passagem da vida orgânica à super-orgânica; determina a inter-acção psicológica, e faz aparecer o objecto da sociologia. Mas logo os psicologistas respondem que a distinção entre fenómenos psico-físicos e psicológicos não é de natureza, mas sim de grau, pelo que a separação entre as duas ordens de manifestações é tão subtil como artificial.

Admitindo que o fenómeno super-orgânico — objecto dos estudos sociais — não possa reduzir-se e confundir-se com o fenómeno vital, biológico, orgânico, não há dúvida que a êle pode reduzir-se um fenómeno de natureza psicológica — como entendem alguns, ou concluir, que êste sai daquele — como querem outros, ou, ainda, fazendo derivar o fenómeno sociológico ao mesmo tempo que a manifestação psicológica — como opinam bastantes.

Sucede, por vezes, que quanto mais os homens de sciência procuram distinguir a psicologia colectiva da psicologia social, e ambas da sociologia, fixando a cada uma os seus objectivos e os seus limites, maior é a confusão que daí resulta.

Tal o caso da obra de Pascuale Rossi — *Sociologia e psicologia colettiva,* publicada em 1904.

Êste, vendo que, num outro seu trabalho, aparecido em 1900, sôbre *Psicologia colectiva*, havia estabelecido, com a sua teoria das multidões extáticas e dinâmicas, concentradas e dispersas no tempo e no espaço, uma muito regular confusão entre a psicologia colectiva, a psicologia social e a sociologia, escreveu a segunda obra para delimitar o âmbito de cada uma (1).

---

(1) O mesmo intuito tem o sociólogo romeno M. Draghicesco, além de tantos outros cultores das sciências sociais. Também êste professor da Universidade de Bucarest, na sua obra *Du rôle de l'individu dans le déterminisme social*, procura na segunda parte estudar as *relações entre a psicologia* e a *sociologia*,

Assim, a psicologia colectiva teria por objecto a multidão instável ou pouco estável que se cria entre um povo e se manifesta de uma forma invariável, com os seus caracteres gerais, hiperorgânicos, atávicos, e independentemente das condições da raça e das circunstâncias de tempo e de meio.

A psicologia social ocupar-se hia da multidão estável, permanente, formada pelo povo, e portanto mais complexa, mas também muito mais duradoura.

Acêrca da sociologia, ocupar-se hia esta do agregado social organizado, primeiro de uma forma inconsciente e automática, e, depois de uma maneira mais consciente e reflectida — como quere De Greef, e tem por fim coordenar e sintetizar os dados fornecidos pelas duas sciências anteriores.

Mas só as criaturas superficiais e pouco reflexivas, os tipos psicológicos verbais, se poderão satisfazer com tais diferenciações e com tal fixação de caracteres, deixando logo de perguntar quais são os caracteres *hiperorgânicos,* atávicos, etc., e onde acabam êles para começarem os adquiridos no decorrer da civilização.

Muitos, muitíssimos, argumentos, e tantíssimas perguntas se poderiam fazer aos Rossi, aos Naz-

---

e não obstante encher 150 páginas de considerações e argumentos o certo é que não se fica melhor instruído ao acabar o capítulo que ao começá-lo.

zari, aos De Greef, aos Tarde, aos Roberty, aos Schaffle, às quais responderiam outros pontos duvidosos e incertos numa discussão vaga e apriorística. É o que sucede na citada obra de E. Roberty — *Nouveau programme de sociologie,* aparecida em 1904.

Aí tudo é confuso, tergiversante, nebuloso desde as concepções até à nomenclatura. E assim, procurando o autor estabelecer a natureza do facto social, determinar o método sociológico e traçar a lei geral da evolução social, êle, muito mais que o cumprimento dos objectivos que a si próprio impôs, só consegue fazer uma obra complexa, vaga, metafísica e apriorística.

O facto social é para êle anterior ao facto psicológico, considerando-o como um facto superorgânico, isto é, como a floração última e a mais complexa da vida, produto de uma interacção de *cérebros,* que desenvolveria a consciência individual, e da interacção das consciências individuais que produziria o pensamento individual superior e a vida social vasta e complexa.

Roberty tratando do método sociológico é ainda mais vago e obscuro, e quanto à tendência da evolução social é francamente arbitrário e caprichoso no seu simplismo. Para êle, a história consiste numa única evolução, sendo esta o resultado da diferenciação de quatro modos de actividade social: o pensamento analítico — a sciência; o sintético e apodítico — a religião e a filosofia; o pensamento simbólico e romântico — a

arte; e o pensamento prático e teleológico — a acção, que na sua origem se confundiam (1).

Xénopol no seu estudo sôbre a *Sociologia e a história,* insistindo sempre que a sociologia estuda as leis de repetição dos fenómenos sociais ao passo que a história se limita a registar o desenvolvimento dêles em série, no tempo, isto é, os factos sociais repetindo-se podem dar origem a leis gerais, ao passo que os factos históricos, sempre diferentes, não se repetem, sucedem-se, e a história deve limitar-se a encadeá-los em série e a descrevê-los.

Eduardo Spranger, depois de notar a natureza psicológica do conhecimento histórico, entende que sendo os factos históricos o produto da actividade individual é por meio da psicologia que em última razão se devem explicar tais factos.

---

(1) O mesmo autor numa outra obra — *Une sociologie d'action,* — aparecida em 1908, procurando as «origens sociais da razão e as origens racionais da acção», continua a manter, como no *Nouveau programme de sociologie,* a distinção entre a interacção psico-física e a psicologia, tendo sempre em vista elevar a sociologia à categoria de uma «sciência fundamental do espírito».

Também, aqui continua a afirmar que o psicológico vem do social, e que êle é não só a matéria sôbre a qual se exerce a acção social como o produto de uma tal acção, explicando, assim, o fenomenalismo social como uma sucessão de estudos psíquicos, de modificações experimentadas nas ideas, nos desejos e nas vontades. Ao contrário dos pragmatistas, êle sustenta que o conhecimento tem uma acção preponderante na vida social, sendo a essencial condição de todos os outros modos do pensamento, e que a acção é condicionada pela sciência, pela filosofia e pela arte.

Ver a análise da obra de Roberty pelo dr. Jankelevitch, in *Revue de Synthèse Historique,* Abril de 1909, pág. 190 a 195.

Assim, os conceitos dos historiadores não teem valor objectivo, não podendo, portanto, dar origem a leis gerais.

Está-se, pois, muito longe de um acôrdo ou, pelo menos, de uma harmonia de vistas, principalmente acêrca dos limites das três sciências: *psico-sociologia* ou *psicologia-colectiva,* a *sociologia* e a *história.*

Nas exposições dos livros, nos artigos das revistas, nas comunicações às instituìções scientíficas, e, principalmente, nas discussões dos congressos, vê-se por toda a parte e a cada momento surgirem os conceitos, as teorias, as opiniões, mais divergentes e fantásticas.

Quem percorrer os relatos dos vinte e tal congressos da *Associação Histórica Americana*, dos *Congressos Internacionais de História,* das reùniões dos historiadores alemães, franceses, ingleses e italianos, sempre notará, e por toda a parte, intermináveis discussões com idênticos comentários, e repetidos argumentos.

Nesses relatos encontrará, como questões crónicas e assuntos obrigatórios, os sociólogos a afirmarem que a história não é uma sciência, mas sim um colossal depósito, um enorme arsenal, de factos pacientemente descobertos, formulados, classificados, faltando-lhes a função explicativa e uma enunciação das causalidades; mais dizem êles que a sociologia presta à história os maiores benefícios, alêm de uma teleologia, os quadros de síntese, as teorias e as leis que vão tornar

úteis, eficazes e vivos os apontoados de factos que a história organiza.

Outras vezes, dizem êsses sociologistas, a história mete-se, abusivamente, a fazer generalizações quando a sua função é de estudar o *particular*, o *individual*.

Assim, mais ou menos, se teem expressado o prof. F. H. Giddings, de Columbia; o prof. Albion W. Small, da Universidade de Chicago, etc.

Para o prof. Lester Ward, do Smithsonian Institution, a sociologia é uma sciência ao passo que a história não o é; aquela assenta sôbre um encadeamento causal e a história sôbre uma série de factos; emfim, a «história é uma ocupação agradável e um amável passa-tempo» (1).

Quanto a P. Barth e a alguns outros sociologistas, pretendem estes identificar a sociologia com a filosofia da história, e admitem o conhecimento individual, mas como base indispensável para admissão de leis naturais na vida da humanidade (2).

Quanto aos historiadores, respondem êles que a história é, cada vez mais, uma sciência, e uma sciência dia a dia mais objectiva, baseada no

---

(1) Outros teem dito da história cousas muito peiores. Assim, Peladan no seu pequeno estudo sôbre *Le secret de Jeanne d'Arc*, diz:

«L'histoire est rarement vraie; elle se colore dans le cerveau d'une homme passionné, qui plaide, en sa narration, par un client abstrait».

(2) P. Barth defende tais ideas no seu *Die Sociologie als Geschichtsphilosophie.*

estudo dos documentos — que são os vestígios dos factos passados, que os vai estudando, classificando, seriando com a mesma meticulosidade que o naturalista põe na investigação e classificação dos seus exemplares de estudo.

Passando à crítica dizem êles que a sociologia abusa muitas vezes das generalizações, esgotando a sua actividade em construir e derrubar teorias e leis, torturando os factos para os fazer caber nos moldes mais ou menos estreitos das hipóteses; emfim, como diz o prof. Emerton, da Universidade de Harward, a sociologia é um fantasma da antiga inimiga da história: a filosofia da história.

As mesmas questões surgem no velho continente entre Von Bullow, Friedrich Gottl, Lamprecht, e muitos outros — na Alemanha; entre Lacombe e Xénopol; com Simiand, com Seignobos, Hauser, Mantoux, Henri Berr — em França; com Benedetto Croce — na Itália, etc. (1).

Tambêm Henri Berr, na sua obra *La synthése en histoire,* tem muito a peito o propósito de distinguir a história da sociologia, especialmente na parte em que melhor se podiam identificar e confundir essas duas sciências: na *síntese histórica.*

---

(1) Acêrca das relações da história com a sociologia e a política segundo Maxime Kovalevsky, ver um artigo de E. Tarbouriech na *Revue du Mois,* n.º 5, de 10 de Maio de 1906. Como já antes o havia dito um teórico da História — H. Berr: «le politique idéal, c'est l'historien parfait».

Ao tratarmos da metodologia histórica êste ponto será versado mais especialmente.

E se bem que êle distinga, na ordem dos factos históricos, o domínio da contingência do da necessidade, vendo no domínio geral, do permanente e do necessário em história — e que se pode traduzir em leis — o próprio domínio da sociologia, êle logo acrescenta que o que diferença a história desta sciência é que ela no seu estudo dos factos não pode abstrair do variável, do individual, do contingente, do imprevisível.

Dissemos há pouco que P. Barth e outros identificam a sociologia com a *filosofia de história,* e iremos ver, quando tratarmos dos objectivos da história, que H. Rickert passa insensívelmente para esta partindo da *história universal.*

2.º — A História. Sua natureza, seus objectivos, sua aplicação

a) A história como sciência e como arte

Agrupada a história entre as sciências sociológicas, vamos ver muito abreviadamente como teem sido diversos os critérios sob que ela tem sido considerada e estudada.

Para uns a história é uma sciência exacta como as sciências naturais (1); para outros é uma sciên-

(1) O ilustre Du Bois Raymond aplicando à história o método das sciências naturais descutiu com Liebig se o império romano teria sossobrado se os romanos houvessem conhecido as propriedades agrológicas do ácido fosfórico e houvessem aplicado êste em tornar fecundo o seu solo estéril, ou se conhecessem o uso da pólvora pelo qual repeliriam fácilmente os bárbaros.

Buckle ao escrever a *História da Civilização em Inglaterra*

cia especulativa — a história filosófica ou filosofia da história; para outros ela é, ainda, uma sciência normativa — uma sciência moral, estudando o passado sob o ponto de vista ético, e traçando normas ou ditames da conduta humana (1); para os estetas não passa de uma obra de arte; para os escritores de uma obra literária; emfim, para outros a história é uma sciência de aplicação como a política, chegando FREEMAN — nos seus *Métodos dos estudos históricos* — a escrever «que a história é a política do passado como a política é a história do presente».

Para alguns ingleses, como o prof. SEELEY, toda a obra de história deve dar a solução de algum problema político, como já antes para BU-

---

considerava a história como uma sciência exacta baseada na estatística.

Pelo contrário, LORENZ e BERNHEIM sustentam que a história não é nem será nunca uma sciência exacta nem uma sciência natural.

(1) Como se sabe, DURKHEIM e os sociologistas seus discípulos como os moralistas LÉVY-BRUHL, RAUH, etc., teem feito todas as tentativas e procurado todos os meios para aplicar aos factos sociais e às chamadas sciências morais os métodos de investigação e de exame seguidos nos estudos dos fenómenos matemáticos, físico-químicos e biológicos.

Para LÉVY-BRUHL o fenómeno moral é um fenómeno interno, psicológico, e um reflexo da realidade social, por isso observável, e até mensurável.

Para outros a moral é uma sciência especulativa e normativa.

Deve, porêm, dizer-se que contra a história como sciência moral e normativa da conduta humana levantam-se alguns moralistas como o próprio RAUH na sua *Expérience morale*, pág. 53.

DURKHEIM e LÉVY-BRUHL procuram tirar da sociologia, regras da acção humana.

CKLE, ela, baseada na estatística, era uma sciência do govêrno dos povos.

Já vimos que FREEMAN tem, mais ou menos, êsse critério, outro tanto sucedendo com DAHLMANN e LORENZ.

Para BRUNO GEBHARDT — na sua obra *História e Arte* — a história deve ressaltar da combinação da investigação dos factos — mister scientífico, com a sua exposição e descripção — obra de arte.

Mas, a história é essencialmente uma obra de arte, pois para encontrar por detrás dos factos o seu espírito e para o expôr é necessário um poder divinitório, sendo por isso uma espécie de criação poética (1). Só a imaginação é capaz de descobrir e reproduzir êsse espírito, só ela é capaz de descobrir os personagens — mas não de criá-los que é função do poeta e do romancista (2).

---

(1) H. RICKERT na sua obra várias vezes citada neste capítulo — *Die Grenzen des naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*... — que é, como indica o seu sub-título, uma *Introdução às sciências históricas* — e, tratando da arte da história, diz êle: «para o artista a arte é o fim, emquanto que para o historiador ela não é mais que o meio, pois o fim é a verdade».

Depois, uma obra de arte é sempre limitada, ao passo que a seriação e o desenvolvimento histórico são infinitos. Para fazer com elementos históricos uma obra de arte — um drama, um romance, um quadro — é necessário separar os acontecimentos das suas raízes, e amputá-los das seqùências e conseqùências, porque — como êle diz: «A arte isola, ao passo que a história liga».

(2) COURNOT, no seu *Essai sur les fondements de nos connaissances*, cap. XX, diz que a história tem grandes relações com a arte, pois é pelo sentimento da continuìdade e seqùência dos factos que o historiador compreende a ligação entre os acontecimentos,

Por isso, tal imaginação deve ser sopeada, rectificada, corrigida pela experiência, pela realidade.

Com, e pela imaginação, o historiador consegue descobrir, encontrar, o verdadeiro espírito dos agentes pessoais dos acontecimentos históricos, profundar as suas intenções, justificar e explicar os seus actos, discernir a harmonia dos acontecimentos onde à primeira vista só se nota a desordem, reconstituir a unidade na variedade, emfim, poder «compreender e representar a realidade histórica» (1).

Um pouco como GEBHARDT, RANKE também não desdenha a imaginação, pois, por ela, pelo espírito divinitório, atinge-se, por vezes, melhor e mais depressa o *espírito* dos factos, as suas fôrças ocultas, que por meio de uma demonstração rigorosa.

---

nota o nexo entre as séries de factos baralhados, e estabelece as grandes linhas primárias com as suas ramificações e variantes.

É pela arte que o historiador pode descobrir, surpreender, uma fisionomia, além do interêsse dramático que a história apresenta.

(1) Acêrca do papel que pode desempenhar a imaginação nos trabalhos de reconstituíção histórica, ver um estudo de XÉNOPOL — *L'imagination en histoire* — inserto na *Revue de Synthèse Historique*, números de Fevereiro e Abril de 1909. O autor, depois de tratar da função que ela tem desempenhado nas sciências naturais, na paleontologia, na paleografia, na paleobotânica, na paleozoologia, etc., para a reconstituíção dos seres, dos acidentes e meios físicos desaparecidos, ocupa-se do trabalho da imaginação em história, trabalho tanto mais importante quanto mais raros são os documentos e outros vestígios dos tempos passados.

Para o eminente autor da história dos papas, a história sendo para todos os efeitos uma sciência, e sempre baseada na investigação documental, também é uma arte, e não só pela utilização, muito fiscalizada da imaginação, como ainda pela forma, pelo aspecto literário que deve ter a exposição e o descritivo históricos (1).

Por sua vez ALMANN — num artigo da *Revista de História*, de SYBEL, em 1885 — vê na história só uma sciência e não uma arte, pois a forma literária, e até artística, que possa ter a sua exposição não constitue uma característica da história, pois outro tanto se deve dar com a exposição filosófica, etc. (2).

Também, sendo a história uma sciência que só pela investigação e a crítica pode chegar à verdade não é admissível qualquer papel fundamental da imaginação.

Quanto ao campo de investigação e ao objecto

---

(1) FUSTEL DE COULANGES, pelo contrário, escrevia: «Il n'y a pas de divination en histoire. Le meilleur historien est celui qui voit le plus profondément et le plus exactement».

(2) BERNHEIM e LORENZ também entendem que a forma literária é uma cousa muito secundária em história, e que à medida que os métodos scientíficos de investigação e crítica se vão aperfeiçoando, a história vai perdendo o seu carácter de obra da arte para se tornar só uma obra de sciência.

Acêrca dos critérios de GUILHERME HUMBOLDT e de EHRARDT com relação à história como obra de arte, e do papel da imaginação em história, ver: PASQUALE VILLARI, *L'histoire est-elle une science?* in *Revue de Synthèse Historique*, tômo III, pág 128 e 129. Neste nosso estudo temos seguido um pouco êsse magnífico trabalho de P. VILLARI.

de estudo da historiografia não há maior convergência de vistas. Ao passo que GUILHERME HUMBOLDT, BERNHEIM, EHRARDT, etc., entendem que as multidões e a civilização em geral como os indivíduos — ou unidades psicológicas: — tudo deve ser objecto da história, para MORITZ RITTER «o ponto central das investigações históricas deve ser o Estado, porque essas investigações não se ocupam do homem senão nas suas relações com o Estado».

Outro tanto diz o professor SCHÄEFERS, da Universidade de Tubingue, para o qual o Estado tem sido, é, e continuará sendo, o ponto obrigado para a solução de um infinito número de questões, pelo seu estudo a história fica com elementos para considerar e julgar os factos particulares.

Da mesma forma teem pensado MOMMSEN, XÉNOPOL, etc. Digamos ainda alguma coisa dêste último.

XÉNOPOL, publicando em 1908 a sua obra *La Théorie de l'Histoire,* desenvolvia entre as ideas que lhe eram mais caras, e que já abordara, em 1899, nos seus *Principes fundamentaux de l'histoire,* o da diferença entre a história e as outras sciências.

Ao passo que as outras sciências estudam os *fenómenos que se repetem,* mercê da permanência e coexistência das fôrças que os produzem e que, assim, «incidem constantemente em condições sensívelmente idênticas» no tempo e no espaço, os fenómenos históricos nunca se repetem, não

fazendo mais que seguir-se, suceder-se, pois que ainda que as mesmas fôrças os produzissem as circunstâncias já se haviam de tal modo modificado, as condições eram já tão diferentes, que os efeitos não podiam jámais ser idênticas.

Daqui conclue Xénopol que as primeiras — as sciências dos fenómenos de repetição — são as únicas que podem formular leis, e estas marcam, apenas, as relações entre os fenómenos e as suas causas, porque o que melhor as caracteriza é a uniformidade e a inalterabilidade dêsses fenómenos independentemente das condições de tempo e lugar (1).

Por sua vez, a história, como a sciência dos fenómenos de sucessão, não admite leis, porque a causa é diferente do efeito, exercendo a sua acção em condições constantemente mutáveis, não existindo, assim, uniformidade nos fenómenos.

Mas, se em história não existe — para Xénopol

---

(1) Acêrca das chamadas, por Xénopol e outros, sciências de repetição ou sciências de leis às sciências da natureza deve dizer-se que as cousas não se passam em tais agrupamentos scientíficos com o simplismo que êsses teóricos consideram.

Rigorosamente, scientíficamente, não há na natureza uma pura e exacta repetição de fenómenos ou de estados de corpos. Como entende Etienne Rabaud na sua obra *Le transformisme et l'experience,* e considera o ilustre biologista Félix Le Dantec in *Revue Philosophique,* 1912, n.º 6, pág. 652:

«En sciences naturelles, le corps qui sert de sujet d'expérience ne se trouve jamais deux fois identique à lui même dans l'histoire du monde. Il change à chaque instant de sa vie, et il diffère, à chaque instant aussi, de tous ses congénères».

— a generalização dos actos, a condensação dos fenomenos em *leis*, há a possibilidade da sua fixação e diferenciação em *séries* (1).

Assim, ao passo que as outras sciências teem por fim descobrir as leis dos fenómenos que estudam, a historia tem por objecto estabelecer as séries dos acontecimentos, isto é, ligar estes entre si e relacioná-los com as suas causas, ou, melhor, com a unidade de causa, mostrando, por esta forma, que o movimento é um só e mesmo, e a evolução uma única e mesma (2).

---

(1) Mr. G. Vailati, professor de história da mecânica da Universidade de Turim, numa comunicação ao congresso internacional de história, realizado em Roma, há alguns anos, acêrca de *A possibilidade de aplicar o conceito de causa e de efeito nas sciências históricas*, diz que sendo costume afirmar a inferioridade em solidez, das leis históricas em relação com as das sciências matemáticas e físicas, isso não é assim, pois as leis físicas, químicas e das restantes sciências da natureza apresentam também excepções. Estas leis são necessárias, mas só quando se deduzem lógicamente de outras, terminando tal cadeia por alguma cousa que não apresenta necessidades lógicas. Elas enunciam analogias e regularidades semelhantes às que se notam nos fenómenos sociais. Quere dizer que nem a influência da vontade humana nem os fenómenos sociais podem constituir prova ou carácter especial que mostre as leis sociais menos seguras que as leis físicas. Por outra forma: a realização ou não realização de um dado facto devido à intervenção da vontade humana em nada altera a conexão dêsse facto com o seu antecedente constante.

(2) Acêrca da complexa questão de causa e dos *princípios de causalidade* nos *factos de repetição* e nos *fenómenos de sucessão* ou *históricos*, ver: um estudo, também, de A.-D. Xénopol in *Revue de Synthèse Historique*, tômo viii, pág. 265 a 295; tômo ix, pág. 7 a 21; e a seguinte obra do mesmo autor: *Principes fundamentaux de l'histoire*, pág. 152, etc.

Também, o historiador italiano Benedetto Croce fez acêrca de

Essa evolução é, emfim, o produto de uma causa profunda, de uma fôrça interna, e eterna de renovação.

Como se vê, para Xénopol o princípio da causalidade é essencial em história, isto é, na sciência dos factos de sucessão.

Efectivamente, a sciência procura *explicar* estes, e é a êsse instinto que corresponde o conceito de causalidade a que Em. Meyerson — na sua *Identité et réalité* — chama «ilusão causal».

Mas, como diz Meyerson, o princípio de causalidade constitue no organismo scientífico o factor explicativo, e o princípio da explicação é a redução progressiva à identidade. Ora, se não existe uma íntima relação lógica entre o *princípio de causalidade* e o *princípio das leis,* parece não

---

O princípio de causalidade em historiografia, uma comunicação ao citado Congresso internacional de história em Roma, onde mostra como é múltipla e equívoca a significação dada à palavra *causa.*

O filósofo, o naturalista e o historiador cada um forma da história o seu conceito especial. Definindo-se a *história* como a «investigação das causas dos factos», diz que investigar a *causa* em história consiste em ligar o facto individual ao conjunto de todos os factos individuais aceitáveis históricamente e constituindo a sua verdadeira individualidade.

Assim, para M. Croce dizer que a história procura descobrir as causas dos factos equivale a dizer, de uma forma geral, que ela procura a verdade. Mas, é necessário especificar qual a natureza dessa verdade, dessa causalidade, pois não basta a concepção geral da causalidade compreendida como uma verdade, antes é necessário procurar as formas próprias, específicas da causalidade, que, segundo os casos, pode ser estética, histórica, natural, filosófica, etc.

restar dúvida que êste último é a conseqüência do primeiro.

Assim, admitindo na história, desde já, o princípio de causalidade «e que não é mais que o princípio de identidade aplicado ao tempo», temos nós que admitir nessa sciência o *princípio da legalidade*, isto é, o *princípio das leis* — o que Xénopol contesta.

Tudo — ou quási tudo — nestes princípios de Xénopol é muito discutível, porque, na verdade, não há dois fenómenos, de qualquer natureza que seja, que se repitam integralmente, nas mesmas condições, e não se pode admitir sem sumo exame a fôrça interna que promove a evolução (1).

*

Se, como acabamos de ver em Xénopol, a história diferença-se das outras sciências pela natureza especial do objecto do seu estudo, não faltam pensadores que chegam a expressar que a história não é uma sciência mas um processo do conhecimento, e que não há uma sciência da história mas sim uma lógica da história (2).

---

(1) Ver *L'Année Sociologique*, tômo XI, pág. 49 a 51; Xénopol, *Sociologia e história*, in *Revista italiana de psicologia*, tômo X, pág. 515 a 541.

(2) De outros agrupamentos de conhecimentos tem-se dito o mesmo. É o caso da Moral -- à qual se tem negado o carácter scientífico. Mas, importa ter em atenção que o homem de sciência, que é especialista, quando sai fora dos seus estudos ordinários nem sempre vê claro.

Entre centenas de exemplos apraz-nos considerar o caso do

Êsse ponto de vista tem sido últimamente bastante seguido na Alemanha pelos filósofos, e constitue, como vamos ver, a principal característica da terceira fase da actividade historiográfica alemã.

Como se sabe, tem sido muito importante, últimamente, na Alemanha, o movimento respeitante à teoria da história.

Se bem que — como diz HENRI BERR — nunca os alemães abandonassem os estudos teóricos referentes à história, não há dúvida que através do século XIX, com excepção de RANKE e dos seus discípulos, de WAITZ, SYBEL, etc., a principal característica da historiografia alemã é a obra de erudição (1).

Assim, quando EDUARDO MAYER publicou a sua *Geschichte des Alterhums* e a monografia *Acêrca da teoria e da metódica da história* VON BELOW nota a sensação que tais estudos — especialmente a Introdução do primeiro — despertaram na Alemanha.

---

eminente matemático HENRI POINCARÉ que no seu livro *Sur la valeur de la science* nega à moral uma existência scientífica, dizendo «que a verdade scientífica que se demonstra não pode, por título nenhum, aproximar-se da verdade moral que se sente».

Ora, as cousas não se passam hoje, em *Moral*, com simplismo paiadamesco que julgava H. POINCARÉ. Ver ABEL REY, *Les Sciences Philosophiques;* J. M. LAHY, *De la valeur pratique d'une morale fondée sur la science,* in *Revue Philosophique,* de Fevereiro de 1912; *La Conscience collective et le bien obligatoire,* por A. BAUER, in *Revue Philosophique,* Junho de 1912.

(1) Ver a comunicação de M. HENRI BERR in *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne,* Maio de 1905, pág. 174 a 176, e na *Revue de Synthèse Historique,* tômo X, pág. 369 a 372.

A evolução da teoria e da metódica da história na Alemanha contemporânea pode dividir-se em três fases: a primeira tem como características a luta entre SCHAFER e GOTHEIN, aí por alturas de 1890, sôbre qual era mais importante se a história política se a história da civilização.

A segunda fase é marcada pela defesa do ponto de vista sociológico ou colectivista da história feita por LAMPRECHT e pelos seus discípulos.

A terceira *etape* de tal evolução, que começa aí por 1900, tem como característica — ¡oh paradoxo! — a própria falta de características, de distintivos, a ausência de uniformidade nos pontos de vista de, entre outros, BERNHEIM, LAMPRECHT, BREYSIG, ED. MAYER, LINDNER, WINDELBAND, RICKERT, SIMMEL, GOLDFRIEDRICH, GROTENFELT, GOTTL, etc.

Porêm, dos factos mais evidentes no meio desta desorientação, desta multiplicidade de opiniões e conceitos individuais, o que melhor se tem notado consiste na colaboração cada vez maior dos filósofos e pensadores nos estudos sôbre a teoria da história, pretendendo alguns dêles criar uma lógica da história, tendo como ponto de partida os dados da história tradicional.

Efectivamente, partindo da observação comum que à actividade expontânea em todos os campos se segue a reflexão, e que após a prática em todos os ramos da actividade humana vem a lógica, também êsses historiadores filósofos, como DILTHEY, WINDELBAND, EUCKEN, HENSEL, RICKERT,

Munsterberg, Grotenfelt, e Gottl, entendem que é chegado o momento de se criar a lógica da história, e fazendo a revisão da obra dos grandes historiadores, desde Thucidides a Ranke, concluem que a história, sendo um objecto da actividade mental dos homens, não é, comtudo, uma sciência, ou, pelo menos, uma sciência do tipo naturalista, pois ao passo que tal espécie de sciência tem como caracteres o geral, a necessidade e a causalidade, na história domina o individual, a contingência e a finalidade.

*

Vejamos agora, entre êsse grupo de pensadores, de lógicos, qual o conceito de Frederico Gottl acêrca da história, e quais os motivos porque êle não considera esta uma sciência.

Frederico Gottl, teórico alemão da história, entende que a história é diferente da sciência, e que as próprias sciências que tratam da evolução da natureza, como a geologia e a biologia, nada teem de contacto com a história.

Insistindo pela completa diferença entre a geologia histórica e a história humana, assinala a descontinuidade, a heterogeneidade entre a natureza e a história. Citando os nomes de Droysen, Bernheim, Lorenz, Ed. Mayer, Schuppe e Stammler, observa que, apesar da divergência de pontos de vista entre êsses historiadores, há uma cousa em que todos estão de acôrdo: na

emancipação do pensamento histórico do pensamento scientífico, na autonomia do conhecimento histórico. A história nada tem de comum com a sciência.

O que caracteriza os factos históricos é que êles são explicáveis no ponto de vista do pensamento lógico e das suas leis.

Por isso, no homem há dois seres: o homem da paleontologia — objecto da sciência, e o homem histórico — objecto da lógica. Mas, não se imagine que, para Gottl, o conhecimento scientífico está mais próximo da realidade que o conhecimento histórico, porque a teoria do conhecimento tende a estabelecer, cada vez melhor, o alcance e a perfeição do conhecimento histórico.

Assim, ao passo que na *vida vívida* — que é o objecto da sciência entre o *real* e o *facto* interpõe-se um processo intelectual — factível e falível, o conhecimento histórico tem por objecto a própria realidade.

Com a história atinge-se o máximo da realidade empírica, e os seus limites são marcados pelos limites dessa realidade, pelos limites do verdadeiro conhecimento.

Apesar de bastante discutida por Bernheim e outros tal teoria de Gottl — que marca um renascimento da filosofia idealista da história na Alemanha — não constitue um caso isolado, pois ela tem os seus defensores como Windelband e outros.

Vimos que F. Gottl cita Eduardo Meyer como um dos que, pensando como êle, sustentam que a história nada tem de comum com a sciência.

Efectivamente, aquele antigo prof. da Universidade de Halle, no seu opúsculo intitulado *Zur Theorie und Methodic der Geschichte*, *Geschichtsphilosophische Untersuchung* (1), declara peremptóriamente que: a *História não é uma sciência sistemática*, — ela é, até certo ponto, uma arte, — e refuta os que afirmam que a história não é estruturalmente diversa das sciências da natureza (2).

Entende êle que se se admitir que a história e a natureza são regidas por leis terão que ser eliminados o acaso, a vontade livre e as ideas individuais, para só se cuidar exclusivamente dos fenómenos da massa, das fórmulas — e, especialmente, da psicologia social (3).

Ora, para Mayer o *acaso* e a vontade livre representam factores importantes em história; e o acaso não está para êle, como para Cournot, em

---

(1) Trata-se de uma brochura de 56 páginas aparecida em Halle, em 1902.

(2) Sendo a história uma arte há nela, como em toda a actividade criadora, alguma cousa que não se ensina; o historiador como o artista, não necessita refletir sôbre o que faz.

Assim, — para Mayer — fazer a história é mais uma questão do instinto, de inspiração, que de razão. Um historiador pode ser óptimo quanto à investigação e ter ideas erróneas na interpretação e comentário; e, pelo contrário, pode ser um mau historiador com ideas exactas.

(3) Eduardo Meyer a propósito da interpretação colectivista, ou psico-sociológica, da história critica bastante Karl Lamprecht.

contradição com a causalidade, pois êle é a intersecção de grupos de factos independentes, aparecendo, mesmo, onde reinam as leis naturais (1).

Segundo êle, a história é feita de *acasos*, alguns dos quais se prolongam durante centenas ou milhares de anos.

É preciso estudá-la na sua essência e não cuidar de criar histórias novas.

Quanto às chamadas leis históricas, é isso um abuso de expressão: o que existe não são leis, são possibilidades e probabilidades.

As leis naturais, como as biológicas, são para o historiador simples hipóteses; mesmo se existissem leis da vida histórica logo que fôssem descobertas deixavam de pertencer à história; elas, mesmo para o historiador, seriam hipóteses e não objecto de investigação histórica. O fundo e o fim de toda a investigação histórica é o singular, é o individual, na história universal; por isso, não são legítimas nem a história por unidades nacionais nem a história por unidades geográficas — como entendem Ratzel, Helmolt e Vidal de Lablache (2).

---

(1) Como se sabe, em biologia o papel do *acaso* tem crescido de importância especialmente desde a teoria de Hugo de Vries que afirma que as variações *sportivas*, por salto, ou por *mutações*, oposta às variações por gradações incensíveis, são obra do *acaso*, não resultando directamente da acção do meio sôbre os seres, ou, melhor, da reacção adaptativa dos seres às mudanças de meio, ao contrário do que pensavam Lamark e Darwin.

(2) Se, quanto às obras de Ratzel e de Vidal de La Blache

A primeira obrigação do historiador consiste em estabelecer os factos que se deram, pois a exposição histórica deve ser subordinada à descoberta dêsses documentos. Mas, como o número de documentos é enorme a tarefa principal deve versar sôbre a escolha dêsses factos, separando de todos conhecidos só os factos históricos.

Ed. Meyer encontra-se, nesse ponto, precipitado na grave questão da *classificação de valores*, considerando como histórico o que tem sido eficaz, o que tem sido sucesso — o *wirksam*.

Porêm, não basta. Como muitos factos teem sido eficazes serão estes escolhidos pelo maior interêsse histórico que representam, sendo de recordar aqui que, para êsse historiador, o centro da investigação e da exposição históricas é a

---

são elas bem conhecidas entre nós, já o mesmo não sucede à *Weltgeschichte* dirigida pelo dr. Hans F. Elmolt.

Esta, que é, como o seu título indica, uma *História do Mundo*, da Humanidade, foi elaborada, nos seus nove volumes, sob uma base geográfica. O primeiro volume, aparecido em 1899, começa por expôr ideas gerais e por tratar da pre-história americana; o segundo volume, aparecido em 1902, trata da Oceania e da Ásia central; o terceiro, publicado em 1899-1901, ocupa-se da Ásia ocidental e da África; o quarto, dado a público em 1899, trata dos países mediterrâneos; o quinto, publicado em 1904-1905, trata da Europa oriental; o sexto, aparecido em 1906, destina-se à história da Europa central e setentrional; o sétimo e o oitavo aparecidos, respectivamente, em 1900 e 1902-1903, ocupam-se da Europa ocidental, sendo o último destinado a aditamentos, índices, etc.

Emfim, essa obra até ao oitavo volume foi redigida por trinta e sete especialistas, sendo, no seu ponto de vista, a obra mais notável até agora aparecida.

actividade política nas condições actuais da civilização (1).

A história não considera o geral senão como uma hipótese, pois só trata do individual, do novo, do mutável; só se ocupa das particularidades, das singularidades realizadas.

O historiador tem, por isso, uma função senão totalmente negativa pelo menos limitativa: êle deve marcar e indicar os limites dentro dos quais estão circunscritas as possibilidades infinitas das singularidades históricas (2).

¿E devem as cousas assim continuar? Não devem.

Há bastantes anos, Louis Bourdeau publicava uma obra que teve então larga repercussão, e deu aso a importantes discussões — *L'Histoire et les Historiens. Essai critique sur l'histoire considérée comme science positive.*

Aí diz o autor que a história necessita ser refeita, ou, melhor ainda, ser feita — porque o não está, e censura os historiadores por estes não haverem até agora fixado o objecto da história, nem limitado o quadro das suas investigações, nem

---

(1) Como se vê, Meyer, dando um lugar proeminente à hisrória política, e manifestando se partidário da história por instinto, por inspiração, mostra ser um tradicionalista e um adepto de Thucidides, declarando mesmo que a única forma de tratar a história e os problemas históricos é a que Thucidides utilizou, fornecendo na sua obra um modêlo ainda por igualar.

(2) Ver acêrca do opúsculo de Ed. Mayer um artigo crítico de Henri Berr na *Revue de Synthèse Historique*, tômo viii, pág. 372 a 375.

estabelecido os métodos do seu estudo para chegarem a resultados certos, e nota que êles teem estudado preferentemente as personalidades célebres — estadistas, inventores, artistas, sábios, heróis — «esquecendo que para conhecer bem o género humano é necessário estudá-lo na sua condição média».

Critica, também, a tendência dos historiógrafos em se limitarem, quási exclusivamente, ao estudo dos acontecimentos mais importantes, e, como que prevendo, mais de dez anos antes, o aparecimento das teorias de Xénopol censura-os por se limitarem ao estudo dos «factos singulares» — guerras, actos de soberanos, revoluções — quando deviam ocupar-se dos «factos regulares» ou «factos de função» que diáriamente se reproduzem, como os movimentos da população, estado de riquesa, costumes, ideas, etc.

Também, critica as divisões arbitrárias e caprichosas que traçam os historiadores para limitação dos seus estudos — uma época, um país, um acontecimento, um personagem, — quando estas divisões «só lhes servem para separar o que os interessa do que lhes é indiferente», e isso com prejuízo da conexão das ideas e coordenação dos factos. Da mesma forma, é criticado o método narrativo que limita o estudo aos factos e pessoas «singulares», e quási sempre sem precisão nem certesa, pois tal estudo é feito vulgarmente através de «testemunhas» que não merecem confiança.

Se na parte crítica das ideas de Bourdeau há muito de verdadeiro e de justificável quanto à parte dogmática, ou construtiva a obra dêsse autor deixa imenso a desejar, pois êle é vítima de um êrro — enorme pelas suas proporções, e grave pelas suas conseqüências: confunde a história com a sociologia.

Assim, dizendo que a história deve estudar as massas e não os heróis, e os factos regulares e não os excepcionais, entende, igualmente, que ela deverá estudar a humanidade não por épocas nem regiões, mas pelos «seis grandes aspectos da vida humana: a indústria, a paixão, a arte, a sciência, a moralidade e a associação».

Concebendo assim a história êle define-a como «a sciência dos desenvolvimentos da razão».

Emfim, ao método narrativo êle opõe o *método estatístico* que é um «método matemático, pois não se trata de descrever factos, mas sim de constatar a sua extensão e a sua freqüência», por enumerações. O objectivo do historiador consistiria, assim, em «coligir e interpretar dados estatísticos sôbre os factos da vida comum», determinando o *quanto*, a densidade e o movimento da população: a produção, a circulação e repartição das riquezas; o número de artistas e das obras de arte, dos sábios, das escolas, dos jornais; e estudará os factos da vida moral pelas estatísticas da criminalidade, demografia, funções políticas, orçamentos, etc. (1).

---

(1) Mas os actos da vida social, os fenémenos da vida cole-

Pelo emprêgo da *estatística,* fria e calma, impaciente e neutral, a história será pela primeira vez uma sciência, e poderá formular leis: *leis de ordem* — que agrupariam os fenómenos semelhantes para indicarem os factos gerais e persistentes; e as *leis de relação* — que expressariam as ligações entre as diversas espécies de fenómenos, e estando acima de todas elas a lei suprema do progresso (1).

Assim, a história seria uma sciência à qual não faltaria o poder de previsão, pois lá escreve êle: «a faculdade de prever, com certeza, é o sinal pelo qual se reconhece que uma sciência está feita». E, ao passo que a história narrativa é incapaz da previsão, «a história das funções é a única capaz de predizer o certo».

Ora, seria sôbre essa previsão que se baseariam duas sciências ainda imperfeitas: a moral e a política.

---

ctiva estão muito longe de serem apenas êsses. O autor esqueceu-se de todo êsse mundo de fenómenos espirituais: as concepções religiosas, filosóficas, artísticas, literárias; teorias e leis scientíficas; conceitos morais e políticos, etc. — existências essas que a estatística não pode atingir nem fixar, porque só a análise as pode estudar e conhecer.

(1) Segundo Bordeau «o progresso parece efectuar-se na razão directa da soma dos ganhos anteriormente realizados e na inversa dos obstáculos que se opõem à sua difusão no mundo».

Também, mais tarde, para Wundt — no seu *Systh. de Phil.* — entre os fins da filosofia figura a *harmonização global* entre os resultados das sciências especiais, e, para E. Mach — em *La connaissance et l'erreur* — a característica da sciência consistia na redução e na economia do esfôrço.

Passados mais de trinta anos a importante obra de Louis Bourdeau caiu no esquecimento. Muitas das suas ideas teem sido inconscientemente redescobertas, e outras furtivamente plagiadas; e como nessa obra de notável previsão há muito digno de nota por isso não a quisemos passar em silêncio.

O que êle prevê para a história está-o realizando já, e cada vez mais, a sociologia, pois aquela está ainda muito longe da sua fase matemática; mas, não há dúvida que quando comparamos as concepções dêle com as ideas de Xénopol naquelas encontra-se a garra, nestas o simples dedo.

Ao tratarmos da história no quadro geral das sciências vimos já como Cournot a colocava entre a etnologia e a economia social, e via na história não um conhecimento particular nem uma sciência especial, mas um aspecto do conhecimento, um processo de estudo e de registo dos acontecimentos ocorridos nas sociedades civilizadas.

Ao contrário dos partidários da história-sciência, Cournot entende que o que caracteriza a história é a intervenção do acaso, não havendo história sem êste, mas tambêm não existindo só, exclusivamente, com êle.

Ora, se êsses são os seus pontos de vista quanto à história geral, não deixam de sê-lo tambêm quanto à história das sciências.

Na verdadeira história não existe para Cour-

NOT nem o capricho puro nem a fatalidade exclusiva, antes ela é uma combinação da necessidade com o acaso, oscilando entre uma e outro.

Há, pois, uma *fase histórica* na combinação das sociedades como no progresso das sciências, que precede a *fase scientífica*. A incidência do acaso com a necessidade, ou fatalidade, nessa evolução e nesse progresso é que caracterizam a *fase* ou o *estado histórico*.

Assim, para o grande sábio se as descobertas scientíficas fôssem simples produtos do acaso sucedendo-se indiferentemente e sem ordem lógica ou cronológica não haveria *história das sciências*, mas sim *anais scientíficos* (1).

Por sua vez, no outro extremo, se a eclosão das descobertas se desse numa ordem rigorosamente lógica, seriando-as por uma forma necessária, sem a intervenção do acaso, também não havia *história das sciências*, mas sim um simples *quadro cronológico das descobertas* (2).

Ora, a verdade é que à medida que o trabalho scientífico se organiza, que aumenta o número e se intensifica e aperfeiçoa a qualidade dos cultores da sciência o acaso vai sendo cada vez mais eliminado ou *recuado*.

A continuarem assim as cousas as sciências teriam dentro de algum tempo saído da sua *fase histórica*, para uma *fase de necessidade*, e a *história*

---

(1) COURNOT, *Matérialisme, Vitalisme, Rationalisme*, 1875, pág. 230.

(2) *Idem*, pág. 229, 231, etc.

das sciências teria, por sua vez, passado à história (1).

Ora, se bem que a observação tenha um grande fundo de exactidão e o juízo de COURNOT uma grande parte de justeza, pois, como também notou CLÁUDIO BERNARD, o acaso teve um considerável papel na origem dos conhecimentos humanos, não há dúvida que as cousas não se passam com aquele rigorismo, nem o pensamento humano caminha com aquele carácter rectilíneo e inflexível que COURNOT admitia.

Também hoje o acaso tem a sua cota nas descobertas como se viu nas de ROENTGEN (2). O *acaso* é hoje, emfim, universalmente admitido e considerado em sciência (3).

Também, não é rigorosa a diferença de características na evolução das sciências nos séculos XVII, XVIII e XIX, e a passagem das sciências da

---

(1) COURNOT, *Considérations sur le marche des idées*, 1872, tômo I, pág. 8, 262 e 263.

(2) Ver F. MENTRÉ, *Le hasard dans les découvertes scientifiques*, in *Revue de Pilosophie*, I de Julho de 1904.

(3) A teoria do *acaso*, a que alguns pensadores chamam o princípio do *contingente*, está, cada vez mais, especialmente a partir de COURNOT, na ordem do dia dos estudos filosóficos.

Ver um artigo de G. LECHALAS, *Hasard et détérminisme*, in *Revue de Metaphysique et de morale*, 1906, pág. 109 a 114; e no mesmo volume um artigo de F. MENTRÉ sôbre o acaso em matemática, pág. 375 a 380.

Apesar de ser enorme a literatura últimamente aparecida sôbre o *acaso*, nem todas as obras são igualmente úteis e de confiança. Tal é o que se passa com o volume *Le Hasard*, de CAMILLE REVEL, aparecido — basta que se diga — na «librairie générale des sciences occultes», em 1905.

sua *fase histórica* para a de *gazeta* ou *quadro cronológico das descobertas* é um *caso-limite* para que se tende, mas que, recuando sempre, nunca se atingirá.

F. Mentré, comentando as asserções de Cournot, escreve acêrca da história:

«A história scientífica do século xix não requere um método novo, mas sómente mais habilidade e clarividência: o método analítico longe de ser característico do século xix pode tambêm ser aplicado ao xvii e xviii».

Mentré substitue os três estados de Comte e as três fases da evolução scientífica de Cournot por outra fórmula, partindo do ponto de vista «que a cultura scientífica tem atravessado uma série de fases correlativas da evolução do mundo ocidental».

Assim, a origem e os primeiros tempos da civilização são caracterizados por uma *fase indistinta* e caótica; a essa confusão segue-se uma época de limitação geográfica, de centralização local: um *período nacional* durante o qual a sciência se eleva, dignifica e torna-se o monopólio de uma nação, sendo uma instituição do Estado; depois, surge a *fase internacional* quando a civilização se alarga, e a sciência se torna global, mundial — tal é a característica da época contemporânea (1).

---

(1) Ver F. Mentré, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo xi, pág. 14.

Apesar do muito que se tem escrito sôbre as sciências históricas numerosas são as dúvidas que sôbre elas subsistem, e ainda mais numerosos os critérios sob que teem sido encaradas, e consideradas quanto à sua natureza, objecto e fins.

Por isso, os scépticos em história constituem uma bigarrada multidão. Uns crêem que na vida das sociedades humanas tudo tem acontecido por acaso, e que por isso, na impossibilidade de conhecerem a verdade, de apreenderem a certeza os acontecimentos históricos devem limitar-se às anedotas mais ou menos divertidas dos memorialistas e às biografias tanto quanto possível amenas das grandes figuras políticas, dos homens de Estado e de sociedade. Outros entendem que a história é, e deve ser, uma matéria de funda ponderação, de cogitação séria, e que a principal, senão única, missão do historiador deve consistir em procurar nos acontecimentos os desígnios da Providência, da qual — crêem êles — são produtos e manifestações, e em «adivinhar os enigmas do destino» — como diz Albert Sorel (1).

---

(1) Já se vai estando longe do tempo em que o teórico da história Tailliar, publicava, em 1867, uma obra em 153 páginas, significativamente intitulada! *Les lois de Dieu dans l'histoire* ou *Essai sur les lois providencielles qui régissent les nations et le genre humain.*

Para o autor a sciência dos factos não é tudo em história, pois acima dela reside a filosofia da história que é a sciência das leis, que dirigem as sociedades humanas na sua evolução. Essas leis

Outros, muito afins dos acontecimentos, entendem que a história não é mais que a biografia dos grandes homens, e que estes individualizando a Providência, servindo Deus, são as causas únicas dos acontecimentos humanos, os agentes exclusivos da vida das sociedades (1).

Assim, para os primeiros há fenómenos sem causa, para os outros há, principalmente, causas, ao passo que na história scientífica, onde dominam os princípios da causalidade e da evolução, as causas e os efeitos identificam-se, pois o efeito de uma causa anterior é, por sua vez, a causa de um efeito seguinte.

Assim, a questão do finalismo histórico aparece cheia de complexas divergências, e produto de princípios desconcertantes e de critérios máximamente opostos.

Ora, tal diferença de critérios, provêm da di-

---

são providenciais, levando umas à decadência e à dissolução, outras à renovação e ao progresso, sendo a civilização uma resultante de todas essas fôrças da Providência.

(1) O historiador americano W. R. Thayer, professor da Universidade de Harward, apresentou ao último Congresso Internacional de História, efectuado em Roma, uma comunicação acêrca da *Biography, the basis of history*, onde são combatidas as tendências generalizadoras e a orientação sociológica da historiografia actual, e é defendida a biografia como subsídio essencial das obras de história.

Ao que parece é esta uma das tendências dos historiógrafos saxões, partidários convictos do individualismo na vida política e social como em história. Já Carlyle afirmava que a história é «uma soma de biografias», e que o seu objectivo consistia em estudar e descrever o desenvolvimento das diversas individualidades nacionais.

versidade de processos de encarar a vida das sociedades, e estes são condicionados, principalmente, pela educação moral e social, pela preparação scientífica e pelos preconceitos religiosos e políticos não recalcados para o sub-consciente, nem abstraídos por parte de quem estuda os acontecimentos humanos.

Tal como os náufragos que não vêem a imensidade do oceano que os cerca para só sentirem a corrente que os impele, êles não sabendo ou podendo diferenciar-se da multidão que os cerca, acompanham a onda, e, incapazes de se altearem para abraçarem o conjunto e conceberem as causas e efeitos, a orientação e o sentido gerais da marcha da sociedade de que fazem parte apenas vêem aqueles com quem mais próximamente se acotovelam e relacionam, e só os comovem os fenómenos que se lhes apresentam como mais estranhos, mais inesperados, mais tumultuosos e bulhentos.

É essa a noção limitada dos factos próximos, dos pequenos incidentes, dos infinitíssimos detalhes que tira ao observador e comentador dos acontecimentos humanos a aptidão crítica para bem os considerar e julgar com larguesa, com justesa, com verdade.

Como, com razão, diz Albert Sorel, o historiador só deve considerar os factos consumados; estudar êsses factos no seu início, na sua evolução, no seu fim; notar as relações dêles com outros que os condicionem e determinem; separá-

-los segundo a antiguidade das origens, a maior continuidade da sua marcha, e perduração dos seus efeitos; e comparar os permanentes, e estabelecer as relações entre êles, isto é, procurar explicá-los (1).

Como temos visto, não é só quanto à natureza narrativa da história — que RANKE lhe assinala, — nem sôbre a função causal ou explicativa — que ALBERT SOREL e outros lhe destinam — que existem divergências.

Também, acêrca do seu carácter scientífico — como temos notado — surgem dúvidas e diferenças de opinião até mesmo entre os próprios profissionais da história, os *historiadores práticos* — como lhe chamam os alemães para os diferençarem dos filósofos, dos lógicos, emfim, dos teorizantes da história.

Entre êsses é de destacar a opinião do notável helenista A. CROISET.

Para êste a história não é uma sciência, se bem que os seus métodos de investigação, de explicação e de narração tenham um cunho scientífico.

Assim, diz êle: «Querer fazer da história uma rigorosa sciência, é talvez negar-lhe o direito à existência. O que há de scientífico na história, é o seu desejo de investigar a verdade; é o espírito geral do seu método crítico; é o seu esfôrço para descrever bem os factos, para só aproximar

---

(1) ALBERT SOREL, *Nouveaux essais d'histoire et de critique*, 1898, pág. 4.

casos análogos e estabelecer induções sôbre as observações exactas e rigorosamente escolhidas; é, emfim, a prudente reserva das suas afirmações, e a consciência que tem de incluir hipóteses no conhecimento própriamente dito da realidade» (1).

E continua: «Mas seria contrário à própria natureza das cousas recusar-se-lhe uma parte de intuição, de predição ou profecia subjectiva, sem o que ela ver-se hia reduzida a maioria das vezes a ficar muda, ou, na melhor das hipóteses a coleccionar documentos estéreis e a pô-los em séries sem significação».

E logo: «Deve-se, pois, confessar é, sómente, uma meia sciência, e que nela a arte tem um enorme lugar não só na disposição e descrição, como se admite geralmente, como na própria investigação da verdade, e na compreensão das relações existentes entre os factos».

E mais adiante: «Tirar à história toda esta parte de intuição, de indução rápida e conjectural seria não fazer dela uma sciência rigorosa — cousa impossível: seria suprimí-la» (2).

Mas, se a admissão de hipóteses para a aquisição dos conhecimentos reais da história não caracteriza essa sciência, porquanto êsse processo é extensivo às chamadas sciências da natureza,

---

(1) Ao tratarmos do *método histórico* veremos que as outras sciências desde a astronomia às sciências biológicas acumulam as hipóteses, os princípios e os postulados sem que por isso se lhes negue o carácter legítimo de rigorosas sciências.

(2) A. Croiset, *Les Démocraties antiques*, pág. 7 a 9.

também o papel da imaginação, da indução, da inspiração, e a função da arte — como sinónimo de criação — não se circunscrevem à história porque são igualmente extensivas às outras sciências quando se quere subir do simples trabalho de verificação, de enumeração e classificação ao da invenção e descoberta, e ao da criação de teorias, da indução de leis ou do estabelecimento de ideas gerais. Tudo isso é o produto da *actividade criadora do espírito.*

Sem a imaginação, tanto com os seus factores intelectuais como com os afectivos — estes como fermentos e impulsões daqueles, e sem êsse indefinível determinante, inconsciente no total ou em parte, repentino e impessoal: a inspiração, não era só o trabalho de criação histórica que seria impossível — como diz A. Croiset — também as invenções e descobertas no domínio das sciências da natureza, e as criações artísticas, teriam deixado de dar-se (1).

Consultem-se aqueles que, mercê do seu poder de criação teem feito avançar a sciência e progredir a arte, desde Galileu e Newton a Dubois-Reymond, e êles o dirão (2).

Como diz Abel Rey: «Todas as grandes descobertas scientíficas teem sido preparadas por uma série de associações por semelhança, bruscas e re-

---

(1) T. Ribot, *L'imagination créatrice.*

(2) Abel Rey, *Les Sciences Philosophyques,* 2.ª edição, pág. 295 a 314.

pentinas nas quais se reconhecem claramente os processos da imaginação e da inspiração...».

Quere dizer: tudo o que se invoca para concluir que a história não é uma sciência — as hipóteses como bases de conhecimentos, raciocínios por analogia, o trabalho e o produto da imaginação criadora, e da inspiração, a ficção — tudo isso aparece igualmente nas sciências da natureza, tudo isso figura como elementos essenciais à criação scientífica.

Daqui só há a concluir que a *história é uma sciência que tem permanecido na sua fase de acumulação de materiais e de descrição de factos, e que se prepara para atingir o estádio superior de sciência de leis, de sciência causal, de sciência genética* (1).

Como já vimos, tem-se falado muito no carácter artístico da história.

Gabriel Monod — entre tantos outros — diz que a história é «uma arte neste sentido que a maneira de expôr os resultados das investigações históricas dependerá muito do talento, do temperamento, das qualidades intelectuais de cada historiador» (2).

Mas, ainda aí não vemos em que a história se distinga das outras sciências, mas só nota-

---

(1) As leis históricas a que aqui nos referimos não são leis as económicas e sociológicas que Louis Bordeau previu, nem aquelas «leis eternas» a que se refere Xénopol.

(2) In *De la Méthode dans les Sciences*, 1910, pág. 370.

mos em que os bons escritores se diferençam dos maus (1).

O *talento*, o *temperamento*, as *qualidades intelectuais* que GABRIEL MONOD exige ao historiador cada sciência as pede tambêm para os seus cultores.

Parece-nos que, sob o ponto de vista artístico, há uma diferença muito maior entre as obras de RANKE, de FUSTEL, de RÉNAN, de MICHELLET, de SYBEL, de MOMMSEN, de LAMPRECHT, de LAVISSE, de SEIGNOBOS, e de RAMBAUD e as de qualquer historiador medíocre, que entre as daqueles e as dos grandes escritores das sciências da natureza — como LAPLACE, DARWIN, HUXLEY, CLÁUDIO BERNARD, HAECKEL e DUBOIS-REYMOND.

b) Objectivo da história

A história, ou melhor a historiografia — que é a descrição dos acontecimentos históricos — não deve ser feita à luz de outros princípios que os da verdade e da exactidão objectiva, e ao calor de outras ideas que as da sciência.

Mas nem sempre — ou quási nunca — assim tem sucedido; antes, a história tem-se prestado a servir de refúgio à política, e o inexgotável repositório de ideas e factos que a constituem tem-se tornado o inexaurível arsenal ao dispor dos

(1) Já vimos como H. RICKERT distingue, por completo, a História da Arte.

mais diversos partidos e das mais opostas facções (1).

Tem sido à história que as escolas filosóficas, as correntes scientíficas, as agremiações religiosas, os partidos políticos e os agrupamentos sociais teem ido pedir elementos para a defesa dos princípios e ideas e para o ataque das ideas e princípios dos contrários (2).

Tem sido, emfim, a história que tem servido de permanente forja para trabalhar teorias, temperar princípios e afiar argumentos (3).

Assim, poucos, ou nulos, são os países onde

---

(1) Como se sabe, foi em apoio das suas concepções políticas que COMMINES, GUICHARDIN, MACHIAVEL, BOSSUET, BOULAINVILLIERS — para só falar dos historiógrafos franceses antigos — escreveram as suas obras, como também foi em defesa da sua obra política, para satisfação dos seus rancores pessoais ou para ataque dos seus adversários que VILLEHARDOUIN, MONTLUC, D'AUBIGNÉ, SULLY, RETZ, SAINT-SIMON, etc., escreveram as suas obras.

(2) Como se sabe, PLUTARCO, SALÚSTIO, TITO LÍVIO, TÁCITO — para só falar dos clássicos — tiveram especialmente em vista tirar da história ensinamentos morais, cívicos e patrióticos.

Por sua vez, MAIZERAY, VELLY, ANQUETIL, entre outros, cultivaram a história de França para nela encontrarem temas de reflexões morais ou para exercícios literários.

(3) Assim, várias são as interpretações que se teem dado à história: políticas, económicas, religiosas, etc., cada autor querendo ver nessa sciência a comprovação do ponto de vista da sua escola, ou, simplesmente, das suas ideas pessoais.

Sôbre a interpretação política da história ver um artigo do prof. FR. GENY, in *Revue de Synthèse Historique*, 2.º semestre de 1902, pág. 168 a 199.

Acêrca do ponto de vista económico em história procorrer a obra de EDWIN R.-A. SELIGMAN, *L'interpretation économique de l'Histoire*.

se tem deixado de utilizar a história com intuitos políticos. Sem remontar à política historiográfica de MACHIÁVEL, para só nos balisarmos no maquiavélico VOLTAIRE, diremos que foi êste um dos escritores do século XVIII que mais utilizaram a história como campo de provas para as suas teses racionalistas contra o obscurantismo político e o intolerantismo religioso, e em favor do progresso e da civilização pelo despotismo esclarecido (1).

Outro tanto se pode dizer do voltairiano DAVID HUME, em Inglaterra; e, ninguem negará o ponto de vista político de FREDERICO II.

Quanto aos trabalhos de MONTESQUIEU, estão êles por tal forma imbuidos de teorias políticas que alguns escritores não se furtam a declarar que a obra dêle, como *L'esprit des lois,* pertence muito mais à história das sciências políticas que à história da historiografia (2).

E, se o ponto de vista social domina a obra de J. J. ROUSSEAU, e o pendor sentimental e demofilo

---

(1) TAINE dizia que na literatura do século XVIII as personalidades dos diversos países são puras abstracções, que o público não tinha o sentimento histórico, e que o homem por toda a parte é o mesmo. Em VOLTAIRE, como em ROBERTSON e GIBBON há quási tudo: erudição, crítica, conhecimento das instituições, etc. Só não há uma cousa: almas.

O que mais falta à historiografia do século XVIII é aquela imaginação simpática — de que fala TAINE, — segundo a qual o escritor se transporta em outrem, e essa é a qualidade mais necessária do historiador.

Ver: TAINE, *Origines...*, tômo I, pág. 218 e 219.

(2) ED. FUETER, *Histoire de l'Historiographie Moderne,* 1914, pág. 475.

caracteriza a fugidia obra histórica de SCHILLER, com HERDER vêem-se surgir, posto que ainda embrionáriamente, as teorias da «indestrutibilidade dos caracteres espirituais das raças», e da existência das unidades nacionais — o que em muito preparou o aparecimento das ideas filosófico-políticas de HEGEL.

Se, com WALTER SCOTT e BARANTE, a história é apenas narrativa, preocupando-se muito mais com a *côr local* que com os fundamentos históricos e a crítica das fontes, com AUGUSTIN THIERRY já aparece a ideia política contra a velha nobreza oligárquica e em favor do povo — como era próprio da burguesia liberal da Restauração da qual provinha o historiador e para a qual escrevia (1).

Com MICHELET renova-se e intensifica-se o ponto de vista sentimental e demofilo de ROUSSEAU e THIERRY, e proporciona-se o aparecimento de um género literário novo, depois continuado

---

(1) Como se sabe, AUGUSTIN THIERRY foi para os estudos históricos como quem se abriga num refúgio moral sentindo sangrar o seu coração de patriota ao ver a França invadida e ocupada pelas tropas estrangeiras após a derrocada napoleónica. Então, o assunto que ao seu espírito de *révanche* melhor quadrou foi a invasão e a conquista de Inglaterra pelos normandos. Êle próprio confessa que dominado pelas suas ideas quis ser historiador à maneira da escola filosófica do século XVIII, isto é, pretendia tirar da sua narração uma série sistemática de provas em favor das suas convicções. Foi então que se lhe depararam os romances de WALTER-SCOTT que tanto o entusiasmaram, especialmente o *Ivanhoe* — que é, no género, uma obra prima.

Sôbre AUG. THIERRY ver um estudo CAMILLE JULLIEN in *Revue de Synthèse Historique*, tômo XIII, pág. 125 a 142.

em Ed. Quinet: o da história apologética, o da epopeia nacional em prosa (1).

Porêm, se Michelet é um historiador muito parcial e optimista, e muito apaixonado do seu assunto, isto é, da França, cujo passado estuda e descreve emocional e artísticamente, quer ao poetisar a Idade Média quer ao *imaginar* a Revolução, se tal daltonismo espiritual leva êsse profeta da democracia — como lhe chama Lanson — a mudar a *côr* às situações e o carácter aos personagens, nenhum mal resultou à humanidade dêsses excessos românticos, antes, proporcionou à civilização uma bela colecção de obras enormemente belas e sugestivas: ora empolgantes pela sua grandesa, ora comoventes pelo seu sentimento, mas sempre encantadoras e dulcificantes.

Mas, o nacionalismo de Michelet nada tem de agressivo como o seu liberalismo nada tem de rude, porque um e outro são feitos de sentimento e gerados pelo amor na sua forma mais elevada e espiritual: o amor da pátria como condensação do amor da humanidade.

---

(1) Guizot e Tocqueville são mais historiadores de ideas, de estados de espírito colectivo que historiógrafos políticos. Mas, nem por isso um e outro deixam de levar para as suas obras os seus princípios doutrinários: o primeiro no ponto de vista das classes médias; o segundo, mais desassombradamente, pensando, caracterizando, julgando como filósofo, mas sem esquecer que era legitimista e cristão.

Ver o volume de Bardoux e o capítulo de Crozals acêrca de Guizot, e a obras de Eugène d'Eichtlhal, *A. de Tocqueville et la démocratie libérale.*

Outro tanto já não se pode dizer do nacionalismo e da ideologia política dos historiadores alemães contemporâneos.

Na verdade, um dos graves defeitos da historiografia alemã contemporânea é — como se sabe o preconceito hiper-nacionalista e pangermanista, o partido tomado político, faccioso e exclusivista que tem sugestionado e animado os historiadores de Alêm-Reno.

Desde NIEBUHR — o famoso criador da Universidade de Berlim — que a historiografia alemã deixou de reclamar aquela lealdade e aquela honestidade que FICHTE exigia a quem quisesse estudar e fazer história.

O próprio NIEBUHR, iniciador magnífico dessa pleiade notável de filólogos que vai até BOPP, DIETZ e GRIMM, êsse mesmo, — neutral e scientista puro, — ao estudar a história de Roma não pode fugir ao desejo de ver e mostrar nela o modêlo do desenvolvimento nacional e um bom exemplo de um Estado forte e centralizador.

Tambêm RANKE — homem de sciência, moderado e imparcial — abrangendo largo e fundo os assuntos políticos, vê nos sucessos da Alemanha, em 1870, não apenas a vitória de um povo sôbre outro, mas a vitória de uma política sôbre outra política, de uma civilização sôbre outra.

MOMMSEN começou por onde acabou RANKE: por meter a política na história, procurando fazer desta uma simples demonstração e ilustração das suas ideas políticas.

Também para êste Roma não é um simples objecto de estudo, mas o modêlo a seguir de um Estado que progrediu, que civilizou por meio da guerra; e Cesar é mais que uma figura a comentar: é um grande homem a seguir, porque êle individualiza o génio político e um govêrno ideal.

Assim, Mommsen torna-se como que um mensageiro de Nietzsche e da sua teoria do sôbre-homem. Mas, de todos é Sybel e é Treitschke as duas figuras máximas da historiografia pangermanista contemporânea.

Falando do primeiro escreve, com razão, Guilland: «Com Sybel vamos encontrar um historiador que subordina tudo às suas ideas, e para o qual todas as circunstâncias do passado vão servir de pretexto para provar a excelência das instituíções dos Hohenzollern e a verdade dos princípios da política nacional liberal» (1).

Efectivamente, Sybel, tanto na sua *História da Europa no tempo da Revolução*, como na sua *Revista Histórica* e na *História da fundação do império alemão* faz da história um simples pretexto para se lançar contra a França, para fazer a apologia do domínio prussiano e o elogio da dinastia de Hohenzollern e de outros *sãos princípios políticos*.

Mas, Sybel não é único na maneira falsíssima de fazer da história uma tribuna política em defesa do pan-germanismo, êle é apenas o guia, o

(1) A. Guilland, *L'Allemagne nouvelle et ses historiens*, pág. 151

chefe da escola de um grande número de professores, historiadores e outros publicistas, dos quais os mais notáveis são os universitários HAEUSSER, DROYSEN e DUNCKER.

Com TREITSCHKE as ideas políticas que haviam accionado os seus antecessores e contemporâneos mais velhos refinam, condensam-se, sublimam-se (1).

É êle que sustenta esta heresia scientífica: «A história pura e imparcial não pode convir a uma nação apaixonada e guerreira»; e outro historiador, GIESEBRECHT, não se peja de escrever: «A nossa sciência não deve ser cosmopolita, mas alemã» (2).

Foi essa história requisitório contra o estrangeiro, foi essa história apologética das instituíções e das ambições prussianas, foi essa sistemática e ominosa contrafacção da sciência que impeliu a Alemanha toda — governantes e governados — para a guerra, e que atirou a humanidade para o estado em que se encontra.

---

(1) Como vai longe o tempo em que RANKE, escrevendo o seu *Testamento histórico,* dizia que a característica do espírito alemão era a sua concepção *universal* da história, ao passo que esta na Itália era *oratória*, na Inglaterra era *constitucional*, e na França era *nacional!*

De resto, na própria obra do *universalista* RANKE há muita apologia do prussianismo como se pode ver lendo a obra de GUILLAND.

(2) Consultar, além da *ob. cit.* de GUILLAND, ED. FUETER, *Histoire de l'Historiographie Moderne*, pág. 661 a 696; CHARLES ANDLER, *Le Pangermanisme continental sous Guillaume I,* primeiro volume; e o nosso trabalho *As Causas «Ideais» da Conflagração.*

Temo-nos ocupado até agora bastante com a história dos factos, dos acontecimentos e dos homens, trataremos agora muito rápidamente da *história das ideas.*

Efectivamente, alêm da história dos acontecimentos há que ter em vista a *história das ideas* que por toda a parte tem ficado mais ou menos abandonada com excepção da Alemanha onde de há anos a esta parte veem aparecendo obras sôbre êsse importante capítulo da história, como *A História das ideas na Alemanha*, do dr. J. Goldfriederich; um estudo sôbre David Hume e a concepção impirista da história, de J. Goldstein; o famoso *Manual de Metodologia Histórica,* de Ernest Bernheim, etc.

A França não tem visto aparecer com freqùência estudos desta natureza, se bem que últimamente a história da filosofia, a história das religiões, a história das sciências — com os trabalhos de Paul Tannery e de Lalande, a história da medicina — com os estudos publicados em *La France médicale,* e a história literária hajam tido os seus cultores e tenham dado origem a obras importantes, especialmente em história da religião e da literatura, não sucedendo já outro tanto com a história das ideas políticas.

Contudo, nada mais desrasoável. As *ideas* ou sejam tomadas num sentido intelectual — como Hegel, num ponto de vista estético — como fez Guilherme de Humboldt ou sob um critério moral — como em Fichte, elas teem uma acção, uma

influência, um poder enormes, por vezes decisivos, e, até, seculares.

Elas são os *imponderáveis* que, bem no fundo, bem no íntimo, dirigem o mundo, porque, como diz Bernheim, «na vida dos povos como na vida moral dos indivíduos, as impulsões *ideais* teem o seu lugar e a sua importância; elas não são ilusões nas quais se crê ou deixa de crer, elas são elementos psi-sociais, de uma absoluta realidade, que devem ser estudados ou observados com cuidado».

Acabamos de falar da *história das ideas* da qual se pode passar quási essencialmente à *filosofia da história,* sendo de notar que P. Barth confunde esta com a *sociologia,* e H. Rickert identifica-a com a *história universal.*

Tratemos dela agora em breves palavras.

¿Mas, é justificado, é legítimo, falar hoje da *filosofia da história?*

R. Eucken num estudo sôbre êsse assunto publicado, em 1907, na *Sistematização Filosófica* de Hinneburg, diz que sim, devendo-se reservar à filosofia uma função especial, distinta da das sciências. É com Herder que aparece o nome, a expressão, se bem que muito antes dêste já existisse a cousa, o objecto dêsse estudo.

Mas, ao passo que o século xviii era essencialmente filosófico o xix foi principalmente histórico.

Com o avançar dos tempos a história tem sempre crescido de importância quer pela sucessiva

perfeição dos seus métodos e processos, quer pela enorme acumulação de materiais.

Hoje, na história, dominam três pontos de vista: o *técnico* — que é, para muitos, um produto dos métodos das sciências naturais; o *económico* — que é uma aplicação do comtismo; e o *evolucionista* — que resulta do ponto de vista materialista de MARX e ENGELS.

Actualmente, a *filosofia da história* debate-se entre as tendências de duas escolas antagónicas: a *idealista*, e a *naturalista* — esta modelada nas sciências da natureza.

Não podendo EUCKEN negar que ao passo que a primeira tem vindo a perder terreno de ano a ano, a tendência naturalista está progressiva, declara que a história não se pode fechar numa concepção determinista.

É percorrendo a história da humanidade, a história da civilização, que EUCKEN vai encontrar a filosofia no contacto da vida material com a cultura espiritual, aquela sempre mutável e esta sucessiva, íntima, permanente.

Seguindo, quási, o ponto de vista de EUCKEN está H. RICKERT que, na sua *Geschichtsphilosophie*, identifica esta com a história universal, pois, devido à extensão do seu objectivo, ocupando-se ela só das questões gerais sintetiza os factos, sobe das comparações às deduções, faz generalizações e induções, e conclui ideas, e examinando como estas se seguem e se desenvolvem no tempo chega ao estabelecimento dos *princípios* sôbre os quais

repousa tal desenvolvimento, entrando assim nos domínios da *filosofia da história* (1).

Por último, o espírito humano analisa e classifica os caracteres de tais princípios, observa e conclui sôbre a natureza do conhecimento histórico, dando origem a uma terceira forma da filosofia da história: a *lógica da história* (2).

Assim, para RICKERT há íntima correlação entre a *história universal* — que fornece os factos; a *filosofia da história* — que estabelece os princípios e as ideas geradoras e evolutivas do desenvolvimento da humanidade; e a *lógica da história* — que estuda a natureza íntima dos factos de sucessão e do conhecimento histórico, e caracteriza êste, distinguindo-o das restantes formas do conhecimento scientífico (3).

c) Definições de história

Para se definir um fenómeno, uma idea, e até uma sciência, recorre-se muitas vezes ao conceito da *causalidade*.

Assim, a causa torna-se uma forma, um meio de aplicação, de designação, de definição. Ela

---

(1) Os *princípios*, que constituem a matéria da *filosofia da história*, resultam das *leis gerais* e do *sentido geral* da vida histórica.

(2) XÉNOPOL prefere, como mais exacta, a expressão *lógica da sucessão*.

(3) Alêm do que já temos dito sôbre as teorias de RICKERT, adiante será êste ponto desenvolvido quando tratarmos da metódica da história e da noção do *valor* em história.

é, não para a metafísica — como entende o filósofo KIESEWETER — mas para a psicologia o que o princípio da razão suficiente é para a lógica; êste é o princípio fundamental do pensamento, aquele é-o da experiência.

Por isso, se a causalidade pode ser posta de parte quando se trata da arte, da religião e de outras criações de espírito quando as descrevemos, isto é, quando as estudamos sómente nas suas manifestações, já o mesmo não se dá quando se trata da sciência.

Esta, sendo produto do «reflexo do mundo externo» na inteligência humana, «a reprodução intelectual do Universo — como diz XÉNOPOL, — e consistindo no conjunto de conhecimentos bem verificados, dispostos e coordenados em sistemas de ideas, necessita a cada momento de recorrer à causalidade, exactamente porque não se trata de «possibilidades ideais», mas da própria «realidade, da qual a sciência nos apresenta o quadro sistemático» — como diz BOUTROUX.

Tem-se identificado o conceito de *causa* com a noção de *lei*, o que faz dizer a WUNDT — no seu estudo *Acêrca da noção da lei* — que «quando se encontra a fórmula geral de uma classe de factos, isto é, uma lei, estabelece-se sempre implícitamente uma relação definida de causa para efeito».

Também FONSEGRIVE — em *A causalidade eficiente* — diz que a lei consiste na «relação entre dois fenómenos, dos quais um é tomado como

causa e o outro como efeito», e outros, muitos outros, dizem o mesmo por outras palavras.

É contra todos êles que se ergue Xénopol classificando de êrro tais fórmulas, e dizendo que: «entre a *lei* e a *causa* há uma diferença radical: a lei constata o modo de realização de um fenómeno; a causa dá a explicação dêste» (1).

Se bem que alguns homens de sciência — como Cláudio Bernard, e vários filósofos — como Augusto Comte, procurem limitar o conhecimento scientífico às leis, ao *como* das cousas, e ponham de parte o *porque*, as causas dos fenómenos, não há dúvida que a mais completa explicação do um fenómeno e o estado mais avançado de uma sciência caracterizam-se determinando não só as leis como as causas.

Schopenhauer, confundindo, ao que parece, o princípio da razão suficiente com o da causalidade, entende que o *porquê* é a base de toda a sciência, e diz que a diferença entre a sciência e o simples agrupamento de conhecimentos consiste no encadeamento dêstes tendo como base o *porquê*.

Muitos outros filosofos e homens de sciência teem pensado e escrito a mesma cousa.

Mas, não há dúvida que muitas sciências teem-se limitado até hoje a *constatar* e a *demonstrar* factos, acontecimentos, pondo de parte as explica-

---

(1) A.-D. Xénopol, *La Causalité dans la succession*, in *Revue de Syntèse Historique*, tômo viii, pág. 265 a 295.

ções causais, ou limitando-se a atirar estas para o campo das hipóteses, e constituindo com elas a *filosofia da sciência*, ou, mais modestamente, a *teoria dos factos*.

Seguindo aqui o ponto de vista de WINDELBAND — já acima exposto — com a sua classificação de *sciências de leis* e *sciências de factos*, e repetindo o que então dissemos, isto é, que tal classificação não tem um carácter *lógico*, mas sim *metodológico* e *histórico*, diremos que todas as sciências iniciam-se por uma *fase descritiva*, ou *narrativa* (1), por um *estádio naturalista*, para depois subirem à mais alta: à *fase genética*, à categoria de *sciência de leis* (2).

---

(1) A história narrativa, «viva e variada», não é um simples produto do período romântico — como diz CAMILLE JULIAN, numa lição da Escola de Altos Estudos, de Paris, sôbre AUGUSTIN THIERRY. Ela não constitui só a característica das *Lettres*, dos *Études*, da *Conquête de l'Angleterre* e dos *Recits des Temps mérovingiens* de AUGUSTIN THIERRY, nem das obras de BARANTE, THIERS, MIGNET et MICHELET: ela marca uma fase da evolução geral da historiografia.

O que nessas, e noutras, obras há de caracteristicamente romântico é a tendência dos seus autores para o período medievo, e a atracção da côr local. É assim que THIERS não pode já ser considerado um historiador romântico com o seu «style placide et... l'allure grave et prudente», e, comtudo, a sua história é *descritiva, narrativa*.

(2) Para nós, e aqui, *sciências de leis*, *sciências de causas* e *sciências genéticas* são a mesma cousa, pois as leis são, quanto a nós, não «muitas vezes» — como quere XÉNOPOL — mas sempre a manifestação, a expressão, de relações causais, entendendo-se que englobamos aqui não só as causas directas como as indirectas, as secundárias, as mediatas, mas sem cuidarmos das *causas últimas* e das *qualitas occulta* que, segundo SCHOPENHAUER, caracteri-

Muitas das sciências existentes ainda não passaram da segunda fase, continuando a serem *sciências descritivas, sciências de factos.* Em tal fase está ainda, no pensar de muitos, a história.

De poucas sciências se tem dado — como da história — as definições mais divergentes e mais opostas. Desde J. J. Rousseau, que no livro IV do *Emile* diz que a história é um tecido de mentiras, «a arte de escolher entre muitas cousas falsas a que mais se assemelhe à verdade» (1), até Ranke — que via nos acontecimentos históricos conflitos de vontades humanas, onde as naturezas fortes teem a decisão, e na historiografia o meio de contar o que aconteceu, isto é, um conjunto de *memórias,* até Treitschke, Xénopol, Rickert, Lamprecht, Seignobos, Bernheim, H. Berr ou Lacombe, tem-se dito, bastante, muito, imenso; emfim, como que usando as duas línguas de Esopo dela se tem dito tudo de bem e tudo de mal.

Aí está, por exemplo, o que escreveu sôbre a história êsse paradoxal insigne que foi Nietzche.

Efectivamente, êste num opúsculo — *Von Nutzen und Nachtheil des Historie für des Leben* — e onde o original pensador discreteia — como diz

---

zam as fôrças elementares da natureza, convindo não esquecer o princípio discutível e discutido de Boutroux, segundo o qual «a causa de um fenómeno é ainda um fenómeno».

(1) Que diferença entre esta leviandade de J. J. Rousseau e o que sustenta um dos mais eminentes historiadores profissionais — Fustel de Coulanges — quando diz que a história é não só uma sciência como a mais difícil das sciências.

o título — «acêrca da vantagem ou inconveniente da história sôbre a vida», manifesta-se excessivamente contra a cultura histórica, que classifica de doença, de mania, de idea fixa, e a que chama *historicite*.

Segundo Nietzche, a história, além de outros malefícios, destroi toda a possível felicidade, procurando pautar a nossa vida presente pela do passado, quando para se ser feliz o que é necessário é saber-se viver dentro do seu tempo. E, dando como argumento as crianças que são felizes porque não conhecem a história, compara os adultos aos ruminantes que passam a existência a pensar no passado — o que lhes tira toda a originalidade de carácter, todo o poder da plasticidade do espírito.

Para que um grande artista produza uma verdadeira obra de arte, para que um general ganhe uma batalha, para que, emfim, quem quer que seja tenha uma compreensão verdadeira da grandeza e da liberdade tem de esquecer, de abstrair, por uns momentos a história, o passado, para só viver no presente, para só sentir e pensar o que é actual.

Nós somos enciclopédios históricos ambulantes. A sciência que devia seguir a natureza expontânea mata esta; ora a sciência deve, sobretudo, servir para a vida, como a história o devia fazer, e não faz.

Assim, à fôrça de respeitarmos o passado não sabemos, não ousamos, transformá-lo em ali-

mento do espírito. O homem necessita não só do *Histórico* — que nos leva para o passado, e do *In-histórico* — que nos faz viver no presente, como do *Sôbre-histórico* — que lança as nossas vistas do finito ao infinito, isto é, do finito ao que dá ao ser o carácter da eternidade: à arte e à religião.

Pelo contrário, Grotenfelt assinala à história o seu importante lugar no quadro dos conhecimentos humanos, e a sua função na civilização actual.

Como êle diz na sua *Classificação de valores em história:* «A característica da história, tal como ela tem sido tratada durante dez mil anos, é outro ponto de vista diferente do critério da civilização e do progresso».

E escreve mais: «No centro dos estudos históricos, no futuro como no passado, subsistirá necessáriamente esta função: fazer compreender, representar, de uma forma evidente e completa, a evolução histórica do ponto em estudo, e penetrar o conteúdo espiritual desta evolução».

Mas, como êle diz, a história tende a tornar-se cada vez mais objectiva, mas ficará sempre subjectiva numa certa medida, porque mesmo o historiador *prático*, por muito impessoal e objectivo que queira ser, ficará subordinado, sempre e instintivamente, ao ponto de vista, ao espírito, aos *valores* do seu tempo, do seu meio, da sua nação, da sua sociedade, etc.

Entretanto, logo acrescenta que a parte da sub-

jectividade que a história contêm não lhe tira o seu carácter scientífico.

Xénopol, a quem, no ponto de vista histórico, só interessam os factos diferentes, e, entre êles, o que é dessemelhante, em vez de só cuidar das semelhanças — pois é com elas que se constituem as sciências — conclui que a história não é uma sciência de factos de repetição, isto é, uma sciência de leis, mas sim uma sciência de factos de sucessão — uma sciência de séries (1). A verdade é que nada existe de mais subjectivo, de mais arbitrário, de mais irreal.

Se o naturalista, o químico, o físico, o astrónomo, levassem o seu poder de abstracção a só considerarem os fenómenos diferentes, ou, nos fenómenos idênticos, só as diferenças muito secundárias ou de detalhe — condicionadas por circunstâncias conhecidas, teria êsse especialista das

---

(1) Diz Xénopol que «a essência da história» é a diferença na sucessão, e depois de dizer que a «scintilação das estrêlas se repete contínuamente sem *alterações notórias*», diz que «a própria idea da *uniformidade de sucessão* — que Stuart Mill admitia na sua *Lógica* — é impossível de conceber. A sucessão não é nunca composta de uniformidades, mas sempre de diferenças».

Ora quem garante a Xénopol que a tal scintilação das estrêlas não se dá com alterações fundamentais. E tão fundamentais elas podem ser que pode um observador continuar a ver num certo ponto do ceu a scintilação de uma estrêla muito tempo depois de ela haver mudado de lugar.

Os raios da estrêla α da constelação de Centauro levaram três anos e meio a chegar até nós, e os das α e β — da Cabra — levam setenta anos, etc. Como se vê, é bem precária a teoria da *repetição contínua e uniforme* dos fenómenos astronómicos.

sciências naturais, da química, da física ou da astronomia, de negar também a tais sciências o carácter de sciências de fenómenos de repetição.

Mas, o que desconcerta mais é que Xénopol, apesar do que expressa, admite *leis de sucessão.*

Ora, se para êle um facto sucessivo «é aquele que devido a influências diversas se modifica no tempo» (1), e se para êle — como para Spencer — «a lei é, pois, a ordem regular com a qual se conformam as manifestações de um poder ou de uma fôrça», se «o carácter essencial de uma lei é que ela não poderá nunca apresentar excepção», e ainda se «a condição essencial de uma lei é a sua independência do elemento do tempo, isto é, a sua eternidade», não se compreende como admitir leis do que só apresenta excepções, do que muda a todos os instantes, isto é, dos factos dissemelhantes, dos factos de sucessão.

Assim, conservando a definição de leis e mantendo a definição de história dadas por Xénopol conclui-se que as leis são impossíveis na história,

---

(1) Ao contrário do que afirmam Xénopol e Rikhert há nas acções humanas suficiente uniformidade para possibilitar a existência da sciência histórica.

Já David Hume, seguindo, de resto, Hobbes e Spinosa, notava a uniformidade das acções humanas, independente do lugar e do tempo. Para êle, tal uniformidade constitui um facto universal bem reconhecido, notando sempre que os mesmos motivos produzem idênticos resultados, e que os mesmos acontecimentos proveem das mesmas causas.

É êsse princípio da uniformidade e necessidade das acções humanas que constitui uma das bases da sciência histórica positiva.

ou a história não é o que aquêle diz que ela seja, mas sim, tambêm, uma *sciência de factos de repetição,* ainda que de *repetição diferenciada.*

E o mais interessante é que o historiador Xénopol, depois de fazer tal classificação, por um simples trabalho de abstracção e de generalização, isto é, meramente subjectivo, sem a menor base real vem-nos dizer que «a sciência não é senão a reprodução intelectual da natureza no espírito, é o reflexo da razão das cousas na razão humana».

E mais adiante: «as leis que regem os fenómenos não são o produto, mas sim a natureza íntima do universo de que o espírito é chegado a apropriar-se depois de esforços inusitados». E em comentário: «É esta penetração dos segredos da *natureza objectiva* pelo espírito que constitue a sciência».

A coordenar as antagónicas afirmativas de Xénopol dir-se hia que a *natureza íntima do universo* e a *natureza objectiva*, separam a existência da vida em dois mundos completamente diversos: o dos factos de repetição e o dos factos de sucessão (1).

Em face de tal classificação e de tais definições, seria caso para perguntar a que grupo per-

---

(1) Ver: Xénopol, *Les principes fondamentaux de l'histoire,* 1899; do mesmo, *Les faits de repétition et les faits de succession,* in *Revue de Synthèse Historique,* 1900, pág. 121 a 136; do mesmo, *Race et Milieu, Ibidem*, pág. 254 a 264; Lacombe, *La Science de l'histoire d'après M. Xénopol*, *Ibidem*, pág. 28 a 51.

tencem a geologia e a geografia física. Se a geofísica «é o estudo do presente à luz do passado» o que por toda a parte se vê no relêvo da superfície terrestre como do fundo dos mares é a maior diversidade dos aspectos: a maior divergência a mais completa dissemetria das curvas de altitude e de profundidade, a infinidade de extratos, de formas, de aspectos que apresentam tanto as zonas hipsométricas como as batimétricas — o que tem feito derruir a velha teoria das linhas divisórias das águas, das ossaturas continentais constituidas pelos grandes sistemas de montanhas, etc.

Mas, não é só o estudo de conjunto dos grandes perfis do modelado terrestre que acusam uma irregularidade e uma variedade desnorteantes, o mesmo se dá no que respeita aos fenómenos geológicos, pois — como escreve Alb. Lapparent — «a composição das massas minerais que suportam a paisagem vegetal do globo varia de um para o outro ponto e, num mesmo ponto, varia com a profundidade» (1).

Ora, se tudo é assim parece não haver dúvida que o modelado da crosta terrestre emersa ou submersa é a conseqùência ou o produto de causas estruturais — endogenéticas, epigenéticas e tectónicas — diferentes, especiais, locais, parecendo que tais sciências devem entrar no grupo das

(1) Albert Lapparent, *Traité de Geologie*, 5.ª edição, pág. 3.

sciências de fenómenos de sucessão de Xénopol (1).

Comtudo, à medida que se vão estudando cada vez melhor as causas estruturais da forma da Terra e analisando mais detidamente os fenómenos que se vão passando dia a dia nos diversos acidentes da superfície, como as montanhas, vales, rios, lagos, ilhas, vulcões, etc., vão-se notando harmonias de formas, semelhanças de causas, identidades de circunstâncias, emfim, repetições de fenómenos.

É isso que se tem visto no estudo dos *ciclos de erosão,* ou melhor, dos *ciclos de actividade* genética e tectónica passivas — a que Morris Davis chama *ciclos vitais* — fazendo evolucionar uma região de um relêvo muito acentuado até o seu nivelamento, ou achatamento, final com a madùridade da sua bacia hidrográfica e a formação das peneplanícies; é isso que se observa na evolução dos rios até à fixação do seu perfil de equilíbrio, na marcha dos fenómenos glaciários, na

(1) M. Xénopol, para exemplificar a aplicação da sua teoria das séries históricas ao estudo de um ponto da história da Roménia publicou na *Revue de Synthèse Historique*, tômo xiii, da pág. 298 a 311, um artigo sôbre *Le régne du prince Alexandre Jean I (Couza).*

Agrupa os factos que estuda em treze séries, se bem que tal divisão do assunto e tal agrupamento e classificação das séries de pontos sejam o produto de um simples critério subjectivo, sem qualquer base real.

De resto, tais agrupamentos de factos nada teem de original, pois qualquer outro historiador o faria, com uma ou outra variante, sem lhe chamar séries.

modelação das margens oceânicas, na acção da erosão ou degradação eólica e hídrica, e na de reconstrução, acumulação, sedimentação e estratificação, etc.

Os próprios fenómenos de *diastrofismo,* isto é, os da formação da superfície por causas tectónicas, estão hoje agrupados pelas suas origens, natureza, conseqüências e aspectos.

São essas identidades, essas *repetições* de fenómenos que teem permitido o aparecimento das leis, teorias e ideas gerais sôbre os perfis da superfície da terra, as formações das montanhas e dos lagos, a vida dos rios, as causas e localizações dos fenómenos vulcânicos e sísmicos, etc.

Assim, a geologia, como a geografia, é hoje uma sciência de factos de repetição, uma *sciência de leis.*

Dêste modo, a definição que Xénopol dá da história é máximamente falível porque é exclusivamente artificial, uma pura criação do seu espírito.

Como diz A. Bauer, no seu estudo sociológico sôbre as evoluções, e o repete o sociologista Jankelevitch, olhando mais profunda e íntimamente as cousas, o que não é susceptível de se reproduzir e o que não se pode repetir em história são os *acontecimentos* própriamente ditos, isto é, o aspecto, o *lado objectivo,* exterior, *material,* da história. Mas, quanto às causas íntimas, aos agentes internos, aos motores espirituais, às ideas-fôrças: essas repetem-se, reproduzem-se, refazem-se.

Assim, por exemplo, o sociólogo inglês STUART--GLENNIE no terceiro dos seus *Sociological Studies,* publicados no volume segundo dos *Sociological Papers, published for the Sociological Societhy,* de Londres, indica a rítmica a que estão sujeitas as grandes revoluções morais que, de 500 em 500 anos, se vão produzindo a seguir aos conflitos entre o Oriente e o Ocidente — acontecimentos êsses que teem exercido uma enorme influência nos progressos da civilização, tais como a época de Ciro-o-Grande; o conflito entre o império romano e a Judea; a luta entre o islamismo e a Europa cristã; o estabelecimento dos turcos na Europa, e, por último, a guerra russo-japonesa.

Apesar de tudo isso ser muito discutível não deixa ser engenhosa e pacientemente estudada essa manifestação de rítmica histórica por parte de STUART-GLENNIE.

¡E que dizer das concepções, das teorias, das ideas gerais pelas quais a filosofia procura investigar, interpretar e explicar os problemas da origem e do fim do universo, da vida, do homem!

¿Não tem apresentado todo êsse mundo de ideas as suas oscilações, as suas manifestações periódicas, as suas variantes temporárias, os seus rítmos?

Assim, basta notar, pelo que se refere aos fenómenos de carácter biológico, as oscilações por que teem passado desde ARISTÓTELES e LUCRÉCIO, até hoje, a explicação dos fenómenos da vida, oscilando entre a causalidade mecânica e o vita-

lismo teleológico, se bem que as reaparições, os renovamentos periódicos de tais interpretações apresentem variantes tanto no espírito scientífico como nos fundamentos positivos, e sempre em harmonia com as ideas e os conhecimentos da época e do meio em que e onde despertam.

É assim que a causalidade mecânica dos fenómenos biológicos não é exposta e defendida pela mesma forma por Lucrécio, Bacon, Descartes e Spinosa — para salientar os filósofos, — nem por Harvey, Borelli, Leuwenhoek, Swammesdan ou Malpighi — para falar dos naturalistas. Outro tanto se poderia dizer das interpretações vitalistas de Stahl e Wolf, de Blumembach e Barthez.

Mas, não há dúvida que se entre êsses mecanistas, como nos mais modernos Magendie, Flourens e Claude Bernard, há variantes de detalhe, há, mesmo, pontos novos de orientação filosófica, e um cada vez mais rico material scientífico, não há dúvida — iamos dizendo — que no fundo, no íntimo, as concepções são as mesmas, as ideas gerais são idênticas.

¿Os *corsi* e os *recorsi* de Vico não explicarão tais rítmos?

Temos visto como são divergentes, por vezes opostos, e até contraditórios, os conceitos que se teem apresentado acêrca da história e as definições que teem sido emitidas sôbre esta sciência.

Ao passo que para alguns a história não só não constitui, nem nunca constituirá, uma sciência, tornando-se até, por vezes, um motivo de

blague literária — como já vimos com J. J. Rousseau, — para outros, pelo contrário, ela é muito, é quási tudo, ela forma a base essencial da sistematização dos conhecimentos.

Efectivamente, quando, em 1907, Hinneberg publicou a *Systematische philosophie*, colocou a abrir o estudo de W. Dilthey sôbre *Considerações gerais*, que recorre à história para provar a unidade da filosofia, pois sendo esta uma função viva do homem e da sociedade forçoso é recorrer à história para reconhecer através da multiplicidade e da variedade das concepções a série e o encadeamento históricos.

E é assim que se chega a concluir a decadência da metafísica e o progresso da função filosófica com a sua tripla obra de sistematização — que consiste em estabelecer, fundamentar e unificar as sciências particulares; corresponder às necessidades da humanidade de encontrar um ponto fixo, um estalão, no sentido da vida; e procurar a razão de ser desta.

3.º — A metodologia genética da história

a) A metodologia genética e a metodologia pedagógica

Assinalado o lugar da história no quadro geral dos conhecimentos humanos e definida ela como a sciência que estuda «o conjunto das manifestações da actividade e do pensamento humanos, consideradas na sua sucessão, no seu desenvolvimento e nas suas relações de conexidade ou de

dependência», vamos ver agora qual o método que essa sciência tem usado predominantemente na sua constituição e nas suas aquisições.

Acêrca de cada sciência há a considerar duas espécies de metodologias: a *metodologia genética* e a *metodologia pedagógica*.

Ao passo que esta última estuda e ensaia os métodos e processos a utilizar na transmissão, no ensino, na divulgação de cada sciência, a *metodologia genética* de uma especialidade scientífica estuda e indica os métodos e processos a utilizar na sua génese, na sua constituição, nos seus progressos.

Se no ensino ou divulgação de uma sciência não houvesse que ter em conta a noção do tempo e outros factores, a metódica genética, a metódica pedagógica e a evolução histórica coincidirião, e a sciência seria ensinada pela ordem por que se veiu organizando e desenvolvendo, e utilizados os métodos e processos da sua constituição.

É êsse, em grande parte, o método da redescoberta e do ensino activo, especialmente preconizado e seguido na instrução superior, pois tal forma de ensino demanda da parte de quem o ministra invulgares aptidões de criação scientífica e da parte de quem o tenha que receber uma cultura geral e uma boa ginástica do espírito, além de que uma tal forma de estudo só pode ser viável em cursos muito especializados, demorados e de um pequeno número de estudantes.

E, exposta a diferença entre as duas metodologias, vejamos como se chega ao método das sciências de espírito.

Sabe-se que o método das sciências matemáticas é — mas não exclusivamente — um método de dedução formal, indo do geral para o particular, ou melhor, indo de uma proposição para outra de extensão semelhante, e de uma razão para a sua natural conseqùência. E dizemos: não exclusivamente, porque como quere H. Poincaré — entre outros matemáticos — no decurso da dedução figuram definições e raciocínios por recorrência, ou induções, sendo principalmente a êsses elementos não-dedutivos que as matemáticas devem os seus enormes avanços (1).

b) **O princípio evolucionista nas sciências naturais**

Se bem que Lyell — como diz Lapparent — reagindo contra os exageros da doutrina dos cataclismos de Cuvier apresente, no seu livro *Princípios de Biologia,* as teorias das causas actuais e da evolução lenta, mas contínua, da face da Terra (2), é, principalmente, com Darwin que a teoria da evolução se torna mais concreta, e cresce de importância e de aplicação.

Efectivamente — como afirmam Yves Delage e Goldsmith — foi só no fim do século xviii e prin-

(1) Ver Maximilien Winter, *Note sur l'intuition en Mathématiques*, in *Revue de Métaphysique et de Morale,* 1908, pág. 921 a 925.

(2) Lapparent, *Traité de Geologie,* 1906, tômo i, pág. 11 e 12.

cípios do XIX que a idea evolucionista começou a dominar nas sciências naturais (1).

É certo que já no século XVII a invenção do microscópio e a descoberta da circulação fizeram entrar tais sciências numa fase de acentuado progresso, mas é só no século seguinte que o estudo da embriologia e de outros capítulos especiais da sciência, e o grande número de descrições e estudos de detalhe proporcionaram uma enorme acumulação de material que só esperava quem o organizasse, sistematizasse e soubesse tirar dêle os ensinamentos convenientes (2). Coube parte dessa missão primeiro a LINEU e depois a CUVIER (3).

A LINEU devem as sciências biológicas uma classificação metódica, fácil e cómoda, se bem que artificial; mas os seus efeitos criacionistas — segundo os quais atribuia ao Ser infinito a criação de tantas formas distintas quantas espécies

---

(1) Ver: DELAGE e GOLDSMITH, *Les Théories de l'évolution*, pág. 9.

(2) HAEFFER, *Histoire de la Zoologie.*

(3) CARL STUMPF nos seus *Philosophische Reden und Vorträge*, aparecidos em 1910, nota que, sob o ponto de vista histórico, a teoria da evolução penetrou no pensamento humano pelas sciências do espírito — como a linguística, a história do direito — e não pelas sciências da natureza, e isso desde a antiguidade.

Comtudo, foi só depois da aplicação das ideas transformistas às sciências cosmológicas e biológicas que a filosofia e a moral notaram a importância do evolucionismo e utilizaram êste. Se na moral o evolucionismo abriu novas e importantes vistas foi, especialmente, na psicologia que a teoria da evolução exerceu grande influência, e ainda no que se refere às relações do indivíduo com o meio, às condições de adaptação ao meio, percepção dos sentidos, movimentos voluntários, etc.

diferentes, — ocupavam bastante o eminente lugar que êle podia ter na história das sciências naturais.

Mas, é justo recordar que para êle o homem longe de ter um lugar à parte na classificação zoológica aparece entre os animais antropomorfos — o que faz dêle um precursor do transformismo.

Com Cuvier as concepções transformistas sofrem fundos golpes, mercê das suas teorias da fixação das espécies e do desaparecimento violento e rápido de várias formas, e aparecimento de outras devido às *revoluções do globo,* isto é, às catástrofes geológicas.

Porêm, estava reservado a um pensador genial e a um poeta na mais elevada acepção da palavra — a Goethe — a iniciação das noções transformistas. Foi êle, efectivamente, quem, na sua obra *Metamorfoses das plantas,* aparecida em 1790, diz que no estudo e comparação dos órgãos deve salientar-se o que lhes é comum e a sua forma original, e considerar todas as formas estudadas como produtos de tais modificações ou metamorfoses.

Por essa forma explica que em botânica todos os órgãos de uma planta resultam da metamorfose de um só: a fôlha, como em zoologia o crâneo é uma continuação e transformação da coluna vertebral (1).

(1) Ao mesmo tempo Oken apresentava também a sua teoria vertebral do crâneo.

Foi, porêm, LAMARCK o primeiro que tornou precisa a concepção transformista na sua *Philosophie Zoologique,* publicada em 1809 (1). Aí trata êle da mutação das espécies sob a influência do meio, do género de vida, do clima, da temperatura, da atmosfera, e do meio vivo formado pelas espécies vizinhas (2).

Tambêm, em zoologia não foram os órgãos que condicionaram os hábitos e faculdades particulares de cada animal, antes, pelo contrário, foram os seus hábitos a sua maneira de viver e as circunstâncias em que se encontraram os indivíduos de que êle provem que, com o tempo, produziram a forma do seu corpo, o número e o estado dos seus órgãos, etc.

Igualmente, as espécies derivam umas das outras pela transmissão hereditária com as variações impostas pelas condições naturais. E o homem, longe de constituir um ser à parte, é o simples resultado da transformação dos quadrumanos, não tendo as suas faculdades mentais nenhuma origem superior e sobrenatural, pois entre o homem e o animal não há uma diferença de qualitativo, mas só de quantitativo.

---

(1) DELAGE e GOLDSMITH, *ob. cit.*, pág. 14.

(2) Acêrca de LAMARCK, ver a importante obra de MARCEL LANDRIEU — *Lamarck, le fondateur du transformisme, sa vie, son œuvre,* 1909, CXIII-480 pág. É um trabalho notável, constituindo mais que a simples biografia do famoso naturalista, porque é uma verdadeira história natural do seu espírito, pois acompanha passo a passo a sua mocidade, a sua educação, os seus estudos, o aparecimento das suas ideas e concepções, e dos seus trabalhos.

Estavam, pois, estabelecidos os grandes princípios da causalidade e da evolução que daí por diante iam ser cada vez melhor constatados e comprovados. É certo que o famoso duelo scientífico entre Estevão Geoffroy Saint-Hilaire e Cuvier na Academia das Sciências de Paris, em 1830, deu um aparente e transitório sucesso a esta; mas o concurso dos geólogos, especialmente de Lyell, as descobertas da paleontologia, da pre-história, etc., vieram mostrar cada vez melhor que a razão estava do lado dos transformistas.

c) O princípio da evolução em história

Em história tem sido cada vez mais preponderante o critério evolucionista das sciências naturais.

Mas, como diz Lacombe, não se imagine que os naturalistas criaram tal teoria pensando na história (1), nem que essa evolução é «une force intérieur qui pousse la nature à se transformer indéfiniment» — como sustenta Xénopol; e ainda «que c'est précisement la force de l'évolution qui le [un individu mieux donné] dote le mieux pour faire avancer les formes de la vie dans la voie du progrès» (2).

Nada disso. Substituir os milagres dos pro-

---

(1) Lacombe, *Milieu et race*, in *Revue de Synthèse Historique*, 1901, pág. 35.

(2) Xénopol, *Race et milieu*, in *Revue de Synthése Historique*, 1900, pág. 254 a 264.

videncialistas ou as *virtudes* dos metafísicos pelas *entidades* e *fôrças interiores* de Xénopol é reincidir no mesmo êrro, é insistir numa tautologia, dizendo que a evolução é a conseqüência da fôrça evolucionista.

Xénopol é um partidário, e muito exclusivista, da história pragmática e diplomática, muito mais que Ranke ou Mommsen. Por isso, êle vê na autoridade pública, no govêrno, no Estado, a principal condição do progresso humano, e «dans le dévelopement sociale et politique, que constitue la vie de l'Etat, l'élément principal de l'histoire» (1).

O ilustre historiador romeno levando ao máximo o gôsto das analogias e a miragem das fôrças ocultas chega a escrever: «Dans chaque règne l'évolution emploie un certain nombre de forces secondaires par le jeu desquelles elle se réalise. Dans le règne de l'inorganique, ce sont les forces mêmes qui soutiennent l'existence: les forces mé-

---

(1) O recem-falecido historiador romeno Xénopol, muito ilustre, bem conhecido, e algo discutido entre os historiadores profissionais e os teóricos da história, apresenta por vezes teorias muito abstratas, e admite a existência de *entidades* metafísicas que o espirito objectivo e de positividade da sciência contemporânea repele inteiramente.

Assim, são cada vez mais inadmissíveis o seu conceito de *raça* e, ainda mais, do *espírito* e do *génio da raça*, e as suas hipóteses acêrca do *meio*, segundo as quais o *meio físico* condiciona o desenvolvimento dos povos, e o *meio intelectual* influe sôbre êsse desenvolvimento, sendo um dos principais agentes, e, ainda, que o espírito e o génio da raça de um povo dão origem ao *meio moral*.

Ora todas essas concepções inatas recalcam, por vezes, Xénopol para o grupo dos metafísicos das teorias históricas.

caniques, physiques et chimiques... dans le règne de la vie matérielle ces sont: le milieu intérieur, l'instinct de conservation, la lutte pour l'existence, la sélection, la ségregation, l'émigration, le croisement» (1).

Quanto à família humana, escreve: «Dans le règne de l'esprit les forces sont: 1.º Le milieu intellectuelle; 2.º l'instinct de conservation avec ses conséquences; *a*) la tendance à l'expansion; *b*) la lutte pour l'existence; *c*) la réaction contre l'action; 3.º la tendance à l'imitation; 4.º la force spéciale de l'individualité; 5.º le hasard».

Como se vê, há aqui fôrças a mais. E, como ainda isso não fôsse suficiente para dar à citada obra de Xénopol um aspecto nebuloso, muito mais próprio do trabalho de um filósofo, e especialmente de um metafísico, que de um historiador, ainda êle admite com um carácter teleológico — que nos desconcerta — toda uma série confusa as leis históricas: abstractas e concretas, leis de coexistência e leis de sucessão.

Diz Grotenfelt na sua *Classificação de valores em história,* que «não é possível tratar da história da humanidade sem fazer intervir os conceitos de evolução e de progresso».

Também, por vezes, se dá à evolução uma côr de apreciação, de estimativa. Ora, o verdadeiro sentido scientífico da evolução consiste na mudança continuada numa direcção determinada.

(1) A.-D. Xénopol, *Les principes fondamentaux de l'histoire,* pág. 285, etc.

Moritz Hartmman, como já antes Mach — diz Jankelevitch — entende que «a lei da economia do pensamento humano exige que apliquemos ao estudo dos fenómenos sociais e históricos os mesmos processos e métodos que estão em uso no estudo dos fenómenos naturais» (1).

Porêm, ao passo que nas sciências naturais a teleologia e os conceitos metafísicos foram completamente postos de parte, em sociologia e nas sciências sociais tal não se dá ainda quer pela complexidade delas quer pelo estado nascente em que se encontram.

Comtudo, é de notar que já no estudo da vida pre-histórica e dos fenómenos etnográficos tem-se pôsto de parte os pontos de vista finalista e psicológico para só se atender à explicação causal.

Os pensadores e homens de sciência estão dando crescente importância ao papel do *acaso* em sociologia, e, especialmente, no estudo dos povos primitivos, e pondo de parte a teleologia.

Assim, os dois grandes móveis que condicionam a evolução do mundo biológico, — como a concorrência vital e a adaptação das espécies, — significam os factos de observação imediata de determinados indivíduos serem mais capazes que

(1) Carl Stumpf, na sua obra *Philosophische Reden und Vorträge*, ao tratar de *A idea da evolução na filosofia contemporânea*, salienta — como já dissemos — os progressos que a noção de evolução tem proporcionado à psicologia, e diz que, sob o ponto de vista histórico, tal teoria penetrou na corrente do pensamento contemporâneo não pelas sciências da natureza mas sim veiculada pelas sciências do espírito, tais a linguística e a história.

outros de resistirem a influências nocivas do meio e de solicitarem dêsse meio determinados elementos, e não demonstram, por forma alguma — como entendem os teleologistas — o *desejo* de atingir quaisquer determinados fins úteis ao indivíduo ou à espécie.

Assim, postas de parte, cada vez mais, as hipóteses de finalidade, e admitido, com MACH, BUCHER e von der STEINEN, a acção ou, pelo menos, a explicação do *acaso*, chega-se à concepção do mecanicismo da vida social e daí da vida política, e portanto da existência histórica da humanidade.

Se as questões das raças são simples fenómenos de adaptação e da influência do meio, fora de toda a influência superior, mística e mítica, conclui-se que a organização e evolução dos agrupamentos humanos com a sua trajectória hesitante e contingente através do tempo são funções do *acaso*, do *acaso* que os pôs em presença de condições favoráveis ou não à sua persistência e ao seu desenvolvimento.

É ainda a adaptação e a concorrência vital que explicam a divisão do trabalho e à luta de classes, e são elas que determinam a *forma* ou a evolução histórica pela concorrência dos dois princípios: o de natureza estática e o de carácter dinâmico, tornados depois, segundo a fórmula da vida política das sociedades civilizadas, em ordem e progresso.

d) O método das sciências naturais e o método das sciências históricas

Se bastantes historiadores, já a partir dos fins do século XVIII e através do século XIX, teem pretendido aplicar à história os métodos das sciências, e estudar as sociedades humanas com o mesmo espírito com que se investigam e consideram os aglomerados da flora e da fauna, outros há que negam tal ponto de vista e que repelem tal misoneismo de métodos de estudo (1).

É, porêm, de notar que não faltam ainda hoje teóricos da história que aproximam as sciências biológicas das históricas (2).

---

(1) Entre os que repelem tal misoneismo encontra-se o dr. JANKELEVITCH que num *Essai de critique sociologique du darwinisme*, publicado na *Revue Philosophique*, de Maio de 1912, atribue ao darwinismo a emiscuição de princípios e leis da biologia nas sciências sociais e, como reflexo, da influência de critério dela no estudo e elaboração das sciências sociológicas.

Entretanto, o autor reconhece um terreno comum à biologia e sociologia: o da *biologia social*, ou sciência da população.

(2) BERNHEIM, em várias passagens do seu *Manual de metodologia histórica*, identifica a história com as sciências naturais, dizendo que quando se trata de conhecer o desenvolvimento dos seres vivos, *mesmo no campo da natureza*, aparece o conhecimento do individual que é o facto característico do conhecimento histórico.

Mais adiante, escreve que para se considerar a teoria darwinista da descendência como uma vitória da sciência não se pode negar o mesmo carácter scientífico à história que pela mesma forma procede.

Assim, a história é tão sciência como a biologia «que tem por objecto a explicação causal dos fenómenos do desenvolvimento orgânico».

RICKERT entende, tambêm, que o método das sciências naturais e o da história se interpenetram e correspondem, pois a bio-

Mas, a maioria, talvez, segue um critério oposto.

Entre os que mais tenazmente teem negado a aplicação profícua dos métodos naturalistas às sciências históricas encontram-se Xénopol e Heinrich Rickert (1).

Já por várias vezes temos tratado neste capítulo do ilustre romeno, ocupemo-nos, por agora, do segundo: de H. Rickert (2).

---

logia filogenética não é mais que uma exposição histórica dos fenómenos corporais. Ver *Revue de Synthèse Historique*, tômo XI, pág. 146.

Efectivamente, entre a história orgânica ou natural e a história humana há manifestos princípios de identidade, pois os princípios do individual e do não-repetitório caracterizam toda a evolução, seja ela cósmica, biológica, humana ou social.

Assim, tais sciências da natureza são ao mesmo tempo sciências de *sucessão* no tempo e de *repetição* no espaço.

(1) Ver: *L'idée d'une philosophie sociale comme synthèse des sciences historiques et sociales*, artigo de W.-K. Kozlowski in *Revue de Synthèse Historique*, Outubro de 1908, pág. 133.

(1) Também o professor Fougeres, da Faculdade de Letras da Universidade de Paris, num discurso pronunciado naquela escola, perguntava em 1904 se a história pode exigir o título de sciência «apropriando-se indevidamente dos processos ou teorias de certas sciências da natureza». E respondia que não.

Explicava êle: «As modalidades práticas da investigação, as aplicações do método são determinadas pelo carácter especial do objecto estudado; elas não podem ser adaptadas tais quais ao estudo de um objecto diferente. O historiador, o sociólogo que se vangloriam de aplicar às suas investigações o método e a terminologia do naturalista cedem a uma ilusão pseudo-scientífica e entonam-se com aparências verbais».

A seguir, aconselha aos historiadores que, em vez de se inspirarem nos processos respeitantes às outras sciências, utilizem sómente os da própria sciência: a história.

Já, anteriormente, num discurso pronunciado também na Sorbonne, G. Lanson havia manifestado as mesmas ideas.

Efectivamente, RICKERT num estudo seu sôbre *Os quatro modos de «O Universal em História»*, argumenta largamente contra a utilização nas sciências históricas dos processos usados pelos químicos e pelos zoologistas, primeiro porque «os grandes historiadores de todos os tempos empregaram um método completamente diferente do das sciências naturais», segundo, porque «as sciências da natureza e a história diferem de tal modo entre si pela sua mais íntima essência que elas não podem de nenhuma forma usar do mesmo método». Acrescenta que «o historiador vê as cousas sob outro ponto de vista que o cultor das sciências naturais, e que é precisamente nessa distinção do ponto de vista que reside a significação da sua obra».

A seguir, aduz ainda «que a história não é uma sciência especial que se distinga das outras sciências apenas pelo seu objecto», mas que ela é «um modo da concepção do mundo — como lhe chama XÉNOPOL». E conclui o seu raciocínio escrevendo: «A história seria pois destruída na sua essência e na sua significação pelo emprêgo do método das sciências naturais».

E, mais adiante, acrescenta que entre a história e as outras sciências, e em particular as sciências naturais, existe «um contraste fundamental» (1).

Ora, se RICKERT tem razão quando distingue a

(1) In *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 122.

história dos outros agrupamentos scientíficos, nenhuma justificação de pêso pode apresentar quando afirma que entre uma e outras existe o tal «contraste fundamental».

A afirmativa do historiador alemão basea-se numa falsa concepção que êle — como Xénopol — tem da história.

Assim, sustenta Rickert que as outras sciências são sciências do universal, que «a expressão do *Universal* é o fim constante das sciências naturais», ao passo que o particular, o individual, é a característica da história, como esta tem sido escrita até agora — acrescenta cautelosamente (1).

Por esta forma chega êle a definir — como já sabemos — a história: «A *sciência do individual, do que se produz uma vez,* em oposição às sciências naturais que teem por objecto o universal, o que reaparece sempre com os mesmos caracteres» (2).

Mas Rickert não fica por ali, e vai de raciocínio em raciocínio até negar à história carácter scientífico, pois lá escreve êle: «se nos afastarmos do *Universal* a sciência torna-se impossível», e adita: «toda a sciência tem necessidade do Universal» (3).

---

(1) Rickert já em outra obra — a que aludimos neste capítulo — acêrca de *Os limites da formação dos conceitos à maneira das sciências naturais, introdução lógica às sciências históricas,* aparecida em Fribourg-en-Brisgau, em 1896, estabelecia a diferença entre a história e as sciências naturais.

(2) In *Revue de Synthèse Historique,* tômo II, pág. 123.

(3) Rickert, mais tarde, na *Filosofia da História,* aparecida

Mas, reparando a que conseqùências o podia levar a extensão do seu raciocínio, esclarece que «o facto de toda a sciência ter necessidade do Universal não prova que toda a sciência tenha igualmente por objecto construir um sistema de conceitos universais, como o fazem as sciências naturais e a psicologia». E acrescenta: «A expressão *Universal* é, certamente, muito equívoca».

Comtudo, longe de desfazer o equívoco aumenta-o sempre, constantemente, através do seu estudo e não deixa de dizer mais adiante que o Universal é indispensável a toda a sciência. Mas, fiquemos socegados que à história não falta o tal Universal, antes pelo contrário.

Rickert propõe-se mostrar no seu artigo «que não há menos de *quatro modos diferentes* do Universal em toda a exposição histórica».

Efectivamente, constatando que os juízos em história, como nas outras sciências, são sempre universais vê aí o primeiro modo do Universal, pois a história como a poesia exprimem o individual por meio de sinais gerais. Mas logo acres-

---

em Heidelberg, em 1905, insiste que a identificação que se faz da história com as outras sciências de leis resulta de um equívoco.

Assim, tem-se entendido que, necessitando a história explicar a sucessão dos factos pelo recurso à lei da causalidade — que é uma forma lógica — faz-se entrar êsse organismo na categoria das disciplinas que assentam em ideas gerais ou leis, porque se confunde a idea de causalidade com a de lei. Se é certo que a relação causal tem geralmente uma aparência de lei, não há dúvida que ela em história não passa daí, pois tal relação de causalidade é sempre individual, porque em cada caso só se explica um fenómeno.

centa que ao passo que «para as sciências naturais o universal é o *fim*, para a história êle é, pelo contrário o *meio*, e o seu fim será a expressão do individual» (1).

Quanto ao segundo modo do Universal é êle constituído pelo critério da escolha, pelo princípio da selecção, tendo em vista concluir «quais são os estados e os acontecimentos individuais verdadeiramente essenciais».

Ora, o autor diz que nas sciências naturais êsse princípio de selecção encontra-se em «a comparação dos objectos para pôr em relêvo os

---

(1) Xénopol apesar de acompanhar muita vez Henrique Rickert nas suas teorias e nos seus pontos de vista não deixa de notar uma importante lacuna neste ponto da concepção do afamado professor da Universidade de Fribourg.

Ao passo que êste dá ao *individual* uma significação íntima, objectiva, estrutural, Xénopol depois de dizer, e lógicamente, que o elemento característico do facto histórico é o *tempo*, e que a história desenvolvendo-se no tempo só por esta noção se pode explicar, esclarece que «não é o conhecimento do individual só por si que determina o conhecimento da história, mas sim o das transformações que o tempo impõe aos fenómenos da realidade».

E, mais adiante: «O individual, pois, na concepção histórica, é uma conseqùência da intervenção modificadora do tempo».

E ainda: «... ela só estuda o individual como produto das transformações do tempo». In *Revue Philosophique*, Outubro de 1900.

Assim, para Xénopol o que *individualiza* os fenómenos em história — factos, homens, sociedades — é que êles são indivíduos em função do tempo, isto é, o mesmo indivíduo — pessoa ou agregado — constitue nos diversos momentos uma serieção de indivíduos sob o ponto de vista histórico. Como se vê, Rickert é muito confuso neste ponto.

Ver Xénopol, *Les sciences naturelles et l'histoire*, in *Revue de Syntèse Historique*, tômo v, pág. 279 a 282.

caracteres idênticos». E acrescenta imediatamente: «Quem vê claramente isso nota logo a diferença entre a história e as sciências naturais».

Ora, exactamente porque nós não vemos que a comparação seja um princípio de selecção limitado ao domínio das sciências naturais, antes, se nos depara o método comparativo aplicado a todas as sciências desde as matemáticas às sciências sociais, é que estamos longe de *ver claramente* que seja precisamente a comparação que diferença a história das sciências naturais. Mas, adiante.

Depois, insiste Rickert que «não há senão uma sciência que quere abraçar da mesma forma *toda* a realidade, que possa ter interêsse em construir todo um sistema de conceitos gerais».

E logo adita: «Mas a história renunciou sempre a uma exposição universal desta natureza».

E continua: «Os acontecimentos e os objectos pelos quais a história se interessa distinguem-se precisamente pelo seu carácter particular e individual das cousas com os quais as sciências naturais os reùniriam sob um mesmo conceito geral».

Rickert não nega que a história tambêm *compare*, que ela compare homens e povos; mas, se faz isso não é para descobrir neles «os caracteres universais da humanidade», antes sim para concluir o caso individual, o caso particular e «humano».

Porêm, a história só se pode ocupar do que tem

uma importância *universal*, ao que logo responde subtilmente RICKERT, dizendo: «*O que tem uma importância universal não tem, necessáriamente, um conteúdo universal*», acrescentando, sibilinamente: «a história tratará das cousas individuais e particulares, precisamente por que ela tem por objecto o que oferece uma importância universal».

A seguir, o teórico alemão deixa escapar algumas palavras sôbre a teoria do grande homem, escrevendo: «A existência é importante para todos graças aos principais caracteres que o distinguem de todos».

Ora a nós — e estamos em boa companhia com A. COMTE, TEÓFILO BRAGA, PAUL LACOMBE, etc. — sempre nos pareceu, exactamente ao contrário do que afirma RICKERT, que o grande homem seja no campo da arte, da sciência, e da acção política, social ou outra — só o é porque individualiza os sentimentos, as aspirações, ou as necessidades do seu meio social.

Mas há mais. Diz, e muito bem, PAUL LACOMBE: «Para que um homem excepcional produza uma acção fecunda em conseqùências, é necessário que êle tenha em tôrno de si uma certa quantidade de *similitudes*».

E acrescenta: «E é destas *similitudes* que êle se utiliza para estabelecer a novidade — *que não é nunca absolutamente nova*».

E insiste: «Quando um homem excepcional vence, é porque êle *s'est aidé* contra a parte re-

sistente do meio de uma outra parte dêste meio, de um certo número de homens tendo entre si, e consigo próprios, sentimentos comuns, ou ideas, ou aspirações ou hábitos comuns» (1).

É esta — parece-nos — a boa doutrina. O homem que RICKERT admite, em história, com os caracteres distintos de todos os outros homens não é o homem da história: é um ser anormal, uma unidade de museu, um homem de manicómio. Mas, prosigamos.

O segundo modo do Universal, em história, conforme o teorizante alemão, consiste no princípio universal de sélecção pelo qual se distingue o que é histórico do que o não é. Mas, nota que êsse princípio de escolha não é o objecto ou fim da história, é o *meio* que ela utiliza, ao contrário do que sucede nas sciências naturais.

Porêm, RICKERT cai logo em nova dificuldade, pois negando ao objecto e fim da história caracteres de universalidade, torna pessoal, e por isso arbitrária, a solução do problema da determinação dos valores, isto é, da selecção do que é essencialmente histórico» (2).

Efectivamente, como para RICKERT, só é histórico o que tem uma *compreensão universal*, sucede que o que para uns poderá ter êsse alcance para outros pode deixar de tê-lo.

---

(1) PAUL LACOMBE, *L'Histoire comme science*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo III, pág. 4.

(2) Adiante trataremos dêste importante problema da determinação dos valores em história.

O terceiro modo do universal em história é constituído pela noção do meio uno e universal, e do conjunto de um facto ou de um objecto com os outros, da sua influência mútua, da sua dependência recíproca.

Assim, quem diz história diz «complexus universal». Mas, logo explica que isso não passa da *relação de uma parte com o todo,* e não da *relação de um exemplar com o conceito universal* — o que é próprio das sciências naturais.

A seguir Rickert, sempre subtil, distingue um *todo concreto* de um *conceito abstracto*, como se a noção do *todo* não fôsse um conceito, e a expressão *conceito abstracto* não fôsse pleonástica.

O quarto modo do *Universal* consiste, segundo Rickert, na universalidade dos conceitos em história, isto é, na admissão de «conceitos de conteúdo universal» para representarem ou exprimirem o «complexus universal», o meio total e o ser colectivo que constituem o terceiro modo do Universal — de que já tratamos.

Mas, para Rickert, «o todo é bem alguma cousa de individual» e na representação do complexus universal, «a cada parte individual corresponde um conceito individual». E ainda: «os conceitos do Universal e do particular são — ¡quem tal diria! — *relativos*», e admite — ¡cousa extranhamente subtil! — um conceito universal mais universal que outro conceito universal.

Todavia, acrescenta logo, se a história admite também a formação de conceitos gerais como as

sciências naturais, só estas podem permitir a formação de um sistema dêsses conceitos.

Eis, pois, sucintamente expostos, os quatro famosos *modos do Universal* em história, que não passam de outros tantos simples e verdadeiros *modos do relativo e do particular* (1).

Como se acaba de ver, tudo nesta teoria de Rickert é muito engenhoso e subtil, mas não tem uma base verdadeira, real, objectiva.

A história de que êle tanto fala e que tanto distingue das sciências da natureza, é ainda a velha história chamada *dos factos e dos homens mais importantes*.

Mas, mesmo essa história narrativa, mesmo essa história discritiva, não apresenta, como sciência, uma grande diferença das sciências naturais como insistentemente afirma Rickert. Assim como êle compreende a história esta é a sciência do individual, do quê não se repete. Mas o que parece suceder uma só vez não é, na maioria das vezes, senão uma repetição de casos anteriormente sucedidos, com uma ou outra variante.

Por sua vez as sciências da natureza estão muito longe de ser simplesmente sciências de repetição como acham Xénopol e Rickert, pois as mudanças de meio e de momento imprimem variantes aos fenómenos.

---

(1) Ver: Henrich Rickert, *Les quatre modes de l'Universel dans l'Histoire*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 121 a 140.

Tambêm, o que dissemos acêrca dos *grandes homens* mostra as ilusões de Rickert quanto à sua teoria do individual em história.

¡De resto, se tudo em história fôsse individual, novo, irrepetível para que estudar a história senão por simples passa-tempo! ¡Para quê tanto trabalho acumulado se os estudos históricos não nos fornecem precedentes para a compreensão e o juízo dos acontecimentos seguintes, emfim, para a previsão de factos! (1)

e) O método histórico

Apesar de estar ainda por escrever a história do método histórico não há dúvida que foi só no século XIX que a historiografia começou a ser preparada, elaborada e escrita por uma forma mais objectiva, metódica, scientífica.

Como se sabe, durante muito tempo a história foi escrita com intenções políticas, religiosas e morais, ou com objectivos filosóficos e artísticos, e, por isso, quási sempre por uma forma parcial, apaixonada, tendenciosa. Só últimamente é que a história começou a ser considerada, e, por tanto, cultivada e escrita como um género literário, com um objecto inconfundível, com um fim próprio, em si, isto é, como uma sciência.

Mas, repetimos, só no decurso do século XIX é

(1) De resto, o próprio historiógrafo alemão não deixa de reconhecer — ¡era o que faltava! — que o campo das sciências da natureza não é imutável, se bem que se altere muito menos rápidamente que o domínio das sciências do espírito.

que se deu corpo ao pensamento antigo de Vico, segundo o qual fora do tempo e do espaço não há verdade absoluta, mas uma verdade viva e móvel através das formas individuais e concretas da história, assinalando ao conhecimento dos factos históricos o mesmo valor que ao conhecimento do verdadeiro.

Modernamente, em que a história deixou de ser um meio de discussão e divulgação de ideas políticas, e princípios religiosos ou outros, para constituir, já por si, um fim, natural é que muitas atenções se voltassem para ela e lhe fixassem um método e um conjunto de regras próprias do seu objecto e consentâneas com os seus fins.

Efectivamente, foi só com o forte desenvolvimento dos estudos históricos no século XIX que se tornou possível o aparecimento das obras de metodologia como o *Manual de Metodologia Histórica de* Bernheim, a *Introdução aos estudos históricos* de Langlois e Seignobos, etc.

Antes disso, desde Aristóteles até Voltaire e Montesquieu, as obras que apareceram de teoria da história, nada deixavam antever sôbre a orientação que tais estudos haviam de tomar mais tarde e o carácter e os assuntos das obras acima citadas.

Como diz Giovanni Gentile numa interessante *Contribution à l'histoire de la métode historique:* «durante todo o período do classicismo renovado que vai dos séculos XVI ao XVIII as teorias historio-

gráficas giraram em volta do conceito da história e da arte da representação histórica» (1).

É exacto, alêm de que não apresentam originalidade, pois, das conhecidas, quási todas são, com fracas variantes, meros desenvolvimentos dos capítulos IX e XXI da *Poética* de ARISTÓTELES, do *De Oratore* e do *Brutus* de CÍCERO, das *Institutiones* de QUINTILIANO, etc.

São, entretanto, numerosos os trabalhos de tal natureza aparecidos desde os fins da primeira metade do século XVI (2).

Assim, em 1548 aparecia, em Florença, a obra de CRISTOFORO MILEO *De scribenda universitatis rerum história*, e no mesmo ano e na mesma cidade publicava-se o *De scribenda historia* de FRANCESCO ROBORTELLI; com o título de *De Conscribenda história* aparecia em Bolonha, em 1563, a obra de CECCO VENTURA; em 1569 publicava-se

---

(1) In *Revue de Synthèse Historique*, segundo semestre de 1902, pág. 129 a 152.

(2) KARL LAMPRECHT, depois de dividir o método histórico em *método superior* e *inferior*, e de afirmar que êste último compreende as operações destinadas ao estudo das fontes e dos documentos, diz que êsse *método inferior*, depois de várias hesitações, começou a ser aplicado nos séculos XV e XVI, mas que só no século XIX, com os trabalhos de crítica das fontes, de SCHLÖZER e NIEBUHR, quanto à historiografia alemã, é que êle «foi fixado nos seus pontos essenciais».

Foi só no século XVIII — diz o mesmo historiador — que «se começou a abranger com uma vista mais geral o desenvolvimento da história da Europa, e no mesmo tempo se passou por um progresso contínuo quanto às comparações até então em uso, às aproximações gerais mais extensas...».

In *Revue de Synthèse Historique*, 1900, pág. 21 a 23.

em Anvers um outro *De scribenda historia*, sendo seu autor António Viperano; e em 1674 aparecia em Roma o *De ratione scribendæ historiae*.

Já anteriormente, em 1620, viu a luz em Paris um *Discours des vertus et des vices de l'histoire et de la manière de la bien écrire*, de Le Roy de Gomberville; em 1623, publicava-se em Leyde a obra de Voss — *De arte historica, seu de historiae natura historiaeque scribendae praeceptis;* e, em 1691, Paris via aparecer o tratado *De la manière d'écrire l'histoire* nos *Divers traités de Métaphisique, d'Histoire et de Politique.*

O historiógrafo depois de citar estas obras comenta-as, escrevendo:

«Como se vê, trata-se sempre da maneira de *escrever* e não da forma de *reconstruir* a história, de *redescobrir* a verdade histórica; era sempre um conjunto de preceitos respeitantes à forma, e não um método respeitante à aquisição da matéria histórica».

Actualmente, as operações básicas do conhecimento histórico cifram-se na *heurística* — ou investigação dos documentos, na *crítica* — ou depuração dêles, e na *construção histórica* — que é a série de operações sintéticas tendo por fim organizar as fontes isoladas, testemunhadas pelos documentos, num corpo de sciência. Mas, isso só actualmente se dá porque nos tempos e nas obras a que nos reportamos acima, supondo-se já conhecida a verdade histórica, só se cuidava da forma, da disposição mais ou menos lógica, hábil

e artística, e do descritivo melhor ou piormente imaginado.

Quere dizer: a *Ars historica* dos teóricos dêsse tempo começava onde acaba actualmente a metodologia — o que equivale a dizer que não cuidavam em tal departamento do trabalho historiográfico.

Exposta, em poucas palavras, a evolução do método histórico e notadas as diferenças profundas, radicais, entre o ponto de vista, os intuitos, as características, as operações lógicas ou ideais e materiais ou objectivas, da antiga *Ars historica* e do actual *método histórico*, é chegado o ensejo de estudarmos êste mais de perto, com algum detalhe e com a possível precisão.

Sendo a história a sciência das sociedades humanas civilizadas o método histórico só às sciências do espírito humano se pode aplicar. Êle deve, como faz o método positivo, o método experimental, abandonar tudo o que se refira à essência das cousas, à sua natureza íntima, à sua origem primeira, à sua finalidade, e limitar-se — o que já é bastante — a estudar as diversas manifestações da actividade humana no passado, bem como as do pensamento, e as do sentimento religioso, moral e estético, definindo as suas relações, as suas características, e deduzindo, até, as as suas leis (1).

---

(1) Ver Abel Rey, *Les Sciences Philosophiques*, 2.ª edição, pág. 713 a 719.

O método histórico nas suas três séries de operações — analíticas, críticas e sintéticas — é um método positivo, concreto, scientífico. Se alguns espíritos metafísicos teem querido dirigir o método histórico noutro sentido a responsabilidade é dêles e não do método (1).

Porêm, o professor inglês Sidgwick, levando muito longe a sua crítica ao método histórico, diz que êste tem tido em mira solucionar os problemas filosóficos, como se tal método pretendesse satisfazer as questões insolúveis sôbre a imortalidade da alma, a existência de Deus, a origem dos seres, etc.

Não. Êsse método não pretende entrar no estudo de tais problemas nem, sequer, interferir no campo da moral como sciência normativa da conduta humana, julgando os homens e os acontecimentos sob o ponto de vista ético.

Os juízos de valor em história — como adiante

---

(1) Efectivamente, é grande a confusão quanto ao significado concedido à expressão *método histórico*. Ao passo que os eruditos e os investigadores o definem como um conjunto de regras e processos de investigação, de crítica, de síntese e reconstituição históricas, para os teóricos, e para os antigos filósofos da história já assim não é.

Outros, emfim, classificam a história como uma sciência indutiva especial. É neste sentido que, parafraseando Voltaire que dizia que em literatura todos os géneros são bons excepto o género enfadonho, escreve Fustel de Coulanges que em história todos os géneros são bons, com excepção do género falso, acrescentando que «todos os métodos são bons comtanto que o espírito scientífico domine e vivifique». In *Revue de Synthèse Historique*, tômo vii, pág. 261.

veremos — não pretendem julgar sôbre a significação e o alcance moral seja do que fôr: êles cuidam só de considerar o que é e o que deixa de ser assunto histórico, isto é, só tratam de especificar os limites do conhecimento histórico.

Mas, nem por isso o método histórico deixa de ser útil e necessário, porque se êle é incapaz de resolver os problemas das origens, da natureza e fim da humanidade, e o da essência do ser humano tambêm o método experimental, que é a última perfeição no campo da objectividade, não resolve as questões sôbre a essência da fôrça, do calor, da luz e da electricidade, e ninguêm negará à mecânica, à termologia, à óptica e à electrologia os foros de sciências.

O que é interessante é que acoimando-se o método histórico ora de metafísico ora de inútil logo se diz — di-lo Sidgwick — que é na ética, como na política, que se encontram algumas das verdades absolutas que devem dirigir as sociedades para os seus últimos objectivos e fins; e, porque tais fins não são nem leis nem fenómenos, o método histórico nada tem com êles. Por isso, se a história pode ser um auxiliar da moral e da política, especialmente desta última, a sciência política não pode basear-se na história (1).

(1) Tambêm o historiador alemão Karl Lamprecht num seu estudo sôbre o método histórico na Alemanha sustenta que «para compreender um século nos seus detalhes é necessário conhecê-lo no seu conjunto, isto é, conhecer o seu carácter psicológico e o seu estado de civilização». In *Revue de Synthèse Historique*, 1900, pág. 27.

A história pode dizer-nos o que tem sucedido e pode acontecer, mas não pode aconselhar o que *aqui* e *agora* se deve fazer.

Dêste modo, concluem alguns que não constituindo a história a verdadeira base scientífica da política, deve procurar-se tal base fora dela, no conhecimento da finalidade das sociedades.

Assim, ao passo que Freemann e Seeley confundem a história com a política, Sidgwick nega que a história possa servir de base àquela.

Como diz o professor Pasquale Villari, e é certo, está aí o ponto fraco da teoria dêste. Na verdade, se a história não pode constituir a base da política, pois esta deve concluir-se do fim último de uma sociedade, não há dúvida que é à metafísica que se devem ir buscar os elementos para formar tais bases, que assim ficarão muito movediças e contingentes.

Ora isso é, pelo menos, um paradoxo, porque a base de tal sciência política nada teria de scientífico, e assim a política variaria segundo os sistemas e as escolas filosóficas — o que nunca se viu nem se pode admitir.

Só o estudo da sociedade pode servir de base à política — que tem por objectivo dirigir, governar e administrar os agregados humanos organizados em Estados. E o estudo das sociedades nas suas diversas formas de govêrno e de administração, nas suas manifestações especulativas, políticas, económicas e sociais, é o objecto da história, da etnografia, e, sob uma forma sinté-

tica, da sociologia. É, pois, a história que fazendo-nos conhecer o caminho percorrido pela humanidade e a marcha da civilização, nos fornece os elementos para as previsões.

Sidgwick insiste que se é certo que a história fornece êsses elementos não fornece — nem o pode fazer, por não ser uma filosofia — regras de conduta sem as quais a política nunca poderá concluir qual a orientação e o sentido a dar às sociedades nem os objectivos aos quais a vida destas deve satisfazer.

Pasquale Villari corrobora tais dificuldades da questão, e acha que «há um elemento que escapa igualmente ao rigor do método histórico e ao do método experimental, sendo isso que impede que as sciências sociais e morais atinjam a certeza e a precisão que poderam alcançar as sciências matemáticas e naturais».

Até aí está bem; mas o que é estranho é que o eminente professor italiano recorra para resolver a questão a um elemento máximamente subjectivo, e, por tanto, transitório, contingente e precário: a *consciência.*

Assim, escreve êle: «Mas o problema não se resolverá, julgo eu, sem à obra da razão e da sciência se juntar a da *consciência,* que tambêm revela verdades».

E para justificar o estranho apêlo à consciência escreve: «Tal como os fenómenos de arte ficam inconcebíveis, inexplicáveis só pela sciência sem o sentimento do belo, do mesmo modo ficam

incompreensíveis os fenómenos morais e sociais sem o sentimento do bem e do dever que nasce, que cresce, age em nós pela sua virtude intrínseca e não apenas pela fôrça do raciocínio».

E sem mais nada explicar, depois de haver eriçado de dificuldades lógicas a sua justificação, como que sentindo remorsos por tal afirmativa, escreve: «Não é isso um conhecimento scientífico, mas é o mais seguro, ou, pelo menos, o único ao qual possamos recorrer emquanto a sciência não tiver encontrado um meio de resolver por outra forma o problema» (1).

Uma das mais altas funções da sciência e da filosofia — que é o saber totalmente unificado — deve ter em vista, sem cortar a continuidade e a coordenação das sciências, fixar, tão precisa e concretamente quanto possível, o objecto ou objectos de cada uma, os métodos e processos que elas utilizam, e os limites que as circunscrevem cada uma e a separam das outras.

Ora, uma das sciências que mais envolvida está ainda em obscuridades, e que mais misturada e mais confundida com as outras tem sido, é, sem dúvida a história — substantivo verdadeiramente colectivo para significar todo o grupo de sciências que estudam o passado e a evolução da humanidade.

É, pois, necessário delimitar o âmbito da his-

---

(1) Pasquale Villari, *L'histoire est-elle une science?* in *Revue de Synthèse Historique*, tômo IV, pág. 175 a 190.

tória ou, melhor, das sciências históricas, e esclarecer, determinar e fixar a natureza e os caracteres do *método histórico*.

Nem as sciências da natureza devem pretender aplicar estritamente os seus métodos característicos às sciências do espírito, e, portanto, à história; nem esta deve, por sua vez, tentar aplicar o método histórico às sciências naturais. A história não será nunca uma filosofia, uma sciência natural ou matemática — disse PASQUALE VILLARI.

É necessário que a história não pretenda ser mais que o que é na realidade, para ser inteiramente e completamente o que deve ser.

Como disse FUSTEL DE COULANGES — e é exacto — cada sciência tem os seus meios de investigação que lhe são peculiares. A geometria tem a dedução, a química tem a experimentação, a geologia tem a observação. A história não tem nenhum dêsses própriamente, mas utiliza a análise, a síntese, a indução e a generalização.

Porêm, é pelo estudo dos factos que ela atinge o seu fim. Êsses factos, pela própria natureza de tal sciência, nunca lhe são presentes, tendo que os estudar por intermédio dos seus vestígios, dos seus indícios, através dos testemunhos dêles, isto é, dos documentos (1).

---

(1) Os irmãos MORTET classificavam os *documentos* ou *fontes históricas* pela forma que está hoje generalizada, e que é a seguinte: 1.º *restos materiais do passado* — constituídos por pedaços de ossos, utensílios, vestuário, armas, edifícios, obras de arte e industriais; 2.º *documentos simbólicos* — que constituem os

Se bem que não seja a história a única sciência que utiliza o testemunho, pois o mesmo fazem a geologia, a paleontologia, a psicologia, a pedagogia e a jurisprudência, não há dúvida que é êle que constitui a base única do conhecimento histórico, isto é, do conhecimento do passado (1).

Ao passo que as outras sciências enumeradas se podem ocupar dos factos no momento preciso em que êles se realizam, com excepção das sciências paleogeográficas, etc., a história — pela sua índole, como *sciência de posição no tempo* em relação ao investigador — só se ocupa dos acontecimentos depois dêles se haverem passado, tendo como objectivo reconstituí-los na sua integridade, e, até, possívelmente, na sua integridade.

---

sinais representativos das impressões psicológicas sentidas pelos contemporâneos, e que se podem dividir em monumentos figurados — como baixos relevos, pinturas, medalhas, moedas, selos, etc., ou em documentos escritos para constatar factos, descrevê-los ou apreciá-los — como as inscrições, documentos oficiais, anais, crónicas, descrições, memórias, correspondências, obras literárias, etc.; 3.º *vestígios morais*, isto é, restos do passado que sobrevivem na linguagem, as crenças, os usos, as tradições orais, etc.». In voc. *Histoire*, da *Grande Encyclopédie*, tômo XX.

(1) Já deixamos dito a pág. 399 a crescente importância que estão tendo em história os estudos sôbre a *psicologia do testemunho*. Acêrca da história dêsses estudos ver os artigos de Bernheim e de André de Fribourg aí citados.

Se bem que sôbre esta questão um ou outro autor houvesse já sugerido algumas ideas, ela só começou a ser estudada depois de Ranke haver recomendado que: «antes de tudo procure-se saber, de todas as testemunhas, qual é a que possue um conhecimento geral das cousas»; e só muito modernamente é que se teem feito sôbre o assunto trabalhos sistemáticos, em que hão colaborado a psico-pedagogia e a psicologia judiciária.

Sendo, assim, a história uma sciência especial, *sui generis*, nem aplica um método puramente dedutivo e demonstrativo, nem um método exclusivamente indutivo e experimental. Isto é, ela nem é uma sciência exclusivamente de dedução, nem completamente de demonstração; ela não parte de definições, nem se inicia sôbre axiomas, emfim, não emprega o silogismo; e se o raciocínio acompanha o labor mental da investigação histórica, não é essencial: é um mero auxiliar, pôsto que, por vezes, importante (1).

Não há dúvida que o método histórico vive em grande parte do método indutivo; mas êste apresenta na história uma forma especial, original, pois ao passo que a indução pura conduz dos factos às leis, isto é, aos mesmos factos generalizados, em história o caso é diferente, pois parte-se de factos, não para os mesmos factos generalizados, nem para leis: mas para factos diferentes dos primeiros. Quere dizer: partindo dos documentos, dos *testemunhos*, chega-se aos *acontecimentos* que êles conteem *imediatamente*, ou que *indirectamente* supõem, outro tanto sucedendo à geologia, à paleobotânica, e à paleozoologia.

Contudo, nem por isso o método indutivo

(1) Como se sabe, os documentos não fornecem, muitas vezes, factos suficientes para conhecimento dos acontecimentos passados. Se a história fôsse uma sciência de observação directa, como a botânica e a zoologia, novas observações preencheriam as lacunas; mas tal é impossível em história, por isso diz Seignobos: «procura-se extender o conhecimento empregando o raciocínio». In *Introduction aux Études Historiques*, pág. 218.

deixa de constituir o elemento predominante do método histórico, pois, como diz PAUL JANET, se «a indução, como lhe chamava BACON, é a interpretação da natureza, o método histórico é a interpretação do testemunho humano» (1).

¿Mas, poderá daí concluir-se que a história é uma sciência exclusivamente indutiva? Não pode. Razão tem por isso P. LACOMBE quando, estudando *Os métodos da história,* escreve: «A psicologia presta-se a um uso duplo: pode-se ir dela para a história, ou voltar da história para ela; praticar o método indutivo e ascendente ou o método dedutivo e descendente» (2).

Se, como já dissemos, o método histórico não parte de axiomas pode iniciar-se por hipóteses.

Ora, a concepção de uma hipótese inicial é um produto da lógica dedutiva que deve ter como trabalho seqüente «a verificação pelos factos». Mas, em história não é possível a experiência à maneira das sciências da natureza, pois só é viável a observação.

É aí, quanto a nós, que reside a grande diferença entre as sciências históricas e as da natureza, e não no estabelecimento de hipóteses, pois isso é comum às duas classes de sciências. Mas, ao passo que as sciências da natureza dispõem da experiência, como excelente meio de verificação, a história só utiliza a observação.

---

(1) PAUL JANET, *Traité de Philosophie,* 1895, pág. 509.

(2) P. LACOMBE, *De l'Histoire considerée comme science,* 1894 pág. 53.

Para comprovar que em história o subjectivismo é dominante tem-se dito que a investigação dos documentos, e, por aí, que o estudo dos factos eram sempre antecedidos não só de juízos de valor no espírito dos historiógrafos — como os da importância do assunto e da conveniência do seu estudo — como de ideas preconcebidas sôbre a natureza dos factos, sua importância, etc.

Assim, se procurava provar que o historiador não ia pedir aos documentos conhecimentos novos, mas sómente a verificação, a constatação, das suas hipóteses, dos produtos da sua imaginação, quando não das criações da sua vontade. Mas, tais ideas preconcebidas que se quere ver no espírito dos historiadores encontram-se no dos cultores das sciências da natureza.

Desde Newton a Kant, e de Humboldt a Poincaré, é opinião predominante que o experimentador é sempre conduzido para a experiência e nela é guiado superiormente por ideas preconcebidas a que se teem dado vários nomes: intuições, meias-intuições, hipóteses, etc.

Karl Lamprecht, ocupando-se de *O método histórico na Alemanha,* distingue — parece-nos sem necessidade — no *método histórico* uma forma superior e uma forma inferior. Segundo tal teoria o método superior só intervem «onde se trata de dominar os factos dados e às suas relações, e de abranger com o olhar um mais vasto horizonte.

Quanto ao método histórico inferior — de que já falamos — «compreende todas as operações

destinadas a patentear os materiais históricos libertos de tudo o que os desnatura, e a evidenciar a sua imediata conexão». E continua a caracterizá-lo: «É pois com êsse método que se devem relacionar todos os processos cujo emprêgo é necessário para descobrir as fontes e os documentos, estabelecer as suas relações recíprocas, mostrar quais as suas dependências em relação ao tempo a que pertencem, e, finalmente, determinar os dados simples e positivos que ressaltam de tais materiais históricos assim obtidos».

Quere-nos parecer que se pode dispensar tal divisão do *método histórico*, pois o verdadeiro método em história reside nas operações que Lamprecht assinala como constituindo o *método inferior* — ao qual nós chamaríamos, preferentemente, *método objectivo,* e que, assim, é constituído por todo o conjunto de *operações imediatas* ou analíticas, necessárias ao estudo dos testemunhos, dos documentos, e, por aí, ao conhecimento dos factos, e pelo grupo de *operações mediatas,* ou *sintéticas,* essenciais à construção histórica.

É a êste, ao grupo de *operações sintéticas*, que cabe as atribuições que Lamprecht destina ao seu *método histórico superior*.

Como diz Gustave Lanson, e é hoje prática seguida, os estudos literários teem pedido à história os seus métodos, havendo-os utilizado largamente. É a essa intervenção que a história deve os seus grandes e rápidos sucessos. Mas, necessário é não esquecer que ao passo que a história

procura conhecer os factos, os estados da consciência colectiva e os centros da civilização, adquiridos indirectamente, e por «meios exteriores», a história literária, a como história da arte, estuda directamente os factos, os *estados de alma*.

Assim, o método histórico ganha visívelmente terreno, como o prova a tendência de estudar as monografias e biografias, não segundo uma ordem analítica, mas, simultâneamente, a vida e a obra de um autor, num justificável paralelismo bio-bibliográfico, no qual cada parte da obra aparece como um facto da vida, prolongamento natural de uma certa energia sob certas pressões ou por sugestões determinadas.

A outra aplicação do método histórico tem sido feita no direito, e especialmente no direito comparado, aplicação essa hoje muito mais completa e eficaz que na escola de Savigny e Pruchta.

Efectivamente, ao contrário das concepções actuais, essa escola considerava tal evolução do direito como tendo por base as tradições, sem tomar em conta as influências estranhas e queria ver nesse desenvolvimento uma conseqùência exclusiva das fôrças orgânicas nacionais, sem que nela interferisse a vontade colectiva com a sua função dirigente.

Assim, os costumes, os forais, eram as únicas fontes do direito, atendendo-se pouco à legislação geral, à estrangeira, à romana, visigótica, etc.

A escola histórica moderna, mercê do método histórico comparativo, tem mostrado que o di-

reito desenvolve-se não só no sentido das tradições históricas, mas, em grande parte, pela acção das influências estrangeiras, melhor ou peor segundo o conjunto do *espírito*, do critério e da consciência jurídica nacional, e em harmonia com o conjunto do seu sistema jurídico.

4.º — A história e a concepção de valor

a) A concepção de valor na Filosofia

Como diz A. Lalande, a noção de valor que foi primeiramente utilizada pelas sciências económicas tem tomado últimamente uma importância cada vez maior em filosofia. Actualmente, depois das obras de Nietzche e dos estudos da análise psicológica de Meinong, d'Ehrenfels, de Kreibig e de Munsterberg, os termos bem e mal, direito e dever, regra e fim deixaram de ser usados para se falar quási só no valor da vida, e todos — pensadores ou simples criaturas empíricas — anceiam «porque se renovem as formas da verdade».

A justificação que apresentam os pensadores e que Lalande reproduz é que «a idea de valor, em particular, apresenta a grande vantagem de pôr muito em relêvo, por um lado o carácter finalista que apresenta todo o pensamento vivo; por outro, o paralelismo formal das sciências normativas, e a solidariedade dos problemas que as constituem».

Contudo, é necessário ter em atenção, saber

prever e evitar tanto quanto possível os equívocos, mesmo os erros, que podem provir da teoria dos valores.

Assim, é sabido que todo o *valor*, é, em certo sentido, e em grande parte, subjectivo, é um facto da consciência, e a sua classificação e hierarquização é sempre mais ou menos um produto da apreciação subjectiva, de juízos pessoais.

Porêm, se assim é, se todo o *valor* é «um sentido atribuído a um conjunto de estados de consciência», se é ao mesmo tempo pensamento e idea, sujeito e objecto, emfim, se êle se apresenta como o produto de um espírito de essência teleológica, não há dúvida que êsse *valor* deixará de ser meramente *subjectivo*, e passará a ser *objectivo*, se como *valor* passar tambêm a ser considerado ou se o sujeito de apreciação lhe atribuir a mesma condição de *valor* para as outras pessoas.

Daí se conclui outra dificuldade: um valor pode ser considerado só em relação ao sujeito que o considera, e sem atenção pelo que os outros pensam sôbre êle, ou, pelo contrário, um *valor* é reconhecido e classificado por outros.

No primeiro caso, o *valor* é considerado em abstrato, mas o segundo é tido por concreto e real, ao contrário do anterior em que se dá ao valor um carácter *ideal* (1). Ainda necessário é ter em atenção que um *valor* pode ser *imediato*

(1) Há que ter em vista que um *valor* tambêm se classifica de *ideal* quando êle é afirmado em princípio, em tese, independentemente da sua existência.

ou intrínseco, sendo tido por categórico; e *derivado*, ou instrumental, tendo uma existência similar às dos imperativos hipotéticos de KANT (1).

Assim, a *teoria dos valores* é já por si difícil, necessitando-se de um espírito subtil e de uma contenção grande para a apreender e compreender em toda a sua profundeza; mas ainda há que atender que tal teoria é complexa, pois variados são os objectos a que ela se pode aplicar.

Dêste modo, FONSEGRIVE num estudo acêrca das *Recherches sur la théorie des valeurs,* distingue cinco espécies diferentes de juízos de valores, podendo sê-lo de valores económicos, estéticos, intelectuais, morais e religiosos.

Pondo de parte os valores económicos todas as outras espécies são de carácter filosófico, ou melhor, são divisões, detalhes, especializações de valores filosóficos (2).

---

(1) Ver a tal respeito: a obra de W. URBAN, *Valuations, it nature and laws, being an introduction to the general Theorie of value,* 1909; e um artigo de A. LALANDE, *La Theorie des valeurs,* in *Revue Philosophique,* 1.º semestre de 1910, pág. 304 a 311.

(2) Contudo, deve dizer-se que de todos êsses valores os que teem uma base verdadeiramente objectiva e são por toda a gente reconhecidos são os valores económicos. Há, porêm, que notar que mesmo nos juízos de valor económico existe muitas vezes o factor subjectivo.

Assim, na venda, aquisição ou reaquisição de um objecto entra uma grande parte das vezes em conta o factor subjectivo, pelo qual ao objecto é dado um valor pessoal, ideal, moral que só existe para os que o consideram, exemplos: uma jóia de família, uma recordação, etc.

b) A noção de valor em história

Depois de havermos estudado o lugar da história no quadro geral das sciências, de termos notado os pontos de contacto e de diferença entre ela e as sciências da natureza, e de havermos definido a sua natureza como sciência descritiva e como sciência indutiva e o seu carácter exterior como sciência e arte, vamos estudar nela a concepção de valor, isto é, qual a base, o móbil, o intuito e o fim da apreciação e da estimação de valores em história (1).

A exemplo do que sucede com outras sciências sociais — como a moral, — não faltam teóricos da história, como Bernheim, que preconizem a criação da concepção de *valor* em história a fim de joeirar, seleccionar e escolher na infinita complexidade da vida histórica apenas o que constitue o tecido essencial da evolução material e moral das sociedades.

Mas, grandes são as dificuldades para se es-

---

(1) Ora o *valor* que nós aqui consideramos nem é o da moral e muito menos é o das sciências económicas. Não há dúvida que, como diz G. Simmel, a categoria de valor, ou ponto de vista prático, e a categoria do ser, ou ponto de vista teórico, não se podem deduzir simplesmente do conceito de objecto, mas também não se podem classificar *à priori*, dizendo — como êle — sem outra base que o valor é subjectivo e a realidade é objectiva.

Nada disso. O *valor* é também objectivo, mas de uma objectividade especial. Ele está fora e acima do dualismo do sujeito e do objecto, mas não é uma categoria metafísica — como quere Simmel: é uma entidade lógica.

Ver G. Simmel, *Melanges de philosophie relativiste*, Cap. III.

tabelecer os *juízos de valor* em história. Ao passo que nas sciências da natureza tal selecção não é difícil de realizar, pois as operações de generalização e o critério das leis sociais servem de normas em tal classificação e selecção, já o mesmo não sucede em história, pois aí o coeficiente pessoal e a tara subjectiva com o seu índice de finalismo intervém na apreciação e escolha dos factos.

Por isso, como entende BERNHEIM — no seu *Manual de metodologia histórica* — os *juízos de valor* são condicionados por «êste elemento psico-teleológico que é inerente às acções humanas e comporta absolutamente o conhecimento e apreciação dos fins, dos meios e dos motivos, assim como das suas mútuas relações.

Seguindo BERNHEIM, o hegeliano WINDELBAND dá, como características dos factos históricos, o exclusivismo, a individualidade, a unicidade, isto é, a sua não repetição, isso ligado a uma *relação de valor,* como entende RICKERT, a qual tem como ponto de reparo e como base a vida da espécie (1).

Efectivamente, êste notável teórico da história, dividindo as sciências em dois grupos — as sciências naturais e as sciências históricas — distingue — como já vimos — aquelas destas, dizendo que as primeiras só consideram e estudam os ele-

(1) Ver na *Revue de Synthèse Historique,* tômo IX, pág 125 a 140, o estudo de WINDELBAND — já por nós citado — acêrca de *A Sciência e a História ante a lógica contemporânea.*

mentos gerais da realidade, e as segundas só se ocupam dos elementos individuais desta.

Mas a história não se ocupa do individual só porque o é, ela submete os factos a um mais elevado princípio de selecção: ao dos *valores da cultura,* dos *valores de civilização.*

Assim, a historiografia só se ocupará dos factos individuais, e, de entre estes, só dos que constam e representam *valores de cultura,* dos que servem a civilização.

Rickert na primeira parte dos seus *Die Grenzen,* que têm em vista — como diz o título completo da sua obra — estudar *Os limites da formação das noções nas sciências naturais,* e constitue uma *Introdução lógica às sciências históricas,* tratou de mostrar que o método das sciências naturais não é aplicável à história, na segunda parte da mesma obra tem em vista expôr a essência lógica da história.

Para êle a noção mais importante em história é a noção de *valor — der Wert* (1). É esta que ensina a distinguir, em história, «o que é essencial do que o não é», devendo em tais juízos intervirem noções teleológicas (2).

---

(1) Mais tarde, na *Geschichtsphilosophie,* insiste na *questão de valor* em história, desenvolvendo bastante êste ponto.

(2) Também na citada *Geschichtsphilosophie* êle insiste pelo particularismo dos juízos de valor em história, pois lá diz a páginas 77 que: «se nós consideramos algumas cousas de uma forma individual, a sua particularidade deve ser em relação com um certo valor que a nenhum outro objecto pertence».

Nas sciencias naturais não se diz o mesmo. Nestas as con-

É aí que RICKERT vai procurar uma das características da história, quando diz que ao passo que nas sciências naturais a noção de valor não é chamada a intervir, a noção histórica é sempre relacionada a um valor, pois quando se estuda, se considera uma evolução, é sempre no ponto de vista humano que a consideramos, isto é, se ela possui ou representa um valor para a cultura, para a civilização, para o espírito humano, e escreve:

«Só pode ser exposta históricamente uma entidade que pode ser colocada numa relação de valor», e tendo já sessenta páginas antes escrito que o que são as leis gerais para as sciências naturais são-o para a história os *valores reconhecidos por todos os homens* (1).

---

cepções gerais teem ligado a si *valores* que não dependem dos objectos particulares, mas sim da parte comum a elas, podendo uns exemplares substituir outros da mesma espécie. É o caso da lei geral da queda dos corpos, pois esta queda *interessa-nos* porque não depende dos objectos particulares mas engloba-os a todos, podendo nós substituir uns exemplares, como pedras, pedaços de ferro, bocados de madeira, etc., por outros, tais como bocados de chumbo, cobre, papéis, terra, etc., porque em todos a lei é verdadeira.

(1) Nesta sua obra RICKERT continua a ver na noção de valor a característica da história, escrevendo, a páginas 78, «que as sciências em geral são independentes da noção de valor emquanto que as do indivíduo não podem existir sem ela».

Com tal exclusivismo não concorda XÉNOPOL que entende que RICKERT, a tal respeito, «vai muito longe», querendo fazer da idea de valor «um carácter distintivo da história». Depois, aduz: «que esta noção é igualmente muito importante nas sciências de leis».

E insiste que: «o elemento de valor... não pertence exclusivamente à história».

Ver *Revue de Synthèse Historique*, tômo XII, pág. 348 a 355.

Tudo isto é enormemente falível, precário.

¿Como admitir valores *reconhecidos por todos os homens?*

De resto, é o mesmo Rickert que se encarrega de deitar abaixo o seu próprio castelo de abstracções, admitindo valores que — segundo êle o diz — *nós não podemos apreciar.*

¿Se nós não podemos apreciar como poderemos reconhecer? ¿Ou *nós*, isto é o próprio autor, não estamos no colectivo *todos?*

Tem razão Xénopol quando se insurge contra tão vaga concepção.

Na verdade, nada de mais contingente e mutável que uma tal noção de valor, porque numa serieção de fenómenos o que para uns tem valor, e um *certo valor*, para outros tem *valor diverso*, ou não tem nenhum.

Por esta forma, a noção de valor sendo inteiramente relativa não poderá distinguir o que é importante em história do que o não é. Ora o relativo e o contingente nunca constituiram bases scientíficas fôsse do que fôsse, pois para tal fim só podem servir princípios, máximas e axiomas absolutos.

Tambêm, não é inteiramente exacto o que diz Rickert quando afirma que a noção de valor é particular às sciências históricas. Como diz Xénopol, «toda a sciência é uma operação do espírito humano e o homem só se ocupa do que para êle tem valor».

Assim, em todas as sciências o homem só se

ocupa do que lhe interessa, do que para êle é importante, e essencial, do que para êle tem *valor*. O que, segundo Xénopol, distingue a história das sciências naturais não é pois, «*a noção valor em si, mas sim as mudanças às quais ela está sujeita no curso da duração*», pois «o elemento essencial da história é o desenvolvimento no tempo (1).

Windelband, procurando concretizar o seu sistema de *valores* em história, fez dêstes o produto da *concepção moral*, e diz que o conceito da história não se baseia sôbre valores particulares, individuais, e prestando-se a uma análise psicológica, mas sôbre determinações racionais, supra-individuais, dos valores.

Depois, distingue a história-sciência da história-memórias, dizendo que o que caracteriza a primeira é «a selecção dos factos que aquela faz, a sua concepção das mútuas dependências, a sua síntese dos materiais isolados de um lado, e dos valores tendo um carácter geral e necessário do outro».

Assim, a história-sciência, isto é, *como sciência de cultura*, só é possível quando «existem *valores* com um alcance e uma aplicação gerais que nos fornecem a razão da escolha e a da síntese dos factos».

Mas, sendo a *moral* a sciência filosófica dos valores gerais, é ela — como já havia dito Sch-

(1) Xénopol, *Les sciences naturelles et l'histoire*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo IV, pág. 282 a 285.

LEIERMACHER — que constitue a teoria do conhecimento histórico.

Porêm, o inconveniente das concepções de RICKERT, como das de WINDELBAND, de BERNHEIM e de GROTENFELT, é que, devendo ser a história uma sciência cada vez mais objectiva, ela passa a ser, pelas concepções de valor, eminentemente subjectiva, pessoal, arbitrária, pois o *quadro de valores,* isto é, o quadro de *interêsses* muda de indivíduo para indivíduo (1). O que mais admira é que RICKERT não circunscreve, por vezes, à história e às outras *sciências morais* a noção de valor, pois admite esta mesma nas sciências naturais, dizendo que tambêm nestas se deve separar da multidão de materiais *o que fôr considerado importante,* e, por isso, *o que deve ser estudado.* E dizemos por vezes, porque em outras passagens da mesma obra circunscreve à história a *noção de valor.*

XÉNOPOL, notando essa contradição, acha que são comuns às sciências naturais e morais os *valores culturais* e não de interêsse scientífico, devendo ser aquela a interpretação de RICKERT do valor em história (2).

---

(1) GROTENFELT, na sua obra, em alemão, sôbre a *Classificação de valores em história,* é o primeiro a considerar na noção de valor o elemento pessoal, *até mesmo* — como salienta XÉNOPOL — *quando é aplicado o mais indirectamente possível, pela relação dos factos com os valores gerais da humanidade.*

(2) É de notar que RICKERT, na sua já citada obra distingue a apreciação prática da relação teórica de um facto ou de uma personalidade com um valor cultural, recomendando ao historiador que é em função dessa relação que êle deve apreciar os factos.

Com GROTENFELT, — outro teórico da história, — subsistem as hesitações.

Efectivamente, êste no seu estudo *Acêrca da classificação de valores na técnica histórica* (1), mostra que a história procura ficar objectiva e imparcial sem por isso deixar de notar que ela é forçada a certa apreciação dos acontecimentos. Mas, como é impossível ocupar-se de tudo o historiador tem que fazer uma escolha do que o interessa; mas é nesse critério da escolha que estão os perigos, pois aí interveem as concepções, as ideas e os sentimentos pessoais de quem faz a selecção.

Ora, intervindo aí um factor subjectivo de tal importância, êle vê em perigo a objectividade da história. A forma de fugir mais ou menos à alterabilidade e mutação de critérios consistiria em estabelecer um princípio supremo — como o fim absoluto do universo — pelo qual fôssem aferidos os factos particulares.

Todavia, o autor vê a impossibilidade de fixar scientíficamente tal princípio, pois quem isso tentasse teria de recorrer à filosofia, onde domina uma inextricável confusão de escolas e teorias.

Em vista disso GROTENFELT tem de recorrer a

---

(1) In *Archive für systematische Philosophie*, tômo VIII, 1902. Êste estudo de GROTENFELT foi desenvolvido, no ano seguinte, dando origem a uma obra especial: — *Die Wertschätzung in der Geschichte. Eine Kritische Untersuchung* — de que já falámos.

RANKE que já, em 1824, no prefácio da sua *História dos povos latinos e germânicos,* explicava:

«Tem-se atribuído à história a função de julgar o passado, de esclarecer os contemporâneos sôbre o futuro: a presente obra não tem tão altas pretensões; ela quere mostrar simplesmente como as cousas se passaram».

Êsse método aplicou RANKE a todas as suas outras obras se bem que não deixasse de considerar os acontecimentos que estudava em relação a um certo número de princípios ou *ideas directivas* — as *leitende Ideen* — ideas sempre norteadas pela concepção da civilização progressiva ocidental (1).

Mas, ainda aqui, segundo o método de RANKE e dos seus discípulos, se dava a intervenção do factor subjectivo. A forma de estabelecer um princípio de selecção, um critério de escolha seria recorrer a um ponto de vista puramente *quantitativo,* e, portanto, objectivo, e separar os factos preponderantes, principais, dos secundários ou acessórios, escolhendo só aqueles, isto é, os mais importantes, os que tiverem conseqüências mais prolongadas e vastas, reflexões mais numerosas. Mas, ainda aí interviria o factor subjectivo, pois a distinção entre os acontecimentos

(1) M. THADEUS KORZON, sócio da Academia das Sciências de Cracovia, seguindo o ponto de vista de RANKE, fez uma comunicação no Congresso Internacional de História, efectuado em Roma, em 1903, tomando o *progresso* como critério da história, e definindo esta como «a sciência da civilização».

principais e os secundários seria um caso de interpretação pessoal (1).

Assim, é impossível separar uma obra do seu autor, pois as ideas, e, até, os sentimentos dêste — e os da sua época coados através do seu espírito — entrarão fatalmente nos seus trabalhos, restando só, como único recurso possível, que cada autor não se abandone ao seu instinto, às suas ideas, mas que, por um fenómeno de desdobramento psíquico, fiscalize e depure estas.

Continuando a avaliar as ideas de Arvid Grotenfelt nota-se que êle, apesar de ver na sua noção de *valor* um elemento mais ou menos pessoal, nem por isso deixa de o considerar como um princípio de selecção scientífica análogo ao princípio da generalização, se bem que adiante logo mostra, apreensivamente, como tal elemento de valor vem alterar, e pôr em perigo, o carácter e o valor scientífico da história.

Apesar disso, Grotenfelt não engeita o seu princípio diferencial que o leva a distinguir as sciências naturais da história, dizendo que ao passo que aquelas «teem como princípio de selecção as noções e as leis gerais, na história o princípio de selecção reside no *valor* que o histo-

(1) Acêrca do *objectivismo* e do *subjectivismo* em história ver uma comunicação apresentada por M. Benedetto Croce no Congresso Internacional das Sciências Históricas, de Roma, em 1903, e publicada sob o título: *L'Attitude subjective et l'attitude objective dans la composition historique*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo VII, pág. 261 a 265.

riador concede a certos factos ou a certas séries de factos».

A coexistência de tais noções — a subjectiva de *valor* e a objectiva da *história como sciência* — não só contrárias como contraditórias, força GROTENFELT a considerar na «nossa sciência» — a história — uma bifurcação, ficando de um lado a *necessidade absoluta de uma apreciação de valor dos factos históricos;* do outro *a tendência scientífica tendo em vista reduzir ao mínimo a influência daquele elemento subjectivo* (1).

Mas, tal bifurcação não passa de uma imagem de estilo, pois êle considera na exposição e no desenvolvimento das ideas dos verdadeiros historiadores «a marca de um carácter scientífico bem determinado ainda que se deva reconhecer ali, tambêm, uma certa apreciação subjectiva e não scientífica das cousas, no ponto de vista da concepção geral da história» (2).

E como continua vendo que a coexistência per-

---

(1) O que se nota nesta concepção, de *bifurcação*, de GROTENFELT, como na do *desdobramento* de RICKERT é a influência da *Moral* com a sua divisão, em *moral teórica* — ou o estudo e enunciado dos princípios e das leis morais; e em *moral prática* — ou estabelecimento das regras de conduta humana.

(2) Tambêm, GROTENFELT escreve que quando se estudam os grandes mestres da história «a selecção e a aplicação do *valor* aos factos opera-se por uma forma inconsciente e instintiva...».

Por isso, êle, mais tarde, na sua *Die Wertschätzung in der Geschichte,* insiste que é impossível a um historiador «despojar o seu eu», mesmo quando se trata de RANKE, pois êste mesmo mistura involuntáriamente, sem dar por isso, os seus sentimentos e ideas, a sua pessoa, nas suas obras.

manece, e com ela a contradição subsiste, mas, querendo continuar a dizer que «a influência do *valor* só condiciona a selecção da matéria e não suprime o carácter scientífico da história», GROTENFELT tem, por fim, esta conclusão que é um verdadeiro grito de alma: «mas se sciência pura só é possível onde existe a verdade objectiva, *não se pode pretender que a história seja uma sciência pura.*

De tudo isto conclue XÉNOPOL que «a noção de valor não pode ser utilizada na constituíção scientífica da história». E para isso invoca os motivos seguintes: «1.º Porque tal noção é extranha ao domínio da lógica, sendo de natureza moral; 2.º Porque tal noção não pode ser absoluta, e a sciência não pode basear-se no relativo; 3.º Porque se se lhe confere uma acepção de interêsse scientífico ela fica pertencendo a todo o domínio do conhecimento, e não pode constituir uma característica da história; 4.º Porque, se se toma tal noção num sentido de valor cultural ela aplica-se a todo o domínio das sciências do espírito, tanto às sciências de leis como às sciências históricas; 5.º Porque, neste último caso, ela é tirada só do desenvolvimento do espírito, não pode aplicar-se a toda a evolução» (1).

Ora, longe do que proclama XÉNOPOL quando escreve que «tal noção de *valor* é inútil para cons-

(1) A.-D. XÉNOPOL, *La notion de valeur en histoire*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo IX, pág. 129 a 149.

tituir a história num sistema scientífico de verdades» (1), parece-nos que ela tem o seu lugar e a sua função em história, mas um lugar e uma função muito diferentes que as que ela apresenta em moral.

Pode, talvez, mesmo dizer-se que foi o poder de sugestão da *noção de valor* em moral que levou Bernheim, Rickert, Windelband, Grotenfelt e Xénopol a encararem pela maneira como o fazem, tal noção em história.

Ao contrário do que teem dito alguns teóricos da história a *noção de valor* deve ter um sentido muito diferente do de *interêsse* do nosso espírito pelos fenómenos materiais ou morais que caem sob a nossa atenção. Foi, precisamente, o êrro de se haver considerado o *valor* como sinónimo de *interêsse* do espírito que tornou tal noção meramente pessoal, subjectiva, arbitrária, e, portanto, anti-scientífica.

Ora, nem a noção de valor nas sciências de leis, isto é, nas sciências da natureza, reside — parece-nos — na apreciação das noções gerais concluídas por essas sciências, nem em história ela consiste — quanto a nós — na *estimação* «dos grandes clichés da cultura humana».

Se assim não fôsse, se a sciência dependesse de tal *noção de valor* não haveria tantas e tais sciências quantos e tais fôssem os objectos do

(1) Xénopol, *ibidem*, pág. 149.

conhecimento, mas segundo os *sujeitos*, os *espíritos*, que estudam os fenómenos.

Dêste modo, não haveria uma física, uma química, um grupo de sciências médicas e outro de sciências históricas; mas haveria a física do sr. A, a química do sr. B, a medicina segundo o sr. C, a história segundo o sr. D. Tomando as cousas neste sentido «a nota pessoal é inseperável da idea de valor» — como diz Xénopol. Mas, tal não deve suceder.

Ora, as hesitações de Rickert, as contradições de Grotenfelt e de alguns outros lógicos da história, os comentários de Xénopol e as tendências ecléticas de outros devem desaparecer, e desapareceriam se à *noção de valor* se desse um sentido mais definido, rigoroso e claro na impossibilidade de ser preciso e nítido como é — por exemplo — o do sistema de unidades *c, g, s,* da física.

O êrro da *noção de valor* por parte de alguns teóricos da história resulta do seu êrro de concepção da história.

Assim, Bernheim define a história expositivamente, quási como outros explicam a moral, isto é, como o estudo e a exposição seguida das acções do género humano «no seu encadeamento causal»; e Windelband vê nela só o lado exterior, considerando-a como o conjunto das memórias da humanidade. Rickert faz da história uma idea mais profunda, vendo nela uma sciência que se ocupa em primeiro lugar dos fenómenos espirituais, que estuda o desenvolvimento exclusivo

da vida do espírito humano, proclamando também que a história é uma sciência do espírito (1).

Mas, ao passo que os dois primeiros teóricos parecem formar da história uma noção muito exterior e superficial, RICKERT cai no extremo oposto, fazendo dela uma idea, a um tempo muito abstrata, e muito limitada e especial. É que na evolução da humanidade não se deve, apenas, ter em vista a evolução do espírito, pois êste, sendo a mais alta expressão da evolução humana e a última manifestação da vida individual e colectiva, é antecedido pela evolução material — económica, política, etc. — da humanidade.

---

(1) Também, nós, já por nós citados, *Grenzen* RICKERT escreve que «três factos determinam o carácter da história: 1.º os seres de valor são seres espirituais; 2.º os valores gerais são valores humanos; 3.º os valores humanos são valores sociais. Os valores culturais tornam possíveis a história, e o desenvolvimento histórico produz só valores culturais».

XÉNOPOL, in *loc. cit.*, pág. 145.

CAPÍTULO VII

A nossa colecção de documentos inéditos

1.º — A análise e a síntese em história

Expusemos no capítulo antecedente qual o lugar da história no quadro geral das sciências, e vimos quais as concepções de Cournot, Xénopol, H. Rickert, Karl Lamprecht e vários outros teóricos e práticos da história sôbre a natureza scientífica e o carácter de precisão em história.

Também, notámos qual a influência que teve na metodologia genética da história o princípio de evolução tirado das sciências naturais, e, por sua vez, qual a aplicação de tal princípio aos problemas das sciências da natureza e às questões das sciências do espírito; e salientámos qual o grau de relação entre a história e a psicologia e a sociologia, expondo sucintamente os pontos de vista de H. Rickert, Xénopol, Paul Lacombe, Taine, George Simmel, Ed. Mayer, Emile Reich, Guido Villa, Kurt Breysig, Spranger, Bernheim, etc., e a interpretação psico-sociológica da história segundo K. Lamprecht.

Vimos que, se são grandes as variantes de cri-

tério, não são elas em menor número no que respeita à natureza, objectivo e aplicações da história; tratámos, com algum desenvolvimento, do método histórico; e, por último, ocupámo-nos da noção de «valor» em história. É ainda a um ponto da metódica histórica que nos vamos referir aqui, tratando da função da análise e da síntese nessa sciência.

É hoje um princípio geralmente estabelecido em história que esta deve começar pela análise, não passando à síntese senão quando aquela tiver terminado as suas funções.

Segundo Boutroux essas ideas veem da filosofia do século XVIII, à qual já, por sua vez, assentava em Locke e em Francisco Bacon, pois êste «distinguindo radicalmente os factos e as leis, e condenando a hipótese na investigação destas últimas, prescreve que primeiro se elaborem quadros completos de factos antes de procurar as leis que dêles devem resultar» (1).

Parece-nos bem escusado ir — como o eminente pensador francês — a Bacon procurar a influência do empirismo na história, pois, mais evidente e lógico se nos mostra o ascendente do espírito objectivo das sciências da natureza sôbre as sciências históricas.

É certo que, dizia Rénan: «Emquanto todas as partes da sciência não estiverem esclarecidas

(1) Ver Artigo sôbre *Histoire et synthèse*, in *Revue de Synthèse Historique*, 1900, pág. 9.

por meio de monografias especiais, os trabalhos de carácter geral são prematuros», e que, já, escrevia FUSTEL DE COULANGES: «É preciso toda uma vida de análise por uma hora de síntese»; mas não há dúvida que tais afirmativas não podem ser consideradas rigorosamente, ao pé da letra, sob pena de ser impossível a síntese e, daí, toda a sciência. E os próprios que tal disseram seriam os primeiros a terem que confessar que o que fizeram, o que escreveram, não era sciência, pois não podiam ter a pretensão de haverem esgotado as análises dos assuntos sôbre que escreveram.

Antes, tais apriorismos devem ser considerados, apenas, como prevenções e conselhos de prudência, querendo significar — como escreve BOUTROUX — «que toda a antecipação do espírito é necessáriamente temerária, se não tivermos nenhuma razão de supor que nas cousas haja ordem e lógica» (1).

Assim, aplicando a análise e praticando o estudo de detalhe não se deve esquecer, como essencial complemento, a utilização da síntese, a vista de conjunto, pois, como diz aquele pensador, «na realidade as duas operações são solidárias e inseparáveis, porque o pensamento humano quando age vê as cousas como partes formando todos, e como todos divisíveis em partes. Pensar, é, precisamente, considerar o múltiplo

(1) In *ob. cit.*, pág. 10.

em relação ao uno, e o uno em relação ao multiplo» (1).

Tem razão Boutroux. A análise e a síntese supõem-se reciprocamente.

Como êle diz, e como nós havemos de praticar nos volumes desta colecção, da massa dos documentos devem extrair-se certas ordens de factos que pareçam mais dignos de serem salientados, sendo para isso necessário que se entre no estudo, na análise documental com os conhecimentos dos grandes acontecimentos, dos factos gerais, que, por serem os primeiros e mais seguramente conhecidos, devem servir de guias no estudo e determinação dos pequenos. Assim, o detalhe será, senão descoberto, pelo menos conhecido pelo conjunto, e o conhecimento resultará do somatório e da síntese dos conhecimentos de detalhe.

Depois, para bem conhecer e compreender os acontecimentos é essencial estabelecer as *relações causais entre os factos,* e essas relações só ressaltam de conhecimentos psicológicos, históricos e sociológicos — os quais, pela sua natureza, são gerais e sintéticos.

Mas, há mais. Como diz — com inteira razão — o eminente pensador que vimos seguindo:

«Enfin, c'est un besoin très vif et très légitime chez l'historien, que de se rendre compte et d'informer son lecteur de la signification et de

(1) *Ibidem*, pág. 11.

la porté des résultats qu'il a obtenu». E aduz: «C'est à cette œuvre de condensation et de simplification compréhensive que se reconnaissent les esprits vigoureux, ceux qui savent transmuter les faits en idées sans rien laisser perdre de leur substance». E continua, luminosamente: «C'est ce travail qui est vraiment la prise de possession des documents historiques par l'intelligence humaine, comme la réduction des phénoménes physiques en formules matématiques est la prise de possession de la matière» (1).

A primeira operação do trabalho histórico é, pois, uma manifestação de carácter analítico, consistindo na busca e recolha dos documentos ou heurística, e na análise e crítica de cada um.

De resto, tal carácter analítico não é uma particularidade da história, pois outro tanto sucede nas sciências da natureza. É sempre do agrupamento de observações e experiências e da sua comparação que resultam as leis e princípios sôbre os quais assenta cada sciência.

Mas, a particularidade da história consiste em fazer todo êsse trabalho analítico indirectamente sôbre factos passados e com o material constituído pelos resíduos, vestígios ou traços — os *documentos* — dêsses factos, sem que seja possível exercer sôbre estes qualquer fiscalização por êles não serem repetitórios, limitando-se toda a inspecção aos documentos.

---

(1) E. Boutroux, *ob. cit.*, pág. 12.

Tal característica do trabalho histórico implica por parte dos eruditos e historiadores qualidades pessoais importantes não só no que respeita ao saber, mas à acuidade da inteligência, à intuição do espírito, sem, contudo, se dever chegar às profecias e adivinhações.

Dizia, com razão, FUSTEL DE COULANGES: «Il n'y a pas de divination en histoire. Le meilleur historien est celui qui voit le plus profondément et le plus exactement».

Assim, o trabalho histórico demanda da parte de quem o efectua especiais qualidades de inteligência, uma subtilesa e um *esprit de finesse* enormes, perfeitos, vivos.

Tratando do *espírito da investigação* escreve ainda FUSTEL DE COULANGES: «La recherche n'est pas la compilation». E, explica: «Il y a des érudits, et son sans mérite qui se bornent à recueillir, à noter; ils font la compilation; il y en a d'autres qui, tout en recueillant et notant ne se contentent pas de ce qui s'offre, sondent, regardent audessous des textes, fouillent sous les apparences premières; ils font de la recherche. Il y a de même en chimie et en toute science des compilateurs, des chercheurs» (1).

Mas, não basta realizar as operações analíticas da colheita de documentos e as do estudo minucioso e crítico de cada um. Necessário é reùnir, dispor, seriar, organizar, êsses documentos em

(1) Ver *Revue de Syntèse Historique*, tômo II, pág. 255.

corpo de sciência» e os factos de que êles tratam em «corpo de realidade», isto é, necessário se torna realizar o trabalho sintético (1).

Porêm, é de recordar que essas duas formas do trabalho histórico são inseparáveis para a elaboração de uma obra próxima da perfeição e completa. Apenas com as operações analíticas não se pode conseguir a construção da obra histórica, pois só pela ligação dos *disjecta membra* é possível organizar um *corpo de verdades* e insuflar-lhe vida e espírito: esta é a missão do trabalho sintético.

Separar essas duas modalidades do trabalho histórico é arriscar ou a solidez dos seus fundamentos ou a perfeição e finalidade da própria obra.

Só o trabalho de análise documental e só os estudos de erudição não bastam para a reconstituíção de um facto ou de uma época, nem para a vivificação de um personagem.

Mas, de pouco valem, pela falta de solidez e pela fraqueza de exactidão os trabalhos só de síntese, e que vivem apenas de uma crítica renovada e de uma nova interpretação dos dados já existentes. É êste mais ou menos o caso da famosa obra de Guilherme Ferrero, *A grandeza e decadência dos romanos*

---

(1) Ver Ernest Bernheim, *Manual de Metódica Histórica* (em alemão); Langlois e Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos* (em francês).

O Dr. S. Jankelevitch, fazendo a crítica da obra de Guilherme Ferrero — *A grandeza e decadência dos romanos.* I *A Conquista* — apresenta ideas e arrisca algumas afirmações de carácter geral sôbre a teoria da história que, sendo susceptíveis de discussão por estarem longe de corresponder à verdade — na nossa opinião, — são de citar porque apresentam um ponto de vista que, longe de ser exclusivo desta crítica, é hoje alguma cousa seguido.

Escreve Jankelevitch:

«Se o grau de precisão dos nossos conhecimentos relativos ao passado não dependesse senão do número de textos, de fontes, de documentos utilizados em favor de tais conhecimentos, haveria mais de um período histórico acêrca do qual estaríamos no direito de afirmar que o conheciamos de uma forma perfeita, imutável, *ne varietur.*

«Contudo, parece que tal assim não é porque a cada instante vemos aparecer novos trabalhos relativos a períodos que pareciam ser o melhor conhecidos e que, cousa interessante, não se apoiam sôbre nenhum documento novo, sôbre nenhum texto inédito.

«¿Qual é, pois, o elemento verdadeiramente novo que estes trabalhos apresentam, em que é que êles veem enriquecer os nossos conhecimentos, qual a sua utilidade teórica ou prática?

«A resposta a estas perguntas não apresentará nenhuma dificuldade se se quiser admitir que ao

lado da *erudição* que forma a base dos estudos históricos, há a *síntese* que é o seu complemento, e que tem por fim reunir os materiais fornecidos pela erudição tendo em vista uma interpretação de conjunto».

E continua:

«Ora, se a erudição constitue a parte por assim dizer impessoal, objectiva, permanente dos estudos históricos, a síntese é a parte subjectiva, variável, dêles, não dependendo as suas variações do capricho ou das preferências puramente pessoais do historiador, mas do meio histórico no qual êle vive, dos grandes problemas sociais e políticos que agitam a sua época e que, desconhecidos dos historiadores que o tinham precedido, inspiram-lhe analogias novas, permitindo aplicar ao passado um ponto de vista igualmente novo».

E acrescenta:

«É, pois, de presumir que dos nossos dias especialmente, em que a era por assim dizer a analítica dos estudos históricos pode considerar-se cerrada o número de trabalhos consagrados à síntese irá aumentando à proporção que novos problemas surjam, os quais, alargando a nossa experiência histórica pessoal, actual, nos permitirão apreender o passado numa síntese ao mesmo tempo mais vasta e mais compreensiva».

É êsse processo sintético e psicológico que G. Ferrero procura aplicar na sua obra monumental sôbre a história de Roma, reduzindo esta a uma

luta de classes, ao produto de uma acção interna que teve como conseqüências: a transformação da tradicional república aristocrática e agrícola num grande império mercantil e democrático, a substituição da antiga hierarquia social e política, baseada na tradição, por uma outra organização mais aberta e flexuosa — mercantil, plutocrática — baseada na posse.

Em história, mais que em qualquer outra sciência, é necessário o maior cuidado com as construções subjectivas, imaginosas, onde pode haver muita intuíção, muito engenho, mas tudo isso nada mais faz que comprometer a confiança numa obra quando a esta falta uma grande e sólida base documental.

Já vimos no capítulo anterior que a imaginação apresenta na reconstituição histórica um importante papel, e, até, no pensar de alguns, uma função dominante. É certo que não desdenhamos o papel da actividade criadora do espírito em história, sabendo que tal actividade não é originàriamente criadora, pois ela tira os seus elementos de construção das recordações conservadas no nosso espírito ou directamente dos factos a que asssistimos e de que tratamos — como nas memórias, autobiografias, etc. — ou da leitura e estudo de documentos; mas essencial se torna não confiar muito, e, ainda menos, só, na imaginação, antes importa, no mais alto grau, fiscalizar esta.

Ora isso nem sempre tem sido feito entre nós

— por exemplo — mesmo no período contemporâneo. Mas não é só por cá que se tem abusado da imaginação em história, tirando juízos, concluindo afirmações, de puras hipóteses, de meras conjecturas criadas em todas as suas partes pela imaginativa dos seus autores. Também a historiografia contemporânea estrangeira nos apresenta — e bem numerosas vezes — casos idênticos.

Assim, na *Introdução* ao primeiro número da *Revue Historique*, escrevia Gabriel Monod, em 1876, dizendo que a França estava num período «de preparação, de elaboração de materiais que servirão depois para construir edifícios históricos mais vastos». E, segue: «Les esprits généralisateurs, les artistes, viendront à leur tour mais animés de réserve et de prudence, ne se servant que de matériaux éprouvés et authentiques, et laissant volontairement inachevées les parties de l'édifice que la science ne peut retrouver et dont l'imagination seule peut deviner vaguement les formes probables» (1).

Também Renan escrevia: «Aussi long temps que toutes les parties de la science ne seront pas élucidées par des monografies spéciales, les travaux seront prématurés», e é bem conhecida e já foi por nós, aqui, citada a frase de Fustel de Coulanges: «Il faut toute une vie d'analyse pour une heure de syntèse».

---

(1) Ver nessa *Revue*, primeiro ano, pág. 34 e 35.

2.º — As publicações documentais

A primeira forma do trabalho analítico consiste nas diligências sôbre a *Haurística*, isto é, nas operações tendentes a conhecer onde estão os documentos sôbre determinado assunto e quais são, e a fazer o seu estudo.

Apesar do que diz Seignobos, na *Introduction aux études historiques,* é cada vez mais definida a divisão do trabalho em história. O *erudito*, ou *historiador de análise*, tende cada vez mais a tornar-se o investigador das fontes em primeira mão, o seu crítico máximamente minucioso e reflexivo, e o editor das colecções de documentos inéditos; o *historiador de síntese,* ou, simplesmente, *historiador,* reserva para si o trabalho de construção sintética sôbre os dados fornecidos pelo erudito nas suas análises.

Por isso, é cada vez maior a obra de publicação de documentos inéditos levada a efeito em todos os países civilizados — como já vimos nos capítulos anteriores. Efectivamente, teem sido encontrados e publicados documentos preciosos que teem vindo renovar a história, trazendo novos conhecimentos os quais hão feito surgir no espírito dos historiadores novos critérios.

Apesar de tais normas bem objectivas e críticas do trabalho histórico terem a sanção geral e o aplauso unânime uma outra voz — ontem mais, e hoje muito menos — se levanta aqui e acolá

contra a chamada cassa ao inédito. Entre essas vozes dispersas encontra-se a de Brunetière — figura de grande valor na historiografia da literatura francesa, e que por isso nós vamos patentear, tanto mais que o ponto de vista dêsse historiador é o de todos que se teem erguido contra o que chamam: o abuso dos inéditos.

No decurso desta obra temos visto quão grande tem sido a importância que se tem dado às publicações documentais. E, não admira que isso tenha sucedido.

Na história política, militar, diplomática, económica e social os documentos são os traços, os vestígios e as provas objectivas que teem deixado as ideas e os actos humanos.

É, pois, pelos documentos, pelas fontes, que podemos adquirir conhecimentos e formar ideas sôbre os factos passados. E, se o fim ideal da história consiste — como diz G. Monod — em reconstituir, na série dos tempos, a vida integral da humanidade, ou, pelo menos, na reconstituição parcelar do passado humano numa das suas manifestações, não há dúvida que sem documentos nada disso será possível.

Por isso, é opinião universalmente estabelecida que a precisão e o rigor dos conhecimentos históricos crescem na razão directa dos conhecimentos documentais.

Porêm, na história das ideas, e na história literária, a importância dos documentos inéditos não é tão essencial e tão importante como nas

outras especialidades históricas, se bem que, também, sem o socorro dos documentos se não possa fazer crítica literária sem fazer história.

Assim, SAINTE-BEUVE podia notar, com mal insofrido despeito, a febre que já no seu tempo lavrava da descoberta e da publicação de documentos; e, depois, F. BRUNETIÈRE — muito mais crítico literário e historiador de síntese que investigador — censurava, há quarenta anos, com algum azedume, «la fureur des inedits», referindo-se a «l'envahissement d'une vaine et fausse érudition dans le domaine des lettres, ou même de l'histoire».

A seguir, BRUNETIÈRE diz que aos olhos de um decifrador de textos ou de um editor de inéditos que importa a: «science et conscience, finesse du goût, sûreté du tact, art de choisir, art de composer, imagination du style, bonheur de l'expression, esprit ou grâce, éloquence ou force, tout ce qui s'est jadis nommé du nom de talent, ou de génie même»?

E, assim, depois de enumerar as qualidades que devem caracterizar, segundo êle, um historiador literário — e que são as suas próprias características, — êle lá chega a fazer uma concessão mais ou menos generosa, escrevendo: «Ce n'est pas, à la vérité, que les documents inédits ne puissent quelquefois, en littérature comme en histoire, servir de quelque chose».

E, depois de aludir às descobertas de documentos que teem esclarecido a biografia de VOLTAIRE e à «história da vida e das obras de Mo-

LIÈRE», e de dizer que apesar disso tais descobertas não influíram no conhecimento e apreciação gerais dos autores e das obras escreve: «J'accorderai donc qu'un document inédit ne manque toujours d'intérêt». E acrescenta: «Je dirai plus: on se résignerait même, et l'on subirait volontiers ce débordement de paperasses s'il n'y avait rien autre chose à faire, et que nos érudits, avant de procéder à ces inventaires d'archives, nous eussent donné tout ce que nous sommes en droit d'attendre et d'exiger d'eux».

Passa a afirmar que «cette chasse aux inédits» desvia a crítica e a própria erudição do seu conveniente caminho, e dando vários exemplos das lacunas que então, em 1883, experimentava a historiografia literária francesa, êle incita os eruditos a «commencer pour le gros de l'ouvrage», em vez de esgotarem a «publier leurs petits papiers».

No seu desenvolvido estudo BRUNETIÈRE passa a referir-se aos incidentes erróneamente atribuídos a certos escritores por aqueles que levam a vida a investigar papéis, em vez de lerem e de estudarem as obras dos próprios escritores(1), e isto

(1) BRUNETIÈRE cita o caso curioso do investigador LOUIS-AUGUSTE MÉNARD ter publicado, como versos inéditos de BOSSUET, cêrca de 300 ou 400 que figuravam já em todas as boas edições últimamente publicadas das obras do famoso orador sagrado. Durante uma semana ninguêm deu por isso, gastando se o tempo e o esfôrço a discutir a autenticidade dos versos. O mesmo MÉNARD pouco tempo depois revelava como inéditas fábulas de LA FONTAINE os medíocres *Contes Galans* que já estavam impressos há mais de 200 anos, e eram da autoria de M.me de VILLEDIEU.

sem tomar em conta a fabricação e falsificação de inéditos; e, depois, manifesta-se contra a publicação das pequenas notas, esboços, ensaios de escritores e oradores que nada adiantam no conhecimento e apreciação das obras, e podem embaciar o prestígio dos seus autores (1).

Áqueles que desejam «renovar» os assuntos de estudo, êle recomenda: «Lisons un peu plus d'abord, lisons surtout plus consciencieusement», notando quantas cousas novas havia ainda a encontrar na *Correspondance* de Grimm, no *Année littéraire* de Fréron, no *Journal encyclòpedique* de P. Rousseau (2). E, depois de dizer que se aos historiadores não basta ler, profundar as obras, receber delas a impressão directa, e de nada dizer que nesse estudo não se haja pensado por si próprio, nota que há um outro meio de renovar os assuntos e que consiste em: «les étudier dans l'histoire autant qu'en eux-mêmes, de les suivre à travers les révolutions du gôut, d'en épuiser enfin la diversité d'aspects, et par le souci du détail caractéristique d'y introduire en quelque sorte l'animation de la vie». Exemplifica que foi isso que fez Sainte-Beuve no seu admirável *Port-Royal*, e pediamos acrescentar que foram êsses os pro-

---

(1) É o caso de certas pequenas obras de Corneille, Molière e La Fontaine.

(2) É o caso da *Histoire de la littérature française*, da Desiré Nisard, que é quási exclusivamente o produto da «leitura consçienciosa» das obras dos escritores franceses.

cessos de trabalho seguidos pelo próprio BRUNETIÈRE.

Com êsse ponto de vista não admira que a SAINT-BEUVE, ao TAINE da *Histoire de la littérature anglaise,* e ao mesmo BRUNETIÈRE pouca falta fizessem os documentos inéditos.

Êsses e outros autores do género foram muito mais críticos que historiadores, e quási-nada investigadores. O que os interessou foram as obras em si, a sua belesa, o seu poder de expressão, a sua fôrça emocinal. Mas, isso não é história: é crítica. E o próprio BRUNETIÈRE lá o diz, quando indica o objecto próprio da crítica: «interpréter les oeuvres, et à mesure qu'elles vivent plus longtemps, trouver des raisons plus profondes pour expliquer cette vitalité». Se a história se limitasse às questões de crítica literária talvez se podesse dizer — e ainda assim só incompletamente — com BRUNETIÈRE: «On ne voit pas bien ce qu'ont à faire, en tout cela, les documents inédits» (1).

*

Vamos tratar agora das especializações no domínio do trabalho histórico, e, especialmente, da diferença de objectivos e de métodos de estudo entre os historiadores e os eruditos.

---

(1) O estudo de BRUNETIÈRE, a que nos temos vindo reportando, foi publicado, com o título de *La Fureur des Inédits* na *Revue des Deux Mondes,* de 1 de Outubro de 1883.

Ainda que Georges Bohn diga que «as grandes descobertas em sciência são raras vezes devidas a especialistas», e que «os especialistas nunca exerceram uma profunda influência no movimento das ideas, não sendo entre êles que se tem recrutado os verdadeiros inventores» (1), o certo é que a vastidão da sciência leva-nos, força-nos, impele-nos para o especialismo.

Não há dúvida que, como diz M. Bohn: «É necessário uma cultura geral para formar artistas e sábios verdadeiramente originais»; mas não é essa cultura geral incompatível com a especialização, antes se completam, servindo aquela de quadro geral e esta de detalhe de um ponto dêsse quadro de cultura.

Tambêm, não é de esquecer a conclusão de Le Dantec: «il n'y a nulle part, dans le champ de la connaissance, de barrière que limite le domaine propre de la science». E já muitos anos antes escrevia Fustel de Coulanges: «A en croire certains esprits, il faut borner le travail à un point particulier, à une ville, à un événement, à un personnage, tout au plus à une génération d'hommes. J'appelerai cette méthode le spécialisme».

Logo justifica e pergunta: «Elle a ses mérites et son utilité; elle peut réunir sur chaque point des renseignements nombreux et sûrs. Mais est-ce bien la le tout de la science? Supposez cent spécialistes se partageant par lots le passé

(1) In *Mercure de France*, de 1 de Fevereiro de 1921, pág. 772.

de la France; croyez-vous qu'à la fin ils auront fait l'histoire de la France? J'en doute beaucoup: il leur manquera au moins le lien des faits; or ce lien est aussi une vérité historique» (2).

Também, o eminente pensador e pedagogista LIARD diz nas *Pages éparses*, sôbre o mesmo assunto: «Especialidades, sem dúvida alguma que são precisas na sciência... Mas a especialidade não é a separação; a distinção não é o isolamento. Pelo contrário, quanto mais a sciência penetra no detalhe infinito das cousas mais são necessárias as fontes de reparo e as vistas de conjunto. O especialismo exclusivo é uma mão que pulveriza as ideas. É-lhe preciso um correctivo: as concepções gerais. O especialismo estreito que não se liga a ideas mais largas não apreende senão um muito limitado canto da realidade, sem a compreender, porque compreendê-la é ligá-la ao conjunto. Tudo o que vive é uno; tudo o que evolue é-o igualmente; e é não ver senão um dos efeitos da evolução considerar sómente as distinções que êle estabelece».

Não há dúvida que é à divisão da matéria de estudo, que é ao especialismo corrente que a sciência e as suas aplicações devem os seus progressos, convindo — como entende LIARD — não abstrair inteiramente das ideas de conjunto, e, antes, ter como correctivo as concepções gerais.

Em história sucede o mesmo.

---

(2) Ver: *Revue de Synthèse Historique*, tômo II, pág. 259.

Devido à complexidade e delicadeza do trabalho histórico, sucessivamente mais vasto e exigente, é cada vez mais essencial a divisão de tal tarefa por duas ordens de obreiros: o erudito e o historiador.

É certo que essa separação de funções já existia, mas o motivo actual de tal divisão de trabalho é diferente do outrora apresentado e justificado. Não são apenas as funções inteiramente diversas do historiador e do erudito que justificam tal divisão de trabalho, o que também condiciona esta — ou deve condicioná-la — é a especial preparação scientífica e técnica, e, ainda, o temperamento e as tendências de espírito dos que se dedicam aos estudos históricos.

O erudito necessita ter conhecimentos scientíficos e técnicos especiais, e muito profundos, sôbre os períodos e os assuntos de que trata, e, antes de tudo isso, deve dispor de um temperamento frio, minucioso e paciente, e ser dotado de um fundo espírito analítico, do amor do detalhe.

O historiador, por sua vez, reclama uma boa cultura geral, uma inteligência vasta, aptidões generalizadoras de espírito e um grande poder de síntese.

Apesar disso, nem o erudito deve abstrair do trabalho de síntese nem o historiador deve desdenhar os estudos de detalhe, as operações da crítica documental a que bastas vezes terá de recorrer.

Há, assim, uma interpenetração de campos e de

normas de trabalho que importa sempre ter em vista. Os volumes desta *Colecção de ineditos* — que é uma obra de erudição — irão provar práticamente que isso assim é, pois a pessoa encarregada de uma obra de tal natureza não se quere — nem se deve — limitar a ser puramente um colector e editor de documentos (1).

Em todo o caso, não há dúvida que se pode delimitar a erudição da história, que se podem estabelecer balizas entre as funções do erudito e as do historiador (2).

3.º — A nossa colecção de documentos inéditos da história de Portugal

Apesar do que possam dizer os seguidores de Brunetière contra a divulgação dos inéditos tais publicações por toda a parte se veem multiplicando. O que, de resto, é inteiramente lógico.

Considerando que sem documentos não há história, tudo o que venha a realizar-se no sentido de tornar conhecidos estes, é contribuir, implicitamente, para os progressos de tal sciência, aumentando-lhe as suas possibilidades de certeza e o seu grau de exactidão.

---

(1) Quem percorrer o primeiro volume desta colecção, já publicado — *As Impressões de um Diplomata Português na Côrte de Berlim* — encontrará na primeira parte e nas notas dêsse trabalho muita história geral da Prússia, e até dos países da Europa Central.

(2) Ver sôbre êste ponto, as excelentes considerações de Langlois e Seignobos, *ob. cit.*, pág. 92 a 116.

Temos visto neste trabalho como tem sido importante a obra realizada em favor das publicações documentais, e acabamos de estudar a justificação filosófica e scientífica de tais publicações com o critério crescentemente objectivo — que passando das sciências da natureza para as do espírito se tem tornado cada vez mais predominante em história.

Mas, não foram só êsses motivos de carácter geral que nos levaram a propôr e a empreender esta delicada, complexa e pesada tarefa. Outros, igualmente importantes, foram os móveis da nossa iniciativa — e o são da nossa obra — devendo salientar, entre os principais: um de carácter scientífico, e outro de natureza moral. Isto é, alêm de procurarmos contribuir para um mais completo esclarecimento dos factos da nossa história, pela publicação dos documentos, temos, tambêm, em mira um objectivo moral, educativo — a incidência sôbre o espírito público num sentido patriótico, liberal e progressivo — e, é óbvio, — sem excluir ou esquecer jámais a verdade.

O empreendimento que temos em vista realizar é ao mesmo tempo uma obra de erudição e uma obra de história. Nisso se diferença da maioria das empresas similares realizadas no estrangeiro, e que teem produzido quási exclusivamente — pode dizer-se — obras de erudição.

Esta nossa será uma obra de erudição, porque ao realizá-la temos em vista patentear os documentos — que são os vestígios dos factos passados,

— aproximar êstes e restabelecê-los no seu conjunto e nas suas conseqüências, quere dizer: temos em vista procurar a realidade histórica. Mas, procuraremos que também dêste empreendimento resulte uma obra de história, e êsse carácter ser-lhe há dado pela interpretação não só dos documentos como dos factos que aqueles descrevem.

Assim, à realidade histórica fornecida pelo estudo e publicação dos documentos virá acrescer a verdade histórica proveniente da interpretação dos factos registados nos documentos e da coordenação daqueles com outros já conhecidos.

Como diz P. Lacombe: «L'érudition et l'histoire sont deux moments distincts d'un même ouvrage. Sans érudition, pas d'histoire; mais sans l'histoire finale, l'érudition ressemble à une bâtisse inachevée, à qu'il manque ce qui la justifie, la possibilité d'être habitable». E mais adiante: «Non seulement, sans l'histoire, l'érudition serait une chose assez vaine, mais elle peut devenir un danger pour l'esprit humain». (1).

Assim, esforçando-nos por publicar em cada volume ou série de volumes as colecções documentais que formem um conjunto e tenham unidade — seja esta de proveniência, de assunto ou de cronologia — serão essas obras geralmente divididas em duas partes: a primeira destinada à interpretação, comentário e crítica dos assuntos

(1) P. Lacombe, *De l'Histoire considérée comme science*, 1894, pág. x.

emergentes dos documentos publicados e até mesmo, por vezes, dos próprios documentos em si; a segunda parte destina-se à publicação, quási sempre *in-extenso,* dos conjuntos documentais, reservando especialmente para esta o estudo crítico de tais documentos.

Assim, não se tratará, nesta colecção, simplesmente, da edição de documentos segundo as regras prescritas em tais ordens de trabalhos, tratar-se há, tambêm, da interpretação política, social, económica, scientífica, religiosa e moral, dos assuntos versados, segundo a natureza dêstes.

Como diz George Simmel: «Se não colocassemos um sentido por trás de todo o acontecimento histórico, uma intenção por trás de todo o acto exterior, um sentimento por trás de toda a determinação externa, não haveria história; só a interpretação lhe confere uma significação» (1).

Diz, com um aspecto de triunfador, Max Nordau que a interpretação é arbitrária e puramente subjectiva, e, por tanto contrária à sciência (2).

A história não vale só por si, e como simples repositório descritivo de acontecimentos passados, mas sim pela lição moral que conteem os factos que ela encerra e descreve. E, se isso é exacto por toda a parte com mais razão o deve ser nas democracias. É que aí o historiador não

---

(1) G Simmel, *Die Probleme der Geschichtsphilosophie*, 1892, pág. 43.

(2) Max Nordau, *Le Sens de l'Histoire*, 1910, pág. 7, 8, 10, 47.

se deve limitar a ser um homem de sciência, mas deve esforçar-se por ser tambêm um educador e um homem de coração.

É — e assim deve ser — às obras de alta erudição que os prefessores de ensino primário, de ensino médio e, até, de ensino superior vão buscar o alimento das suas lições, das suas prelecções e dos seus discursos docentes e extra-escolares; e os autores dos compêndios e manuais de ensino é aí que vão procurar o socalco das suas obras didácticas.

Thiers no prefácio da sua *História do Consulado e do Império* apresenta como objectivo da história a reprodução fiel do passado sem nada se lhe juntar, acrescentando que a história deve ser como um grande espelho, e de uma transparência tão perfeita que seja capaz de refletir por tal forma os objectos expostos que se julgue vê-los através do quadro do espelho, sem que se dê pelo vidro.

Contra tal forma de conceber a história manifesta-se Michelet perguntando: ¿O historiádor não deve ter alma nem consciência? ¿Êle deve ficar indiferente, impassível, ante a luta eterna da virtude contra o vício, da liberdade contra o despotismo? E logo retruca: ¡Não! O historiador deve conduzir os homens para o bem. E, ainda, acrescenta que: «a história dá-nos uma lição eterna; ela ensina que a virtude e a liberdade estão destinadas a triunfar. Não é possível, em presença de tudo isto, ficar indiferente».

Contudo, é de notar que o ponto de vista de

Michelet constitue uma recrudescência da eterna questão sôbre a natureza e o verdadeiro fim da arte.

Ora, a verdade é que a obra de arte deve tender, acima de tudo, a apresentar-se a nós como uma criação do espírito do artista, e em história nada disso se deve dar. Efectivamente, se podemos exigir da arte que «transforme os objectos naturais em substância do espírito do artista para depois os reproduzir, expressando neles os seus sentimentos e as suas ideas, com a história nada disso se passa.

Continuam ainda na ordem do dia das discussões sôbre os intuitos e desígnios da história: se esta deve ter apenas um fim didático de elucidação sôbre o passado, de reconstituição de personagens e factos idos; ou se ela tambêm deve ter objectivos de carácter moral, não deixando ainda hoje êste critério sôbre os objectivos morais da história de ser compartilhado por muita gente.

Por isso, não basta que tal alimento seja sadio e que os materiais sejam sólidos: é essencial que os elementos a utilizar por êsses vulgarizadores sejam, alêm de convenientemente escolhidos e fiscalizados no ponto de vista da sciência e da moral, comentados e expostos, tendo quanto possível em atenção os intuitos educativos e sempre a exactidão histórica, a precisão scientífica.

Como diz Caron a história é uma sciência difícil, é mesmo a mais difícil das sciências. Para a cultivar é necessário ter, a par de uma educa-

ção geral, a técnica especial que ela demanda, e, se se deseja profundá-la num dos seus departamentos, é essencial ter os conhecimentos imediamente necessários e relativos ao ramo particular em estudo.

Assim, para se investigar e escrever acêrca da história económica, financeira, política, diplomática ou militar, essencial é ter uma muito concreta cultura sôbre os fenómenos de ordem económica e financeira e de natureza política, acêrca da vida diplomática e da técnica das relações internacionais, e ainda sôbre as grandes linhas das sciências militares — a orgânica, a táctica e a estratégia, a administração militar, etc.

Além de todo êsse mundo de qualidades e aptidões ainda o historiador necessita um grande poder de abstracção e um espírito inteiramente livre de preconceitos, pois, como dizia Fustel de Coulanges: «o espírito de investigação e de dúvida é incompatível com toda a idea preconcebida, com toda a crença exclusiva, com todo o espírito de partido...».

*

Digamos, de uma forma sucinta, o método que tencionamos seguir na edição dos documentos.

Por três formas se podem fazer as publicações documentais: ou as colecções das peças são publicadas na íntegra, ou delas se fazem apenas catálogos sumários e índices, ou, emfim, se pu-

blicam de tais espécies os inventários analíticos —como, mais ou menos, teem feito o govêrno inglês com a impressão dos *Calendars,* os editores franceses de alguns volumes dos *Documents inedits*, etc.

Êsses três métodos serão por nós seguidos conjuntamente (1).

Assim, os documentos de grande valor histórico ou paleográfico, ou, ainda, os muito raros, e, especialmente, os dos arquivos particulares serão publicados *in-extenso.* Aqueles que não são raros ou não apresentam grande importância histórica e os que repetem mais ou menos outros já insertos, emfim, *os documentos que não apresentam nenhuma matéria nova,* serão, simplesmente, registados ou, quando muito, extractados (2).

Emfim, os documentos que apresentam matéria nova ou pontos de vista novos sôbre assuntos já tratados em outros documentos reproduzidos, e, especialmente, aqueles que se encontram nos arquivos públicos, êsses serão *analizados*, resumidos, extractados.

Quanto à metódica a seguir no estudo analítico e crítico das peças e na economia das obras e distribuíção dos assuntos, serão observados os processos em uso para tais estudos.

Ao contrário do historiador, em geral, e, espe-

---

(1) Ver sôbre tal ponto êste trabalho, de pág. 178 a 243.

(2) Ver: Langlois e Seignobos, *Introdution aux études historiques,* 3.ª edição, pág. 64 e 65; um artigo de J. Bédier in *Revue des Deux Mondes,* de 15 de Fevereiro de 1894.

cialmente, do historiador de síntese que vai dos assuntos a tratar para as fontes dêstes, isto é, dos factos para os documentos que dêles se ocupam, nós, como editores de documentos, iremos, geralmente, dêstes para os assuntos que êles versam, para os factos que êles expõem.

Assim, ao passo que para o historiador de síntese o trabalho de heurística é precedido pela escolha do assunto e por ela condicionado, o colector de manuscritos, o editor de documentos, procede por forma completamente oposta. Encontrado um conjunto documental de fundo interêsse histórico ou grande valor paleográfico passa-se ao seu estudo minucioso, sem o menor partido tomado, isto é, abstraindo por completo de quaisquer princípios, ideas ou pontos de vista preconcebidos.

Êsse esfôrço de inibição espiritual constitue um dos pontos essenciais reclamados no trabalho histórico.

Segue-se a leitura no sentido literal mais perfeito de cada documento, desdobrando-se para isso, a personalidade do investigador, de forma que êste se coloque no estricto ponto de vista do autor do documento, do gerador do testemunho, e ao mesmo tempo realize as operações críticas essenciais. A primeira destas deve ter em vista fazer a restituição das espécies quando os textos hajam sido alterados; segue-se a crítica sôbre a proveniência dos documentos — os seus autores, a data, os pontos de origem e a natureza das in-

formações e dos informadores, e a proveniência de tais documentos (1).

Depurado, mesmo limpo, o manuscrito, e conhecidas não só a proveniência dos textos como as fontes de informação para a elaboração dêles, importa reùnir e classificar metódicamente os documentos, tratar da disposição em série dos textos, das fontes, fazendo êsse agrupamento ou sob o ponto de vista cronológico, ou do lugar de origem, do assunto ou espécie, ou da forma (2).

Terminada a crítica externa, ou crítica de erudição, dos documentos — que é uma crítica preparatória, — passa-se à crítica interna, íntima, dos documentos; ao estudo — através e por meio dêsses documentos — do espírito e do coração que os ditou.

Pertence ao grupo de operações especiais dêsse estudo a crítica de interpretação, tendo em vista conhecer, com a maior certeza possível, o que o documento quere significar, o que o seu autor tem querido dizer — tudo isso estudado com o

---

(1) Êste ponto é muito importante para evitar fraudes, como exemplifica Langlois e Seignobos na *Introduction*, ao tratar das falsificações de Vrain Lucas de autógrafos atribuídos a Vercingetorix, Cleópatra e Maria Madalena.

(2) É de notar que a classificação das fontes faz-se de forma diversa, segundo se trata da obra de um historiador ou do trabalho de um erudito, de um colector de fontes, de um editor de textos ou de um elaborador de registos.

Acêrca do desenvolvimento dos processos de crítica externa dos documentos diremos que serão por nós seguidas, tanto quanto possível, as regras aconselhadas nos Manuais de Metodologia como o de Bernheim, Langlois e Seignobos.

maior esfôrço de abstracção, de forma que o investigador não leia um texto através das suas impressões e em função do seu ponto de vista e das suas opiniões, mas só com o fim exclusivo de conhecer as ideas do autor.

Feita a crítica filológica e histórica da interpretação que se pode chamar *hermenêutica* — quando aplicada aos documentos de natureza profana, e *exegese* — quando se trata de textos religiosos, passa-se à chamada crítica de exactidão e de sinceridade (1).

Tem ela em vista saber se o autor do tesmunho ter-se há enganado ou se terá pretendido enganar, devendo em tal trabalho partir-se sempre da *desconfiança metódica,* que corresponde em filosofia à *dúvida metódica* cartesiana. Contudo, aqui necessário é não abusar da *hipercrítica,* como no estudo anterior importa não exagerar a *hiperhermenêutica* (2).

Esta colecção de publicações de que acabamos de traçar o programa por uma forma geral e coleante — como é mister em tais casos — desti-

---

(1) Ver artigo de Louis Davillé, *La comparaison et la méthode comparative, en particulier dans les études historiques,* in *Revue de Synthèse Historique*, Dezembro de 1913, pág. 217 a 257.

(2) Para o desenvolvimento dos processos críticos acima apontados temos seguido, e continuaremos seguindo, os já citados *Mannais* de Bernheim, Langlois e Seignobos e os artigos de Louis Davillé na *Revue de Synthèse Historique.*

Em cada volume de inéditos que formos publicando e a propósito dos casos especiais que nos venham surgindo daremos as convenientes informações.

na-se a esclarecer pontos importantes relativos aos diversos períodos da nossa história, e, especialmente, acêrca das épocas moderna e contemporânea. E, isso explica-se.

É cada vez mais acentuada a importância que por toda a parte se vem dando aos estudos de história moderna e contemporânea, quer devido à reconhecida influência dos acontecimentos que a constituem sôbre os factos actuais, quer devido a tais períodos haverem sido até agora os menos devassados, ao contrário do sucedido com a Idade Média e a Renascença, quer, ainda, porque só no decorrer do século XIX e no dêste teem sido tornadas públicas numerosas e importantes colecções documentais sôbre os acontecimentos a partir do século XVI, e se tem feito a preparação escolar dos profissionais da história moderna.

Deixamos já largamente exemplificado nos capítulos anteriores quanta atenção mereceram, nos países da mais alta erudição, aos historiadores isolados e às corporações académicas e monásticas, através dos séculos XVIII e XIX, os estudos de história clássica, medieval e da Renascença; e, também, já vimos como a partir da segunda metade do século XIX os estudos de história moderna veem ganhando notoriedade e importância.

Efectivamente, pelo que se refere à preparação profissional dos historiadores modernos, e tomando o exemplo da França, é de notar que até há pouco ali não existiam nem organismos especiais para o ensino profundo dêsse período histórico e

da sua metodologia, nem centros de trabalho preparados para a investigação especialista.

Pelo contrário, os orientalistas tinham, para isso, o Colégio de França e a Escola de Altos Estudos, e os historiadores clássicos preparavam-se quer em Atenas — para os trabalhos de história grega e do helenismo, quer em Roma — para os de história latina. Por sua vez, os medievistas recrutavam-se na famosa «École des Chartes» que acaba de completar um século da sua gloriosa vida.

Daí, tem resultado que os trabalhos de história moderna e contemporânea teem sido versados quási exclusivamente por homens de letras, publicistas, jornalistas, emfim, por amadores que teem cultivado a história no ponto de vista da anedota, do assunto de ocasião, da história galante, da vida das côrtes e dos salões, dos costumes, das modas, etc.

Êsses trabalhos, alguns — mas poucos — baseados em fontes de primeira mão, mas a maioria versando generalidades e tomando por base uma lenda, uma historieta, um conto, um *diz-se* com algum recorte histórico, teem-se imposto ao agrado público quer pelo poder de sugestão dos assuntos tratados, quer pela factura breve, graciosa e elegante, e pelo estilo correntio, glissante e claro, quando não brilhante e inspirado.

Até há pouco a história moderna era só assim tratada em artigos de jornal e de revista, em crónicas de *magazine*, ou em livros, havendo ela com

o seu prestígio de *sciência ao alcance de todos*, os seus encantos de lenda, e com o seu pitoresco e a sua *patine* dos tempos recuados contribuido imenso para o sucesso de muita obra e para glória e proveito pecuniário de muito escritor.

Ao contar ao público tais anedotas curiosas, tais lendas pitorescas, tais histórias galantes e por vezes picantes e *frescas* o único objectivo dos autores consiste em interessar, em divertir. Por isso, tais autores e tais obras longe de dirigirem, orientarem, educarem o gôsto do público, antes são por êste orientados e dirigidos.

Vai, pois, sendo tempo de pôr termo a tal estado de cousas, isto é, vai sendo tempo de fazer da história moderna e contemporânea objecto de estudos sérios e documentados, ainda que ao lado dêsses trabalhos sólidos pela sua documentação e profundos pelos seus comentários continuem a surgir os outros, leves, graciosos, sugestivos, mas feitos por e para diletantes, por e para amadores de fino gôsto e de delicado espírito.

Porêm, ao passo que no nosso país é êste ainda o modo quási exclusivo de tratar a história moderna e contemporânea, lá fora vai êle sendo substituído, cada vez mais, pela história-sciência, sem esquecer que a própria história-galante, a própria história-anedota vai evolucionando e tendendo cada vez mais para a história objectiva e scientífica.

A França que sofreu, tambêm, de tal exclusivismo viu as cousas modificarem-se completa-

mente com o aparecimento da *Revue des Questions Historiques*, da *Revue des Études Historiques*, da *Polybiblion*, da *Revue Historique*, da *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, da *Revue de Synthèse Historique*, e com a publicação de uma admirável multidão de obras que documentam o alto mérito dessa pleiade de historiadores contemporâneos como Lavisse, Rambaud, Seignobos, G. Monod, Emile Bourgeois, Lanson, Aulard, Andler, Chuquet, Debidour, H. Leonardon, E. Denis, H. Berr, Abel Lefranc, G. Weill — para só falar dos epónimos (1).

Pierre Caron falando dos trabalhos de história moderna distingue duas escolas: a conservadora, mais antiga, com uma certa tradição e muitas obras já publicadas — mas de valor desigual, por serem, raramente trabalhos de profissionais; e a escola liberal — mais recente, por emquanto menos rica em bibliografia, mas tendo já produzido obras cheias de solidez, de documentação, de profundeza, e quási todas escritas por profissionais da história, isto é, por eruditos, arquivistas, bibliólogos e professores de história (2).

Entre nós, quási a mesma distinção se poderia fazer.

Uma das cousas que nunca esquecemos — e

---

(1) Ver: P. Caron e Ph. Sagnac, *L'état actuel des études d'histoire moderne en France*, 1902; Pierre Caron, *Des conditions actuelles du travail d'histoire moderne en France*, in *Revue de Synthèse Historique*, tômo xi, pág. 261 a 274.

(2) P. Caron, art. cit. da *Revue de Synthèse Historique*.

muito menos o faremos nesta colecção — é a noção da solidariedade, que nos ensina a ter respeito pelo trabalho dos outros e a utilizar — com a indicação da competente paternidade e autoria — êsse trabalho, quando se nos afigure adequado e nele tenhamos confiança.

Não há nada de mais irracional e, por isso, menos justificável que o critério individualista em sciência, como se esta não fôsse só por si, e em qualquer dos múltiplos ramos, uma demonstração, uma prova e um produto da solidariedade. «A sciência apareceu-nos — escreve Henry Michel — como um grande esfôrço colectivo. Os mais laboriosos e os melhor apetrechados limitam-se, envaidecendo-se, de para ela trazerem uma simples contribuição» (1). Se tal é exacto em todos os ramos da sciência ainda mais incontroverso é tratando-se de história.

Na realidade, por muito profundas que sejam as investigações e por muito cuidadas que hajam sido as operações de crítica, de reconstituição e de síntese históricas nada mais se pode afirmar que: o trabalho feito e o resultado obtido são simples elementos, pequenas fracções, de verdade, e nunca a verdade inteira, completa, decisiva, absoluta — pois tais caracteres são incompatíveis com a relatividade da sciência.

E assim, com essas duas noções — a da necessária solidariedade dos autores de trabalhos his-

(1) Em *Le Temps*, de 25 de Maio de 1903.

tóricos e a da relatividade dos conhecimentos — caminharemos na elaboração desta nossa obra e na apreciação da dos outros.

*

Mostrámos já como são diferentes os objectivos, a missão e a finalidade do erudito e do historiador, e, — como se sabe — na metódica do trabalho histórico, o trabalho do erudito deve lógicamente preceder a obra do historiador.

Os objectivos do erudito constam da busca das fontes em primeira mão — que é o desígnio da *heurística*, — e da investigação interna e externa dos documentos pelos processos de crítica estabelecida; a sua grande missão reside na publicidade das peças descobertas e criticadas; e a sua alta finalidade consiste em fornecer ao historiador a matéria para os seus estudos, a base das suas sínteses.

Assim, os progressos da historiografia num país dependem directa e essencialmente da publicação dos documentos que o historiador há de utilizar.

Se bem que — como já vimos nos capítulos anteriores — teem-se incumbido dessa benemérita função as mais diversas colectividades — como as comunidades religiosas, as academias scientíficas, os municípios, etc. — não há dúvida que é aos governos que compete tão difícil e cara, mas benemérita, missão.

Quando, em 1883, o insigne historiador Guizot pretendia organizar elevadamente, patrióticamente, junto do Ministério de Instrução Pública de França uma «Comissão encarregada de trabalhar na direcção e inspecção das investigações e publicações ... sôbre os documentos inéditos relativos à história de França», escrevia êle:

«Au Gouvernement seul il appartient, selon moi, de pouvoir accomplir le grand travail d'une publication générale de tous les matériaux importantes et encore inédits sur l'histoire de notre patrie. Le Gouvernement seul posséde les ressources de tout genre qu'exige cette vaste entreprise. Je ne parle même pas des moyens de subvenir aux dépenses qu'elle doit entrainer; mais, comme gardien et dépositaire de ces legs précieux des siècles passés, le Gouvernement peut enrichir une telle publication d'une foule d'éclaircissements que de simples particuliers tenteraient en vain d'obtenir...».

Tinha razão o notável autor da *História da Civilização na Europa*. É aos governos a quem, principalmente, incumbe a alta missão de realizar tão importante obra, pois, só êles dispõem dos necessários meios materiais de a levar a efeito.

Na verdade, só o govêrno de um grande país, pela iniciativa de uma eminente figura — como Guizot — e com o espírito de continuidade que a tal empresa dedicaram os sucessivos ministros, desde Salvandy, como Cousin, Fortoul, Rouland, J. Ferry e seus sucessores, podia directa ou indi-

rectamente levar a efeito tão gigantesca obra que conta já por centenas os volumes de *Documentos inéditos* publicados.

Porêm, não é a França o único país que tem efectuado tão benemérita obra; outras nações — e algumas bem pequenas como a Bélgica, a Holanda, e a Suíça — teem feito outro tanto.

Foi, pois, confiado na experiência cada vez mais generalizada no estrangeiro, que nós incluimos num projecto de lei para a criação do Ministério de Instrução Pública, que elaborámos em Março de 1912, e que foi apresentado ao Parlamento, um artigo 4.º onde se lê:

«Art. 4.º No Ministério de Instrução Pública funcionarão tambêm diversas comissões de trabalhos scientíficos como sejam: comissões de estudos filológicos para a factura de uma história da literatura, de um dicionário, de uma gramática histórica e actual da língua portuguesa e de edições anotadas dos principais escritores nacionais; de estudos geográficos para a organização de uma completa geografia de Portugal e Colónias desde o estudo paleogeográfico até à parte antropo-social; de estudos históricos para a factura de uma história da civilização portuguesa, para a organização do nosso *folklore* poético e musical, e para a elaboração de um catálogo descritivo dos nossos monumentos e objectos de arte; de estudos antropológicos e etnológicos para o estudo do tipo, raça e costumes do povo português; de estudos demográficos, económicos e so-

ciais; além da criação de outras comissões que sejam julgadas convenientes».

Parece-nos pleonasmo escusado dizer que o nosso projecto do Ministério, limitou a sua existência às colunas do *Diário do Govêrno,* indo parar ao cesto das cousas inoportunas. O projecto que se tornou lei foi outro muito diferente no nosso, daí resultando que sistemáticamente nada se tem feito sôbre os assuntos versados no transcrito artigo.

Assim, passados dez anos continuamos a não ter um dicionário oficial da língua, uma gramática portuguesa completa, uma edição anotada dos nossos escritores mais eminentes, uma geografia portuguesa, um completo *folk lore* poético e musical, emfim — ¡ vergonha suma ! — uma história de Portugal.

Mais tarde, em 1918, num Relatório apresentado superiormente, após nos referirmos ao enorme progresso dos estudos históricos, principalmente, depois de Leopoldo Ranke, e com Schaeffer, e aos progressos da metódica, e da crítica históricas, escreviamos:

«Também, seguem êsse ponto de vista, entre outros, Waitz, Gesebreckt, Freemann, Wolf, Flathe, Droysen, Karl Ritter, Curtius, Gervinus, Sybel, Dahlman, Hauser, Treischke, Dunker, Freytag, Janssen, etc. — na Alemanha; Macaulay, Filay, Buckle, Loeky e Stephen — na Inglaterra; Guizot, Tocqueville, Taine, Sorel e

outros historiadores franceses contemporâneos como MONOD, SEIGNOBOS, LAVISSE, RAMBAUD, DEBIDOUR, AULARD, BARBEY, F. FAUCHILLE, R. WADDINGTON, L. PINGAUD, G. HANOTAUX, MOREL-FATIO, GEOFFROY DE GRANDEMAISON, etc.

«Em harmonia com essa metódica da historiografia contemporânea os governos dos grandes e pequenos Estados passaram a organizar os seus arquivos políticos, diplomáticos e militares em função dos estudos históricos: pondo em ordem as suas *colecções* e os seus *núcleos;* inventariando e catalogando as suas espécies; e publicando sistemáticamente aqueles *fundos* que mais importância e interêsse apresentam para o conhecimento dos acontecimentos e dos homens mais marcantes do passado.

«E não se imagine que é necessário recorrer aos exemplos da França (1); e, especialmente, da

---

(1) Vidé o nosso trabalho: *Da Importância dos Documentos Diplomáticos em História*, pág. 22 a 32; X. CHARMES, *Le Comité des travaux historiques et scientifiques* — onde trata das investigações e publicações efectuadas pelo Ministério do Interior e da Instrução Pública de França; LAURENCIN-CHAPELLE, *Les Archives de la Guerre, historiques et administratives,* Paris, 1898; os *Relatórios anuais* do administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris, publicados no *Annuaire des Bibliothèques et Archives,* na *Revue des Bibliothèques,* e na *Bibliotheque de l'Ecole des Chartes* — pelo que respeita aos inventários e catalogos da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, últimamente estudados e publicados por HENRI OMONT.

Acêrca dos trabalhos publicados pelo Ministério dos Estrangeiros francês devem ser consultadas as séries de: *Inventaire sommaire; Inventaire analytique;* e *Recueil des instructions données aux ambassadeurs,* etc.

Inglaterra — que dispõe da magnífica organização do *State Paper Office* e do *Foreign Office Records,* que pode orgulhar-se com a publicação dos *Calendars of the mss.*, e citar, como exemplo, os importantes trabalhos da *Royal Comission on historical manuscripts;* ou da Itália que dispõe de uma excelente organização de bibliotecas e arquivos, e pode ufanar-se da notável obra de MAZZATINTI e dos seus colaboradores e seguidores — *Gli Archivi della Storia d'Italia.*

«Também, pequenos países, como a operosa Holanda (1), a minúscula Suíça (2), e a industriosa

---

(1) Na Holanda o govêrno tem-se interessado sumamente pelo progresso das sciências históricas, não só impulsionando as investigações dos arquivos dos Países-Baixos como ainda encarregando eruditos e historiadores de estudarem as bibliotecas e os arquivos estrangeiros da Alemanha, Áustria, França, Rússia, Inglaterra, Itália, Espanha, Bélgica e Países escandinavos, no ponto de vista da história nacional, redigindo relatórios com os comentários sumários e analíticos (segundo a importância das espécies) das peças relativas à história holandesa.

A *Sociedade de História*, de Utrecht, tem publicado uma importante Colecção de fontes históricas, constituida por crónicas e diversos manuscritos de grande valor histórico, sendo também muito profícua a obra dos congressos de historiadores que ali se efectuam periódicamente.

Vidé artigo de P. J. BLOK na *Revue Historique*, tômo LIX (1895), pág. 133 e tômo LXXXI (1903); CH.-V. LANGLOIS, *Manuel de Bibliographie Historique*, pág. 468 a 472.

(2) Também, o governo da Suíça tem feito estudar nos arquivos estrangeiros as espécies de importância para a sua história, sendo de citar o trabalho que E. ROTT tem publicado com o título de *Inventaire-sommaire des documents relatifs à l'histoire de Suisse conservés dans les archives et les bibliothèques de Paris.* O govêrno, as cidades e os cantões teem feito publicar colecções de iné-

Bélgica (1), oferecem-nos modelos excelentes de solicitude e inteligência, no que respeita a tal ordem de trabalhos.

«Assim, para citar, de fugida, só a Bélgica basta atentar nas dezenas de volumes publicados por ordem do govêrno sob o título de «Documents inâdits», e onde GACHARD, CHARLES PAILLARD, CH. PIOT, e muitos outros teem coligido milhares de manuscritos até então inéditos (2).

«Seria escusado dizer que em Portugal pouco se tem feito sôbre tais assuntos, continuando por catalogar muitas das mais importantes colecções e *fundos* dos nossos mais valiosos arquivos; e

---

ditos relativos à história geral da Federação, e à história local (provincial, cantonal, municipal, etc.).

Vidé *Revue Historique*, tômo LXXXIII (1903), pág. 447; LANGLOIS, *ob. cit.*, pág. 422.

(1) O govêrno belga, tem feito publicar, alêm da *Colecção dos Inventários dos Cartulários e obituários belgas*, dos *Inventaires des Archives de la Bélgique*, do *Catalogue des mss. de la Bibl. R. de Bélgique*, a importante *Collection de chroniques belges inédites*, onde, ao contrário do que o seu título faz supôr, teem aparecido impressas colecções de cartas e papéis de Estado, como a *Correspondência de Granvelle*, as *Relações políticas dos Países -Baixos com a Inglaterra no tempo de Filipe II*, etc., etc., sendo a maioria dêstes trabalhos levada a efeito, directamente, pela *Commission Royale d'Histoire de Bélgique*.

Alêm desta *Colecção* diversos outros corpos scientíficos como a Academia das Sciências e Belas-Letras da Bélgica, a Sociedade de História da Bélgica, a Sociedade de História Provincial e o Seminário de P. FREDERIC, em Gand, teem publicado importantes colecções e *Corpos* de documentos inéditos sôbre a história da Bélgica.

(2) Êstes pontos já ficaram bastante desenvolvidos no capítulo IV desta obra, pág. 109 a 293.

nada — pode dizer-se — tem sido publicado dos seus recheios» (1).

---

(1) Ver o nosso volume *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal,* 1920, pág. 63 e 64.

Depois de escrito, em 1918, o que aqui transcrevemos alguma cousa — mas muito pouco — se tem feito no sentido da publicação de documentos inéditos.

Assim, a Biblioteca Nacional de Lisboa, com muita solicitude, publicou últimamente o famoso *Processo dos Távoras,* e prepara a edição do processo contra o Marquês de Pombal, que, por nossa iniciativa e diligências, foi transferido do Ministério da Justiça para a secção de manuscritos dêsse estabelecimento.

Devemos elucidar que pelo Decreto n.º 2.049, de 30 de Outubro de 1915 (*Diário do Govêrno* de 18 de Novembro), encarregou-nos o Govêrno de fazermos uma obra, em seis volumes, sôbre a vida e govêrno do Marquês de Pombal. O sexto volume era precisamente destinado a *O Processo contra o Marquês de Pombal.* Mas, apesar de estar pronto o original de todos os volumes da colecção, nunca foi inscrita no Orçamento a mais insignificante verba para a impressão de tal trabalho.

Ver: a nossa brochura *A vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal. Plano e sumários do 1.º e 2.º volumes da publicação mandada efectuar pelo Govêrno da República,* 1917; e o citado volume *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal,* 1920, pág. 56 a 61.

A gloriosa Academia das Sciências de Lisboa tem continuado a publicar muitos inéditos.

Também nós alguma cousa fizemos nesse sentido. O nosso volume *As Impressões de um Diplomata Português na Côrte de Berlim* — que é a primeira obra desta Colecção de Inéditos — publica, e muito anotados, 44 ofícios de D. Alexandre de Sousa Holstein, quando ministro de Portugal em Berlim. Em outros trabalhos nossos como: *Gomes Freire na Rússia, Gomes Freire e as virtudes da raça portugueses,* publicamos igualmente bastantes documentos inéditos.

Também, últimamente, se teem feito reimpressões de obras raras e importantes, salientando-se nessa benemérita empresa a biblioteca Nacional de Lisboa, com a magnifica edição *fac-simile* e crítica da 1.ª edição dos Lusíadas, acompanhada de um notável estudo do prof. sr. dr. José Maria Rodrigues; e com a reim-

Depois de um breve final seguia-se a proposta para ser levada a efeito pelo Ministério da Instrução Pública a elaboração de — pelo menos — duas colecções de trabalhos: uma destinada à publicação prefaciada e anotada de *Documentos inéditos relativos à história de Portugal;* e outra à publicação de *Biografias de portugueses ilustres.* Por despacho de 30 de Junho de 1919 eramos encarregados de efectuar as referidas publicações, fixando-se logo a competente verba anual para a impressão dos trabalhos, a fim de ser levada a efeito uma obra tão necessária e executado tão patriótico quão espontâneo despacho. De então para cá muitos outros despachos ministeriais teem sido lançados sôbre estes trabalhos — uns encarregando-nos da elaboração de diversos volumes de *Documentos inéditos* e de outras obras de história; outros concedendo-nos as necessárias verbas para a sua impressão.

Em 1919, sendo Ministro da Instrução o sr. Leonardo Coimbra apresentámos e lemos a êste sr. um projecto de decreto, com fôrça de lei, criando no nosso Ministério da Instrução um departamento administrativo similar aos existentes nos Ministérios da Instrução do estrangeiro.

---

pressão do *Marco Paulo*, de VALENTIM FERNANDES, com um bom estudo do erudito académico sr. ESTEVES PEREIRA.

Pela mesma forma digna de elogio tem procedido a Imprensa da Universidade de Coimbra, que, cumulativamente com os trabalhos cuja publicação lhe é confiada, ainda tem feito, últimamente, importantes reimpressões.

O sr. Leonardo Coimbra leu atenta e demoradamente todo o projecto de decreto, fazendo-lhe algumas emendas, todas favoráveis à nossa comissão. Assim, alterou uma disposição, fixando-nos uma gratificação especial, a qual consta do § 3.º doartigo 8.º, e, acabando de ler atentamente todo o projecto, mandou-o logo passar a limpo, a papel de decreto, para ir à assinatura. Efectivamente, tanto êsse decreto como o da nossa nomeação para tal serviço foram, ambos, assinados por Sua Excelência o Chefe de Estado e, ambos, foram referendados pelo ministro sr. Leonardo Coimbra. Porêm, uma intriga de secretaria, daquelas em que é úbere a burocracia indígena, impediu que fôsse por diante tal empresa (1).

Emfim, deixou de se fazer uma obra que sempre nos pareceu que seria útil aos estudos históricos e ao país, honraria Portugal, e traria à República uma boa aura nos meios cultos estrangeiros (2).

---

(1) Pelo que nos informaram depois ficámos sabendo que foram os funcionários do Ministério da Instrução, sr. José Maria Queiroz Veloso e Francisco Alberto da Costa Cabral, que impediram que o decreto fôsse para o *Diário do Govêrno*. O sr. Leonardo Coimbra, complacente, acedeu, naturalmente por motivos que êle e nós muito bem sabemos, aos manejos da intriga, desaparecendo depois o Decreto, mas ficando a cópia destinada ao *Diário*, com a nota de remessa para a Imprensa Nacional assinada pelo sr. Leonardo Coimbra.

(2) Para a elaboração e remessa das nossas obras, feitas por ordem e subvenção do Ministério da Instrução, estamos actualmente em relações com os *Archives Nationales*, a *École Nationale des Chartes*, a *Bibliothèque Nationale*, a *Bibliothèque Sainte-*

Mas, nem todos assim o entenderam, especialmente aqueles que mais a peito deviam desejar que um tal empreendimento fôsse levado a efeito.

Porêm, nem por isso a obra deixará de ir-se realizando, se bem que muito mais lenta e contingentemente que se existisse um diploma que a determinasse e regulamentasse.

E para que o país, que é quem deve ser o juís em última instância nesta lamentável questão de hissope, não julgue que os já aludidos funcionários, tornados pontífices máximos das virtudes espartanas da República, procuraram evitar algum grosso escândalo, publicamos a seguir, e na íntegra, o projecto de Decreto que criava no Ministério da Instrução a *Direcção dos Trabalhos Históricos* — e que constituirá o fecho desta nossa obra.

Considerando, que uma das melhores formas de educar moralmente um povo consiste em dar-lhe a consciência da sua vida histórica, fora de preconceitos anti-scientíficos e de concepções metafísicas;

-*Geneviève*, a *Sarbonne* — de Paris; o *Public Record Office*, o *British Museum*, a *Guildhall Library* — de Londres; a *Bibliothèque Royale de Belgique*, o *Ministère des Affaires Etrangéres* belga, a *Université Libre de Bruxelles*, a *Université de Louvain* — na Bélgica; a *Bibliotéca Pública de Berne*, e a *Biblioteca Universitária de Berne*; a *Biblioteca Nacional de Madrid*, a *Real Academia de História*; além de outros estabelecimentos.

Igualmente, temos estado em relações com vários eruditos e bibliólogos estrangeiros, como o sr. Jerombno Becker, de Madrid; o sr. Henri Stein, director do *Bibliographe Moderne*, de Paris; o sr. Iorga, eminente historiador e professor romeno, além de diversa correspondência que temos trazido com vários professores estrangeiros, revistas de especialidade, etc.

Considerando, que, sendo os documentos as únicas bases do conhecimento histórico, muito importa publicar manuscritos inéditos valiosos com as convenientes introduções e notas, bem como reimprimir os documentos conhecidos, mas que apresentem grande importância histórica e sejam raros;

Considerando, outrossim, que muito importa tornar conhecidos tanto os homens que, pelos seus actos ou pelos seus escritos, bem serviram a pátria no sentido do maior progresso da sua civilização, bem como os acontecimentos da história nacional;

Convindo inventariar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros as espécies relativas à história de Portugal e fazer publicar, além dos inventários, as próprias espécies em resumo ou *in-extenso*, segundo a importância que apresentem para o conhecimento da história pátria;

O Govêrno da República decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Da natureza dos serviços

Artigo 1.º É criada no Ministério da Instrução Pública a Direcção dos Trabalhos Históricos.

Art. 2.º A esta Direcção compete:

a) Promover investigações e publicações sôbre as sciências de erudição histórico-bibliográfica;

b) Propor as diligências necessárias para que se faça o balanço geral da livraria portuguesa e se melhorem os serviços de inventariação e catalogação dos depósitos públicos de manuscritos e livros eruditos;

c) Reùnir os elementos necessários para a história da bibliografia e bibliografia da história portuguesas;

d) Fazer investigar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros as espécies manuscritas e biblíacas que maior importância apresentem para o conhecimento da história pátria, publicando os inventários dessas espécies bem como aquelas que tenham maior interêsse histórico;

e) Propôr e efectuar todas as diligências convenientes ao maior progresso dos estudos históricos no país.

Art. 3.º A Direcção dos Trabalhos Históricos terá a seu cargo, especialmente, a publicação dos seguintes *corpos*:

a) Colecção de documentos inéditos da História de Portugal;

b) Colecção de biografias de portugueses ilustres;

c) Colecção de monografias históricas;

d) Colecção de Arquivos da História de Portugal no estrangeiro e inventários das espécies relativas a Portugal e existentes nas bibliotecas e arquivos estrangeiros.

§ único. Na publicação dos inéditos da História de Portugal dar-se há a conveniente precedência às colecções que constituam os recheios dos arquivos particulares.

Art. 4.º A Direcção terá como publicação periódica um *Boletim de História e Bibliografia.*

Art. 5.º Junto da Direcção funcionarão as comissões e serviços especiais que o Director entenda conveniente propôr, para o que poderá solicitar o concurso dos funcionários do Ministério e suas dependências e dos investigadores que julgue necessários.

Art. 6.º Para o mais completo desempenho dos serviços de investigações e publicações históricas, ao Director dêstes serviços bem como aos seus colaboradores serão concedidas todas as facilidades para consulta, estudo e requisição das obras nas bibliotecas e arquivos do Estado, seja qual fôr o Ministério de que dependam.

CAPÍTULO II

Do pessoal

Art. 7.º Dada a natureza especial dos serviços a cargo desta Direcção Geral o pessoal será o seguinte:

a) Um Director dos serviços, de serventia vitalícia;

b) Um empregado de secretaria ou dactilógrafa;

c) Um empregado menor.

§ único. Para conveniência dos serviços especiais a cargo desta Direcção técnica poderão ser dêles encarregados funcionários do Ministério ou suas dependências, bem como investigadores estranhos ao Ministério, aos quais serão abonadas gratificações em harmonia com a importância e valor dos trabalhos efectuados.

Art. 8.º O cargo de Director será vitalício, e nele será provido um chefe de repartição do Ministério da Instrução Pública que haja escrito trabalhos históricos e bibliográficos, e tenha um curso superior.

§ 1.º O Director despacha directamente com o Ministro.

§ 2.º O Director logo que o solicite será dispensado dos serviços da repartição para que tenha sido designado sem que por isso sofra quaisquer descontos nos seus vencimentos nem dimi-

nuição nos seus direitos e prerrogativas, fazendo-se a substituição dêsse funcionário em harmonia com o disposto no artigo 12.º do decreto com fôrça de lei de 13 de Março de 1919.

§ 3.º Os vencimentos do Director são idênticos aos dos chefes de repartição do Ministério da Instrução Pública, tendo mais êsse funcionário o direito à gratificação de exercício de 400$00 anuais quando em Lisboa, e à de 60$00 mensais quando saia da capital, em serviço (1).

Art. 9.º Para pagamento de gratificações e salários, e para despesas de tipografia poderá despender-se, anualmente, até à quantia de 1.800$00 (2).

Art. 10.º Ao Director compete:

1.º Representar o Ministério da Instrução Pública nos congressos e conferências sôbre sciências históricas e geográficas.

2.º Organizar congressos, conferências, e reùniões periódicas de historiadores, bibliólogos, etc.

3.º Propôr todas as medidas e dirigir todos os serviços tendentes à efectividade das atribuições que o artigo 2.º confere a esta Direcção.

4.º Fazer parte, como vogal de qualidade, de todas as comissões oficiais de reforma de ensino, programas, livros, etc., que versem sôbre sciências históricas.

5.º Propôr ao Ministro as obras a publicar.

6.º Propôr e realizar todas as diligências tendentes ao progredimento das sciências históricas e à maior valorização dos manuscritos dos depósitos do país.

7.º Dirigir a publicação dos trabalhos, encarregando-se de elaborar aqueles sôbre cujos assuntos tenha feito estudos especiais, e propondo os eruditos e historiadores especialistas para a elaboração dos outros.

8.º Dirigir todos os serviços do *Boletim*.

9.º Estimular e auxiliar por todos os meios possíveis a fundação de instituições scientíficas provinciais, destinadas, principalmente, aos estudos de história, arqueologia, filologia, *folklore* regionais.

10.º Propôr ou dar parecer sôbre as colectividades ou pessoas a quem devam ser oferecidas as obras publicadas por esta Direcção.

---

(1) Esta verba foi fixada pelo sr. dr. Leonardo Coimbra.

(2) Esta verba foi inscrita pelo sr. dr. Leonardo Coimbra.

Art. 11.º O Director será substituído nos seus impedimentos legais por quem o Ministro determinar.

Art. 12.º As publicações desta Direcção serão remetidas às Academias e outras instituições scientíficas, bem como às bibliotecas, do estrangeiro e do país.

Art. 13.º Para ocorrer ao pagamento das despesas que resultam da execução dêste diploma fica o Govêrno autorizado a abrir os créditos necessários ou a realizar transferências de verbas no orçamento do Ministério da Instrução Pública, independentemente de quaisquer disposições em contrário.

Art. 14.º Êste decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contêm.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar.

Paços do Govêrno da República, em 24 de Abril de 1919.

ÍNDICE

Pág.

PRELIMINAR V

INTRODUÇÃO IX

CAPÍTULO I

A influência da filosofia cartesiana e do movimento scientífico da Renascença do seculo XVI sôbre os progressos da história 1

CAPÍTULO II

O início da história scientífica moderna:

a) A obra dos Beneditinos de Saint-Maur. 23

b) Os progressos da crítica histórica, com os Bolandistas, e através da historiografia racionalista 31

1.º — VOLTAIRE e os seus seguidores na historiografia racionalista 43

2.ª — MOMTESQUIEU e os seus adeptos no racionalismo histórico 48

3.º — Outros historiadores do período racionalista 49

CAPÍTULO III

Alguns trabalhos de erudição e crítica históricas feitos no século XVIII 53

CAPÍTULO IV

A erudição e a crítica históricas no século XIX, e até à actualidade:

1.º — Considerações gerais 109

2.º — Países de língua alemã 118

Pág.
3.º — Inglaterra 133
4.º — Itália 147
5.º — Espanha 158
6.º — França 178
7.º — A historiografia contemporânea em outros países 243
a) Roménia 246
b) Suíça 247
c) Holanda 256
d) Bélgica 262

CAPÍTULO V

As colecções de inéditos em Portugal:

1.º — O estudo dos manuscritos antes da fundação da Academia de História. 295
2.º — Os trabalhos da Academia Real de História. . . . 302
3.º — As publicações de inéditos da Academia das Sciências de Lisboa. 326

CAPÍTULO VI

A fase actual da metodologia histórica:

1.º — A história no quadro geral das sciências 347
a) A história nas classificações scientíficas. . . 347
b) A história nas suas relações com a psicologia e a sociologia 368
2.º — A História. Sua natureza, seus objectivos, sua aplicação:
a) A História como sciência e como arte. . 408
b) Objectivos da História 440
c) Definições de História 451
3.º — A metodologia genética da História:
a) A metodologia genética e a metodologia pedagógica 466
b) O princípio evolucionista nas sciências naturais. 468
c) O princípio da evolução em História . . . 472
d) O método das sciências naturais e o método das sciências históricas 477
e) O método histórico 488

Pág.

4.º — A História e a concepção de valor:
a) A concepção de valor na Filosofia. 505
b) A noção de valor em História 508

CAPÍTULO VII

A nossa colecção de documentos inéditos:

1.º — A análise e a síntese em História 523
2.º — As publicações documentais 534
3.º — A nossa colecção de documentos inéditos da história de Portugal 543

ERRATAS (1)

Página	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
3	26	contribuiu	contribuiram
4	1 e 2	quere	quer
9 – nota	11	*seur*	*leur*
15	18	andado	avançado
31	título	... com os Bolandistas através da historiografia...	... com os Bolandistas e através da historiografia
32	18	Mareri	Maréri
32	19	Pire	Père
34	17	Harald, Höffding	Harald Höffding
35	9	descutido	discutido
37	3	sentidas	sentidos
64	19	Muratbri	Muratori
83 – nota	7 e 8	Biblioteque	Bibliothèque
100 e 101	19 e 3	Marshn	Marsham
112	14	nétion	nation
140 – nota	6	*preseceved*	preserved
142	1	*Hnrici*	*Henrici*
166 – nota	última	*Florindablanca*	Floridablanca
195	21	*Le*	*Li*
199	27	*mémoines*	*mémoires*
216	23	on	ou
240	10	Pibon	Pichon
240	18	elas	éla

(1) Além destas, outras gralhas estão semeadas pelo nosso trabalho, como: *descutido*, por *discutido*; *europienne*, por *européene*; Velington, por Wellington; Justinianeo, por Justiniano; abóboda, por abóbada; fundamentaux, por fondamentaux, etc.

Página	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
258	4	des	*du*
281	4	Pirennh	Pirenne
288	14	Crasbek	Craesbeck
298	17	Peter, Wichet	Peter Vichet
358 – nota	8	outros	vários
376	15	*ibi*	*ibis*
386	18	Bugkle	Buckle
399 – nota	10	Be Bancels	De Bancels
399 – nota	20	*testamento*	testemunho
424	11	sido	tido
433	9	e que por isso	e que, por isso
437	13	confessar é	confessar, ela é
438	19	artísticas, teriam	artísticas teriam
447	3	Haeusser	Häusser
449	13	essencialmente	insensívelmente
469 – nota	3	Haeffer	Hoefer
478 – nota	13	(1)	(2)
489	12	voltassem	voltaram
489	13	fixassem	fixaram
499	15	integridade	integralidade
535	última	tão importantes	tão absorventes

OBRAS DE ANTONIO FERRÃO

O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores (1915).

Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro (1916).

Da importância dos documentos diplomáticos em História. Estudo sucinto de alguns arquivos diplomáticos estrangeiros e nacionais (1917).

A Vida e Obra Governativa do 1.º Marquês de Pombal. Plano e sumários do 1.º e 2.º volumes da publicação mandada efectuar pelo Govêrno da República (1917).

As Causas «Ideais» da Conflagração e a função pedagógica das Academias scientificas após a guerra (1918).

Gomes Freire na Rússia (1918).

O povo na história de Portugal. A Restauração de 1640. Como se perdeu e se reconquistou a independência (1580-1668). (1919).

Academias e Universidades. Discurso pronunciado na sala do Senado da Universidade de Coimbra (1919).

Prussianos de Ontem e Alemães de Hoje. As Impressões de um diplomata Português na Côrte de Berlim (1789-1790). (1919).

Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal (1920).

Gomes Freire e as virtudes da raça Portuguesa (1920).

Fernão de Magalhães e a sua viagem de circumnavegação (1921).

A educação intelectual e a função que nela devem desempenhar a familia, o município e o Estado (1922).

O teatro e o animatógrafo na educação (1922).

NO PRELO, PRESTES A APARECER

A Intendência geral da Polícia no tempo dos Franceses (Invasão de Junot).

A cantora portuguesa Luiza de Aguiar Todi no seu tempo.

JAN 22 1949

LIBRARY OF CONGRESS
0 015 900 584 7